BIBLIOTECA BRASILEIRA DE FILOLOGIA — N.º 6

FRANCISCO DA SILVEIRA BUENO

A Formação Histórica da Língua Portuguêsa

2.ª edição revista

LIVRARIA ACADÊMICA
RIO DE JANEIRO

BIBLIOTECA BRASILEIRA DE FILOLOGIA — N.º 6

FRANCISCO DA SILVEIRA BUENO
(Catedrático de Filologia Portuguêsa da Universidade de São Paulo)

A Formação Histórica da Língua Portuguêsa

2.ª EDIÇÃO REVISTA

LIVRARIA ACADÊMICA
RIO DE JANEIRO
1958

Dedicatória:

À Memória Eterna

de

ALEXANDRINO DA SILVEIRA BUENO

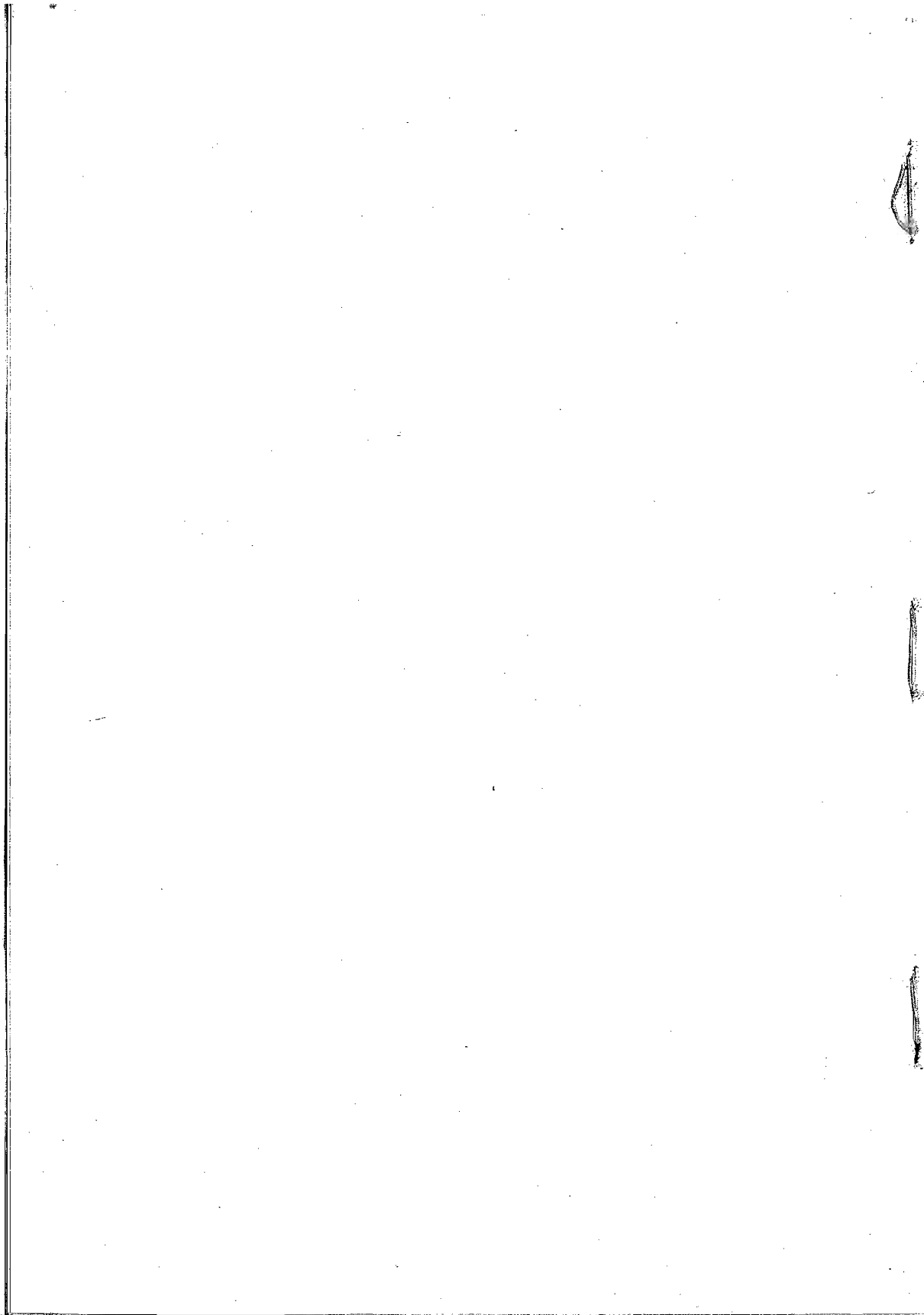
E

ANTÔNIA MARIA DO NASCIMENTO

NO

IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE S. PAULO

ONDE

NASCERAM, ENSINARAM E VENCERAM!

AOS LEITORES EXIGENTES

A História da Língua Portuguêsa tem sido objeto de vários estudos, tratada por vários autores, fragmentàriamente, desde os primórdios gramaticais de Fernão de Oliveira até os ensinamentos de Manuel de Said Ali, recentemente falecido. Um dos estudos mais importantes foi a *"Origem da Língua Portuguêsa"* de Duarte Nunes do Lião, Lisboa, 1606. Já vemos nessas páginas como os principais problemas receberam adequada solução, adequada, sobretudo, se levarmos em conta as idéias da época. A filiação latina, a verdadeira transformação do latim vulgar no romance português era já assunto esclarecido e resolvido. A separação entre o galego e o português, dando por causa principal o desenvolvimento político e nacional de Portugal, aí está bem delineada e explícita: "e as (línguas) de Galliza e Portugal, as quais ambas erãm antigamente quase hũa mesma, nas palauras, e nos diphtongos, e pronunciação que as outras partes de Espanha não tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quanto na copia e na elegancia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, e corte que he a officina onde os vocabulos se forjão, e se pulem, e donde manão pera os outros homẽs, o que nunqua houue ẽm Galliza". O critério aristocrático a correção, o uso da côrte está aqui patente, como a causa principal do progresso da língua portuguêsa e do estacionamento da galega. Muitos autores vieram, assim, estudando fragmentàriamente a evolução histórica do nosso idioma, sem que tivéssemos, entretanto, um só que nos desse o conspecto geral dessa evolução. Êste foi o nosso intento. Tomamos a dialetação românica desde os seus inícios e, em ordem cronológica, acompanhamos o desenvolvimento lingüístico da nossa fala, assinalando as fases principais, os seus característicos mais importantes, até os nossos dias com a fragmentação do já idioma português nos seus diversos dialetos.

Sempre que nos foi possível, evitamos a exposição técnica demasiadamente escolar, com exceção dos capítulos dedicados à fonética. Não se dirige êste estudo aos sapientes do ofício que, talvez, desejariam linguagem mais científica, menos literária, tôda eriçada dos sinais da convenção lingüística. Dirige-se à maioria que deseja apenas informar-se dêstes problemas históricos, os mais atraentes de todos, os problemas históricos da nossa língua: donde veio, como se formou, em que estado se encontra e qual o futuro que a espera. Evitando, assim, a cerrada exposição lin-

güística, não fugimos desta ciência um só instante: tudo está baseado nos seus princípios, nos seus métodos, tomando por guias e mestres os seus principais doutores. Fugimos também da pedantaria, muito em voga em Portugal e no Brasil, das citações, das citações tão numerosas e tão largas que passam a constituir mais de dois têrços do livro, reduzindo o trabalho do autor ao da agulha que vai arrastando, através do pano, a linha que lhe não pertence. Êstes fazem parte daqueles escritores de que falava Pascal: dizem sempre "O meu livro, a minha obra" quando deveriam dizer: "O nosso livro", a "nossa obra" porque em tais trabalhos há pouco do autor e muito dos autores. As contínuas citações, ora nesta, ora naquela língua, e sem tradução, que é para que mais se admire o leitor, interrompem a exposição correntia do assunto, quebram o fio do raciocínio, irritam os consulentes e só dão regozijos ao autor, cuja erudição aí se estadeia a custa de fichário. Sai o trabalho de tais pedantes mais remendado que capa de peregrino, verdadeira colcha de retalhos mal cosidos, vendo-se a cada passo a fresta deixada pelos alinhavos. Foram consultados muitos autores e os de maior categoria: vêem-se suas obras na bibliografia. Talvez também esta não seja tão extensa quanto desejariam muitos que usam colocar no fim de suas publicações, tal ruma de livros que em tôda a existência não seriam capazes de ler. A que aqui vai, foi lida e consultada.

Estamos certos de que alguns problemas foram esquecidos, de que outros poderiam ter maior extensão, ou ser apresentados de outra forma. Tudo isto faz parte das obras humanas. Já o grande clássico Ferreira escrevia, no prólogo da comédia "Bristo": "Contentar a todos ninguém o alcançou; muitos se contentaram com aprazer a muitos. O autor tomará por grande honra satisfazer a poucos". Fazemos nossas estas sábias palavras. Outros dirão que êste livro não passa de uma compilação razoável: para êstes lembramos o que já disse Sousa de Macedo em "Eva e Ave": "Não é pequeno serviço ajuntar o disperso, abreviar o longo, apartar o seleto". Entre êsses nossos críticos haverá, quem sabe, algum que possa fazer, neste assunto, obra sua, que não seja de compilação... Haverá... Mas desconfiamos de que não haja: quem poderá escrever de história sem se socorrer do alheio? Então, por que criticam? Porque é fácil dizer como se deveria fazer e muito difícil fazer aquilo que de outrem se exige.

Não existindo, em português, obra alguma dêste assunto, completa, se não apenas parcial, fragmentária, não pudemos tê-la por norma: seguimos, no que foi possível, a recente "História de la Lengua Española" de Rafael Lapesa — Madrid — 1942. Com êste volume continuamos a nossa série de "Estudos de Filogia Portuguêsa", constituindo o segundo já anunciado nesse primeiro, atualmente, em segunda edição. Como sempre, vai dirigido aos nossos alunos de Filologia Portuguêsa, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo. Dêles esperamos

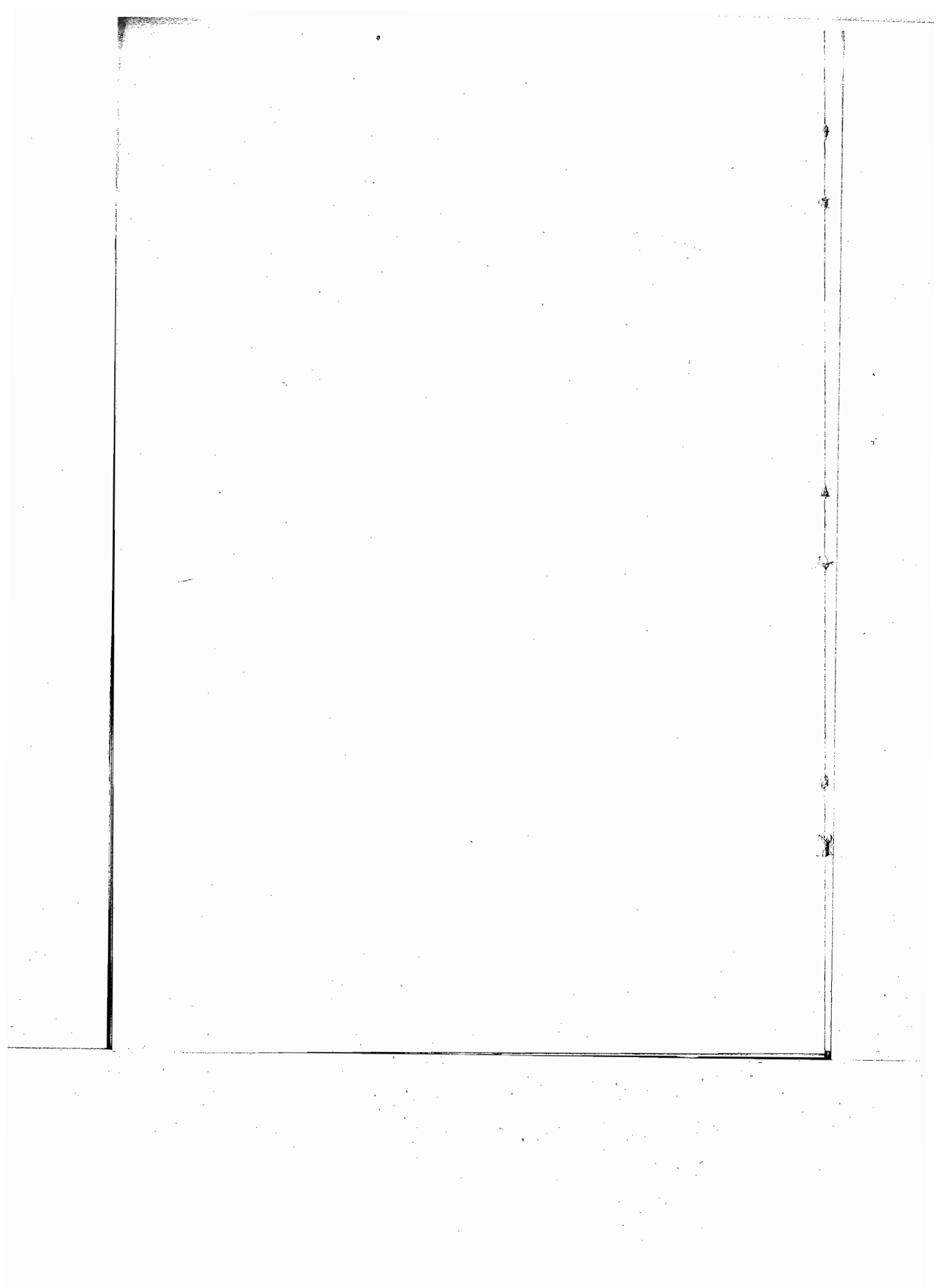
a melhor crítica: se lhes foi útil ou não mais êste esfôrço intelectual. Ocorrendo, neste ano, o quarto centenário de fundação de S. Paulo, a mais pujante cidade do mundo, como paulista lhe trazemos a nossa pequena oferta, um grão diminuto de incenso que será queimado no turíbulo da sua glória. Nesta oferta estão condensados os suores de um seu obreiro, as vigílias de um dos seus mestres, os sonhos de um dos seus idealistas. Digne-se de a receber S. Paulo, digne-se de saber que entre os seus três milhões de habitantes, um existe que, há um quarto de século, moureja na silenciosa, mas gloriosa tarefa de preparar melhor a juventude que continuará, nos anos futuros, o fecundo labor de seus heróicos antecessores, os Bandeirantes.

Prof. Dr. Francisco da Silveira Bueno.

Ano Quatrocentésimo da Fundação de S. Paulo de Piratininga.

2.ª EDIÇÃO

Houve apenas o acréscimo de pequenas achegas ao capítulo IV — "Lusitânia Arábica".

O AUTOR

BIBLIOGRAFIA

Américo Castro — "España en su História" — Editorial Losada — S. A. — Buenos Aires — 1948.

A. Tovar — Estudios sobre las Primitivas Lenguas Hispánicas — Buenos Aires — 1949.

A. Garcia y Bellido — História de España — tomo I — España Protohistórica — Madrid — 1952.

Almagro Martins — História de España — tomo I España Protohistórica Madrid — 1952.

A. Neiva — Estudos da Língua Nacional — S. Paulo — 1940.

A. Prestes — Autos.

Afonso X — Cantigas de Santa Maria.

A. da F. Soares — O Postilhão de Appollo Lisboa — 1761 — 62.

A. Dinis da Cruz e Silva — Poesias — (apud. História da Literat. Port. Ilustrada — Alb. Forjaz de Sampaio — Lisboa — 1929).

Andrade Muricy — Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro — 3 vols. — Rio de Janeiro — 1952.

Bosch Gimpera — Etnologia de la Peninsula Ibérica — Barcelona — 1932.

Bertoldi (Vittorio).
- L'Arte dell'Etimologia — Napole — 1952.
- Il Linguaggio Umano — Napole — 1952.
- Colonizzazioni — Napole — 1950.

Bartoli (Matteo) — Saggi di Linguistica Spaziale — Torino — 1945.

Bourciez — Eléments de Linguistique Romane — Paris — 1930.

Bernardes — A Nova Floresta — Porto — 1911.

Bernardim Ribeiro:
- Eglogas — Marques Braga — Lisboa — 1923.
- Menina e Moça — J. Pessanha — Lisboa — 1891.

Batalha do Salado — Portugaliae Monumenta Historica.

Boosco Deleytoso — P. Magne — Rio — 1950.

B. Lopes — Poesias — (apud. Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro).

Camilo C. Branco:
- Doze Casamentos Felizes.
- Cancioneiro Alegre.
- Amores do Diabo.

Cruz e Souza — Poesias (apud Panorama do Movim. Simbol. Brasileiro — — Rio — 1953).

Camões
— Os Lusiadas (ediç. fac-similada — Lisboa — 1921).
— Filodemo (Obras — Juromenha — 1860).
— Lirica (J. Maria Rodrigues — Lisboa — 1932).

Christovão Falcão — Obras — ediç. de A. Epiphanio da Silva Dias — Porto 1893.

Crônica do Condestavel Dom Nuno A. Pereyra — Mendes dos Remédios — Coimbra — 1911.

Crónica dos Frades Menores — J. J. Nunes — Coimbra — 1918.

Cancioneiro Geral — Garcia de Resende — Ediç. de Gonçalves Guimarães — Coimbra — 1910.

Cancioneiro Portuguez da Vaticana — Ediç. de Teófilo Braga — Lisboa 1868.

Cancioneiro da Ajuda — Ediç. de Carolina Michaelis de Vasconcelos — Halle — 1904.

Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa — Ediç. de Elza Paxeco Machado e J. Pedro Macedo — Lisboa — 1049.

Castilho (António) Primavera.

Catullo — Poesias (Carmina) — (Felice Ramorino — Firenze — 1912).

Crescini (Vicenzo) — Manualeto Provenzale — Verona — 1905.

Chiado — Obras.

Carolina Michaelis de Vasconcelos.
— Cancioneiro da Ajuda — Halle — 1904.
— Poesias de Sá de Miranda — Halle — 1885.
— Lições de Filologia Portuguesa — Lisboa — 1946.
— Glossário do Cancioneiro da Ajuda — Lisboa — 1921.

Duarte Nunes de Leão — Origem e Orthographia da Lingua Portuguesa — Lisboa — 1864.

Duarte Pacheco Pereira — Esmeraldo de Situ Orbis — ediç. de Aug. Epiphanio da Silva Dias — Lisboa — 1905.

Dauzat (Albert).
— Toponymie Française — Paris — 1939.
— Tableau de La Langue Française — Paris — 1939.

Delgado (Mons. Sebastião)
— Glossário Luso - Asiático — Coimbra — 1919.
— Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas — Coimbra — 1913.

Dom Duarte — O Leal Conselheiro — ediç. de Roquette — Paris 1842.

Dom Pedro (Infante).
— O Livro dos Oficios — ediç. de J. M. Piel — Coimbra — Porto — 1949.
— O Livro da Virtuosa Bemfeitoria — Porto — 1946.

Dom João I — Livro da Montaria — Lisboa.

Dinorah da Silv. Campos Pecoraro — A Vida de Santo Aleixo — S. Paulo — 1951.
Diogo do Couto — Vida de Dom Paulo.
Ernout — Les Eléments Dialecteaux du Vocabulaire Latin — Paris — 1928.
Elucidário — Fr. J. de Santo Rosa de Viterbo — Lisboa — 1865.
Entwistle — The Spanish Languages — New York — 1938.
Eduardo C. Pereira — Grammatica Histórica da Lingua Portuguesa — São Paulo — 1929.
Frei Lucas de Santa Catarina — Quarta Parte da Hist. de S. Domingos — Silva — 1866.
Frei Jerónimo Vahia — Poesias — apud. Historia da Literat. Port. Ilustrada.
Frei Santa Rita Durão — O Caramuru — Lisboa — 1845.
Frei Luis de Souza — A Vida do Arcebispo — 1866.
Fernão de Oliveira — Gram. da Ling. Port. (3.ª ediç.) — Lisboa — 1935.
Fernão Lopes
— Crónica de Dom Fernando.
— Crónica de Dom João I.
— Crónica de Dom Pedro I.
Fernão Mendes Pinto — Peregrinação — Lisboa — 1829.
Ferreira (António) — Bristo.
Filinto Eliseo — Obras.
Graff (Willems) — Language and Languages — New York — 1932.
Grandgent — From Latin to Italian — Cambridge — 1940.
Grandgent - Moll — Latin Vulgar — Madrid — 1928.
Garcia de Diego — Elementos de Gramática Histórica Gallega — Burgos — 1911.
Garcia da Orta — Coloquios dos Simples e Drogas da India — Lisboa — 1891.
Garção — Poesias (apud. Hist. da Literat. Port. Ilustrada).
Garrett
— Viagens na Minha Terra — Lisboa — 1943.
— Dona Branca — Lisboa — 1943.
— Camões — Lisboa — 1863.
Gil Vicente
— Auto da Feira.
— Auto da Barca do Inferno.
— Auto de Mofina Mendes.
H.H.Carter — A Fourteeenth Century Latin Old Portuguese Verb Dictionary — Colorado College — 1953.
H. Hubert — Los Celtas — Barcelona — 1939.
Hernani Cidade — Lições sôbre a Cultura e a Literatura Portug. Lisboa — 1933.

História d'abreviado Testamento Velho — (apud. Textos Arcaicos — Leite de Vasconcelos).
Herculano (Alex.) — Eurico, O Presbytero — Lisboa — 1917.
Huber (Joseph) — Altportugiesisches Elementarbuch — Heidelberg — 1933.
J. M. Piel
— O Livro dos Oficios — Coimbra — 1948.
— Estudos de Toponímia Germânica — Bolet. de Filol. vol. II.
J. da Silveira — Estudos de Vocabulário (Revista Portug. de Filologia — tomo I — vol. II).
J. Ribeiro — Gramática Portug. Rio — 1930.
Jucá Filho — Gram. Hist. do Portug. Contemp. — Rio — 1936.
J. A. Lucas — O Velho da Horta — Lisboa — 1943.
J. de Barros
— Asia — vol. I — Lisboa — 1778.
— Clarimundo — Lisboa — 1778.
J. C. Pimpão — Literatura Portuguesa — Lisboa — 1950.
J. Leda — A Chimera da Lingua Brasileira — Manaus — 1939.
J. Moreira — Estudos de Lingua Portuguesa — Lisboa — 1922.
J. de Alencar — O Guarany.
J. Américo — Bagaceira — Rio — 1937.
J. J. Nunes
— Compêndio de Gramt. Portug. — Lisboa — 1919.
— Chrestomathia Archaica — Lisboa — 1906.
— Cronica dos Frades Menores — Coimbra — 1918.
Ivan Pedro Martins — Fronteira Agreste.
Lapesa — Historia de la Lengua Española — Madrid — 1942.
Leite de Vasconcelos
— Lições de Filologia Portuguesa — Lisboa — 1911.
— Opúsculos — Coimbra — 1928.
— Etnologia — Coimbra — 1918.
Lapa (M. R.) — Estudos em (Boletim de Filologia — II).
Lindsay — A Short Hist. Latin Grammar — Oxford — 1937.
Lobato (Monteiro) — Contos Leves — S. Paulo — 1935.
Martins Fontes — A Dança — S. Paulo — 1920.
Magne (Padre)
— Dicionário da Lingua Portuguesa — Rio — 1950.
— A Demanda do Santo Graal — Rio — 1944.
— Boosco Deleytoso — Rio — 1950.
Mário Barreto
— Novos Estudos da Lingua Portuguesa.
— Novíssimos Estudos.
— De Gramática e de Linguagem.

— Através do Dicionário e da Gramática.
— Ultimos Estudos.
Meyer Lübke — Introdución a la Linguistica Románica — Madrid — 1926.
Mota (Otoniel) — O Meu Idioma — S. Paulo — 1927.
Meillet — Esquisse d'une Histoire de la Langue Latine — Paris — 1933.
M. K. Pope — From Latin to Modern French — Manchester — 1937.
Maria C. C. Lobato — El Habla de Cabrera Alta — Madrid — 1948.
Menéndez Pidal
— El Origen del Español — Madrid — 1929.
— Man. Elem. de Gram. Histórica — Madrid — 1905.
Miguel Nimer — Influências Orientais na Lingua Portuguesa — S. Paulo — 1943.
Moreno (Gomes) — Digresiones Ibéricas — Madrid — 1945.
Morais (Francisco) — Palmerim de Inglaterra — Lisboa — 1786.
Nobiling (Oskar)
— Cantigas de Joan Garcia de Guillade — Erlanguen — 1907.
— Die nasal Vokale in Portug. (Die Neuren Sprachen — XI).
Nyrop — Gramm. Histor. de la Langue Franç. — Copenhague — 1914.
Portugaliae Monumenta Histórica.
Pacheco (Duarte) — Esmeraldo de Situ Orbis — ediç. de A. Epiph. da Silva Dias — Lisboa — 1905.
Pedro D'Azevedo — Bausteine zur Romanischen Philologie — Festgabe fur Ad. Mussafia.
Pianigiani — Vocabolario Etimológico della Lingua Italiana — Milano — 1937.
Poesia Gallega Medieval — Buenos Aires — 1941.
Plinio, o Antigo — Naturalis Historia.
Quintiliano — Institutiones Oratoriae.
Rui de Pina — Crónica de Dom Dinis — Lisboa — 1905.
Rui Barbosa.
— Réplica — Rio — 1927.
— Discurso no Teatro S. José — Rio.
Regra de S. Bento (apud. Textos Arcaicos e Chrestomathia Archaica).
Ribeiro de Vasconcelos — Gramática Histórica da Lingua Portuguesa — Lisboa — 1900.
Rocha Pitta — América Portuguesa.
Satyricon — ediç. de Ernout — Paris — 1931.
Steiger — Contribución a la Fonética del Hispano-Arabe Madrid — 1952.
Silveira Bueno.
— Estudos de Filologia Portuguesa — I vol. S. Paulo — 1946.
— O Auto das Regateiras de Lisboa — Lisboa — 1945.
— Gramática Normativa da Lingua Portuguesa — S. Paulo — 1951.

Sachs — Die germanischen Oortsnamen in Spanien und Portugal — Leipzig. — 1932.
Sá de Miranda — Poesias — ediç. de Carolina Michaelis de Vasconcelos — Halle — 1885.
M. Said Ali — Gramática Histórica da Lingua Portuguesa — (Companhia Melhoramentos de S. Paulo — 1931).
Tácito — Annales.
Testamento de Afonso II — (apud Textos Arcaicos de Leite de Vasconcelos).
Vieira — Sermões — Porto — 1907.
Vida de Santa Pelágia — (Revista Lusitana).
Vida de S. Nicolau — (Revista Lusitana).
Vida de Santo Aleixo — Dinorah da Silveira Campos Pecoraro — S. Paulo — 1951.
Vossler — The Spirit or Language in the Civilization — London — 1932.
Williams — From Latin to Portuguese — 1938 — Philadelphia.
Zurara
— Crónica dos Feitos de Guiné — Lisboa — 1942.
— Crónica da Tomada de Ceuta — Lisboa — 1942.

CAPÍTULO I

LUSITÂNIA PRÉ-HISTÓRICA

Muito pouco é o que se sabe a respeito da Lusitânia pré-romana. A arqueologia, a etnologia e a lingüística, procurando auxiliar-se mùtuamente na solução dêste problema, oferecem-nos escassos dados científicos. As hipóteses encontram-se ainda no período de conjecturas, variando consideràvelmente as opiniões dos sábios. Estrabão indica os limites do Tejo para o noroeste até o oceano. No tempo de Augusto estendia-se a Lusitânia, ao norte, até o Douro; ao oeste e ao sul até o Atlântico; a sueste chegava até o Guadiana, compreendendo, ao oeste, os territórios, hoje, pertencentes à Espanha: a capital Emérita e as províncias das duas Castelas. A arqueologia admite que desde o período quaternário já era habitado o território, encontrando-se as *antas*, os *túmulos*, os outeiros denominados *aras, altares*, os *sambaquis* desde o norte até o sul. Séries de invasões aí se processaram, aparecendo os nomes dos lígures, ilírios, ibéricos, celtas, fenícios, cartagineses, gregos e, já nos tempos históricos, os romanos, os germanos e finalmente os árabes. Autores gregos e latinos enumeram povos denominados *cônios* no Algarve, *seúrros* na região do Minho onde também aparecem os *gróvios*, estendendo-se até Corunha, na Galiza. Os dados são ainda muito conjecturais e sòmente dos *celtas*, indubitàvelmente, os mais numerosos, os mais fortes, é que possuímos documentação segura. Se os problemas pré-históricos da Espanha ainda agora se encontram em fase de opiniões e de hipóteses apesar de serem tantos os estudiosos que dêles tratam, bem se poderá avaliar o estado de tais estudos, em Portugal, onde muito poucos se dedicam a tarefas tão difíceis. Grandes são as discussões relativas à vinda dos *lígures* à Espanha. Começam as dificuldades pela origem dêste povo: seria indo-europeu? teria vindo da África? Acham alguns que seriam da mesma estirpe dos etruscos, originários do Mediterrâneo. Habitaram certamente o noroeste da Itália ainda hoje denominado *Ligúria*. Muito duvidosamente teriam descido até a Espanha. Gomes Moreno é um dos poucos que, positivamente, defende a presença dos lígures na Península. Para êle são lígures os cântabros, os ástures os váceos, os vetones, os lusitanos e os carpentanos. Pokorny refuta a opinião de Moreno e, com os mesmos elementos lingüísticos e arqueológicos, acha que os celtas é que primeiro apareceram. Philippon afirma categòricamente

que os lígures nunca se estabeleceram na Espanha. O sufixo-guia, em tais conjecturas, *asco*, atribuído a êste povo pela maioria dos filólogos, é germânico para Wolff, basco para Schuchardt, ibero para Pokorny. Contra se levanta Menéndez Pidal: o sufixo é lígure e refuta Schuchart e Pokorny. J. Caro Baroja e P. Fouché vão ainda mais além: negam valor aos testemunhos dos escritores gregos e romanos a respeito do problema porque quando Roma entrou em contacto com os lígures, na própria Itália, já estavam indoeuropeizados. Bosch Gimpera, baseado na arqueologia, nega peremptòriamente a vinda dêles à Espanha. Lapesa, seguindo a Menéndez Pidal, retoma a questão do sufixo *asco, osco, usco,* dando-o como lígure. Percorre depois a toponímia da Península e vai descobrindo palavras que o trazem na sua formação: *Beasque, Viascon* (Pontevedra); *Giasga, Retascón, Tarascón* (Orense); *Piasca* (Santander); *Benasque* (Huesca); *Balasc* (Lérida); *Magasca* (Cáceres); *Benascos* (Múrcia); *Ledusco* (Corunha); *Orusco* (*Madrid*); *Biosca* (*Lérida*). Com a raiz **borm*, **borb*, *born* enumera *Bormelha* em Portugal, *Bornate* em Albacete, *Bormujos* em Sevilha, *Badajoz* em Portugal e Espanha. Com a raiz **carau*, pedra, cita *Corconte, Corcuera, Caravantes, Carabanzo, Carabanchel.* Não está, porém, muito firme em sua opinião porque acrescenta que também poderiam tais elementos ser ilíricos. Se esta raiz **carau* fôr a mesma já estudada por Jud e Bertoldi *cara, cala, gara, gala,* com o mesmo significado de pedra, então, seria apenas ibérica. Schulten foi um dos mais fervorosos defensores da presença dos lígures na Espanha bem como em tempos ainda mais remotos o foi D'Harbois de Jubainville. António Tovar, que se tem dedicado aos estudos das línguas primitivas da Espanha pré-histórica, assim se expressa a respeito de Schulten: "lo que hay que corregir es la remota antiguedad de los ligures y su origen africano". Em outro lugar, tratando destas primeiras invasões, escreve: "probablemente las primeras invasiones de la edad del hierro, y aún antes, no son propiamente de celtas, sino de pueblos que ya hablan lenguas indoeuropeas y debian estar muy mesclados con gentes no indoeuropeas de viejas culturas de occidente. Su denominación es problemática y a los nombres que se han puesto de ilirios, ambrones, ligures preferimos todavia el de preceltas". Isto diz bem do estado de confusão em que se encontra o problema dos lígures já na Espanha, enquanto mais na Lusitânia onde, parece nunca estiveram, dada a sua posição a noroeste da Península, de difícil acesso. Martin Almagro, outro grande arqueólogo, é do mesmo sentir negativo. O fato de encontrarmos palavras, principalmente, topônimos, formadas com o sufixo *asco, osco, usco* prova muito pouco: é necessário ter sempre em vista a possibilidade dos empréstimos lingüísticos. Se temos *Vasco, chuvasco, borrasca, churrasco, carrasca e carrasco* até mesmo no Brasil, seria simplesmente infantil pensar que também aqui estiveram os lígures... Os empréstimos viajam

muito mais do que se pensa, do fundo comum lingüístico da Hispânia ou da Ibéria, por aportes da Itália e da França, chegaram até nós.

As mesmas dúvidas e as mesmas incertezas rodeiam o problema dos *ilírios*. Pokorny é o campeão do assunto, seguido fervorosamente por Menéndez Pidal, Lapesa e Tovar. O grande mestre espanhol chega a descobrir origens ilíricas em Portugal, por exemplo, no topônimo *Badalinho*. Neste caso, seria também ilírico *badalo* de que aquêle é o diminutivo. Lapesa fica indeciso entre lígures e ilíricos segundo vimos, há pouco, ao tratar dos primeiros. Depois de citar a lista acima transcrita, escreve: "'tienen analogias (*Badajoz, Bermelha, etc.*) no sólo en el domínio ligur, sino también en el antiguo de los ilírios... y algunos (como *Corcontes, Carabanza, Carabanchel*) y los derivados de *carau, sólo encuentran paralelos en Iliria". *Tovar* coloca-se entre os defensores da tese ilírica segundo escreve: "La cuestión de las invasiones indoeuropeas en nuestra Peninsula se ve cada dia con mayor claridad por los arqueólogos y los linguistas. J. *Pokorny* ha realizado un trabajo fundamental. Distingue una primera invasión, de ilirios, y dos de celtas, etc. A semejante resultado en la cuestión de la presencia de preceltas indoeuropeus en España llegó simultaneamente Menéndez Pidal, defendiendo "la inmigración de un pueblo centroeuropeo ya en parte indoeuropeizado", que propuso llamar ambrones o ambroilirios". Com estas palavras parece estar o autor em contradição com o que, há pouco, transcrevemos, referente aos lígures: "Su denominación es muy problemática y a los nombres que se han puesto de ilirios, ambrones, ligures, preferimos todavia el de preceltas". Parece-nos que a opinião mais aceitável é de *Martin Almagro* quando escreve: "Por hoy, según hemos dicho ya, los paralelos filológicos que se califican como ilirios no tienen mucho más fuerza que los considerados como ligures. Y, además, no sabemos, desgraciadamente, del ilirio mucho más de lo que sabemos del ligur".

Se dos ilirios passarmos aos *iberos*, vamos encontrar as mesmas incertezas, as mesmas contraditórias opiniões. Na opinião dos escritores gregos e romanos, a começar por Hesíodo, a denominação de *iberos* era meramente geográfica. Assim davam o nome de *Ibería*, em grego, *Ibéria*, em latim, à região banhada pelo *Iberus*, o rio Ebro. Todos os povos ou tôdas as tribos aí existentes eram englobadas na mesma denominação geográfica de *iberi, iberos*. Seria o mesmo que hoje se passa conosco: damos o nome de *africanos* a todos os que habitam a *África*, região considerada simplesmente como geografia. A etnografia descobre nesses *africanos* muitas raças diversas. Assim, os iberos teriam sido denominados apenas com referência ao local de sua habitação e não com relação às suas origens étnicas. Humboldt foi o primeiro a ensinar que os iberos eram africanos, um dos povos da bacia do Mediterrâneo, como os etruscos, como os bascos. Esta unidade ibérica mesclou-se depois com a dos celtas, dando

a fusão *celtiberica, os celtiberos*. Baseados nestas idéias de Humboldt, viram muitos nos bascos os continuadores dos iberos: apoiavam-se sobretudo em argumentos de lingüística: vocabulário, fonética, semântica. Hoje, a opinião dominante é a de que iberos e bascos são povos de origens diferentes embora os últimos tenham adotado a língua dos primeiros. A identidade de língua não supõe identidade de raça. Se assim não fôsse, poderíamos, estudando a formação histórica do idioma basco, desvendar os característicos do ibérico. Tal problema encontra muitas dificuldades porque desde os tempos mais antigos, o basco já aparece muito influenciado por línguas indoeuropéias, pelo celta primeiro, depois pelo latim. Para outros, os iberos tinham tal denominação com base étnica e não meramente geográfica. "Em linhas gerais, escreve António Garcia y Bellido, cabe dizer que são iberos, no sentido étnico da palavra, todos os povos da costa mediterrânea e parte da atlântica, pelo menos até o Tejo e o Douro, incluindo nêles também os mesmos lusitanos, cuja cultura, se bem que se encontre, nos fins do último milênio anterior a Cristo, fortemente celtizada, sua estirpe étnica é, pelo que parece, ibérica". Para êste autor os iberos pertenciam a um ramo dos povos líbicos, ou melhor, dos povos mediterrâneos. Muito pouco sabemos da língua dêste povo porque as mais antigas inscrições, agora, decifradas, embora escritas em alfabeto ibérico, já revelam influências indoeuropéias, de origem celta. Uma das maiores autoridades no assunto, Manuel Garcia Moreno, que conseguiu decifrar muitas inscrições de alfabeto ibérico, tem em António Tovar um dos discípulos mais fervorosos. Na obra dêste último "Estudios sobre las Primitivas Lenguas Hispánicas" — Buenos Aires — 1949 — encontramos tais conclusões: "Era mi ambición contribuir a decifrar algunos de los textos ibéricos que en las tierras de Levante salen a luz, pero la esfinge ibérica no ha sido generosa conmigo. En cambio, las inscripciones en letras ibéricas procedentes de Celtiberia me han permitido recoger algunos resultados acerca de la lengua de los celtiberos y en algún caso señalar restos linguisticos indoeuropeos más viejos que los celtas..." (pg. 21). — Vê-se, pois, que a esfinge ibérica ainda continua a ser indecifrável e que dos celtiberos, o que se tem obtido revela restos lingüísticos indo-europeus embora mais antigos do que os celtas. É certo que êsse povo tinha alfabeto seu, e portanto, deveria ter cultura. Algumas características dêsse alfabeto, ausência de *p, f, r* no início das palavras; nenhuma distinção entre consoantes surdas e sonoras, são encontráveis no basco, reforçando, assim, a tese de que, pelo menos no idioma, continua êste povo a tradição daquele. A reconstrução da declinação ibérica concorda com a declinação basca, se é que tal modo de falar não seja errado: tanto o ibero como o basco são línguas aglutinantes e não flexíveis. Não podiam ter conhecido, portanto, declinações.

Se os lusitanos são de origem ibérica, segundo a opinião de Garcia y Bellido, nenhum vestígio existe no idioma português, cujos topônimos revelam formação céltica. Nos tempos posteriores não houve contacto com os bascos apesar de pensarem alguns que êles chegaram até Compostela. Se a raiz *cara, gara, cala, gala,* pedra, montanha, depois por extensão abrigo de pedra, é ibérica segundo Jud e Bertoldi, então, *carvalho, carrasca,* e outros vocábulos portuguêses poderão ser adscritos à influência ibérica. Através do espanhol recebemos alguns vocábulos em tempos já muito próximos: *bezerro, guicharro, zorra, cincerro, cencerro, bizarro, boina, gorro, gorra, gazua, laia, esquerdo, sapo*. De épocas remotas serão, talvez, *veiga, nova, tojo, barro, barranco, carrasca, lama, gândara* (que alguns querem que sejam ilíricos), *balsa, lousa, arroio, gordo, cama, sarna, canto (pedra, esquina), cachorro, piçarra*. A palavra *guitarra* embora seja o grego *kithara* através do latim *citara*, passou a *guitarra* por influência basca. Não aceitamos como ibérico *páramo* porque tal palavra existe em sânscrito e a formação é tôda contrária ao basco, continuador do ibérico.

Muito antigas e muito profundas foram as influências dos celtas na Ibéria. Já no V século antes de Cristo, Heródoto menciona êste povo na parte extrema do ocidente da Europa. Estrabão coloca-o entre o Tejo e o Guadalquivir, então, denominado Anas. Plínio, o Antigo, cita os celtas como habitantes da região compreendida entre o Douro e o extremo sul. Ptolomeu enumera várias cidades celtas como *Lacóbriga, Arcóbriga, Menóbriga*. Descendo do norte para o sul, encontraram-se com os iberos, formando os *celtiberos* que passaram a simbolizar tôda a Ibéria, tôda a Hispânia dos romanos. Floro Pompeyo chega a afirmar que os celtiberos representavam a fôrça da Hispânia: *"celtiberos, id est, robur Hispaniae"*. O poeta Marcial, no seu epigrama XXXV "Ad Lucium", cita com orgulho a sua origem celtibera: *"Nos celtis genitos et ex Iberis"*.

Vindos do sul da Germânia, penetraram na Hispânia depois de haver dominado as Gálias. Apareceram primeiramente na Catalunha e daí se expandiram por todo o território. Guerreiros e agricultores, encontraram, certamente, resistência, procurando fixar-se nas montanhas, nas elevações do terreno onde fôsse mais fácil a defesa. Os topônimos revelam esta preocupação, encerrando a palavra *briga*, fortaleza, *sego*, vitória, *dunum*, mais ou menos, *aldeia, burgo*, e *bona*, cidade. A Lusitânia enumera *Conimbriga* (Coimbra), *Brigantium* (Bragança), *Caladunum* (Cala, em Trás-os-Montes), *Ebora* Évora), *Lisbona* (Lisboa). No território atualmente espanhol os vestígios ainda são mais numerosos: *Miróbriga* (Ciudad Rodrigo), *Mundóbriga* (Munébriga), *Nemetóbriga, Lacóbriga, Segontia* (Siquenza), Segóvia, *Segóbriga* (Segobre), *Navardum* (Saragoza), *Berdún* (Huesca), *Verdú* (Lérida), etc. (Lapesa — Hist. Leng. Esp. — pg. 15). São ainda celtas *Corunha* (Galiza), *Tâmega* (rio), *Tâmera*, hoje *Tambra; Brácara* (*Braga*),

Cávado (rio), *Douro* (*Durius*), *Limia* (hoje *Lima*). Em documentos antiquíssimos encontra Leite de Vasconcelos os antropônimos *Cominius. Gallus, Lobesa, Lovesa, Cantius, Tonquios, Albonius, Albonica, Reburrus, Adminius, Amminius, Boudica, Cámalus, Caturo, Viriatus, Medamus, Rectugenus*, embora pareçam latinos pela terminação, encerram todos elementos celtas de formação.

No vocabulário geral não é menor a contribuição dada por êste povo: *camisa* (camisa), *saio, saia* (sagum), *cabana* (cappana), *cerveja* (cerevisia), *légua* (leuca), *salmão* (salmo), *carro* (carrus), *carpinteiro* (carpentarius), *brio* (brigos), *vassalo* (vassalus), *arar* (*ara*, planície), *tona* (pele, casca dos frutos, superfície dos líquidos), *manteiga* (mantica). *parra, parreira, bragas* (bracae), *caminho* (caminum), *gato* (cattus), *cavalo* (caballus), *calandra, bico, camba, gamba*, (camba), *trado* (taratru), *lança* (lancea), *palanfreneiro*, de *paraveredus* através da fonética provençal, *Epona, Eponina*, a deusa dos cavalos, *calhau, teixo, etc.* Bertoldi explica o antigo nome de Viena, *Vindobona*, decompondo-o em *vindos* (claro, branco, alvo) e *bona* (cidade, povoação): assim se explicaria, pelo menos o segundo elemento de *Lisbona*. O mesmo autor prova que *banasta, banastra*, cêsto para pão, corrente na Catalunha, na Gasconha, é palavra celta: não se poderia aproximar desta formação o nosso termo *canastra?* (Vide "Colonizzazioni" — Vit. Bertoldi — Napoli — 1950). Deve-se notar que muitos êstes vocábulos celtas entraram na língua portuguêsa através do latim que os recebeu e os acomodou à sua fonética. Por isto evoluíram fonèticamente como os genuìnamente latinos.

As sonorizações das consoantes fortes e surdas *p-t-k* em *b-d-g* (*populum* = *poboo* = *pobo* = *povo; civitatem* = *ciidade* = *cidade; cattum* = = *gato*); a síncope das sonoras intervocálicas *d-g-n* — (gradum = grau; regem = rei; malum = mau; lunam = lũa = lua); a evolução do grupo *ct em it, ut*, (*noctem* = *noite, noute*); a hipértese do yod (*rabiam* = **ravia* = *raiva*); a vocalização do l em *i* e *u* (*multum* = *muito; talpam* = *taupa, toupa; falce* = *fouce, foice*); a conseqüente ditongação numerosa do português pela aproximação de vogais, antes separadas pela consoante que sofreu síncope, pela atração do yod, pela vocalização da gutural surda *c*(*ct*), da velar *l;* as assimilações nasais (*mihi* = *mii* = *mi* = *mim; mai* = = *mãi, lanam* = *lana* = *laan* = *lãa* = *lã;* a palatização dos grupos *cl, fl, pl, tl* (*planum* = *chão; florem* = *chor; flagrare* = *cheirar; plorare* = *chorar; catlu* = *cacho*); as assimilações recíprocas que se verificam nos ditongos *ai, au* que se transformam em *ei, ou*, são fenômenos fonéticos de profunda importância, pelo característico próprio que dão ao idioma português, em face dos demais românicos e que, descontadas as infalíveis discrepâncias de certos autores, pertencem à influência do substrato celta na romanização da Lusitânia. Por estas influências fonéticas do celta, a língua portuguêsa aproxima-se muitíssimo da francesa, quer

pela nasalidade, quer pela ditongação, afastando-se do castelhano e do catalão. Desta forma, o celta foi, na Lusitânia pra-romana, o elemento de maior valor lingüístico para a estrutura íntima do nosso idioma.

De fenícios e cartagineses há muito pouco que dizer, mormente porque suas feitorias, seus entrepostos de comércio, suas cidades permaneceram na costa do Atlântico de Espanha, como Cádis, Barcelona, ou na do Mediterrâneo como Málaga, Carteia, hoje, Algeciras, Tarifa. Certamente comerciaram com o Algarves. Poucas são as palavras correntes no vocabulário português: *malhada, malha, mapa.*

Já no século IX antes de Cristo haviam os gregos fundado Cumas, um pouco acima de Nápoles, em frente à Córsega. Êste fato foi de grande conseqüência cultural em todo o Mediterrâneo e será o ponto de expansão da cultura grega que tão grande influência iria exercer na formação literária de Roma. Não levará muito tempo e tôda a costa da Itália banhada pelo Tirrênio, a Sicília, a Córsega, as ilhas Baleares, as costas da Ibéria, o norte da África estarão sob o influxo grego, fundando-se, na parte sul da Itália, a sua famosa Magna Grécia. Atilados e inteligentes, serviam-se das rotas já estabelecidas pelo comércio fenício, chegando às costas da França para aí fundarem a sua cidade mais importante, Massalia, a atual Marselha. Em sua penetração pelo interior, visitaram a Provença, aproximando-se cada vez mais da Hispânia então famosa pelos seus metais preciosos. Ao sul da Ibéria, perto da cidade fenícia ou cartaginesa de Málaga, tomam os gregos a lendária Mainake, o primeiro ponto fixo obtido na Península. Tomam e não fundam porque o nome Mainake não é grego, devendo ser de uma das línguas indígenas aí faladas. António Garcia y Bellido diz que se trata de Mainoba ou Mainóbora que existia ainda na época imperial (Op. citat. — pg. 523), e teria sido de origem tartéssia. *Emporion* será a sua grande formação por onde entrarão, séculos mais tarde, os romanos, dando início à conquista da Hispânia. O nome de Ibéria foi dado por êles e os seus navegantes estabeleceram o contôrno da Península. Várias inscrições, como a de Alcoy, trazem o alfabeto grego. Mas a contribuição ao vocabulário deve-se ao latim que já havia incorporado em seu léxico numerosas palavras recebidas da Magna Grécia.

Três foram as fases dêstes empréstimos, que se distinguem pelas diversas maneiras de reproduzirem as aspiradas gregas. No primeiro período até os dias de Cícero, as aspiradas φ-χ-θ e a vogal υ eram transcritas pelas surdas simples porque o latim desconhecia as aspiradas: p-e-t. e o épsilon simplesmente por *u*: φὰλλαινα passou a *ballaena* com a sonorização da inicial, de que nos veio *baleia;* αμφορα foi transcrita *ampulla*, no diminutivo, em português: *ampola;* ηορφυρα deu *purpura;* κυϐερνᾶν **está, em latim *gubernare* donde o nosso *governar*. No segundo período, quando o latim procurava grecizar-se, então, mais para os olhos**

do que para os lábios e os ouvidos, as aspiradas gregas tiveram roupagem segundo o figurino da Grécia: *ph, ch, th* e o épsilon passou a *y*: *porphyros, amphora, schola, chorda, phantasma, myrtus, papyrus, spatha, cothurnus, theatrum*. Os dígrafos terminaram por reduzir-se novamente a momentâneas surdas ou a siflante (ph) e o y se reduziu a *i*. Há, em português, palavras que comprovam êstes dois tratamentos fonéticos: *ampola e ânfora; púrpura* e *pórfiro; bantesma* e *fantasma; murta* e *mirto;* mais modernamente *glucose* e *glicose*.

Quando o cristianismo triunfou, outra leva de helenismos penetrou no latim e por meio dêle atingiu as línguas românicas. O característico principal desta fase foi o iotacismo, isto é, o valor de *i* atribuído ao ditongo *ei, oi*, às vogais *ê, y*: *Dareios, paradeisos* passam *a Darius, paradisus* de que nos vieram *Dario, paraíso; manteia* passa a *mantia* e com a assibilação da dental a *mancia*: *quiromancia, necromancia, etc.; akedia* transforma-se em *acidia* e *apotheke*, passando por *apotheca*, ministranos duas variantes: *bodega, botica*, esta última com iotacismo. Efeitos ainda dêste iotacismo são as formas *igreja, basílica*. Provêm desta época os freqüentativos em *izar, ejar*: *cristianizar, profetizar, alvejar, bordejar, etc.*, reproduzindo o grego *izein*, que oferece as duas variantes do latim: *izare* mais erudita; *idiare*, mais vulgar. Deu-se também a sonorização das surdas como já vemos, no próprio latim, *santalon* passar a *sandalon* e hoje *sândalo; kata* que nos deu *cada, makarie* de que nos veio o arcaico *maguer*. O vocabulário grego-cristão foi numeroso, bastando citar *anjo, batismo, bautismo*, no arcaico, *bispo, diabo, apóstolo, presbítero, diácono, mártir, asceta, moogo* e pelo provençal *monge; cemitério, catecúmeno, moesteiro*, depois *mosteiro, parábola, p alavra, talento, idolatria, latria, crisma, píxide, teca etc*. Vários modismos e usos sintáticos chegaram do grego vulgar através do cristianismo e sobretudo dos Livros Sagrados. Serão assunto de capítulos posteriores a êste.

CAPÍTULO II

LUSITÂNIA ROMÂNICA

Todos os idiomas, desde o momento em que começam a ter obras literárias, em que as expressões são mais cuidadas, escolhidos os vocábulos, com regências, concordâncias e colocações de palavras na frase e de frases no período, submetidas a certa disciplina, criam imediatamente os dois tipos de língua: o literário e o vulgar. O artificialismo e o conservantismo são os dois característicos principais do primeiro; a espontaneidade e o neologismo caracterizam o segundo. Êste evolui sempre, como verdadeira língua viva que é, menos submetido a regras e princípios, com certa indisciplina e mobilidade, acolhendo modificações da última hora. Aquêle tende a fixar-se, a servir de modêlo e de padrão aos intentos artísticos. Não são, porém, duas línguas diferentes, mas dois tipos diferentes da mesma língua. Nem há entre ambos absoluta separação que não seja essa de maior apuro de expressões no literário e mais liberdade no vulgar. Êste procura sempre aproximar-se daquele como tendência natural de aperfeiçoamento. Da sua parte, serve-se o literário do vulgar como sua fonte de inovações lentamente aceitas pelos escritores. Na escala das perfeições e também das liberdades existe ainda um terceiro tipo de língua, o rústico, o plebeu: o vocabulário é muito limitado, quase sempre alterado fonèticamente, tendendo à gíria e ao calão. As metáforas, as figuras são os recursos comuns do plebeu para suprir a falta de expressões adequadas. O latim conheceu os três tipos estudados: os dois primeiros praticados pelos que tinham instrução, servindo-se do literário nos momentos mais solenes, nas obras de pensamento e de estética, empregando o vulgar no trato diário da família, do comércio, da correspondência, da vida forense comum. Cícero escreveu as Catilinárias, as Epístolas e tratou, certamente, na sua ampla vida social, oralmente, com advogados, médicos, filósofos, elevando o latim à sua máxima perfeição nos discursos, escrevendo correta, mas já menos artificialmente as suas cartas, conversando com os amigos, ainda com correção, mas sem os artifícios estilísticos dos primeiros gêneros escritos. Em Horácio notamos a mesma gradação lingüística: nas Odes foi o maior de todos os poetas produzidos em Roma: empregou todos os recursos da estilística do seu tempo, esmerou-se na escolha dos vocábulos, dos torneios sintá-

ticos. Já nas "Epistolas" e nas "Satiras", embora sempre correto, lança mão de um vocabulário vulgar, roça peol plebeísmo e é muito mais simples, menos artificial na sintaxe. De língua rústica, por não ser escrita, muito pouco podemos saber senão no terreno vocabular, palavras que foram censuradas pelos gramáticos, corrigidas pelos puristas, quer pelo lado fonético, quer pelo semântico.

Ao lado dêstes tipos gerais, outros havia como línguas de grupos, argôs profissionais, como ainda hoje temos: podiam provir, conforme as classes sociais, quer do latim vulgar, quer do rústico. A classe dos advogados, dos médicos, dos militares mais graduados, dos filósofos, dos livreiros falaria o latim vulgar, mais ou menos correto, porque os que dêle se serviam eram homens de instrução. Dentro, porém, dos limites de cada uma destas profissões, tal latim vulgar assumiria peculiaridades próprias da classe, sobretudo, na semântica. Êstes argôs participariam, assim do latim vulgar. Entre soldados, pedreiros, construtores, comerciantes, agricultores, gente sem instrução, talvez, na maioria, analfabeta, o latim corrente era o rústico, despoliciado completamente pela escola, pela gramática, mal pronunciado, rebelde a qualquer exigência de concordância, regência ou colocação. Dentro, porém, de cada um dêsses misteres, tal expressão rústica apresentava peculiaridades próprias, pelo menos, de significado. Êstes argôs, já então verdadeiramente calões, participariam, pois, do latim rústico.

Êstes aspectos, que deixamos observados, podem ser comprovados no português de hoje. As obras escritas, em prosa ou verso, digamos, de Olavo Bilac, de Camões, de Rui Barbosa, de Eça de Queirós, com aquêle apuro de linguagem, com todos aquêles recursos da estilística, pertencem ao português literário. E' língua artificial, fixa, policiadíssima não só pela gramática, mas também pela estilística, pela métrica, com finalidades estéticas. A correspondência, porém, que de tais autores nos foi conservada, revela ainda correção, sem entretanto apresentar os mesmos recursos estilísticos e literários. Ninguém poderá pensar que Camões, conversando na caserna com seus colegas de vida militar ou ainda com os frades dominicanos que sempre freqüentava, falasse como se havia expressado nos "Lusíadas". Rui Barbosa, arcaizante e gongórico em seus discursos, não conversaria, assim, na família, no trato diário de seu escritório de advocacia. Ambos falariam sempre com correção, nem sempre, porém, com literatura. Um exemplo típico é o P. Vieira: há diferença enorme entre as suas cartas e os seus sermões! Nestes vive o pregador, o esteta, o literato, o retórico que foi e tão grande. Naquelas o verdadeiro Vieira descido das alturas do púlpito, posto no nível da sua classe de homem letrado e culto. E aqui convém notar que os "Sermões" como os temos, nunca foram assim pronunciados: que auditório poderia entendê-los? Êle próprio conta-nos, em uma de suas cartas, que fizera de quatro

sermões sôbre o Rosário, aquêle que aparece num dos seus quinze volumes de oratória. Conta-nos mais: que tinha, em Lisboa, o amigo Sebastião de Matos e Sousa, seu revisor, a quem incumbia o último retoque de seus escritos. Vieira orador empregava português literário. Vieira epistológrafo usava o português vulgar. Neste se entenderia no convento, na cidade, na côrte, nas viagens. Quando, no confessionário, ouvia, certamente, português rústico, do povo analfabeto.

O latim, que penetrou na Ibéria, no século III antes de Cristo, trazido pelas tropas de Cipião, em guerra com Aníbal, pertencia ao tipo vulgar e rústico. Vulgar falariam os comandantes, os escrivães, a gente encarregada da burocracia. Rústico a demais soldadesca, os mesterais que faziam parte das legiões romanas. O latim literário só aparecerá muito século depois quando a Hispânia já podia imitar os modelos de Roma: não só imitar, mas suster o facho das letras, oferecendo à metrópole os seus poetas, os seus prosadores, os seus filósofos. Celtas e iberos, nessa fusão denominadora *celtiberos,* tiveram de aprender êste latim rústico, plebeu para elevàr-se até aquêle vulgar e polido na escola. Das imperfeições dêste aprendizado idiomático provieram as três línguas românicas da Península: o português, o castelhano e o catalão.

CARACTERÍSTICOS DO LATIM DA LUSITÂNIA

Entrado o latim, no sul da Espanha, na Bética, hoje, Sevilha, no século III antes de Cristo, sòmente na época de César e de Augusto conseguiu vulgarizar-se na Lusitânia. Os contactos guerreiros entre romanos e lusitanos começaram no ano 193 a.C.: do Algarves de hoje invadiram a Bética, sendo derrotados pelo pretor Nasica, em Ilipa. O estado de luta prolonga-se até .o ano de 25, Quando Augusto, em pessoa, comandou suas legiões na Lusitânia. Os contactos mais duradouros entre romanos e lusitanos tiveram início, como se vê, cento e sessenta e seis anos, mais de século e meio, depois do desembarque das tropas de Cneo Cipião, no mês de Agôsto do ano 218 antes de Cristo, em Empórion. O latim aí entrado já se diferenciava bastante daquele primeiro da Bética, apresentando um cunho mais plebeu, mais rústico. As inscrições latinas da Lusitânia, comparadas às da Bética, oferecem número muito maior de vulgarismos. A base de tôdas as demais transformações foi a alteração da acentuação silábica: enquanto o latim da Romània Oriental, que compreende o sul da Itália, Sicília, Córsega, Sardenha e a Dácia, hoje, Rumânia, conserva os proparaxítonos, a Romània Ocidental de que fazem parte o norte da Itália, a Gália, a Provença, a Hispânia e a Lusitânia, por meio de síncopes, reduziu a maioria dos proparoxítonos a paroxítonos. O vocábulo *uómo, uómini* (*Itália*), *oâmeni* (*Rumênia*), *homens* (*Portug.*), *hombres* (*Espan.*) *hom-*

mes (*França*) proveniente do latim *hómines;* a palavra *tábula* evoluciona diferentemente nestas mesmas línguas: *tavola* (*it.*) *table* (*fr.*) *tabla* (*esp.*), *tabua* (*port.*); o italiano diz *cárica*, o português *carga* como no francês *charge; monachus* deu *mônaco* em italiano, *mogo* em português arcaico, *monge* em provençal. Tal efeito do acento já vinha do latim plebeu onde a síncope das vogais ante e postônicas era comum: *virdis* (*viridis*), *auricla* e *oricla* (*auricula*), *muliére, consuére, battuére,* (*muliere, consúere, battúere*) por isto o italiano ainda diz *báttere* quando em português é *bater*. Em seguimento a esta tendência continua a lingua vulgar a dizer *corgo, abobra, canfro* quando a literária, procurando aproximar-se das formas latinas clássicas, emprega *córrego, abóbora, cânfora*. Como consqüência dsta dslocação da sílaba tônica, muitas palavras passaram a oxítonas como se verifica nos verbos: *correr, dizer, bater* e no substantivo *mulher*. As oclusivas surdas e fortes *p.t.c.* quando entre vogais, passaram a sonoras e fracas *b-d-g*, atingindo êste fenômeno fonético a mesma posição semi-intervocálica desde que a consoante seja *r*: *patrem = padre; aquam = água; aquilam = águia; populum = pobo = povo; cattum = gato; caviolam = gaiola*. Desde que a consoante intervocálica fôsse já sonora, desaparecia, por síncope, em português, mormente em se tratando de *b, d, g, l, n*, e, às vêzes, r: *ibi = ii, y e* depois *aí; gradum — grau; regem = rei; coelum = céu; lanam = lãa = lã; patrem = padre = * paire = paie* (linguagem infantil) *= pai; proram = prora = proa*. O grupo consonantal latino *ct*, não precedido de nasal, evolucionou para *it, ut*: *noctem = noite, noute; actum = aito, auto; octo = oito, outo* que ainda vive em *outubro*. Os grupos formados por momentânea mais vibrante *l*: *cl, fl, pl, tl*, palatizaram-se em *ch*: *clamare = chamar; flagrare = cheirar; plicare = chegar; plantare = chantar; catlu = cacho*. Algumas vèzes a palatização foi *lh* como em *telha* de *tegla; ovelha* de *oviclam; olho* de *oclum; coalhar* de *coagulare, coalho* de *coaglu*. Esta palatização em *lhe* provém mais freqüentemente da posição da vibrante *l* junto a *iod*: *filium = filho; folia = fôlha; muliere = mulher*. Segundo a tendência da língua, de reduzir tôdas as palavras a paroxítonos, o período arcaico empregou muitas vêzes a hipértese do iod: *corium = *corio = coiro; corsarium = corsario; = cossairo; rabiam = *ravia = raiva; sapio = sábio = saibo* de que hoje temos apenas o composto *ressaibo; capiam = cabia = caiba*. A vibrante *l*, quando velar, vocalizou-se em *u, i*: *multum = muito; talpam = taipa; falcem = *fauce = fouce; calcem = *cauce = couce; caule = *cauve = couve*. Como conseqüência de todos êstes fenômenos experimentados pelo latim na Lusitânia: mudança de acentuação tônica, sonorização das surdas síncope das sonoras, vocalização da gutural surda *c* a da vibrante *l*, da hipértese do iod, a dialetação do latim vulgar neste território apresentou, desde os seus primeiros tempos, um carácter muito acentuado de suavidade, em face do castelhano, do catalão. Tal carácter de suavidade acentuou-se ainda mais com a se-

gundo e importantíssima conseqüência dos fatos fonéticos, há pouco enunciados, que foi a numerosa ditongação do português. Esta feição do nosso idioma o aproxima do francês e também pela sua nasalidade embora de processo diferente. Mesmo quando a nasal tendia a desaparecer, deixava seu vestígio na nasalação da vogal anterior: *lanam* = *lana* = *lãa* = *lã; unum* = *ũu* = *ũ* = *um; finem* = *fĩi* = *fĩ* = *fim; bene* = *bẽe* = *bẽ* = *bem*. A nasalidade, que é um dos mais profundos característicos do idioma ainda provém de assimilação, quer progressiva como em *mihi* = *mii* = *mi* = *mim; matrem* = *madre* = *mai* = *mãe;* quer regressiva como em *hibernum* = *iverno* = *inverno*, fenômeno vivo no Brasil onde diz o povo *intaliano* e por analogia *Intália*. A explicação dada e aceita por alguns de que *hibernum* deu *inverno* por fôrça da rima com *inferno* é infantil e risível. Esta lei da nasalação está muito viva na fala do nosso povo do Brasil que não pode dizer *nu*, mas *num* e vendo semelhança de sons, diz também *anum*, quando deveria ser *anu*, nome de pássaro muito conhecido em nossos campos. No Algarves diz o rústico *pirum* por *peru*, o que também se ouve em nosso país. A assimilação nota-se ainda dentro dos próprios ditongos, fenômeno a que damos o nome de *reciprocidade*: *ai* = *ei; au* = *ou; talpa* = *taipa* = *teipa*, forma viva no Brasil; *factum* = *faito* = *feito; lacte* = *laite* = *leite; aurum* = *auro* = *ouro; taurum* = *tauro* = *touro*. A tendência da fala rústica é de chegar até a monotongação como já está na língua espanhola: o povo diz *ôro, tôro, lôro*. O nome próprio *Laura* é dito pelo vulgo *Lora* como já no latim vulgar se dizia e se escrevia *Clódio* de *claudio*. Releva ainda notar a palatização representada por *nh*, símbolos que nos vieram do provençal, efeito do iod: *araneam* = *aranha;* * *poneo* = *ponho;* ou causada pelo ressôo nasal sôbre *i*: *vinum* = *vĩo* = *vinho; vaginam* = *vaĩa* = *vainha*, hoje *bainha*: *pinum* = *pĩo* = *pinho; meam* = *minha*. Ainda no terreno fonético notamos os dois fenômenos opostos: da prótese e da apócope vocálica: *abantesma* (*bantesma*), *avoar, acurvar*, mas sobretudo nos casos em que o étimo latino começava por *s* impuro: *stare* = *estar; spatham* = *espada; splendorem* = *esplendor; strare* = *estrar; strenam* = *estréa* (*estréia*); *statum* = *estado*. A apócope era de regra quando o som anterior pudesse formar sílaba independente, o que se dava com a vogal *e* precedida de: *ç, l, n, r, s; pacem* = **pace* = **paç* = *paz; solem* = **sole* = *sol; panem* = *pane* = *pan; bene* = *ben; mare* = *mar; dare* = *dar; mensem* = **mense* = *me(n)se* = *mês; ansam* = * *ansa* = *a(n)sa* = *asa;* por convenção ortográfica, as palavras portuguêsas nunca terminam em *ç*, passando a *z;* desde o latim vulgar que, no grupo *ns*, a nasal não era pronunciada: *cosules* por *consules; mesa* por *mensa*. Dava-se o mesmo com o prupo *nf* de que temos, no arcaico, *iffante* por *infante*, do latim *infantem*. Se esta apócope era normal, outras foram introduzidas por influências das línguas da Península, do castelhano principalmente: *gran*,

bel, cas, el,: *en cas del-rei*. A forma *el* que aparece como artigo em *el-rei, el-conde*, é um dos vestígios dessa época. A forma apocopada *são*, no arcaico *san*, de *santo* permanece ainda hoje sem que se tenha estendido a todos os nomes como se vê ainda em *Santo Cristo, Santo Gil, Santo Tomás, Santo Tomé, Santo Domingos, Santo Gral, Santo Tirso*.

Muitos dêstes fenômenos fonéticos eram já processos do latim vulgar que continuaram a produzir-se na época da romanização, prolongando-se ainda no romance português. Outros foram efeitos do substrato celta, o mesmo que atuou na formação do romance francês, e, por isto, os dois idiomas românicos apresentam tantos pontos de contacto. Era natural que os celtas, embora falando língua indo-européia, ao acomodar sua base fonética própria aos novos fonemas do latim, não conseguissem perfeita reprodução de tais sons: ora excediam, ora ficavam aquém da linha justa. Estas impossibilidades de execução, imperceptíveis, talvez, na primeira geração, se foram ampliando cada vez mais, à medida que as gerações se sucediam, terminando em tal afastamento que a mesma palavra latina pronunciada pelos primeiros já não era mais possível de compreensão pelos últimos. Nesse momento, o dialeto deixou de ser dialeto, passando a língua. A ação do substrato ibero-celta ou celtibero foi decisiva na formação do português, na dialetação do latim na Lusitânia.

O VOCABULÁRIO

Entre os dois tipos da mesma língua, o literário e o vulgar, não só no latim, mas em todos os idiomas, apresentava o léxico muitas diferenças. O latim literário procurava empregar as palavras sinônimas, cada qual com o seu matiz próprio: *os* e *bucca, grandis* e *magnus, alius* e *alter, crus* e *perna, caput* e *testa; bucca* designava pròpriamente as *bochechas; grandis* era de significado material, tamanho físico; *magnus*, moral, intelectual; *alter* só se empregava para indicar o *outro* entre dois objetos ou seres (*alterum brachium, alter oculus, altera manus*); *alius, o outro* entre muitos: *alius homo, alius, digitus, alii capilli*); *crus* era a perna humana; *perna* a dos irracionais; *caput*, a cabeça tôda; *testa* era a rolha das garrafas. O latim vulgar confundiu estas pequenas diferenças de significado e usou *bucca* por *os;* esqueceu-se de *magnus*, e só empregou *grandis;* deu a *alter* o significado de *alius* e êste desapareceu; desconheceu *crus* e confundiu racionais com irracionais: todos igualmente tinham *perna; testa* passou a indicar sòmente a fronte e a *caput*, transformado em *cabo*, ligou a idéia de extremidade, fim, chefe. No latim da Ibéria surgiu um novo têrmo derivado de *caput, capitis*: *capitia* de que nos veio e ao espanhol *cabeça, cabeza*. O celtismo *caballus*, já acolhido pelo latim vulgar, suplantou *equus* bem como êsse outro vocábulo celta

carrus tomou o lugar de *currus*. *Manducare* foi suplantado por *comédere, comedére; coenare* cedeu ante *jantare*. O grego vulgar *spatha* fêz desaparecer o literário *gladius* e o mais literário ainda *ensis*. *Focus*, que indicava o fogão da casa, fêz esquecer *ignis*. O celta *cattus* levou de vencida o latino *felis*. O germânico *riks*, já no próprio latim vulgar, substituíra *dives*. Da mesma forma *blanck* procedeu com *albus*. O vulgaríssimo *gordus* fêz esquecer a *nedius*. O clássico *cor* só nos ficou na expressão *saber de cor*, substituído pelo desenvolvimento *corationem*. Passou-se o mesmo com *spes* que teve de ceder ante o particípio presente substantivado *sperantia*. *Cras* que ficou em alguns dialetos da Itália, na forma *crai*, não teve existência no latim da Lusitânia que só conheceu *maniana* (*manhã*) e na forma composta *ad manianam* = *amanhã*. O advérbio *heri*, que está no castelhano *ayer*, viveu no português arcaico *heire, eyre*, sendo vencido mais tarde por *ontem* que se formou de *antenoctem, anoite, *oõite, õite, oõte* = *ontem*. Uma série muito numerosa de diminutivos do latim clássico: *ovicula, auricula, acucula, genuculum*, tinha no latim vulgar o significado de grau normal e assim passou para o português: *ovelha, ourelha, orelha, agulha, geolho* depois *joelho*. Igualmente, comparativos de superioridade, na forma sintética *ior*: *senior, junior, interior, exterior, anterior, posterior* perderam a qualificação gradativa para serem considerados meros positivos: *senhor, júnior, interior, exterior, anterior, posterior*. Ainda hoje ninguém pensa no real significado destas palavras: mais velho, mais moço, mais dentro, mais fora, mais à frente, mais atrás. As formas analíticas dos graus, característico da língua vulgar, fizeram olvidar as formas sintéticas. Tirante os comparativos *maior, menor, melhor* (*maior, minor, melior*), o latim vulgar só conheceu *magis grandis, minus grandis, plus grandis, magis dives* e não *divitior* ou *ditior*. Os superlativos clássicos em *issimus, ilimus, rimus*: *carissimus, fragilimus, celeberrimus*, cederam o lugar a *multum carus, multum fragilis, multum celeber*. Quando o latim literário preferia as formas demonstrativas simples: *ille, illa, illud*, o vulgar, ao contrário, escolhia as formas reforçadas com o advérbio *accum*: *akkille, akkilla, akki-llud* de que tivemos *aquêle, aquela, aquilo*. Com o refôrço adverbial ainda *accum* + *ibi* = *akki* = *aqui*. Ao literário *flumen* e também *fluvium* o latim da Lusitânia preferiu *rivum* = *rio*. A *pulcher* opôs *formosus* e *bellus* = *fremoso, formoso, belo*. O latim vulgar trouxe para a Lusitânia o germanismo já por êle adotado: *werra* (*guerra*) em lugar de *bellum*. Quando o clássico distinguia entre *homo* e *vir*, o vulgar só empregava o primeiro *hominem* = *homem*.

O latim divulgado na Lusitânia apresenta dois característicos muito seus e profundamente diferenciados: era *arcaico* e *dialetal*, por êste lado se aproximava do *rústico*. O estudo da epigrafia latina revela que as inscrições desta parte da Ibéria contêm maior número de vulgarismos e de arcaísmos do que as de Espanha. Uma das sobrevivências da fase

pré-literária do latim é *cuius*, cujo. *Cova* que no *latim* clássico era *cava*. *Vocare* (*vogar*) e não *vacare* do literário. Os estudos de filologia românica empreendidos por Matteo Bártoli (Saggi di Linguistica Spaziale — Torino — 1945), segundo os métodos da geografia lingüística, provam exuberante mente o primeiro característico do latim da Lusitânia. De acôrdo com o lingüista italiano, as inovações da fase românica, isto é, do latim vulgar, são menos numerosas na Ibéria do que na Itália. As inovações, os neologismos, quer de vocábulo, quer de expressões, apareciam primeiramente no centro da romanização, isto é, na Itália e, dadas as distâncias, as dificuldades de contactos, raramente chegavam aos extremos da Romània, à Ibéria e à Dácia. Daqui provém o carácter essencialmente arcaico destas duas partes do território em que se processou a dialetação do latim em línguas neolatinas. Tomando por fonte de informação a obra de Bártoli, vemos que *arborem* (*árvore*) era mais antigo do que *alborem* (*álbero*); *consuére*, que nos deu *coser*, apareceu antes de *consire* de que provém o italiano *cucire* ou o engadino *kusir*. A preposição *intra*, *inter* (*entre*) precedeu a *infra* (*fra* em italiano). Deu-se o mesmo com *ante* (*a*) e *primum*: *ante*, *antes* em português e *primo*, *prima* em italiano. O nosso arcaico *obridar*, moderno *olvidar*, derivando-se de *oblitare*, é mais antigo do que o italiano *dimenticare* que se formou do neologismo latino *dementicare*. Igualmente, *sobiar* (*assobiar*) do latim da primeira fase *sibilare*, precedeu ao latim da segunda fase *fistulare* de que se originou o italiano *fischiare*. A inovação latina *plus* aparece esporàdicamente, no arcaico, *chus;* o que predomina é *magis*, *mais* do latim antigo. Outra inovação latina *precare*, (praedicare) *pregar* sòmente pela língua eclesiástica, penetrou em nosso idioma; tivemos sempre *rogare*, *rogar*, muito mais velho. *Versória*, arcaísmo em face de *scopa*, que era contribuição germânica, vive em *vassoura*, ao passo que o italiano tem *scopa*. A nossa dupla *padrasto*, *madrasta*, do latim *matrasta*, *patraster*, surgiu primeiro que a outra *patrignus*, *matrigna* que estão na Itália sob a forma de *patrigno*, *matrigna*. A disjuntiva *aut*, ou, não se encontra nesse país que usa *ovvero* de *aut vero*, inovação do latim vulgar. A *porcus* substituiu tardiamente *maialis*: o italiano ficou com a novidade e o português com o arcaísmo. *Tenere* veio depois de *habere*: por isto a língua arcaica faz largo uso de *aver* que cedeu depois ante a inovação *ter*. *Mulier* é de cunho muito mais antigo que *foemina*: esta forma está no francês *femme*, no italiano *femina*, mas em português permaneceu a primeira *mulher*. A derivação portuguêsa *fêmea* passou apenas a uma designação de sexo. *Cambiare* era novidade que substituia, em latim vulgar, o velho têrmo *mutare*: foi êste que nos ficou (*mudar*) e *cambiare*, *cambiar* passou ao italiano e ao castelhano. De todos êstes exemplos e de outros que seria fácil ajuntar, não se segue que algumas das novidades de Roma, dos neologismos e modismos do povo romano, não tenham chegado à Ibéria e,

portanto, não se encontrem no latim da Lusitânia, passando depois ao português. Deseja-se apenas afirmar que tais inovações são muito menos numerosas, são raras, neste território da România. Predominaram sempre os arcaísmos, isto é, as contribuições dos primeiros tempos. Pela separação das distâncias e depois pela separação política a Ibéria e muito mais ainda a Lusitânia ficaram isoladas de Roma. Daqui o carácter predominantemente arcaizante da sua dialetação.

Outro característico importante foi o cunho dialetal do latim introduzido na Ibéria, na Lusitânia. O dialeto confunde-se aqui com o rústico e era absolutamente evitado, em Roma, pelos autores todos. A terrível *rusticitas* serviu sempre de tema aos estilistas gramáticos. Inùtilmente se travou esta luta: se dela se beneficiou o latim literário, artificial, estandartizado, ganhou muito mais o latim vulgar que com os elementos dialetais se enriqueceu. As contribuições dialetais, naturalmente, vieram com o próprio elemento romano de invasão e de colonização da Lusitânia. As legiões eram formadas por elementos da mesma região italiana, portanto, de falar comum. Transferindo-se como um todo a outros lugares, lá implantaram o seu dialeto, a sua maneira própria, regional, de expressar-se. Vários eram os dialetos muito vivos na Itália e cada qual contribuiu para o vocabulário latino. Dêste polidialetismo da língua de Roma é que provém o polidialetismo da România. Encontrando-se com outros idiomas e outros dialetos, em cada região dominada pelas armas romanas, contribuíram poderosamente para as diferenciações lingüísticas até da mesma região. É o caso da Ibéria ou da Hispânia: nesta mesma península deu o latim três grandes línguas românicas: o português, o castelhano e o catalão. Na base formadora destas três dialetações estão os grandes germes lingüísticos: o polidialetismo do próprio latim aí introduzido e o polidialetismo indígena aí encontrado. Na mesma península, mas em regiões diferentes, a dialetação latina produziu três idiomas muitíssimo diferenciados entre si. Outra causa: é necessário ainda ter em vista, na explicação dêstes acontecimentos lingüísticos, a cronologia das invasões. Vimos que o latim entrado na Bética, Sevelha atual, era do século III antes de Cristo, latim pré-literário, latim rude, pois, só então começavam os gregos a polir a língua de Roma, assujeitando-se à gramática grega. Quase dois séculos depois é que a Lusitânia foi dominada pelos romanos e, de fato, começou aí a romanização estável, duradoura. Êste latim, por mais desdeixado que fôsse, por mais plebeu que pudesse ser considerado, era muito mais moderno do que o primeiro da Bética. Os burocratas e administradores da Lusitânia, os comandantes das legiões, os comerciantes deveriam já conhecer um latim melhor, escolarmente considerado, pois, a obra dos gramáticos gregos já dera frutos de literatura e de pretensões culturais. O tempo é uma grande causa, um poderoso fator na evolução dos idiomas. Se Matteo Bártoli nos serviu de guia no assunto dos arcaísmos, não po-

deríamos ter melhor mestre, neste outro dos dialetismos, do que Ernout, em sua bem conhecida obra: "Les Éléments Dialectaux du Vocabulaire Latin" — Paris — 1928. Segundo esta autoridade no assunto, *alecer* e não *alacer* é a origem do nosso *alegre; calamitatem* (calamidade) era forma dialetal em face da latina *cadamitatem; elephantem* dizia-se em Roma, porém, no interior apenas *olephantus* e eis que o nosso povo continua a dizer *alifante* e não *elefante* que ficou para os letrados, *camera* era dialetal e rústico, *camara,* citadino: o mesmo se deu em português. A língua arcaica conheceu a palavra *coa,* escrita, às vêzes, *cua* derivada do dialetal *coda* e não do latim *cauda. Abdomen* era da língua dos criadores de porcos, dos açougueiros, e designava o *venter* dos suínos. Assim também *perna* em oposição ao literário *crus. Amasius* era vulgaríssimo e rústico: ainda hoje *amásio* é da plebe como *amasiar-se.* Da mesma origem plebéia e de significado pouco delicado era *baseum* que se contrapunha ao elegante *suavium* e ao quase religioso *osculum.* Veja-se como o nosso idioma ainda conserva êste matiz semântico: *beijo, beijar* é material, sensual, vulgar, ao passo que *osculo, oscular* é reverente. *Bria,* copo-medida de vinho, de cunho céltico, pertencia à língua dos vendeiros, dos botequineiros e vive nos compostos *sóbrio* (*sub* + *bria*) e *ébrio* (*ex-bria*): um que bebe segundo a conta (sub+bria) e outro que vai além da medida, da conta: ex-bria. *Brutus,* dialetal e rústico, indicava o estúpido, o indivíduo pesado e tardo como os animais, portanto, sem educação, sem maneiras delicadas. Assim está em português: *um bruto, brutalidade, brutalmente.* O latim literário *mansionem,* só tardiamente, por influência do francês, nos dá *mansão* De *domus* nada nos ficou. A ambos levou de vencida o dialetal e vulgar *casa.* Notem-se pela falta de rotacismo a antiguidade e a dialecticidade dêste vocábulo no próprio latim. *Caseus* é outro têrmo nas mesmas condições: ausência de rotacismo, pois o dialeto sabino desconhecia êste fenômeno; a inovação *formaticum* não chegou à Lusitânia: *queijo* e não *fromage* ou *formaggio.* De origem etrusca foram *catena* (*cadêa*), *vagina* (*bainha*), *sturnus* de que nos veio *estorno, estorninho; damnum* (dano) que pertencia à língua do comércio; *larva, prora* (*proa*), *cunea* (*cunha*), *truella* (*trolha*), e do grego, mas através do etrusco, pois, os contactos dêstes dois povos foram anteriores aos dos romanos, temos *cisterna, lanterna, lucerna* (*luzerna*), *taberna, caverna. Multa* veio dos sabinos; do osco *grunnire* (*grunhir*) porque o latino era *grundire.* Desta mesma origem era *lupus* (*lobo*). Dialetais eram ainda *munto* em lugar de *multum* e é de se notar que, em Portugal, nas províncias mais conservadas ainda se diz *munto.* Não é fenômeno fonético do português, como poderá parecer, mas já do latim vulgar, do latim dialetal. No norte do Brasil, região também conservadora, é ainda assim que se diz *munto* e não *muito. Ursus* (*usso,* arcaico) é também dialetal. De origem puramente rústica são muitos outros nomes de animais como *asinus* (*asno*), *blatta* (*barata*),

boa, *cólobra* (*cobra*), *burdonem* (*bordão*), *horda*, e a côr dos animais *badius* (*baio*), *pallidus* (*pardo*); *fenum* (*fêo* no arcaico, moderno *feno*); *herba* (*herva*), *colostrum* (*colostro*, o primeiro leite), *fel*. Da mesma origem é a forma *trago* por *traho* de *tragere* e não de *trahere*: por isto, não se deve tratar destas evoluções dentro do português, mas do latim vulgar de que já as recebemos. *Taleare* (*talhar*) e não *secare*. Outro verbo arcaico e rústico foi *solere* de que nos ficou *soer* que apenas vive em *sóe*, *soem*, *sóia*, *soíam*. Longe poderíamos ir com estas pesquisas, ou melhor com estas respigas no vasto campo da língua arcaica, mas os exemplos citados bastam para comprovar, exuberantemente, o cunho dialetal e rústico do latim entrado na Lusitânia, que deu ao português essa característica, essa feição arcaizante e vulgarizante, se o compararmos, por exemplo, com o italiano.

Na própria morfologia ainda se comprovam os característicos rústico e arcaizante do nosso idioma. O desaparecimento dos casos, processo que já vinha desde o período pré-literário do latim, se resistia ainda no período clássico, estava muito vivo e produtivo no vulgar. Desde que funções aproximadas podiam ser expressas por um mesmo caso, com o auxílio das preposições, a língua viva de Roma não titubeava em fazê-lo. Assim o ablativo foi substituindo o genitivo: em lugar de "*virorum atque mulierum*" já se dizia "*de viris ac mulieribus*". As funções do dativo foram adjudicadas ao acusativo com *ad*: *scripsi tibi* passou a ser *ad te scripsi*. À medida em que a consciência dos casos, das funções lógicas, se foi obliterando entre o povo, as preposições passaram a não ter mais influência de regência e assim, a frase clássica: *virorum atque mulierum*, que já passara à vulgar *de viris ac mulieribus*, terminou por ser *de illos viros et de illas mulieres*. Quando *vir* perdeu a sua distinção de *homo*, e *mulier*, de *femina*, a frase ficou: *de illos homines et de illas feminas*. No latim das Gálias ainda o nominativo se distinguia bem do acusativo como se vê no francês e no provençal antigos. Mas no latim da Lusitânia deixou de haver tal distinção de casos, confundindo-se formalmente o nominativo e o acusativo. Apenas a função os distingue e não a forma.

O analitismo, traço especial do latim vulgar, aparece acentuadíssimo na Lusitânia. Não é só o capítulo dos graus de que falamos, páginas atrás, onde as formas sintéticas foram substituías pelas analíticas, sobretudo, na formação da voz passiva, nas formações adverbiais. Os tempos do infectum, que se mantinham sintéticos no latim literário, passaram a analíticos como já o eram os do perfectum: *amatus sum* não faz parte do perfectum e sim do infectum, em substituição ao sintético *amor*. Para manter a distinção de tempo foi necessário criar *amatus fui*. O futuro do indicativo em *bo* (*amabo*), que já em Cícero revela a tendência de desaparecer, suplantado por uma perífrase como *habeo amare*, *não* fêz parte do latim lusitânico. Se por algum tempo os dois elementos da perífrase

ainda se mantiveram separados, terminaram por fundir-se no futuro românico *amarei* (*amar+ei*), servindo ainda de modêlo ao condicional que será criado: *amaria* (*amar* + *ia*). Os pretéritos de forma simples desapareceram diante dos compostos de auxiliar e particípio: não mais *scripsi, cantavi, feci* e sim: *habeo scriptum, cantatum, factum*. O verbo *habere* esvazia-se de seu conteúdo semântico para ser apenas um auxiliar. Não basta, porém, um auxiliar: a língua coloca nas mesmas funções outros verbos como *tenere, stare*. Esta tendência perifrástica, exigida pela necessidade de clareza da língua vulgar, projeta-se ainda no capítulo dos advérbios e de adjetivos: *nunc* passou a *hac hora* = *agora; heri* a *ante noctem* = *anoite* = *ontem; cras*, a *ad maneanam* = *amanhã; hic* reforçou-se com *accum* = *aqui* (*accum+hic*); outras composições: *perhoc* = *pero; per inde* = *porém; tam magnus* = *tamanho; quam magnus* = *camanho*. No comparativo de igualdade, ao lado do clássico *tam... quam* surgiu o vulgar *tam...quomodo* donde vem o nosso *tão como*. Releva notar que a segunda parte da comparação arcaica reflete a primitiva construção latina de nominativo com *quam* e não de ablativo sem *quam*: a frase *chus negro ca pez*, encerra duas palavras desconhecidas no português moderno: *chus* (*plus*), *ca* (*quam*).

Do emprêgo do demonstrativo *ille, illa, illud* como artigo nem é necessário falar, pois, já era de todo o latim vulgar da parte ocidental da Romània.

Os gêneros, que já estavam reduzidos ao masculino e ao feminino. ainda se mantiveram nessas formas articulares: *illum* (*lo*), *illam* (*la*), *illu* (*d*) = *lo* reduzidos depois a *o, a, o*. No atual período ainda temos a forma neutra quando dizemos: "Temos de estudar, bem *o* sabemos", mas em função pronominal e não articular. Se a função é diversa, a forma é a mesma. Reaparecem ainda, como pronomes, as formas antigas *lo, la*, nos infinitos ou quando precedidas de sibilante: *vê-lo, vê-la, vimo*(*s*)*-lo, conhecemo*(*s*)*-la*. O gênero neutro tomou desde o latim vulgar, e assim ficou em português, certo matiz de coleção, agrupamento, intensificação, nos femininos em *a*: *lenha, sandalha, vela, braça*, contagiando outras palavras como *saca, tacha, barranca*, cujas formas femininas dizem mais do que as masculinas *saco, tacho, barranco*. Naquele esfôrço de clareza, traço especial do latim vulgar como muito bem notou Vossler, as preposições se acumularam: *desde* = *de+ex+de; des* = *de* + *ex*. Ainda hoje temos, na fala do nosso vulgo, expressões corretas embora acumulativas: *andar de a cavalo; vir de a pé; estar de a par.* Os clássicos também assim fizeram: *de sob* o teto; *por sôbre* o rio.

Na *sintaxe* predominava a ordem direta, evitavam-se os hipérbatons, os períodos longos, aproximando-se o mais possível os elementos determinantes dos determinados para que a compreensão da frase fôsse rápida e fácil. Porque as terminações dos verbos já se iam enfraquecendo

e tendiam as consoantes ao ensurdecimento, era maior o uso dos pronomes retos, sujeitos, a fim de se evitar confusão de sentido. No latim clássico desenvolvia o escritor todos os seus recursos artísticos, recorrendo à transposição dos elementos da frase, empregando hipérbatons atrevidíssimos, elipses difíceis, torneios nem sempre claros, mas sempre elegantes, numa febre de exibicionismo estético. Pouco se lhe dava que o leitor o compreendesse com facilidade ou o não entendesse completamente. Para muitos, a obscuridade era sinal certo de talento, a clareza indício também certo de vulgaridade. Tal preocupação levou os escritores ao tal estilo fechado, superobscuro, hermético como diriam depois. O latim clássico, diz Vossler, era egoísta: o autor só pensava em si próprio e não no leitor. Ao contrário, o latim vulgar, repelindo todos êsses artificialismos literários, empregando a ordem direta, a linguagem simples, evitando com cuidado as inversões, os hipérbatons, procurava fazer-se entendido, embora, talvez, não elogiado nem admirado pelo leitor. Pensava mais neste do que em si mesmo. O latim vulgar, diz o mesmo Vossler, era altruísta.

Dentro dêste quadro geral, o latim da Lusitânia, de maior rusticidade, era ainda mais pronunciado. A leitura do "Satyricon" de Petrônio comprova exuberantemente a simplicidade e a clareza dêsse latim do povo, que, em muitos lugares, numa inversão de dados cronológicos, parece ser uma versão do português em latim. Eis uns exemplos colhidos ao acaso: *amas bonam mentem, non fraudabo te arte secreta. — Si scires quae mihi acciderant! — Hic debes habitare — non perdamus noctem. — Nec adhuc omnia erant facta — belissima occasio est — Praeterea grande armarium in angulo vidi. — Medici illum perdiderunt — tanquam unus de nobis*. Se estas frases aparecessem num exercício escolar de latim, em nossos ginásios de hoje, os professôres diriam logo que eram latim macarrônico, latim de cozinha. Foram, porém, escritas por Petrônio quando procurava, no seu romance famoso, reproduzir a fala do povo.

Inovações do latim lusitânico — Se as inovações de Roma nem sempre chegavam à Ibéria, algumas sempre vinham. Outras eram do próprio latim local, apropriações de palavras e expressões indígenas. Cita Lapesa (História de la Lengua Española — pg. 56) alguns neologismos da Espanha, que eram comuns à Lusitânia: a fusão das duas conjugações latinas *ere* (*breve*) e *ere* (*longo*): *légere, dícere, legére, dicére;* a deslocação do acento no hiato *ei, ue*: *mulíere, paríete, battúere consúere* e depois *muliére, pariéte, battuére, consuére*. Uso de *collacteus* em lugar de *collactaneus* de que nos ficou *collaço*. *Mancipius*, masc e não *mancipium* neutro: mancebo. *Altarium por altare* (*outeiro*). *Antenatus* = *anteado, enteado; bostar*, estábulo, em português antigo: *bostal; catenatus*, cadeado; *serralia*, serralha; *cattare*, por *captare*, catar. Outros

neologismos podem provir dos substratos ibéricos ou contribuições do latim cristão. Nem sempre é fácil distinguir entre o que é realmente do latim vulgar, vindo de Roma, e do latim eclesiástico ou medieval. De modo geral apontamos os seguintes neologismos: *afundar* (**affundare*), *alargar* (*allargare*), *alçar* (**altiare*), daqui *alçada; baba* (**baba*), *cavidar* (**cavitare*); veja-se a êste respeito o último trabalho de H. H. Carter: "A Fourteenth Century Latin — Old Portuguese Verb Dictionary", Colorado College — 1953. *Credentia, Credência; desbragar* (**desbracere*), tirar as bragas, as calças; *entesar, entensoar* (**intensare*); *pata* (**patta*); *pegureiro* (**pecora + arius*); *pequeno* (**picc*); *rachar* (**rasclare*); *rengo* (**renicus*); *sengo* (**senicus*); *sirgo* (*sericus*); *cuspir* (**scuppire*); *escamar* (**squamare*); *terneza* (**teneritia*); *verça* (**virdia*); *mistura, misturar* (**mixtura*); *mocho* (*musclu*); *saciar* (* *satiare*); *cinza* (**cinisia*); *cebola* (*cepulla*); *neta* (*nepta*); *arrenegar* (**arrenegare* no sentido de não gostar, não aprovar); *voltar* (**volvitare*, freqüentativo de *volvere*); *lapa* (**lappa*, ibérico); *brenha* (**brenia*, ib.); *trepar* (**trippon*, germ.); *faga*, ferm. ainda hoje para indicar as hastas dos óculos; *aoi, aia* (**hagia*, got.). Destas contribuições germânicas se fará maior menção no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

LUSITÂNIA GERMÂNICA

Na impossibilidade de vencer os germanos pelas armas, já pela debilidade em que se encontrava o Império, já porque êsses bárbaros, admitidos a servir nas legiões romanas, haviam aprendido a estratégia militar que fizera de Roma a dona do mundo, os últimos Imperadores concluíram com tais inimigos vários tratados de aliança, de confederação, pelos quais passavam a ser aliados e sócios. Era o *foedus* cujas obrigações eram observadas sòmente quando convinham aos bárbaros que nunca tiveram a menor noção de responsabilidade. Por um dêsses tratados entre Hermerico e o imperador Honório, em 407, ocuparam os suevos a Callaecia. Constituíram aí um reino que durou até 456. Foram vencidos pelos visigodos. A Lusitânia tinha sido ocupada pelos alanos; a Bética pelos vândalos que a abandonaram, passando à África onde destruíram Cartago, Hipona, em que agonizava Santo Agostinho. Os mais importantes de todos foram os visigodos. Estabelecidos na Provença, por um tratado com o imperador Constâncio, logo depois já tinham dominado tôda a Hispânia, firmando-se após a derrota dos suevos. Tanto êstes como aquêles, tendo abraçado o arianismo, fizeram-se mais tarde católicos: os suevos após a derrota sofrida; os visigodos quando o seu rei, Recaredo, em 586, abraçou o catolicismo. Ambos, pelo contacto que, há muito, traziam com os romanos, mas principalmente agora, pela influência da religião, deixaram os seus idiomas germânicos, adotando o latim vulgar. A Igreja civilizou êstes bárbaros e os visigodos, sobretudo, souberam elaborar, sob esta direção eclesiástica, pujante e fecunda civilização. Na aculturação dêstes germânicos tiveram grande responsabilidade as figuras insignes de Idácio, bispo de Aquis Flaviis, hoje, a cidade de Chaves, que combateu, lutou, pela Callaecia, servindo de embaixador entre o general romano Aecio e os suevos, rebeldes ao cumprimento do *foedus*. Escreveu valiosíssima "Crônica" em que relata os horrores da dominação na Galiza e no território português de entre Douro e Minho. O seu testemunho tem grande valor porque tomou parte nesses fatos, como vítima e como defensor dos romanos. Surgem em seguida S. Leandro, S. Bráulio e acima de todos Santo Isidoro de Sevilha, que sòzinho representava tôda a cultura do seu tempo. Aquêle trabalho lento de

assimilação, iniciado no século primeiro, estava, por assim dizer, terminado com o batismo de tais bárbaros: nesse tempo, *católico* e *romano* eram sinônimos perfeitos. A separação civil, que ainda perdurava com a "Lex Romana Visigothorum", proibindo o casamento entre os dois povos, desapareceu, substituída por um estatuto comum. Começou então a própria unidade étnica. Assim, por três séculos se foi firmando e se foi desenvolvendo a monarquia visigoda até que, enfraquecida por dissensões internas, teve pela frente a grande ameaça do tempo: o Islão. Em 711 tudo estava consumado e a Hispânia passava a ser muçulmana.

O romance peninsular já devia estar muito desenvolvido, nesta época, com as suas características futuras já bem pronunciadas, embora as classes cultas, a burocracia, o clero ainda se expressassem em latim. Santo Isidoro faz sempre referência a palavras, expressões vulgares, quer para explicá-las, quer para corrigi-las, o que nos prova a grande influência da fala vulgar, do romance. Por êste fato lingüístico e por êsse outro dos contactos bem mais antigos com o latim vulgar de outros lugares, foi pequena e de pouca monta a contribuição germânica à língua da Hispânia, especialmente, da Lusitânia, em cujo território ficaram mais numerosas e mais profundas as suas influências. Duas opiniões se opõem neste assunto: Menéndez Pidal avalia em 300 os vocábulos de origem goda, correntes, quer no espanhol, quer no português. Releva notar, porém, que o mestre Pidal distingue entre as contribuições chegadas à Península através do latim vulgar e aquelas pròpriamente peninsulares, desconhecidas de outras partes da România. "Parece que los elementos fermánicos del español no proceden, en general, de la dominación visigoda en la Península, como pudiera creerse: el número de los invasores era relativamente escaso para influir mucho; además, los visigodos, antes de llegar a España, habían vivido dos siglos en íntimo contacto con los romanos, ora como aliados, ora como enemigos, en da Dacia, en la Mesia en Italia misma y en Galia, y estaban muy penetrados de la cultura romana. Asi hay pocas voces tomadas por los españoles en su trato con los dominadores germanos... Alguna, por el contrario, revela ese origen, como *triscar*, y lo tendrá también *tascar* por no hallarse sino en español y portugués..." (Manual Elemental de Gram. Hist. pág. 16). Já o prof. Joseph L. Piel limita grandemente as contribuições vocabulares: "Da civilização dos invasores, incomparàvelmente inferior à romana, não ficou, se excluirmos talvez o direito medieval, vestígio algum. Da sua língua salvaram-se duas ou três dúzias de vocábulos, reunidos recentemente por E. Gamillscheg, e a sua lista, onde abundam os asteriscos, quer dizer, onde os étimos não são documentados mas reconstruídos, dificilmente poderá ser aumentada. O grupo III (palavras de origem gótica que só se encontram na Península) contém 22 números, alguns bastante problemáticos. Dentro do português, e nos

casos mais seguros, são palavras como: *aleive, lastar, malado (maladia, maladio), trégua; ganso, marta, laverca; luva, espora;* portanto, quatro expressões da terminologia jurídica, três nomes de animais e duas palavras que se relacionam com a indumentária. Que pobreza, se compararmos êstes poucos vestígios ao grande número de vocábulos de origem árabe que, segundo uma avaliação muito superficial, não deve andar longe de 8 por cento da totalidade do vocabulário português e respectivamente espanhol!" (Boletim de Filologia — III pg. 108).

Uma das causas principais desta pequeníssima influência germânica em português e espanhol está na ausência absoluta de obras literárias deixadas por tais povos. Nunca escreveram obra alguma em seus dialetos. O que se sabe do gótico não se deve aos germânicos da Hispânia, mas ùnicamente ao bispo Úlfilas, da Mécia, servindo-se dos caracteres cirílicos para traduzir a Bíblia. Os suevos, que eram mais atrasados do que os visigodos, nada deixaram por onde se possa fazer uma idéia de seu dialeto. Piel, repetindo Brüch, afirma que há apenas um ou outro vocábulo em português que lhe podemos atribuir (à língua sueva) com certeza. Brüch identificou *laverca* "*cotovia*", e *filtro* como de origem sueva; nós tentamos fazer o mesmo para *broa*. Duvido que se passe daqui". (Op. cit. pg. 110).

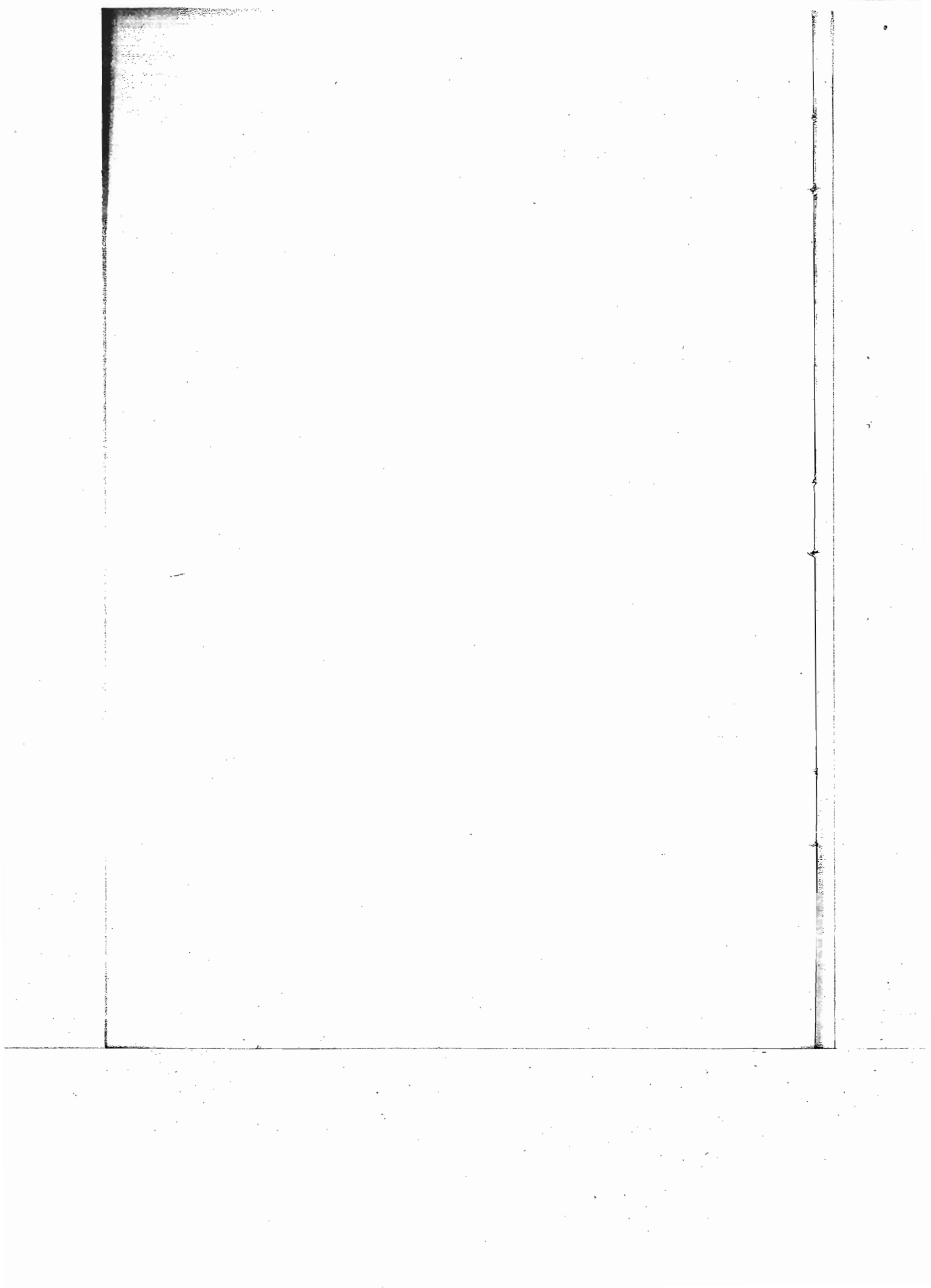
No pequeno espólio deixado por visigodos, por germânicos, tomando esta denominação de um modo geral, podemos citar os seguintes vocábulos: *guerra* (*werra*), *bando* (*bandwo*), *guardar* (*wardôn*), *roubar* (*raubôn*), *guarnir, guarnecer* (*warnjan*), *elmo* (*helms*), *dardo* (*dard*), *albergue* (*haribairg*), *guarecer* (*warjan*), *brasa* (*brasa*), *estribo* (*Astreup*), *espora* (*spaura*), *fouveiro*, tipo de cavalo, (*falws*), *fralda, coifa, ganhar* (*waidjan*), *sala* (*sal*), *loja* (*laubja*), *arpa, saião,* (*sagio*), título dado a certo ministro inferior de justiça, *feudo* (*fehôd*), *arauto* (*hariwald*), *embaixada* (*andbahti*), *trégua* (*triggwa*), *orgulho* (*orgôli*), *escarnecer* (*skarnjan*), *esmarrir* (*marrjan*), *esmagar* (*magan*) e dêste mesmo verbo o derivado *esmaiar*, perder as fôrças. Adjetivos como *rico* (*riks*), *fresco* (*frisk*), *branco* (*blank*). Outros nomes: *guisa, guisar* (*wisa*), *arrear* (*adredare*), *broa, feltro, roca, laverca, estaca, espêto, escanção, parra, parreira, aleive, brio, ufania, ufano, garbo, gana, talar, triscar, tascar, bramar, ataviar, roupa, serão, espia, tapa, ganso, marta, agasalhar, brotar*.

A grande contribuição germânica está nos antropônimos que, na maioria dos casos, passaram também a topônimos: a terra tomou o nome do possuidor. Alguns estudos já estão feitos dêste assunto, como os de Sachs, Piel, Gamillscheg. Os antropônimos, explica o Prof. Piel, revelam grande fantasia e encerram as aspirações, os desejos dos pais que sonham com o futuro dos filhos, querendo que possuam qualidades de fôrça, glória, autoridade, poder, riqueza. A fôrça é indicada pela palavra *lobo* (*wulf*); a glória por *mir, mil;* a autoridade, o poder por *reiús, rigo, riz;* o valor

guerreiro por *gunths*, a espada; por *harjis*, *arge*, *ar*, exército; por *hathus* ou também por *hildis*, *luta; por sinths*, expedição militar; por *.thras*, disputa; às vêzes aparece *frithus*, *frei*, paz; e também *munds*, proteção. Assim *Teodulfo*, *Rodolfo*, *Teodorigo*, *Gondemir*, *Argemil*, *Guilhade*, *Gundemir*, *Hilda*, *Fadilde*, *Tresmil*, *Tresmonde*, *Ermezinde*, *Resende*, *Jufrei*, *Almonde*. A formação gramatical dêstes onomásticos é interessante. Ouçamos o Prof. Piel, autoridade no assunto: "Como vimos, a sua maior parte é constituída por nomes binários que sem dúvida caracterizavam as relações de parentesco, em geral por meio da aliteração: *Atalarigo* é, p. ex., o filho de *Eustarigo* e de *Amalaswintha*, ou pela repetição do mesmo elemento. Assim, o pai de *Teodorigo* chama-se *Teodomero*, seu irmão *Teodemundo*, sua filha *Teodegoto*. Ao lado dêstes nomes existe porém outra categoria que podemos chamar nomes de mimo ou nomes abreviados. A sua origem deve procurar-se na preocupação de facilitar a sua pronúncia. São formações chamadas hipocorísticas que reduzem os nomes compostos suprimindo um dos dois elementos. Se por exemplo dois irmãos se chamavam *Teodinando e Gundinando*, a parte distintiva dos seus nomes estava no primeiro elemento; se se chamavam *Teudinando e Teudimero*, esta distinção estava no segundo. Por isso criam-se no primeiro caso os hipocorísticos *Teudila e Gundila*, no segundo *Nandila e Merila*. Um dos dois elementos é portanto substituído por um sufixo. Estas formações por sufixo, podem, por sua vez, ser primárias ou secundárias. As primeiras mostram ou o sufixo vocálico — já (*theudi*, *Albi Waci*), ou mais freqüentemente o consonântico *-an* (*Thoda*, *Guda*, *Suna*), as secundárias (quer dizer, novas ampliações e hipocorismos por meio um sufixo diminutivo), os sufixos — *ilan* (*Theudila*, *Albila*, *Gudila*), ou, mais raras vêzes, — *ikan* (*Mirica*, *Cilica*, *Talica*). A evolução, que acabamos de explicar seria ilustrada pela série: Theoderic (*—mer—mund,—etc.*),*—Theododa*, *Theudi—Theudila*. Um outro meio de formar nomes de mimo é, finalmente, a geminação de consoantes como em *Ibba*, *Anna*, *Riggo*, *Tottila*". (Op. cit. 112-23).

Os topônimos, sendo os mesmos antropônimos, não necessitam de explicações especiais. Pedimos vênia ao ilustre professor da Universidade de Colônia, acima citado, para transcrever ainda alguns exemplos da sua seara fértil e única no gênero. *Alvarenga*, não só topônimo, mas também nome de família, presta-se muito ao nosso caso porque, ao mesmo tempo, explica o antropônimo *Álvaro*: forma-se êste de *Al*, modificação de *Alls*, igual a *todo*, e de um derivado do gótico *Warjan*. O significado de *Alvaro* seria "o que se defende de todos". O topônimo *Alvarenga* e também nome de família tomou o tema de *Alvar* ao qual ligou o sufixo *engo*, que se encontra também em *solarengo*, *avoengo*, *rialengo*, *etc*. *Cardim*: pode tratar-se dum nome **Gard-inus*, sendo o primeiro elemento o mesmo que está em *Cardelhe*, que corresponde *a Cardelli*, genitivo de

**Cardellus* de **Gardila*. Também na raiz dêste nome alternam, como em *Grand-* e *Can-* as formas com consoante sonora com as formas com consoante surda. O étimo da raiz *Gard-*, é o gótico *gards* "*quinta*", cf. o alemão moderno *garten*, ing. *garden*, etc. A situação geográfica de *Cardim* torna contudo possível que derive de *cardo*". (pg. 295). *Froes*: é o patronimico *Froiliçi*, *Froiliz* do nome *Froia* muito vulgar no onomástico medieval: *Froila*, *Floila*, *Froilo*, *Froia*, etc. Tratava-se naturalmente de **Frauj-ila* derivado de *Frauja* "*senhor*". Dêste igualmente se derivam *Forjães* e *Forjão*. Nestes dois últimos topônimos deu-se a metátese de *fro* para *for*—o que explica que o —*i*— de *Froia* seja representado por —j—. *Geraldo*: apesar de êste nome ser de origem germânica, não entra na categoria dos nomes suevo-visigóticos. Basta olhar para a distribuição geográfica para se conhecer que o nome *Geraldo* se fixou na toponímia só depois da reconquista, em conseqüência do culto de S. Giraldo importado de França. Há em Portugal sete lugares chamados *S. Geraldo*, que se encontram tanto no Norte como no Sul do País. Um bispo bracarense *Giraldus* é mencionado em 1097. O "Onomástico Medieval" cita mais as formas Girardus 1086, *Giraldiz* 1220. *Giralde séc.* XV, *Giralda* 1258. O culto de S. Geraldo veio, como já disse, de França, e com êle o nome que é de origem francônica, sendo o primeiro componente *ger* — "*lança*", e o segundo — *hardus* — "*duro*". (Boletim de Filol. III — pg. 380)

Numerosíssimos são assim os nomes de pessoas, ao mesmo tempo, de lugares, formados de elementos germânicos, em todo o atual território de Portugal e no da Galiza. Para não abusar da riqueza ajuntada pelo Prof. Piel e da paciência dos leitores, fazemos final aqui, esperando que o mestre de Colônia nos brinde com todos os seus estudos reunidos em volume.

CAPÍTULO IV

LUSITÂNIA ARÁBICA

As dissensões internas da monarquia visigótica; lutas políticas entre os partidários de Vítisa e os de Rodrigo; lutas religiosas entre católicos e arianistas, entre cristãos e judeus; estado de sublevação do norte, bascos e francos, contra o sul, visigodos, fizeram da Espanha um terreno propício à invasão dos muçulmanos, senhores do norte da África. Muitos, quer por ressentimentos políticos, como o Conde Julião, comandante de Ceuta; quer por ressentimentos religiosos, todos os judeus, auxiliaram e facilitaram a entrada vitoriosa dos invasores. De outra forma não se poderia explicar a fortuna de um pequeno exército de 12.000 berberes, sob a direção de Tárique, contra as tropas reunidas pelo rei Rodrigo, muito mais numerosas e aguerridas. Em oito séculos de dominação, de 711 a 1492, desenvolveram os árabes notabilíssima civilização no sul da Península, considerada até hoje a mais brilhante de todo o mundo, naquela época. A aculturação foi profunda e geral: os árabes ensinaram aos cristãos desde o trato do campo até o trato do céu. A terra foi cultivada por outros processos, com sementes e plantas novas que a Europa desconhecia. Novas fibras foram introduzidas e a indústria dos tecidos, o aproveitamento artístico das madeiras, com natural reflexo nas construções das casas, no mobiliário, trouxeram confôrto e luxo até então desconhecidos. Enriqueceu-se a arte culinária, tornou-se lauta a mesa, aperfeiçoou-se o paladar e até a própria neve das montanhas deu a sua contribuição às exigências do gôsto oriental. Os pastoreios, a criação dos rebanhos, o aproveitamento das peles, da lã, dos couros enriqueceram as populações do sul e ministraram novos recursos ao luxo, à moda. A arte da guerra foi renovada completamente: a estratégia dos árabes ensinou o aproveitamento das alturas, das colinas, dos obstáculos naturais da paisagem. As indústrias ìntimamente ligadas à vida militar tomaram incremento nunca visto: a forja do aço, do ferro, o fabrico das armas. Quando a relativa tranqüilidade permitiu, floresceram as artes e as ciências, a filosofia, as matemáticas, a física, a química, a medicina e por causa desta a botânica, as ciências naturais; a poesia, a música, as danças, a arquitetura. Até mesmo nesse terreno invencível da fé, embora o proselitismo nunca fôsse característica dos

semitas, até mesmo aí não foi pequena a influência árabe: muitos, por motivos certamente materiais e não espirituais, aceitaram o Alcorão. Era natural que também os idiomas se encontrassem no mesmo estado geral dos outros fenômenos desta aculturação sem igual: a língua romana, como era então denominada a já muito adiantada dialetação do latim vulgar na Península, sentiu o choque da Cultura de que era veículo o árabe africano. Aquêles que se haviam conformado com o domínio invasor, os renegados aceitaram também a língua estrangeira. Outros, embora sempre rebelados contra a dominação invasora, por necessidade de trato, aprenderam também o idioma novo. Criou-se, assim, no sul da Espanha, na parte Lusitânia que se limitava com a antiga Bética, um estado bilíngüe: havia mouros que sabiam falar a língua romana, o romance; e hispânicos que se expressavam em árabe. A grande massa, porém, da população: mulheres, gente dos campos, crianças, conservaram a sua língua própria. Dêste contacto íntimo, aodtou o árabe numerosas palavras românicas ao ponto e provocar protestos ao viajante Ben Jaldun que estêve em Granada em 1362-1365 e mais tarde em 1374. São de Menéndez Pidal (Orig. 449) estas palavras: "... después de decir que en Túnez, Argel y Marruecos el árabe se mezcló con el bereber, formando una lengua mixta en que predominan los elementos extranjeros, añade: En España ha occurrido lo mismo, por sus relaciones con los gallegos (o sea, leoneses y castellanos), con los francos (o sea, aragoneses)". Pelas mesmas razões adotou o romance umas quatrocentas palavras árabes que ainda vivem no castelhano e no português.

A denominação e a aculturação muçulmana foram predominantes no sul e no centro da Península; o norte e o noroeste permaneceram isentos desta dominação, se bem que várias expedições chegassem até Compostela, no tempo de Almançur. Por esta razão, foi justàmente dêsse norte, dêsse noroeste da Espanha que partiu a reconquista cristã. Os árabes não distinguiam, então, geogràficamente, os territórios dessa região: davam-lhes a todos o nome geral de *Jalikiya*, acomodação fonética de *Galícia*. Os futuros territórios do Condado de Portucale, tôda essa região dentre Douro e Minho, de que, no século XI se formará o novo Estado, o atual Portugal, estavam compreendidos na *Jalikiya*. A influência árabe não poderá, portato ser de grande importância no galego-português e muito menos ainda no português. Quando Almançur chegou à Galícia e teve a audácia de dar de beber a seu cavalo na pia batismal de Compostela, Portugal não existia. As incursões das tropas árabes na Galícia foram de 977 a 1002. O casamento de Dom Henrique de Borgonha com Dona Teresa, filha de Afonso VI, cujo dote foi justamente o Condado de Portucale, desmembrado da Galícia, se realizou muito tempo mais tarde, em 1095. Em 1097, o O Condado Portucalense já se tornava independente da Galiza, passando a fazer parte do reino de Leão. Dissensões

políticas agitam todo o govêrno de Henrique de Borgonha, prolongam-se pela regência de Dona Teresa e quando Afonso Henriques toma o govêrno de seu condado ainda teve de manter lutas, quer com os príncipes e reis da Galícia, de Leão, quer com os mouros que haviam chegado até Coimbra. Sòmente depois da famosa batalha de Ouriques, foi que o jovem monarca tomou o título oficial de Rei de Portugal. Desta época em diante, dia a dia, se fortalece a luta da reconquista e quando a língua já se podia denominar portuguêsa, o poderio dos árabes já não existia. Vê-se, portanto, que diretamente não pôde êste povo influir na formação do idioma português; indiretamente, sim, através do grande elemento de transição, os *moçárabes*.

Desde quando a influência civilizadora dos mouros começou a fazer-se sentir, dois grandes grupos se formaram, que merecem especial menção: dos renegados, *muladies*, peninsulares de língua românica e religião católica, que se deixaram absorver completamente pela aculturação arábica: abraçaram o maometanismo, passaram a falar árabe, identificando-se com os dominadores. Em oposição, a maioria hispano-goda, que, mantendo religião e língua, apenas pòlìticamente se viram submetidos: eram os *moçárabes*. Milíngües perfeitos, falando com a família o românico, o árabe no trato público, foram o elemento transformador que introduziu, no românico, digamos, no romance, tôdas as contribuições vocabulares do arábico, acomodando-os à fonética local. De outra parte, levaram ao árabe as contribuições românicas, comistão lingüística que se revelava de modo muito simbólico, na aljamia: língua romance em caracteres árabes. Tal aljamia foi, nesses recuados tempos, o que hoje é, em tôda a Europa e na América, o *ydisch*, língua vulgar alemã, já muito entretecida de elementos eslavos, mas escrita em caracteres hebraicos. Bastante numerosos, os moçárabes estendiam-se por todo o sul e centro da Ibéria e depois, premidos pelos Almóhades, emigraram para o norte, levando consigo o seu dialeto tão fecundo de conseqüências para as três grandes línguas: castelhana, catalã e portuguêsa. Quando Fernando Magno conquistou Coimbra, formando com as terras que iam do Douro ao Mondego um novo condado, foi o seu primeiro governador o Conde Sesnando, moçárabe. Já nessa época estavam êles nas partes futuramente portuguêsas e já tinham tanta importância que um dos seus nobres se via elevado às alturas de governador. Coimbra, na Sé Velha, guarda-lhe ainda hoje o túmulo.

CARACTERÍSTICOS DO DIALETO MOÇÁRABE

O cunho principal está em seu arcaísmo e isto porque estava reduzido a língua da família, do lar, da convivência com o vulgo menos ilustrado, reservando-se o árabe para os tratos oficiais, burocráticos. Em outras partes da Península onde chegou a formar núcleos numerosos, v. g. em

Toledo, teve de ver-se limitado por outras influências, como a do castelhano nesta cidade, do galego-português em Coimbra. Não teve oportunidades de evolucionar pelo aperfeiçoamento literário, conservando, desta maneira, os seus característicos antigos e primitivos. No vocalismo, mantinha a final *u* e não *o;* os ditongos *ai, ei, au, ou* (*carraira, Genáir, lauxa, fouxil* = *carreira, Janeiro, lousa, foucil, fouce*). Não ditongava as vogais abertas *e, o,* como fêz o castelhano. Sòmente em Toledo, por influência dêste dialeto, é que começou a ditongar o *e*. No consonantismo mantinha a palatização *lh,* escrita *ll*: *mulheres, filhos*. O grupo *ct* não se palatizava em *ch* como em castelhano, mas se aproximava do português, dizendo *note, lete* e não *noche, leche*. A palatal inicial era conservada como em português: *Jenáir* (*Janeiro*). Não fazia assimilação no grupo *mb, nd,* (*mm, nn*) muito comum em outras regiões da Espanha, mas como o português, dizia *pomba, andar* e não *paloma, anar*. Ao contrário do nosso idioma, não sonorizava a dental surda intervocálica: *toto, boyata* (*todo, boiada*). Ao contrário ainda, não sincopava as consoantes *l, n* intervocálicas: *Mertola, Oddiana, luna, malu*. Na toponímia do sul de Portugal êste fenômeno foi conservado por influências justamente dos moçárabes que aí eram numerosos, ocupando extensa área desde Salamanca, Badajoz, etc. Possuía o dialeto moçárabe o yeismo; em oposição, porém, ao do português, revelava-se principalmente na sílaba inicial *yengua* (*lengua*) como faz também o catalão. Não tinha o árabe *s* inicial e por isto as palavras começadas por *s, ç,* eram transcritas com *x*: *xaria, xairon* (*ceira, ceirão*); *xapon* (*sabão*). Tal fenômeno estendeu-se até à sibilante sonora em sílaba medial como se vê em *lauxa* (*lousa*), *fauxil* (*fouce*). Muitos quiseram atribuir a esta causa o aparecimento da fricativa, chiante, no espanhol e no português, mas sem razão. As duas línguas latinas, por evoluções próprias do seu sistema fonético assim procederam. O castelhano *jabon, xabon,* nada tem de ver com o árabe *xapone*. Ainda hoje, na Beira, até mesmo na cidade de Coimbra, pode-se ouvir: *vextido de xeda*. A um ilustre professor da Universidade tivemos muitas oportunidades de ouvir dizer: *deixes, já dexeste?* por *desces, já desceste?* Em Lisboa as sibilantes são fortíssimas e por isto as velhas grafias já nos davam *Lixboa*. No Rio de Janeiro e em Florianópolis, no Brasil, o fenômeno lisboeta é terrìvelmente notório.

Na incorporação dos arabismos, teve a língua de proceder a certas acomodações, justamente naqueles fonemas em que não havia perfeita correspondência. A forte aspiração gutural do árabe desapareceu substituída apenas pela siflante: *almofada, alfaiate, chafariz*. As consoantes finais receberam vogal de opoio segundo o cunho da língua: *adarb* = *adarve; açaut* = *açoute; alard* = *alarde*. A dental surda e forte se enfraqueceu e se sonorizou: *atob* = *adobe; alqton* = *algodão*. As consoantes geminadas *ll, nn* foram simplificadas e não palatizadas como

se passou com o castelhano: *alvanel, almuçala* e não *albañir, muzalla; anil* e não *añil. Os ditongos ai, au* passaram a *ei, ou: al — daia = aldeia; a — çaut = açoute*. Nenhuma influência, portanto, exerceu o árabe na língua portuguêsa: nem na fonética e de modo algum na morfologia ou na sintaxe. A contribuição foi apenas vocabular. Seja dito de passagem que tampouco teve influência na fonética do espanhol. Alguns mal informados pensaram que o *j* gutural dêste idioma era a grande influência deixada pelo árabe: tal fonema só apareceu tardiamente na língua de Castela. Foi uma contaminação do basco e nunca o árabe: veio do norte e não do sul.

Todos êstes rasgos fonéticos do moçárabe deixaram vestígios no português e por isto dizemos que foi êste dialeto e não o árabe que exerceu influências no idioma luso. Por meio dêle é que o nosso léxico se enriqueceu com empréstimos árabes. Nêste particular é de importância observar que o português conservou as formas quase inalteradas, ao passo que o castelhano as alterou, acomodando-as à sua maneira própria: *almofada, almohada; Jerez, Xerez, alaude, laud, chafariz, xahariz, etc*. Com a dilatação das conquistas portuguêsas para o sul, principalmente depois que não foram mais admitidos os bairros próprios, as mourarias, os moçárabes não puderam evitar a completa assimilação étnica e lingüística, desaparecendo na unidade idiomática do novo Reino.

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES ÁRABES

Depois do latim foi o árabe que forneceu maior contingente de palavras para a formação do léxico português. Estimam uns em 300, outros em 400 e até em 4.000 êsse capital que o nosso idioma deve ao árabe. Steiger, na sua conhecida obra "Contribución a la Fonética del Hispano-Arabe y de los Arabismos en el Ibero-Románico y en el Siciliano", em que não teve por mira fazer o elenco das palavras, mas estudar a evolução fonética, dá-nos, em 13 páginas, nada menos de 1.062 vocábulos entrados no português. Miguel Nimer, nos dois volumes de sua grande obra "Influências Orientais na Língua Portuguêsa", S. Paulo — 1943, encheu 803 páginas de formato grande com mais de 700 títulos, compreendendo cada título de seis a dez palavras estudadas. Isto sem falarmos nas obras já tornadas clássicas de Dozy e outros arabistas do passado. J. Piel acha que os empréstimos árabes chegam a um oitavo do vocabulário português.

Milícia	Adarga	Almofre
	Adaga	Alcáçova
Algarada	Alfange	Alcácer
Atalaia	Aljava	Adarve

Alferes
Acicate
Alvorôço
Algema
Azagaia
Zaga
Tarimba

Cavalaria

Acicate
Alazão
Albarda
Almocreve
Corcel
Gineta
Ginete
Jaez
Ajaezar
Récua
Récova

Casa

Arrabalde
Aldeia
Alcova
Açoteia
Alfurja
Azulejo
Aldraba
Alicerce
Argola
Alvanel
Almofada
Alfombra
Ataúde
Almofariz
Chafariz
Enxoval
Sanefa
Surrão
Saguão
Tareco
Bairro

Agricultura

Açude
Alcachofra
Alcânfora
Alfafa
Alface
Algodão
Azeite
Azeitona
Azenha
Açafrão
Açúcar
Azambuja
Almécega
Atafona
Arroba
Almanjarra
Açucena
Beringela
Baldio
Jasmim
Laranja
Sáfaro
Tremoço
Tarefa

Comércio

Loja
Almude
Almotolia
Alqueire
Alfândega
Aduana
Almoeda
Açougue
Arrátel
Alforge
Alambique
Álcool
Tarifa
Quintal
Quilate
Resma
Fôrro
Alforria
Rês

Luxo

Aljôfar
Alfinete
Albornoz
Arrecadas
Babuchas
Gibão
Borzeguim
Garrir
Alvaiade
Tauxiar
Fustão
Alambre
Escarlata

Mesa

Acepipes
Alface
Almôndegas
Arroz
Acelga
Cuscus
Regueifa
Sorvete
Xarope

Música

Alborgue
Adufo
Atambor
Alaúde
Anafil

Côres

Azul
Azeviche
Azinhavre
Anil
Alazão
Escarlate
Carmim
Carmesim

Ciências

Algarismos
Álgebra
Alquímia
Alveitaria
Aljamia
Algaravia
Cifra
Nadir
Zênite
Zero

Administração

Alcaide
Aguazil
Almotacel
Alvará
Aljube
Algoz
Almoxarife
Emir
Vizir
Masmorra

Topônimos

Alcântara
Beja
Algarve
Arrábida
Albufeira
Gibraltar
Tejo
Guadiana
Odiana

Vários

Arre
Atá
Até
Oxalá
Arras
Agomia
Badana
Maquia
Almadia
Almada
Lacraia
Enxaqueca

DECALQUES DE EXPRESSÕES ÁRABES

1) *Olho d'água*

Américo Castro, em sua obra "España en su Historia", pág. 61 e seguintes, apresenta-nos várias expressões que, no sentir o autor são ecalques de outras usadas pelos árabes: "En relación con las palabras relativas al agua, hará observar que los estudios lexicográficos arábigo-hispanos no concedam atención a los calcos de palabras y, por tanto, no han reparado en que *ojo* manantial que surge en una llanura" es una acepción inexplicable dentro del románico; se trata de una seudomorfosis del árabe *ayn*, que significa a la vez "fuente" y "ojo" (pág. 63). Realmente existe em português esta maneira de dizer: *olho d'água, olhos d'agua*, para pequenas fontes dos caminhos ou simples e incipientes vertentes que aparecem nos barrancos das estradas. Esta maneira de dizer, está, porém, na Bíblia, na "Vulgata" de S. Jerônimo que é mais antiga do que a dominação árabe na Ibéria. Será, portanto, uma contribuição semita, mais hebraica do que árabe.

2) *Arraial*

Em português, *arraial* se já significou acampamento militar, hoje é apenas usado como sinônimo de vilarejo: *Arraial dos Sousas, Arraial das*

Cabras, Arraial do Belém como se disséssemos: *Vila dos Sousas, das Cabras, do Belém*. A origem está no árabe *aryal*, plural de *riyl*, pé, pata traseira de um animal. A primeira designação foi, portanto, o de rebanho, manada, tropa. Depois, ajuntamento militar, havendo de mistura homens e animais, já de cavalaria, já de simples transporte de armas e víveres. Finalmente chegou ao significado atual de vila, povoação, lugarejo. Parece-nos que venha daqui a designação moderna de *tropa* em relação ao exército: *tropa* era a récua, o conjunto de animais de transportes, especialmente, militares. Passou depois a designar o exército, o conjunto de soldados.

3) *Viver à sombra de alguém — Ter boa ou má sombra*

Afirma A. Castro que "*Sombra* significa "protección moral", extensión metafórica de la sombra..." Esta maneira de dizer está muito viva em português: viver à sombra de alguém, pôr-se à sombra de um poderoso, isto é, sob a proteção. Quando alguém tem bom "padrinho", "costas quentes" para seus atos, costuma-se dizer que "o que lhe vale é a sombra de fulano de tal". A *sombra*, continua o supracitado autor, em árabe *jayala*, pode significar ainda o aspecto, a fisionomia, de uma pessoa, assim como a sombra, em geral, é a figura do corpo. Cita um fato por êle observado em Marrocos: "A los hebreos de Marruecos, que hablan un castellano arcaico mezclado con arabismos, oí decir que una mujer bonita "tiene buen jial, o sea, *jayala* pronunciado al uso marrojuí". (pág. 66). Tal maneira de dizer é corrente no Brasil e em Portugal: f. tem má sombra, isto é, é mal encarado, não é boa cousa.

4) *Correrias*

No português moderno ainda se usa esta palavra no sentido de depredações, desordens, arruaças. Entende o povo que *correrias* provenha de *correr*, fugir com mêdo das conseqüências arruaceiras. A. Castro acha que seja imitação do árabe *gawara*, correr e também depredar. *Corredor* por depredador, se foi usado nos tempos antigos, modernamente não mais se emprega.

5) *Casa* por *compartimento*

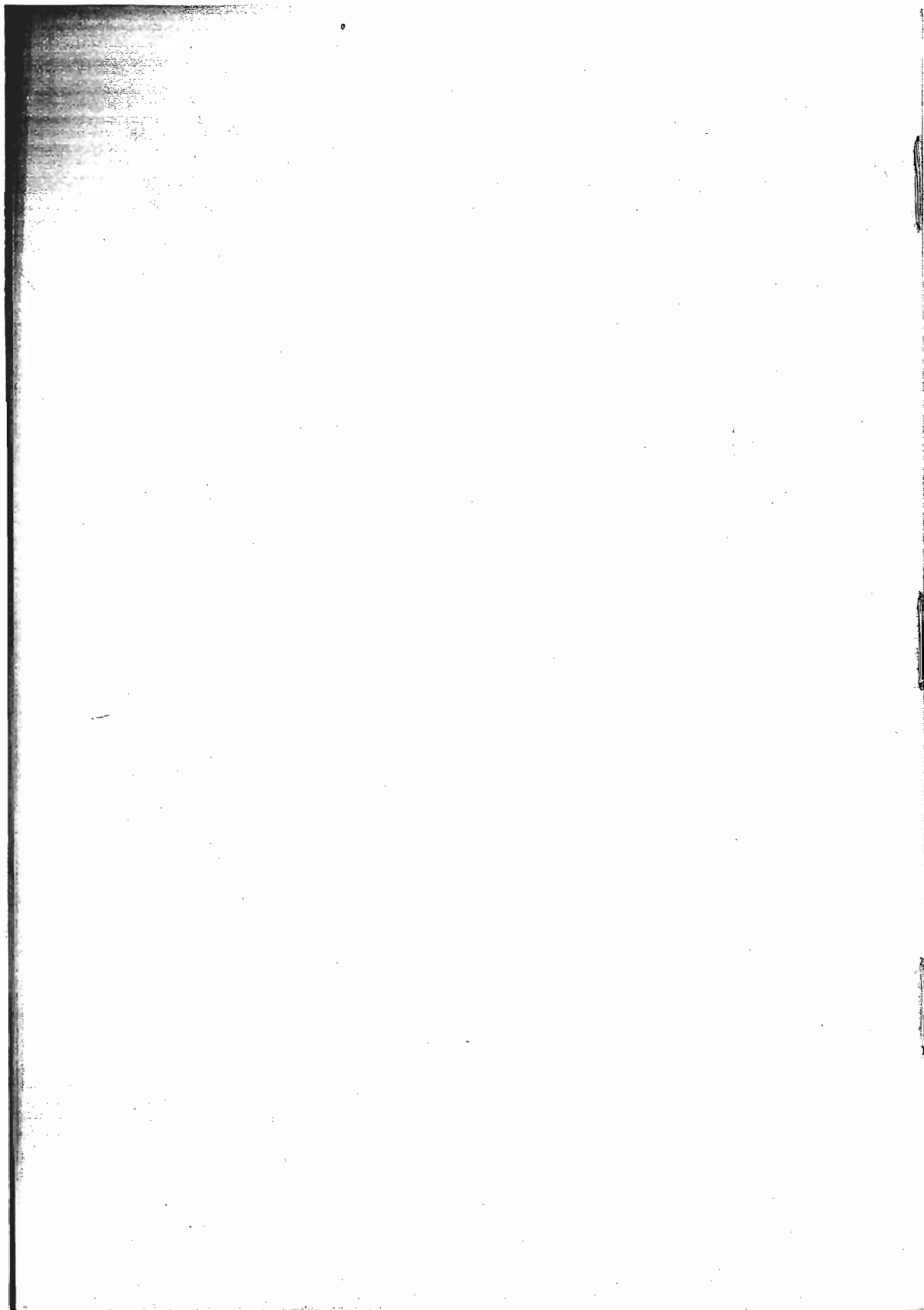
No português do Brasil não se encontra tal uso que está muito vivo em Portugal: *casa de jantar, casa de banho*, — quando dizemos apenas: *sala de jantar, sala de banho*. *E'* a palavra árabe *bayt* que já tinha tal significação. Na gíria do Brasil é corrente usar-se *baita* como têrmo de comparação: F. comprou um *baita* carro, comeu um *baita* prato de feijão,

levou um *baita* tapa, etc. Neste sentido, pensamos que não seja decalque ou imitação de expressões similares árabes. Entrou esta gíria por influência do dialeto genovês onde *baita* quer dizer, como em árabe *casa, moradia rústica*. Tal palavra *baita*, casa, serve, de têrmo de comparação: uma *baita* mulher, quer dizer: uma mulher tão grande como uma casa. Mais modernamente, sobretudo, em S. Paulo, o termo de comparação é o *bonde*, o carro elétrico, o *street carr*: F. casou-se com um *bonde!*

6) *Aceiro*

Dá-se o nome de *aceiro*, em espanhol, ao fio das armas brancas, da mesma forma que em português. Numa foice, por exemplo, a parte maior é de ferro: apenas uma orla é de aço. Esta orla de aço, a parte cortante do instrumento, é que se chama *aceiro*. Daqui passou o têrmo, por comparação, à linguagem agrícola: quando um campo está pronto para ser queimado, faz-se também uma orla de proteção contra o fogo, para que êste não passe a outro terreno vizinho. Tal orla tem o nome de *aceiro*.

7) *Expressões de cortesia*

Exagera A. Castro a sua devoção ao islamismo quando atribui a decalques árabes as expressões de cortesia: *beijo-lhe as mãos, aos pés de V. Exa., até amanhã se Deus quiser, mantenha-vos Deus, Deus o abençoe, etc.* Tôdas estas expressões, com menor ou maior diferença, já eram correntes em latim: *ad pedes vestros provolutus, benedicat te Deus, etc.* Esqueceu-se o autor de que a simples palavra *adeus* é o final de uma frase: *encomendo-te a Deus*, — de que só nos ficou *adeus*, como *adiòs, adicu, addio, etc.* Se alguma influência houve, foi hebraica através da Bíblia e não dos árabes ou do islamismo na Espanha. Há muito que restringir em todo o livro de A. Castro, e, de modo especial, quando trata das relações religiosas da Hispânia muçulmana, que compreendia grande parte dos domínios de Portugal.

CAPÍTULO V

LUSITÂNIA PRÉ-LITERÁRIA

Durante os séculos que precederam a fundação do Condado Portucalense, em que não nos é lícito falar de Portugal, e, portanto, do português como idioma de nacionalidade, o dialeto usado na Galiza pouco se diferençava do leonês. A antiga unidade da monarquia visigótica ia-se restabelecendo à medida que os territórios eram reconquistados e novamente repovoados. O reino de Leão, ainda antes que se reunisse ao das Astúrias, procurou restaurar a unidade fraccionada pela invasão árabe. Galiza e o território do futuro Portugal faziam parte de Leão, não só geográfica e política, mas também lingüìsticamente. Sem possuir literatura em romance, já dispunha de um dialeto bastante característico, que transparece, aqui e ali, sob a roupagem do latim bárbaro dos tabeliães e notários. Mais importantes do que os vocábulos são as construções sintáticas, as modificações morfológicas, que depois constituíram fenômenos exclusivos do português. Mais numerosos do que tais empregos são os fenômenos fonéticos dêsse latim bárbaro, prenunciadores da fonética lusitana.

Respigando através dêsse campo documental não muito fértil, desde o século V até o IX, podemos enumerar o que se convencionou chamar *português pré-histórico;* do século IX ao XII, o que se diz *proto-histórico.* Tais denominações despertam não poucas objeções: primeiro, porque não se pode falar em língua portuguêsa quando Portugal ainda não existe. A denominação é mais política, nacionalista do que geográfica. Segundo porque não há documentação valedoura no primeiro período: "O latim lusitânico é a base do português pré-histórico, que nós poderemos apreciar quase só por indução. As inscrições cristã-latinas, do século V em diante, poucos elementos dão para a nossa glotologia" — diz Leite de Vasconcelos em seus *Opúsculos,* vol. I — pg. 273. Além desta escassez, os elementos colhidos não podem, a rigor, ser classificados como portuguêses. Serão elementos hispânicos, encontráveis nos diversos dialetos então em formação na Península. No segundo período, proto-histórico, já deparamos com documentação mais numerosa e apreciável através dos testamentos, partições, doações, etc. Êste período pertencerá ao português por nímia e exagerada extensão: será leonês, será galego. Os documentos em romance, testamentos, partilhas, genealogias, cantigas d'amor e d'amigo, d'escárnio

e maldizer ainda não podem ser tidos e havidos como portuguêses, mas galego-portuguêses. A diferenciação dialetal já se anuncia numa e noutra margem do Minho, mas sòmente do século XV em diante, estendendo-se Portugal para o sul até Algarves, assimilando os moçárabes, pondo Lisboa por capital, é que a expressão se torna portuguêsa, lusa, não só por ser a língua de um Estado, de uma Nação, mas sobretudo porque os seus fenômenos característicos já de tal modo se acentuaram que não podem mais ser confundidos com os do galego. Não se há de, portanto, falar de português pré e proto-histórico, mas tão somente do português histórico porque, fundado Portugal, a documentação começou imediatamente. Neste período ainda surgem outras objeções que serão passadas em revista em seu momento oportuno.

O LATIM LUSITÂNICO

O Reino de Leão foi sempre de cunho conservador e arcaizante. Em face de Castela que é a inovadora, Leão e principalmente Galiza representam o que há de mais tradicional e antigo. A reforma latina operada pelo beneditinos, iniciada no Concílio de Tours em 813 e levada pelos monges à Península Ibérica, tardiamente chegou a Leão e mais tardiamente à Galiza. Quando o latim dos notários já procurava colocar-se ao corrente das inovações carolíngias, no território dêste Reino e, portanto, no de Portugal futuro, continuava ainda como era antigamente. Os seus traços mais característicos foram resumidos em nosso livro "Estudos de Filologia Portuguêsa", vol. I — pg. 43, da seguinte maneira:

1) *Sonorização das oclusivas surdas.* A *p-t-k* correspondem *b-d-g* "et accebi de tiui uxori mea duos boues (1011-Sahagum)" — "...et deipso pretio abut (apud) te nicil (nihil) remansi" — "... de collegio sancti Iacobi abostoli..." "...eredidade mea probia cingidur (cingitur) terminibus" "...sicut gotiga lex docet". (Orígenes del Español — M. Pidal — pg. 478). Entre os documentos do "Portugaliae Monumenta Histórica" notamos: "nec suadentis artigulo (ano de 883)" — "...hereditates que ganavi in terridorio (ano de 924)." "...et cabra cum sua filia (sec. QII)"— ..."illos villares dublados (ano de 907). Nestes documentos encontramos a passagem de *p* a *b* e de *b* a *v*:" terras vel cultas vel barvaras; ut facere tivi (ano de 807). Em documentos do século IX pudemos respigar: *t/d*: *comide, Lauredo, Lauridosa, báradro, forkada. C/g*: *aligo, aligum, artigulo, judigado, monagus, Migaeli, Portugalensis, diagunus* (*diaconus*) — *Rodrigus*. — *P/b*: *cuba, cubo, subra* (*supra*), *abriles*. — *B/v*: *avitantes* (*habitantes*), *ovlitum* (*oblitum*), e também de *v* a *b*: *perseberare, Gundsalbus, Salbatoris*. — *L/u*: *sauto* (*saltum*) *sautelo* (*Soutelo-Saltellum*) — *O/u*: *diagunus* (*diaconus*), *pumares* (*pomares*). O sufixo *ario* alterna-se com *airo* e êste já passa a *eiro* em muitas palavras: *autario* (*altarium*), *Belesarius, Felgaria, telliario*

e *carreira* (*carraira*), *geira*, *leira*, *ameneiro*. A língua-dental nasal *n* mantém-se: *ameneiro*, *mazanaria*, *várzena*, *Ameixenado*. Mantém-se a vibrante *l* intervocálica: *Lauritelo*, *Olibariola* (*Oliveiró*), *Figueirola* (*Figueró*), *artigulo*, *Portugalensis*, *Abriles*, *etc*. Mantém-se o ditongo *au* que ainda não passou a *ou*: *Sautelo*, *sauto*, *autoria*, *Lauredo*, *Lauridosa*. Em documentos do século XI o ditongo *au* já passa a *ou* e *ai* a *ei*: *outeiro*, *eiras*, *carreira*, *soutos*, *Loureiro*. Ao lado de *dau* encontra-se *dou*. O pretérito já é *deu*. O rio *Durius* toma a forma definitiva *Doiro*. A gutural *g* passada a palatal, entre vogais desaparec *Villa Real*. Na grafia, *ç* e *z* têm o mesmo valor: *criazom*, *lenzo*, *conzedo*, *concedo*.

A síncope da vogal pré e postônica já é praticada: *Colmello* (*Columello*), *Sesnando* (*Sesinando*), *poltro* (*Puledro*), *domna*, *domno* (*domina*, *dominus*). Aparecem as palavras *casas*, *cubos*, *cubas*, *parentela*, *logo*, *valos*, *cabo*, *devesis*, *uno*, *pedazo*, *rio*, *arroio*, *rodondo*. Quase todos êstes substantivos já se encontram em documentos do século VIII. No século XI temos *filiara*, o verbo que vai ser depois, na época trovadoresca, talvez, o mais empregado, na forma então *filiar*, *filhar*. O verbo *habere*, *aver* já está em *avia* (*que vobis ovia a dar*). Temos esta frase que parece portuguêsa mal traduzida para o latim: *dederunt illam in casamento*. Esta outra: per *suas tias* que já é realmente, portuguêsa. Num documento do século XI, publicado em nossa "Antologia Arcaica — S. Paulo — 1941 — lê-se esta frase: "pro in tercio die darent testes" que é um dos documentos mais antigos da passagem do imperfeito do subjuntivo latino para o infinito pessoal português: para darem testemunhos no terceiro dia.

2) — Síncope de *g-d intervocálicos*: "*Pro remeum* (*remedium*) *anime mee* — *villigo reis* (*regis*) — *Villa Real* (*Regalis*).

3) — Redução de *ns*, *nf* a *s* e a *ff*: *preses* (*praesens*), *mesa* (*mensa*), *defesa* (*defensa*), *leonese* (*leonense*), *iffans* (*infans*), *ifferno* (*inferno*).

4) — Vocalização de *l* em *u*. Vide exemplos acima.

5) — Alteração do timbre vocálico: *ribolo* (*rivulu*), *flumene* (*flumine*), *inmovele* (*immobile*), *terredorio* (*territorium*), *vindere* (*vendere*) *diagunus* (*diaconus*), *pumares* (*pomares*), *Doiro* (*Durius*), *logo* (*locum*).

6) — Monotongação: au/ou/o; *Riba dorio* — *usque ad foce* (*fauce*) *de Paviola*. — *Ogenia* (*Eugenia*). *Portug. Mon. Hist. I* — pg. 6.

7) — O verbo *sedere* usado, no subjuntivo, por *seja*. *In vestro iure sedia* (*seja*) confirmado (ano de 1002) — *Anatimatos sediant*.

8) — O verbo *dare* já apresenta a forma *dau*, *dou*: *Dau aque concedo* (docum. leonês de 1030). Em docum. português: *Dau ad vobis*.

9) — Ensurdecimento da consoante final *t*: Et cum Juda traditore *ligea* (*lugeat*) docum. leonês do ano 1006. "Quantum in se *obtine* (*obtinet*) documento de 907, região lusitana.

10) — **Assibilação da dental *t*: inter ceteras *acciones; terciam, porcionem*.** Vide acima *pro intercio die darent testes*, documento português.

11) — **Emprêgo de *ille* em função de artigo determinativo: "De *ille hex-Parant illos solares in duplo ano ad ille sancti facundi*.**

Êste latim popular, diz Menéndez Pidal, possui ainda voz passiva (*cingidur*), particípio futuro (*avidura*), um certo arremêdo de declinação muito embora os casos não obedeçam mais a regra alguma, encontrando-se acusativo em lugar de nominativo, nominativo em lugar de ablativo, etc. Dispõe ainda de partículas: *abut, sigut, subra, parider*, mas não regem mais os casos que regiam antigamente. E' o romance que tenta ainda vestir-se de latim ou são as vestes latinas, já muito esfarrapadas, que teimam em envolver as palavras novas que vão surgindo na rápida evolução para as línguas neolatinas.

Desde que os monges de Cluny, que levaram a tôdas as partes o latim carolíngio tão correto quanto possível, denominado então *sermo obscurus*, entraram na Espanha e são até abades e bispos de Coimbra, o clero passou a aprimorar-se, relegando ao povo o latim já muito romanceado, *sermo vulgaris*. Deixando a si mesmo, breve se dilui, transformado completamente no romance, na língua do povo, que será, no século XII, o galego-português para ser depois simplesmente português.

CONTACTOS COM A PROVENÇA

O culto de Santiago de Compostela, cujas relíquias lendàriamente se diziam encontradas em Padron, no século IX, atingiu a sua era máxima duzentos anos depois, sob os favores de Afonso VI. Santiago, que desde 829 era já o apóstolo protetor da Espanha, o defensor supremo dos cavaleiros cristãos na luta contra os mouros, rivalizava agora com S. Pedro de Roma. Para os povos ocidentais tinha até maior valor que a própria capital do cristianismo, sobretudo, depois que o astuto arcebispo Gelmirez conseguira os Papas Pascoal II e Calixto II que a romaria a Compostela tivesse o mesmo valor que as de Roma e Jerusalém. Os mesmos privilégios de S. Pedro, — *o grande perdão, o jubileu*, e até a *Porta Santa*, — fizeram de Santiago o centro religioso do sul europeu. Peregrinos de tôdas as partes, de Flandres, da Inglaterra, da Germânia tão distantes, dos países dos Balcãs e até armênios, gregos, segundo certos versos latinos cidades por Michèlis (Canc. d'Ajuda. II — 307).

Armeni, Greci, Apuli,
Angli, Galli, Daci, Frisi,
cuncte gentes, lingue, tribus,
illuc pergunt muneribus

tôda a Europa estava presente em Compostela. Entre todos, porém, predominavam os franceses do sul, os provençais: colonos, monges, prelados, clérigos, comerciantes, que nem sempre regressam, instalando-se na Galiza. Transformou-se Santiago num centro receptor e irradiador de cultura, de influências estrangeiras para tôda a Espanha e para o futuro Portugal que nasce, justamente, nesse foco, sob o calor imediato de tais aculturações. Traziam os romeiros idéias novas, novos modos de viver, música, hinos, cantos, poesias, porque, embora fôssem tais festas de cunho religioso, nunca faltaram nelas e talvez até predominaram as partes mundanas de danças, bailados, folguedos. Os galizianos que, desde os tempos da conquista romana, já tinham fama e cantores e bailaores ao ponto de não entrarem em batalha sem primeiro dançar, muito aproveitaram dêstes contactos culturais franceses, aperfeiçoando-se com a imitação das novidades transpirenaicas. Afonso VI, que pelos seus gestos artísticos, pelas concessões feitas ao clero de Cluny e mais ainda pelas relações políticas e guerreiras, fôra apelidado de "francesado", consolidou estas influências, casando a filha Dona Urraca ao Conde Raimundo de Beranger. Tôda a Galiza, então uma das partes mais prósperas da Espanha, passava ao poder dêste príncipe francês como dote de núpcias. O exército e a côrte, os conselheiros e os povoadores das terras reconquistaas, se não eram franceses, eram quase franceses. Ndas pegadas do primo veio outro burguinhão, o Conde Dom Henrique: trazia armas e gente a serviço da cruzada contra os mouros, merecendo casar-se com outra filha de Afonso VI, dona Teresa. Traz também um dote: o condado de Portucale, desmembrado das terras de Galiza. Portugal forma-se, cresce, surge para a vida das nações neste foco de influência provençal, fundado e comandado por um borguinhão que lhe dará o seu primeiro rei na pessoa do filho Afonso Henriques.

Mais eficaz do que estas causas político-sociais foi a intelectual, executada pela instrução religiosa, pela renovação espiritual que Cluny e Cister traziam à Espanha, de maneira especial à Galiza. Os monges franceses ocuparam as principais sedes da Península: Toledo, Sahagum, Segóvia, Siguenza, Leão, Braga, Coimbra. Determinaram verdadeira revolução intelectual, substituindo não só o rito moçárabe pelo romano, mas introduzindo o renascimento carolíngio que começava pela substituição da letra toledana pelo gótico francês. Era natural que a língua provençal começasse a influir na formação do futuro português, no então ialeto da Galiza, como também no futuro castelhano. Começaram aí os primeiros galicismos que se intensificarão nos anos subseqüentes com o desenvolvimento da poesia trovadoresca, de cunho eminentemente provençal: *ar, er, alhur, melhur, a baldon, a dur, de dun, assaz, de pram, y, affan, anel, burel, cobra* (*copla*), *cousir, dom, entendedor* (*namorado*), *fis, freire, greu, leu, linhage, osmar, paão* (*pavão*), *monge, mestre, pro-*

vençal, prez, roussinhol, trobar, trobador, troba, mester, virgeu (*vergel*); *sage, moz, moz-dobre, refrão, foro,* (*fort*), *ensenbra, sageza, condestabre, marechal, avanguarda, retaguarda, cochon, par, d'aprés, toste, prestes, certas, etc.* Data dêstes inícios a passagem de *en* a *an*: *antre, Anrique*.

Ao lado desta influência provençal ou do sul da França, posteriormente outras se fizeram sentir, mormente quando Portugal, dono da costa do Atlântico, podia manter comércio com os franceses do norte e até com os ingleses.

CAPÍTULO VI

LUSITÂNIA ARCAICA — PERÍODO GALEGO-PORTUGUÊS

O Condado Portucalense, embora tivesse o seu monarca próprio, Henrique de Borbonha, continuava a fazer parte da Galiza. Em dois anos apenas, de 1095 a 1097, dilatara o Conde seus domínios para o sul, dando mostras de tornar-se independente da suserania do primo Raimundo, fato que se consumou com a derrota dêste, nas proximidades de Lisboa, infilgida pelo general almorávide Seyr. O Condado de Portucale passou então a fazer parte do reino de Leão. Falecido Dom Henrique, em Astorga, no ano 1114, governou o Condado a sua viuva Dona Teresa, com solércia política e firmeza guerreira, aumentando ainda mais os limites do futuro reino de Portugal. Passada a minoridade de Afonso Henriques, depois de várias dificuldades, viu-se êste pràticamente elevado à posição de monarca, embora combatido pelos partidários de Dona Teresa que tinham outros objetivos políticos. Vencidos êstes na batalha do Campo de S. Mamede, em 1128, a unidade do Condado pareceu consolidar-se mormente depois do exílio e morte de Dona Teresa, em 1130. Depois da batalha de Ouriques, 25 de julho de 1139, em que Afonso Henriques venceu maometanos e cristãos aliados contra êle, passou a usar o título de *Rei de Portugal*. Tal título, porém, sòmente em 1179 foi solenemente reconhecido pelo Papa Alexandre III. Estava definitivamente fundado o novo Estado e tomava fisionomia internacional o novo povo: Portugal, os portuguêses.

Se assim se constituía o novo reino, a nova nacionalidade, continuava, porém, a unidade lingüística a ser a mesma com Galiza. E' o grande traço de união entre as duas partes. O Minho, separando os territórios, começa a separar também a primeira unidade, criando o binômio *galego-português* que será, até o século XV, uma das expressões mais apreciadas do lirismo medieval. Entramos no período histórico da língua, no período por excelência arcaico. A produção lírica é a mais numerosa e a mais perfeita, moldada aos gêneros, temas e formas, que vêm da Provença. Aquelas incipientes imitações de quando romeiros provençais exibiam, em Compostela, os primores da sua arte poética, começam a aparecer com fisionomia própria desde o reinado de Sancho I, o segundo rei português.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos faz iniciar as atividades trovadorescas no reinado de Sancho I: "Os cimélios da lírica, hoje subsistentes,

são de perto de 1200: datei a mais arcaica de 1189; outra de 1199; mais outra de 1211. Foi portanto, no último quartel do século XII que a arte trovadoresca começou a dar os primeiros frutos de sementes lançadas em 1158, ou mesmo de 1135 em diante. Isto é, quando em Portugal reinava Sancho I; em Castela, Afonso VIII; em Leão, Fernando II" (Cancioneiro d'Ajuda — II — 755).

Esta cantiga datada por D. Carolina, de 1189, pertence a Pay Soares, poeta régio da côrte de Sancho I. Encontra-se no Cancioneiro d'Ajuda, vol. I, n.º 37, 38:

37

"Eu sôo tan muit'amador
do meu linhagen, que non sei
al do mundo querer melhor
d'ũa mia parenta que ei.
E quen sa linhagem quer ben,
tenh'eu que faz dereit' e sen;
e eu sempr' o meu amarei.

E sempre serviç'e amor
eu a meu linhagen farei,
entanto com'eu vivo for';
esta parenta servirei,
que quero melhor d'outra ren,
e muito serviç' en mi ten,
se eu poder'e poderei.

Pero nunca vistes molher
nunca chus pouc'(o) algo fazer
a seu linhagen, ca non quer
en meu preito mentes meter:
e poderia me prestar
par Deus, muit', e non lhe custar
a ela ren de seu aver!

E veede, se mi-á mester
d'atal parenta ben querer:
que m'ei a queixar, se quiser'
lhe pedir algo, u a veer'.
Pero se me quisesse dar
algo, faria-me preçar
atal parenta e valer.

38

No mundo non me sei parelha,
mentre me for' como me vay,
ca ja moire por vos-e ay,
mia senhor branca e vermelha,
queredes que vos retraya
quando vus eu vi en saya!
Mao dia me levantei,
que vus enton non vi fea!

E, mia senhor, des aquel di', ay!
me foi a mi muyn mal,
e vos, filha de don Paay
Moniz, e ben vus semelha
d'aver eu por vos guarvaya
pois eu, mia senhor, d'alfaya
nunca de vos ouve nen ey
valia d'ũa correa.

Como limite extremo desta lírica trovadoresca assinala a mesma erudita senhora o ano de 1334 ou 1340, metade do século XIV: "Fixando mais acertadamente para os nossos fins, como limites extremos os anos em que suponho compostas as mais temporãs e as mais seródias das cantigas que realmente possuímos, a época trovadoresca não chega a abranger centúria e meia: de perto de 1200 (talvez mesmo 1189) a 1334 (ou 1340). Cinco a seis gerações. Em Portugal desde Sancho I até a adolescência de Pedro, o Justiceiro. Em Leão, e Castela, de Alfonso IX de Leão até a morte de Alfonso XI, ou igualmente até a adolescência de Pedro, o Cru (Opus citatum — 5863). — Vê-se, pois como anda mal informado A. Dauzat que, em seu recente livro: "L'Europe Linguistique", pág. 170, afirma com tôda a candidez: "Le plus ancien document portugais, le *Cancioneiro* (*sic*) d'Alphonse le Sage (fin du XIII siècle) est écrit en galicien". A obra de Afonso X, o Sábio, não se chama *Cancioneiro* e, sim, *Cantigas de Santa Maria*.

O LIRISMO

As mais antigas manifestações poéticas, em galego-português, foram de feição lírica. A Galiza, graças ao grande empório cultural de Compostela, pôde colocar as tendências artísticas de seu povo em contacto aperfeiçoador com jograis, menestréis, trovadores que da Provença se espalhavam por Catalunha, Navarra e faziam de Santiago o lugar pre-

ferido de suas exibições. Nas hostes francesas que vinham tomar parte na cruzada contra os mouros; no séquito dos nobres, dos abades e bispos que se integravam nos novos Estados em formação, não escasseavam os inspirados da língua d'oc. Encontrando-se, assim, a natural aptidão poética dos galizianos com a excelente escola dos provençais, grande foi o desenvolvimento da poesia lírica nesse noroeste da ePnínsula. As composições salvadas pelos Cancioneiros, assinadas por tantas centenas de poetas, dizem bem do grande número então existente de trovadores, cuja produção, infelizmente, se perdeu.

Não haveria, nessa época, anterior e simultâneamente com a poesia de influência provençal, um lirismo perfeitamente galiziano, nacional, com temas e formas próprias? Certamente que sim. Seria, dada a diferença de desenvolvimento cultural entre Galiza e Provença, de qualidade inferior, de tipo mais rústico e diferente. Por isto mesmo, quando as novidades ocitânicas foram introduzidas, desapareceu. Nada nos resta dêsse lirismo primitivo, que sirva de documentação. Querem alguns que certos temas ou certas maneiras de tratar os assuntos provençais, com maior recato e maior parcimônia de palavras desabridas, sejam resquícios dessa desaparecida poesia galiziana. O lirismo, que nos ficou, matéria dos Cancioneiros, quer sejam cantigas d'amor, quer d'amigos, ou de escárnio ou de mal-dizer, é absolutamente provençal, de tema e de expressão. A distinção interposta por alguns entre cantigas d'amor e as d'amigo, maior academicismo, digamos, assim, e menor espontaneidade das primeiras e maior liberdade, riqueza de assunto com acentuado cunho popular das segundas, não prova que provinham estas do antigo lirismo peninsular. Não há diferença de vocabulário: aparecem as mesmas expressões e até mesmo galicismos; a versificação é idêntica, embora com menor emprêgo de artifícios poéticos e maior liberdade de metrificação. Os autores são os mesmos. O argumento de que as cantigas d'amigo não são provençais porque a sua versificação é irredutível aos metros já conhecidos de todos, sendo, como quer Carolina Michëlis de Vasconcelos *heterométricas*, desaparece perante a consideração de que tais cantigas eram destinadas ao canto, à dança, e não à leitura como as d'amor. Aqui reside a explicação dessa rebeldia métrica de tais produções: estavam sujeitas à música, ao ritmo do som e para esta conformação transgrediam, acintemente, os cânones da versificação regular. Dizer que tais cantigas são populares é confundir os dados do problema: são populares no sentido da simplificação do assunto, do ritmo, do estilo. O tema é insignificante como pensamento e amplia-se apenas pela repetição, exemplificadamente nas paraletísticas. O ritmo simples das cobras, intensifica-se no refrão. Isto porque, destinadas ao canto e à dança pois dançava-se ao som do canto, a cobra era cantada pelo solista, enquan-

to o refrão o era pelo côro, marcando fortemente o movimento do baile. Que há de mais vulgar do que esta cantiga:

"Sam Cremente do mal,
Se mi d'el non vingar,
Non dormirei!

Sam Cremente, senhor,
Se vingada non for,
Non dormirei!

Se vingada non for,
Do fals' e traedor,
Non dormirei!

(C. V. 806 — Nuno Treez)

O tema é insignificante e o refrão apenas um eco da cobra, de ritmo bem acentuado. Sòmente nestes aspectos tais paralelísticas trazem cunho popular. As paralelísticas, porém, não constituem tôda a espécie de cantigas d'amigo. Ainda as de bailia, cujo destino exigia simplicidade de tema e valência de ritmo, apresentam estrutura superior, literária, com descrições de ambientes e acentuado humorismo psicológico, tal qual a de Pedro Vyvyanes, C. V. 336:

Poys nossas madres vam a San Simon
de Val de Prados candeas queymar,
nós, as meninhas, punhemos d'andar
con nossas madres; s'elas entom
queymen candeas por nós e por sy
e nós, meninhas, baylaremos hy.

Nossos amigos todos lá hiran
por nos veer e andaremos nós
bayland'ant'eles, fremosas, en cós,
e nossas madres, poys que alá vam,
queymen candeas por nós e por sy
e nós, meninhas, baylaremos hy.

Nossos amigos hiram por cousir
como baylamos, e poden veer
baylar moças e bon parecer,
e nossas madres, poys já queren hir,
queymen candeas por nós e por sy
e nós, meninhas, baylaremos hy.

O poeta apresenta todo um quadro de grande beleza: meninhas que conversam, sonham e combinam entre si coisas de namoradas; irão com as mãos ao templo, ão porém, para orar e sim parna dançar, para se exibirem aos olhos dos namorados, dos "amigos" que lá estarão para admirá-las, "cousir". E as mães? Elas que rezem, que acendam velas ao santo, não só para si mesmas, mas também para as filhas que estarão dançando no adro. Esta é ainda hoje a psicologia das moças que vão às igrejas com as mães: para orar? Não: para namorar, para ver o namorado. O ritmo das cobras é fortemente acentuado, mas o do refrão o é ainda mais, momento em que o entusiasmo do baile deveria ser também maior. Note-se como já aparece o provençalismo *cousir*, observar, admirar. Tudo isto revela, nesta cantiga d'amigo, grandes recursos literários, conhecimentos que o povo simples, que o vulgo não poderia ter.

Os diálogos entre mãe e filha, cheios de cuidados maternos, ora para que a filha não perca o namorado, ora para que se afaste dêle porque não agrada à mãe; cheios de conselhos práticos, mandando que vá aos santuários, às bailias, reflexo da psicologia materna que deseja sempre bom casamento às filhas, excedem as simplicidades das cantigas meramente populares. Nas pastorelas, então, tôda a vida dos campos é surpreendida e os poetas interpretam, com rara finura, os estados interiores da "pastor". A solidão, a beleza dos sítios, tudo é propício aos solilóquios, às meditações das jovens e a lembrança do "amigo", as suas promessas bem como o não cumprimento delas emocionam as fremosinhas. O canto as alivia quando não o pranto. Surpreendidas pelo trovador, zangam-se, mandam que se retire porque poderão falar delas. Na mais célebre de tôdas as pastorelas, a de Dom Dinis, aparece até a colaboração folclórica de

hun papagay muy fremoso
cantando muy saboroso
ca entrava o verão...

Tudo isto é muito literário, muito superior à inventiva do povo para que se lhe assine origem popular. Quando muito seriam velhos temas do povo, mas estilizados pelos maiores talentos da época, como Dom Dinis, rei, e homem formado no estrangeiro; Aires Nunes, sempre ele-

gante porque era clérigo; João Garcia de Guilhade, fidalgo e fecundo trovador. A célebre contensão de linguagem, um dos traços sempre postos em evidência por Teófilo Braga, J. J. Nunes, Michëlis, em oposição às liberdades das cantigas provençais e catalãs, é também pura miragem. Se nas cantigas d'amor e d'amigo não se encontram expressões e conceitos fesceninos era porque tais espécies poéticas assim o exigiam. Fazia parte do amor cortês, nas primeiras; nas segundas, sendo mulher a autora, bem se pode imaginar que o contrário seria impossível. Há, porém, as duas espécies, cantigas de escárnio, cantigas de mal-dizer, feitas de propósito para tais desabafos. Nestas explodem a tradicional chalaça galega e portuguêsa, os palavrões de arroba, os conceitos de verdadeira pornéia. Excedem de muito as suas congêneres ocitânicas: não são apenas os desmandos comuns que são glosados, comentados e satirizados, mas — repontam aí os desvios de maior gravidade, as descrições mais cruas, com referências até às enfermidades venéreas. Ao lado de tudo isto, há ainda a nota curiosíssima da heterodoxia dêsses poetas: bispos, abades, abadessas, prioresas, frades, romeiros, devotos, ninguém escapa à sátira irreverente de tais pré-erasmistas medievais. Os romeus e as rominhas, as visitas devotas aos santuários, Roma e Jerusalém são motivos de falhofa. A geografia surge para completar a sátira, mostrando o poeta a mentira de tais devotos que se gabam de tais romarias pelas citações erradas que fazem das cidades, dos países por êles visitados, dentro de um espaço de tempo insuficiente. O populacho português é ainda hoje desbocado; mas, irreverente, não! Só os letrados assumem essa atitude de rebeldia, religiosa. Essas cantigas só poderiam ser feitas por êles. Pensamos, pois, que se existiu poesia lírica peninsular, diversa e diferente, quer em temas, quer em formas, anterior, ou simultânea à provençal, desapareceu logo que as inovações transpirenaicas foram conhecidas por intermédio de Compostela. Não há documentação suficiente para provar que as cantigas d'amigo sejam a continuação, a sobrevivência dessa poesia nacional.

O gênero épico, essencialmente narrativo e objetivo, tão do gôsto do norte da França, que mais tarde florescerá em castelhano, não encontrou acolhida na alma enamorada e sentimental dos galego-portuguêses. Mais individualistas e emotivos, procuraram nos problemas do amor a sua inspiração. As poucas estrofes restantes de um suposto poema de Afonso Giraldes sôbre a batalha do Salado; a composição satírica de Lopez de Baião bem como o "Romance de D. Fernando" de Airas Nunes, o clérigo, estão longe da classificação épica. E sòmente no final do período trovadoresco, já nos albores do classicismo, é que o gênero dramático se fará presente, como coroamento de quase quatro séculos de esforços literários, pela mão egnial de Gil Vicente. A língua, então, se bem que arcaica, já não será mais galego-portuguêsa, mas simples-

mente portuguêsa. As influências virão, remotamente ainda da França, mas diretamente de Espanha. Ainda assim, representando, metida em cena, rotulada de drama, comédia, auto ou simplesmente momo, tôda essa produção será sempre, e essencialmente lírica, intensamente lírica.

POR QUE FOI O GALEGO-PORTUGUÊS A LÍNGUA DO LIRISMO TROVADORESCO?

Em tôda a época trovadoresca, desde o século XII até o comêço do século VX, a língua galego-portuguêsa foi o grande veículo da poesia lírica de tôda a Península. A razão dêste fato está na indiscutível ascendência da Galícia que, desde o século XI em diante, graças ao poderoso centro irradiador de Santiago de Compostela, se sobrepôs a todos os demais Estados Hispânicos, embora não tivesse independência nem côrte, fazendo parte da monarquia asturo-lionesa e mais tarde de Castela e Leão. Desde que, falsa ou verdadeiramente se descobriu em Padron o túmulo do apóstolo Santiago, fato que veio galvanizar os povos da Espanha contra a dominação dos mouros, o grande santuário tomou tamanho impulso que chegou a rivalizar com Roma e Jerusalém. Todos os grandes feitos de armas foram desde êsse momento atribuídos à intervenção do santo que passou a ser o símbolo do cristianismo na luta contra o islamismo. Sob a sábia administração de seus arcebispos quase tão poderosos quanto o Pontíficio e Roma, principalmente o famoso Gelmirez, Santiago sobrepujou em prestígio a tôdas as côrtes por mais importantes que pudessem existir na Península. As romarias até hoje famosas atraíam romeiros e tôa a Europa, mas especialmente da França e da Alemanha. Eram dias, semanas e meses de festas contínuas festas mescladas de grande profanidade, ao menos, no comêço. Tôdas as tradições artísticas da Galícia, tradições pagãs de danças, cantos e músicas tiveram então grande desenvolvimento, sendo levadas e comunicadas aos demais Estados pelos romeiros. Se havia cantos em latim a maioria era em romanço, isto é, no que depois se denominou galego-português ou simplesmente galego. De todos os falares hispânicos, foi certamente êste o que mais ràpidamente se aperfeiçoou e se desenvolveu, ganhando muito do prestígio de seu santuário e das suas festas conhecidas em tôda a Europa do momento. Não havia ainda o prestígio político castelhano para levantar e impor o seu ialeto aos demais Estados anexos, nem tinha Castela, nessa época, importância alguma, pois, se importância houvesse, seria a dos reinos unidos de Astúrias e Leon do qual fazia parte a Galícia. A causa, portanto, de se impor o galego-português como expressão lírica do período trovadoresco foi o prestígio internacional, religioso e artístico de Compostela.

Nessa época ainda não se haviam positivado os característicos diferenciadores que hoje tão diferentes fazem o castelhano e o galego. Não tinha aquele em sua fonética os sons representados por *h*, *j*, pronunciando como o português ainda pronuncia com *f* e *j* prepalatais. Desta forma, era muito mais fácil o aprendizado do galego por castelhanos e navarreses ou por quaisquer outros da Península. Por encontrar-se em Compostela e centro artístico da Espanha, de mais fácil contacto com a França, Alemanha e outros povos europeus, muitos príncipes aí se detinham para apurar a sua formação intelectual, como foi, por exemplo, o caso do grande Afonso X, o Sábio. Todos os de tendência artística, que se confundiram então na grande massa dos jograis e menestréis, procuravam a Galícia como vemos que daqui saíram todos os grandes trovadores que fizeram as honras das demais côrtes do país. Bernardo de Bonaval, o mais antigo segrel de Espanha, viveu na côrte de S. Fernando, em Sevilha, depois de haver estado em Jaen. Afonso Eanes do Coton estêve em Castela, em Sevilha, foi contemporâneo do Rei Sábio que lhe dedicou violenta sátira e morreu assassinado por Pero da Ponte, outro jogral galego de grande fama e audácia, matador e plagiário de Coton. Roi Páez de Videla foi o trovador da casa de Haro, na Biscaia.

Antes de Afonso X, já outro rei, Afonso IX de Leão, avô do precedente, aprendera a poetar em Compostela. Reinou em 1118 e foi depois o fundador da Universidade de Salamanca. Ray Soares, de Taveiroos, o mais antigo trovador que Michaëlis encontra na cronologia trovadoresca de Portugal, poeta oficial da côrte de Sancho, era também galego. Como êstes poucos aqui citados, entre os poetas todos do Cancioneiro da Vaticana, diz o Padre José Mouriño, setenta e cinco são da Galícia certamente; trinta outros podem ser da Galícia ou de Portugal porque os territórios eram comuns embora hoje não o sejam mais; e apenas trinta outros pertencem a outras partes da Espanha que não as duas supramencionadas.

Êste exército de trovadores levou por tôda a Península a sua língua materna e com a beleza de suas composições impuseram tais poetas o galego-português. Foi certamente a época mais bela da Galícia, o momento em que, como escreveu Menéndez y Pelayo no tomo III de sua *Antologia*: "Cremos que el despertar poético de Galícia hubo de coincidir con aquel breve periodo de esplendor que desde los fines del siglo XI hasta la mitad del siglo XII pareció que iba a dar a la raza habitadora del Noroeste de la Peninsula el predominio y hegemonía sobre las demás gentes de ella. Durante los reinados de Alfonso XI, de doña Urraca y del Emperador Alfonso VII, el espirito gallego, encarnado en la colosal figura del arzobispo Gelmirez (personificación al mismo tiempo de la

iglesia feudal) se levanta con incontrastable empuje y cumple a su modo una obra civilizadora, acelerando la aproximación de España al general movimiento de Europa".

Por isto pôde dizer, o introdutor anônimo do livro "Poesia Gallega Medieval", Coleccion Dorna — Argentina — 1941: "Este verter caudaloso de Galicia por medio de la lirica de sus trovadores, habia fatalmente de conducir a una grata pero peligrosa popularización de sua lengua original. La divulgación del gallego por otras latitudes, por otros climas, tenia el peligro de una disvirtuación, de una adaptación, máxime siendo sencillo como flor campesina. Pasa primeramente a Portugal, corre por León hacia las Castillas y se convierte en lenguaje de poetas, de reyes, de nobles, de clérigos" (pg. 10). O que está concorde com o ensinamento do genial Pelayo: "La lirica de los trovadores fallegos, de Galicia pasó a Portugal con todos los demás primitivos elementos de la nacionalidad portuguesa, condecorada con el pomposo nombre de lusitana para disimular sus verdaderos orígenes, que en Galicia y León han de buscarse".

Êstes parágrafos pugnam pelas origens reais e incontestes, galegas, de tôda a poesia trovadoresca da Península, não só cultivada em Portugal, mas em todo e qualquer ponto da Península. Debalde a ilustre Carolina Michaëlis de Vasconcelos, tornada mais portuguêsa do que os próprios portuguêses, luta e se esforça por provar que tal poesia teve seu nascer em Guimarães, que se desenvolveu nas incipientes côrtes dos primeiros condes portucalenses. Muito antes que existisse Portugal, já no século XI, como vimos, Galícia, mercê dos esplendores de seu famosíssimo santuário de Compostela, dominava soberana tôda a Espanha em matéria de arte; canto e música, ambos conjugados para a dança. Não seria Guimarães e muito menos Santarém que iriam disputar a primazia a Santiago de Compostela diante de quem empalideceu Roma e Jerusalém. Portugal, mais do que qualquer outro Estado hispânico, por causa da sua íntima união com Galícia aprendeu mais depressa e, certamente, com maior perfeição, a poetar à moda trovadoresca. Teve seus poetas de fama, mas foram todos discípulos e aprendizes dos grandes de além Minho.

A LÍNGUA DOS CANCIONEIROS PORTUGUÊSES

Diante disto não será sem fundamento perguntarmos se a língua em que hoje possuímos os Cancioneiros a Vaticana, da Ajuda e da Biblioteca Nacional de Lisboa, antigo Colocci-Brancuti, representa essa primtiva galego-portuguêsa dos séculos XII-XIV ou já foram copiados por pessoas posteriores que acomodaram as composições ao tipo falado em Portugal, isto é, nos antigos territórios da Galícia do Sul ou daquem

Minho? Apesar desta tese não ter sido tratada de modo especial e direto, a impressão que se tem, lendo as declarações de vários tratadistas como Antônio Ribeiro dos Santos, Lord Stuart, Cunha Rivara, João Pedro Ribeiro, Diez, é a de que tais cantigas reproduzem o galego-português dos primeiros séculos da monarquia portuguêsa, isto é, XII e XIII. Duarte Nunes de Leão, em seu livro "Origem e Orthographia da Língua Portuguesa", de 1606, afirma que já havia diferenças entre o galego e o português. Segundo esta opinião autorizada, as poesias que foram copiadas em territórios de Portugal já deviam então diferenciar-se um tanto do original corrente na Galícia. Dona Carolina Michaelis de Vasconcelos fala de um *gallaico-português illustre* em que teriam sido escritas essas cantigas. Não nos explica, porém, o que entendia por êsse *ilustre,* mas pensamos que se referisse a certo tipo literário, fixo, artificial do galego-português, empregado na literatura e que deveria, naturalmente, diferençar-se do galego-português vulgar. O autor da *Notícia,* que serve de introdução ao volume acima citado da "Poesia Gallega Medieval", não titubeia em afirmar que tôdas as coleções de tais cantigas, feitas pelos nobres ou para êles, foram alteradas e adaptadas ao gôsto da época e lo local em que eram feitas: "De este disimulo del origen — Cancionero Português o Cancionero Castellano — se va perdiendo el auténtico valor. Y los recopiladores van metiéndolos en el estilo de la época, en la facilidad del ambiente, o en el gusto del amo. Cada época, cada país, han conocido estos libros de selección conforme al gusto reinante. Hoy nos encontramos en el tumultuoso siglo XX, debiendo rebuscar textos adaptados por recopiladores de otras épocas, dispuestos más a la concesión del gusto reinante que a la fidelidad del idioma". Achamos, portanto, com todos êstes autores citados, que a forma atual dos nossos Cancioneiros todos não reproduz exatamente a origem. São produtos de adaptação, alterados de século para século, introduzindo os colecionadores por meio de seus copistas muitas influências do tempo dêles numa tácita tendência de modernizar tais cantigas a fim de que os augustos leitores pudessem compreendê-las mais fàcilmente. Mesmo assim, tal galego-português ilustre representa o tipo mais arcaico de língua culta que possuímos. E' incomparàvelmente mais fixa e depurada do que a língua da prosa dos primeiros documentos do século XIV ou das folhas de partilha e dos testamentos de épocas anteriores. A causa, talvez, resida na pequena extensão do vocabulário e das formas sintáticas de regência e de concordância bem como de colocação. Os assuntos da poesia medieval eram poucos e sempre os mesmos. Os poetas haviam criado um certo número de expressões poéticas, de torneios de frases, de modos de dizer com os quais expressavam tais sentimentos e idéias. Era como que uma língua adrede preparada e fixada dentro da qual todos os que quisessem poetar deviam colocar-se. Por isto lhe aplicou Michaelis o adjetivo

ilustre. Não havia, portanto, muito que variar já que não variavam os temas, sempre os mesmos. Daqui resulta a monotonia e a pobreza expressiva dessa poesia notada por todos os que dela têm tratado. Já a prosa, excetuando-se a dos notários também inçada de expressões consagradas pelo costume e fixada pelos mesmos casos de que deviam ser expressão, era muito mais variada e extensa. Devia recorrer a outro vocabulário, mais concreto e quotidiano, para descrever fatos, acontecimentos, casos da vida comum, o que não se dava no domínio exíguo da poesia trovadoresca. Os primeiros escritores em prosa tiveram de forjar essa língua, êsse instrumento de expressões modestas. Recorreram, naturalmente, aos modelos latinos e daqui o eriçamento da ortografia que apresentava tendências cultas, de imitação do latim, com geminação de consoantes, introduções de *hh* e *yy*, com variantes gráficas e prosódicas, com vocabulário desconhecido dos trovadores.

CAPÍTULO VII

ASPECTOS DO GALEGO-PORTUGUÊS

VOCALISMO

A língua, nesse período, até mesmo depois, no final do século XV, apresentava gama vocálica bastante simples em comparação com o tipo de expressão moderna, portuguêsa. Aproximava-se do vocalismo brasileiro que nos veio, justamente, com os primeiros povoadores de 1500 que falavam o tipo de língua, hoje, classificado como arcaico. Nesta suposição, não possuía a língua antiga aquêles matizes fonéticos do português europeu, atual, que tanto dificultam o entendimento no trato oral. A expressão aproxima-se, por tais tonalidades vocálicas, do francês moderno, ao passo que a expressão brasileira, pela ausência dêsses semitons, pela clareza e simplicidade de seu sistema vocálico, assemelha-se ao castelhano atual. Daqui vem a já notável diferenciação fonética entre as expressões dos dois países do mesmo idioma, que vai criando, cada vez mais, dificuldades ao mútuo entendimento. Embora tal fato não queira reconhecer Portugal, caminhamos para tipos diversos de dialetação de que advirá, com o correr dos anos, o aparecimento de nova língua, já com grande antecipação denominada, pelos mais extremados nacionalistas, de brasileira. Sabemos, perfeitamente, que a simples diferenciação fonética não é base suficiente para a existência de novo idioma; por esta, entretanto, começa a dialetação. Como já dispomos de numeroso vocabulário diverso, e diversos tipos de sintaxe aqui se vão criando, desconhecidos de Portugal, sòmente a morfologia continuará ainda o firme traço de união lingüística. Os anos porém, atuarão também neste particular, como atuaram na dialetação do latim em tôda a Romània e o resultado será, no Brasil, o mesmo que foi na Península Ibérica. Serão fatos do futuro que já se podem prever no presente. Vejamos, contudo, o vocalismo da língua arcaica.

A — a-ã — gaanhar — afastar — capitaães — Espanha — menhã —

E — e-ê-é-ẽ — feze — fee (fé) — homeẽs — gente — ben.

I — i-i — (in) — Tristam — azaneguia — cativos — tiinham — fin

O — o-ô-ó-õ — (on) — como — espanto — desacôrdo — rôstro — soo — (só) — doo — (dó) — nom

U — u-ũ — (um) — Nuno — Portugal — ventura — algũa — ũu (um)

Não existia o timbre *â* que hoje ouvimos em Portugal, semelhante ao *u* inglês: *Sumatra — Samatra —* ou que se aproxima do *e* mudo francês; nem *e* átono que se confunde com o francês *eu*, sons desconhecidos ainda agora na fonética do Brasil. As palavras *se*, *que*, pronunciadas atualmente em Portugal, soam aos ouvidos brasileiros *seu queu* da fonética francesa.

Nos Cancioneiros encontramos *o* e *u* átonos com a maior promiscuidade. Assim os pronomes átonos *nos*, *vos*, aparecem grafados também *nus*, *vus*, porém, com muito menor freqüência. Levou isto a Nobiling a pensar que a pronúncia geral fôsse a representada por *nos*, *vos*, e sòmente em alguns lugares se começasse a pronunciar *nus*, *vus*,. Tal fato é ainda bem visível no Brasil: em todo o sul do país, isto é, de São Paulo para baixo, não se pronuncia o *o* átono com o valor de *ú*. Assim dizemos: *livro*, *bonito*, *boneca*, *colega*. Mas no Rio, onde predomina ainda o elemento português e na maioria quase dos Estados do Norte, dizem: *livru*, *bunitu*, *buneca*, *culega*. O *e* átono devia conservar o seu valor próprio. No Rio de Janeiro e no norte do país a substituição é geral: *cidade e*, *noite* são pronunciados *cidadi*, *i*, *noiti*, pronúncia que não se ouve em Lisboa e Coimbra, pois, terminando tais palavras por *e* átono, o valor se aproxima do *eu* francês: *cidadeu*, *eu*, *noiteu*. Por esta razão difìcilmente se inculca, no Brasil, a grafia da conjunção condicional *se*: todos dizemos *sí*. Tais fatos fonéticos deviam predominar no período arcaico do idioma.

Outro fato notável é o que se refere à prolação das vogais antetônicas e postônicas: até o século XVI tôdas elas deveriam ser proferidas. Prova-se pela métrica. Em Camões tôdas elas contam como contam ainda hoje na enunciação brasileira. Prova-o também a métrica trovadoresca: raramente elidiam os poetas as vogais finais das palavras e quando a elisão devia ser feita, indicavam-na por meio do apóstrofo. Em todos os outros casos, cada vogal formava sílaba distinta. Neste particular, difere muito a prosódia do Brasil da de Portugal. Um verso como êste de Camões: *Musas de engrandecer-se desejosas* (*Lus. I-II*), — decassílabo correto para o poeta e para nós do Brasil, contará apenas com oito sílabas na prosódia portuguêsa moderna: *Musas, d'ngrand'cer-se d'sejosas* — com evidente alteração da cesura que recai então na quinta sílaba *dcer*. Tais fenômenos eram desconhecidos na língua arcaica.

A passagem de i *a* e

A passagem do *i* latino a *e* foi regularmente observada no período arcaico, estendendo-se até os primórdios do classicismo. Assim nos Cancioneiros e nos documentos em prosa: *contenença*, (*continentia*) *opinon*

*(opinionem), enjuriar, envejar, enjúria (injuriam) enveja (invidiam), vertude (virtutem), sacreficio (sacrificium), assessegar (*ad+sessicare), hodeo (odium), menistro (ministrum), vezinho, (vicinum), devisa (divisam), devino (divinum), estoria (historiam), se (si), etc.* Por analogia a êstes casos aparecem *tevera, tever, fezesse, etc.*

Passagem de *en* a *an*

Em todos os documentos trovadorescos e nos primeiros cronistas, em Zurara por exemplo, notamos as formas *antre, Anrique, resplandor* e outras semelhantes que deveriam ser grafadas *entre, Henrique, resplendor*. Leite de Vasconcelos as explica por analogia com *ante, antes*. Isto explicaria, quando muito, *antre*: e *Anrique, resplandor?* Sempre tivemos que a causa era apenas a influência francesa que foi grandemente sensível nos primeiros séculos da monarquia, quando côrte, capitães, tropas, colonos eram de além-Pireneus. Tal influência se fez sentir, mais ainda, em Santiago de Compostela cujo caminho francês era a via de acesso mais freqüentada e foi a porta pela qual penetraram os trovadores, os menestréis, os jograis da Provença. Não se deve ainda esquecer a grande influência dos mosteiros, da reforma cluniacense de que trataremos em outra parte dêstes estudos. A esta influência é que devemos a substituição de *en* por *an* e não à hipotética e fraquíssima analogia com *ante, antes*. Folgamos de encontrar a mesma opinião nas "Lições de Filologia Portuguêsa" de Carolina Michelis de Vasconcelos e na tese de Oscar Nobiling — "As Cantigas de Joan Garcia de Guilhade". Note-se que tal pronúncia ainda existe no povo do interior de S. Paulo e certamente em outros pontos do Brasil. Ouve-se aqui: *Anrique, Anriqueta, esplandor, resplandor, resplandecer,* isto é, a conservação dessa pronúncia arcaica.

Crases e hiatos

Em todo êste período arcaico não se observava a crase. Não só a grafia nos dá as vogais geminadas como a métrica nos prova que os poetas não faziam contrações, valendo cada vogal por uma sílaba independente. Exs. *non digu' estes bõos que vós fazedes* — onde *bõos* conta duas sílabas. *Senhor, veendo gran pesar* — onde *veendo* conta três silábas. A grafia dá-nos: *fee, fiinda, pobre, ũu, ataa, etc.* Os hiatos eram também numerosíssimos e não será temeridade afirmar que sòmente agora, no século XX, foi que a língua portuguêsa conseguiu eliminar bom número dêles, mandando pronunciar e grafar *eia, eio, meneio, plateia, ideia* que até pouco tempo ainda vacilavam entre *meneo, anséa, platea, idea* e as formas últimas. No período arcaico os hiatos eram a regra comum: *caente, acaecer, moesteiro, veo, mia, feo, meogo, etc.*

Nasalidade

O assunto da nasalidade histórica, em português, ainda merece especial estudo que venha completar as diversas tentativas até agora feitas. Um dos especialistas que mais de perto tratou do assunto foi Oscar Nobiling, em seu trabalho "Die Nasal vokale in Portuguiesichen" aparecido em "Die Neuren Sprachen" XI, 3, p. 129-153. Apesar de ser Nobiling professor do nosso "Ginásio do Estado" desta Capital, torna-se difícil conseguir tal publicação para melhores citações. No seu famoso trabalho, tese de doutoramento na Universidade de Bonn "As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade", Erlangen — 1907, diz o mestre de S. Paulo: "A nasalidade das vogais indica-se nos Cancioneiros pelo til sobreposto, ou um *m* ou *n* colocados depois da vogal. Não há distinção entre estas notações, exceto quando a vogal nasal é seguida por outra vogal, sendo então de regra o uso do til, o qual, porém, muitas vêzes não está no lugar próprio, ou se omite inteiramente (cf. as grafias já citadas *bõa*, e boa). Nesse caso, não se emprega nunca *m*, e é raro *n;* porém depois de *i* se encontra freqüentemente escrito *nh*, v.g. no sufixo *inho*, ao lado de *ĩo*, em *minha ou mĩa*. Igual emprego de *nh* ocorre em *unha*, que se lê ao lado de *ũa* e *ụa* (op. cit. 8-9). — Esta representação da nasalidade era mais irregular na prosa arcaica e dependia, naturalmente, do grau de alfabetização dos copistas. O que podemos concluir é que a nasalidade era muito mais acentuada no período arcaico do que o é hoje no Português europeu. Serve de tipo intermediário a expressão do Brasil. Mantemos, como era regra certa, na época trovadoresca, a nasalação da vogal que fôsse seguida de *m* ou *n*: *cã-ma; sã-to; vẽ-to; tino*. Em Portugal, no tipo oficial de Lisboa-Coimbra, já isto não se observa e estas mesmas palavras soam aos nossos ouvidos: *cá-ma; sá-nto; vé-nto*. Quando dizemos *telefõne, Antõ-nio*, dizem lá *telefó-ne* e até *tul-fóne, Antó-nio*. Os ditongos nasais, principalmente, *ão* são muito mais nasalados no Brasil do que em Portugal e o mesmo deveria ser no período arcaico. Neste particular o tipo de língua dos trovadores de aquém Minho já se diferenciaria bastante do tipo de além Minho, isto é, do galego, porque a ausência da nasalidade na fala de Galícia é um dos seus característicos mais idiomáticos. À medida que se avança para o século XV e a língua adquire já os foros de expressão de uma nacionalidade, de um país independente, nota-se que muitas palavras perdem a nasalidade, principalmente, os verbos sem levar em conta as refacções fonéticas e prosódicas operadas pelo classicismo que intentava regressar às forma primtivas do latim clássico.

Ditongos

Segundo vimos, ao tratar dos hiatos e vogais geminadas, a língua arcaica, mormente, no período dos trovadores, não aproximou imedia-

tamente as vogais que se viram contíguas com a síncope das consoantes *d, g, l, n* que as separavam na forma latina. Assim, *arena, sirena, fedu, frenu, corrigea* e tantos outros casos semelhantes passaram a *area, serea, feo, freo, correa* e sòmente em época muito moderna foi que se desenvolveu um *i* eufônico, criando-se então ditongos: *areia, sereia, feio, freio, correia*. Fenômeno semelhante notamos com os ditongos nasais, mormente, *ão, õe, ẽi*: *cane, pane, multitudine, bene*, deram apenas *can, pan, ben*, também grafadas *cã, pã, multidõ, bẽ*. A analogia foi que os nivelou todos em *ão* no singular, deixando ainda o plural *cães, pães, bens*, esta última pronunciada hoje *bẽis*. O plural proveio, naturalmente, da terminação *anes, enes* (*canes, panes, benes*), onde, à semelhança do que se dera com *anum* (*manum, vanum, sanum*), a nasal *n* passou a simples ressôo, sendo representada então por til: *cães, pães, bẽes*, tal qual *mão, vão, são*. O plural dos nomes terminados em nasal, ainda hoje, permanece indeciso, apresentando certas palavras duas e três formas. No período arcaico tal fenômeno era ainda mais variado. Assim encontramos em Zurara a forma singularíssima *estoriães*: "Parece-me que eu screveria sobejo, se per extenso quisesse recontar todallas particularidades que alguus *estoriães* costumarom descrever daquelles principes, a que endereçavam suas estorias". (Crônica dos Feitos de Guiné — cap. II). Surge o problema de fonética histórica, o motivo, a causa pela qual os nomes terminados em simples vogal nasal: *coraçon, razon, can, pan, varon, etc.*, ditongaram esta vogal. A explicação simplista de Leite de Vasconcelos, que a vogal *o* surgiu como "encôsto" é inaceitável porque nada explica. A suposição que faz é inteiramente gratuita: "*Porque* (sic) é que *pã* , *razom* se mudaram em *pão* e *razão?* ou por outra, porque (sic) é que *-ã* e *-õ* (*om*) *deram ão?* Suponho que em certa época repugnaram ao ouvido as vogais nasais - *ã* e - *õ* em fim de sílaba, e que elas receberam o apoio da vogal - *o*, donde - *ão* e *õo*. Depois - *oõ* desenvolveu-se em - *ão*, ou por dissimilação, ou por confusão com a outra terminação - *ão* dos nomes que vinham de - *anu* e - *ane*, ou espontâneamente". (Lições de Fil. Port., pg. 143 — nota 6). E' curioso notar as vacilações do professor: "Suponho que em certa época repugnaram ao ouvido as vogais nasais - *ã* e - *õ* em fim de sílaba... Depois - *õo* desenvolveu-se em - *ão* ou por dissimilação, ou por confusão, ou espontâneamente..." A ditongação da vogal nasal simples não é nada mais do que conseqüência natural do acento intensivo. Esta mesma causa explica as demais ditongações ainda orais. Por isto escrevemos no primeiro volume dos "Estudos de Filogia Portuguêsa", pg. 113: "*Ditongação* por efeito da acentuação enfática: *do* =*dou; sto*=*estou*. Quanto a esta última causa será necessário explicar e resolver algumas dúvidas. Aceitamos esta causa do esfôrço enfático da acentuação exposta e defendida por Menéndez Pidal

(Origenes — 577) e por Graff (Language and Languages — 234). Assim explicamos a passagem da vogal simples *o* a ditongo *ou* nas formas verbais *dou, estou,* do latim *do, sto,* como efeito da acentuação em tal vogal, acentuadação enfática. Sabemos, muito bem, que outros preferem recorrer à analogia com qualquer forma verbal. Êste recurso da analogia é muito elástico, uma espécie de panacéia para todos os casos cuja explicação intrínseca não seja muito clara nem fácil. Graff cita o inglês *ground, hound* respectivamente de *grund, hund.* Em português temos o caso especial do ditongo nasal *ão,* provindo apenas do ressôo nasal. Se em *mão* derivada de *manum* temos formação natural e intrínseca do ditongo, já a não temos em *pão, cão* cujos étimos *panem, canem* deveriam produzir *pãe, cãe.* A formação foi certamente esta: *panem=pane* (existente em italiano) = *pan* ou *pã* pela sincope natural do *e* precedido de nasal que formava sílaba com a vogal anterior. De *pã,* pelo acento enfático se deu o alargamento da vogal nasal ou a ditongação atualmente existente *pão.* A mesma explicação pode ser aplicada a *canem.* Leite de Vasconcelos acha que a vogal *o* surgiu por necessidade de "encôsto". Com os autores supracitados admitimos que tal "encôsto" foi conseqüência da ênfase muscular ou como diz Pidal: "realce articulatório".

Outro histórico problema é sabermos como eram pronunciadas essas terminações nasais do período arcaico. Antes de dar-se a ditongação de que acima falamos, certamente havia distinção entre *ã* e *õ* (*cã* e *corazon*). As grafias mais antigas com *n* final em lugar de *m* que já aparecem em Zurara: *can, corazon* e depois *cam, corazom* indicam que nesta época, final do século XIV, já se havia dado maior uniformização. Tomando por base as rimas, a terminação *am, om* eram pronunciadas *ão.* No Cancioneiro Geral de Resende, nota Kausler e das observações dêste se valeu Leite de Vasconcelos, *mađo* rima com *divisam; vilão* com *nam; vão* com *rrezom; yrmão* com *devaçam, etc.* A conclusão de Leite de Vasconcelos é esta: "Disto resulta claramente que no Cancioneiro Geral a grafia - *am* tem o valor de - *ão,* e corresponde também aos já então arcaicos - *ã* e - *õ* (*om*)". (Lições — pg. 141). A pronúncia deveria ser esta embora a grafia ainda não a representasse perfeitamente como sempre acontece. Oscar Nobiling concorda com isto quando afirma: "No interior da palavra, antes de consoante, empreguei *m* ou *n,* de conformidade com o uso moderno; mas no fim da palavra usei sempre do *n,* para evitar a grafia *am,* que, quando é final, hoje se pronuncia *ão.*" (*Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade* — 9). Para Nobiling, portanto, as grafias com *n* final representavam exatamente *an, on* e depois com *m* já representavam outro estado evolutivo, *-ão.* Pensamos, portanto, que até o século XIV a pronúncia era simplesmente como aparece escrita e depois, de Zurara e Resende para cá, a grafia *am, om* representavam apenas *ão.*

Ditongos orais

Ai — (*ae*) — São inúmeros os exemplos, resultados de vocalização consonantal como em *aito* (*acto*), de hipértese como em *raiva* (*rabia*) ou por desenvolvimento da semivogal *i* a fim de desfazer o hiato e melhor ainda por efeito do acento enfático: *saia*, *caia* de **saleat*, **cadeat*, dando-se primeiro a síncope da intervocálica linguodental *d*.

Au (*ao*) — O primeiro ditongo latino *au já* no vulgar se havia transformado em *ou* e simplificado em *ô*. Na época trovadoresca encontramos *côa* de *cauda* que já aparece no vulgar *coda*. Se, pois, não podemos falar dêste ditongo *au* como originário do latim, tivemos o mesmo ditongo por outros meios fonéticos, como por exemplo, em *Bautista*, *bautismo* pela vocalização do *p* de *Baptista*, *baptismum*. Em *causa* que assim permaneceu por influência literária ou eclesiástica, ao lado das formas evoluídas *causa*, *coisa*. Aparece ainda como conseqüência da síncope da intervocálica em *pau* (*palum*), *grau* (*gradum*), *mau* (*malum*), etc. Por hipértese ainda citamos a forma galega *auga* (*água*).

Ei — (*ey*) — A vocalização da gutural *c* antes de dental *t*, não precedida de nasal, produziu normalmente *ei*: *feito* (*factum* = **faito* — *feito*), *leito* (*lectum*), *eito* (*actum*), *peito* (*pectum*). A síncope da intervocálica não produziu ditongo no comêço da língua, contando-se cada vogal por sílaba independente; só mais tarde foi que passaram ambas a formar uma única sílaba, no tempo clássico: *cea* (*coenam*), *fea* (*fedam*), *tea* (*telam*), *mea* (*mediam*). Posteriormente foi que se deu a ditongação: *ceia*, *feia*, *teia meia*.

Nobiling afirma que *ei*, *ey* era sempre de timbre fechado e cita *rey*, *sey*, *dereyto*, *feyto*. Era-o também nas formas finais *plateia*, *ideia*, *plebeia?* Se tomarmos a pronúncia brasileira como a que mais se aproxima da arcaica, parece-nos que o timbre deveria ser aberto. Fazemos distinção fonética entre *areia*, *sereia*, *feia* (timbre fechado) e *idéia*, *platéia*, *aléia*, *Enéias*, *plebéia* (timbre aberto). A pronúncia portuguêsa, oficial, não faz distinção, pronunciando as duas séries com o mesmo valor fechado do *e*.

Eu — (*eo*) — A vogal prepositiva *e* podia ter dois timbres: aberto e fechado. Diz Nobiling que no primeiro caso, a língua arcaica não fazia ditongo, mas contava por duas sílabas: *cé-o*, *lé-o*, mantendo ainda timbre aberto, porém, formando ditongo havia *éu* em *meu*, *teu*, *seu*, *Deus*, *judeu*, e o verbo *deu*. A terceira pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos em *er*, como *viveu*, *morreu*, *perdeu*, *jazeu*, tinha timbre fechado *êu* e também a palavra *sandeu*. A base de tal distinção foi a rima. Eis como se expressa o professor de São Paulo: "Com quanto ao diphtongo *éu* do portuguez moderno correspondesse na língua antiga o dissyllabo *éo* (v. g. *céu* = *cé-o*) o diphtongo *éu* existia em *eu*, *meu* (*s*), *teu* (*s*),

seu (*s*), na 3.ª sing. perf. *deu*, em *Deus*, *judeu* (*s*) e outros substantivos a adjetivos cujo *e* corresponde a um *e* (breve) ou *ae* latino, bem como em alguns vocábulos tirados do provençal, v. g. *greu* (pesado), penoso) e *ben-lheu* ou *ben-leu* (=talvez). Estas palavras não rimam nunca com a desinência *eu* da 3.ª sing. perf. dos verbos em *er* (desinência que corresponde à latina — *evit.*). Pronunciava-se portanto com *ê* esta última desinência, assim como o vocábulo *sandeu*, que só rima com ella". (Op. cit. pg. 7).

Ou — O ditongo *ou* de origem românica, transformação natural de *au* como em *taurum/touro; laurum/louro*, em muitas partes já devia estar monotongado, em *ô*, como em castelhano e português popular do Brasil: *tôro*, *lôro*, *ôro*. A grafia, porém, arcaica não atesta tal forma e isso é muito explicável porque, tanto as Cantigas como depois a prosa eram produtos literários, grafias de língua mais ou menos artificial como tôda expressão literária. Em muitos casos, o ditongo *ou* se reduzia a *ó* quando seguido da vogal *a* de timbre aberto. Nobiling cita-nos vários exemplos nas produções literárias de Guilhade: *leixó-o sigo na casa albergar negó-o, filhó-o*. Em Gil Vicente tal maneira de contrair o ditongo, dando ao resultado timbre aberto é comum porque a linguagem do teatro reproduzia de modo direto a maneira de falar do povo e não a maneira literária, artificial dos trovadores e poetas de maior saber. Tal contração é muito freqüente quando se trata de *ao*, preposição e artigo. "Daí *ó* demo êsse rezar" — "Canto *ó* mês" — "Oh! dou *ó* decho a chaçona". — são três passos, que citamos, da farsa "O Velho da Horta", apenas para não deixar sem exemplificação.

Oi — O ditongo *oi*, resultado de vocalização consonantal, v. g. de *c* antes de *t*: *noite* (*noctem*), *coita* (*coctam*), *oito* (*octo*), vocalização que poderia ser também em *u*: *noute*, *couta*, *outubro*, — alterna-se com *ou* de proveniência muito diversa, isto é, da evolução de *au=ou*: *toiro*, *loiro*, *oiro* (*touro*, *louro*, *ouro*). Da mesma forma quando produto de hipértese do *i*: *coiro* (*corium*), *moiro* (*morio*), *Doiro* (*Durium*) que igualmente apresentam formas em *ou*: *couro*, *mouro*, *Douro*. De uso mais galego que português, temos *moito*, *ascoito loito*. Pensamos que tal grafia seja apenas especiosidade galega, sem representar realmente o valor fonético usual que deveria ser também lá *muito*, *ascuito*, *luito*. No Brasil porém, mormente entre a gente rústica de S. Paulo, o verbo *lutar* é sempre dito *aloitar*, fazer uma *loita*, dando ao símbolo vocálico *o* o seu real valor de *o* e não de *u*. Seria bem possível, portanto, que na Galícia houvesse tal pronúncia. Os documentos não podem oferecer razões decisivas. Por efeito de síncope vocálica, temos a famosa palavra *soidade*, também escrita *suidade*, de *solitatem*, de que tiramos a forma atual *saudade*.

Ui — Existia como resultado de vocalização consonantal, v. g. em *muito* de *multum*, *conduito* de *conductum*, ou de hipértese como em

chuiva de *chuvia* (*pluviam*), *ruivo* de *rubio* (*rubium*). Em *ventuira, ventuirança* há de se supor uma fórmula analógica ou hipotética *venturia*. Leite de Vasconcelos está por esta. (Liç. de Fil. Port. 279).

Ditongos imperfeitos ou decrescentes.

A série de tais ditongos imperfeitos ou decrescentes *ea, ia, eo, eu, ie, io, iu, ua, ue,* que outros como J. J. Nunes colocam simplesmente entre os hiatos (Chrest. Arc. XLVIII — 1.ª ediç.), sob a influência do acento tônico e de outras tendências fonéticas, desapareceram por assimilação e contração. Assim tivemos na língua antiga: *peendença* por *penitência*, *seenço* por *silêncio* como ainda temos *graça, desgraça, aço, preguiça, moço* em lugar de *gracia, desgracia, preguicia, mosteo* (*musteum*). Algumas palavras onde novamente encontramos a série de ditongos descendentes: *áurea, nivea, tênue, sânie, silêncio, penitência* são de origem literária, refacções da época clássica.

Ea — *ia* — Conservaram-se em algumas palavras, como acima ficou dito, de cunho erudito ou eclesiástico: *glória, estórea*. Quando precedido o grupo de nasal línguo-dental *n* ou de simples línguo-dental *l* houve palatização: *calonha, vergonha, sanha, Borgonha, aranha, manha* (*calumniam, verecundiam, saneam, Burgundia, araneam, maniam, *maneam*); *palha, filha, folha, filhar, milha* (*paleam, filiam, folia, *filiare, millia*). Em outros casos quando a línguo-dental era surda ou forte, dava-se a assibilação: *graça, preguiça, praça, linguiça* (*gratiam, pigritiam, plateam, *linguitiam*).

Eo — *eu* — Sob a influência de dental surda e forte houve assibilação: *moço, buço, paaço, espaço,* — (**musteum, *bucceum, palatium, spatium*). A presença de nasal antes da dental surda não impediu a assibilação como se vê em *Cremenço* e *Clemenço* (*Clementium*). *Sob a* influência direta de nasal *n* houve palatização: *ponho, tenho, manho, sonho, testemonho* (*poneo, teneo, maneo, somnium, testimonium*)

Io — *iu* — Se o ditongo imperfeito está precedido de gutural surda *c*; de dental surda e sonora *t, d;* e antes de tais consoantes se encontra outra consoante ou vogal, o resultado é uma assibilação surda (*ç*) *ou* sonora (*z*): *bucceum = buço; laceum = laço; musteum = moço; bracchium = braço; vitium = viço; puteum = poço; linteum = lenço; linteolum = lençol; ardeo = arço; audio = ouço; judicium = juízo; gaudeum = gozo, etc.* Menos freqüentemente se dá a palatização da dental+io: *invidio = invejo; dissidium = desejo; vidio = vejo*. Esta mesma palatização aparece ainda quando a consoante imediata antes de *io* é sibilante sonora: *baseum = beijo; caseum = queijo; faseolum = feijão; etc.* Em casos ainda mais raros houve a condensação do ditongo imperfeito:

limpium = *limpo; dormio* = *dormo; termium* = *termo; vitrium* = *vidro; farreum* = *farro; atrium* = *adro; mancipium* = *mancebo*. O grupo *io, iu* (*eo, eu*) desaparece ainda por hipértese da semivogal *i*: *corium* = *coiro; comeo* = *coimo; morio* = *moiro; murmurium* = *mormoiro; martyrium* = *marteyro; solitarium* = *solteiro*.

Ua — Tôda vez que, precedido de gutural, formando o grupo *gua*, v. g. *quaternum, quantum, quadraginta, quando*, houve sempre a absorção da semivogal *u*: *caderno, canto, corenta, cando*. Em *aquam*, a língua arcaica atesta a hipértese da semivogal como em "Creo que, per a *auga* do santo bautismo, serei santificada... o pavimento da igreja era molhado da *auga das* lágrimas..." (Santa Pelagia) — As formas atuais foram refacções do Renascimento. Deu-se a mesma absorção da semivogal *u* quando precedida de *n* ou *s*, ou *t*: *janeiro* (*Januarium*), *manada* (*manuatam*), *maneira* (*manuariam*), *vinacre* (*vinuacre*). Para Pidal tôda vez que *qu-gu* estão seguidos de *a*, se mantém o *u*: *água, égua, língua, míngua, qual, quadro*. Não se pode saber a pronúncia exata e ainda hoje se vacila entre: *distinghir, distingüir*, líkido, *líqüido*. *Nunquam* deu *nunca* em oposição à regra de Pidal.

Ue — *ui* — Seguem os mesmos passos do precedente: *coser* (*consuere*), *janela* (*januellam*), *bater* (*battuere*), *kinze, kinto*, grafados *quinze, quinto*, de *quindecim, quintum*. O mesmo fenômeno observa-se em *uo*, *como* (*quomodo*), *cotidiano* (*quotidianum*), *cota* (*quotam*).

Com tôdas estas alterações fonéticas podemos dizer que a língua arcaica era muito mais pobre em ditongação do que a clássica e a moderna. Sob a influência das correntes renascentistas, de volta às formas latinas, clássicas, todos os ditongos imperfeitos foram restabelecidos. As refacções foram, por conseguinte, numerosas, v.g. *pendença, seeço, paaço, cota, cotidiano, catorze, femença, mormoiro, auga, coresma, canto, cantidade, calonha, Normanha, etc.*, voltaram à forma primitiva *penitência, silêncio, palácio, quota, quotidiano, quatorze, veemência, murmúrio, água, quaresma, quanto, quantidade, calúnia, Normândia, etc.* Formas como *nívea, áurea, tênue* e outras mais são de origem puramente literária. Em bom número de palavras iniciadas por *o*, por analogia com outras que se iniciavam por *ou*, aparece ditongo, não só em muitos escritores arcaicos, mas também clássicos: *oupinião, ouriente, Ouvídio, ourelha, oucioso, ouliveira, oufano*. Na expressão popular ainda hoje encontramos esta série e mais outras palavras como *Ouropa* e *feichar, carangueijo, bandeija* em que se fêz ditongo sem fundamento fonético necessário. Muitas das hipérteses foram também desfeitas, principalmente, no tipo comum: *breviairo, refertoiro, marteiro*, novamente *breviário, refeitório, martírio*.

CONSONANTISMO

Introdução

Antes de um tratamento mais particularizado das transformações sofridas pelas consoantes latinas no português arcaico, necessitamos de algumas palavras de introdução, advertindo o estudante do êrro do método em que se puseram quase todos os tratadistas do assunto, v. g. José Leite de Vasconcelos e seu muito fiel discípulo José Joaquim Nunes. Todos êles tomam como ponto de desenvolvimento fonético o consonantismo latino clássico. Mas já nos séculos VI e VII não se poderia falar de latim senão vulgar e quase tôdas as alterações fonéticas mais importantes se encontravam feitas. Na Ibéria foi o reino asturo-leonês no qual o latim vulgar se manteve por mais largo tempo até os séculos X e XI, exercendo grande influência na formação do galego-português.

Não se pode admitir, por isso, que Leite de Vasconcelos escreva em suas "Lições de Filologia Portuguêsa", pg. 32: "Em *ce, ci.* o *c* assibila-se: *certu* = *certo* (que soa *çerto*), *cincta* = *cinta* (que soa *çinta*). *Em ge, gi,* o *g* palatiza-se: *gente* = *gente* (que soa *jente*), *gingiva* = *gengiva* (que soa *jenjiva*). Muito mais grave é todavia o que diz J. J. Nunes em sua "Chrestomatia Archaica", pg. LIX: "... Tinha (1.º *c*) o mesmo som que ainda hoje conserva antes de *a, o, u,* pronunciando-se do mesmo modo em *caballus, corpus, cura* que em *cera, citu.* Na sua passagem para o português, influíram porém, as vogais posteriores e por isso tem de ser considerada primeiro antes de *a, o, u,* depois seguida de *e* ou *i*". O mesmo êrro de método se faz na pg. LXII: "Como o *c*, o *g* tinha em latim o som gutural que ainda conserva, quando seguido de *a, o, u,* pronunciando-se do mesmo modo tanto em *gutta, gustu,* como em *fugere, gelu, etc.* Na sua passagem para o português é preciso atender às vogais que se lhe seguem". Tudo isto estava bem no latim clássico, mas, o latim vulgar já conhecia a palatização das duas guturais: "... la *c* y la *g* delante de vocales anteriores se palatizaron y quedaron sujetas a ulteriores cambios". (L. V. Grandgent- Trad. Moll — § 248).

Carolina Michaelis de Vasconcelos já foi mais correta quando escreveu em suas "Lições de Filologia Portuguêsa", pg. 32: "Em geral tôdas as formas estão mais próximas do latim vulgar. São meros reflexos delas" — quer dizer, das formas latino-vulgares. Edwin B. Williams, em seu livro "From Latin to Portuguese", pg. 60, para não tomar uma solução única, expõe os dois valores fonéticos, — gutural e palatal: "1 — C. L. initial *c* followed by *a, ou,* or *u* = *Ptg. c* (*k*): *cantare* = *cantar; colorem* = *côr...*" 2 — Cl. initial *c* followed by *e* or *i* (V. L. (*ts*) = Ptg. *c* (*s*): *centum* = *centro; circa* = *cerca; civitatem* = *cidade*". Mas tudo isso não deveria ser assim porque os valores guturais diante de *a, o, u, o* latim

vulgar os retinha do clássico, criando a palatização que era tôda sua. Tôdas essas referências, pois, ao latim clássico são inúteis e anti-históricas. Ademais não é certo como nos faz crer o autor que de *dolorem* houvesse saído imediatamente *dor;* na língua arcaica houve sempre *door.* Temos, pois, que basear nossas referências, não no latim clássico senão no vulgar de que foram continuação as demais alterações fonéticas do romance português em seus primeiros tempos.

CARACTERÍSTICOS FONÉTICOS DO LATIM LEONÊS

Muitos dos característicos fonéticos do período arcaico já eram correntes no latim vulgar de Leão e como tais hão de ser estudados. A língua portuguêsa ou melhor dito, a galego-portuguêsa, nada mais fêz que continuar tais evoluções que, na opinião de muitos, tiveram seu término nos séculos XIV e XV. Ao iniciar-se o classicismo português, fonèticamente estava fixado o idioma e se dava então tôda atenção ao polimento da frase, do vocabulário. Assim mesmo, na obra máxima do período clássico, — "Os Lusíadas" de Camões, — não são poucos os arcaísmos, sejam fonéticos, vocabulares, ou sintáticos.

Os fenômenos fonéticos mais importantes foram, segundo a lição de Menéndez Pidal, a sonorização das oclusivas surdas *p-t-k-f;* a síncope das consoantes intervocálicas; a vocalização consonantal; a redução do grupo *ns* a simples *s;* assimilação de *mb* em *mm* e posterior simplificação das geminadas; assibilação da dental *t* diante de yode; perda do *t* final. Êstes são os que se referem às consoantes. Para as vogais e ditongos: conservação do ditongo *ai;* monotongação do ditongo *au*, apócope do *e;* alteração do timbre das vogais clssicas. De cada um dêstes grupos temos de dizer algo mais e exemplificar.

A sonorização das oclusivas surdas *p-t-k-f* em suas correspondentes *b-d-g-v*: " et accebi de tivi uxori mea duos boves (Sahagun — 1011) — ...et de ipso pretio abut (apud) te nicil (*nihil* mas já palatizado, igual a *nissil*) *remansi.* "... de colegio sancti Iacobi *abostoli*", "*eredidale* mea *probia*", "is *cingidur* terminibus", "sicut *gotiga* lex docet", "*paupertagula* quam *adquisivi*", "cum omnia sua *edivicia*". São documentos e citações de Don Menéndez Pidal (Origenes del Español — pg. 478). Os documentos portuguêses testemunham os mesmos fenômenos: "nec suadentis *artigulo*", "hereditates *que* ganavi in *terridorio*", "et *cabra* cum sua filia", "illos villares *dublados*", "terras vel cultas vel barvaras", "ut facere *tivi*" (Port. Mon. Histor. — ano 88., 824, 907), e muitos mais abundantes do século XII. A sonorização do *f* em *v* se comprova com muitíssimas palavras, v. g. *eivicar* (*aedificare*), *ourives* (*aurificem*), *Estevam* (*Stephanum*), *etc.* São muito importantes as palavras com que Menéndez Pidal termina suas explicações, palavras que confirmam nosso modo

se sentir mais acima exposto: "todas las formas latinas en masa, aún las más olvidadas por el romance vulgar, se someten a la sonorización, lo mismo en la capital leonesa y su tierra que en Asturias o en Portugal; hacia Castilla, en Sahagún, ya disminuye este fenómeno". Nada pois de tomar como ponto de partida para as evoluções fonéticas portuguêsas o latim clássico: tôdas elas estavam já ativas e em fala latina vulgar.

A síncope das consoantes intervocálicas, sobretudo, de *g-d-i-n-* se pode comprovar, em documentos portugueses, desde época muito remota. Muito notáveis são os estudos de Sachs, — "Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal" — Jena — Leipzig — 1932 — e nos aproveitamos das conclusões críticas de Rodrigues Lapa na recensão que fêz no "Boletim de Filologia", vol. II — pg. 173 — Lisboa — 1933-1934. Eis como se exprime Lapa: "Mas o trabalho de Sachs torna-se sobretudo valioso porque nos permite, às vêzes, em certos casos, datar com maior ou menor segurança o fenômeno tão característico da fonética portuguêsa como é a síncope das consoantes *d, l, n, e* por vêzes *g*".

Síncope do d — O documento mais antigo é de 977: *Osorei de Asoredi;* seguem depois: *Vermui de Vermudi* (1509); *Freariz* de *Fredarici* (1065), etc. Sem ser topônimo notamos *eivegar* (*edifigare*), *Diego* e *Diogo* (*Didacus*), *Gontroa* (*Guntroda*), *coa* (*cada, cauda*), *comeo* (*comeado*), *peon* (*pedone*), e já no latim vulgar *remeum* anime mee, por *remedium*.

Síncope do l — Nos topônimos, atesta Sachs, se verifica a síncope do *l* antes de 969: *Framianes* de *Framilanes*. A síncope do *l* foi mais freqüente no norte que no sul onde até os últimos períodos se encontram, todavia, topônimos que a conservam, v. g. *Mertola* de *Myrtilis*. Leite de Vasconcelos pensa que o dialeto moçárabe seja a causa principal desta conservação do *l* intervocálico. No vocabulário comum da língua foi o fenômeno freqüentíssimo e de fato a mais remota. Assim *soer* (*solere*), *soo* (*solu*), *mao* (*malu*), *candea* (*candela*), *tea* (*tela*), *peego* (*pelagu*), *saiva* (*saliva*), *cio* (*zelu*), *moa, moo* (*mola*), *a* (*ala*), *etc.* Uma das palavras sincopadas mais curiosas por sua raridade é *veas* de *velas* que encontramos, uma só vez, em um dos fragmentos da vida de "São Nicolau", século XIV: "Des i ergeron sas ancoras e enderençaron sas *veas* e deu o vento en elas e partiron-se do porto a gran lediça". ("Dois fragmentos de uma vida de S. Nicolau do Século XIV em português" publicados pelo Sr. Pedro A. O'Azevedo in *Bausteine zur romanischen Philologie*: *festgabe für Adolfo Mussafia*" apud. J. J. Nunes, Chrest. Arc. pg. 100 — 1.ª ediç.).

Síncope do n — Dentro do vocabulário comum já lemos nos Cancioneiros de fato muito antiga, v.g. *ũu, ũa, lũa* e *lua, bõa e boa, doa* (*dona*), *moogo* (*monacum*), *boo* (*bonum*), *gaado* (*ganatum*), *veado* (*venatum*), *saadio* (*sanativum*), *seo* (*sinum*), *cea* (*coena*), *area* (*arena*), *põer, poer* (*ponere*),

maer (*manere*), *seestro* (*sinistrum*), *saar* (*sanare*), *mẽos* (*minus*), *etc.* Sachs é de opinião que o *n* intervocálico começou a desaparecer entre 1170 e 1200. Mas sua opinião, diz Lapa, não tem muito fundamento pela insuficiência de dados. As formas que se encontram nos Cancioneiros: *pino, manhana, louçana* e outras mais, ou são castelhanismos, ou arcaísmos. O sentir mais generalizado é que sejam castelhanismos. E assim também pensamos.

Síncope do g — O pronome *ego* apresenta-se sincopado em *eo* já em latim vulgar, já nos documentam os cartulários mais antigos. De *ligare* é freqüente a forma *liar* assim como *leal* de *legale; mas* de *magis; correa* de *corrigia; frio* de *frigidu; seelo* de *sigilu; coidar* de *cogitare; leer* de *legere; triinta* de *triginta; navio* de *navigiu; real* de *regale; lidiar* de *litigare*. Menéndez Pidal apresenta-nos os casos notariais de *villigo reis* (*villico regis*), pro me orare non *pieatis*, em vez de *pigeatis;* "kabalo cum sela *arientia* et freno *arientio*, por *argenteus*". (Op. cit. § 95).

A vocalização consonantal é também um dos fenômenos fonéticos mais antigos, causa de não poucos ditongos segundo vimos em seu próprio lugar. Já no século IV há casos de vocalização do *l* em *u*, v. g. *cauculus* por *calculus*. A forma evoluída *munto* que se escuta numas tantas partes de Portugal e no norte do Brasil já se encontra em latim vulgar segundo nota Grandgent: "*muntu* por *multum*" (L. V. § 288--289). Nos documentos notariais é corrente *sautos* por *saltos*: "Vendimus ad uobis ipsos uilares iam superius nominati... arbores fructuosas e infructuosas, *saustos*, pascuis, etc.". (Cartula uendicionis — 883). De *scalprum, calma, talpa*, tivemos *escopro*, certamente posterior a **escupro cauma, toupa* e de igual origem *taipa*, pois o *l* diante de outra consoante pode vocalizar-se em *u* ou *i*. Na mesma situação, o *p* sofre a mesma vocalização como se pode ver em: *auto* (*aptu*), *bautizar* (*batizare*), *cautivo* (*captivu*), *preceito* (*preceptu*), *adouçom* (*adoptione*), *conceiçon* (*conceptione*). Como o *p*, também *b* se vocaliza: *ausente* (*absente*), *austinado* (*obstinatu*), *Ausalon* (*Absalone*). A vocalização mais comum se dá com a gutural *c* diante de dental *t*: *teito* ou *teuto* de *tectu; loita* de *lucta; ereito, dereito, froito, enxuito, aspeito* de *erectu, directu, fructu, exsuctu, aspectu*. Uma vez ou outra com a sonora *g*: *Einês*, moderna *Inês* de *Agnes; freima* e *freuma* de *fleugma; Maudalena* e *Moudanela* de *Magdalena*. Com o *x* que se decompõe em *cs* se repete o fenômeno: *seixo, teixo, leixar, madeixa, teisto, seisto, seis* de *saxum, taxum, laxare, mataxa, textum, sextum, sex*.

O grupo *ns* reduz-se a *s* como atestam as grafias latinas *cosoles, cesor, sposus, isula, mesis* e já em romance *pesare* de que tivemos *pesar* como de *pe* (*n*)*sum, pêso; de a*(*n*)*sa, asa; e me* (*n*)*se, mês*. A mesma perda do *n* se verificava antes de *f, j, v*: *iferi, cojugi, coventio*. Quer parecer-nos que a grafia arcaica *iffante* por *infante* represente o

mais antigo vestígio dêste fenômeno. Em muitíssimos casos, a língua, por analogia, fêz a restauração da nasal.

A assimilação de *mb* a *mm* e posterior simplificação das geminadas é fenômeno antes próprio do castelhano que do galego-português, pois, se podem citar exemplos: *amos, promo, tamem, imora,* por *ambos, plumbu, também, embora.* No Brasil, na fala rústica, é mais comum a assimilação do grupo *nd* a *nn* e posterior simplificação das geminadas: *comeno, andano, dizeno, viveno* por *comendo, andando, dizendo, vivendo, quano* por *quando.* Menéndez Pidal oferece uns exemplos do latim: "a fronte *amobus* careat oculis" em vez de "*ambobus*" — "inter ammas meas fermanas", "*cocamio, camia, concamium*" (Orig. § 52,3).

A assibilação do *t* diante do *i* começou no latim mesmo. Grandgent põe tal assibilação já no século IV que se vai fazendo cada vez mais freqüente até ser a regra geral: *marsianeses* por *martianeses, disposicio* por *dispositio; sepsies* por *septies; tersio* por *tertio.* (L. V. § 277-280). Na linguagem notarial encontramos: "Et accepimus de uos *precio* LX modios... et de *precio* aput uos nicil remansit etc. (Cartula *Vendicionis* undecimo kalendas Januaril era DCCCXXI). Nos séculos posteriores se deu a absorção do *i,* que produz as formas atuais: *preço, graça, preguiça, paço,* de *pretium, gratiam, pigritiam, palatium.*

A perda do *t* final, como se lê em Grandgent (§ 285) começou no princípio do Império na Itália meridional. Em Pompéia se encontram os primeiros exemplos dêste desaparecimento do *t* final: *ama, peria, relinque, valia, vixi, etc.* Nos documentos notariais de Portugal encontramos: *parie, resona, sedea, abea, etc.* Todos êstes fenômenos fonéticos, característicos já no latim vulgar de tôda a România e de modo especial no de Leão, que, històricamente, sabemos teve grande influência na formação do galego-português, nos ministram bases certas e seguras para não tomarmos como ponto inicial das transformações fonéticas do galego-português o latim clássico segundo seguem fazendo muitos tratadistas.

CONSOANTES SIMPLES

Guturais e Palatais

O *c* inicial manteve-se regularmente: *caer* (*cadere*), *coobra* (*colubra*), *comprir* (*complere*), *cobiiça* (*cupiditia*). Diante de *e, i* se palatizou já no latim vulgar. Mas o som próprio no período arcaico foi mais áspero que na moderna expressão: *céo, cego, cea, cedo, cinta, cidade.* Tais palavras soavam *dcéo, dcégo, dcea, dcedo, dcinta, dcidade.* Por isso não existia o perigo de confundir-se o *c* com o *s* de *sete, sede, silva, si, siia, etc.* Diga-se o mesmo do *ç* resultante do grupo *ti*: *graça, paaço, lediça, femença.* Quando intervocálico, houve o abrandamento: *fogo* (*focum*), *cego*

(*caecum*) *pagar*, (*parcare*), *moogo* (*monachum*), *digo* (*dico*), *mego* e *migo* (*mecum*), *etc*. A sonorização do *c* inicial em *gato*, *gaiola*, *Galécia* e *Galícia*, *gorgulho*, já se notava no latim vulgar: *gattus*, **gaveola*, *Gallaecia*, **Gurculio*. (Grandgent — § 527; Menéndez Pidal § 59; J. J. Nunes — Comp. — pg. 86). A palatização do *c* incial em *ch* só se encontra em palavras de origem francesa: *chapeu*, *charrua*, *chefia*, *chantre*. O *c*, quando final, desapareceu: *ne* (*nem*), *si* de *nec*, *sic*. O imperativo latino *dic*, *fac*, *duc* foi substituído pela segunda pessoa do indicativo presente, cremos que nas últimas fases do latim vulgar. A Igreja, naturalmente, conservou as formas hebraicas dos nomes *próprios*: *Isac*, *Melchisedec*, *Abimelec*, *etc*.

O mesmo quaro de evoluções temos com o *g*: quando inicial, manteve-se: *gota* (*guttam*), *gosto* (*gustum*), *governar* (*gubernare*). Quando intervocálico, em latim, manteve-se: *chaga* (*plaga*), *negar* (*negare*), *agoiro* (**aguriu*), *castigar* (*castigare*). Pode sofrer síncope: *rua* (*ruga*), *eo* (*ego*), *leal* (*legale*), *real* (*regale*), *liar* (*ligare*). Mas também vocalizar-se em *i*: *saio* (*sagu*), *praia* (*plaga*), *etc*. Quando palatizada diante de *e*, *i*, também se conservou no arcaico: *gente* (*gente* = *jente*), *jantar* (*gentare*), *gemer* (*gemere*), *geolho* (*genuclu*), *gear* (*gelare*), *gebo* (*gibbu*), *giesta* (*genesta*). Cabe aqui fazer-se a mesma observação feita para o *c*: na gutural *g* já palatizada tinha uma pronúncia mais áspera que hoje. Assim: *gente*, *gemer*, *giesta*, *etc*. se diziam *dgente*, *dgemer*, *dgiesta*. A fala rústica no Brasil segue, todavia, com os mesmos valores fonéticos, de modo especial, em São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

O *j* — Nos últimos tempos do Império gràficamente se distinguia o *i* consonantal da semivogal. Aquela tinha mais amplitude abaixo e acima da linha; esta, não. Assim: *Jam*, *Jupiter*, *Jovem*; *audio*, *sentio*, *medium*. Mas o valor sonoro era o mesmo: *i* ou *y* como conservamos em *aliviar*, *praia*. São muito parcos de observações os autores quando se lhes pergunta como o símbolo *j*, que tinha o mesmo valor fonético do *i*, passou a palatal. Queremos ver a diferenciação na analogia com a palatal proveniente do grupo *di*: *invidiam* = *enveja*; *video* = *vejo*; *hodie* = *hoje*, que se diziam *envedja*, *vedjo*, *hodje*. Êste esfôrço que ao *i* vinha da dental se comunicou ao *j* inicial. Tal influência analógica se completou com outra corrente: a palatização forte do *g* diante de *e*, *i*, pois, palavras como *gente*, *gigante* se pronunciavam: *dgente*, *dgigante*. Meillet assim o crê para esta última parte: "Le *y* n'a pas en face de lui de phonème spirant aisé à prononcer, avec une sourde correspondante en latin, comme il est arrivé pour le *w*. Il s'est renforcé à sa manière en passant à *gy* (fr. *djy*). Ainsi *iam* a donné it. *già*, v.fr. *já* (prononcé *dja*) ; *et maiiorem* a donné it. *maggiore*, fr. *majeur*. Ce developpement était facilité par la prononciation qu'avait prise *g* devant les voyelles prépalatales *e* et *i*". (Esq. d'une Hist. de la L. Latine — pg. 252 — Troisième edition). No latim imperial,

pois, o *j* inicial se pronunciava duramente e no período arcaico do português o mesmo se pode escutar até nossos dias na fala rústica do Brasil.

O *q.* — Esta gutural surda jamais se encontra só, mas sempre formando grupo com a semivogal *u*, que muitos representam por *w*. Quando falamos do grupo *ua, ue, ui, uu* já tudo ficou explicado. Basta por ora dizer que, sendo absorvido o *u*, a resultante teve o mesmo tratamento do *c* diante de *a, o, u*. Quando inicial, manteve-se: *querer, quinze, queto, quedo* e *que*, que assim se escrevem por deficiência de nossos símbolos gráficos já que não se admite o *k*: *kerer, kinze, kedo, ke*. Outros mais: *cando, contia, ca, coresma, cando* de *quando, quantia, quam* de *quia, quadragésima, quomodo*. Em posição medial se sonorizou em *g*: *auga, egual, religa, algo, algũe* de *aquam, dequale, reliquia, aliquod ali-qu'uno*. Como se tratou o *c* antes de *e* e *i*, o mesmo se fêz com o *qu*: *cinque* (*quinque*), *cocina* (*coquina*), *cocere* (*coquere*) e por isso: *cinco, cozinha, cozer, torcer*. Em *cinquaginta* (*cinqüenta*), *nunquam* (*nunca*) não se verificou o abrandamento por causa da nasal. J. J. Nunes equivoca-se ao dizer que o empecilho foi o ditongo *ua*. (*Chrest.* Arc. § 72-obs.).

Menéndez Pidal é do sentir que em *cinque, cinquaginta* por *quinque, quinquaginta* se deu a dissimilação do grupo *qu*, no latim vulgar. Não é necessário recorrer à dissimilação, pois, o valor fonético era igual do *c* diante de *e, i*, quer dizer, palatal. Pensa o mesmo autor que em *cuatro, cuando, cual* e o muito antigo *cuomo* do castelhano foi o acento de *quá — quó* que manteve a semivogal *u*. Mas no galaico-português achamos *cando, cal, como* e os derivados de *quatro*: *catropiscos, catrólhos, catrâmbias*, fazem supor uma pronúncia **catro*, refeita depois como foram tôdas as demais: *caderno, catorze, cotidiano, etc.*

O *h* — A totalidade dos autores afirma que o *h* não se pronunciava em latim, de modo que em romance não teve representação nenhuma. Realmente é assim. Nos "Cancioneiros", por exemplo, encontramos: *aver, onrra, oy, omee, ua, Anrique, etc.*

Autores mais tardios, especialmente, na prosa, sob influências eruditas, começaram a pôr o *h* em tôdas as palavras sem regra nem razão: *hũu, joham, hi, he, herva, havia, Jhesu, vehero, etc.* Mas nenhum valor tinha na pronúncia da língua. Só os digrafos *lh, nh*, de procedência provençal e *ch* representavam valor especial. Mas há muita probabilidade de que, em latim vulgar, em poucos casos, o *h* se guturalizou em *g* de que tem vestígios a língua galaico-portuguêsa. A existência de *ego* tanto em latim como no grego a que corresponde o sânscrito *aham;* de *vahaya* (conduzir) nesta mesma língua, *vehere* em latim e *wagjan* em gótico de que temos *wagon* e *vagão* modernamente; de *trahere* latino bem como *tragula, tragina, traginare* e em línguas germânicas *draga, dragan* estabelecem certa base para que se conclua que o *h* em indo-europeu passava a *g*. No latim vulgar, diz Grandgent: "Los verbos *strúhere*,

toráhere, y *véhere* desarrollaron nuevas formas de infinitivo: **strúgere, trágere, végere* (*tragere* y *vegere* son usados por Fredegario, ap. Haag, pág. 34) y una flexión completa de presente e imperfecto com —g— como **trago, *tragam, *tragebam*. La gutural se derivó del perfecto de indicativo y del participio pretérito — *struxi structus, traxi tractus, vexi vectus* — por analogia de *ago actus, figo, fixi, lego lectus, rego rexi rectus, tigo, tectus, etc*". (Op. cit. § 447). A esta pretensa analogia o pretérito do indicativo e do particípio pretérito opõem-se os exemplos que aduzimos e a opinião de Jud de que *tragula* supõe uma raiz *trag*. Parece-nos que existia no indo-europeu esta tendência de guturalizar o *h intermediário*: por diversas causas tal tendência se viu frustrada no latim clássico para emergir no latim vulgar mais livre e menos policiado. As línguas românicas nada mais fizeram que continuar seu desenvolvimento como atesta o galaico-português com *trager*. Há que notar, ainda, a existência de *miki, nikil* no latim da Igreja e em muitos documentos notariais, naturalmente, escritos por clérigos. Conhecemos todos *aniquilar* onde o *h* está guturalizado em surda *q* ou *k*.

Dentais

O *t* inicial se mantém: *tempo* (*tempu*), *todo* (*totu*), *tu* (*tu*), *torre* (*turre, i*), *teer* (*tenere*), *touro* (*tauru*). Quando medial, sonoriza-se em *d*: *cidade* (*civitate*), *lediça* (*laetitia*), *pendença* (*paenitentia*), *soidade* (*solitate*), *coidar* (*cogitare*), *quedo* (*quietu*), *cabidoo* (*capitulu*). As formas *queto* (*pop.*) *quieto* (*lit.*), *capitulo* e outras, mas na qual o *t* não passou a *d*, são eruditas. Quando final o *t* desapareceu *ama* (*amat*), *beve* (*bibit*), *cabo* (*caput*), *e* (*et*), *ou* (*aut*). Uma ou outra vez encontramos nos Cancioneiros *est, et*, mas são eruditismos gráficos sem a menor conseqüência fonética. Há que notar que após a nasal o *t* se mantém como em *santo, canto, manto* porque não se encontra entre duas vogais; faz exceção *sondes* de *suntis* paralelamente a *sodes* que terminou depois no moderno *sois*.

O *d* inicial se mantém: *don* (*donum*), *doa* (*dona*), *dedo* (*digitu*), *dar* (*dare*), *door* (*dolorem*), *dez* (*decem*). Entre vogais sofre síncope *veer* (*videre*), *pee* (*pedem*), *fee* (*fidem*), *caer* (*cadere*), *meo* (*medium*). Na segunda pessoa do plural do presente do indicativo, resultado já da sonorização do *t*, se manteve em tôda a língua arcaica: *façades, amades, veedes, partides, sodes*. Nos particípios perfeitos: *loado, catado, endõado* até nossos dias se manteve o *d* porque representa evolução do *t*. O mesmo se passa com os nomes *vida* (*vitam*), *cidade*, (*civitatem*), *bondade* (*bonitatem*), *agudo* (*acutum*), *entrudo* (*introitum*), *etc*. No castelhano vulgar, mas falado por pessoas cultas e de modo especial nos andaluzes, o *d* desta espécie já se sincopa: *mercau* (*mercado*), *cuidau* (*cuidado*), *via* (*vida*). Em posição final, perde-se: *a* (*ad*), *que* (*quid*).

Líqüidas

O *l* inicial se mantém: *lobo* (*lupum*), *lua* (*lunam*), *leer* (*legere*), *livro* (*librum*), *lingua* (*lingua*). Se medial, em regra, se perde: *seenço* (*silentium*), *anjo* ou *angeo* (*angelum*), *vea* (*vela*), *peego* (*pelagum*), *paaço* (*palatium*), *dooroso* (*dolorosum*), *poboo* (*populum*). A corrente erudita recompôs muitas destas perdas do *l*: *doloroso, silencio, pélago, palácio, palaciano* quando o arcaico tinha *paação;* introduz outras: *calor, olor, bolor, feliz, felicidade, malícia, salário, zelo, etc.* Cremos que *alegre, alegria* pertençam a seta mesma corrente erudita, pois, nos Cancioneiros sempre se dizia *ledo, lediça.* São empréstimos castelhanos *palavra* ao lado de genuína *paravoa; salido, salado, falido* são da mesma procedência. A explicação de *valer* vindo de **valuere* é inaceitável. Foi, talvez, a impossibilidade de pronunciar **vaer* em que deveria terminar ou em *vair,* como *caer* = *cair,* ou em **veer* que iria confundir-se com *veer* de *videre*. Claro é que *ll* latinos se mantiveram embora simplificados: *caballum, cavalo; capillum, cabelo; januellam, janela.* O mesmo se passou quando de uma assimilação: *veerla, veella, vela,* moderno *vê-la; vedesto, vedello, vedelo,* moderno *vêde-o; fazlo, fallo, fá-lo*. Por analogia a *cabelo* se manteve *pelo* (*pilum*); *a mel, melão* (*melonem*). As palavras latinas terminadas em *le* (*sale, fidele, crudele, sole aprile, etc.*) pela regra geral do *e* que em tal posição sofre apócope, deram *sal, mel, fiel, cruel, sol, abril,* dando a ilusão de que o *l* final se mantém em português.

O *r* — Na posição que seja, sempre se mantém: *rei* (*regem*), *reinha* (*reginam*), *razão* (*rationem*). Medial: *caro* (*carum*), *coroa,* (*coronam*), *area* (*arenam*), *aranha* (*araneam*). Exceção única: *proa* (*proram*). *O r* final de *amor, dor, dizer, amar, mar,* resulta como o *l* de apócope de palavras latinas: *amore, dolore, dicere, amare, mare.*

Nasais

O *n* — Quando inicial se mantém: *navio* (*navigium*), *nome* (*nomen*), *nunca* (*nunquam*), *noite* (*noctem*). Uma ou outra vez, por dissimilação, passou a *l*: *lomear* (*nominare*); *nembrar, nembrança e lembrar, lembrança* do *latim memorare, *memorantia*. Já no latim vulgar *masturtio,* no clássico *nasturtium,* deu *mastruço* em português. Quando intervocálico deixou ressonância nasal na vogal precedente que depois se perdeu em muitos casos: *mãer* (*manere*), *põer* (*ponere*), *ũu* (*unum*), *ũa* (*unam*), *põ* (*ponet*), *mão* (*manum*), *mẽor* (*minorem*). Se a vogal seguinte era *e, i,* palatizava-se: *aranha* (*araneam*), *sanha* (*saniam*). O mesmo se passava quando a vogal acentuada era *i* e seguinte *a, o*: *farinha* (*farina*), *galĩa, galinha* (*gallinam*), *vĩo, vinho* (*vinum*), *lĩo, linho* (*linum*). Muitas palavras de origem literária man-

têm a nasal: *pena, feno, menos, menor,* ou são castelhanos como *avelanera, avelana, louçana, etc.* Em *manada* (*manuata*), *maneira* (*manaria*), *Janeiro* (*januario*), *janela* (*januella*), *vinagre* (*vinuacre*) segundo L. de Vasconcelos se manteve a nasal por estar diante de ditongo, *ue, ua*; mas quer parecer-nos que em tais vocábulos, o *n* não era nasal senão simples línguo-dental: *ma-nada; ma-neira; ja-neiro; ja-nela; vi-nagre* e como tal não deixando ressonância alguma na precedente, manteve-se. Por dissimilação *animam, animal, animalia, unicorne,* deram *alma, alimalha* e no masculino *almalho, licorne*. Os nomes terminados em *n* trazem sua origem de uma nasalização: *min* (*mi-mihi*), *mãe* (*mai-matre*), *nen* (*nec*), *non* (*non*) porque o *n* final já se havia perdido no latim vulgar: *glute, lume, nome, vime* e não *gluten, lumen, nomen, vimen* do latim clássico. Faziam exceção os monossílabos e dentre êles o mais importante *non*. Podem ser também de uma apócope como em *bẽe* (*bene-ben*), *fĩi* (*fine-fin*) que também admite a explicação por meio da crase: *bene/bẽe/ben, fine/fĩi fĩ* ou *fin*. A nasal de *sim, assim* é totalmente analógica com *min* e ademais, moderna, pois, o arcaico só conheceu *si, assi.* Até o século XVIII tais analogias não estavam generalizadas segundo se pode ver em nosso livro "O auto das Regateiras de Lisboa". Os adjetivos *benignum, malignum, dignum,* certamente, pronunciados no latim vulgar *beninu, malinu, dinu* evoluíram regularmente em **benĩo,* *malĩo, **dĩo* (*beninho, malinho, dinho*) e foram reconstruídos na língua clássica: *benino, malino, dino;* mais tardiamente a grafia passou a ser *benigno, maligno, digno,* por imitação do latim. Há que notar a forma *maninho*, usual no Brasil, com a dissimilação de *l* em *n*. E' possível que tenha existido *denho* porque conhecido é *desdenho; dieiro, dinheiro* se explica por *dinariu* com a hipértese do *i*: *denairo* e a velarização do ditongo *ai em ei*: *dieiro*. Nada temos a dizer que *ũa*, depois *uma* porque até o século XVII e começos do XVIII era totalmente desconhecida na língua. Por mais que os discípulos de L. de Vasconcelos se fatiguem em repetir a explicação do mestre, não estamos convencidos de que tal resultado moderno (*uma*) não seja: ou conseqüência da grafia, ou a regular formação do feminino. Tome-se a forma *um* e se lhe junte a terminação feminina *a*: *um* + *a* = *uma*.

O *m* — Se inicial, mantém-se: *morte* (*morte*), *mão* (*manu*), *meo* (*mediu*), *mia* (*mea*), *madre* (*matre*). Foi muito freqüente na nasalização da vogal seguinte sob a influência do *m*: *minsa* por *missa*; *muinto* até hoje escrito *muito*. Nas palavras *mi, mai* segundo vimos, o fenômeno só no século XVIII terminou sua evolução: *mim, mãe*. Na posição medial o mesmo se passou: *lomear* (*nomear-nominare*), *lágrima* (*lacrima*), *fama* (*fama*), *fome* (*fame*), *homẽe* (*hominem*). Na posição final só pode vir de conseqüente nasalização: *homem, bem, fim, som, tom, etc.* Fazem exceção os monossílabos *con, en, quen, non,* grafados hoje: *com, em,*

quem, não, por sua posição em próclise já em latim. *Ren* veio do provençal. De *quen* se compuseram *alguen, ninguén.* Há que levar em conta muitos verbos terminados em nasal, mas, tais terminações são frutos de perdas finais ao passar do latim vulgar para o romance: *tenet* (*l c.*) — *teni* (l. *v.*) — *teen* (*arcaico*), *tem* atual; *dicen* (*l. v.*), *dizen* (*arc.*), *dizem* (atual) etc. O provençal *homenatge* corrente na forma aferizada *menage* assim como as demais: *viage, folhage* receberam nasal nos tempos posteriores. Na primeira se explica pela nasalização das precedentes; nas outras pela analogia com esta. Até nossos dias, na fala corrente do Brasil se diz sempre: *homenage, viage, folhage, etc.* Só na língua escrita ou literária é que se observa a nasal.

Sibilantes

O *s* — Pôsto em posição inicial mantém-se: *sonho* (*somnium*), *santo* (*sanctu*), sempre (*semper*), seer (*sedere*). Quando intervocálico passa a sonora *z* mas se continua escrevendo *s*: *causa, cousa* (*causa*), *tesouro* (*thesauru*), *esposo* (*sponsu*), *etc.* Grandgent e Williams são de opinião que a sonorização do *s* se verificou já no romance. Assim concluem porque no castelhano o *s* continua surdo. Isto não é certo. Menéndez Pidal é claro: "La lengua antigua distinguia una *s* sorda (que entre vocales escribía doble: *viniesse, passar,* ó sencilla trás consonante: *mensage*), de una *s* sonora (que se escribia sencilla: *casa*). El español moderno perdió la *s* sonora, análoga à la *s* sonora del francés, y conservó unicamente la sorda que emplea en todos los casos..." (Man. Elem. de Gram. Hist. Sp. — § 35 - 1.º). A sonorização da surda *s* começou no latim vulgar porque a encontramos no francês, provençal, castelhano, português, italiano (From Latin to Modern French — M. K. Pope — § 334 (ii). No italiano o mesmo Grandgent atesta o fenômeno, principalmente, no toscano: (From Latin to Italian — § 105). O *s* final embora não se escrevesse no latim vulgar e em muitas épocas no mesmo latim clássico, conservou-se na Ibéria: *mẽos* (*minus*), *mais, mas* (*magis*), *chus* (*plus*), nos nomes provenientes do nominativo: *Deus* (*Deus*), *Domingos* (*Dominicus*), *lapis* (*lapis*) e nas formas verbais: *amades* (*amatis*), *amas* (*amas*). Fala Nunes de *coroas, dores, narizes,* como originários de *coronas, dolores, *narices;* mas parece-nos que êstes nomes foram feitos regularmente do singular com acréscimo, do *s*, sinal do plural. A palavra *cos* é provençal, *de cors* (*corpus*). Muitas outras, que mantêm *s* final o fazem em consequência de regras fonéticas: *mês* (*mense*), pes (*pese*-verbo *pesar*). *Pires* é de origem asiática. A língua antiga e alguns dialetos de Portugal oferecem umas tantas palavras de *s inicial* com valor de *S* (x) *seringa* (*xiringa*), *choutar, chuchar, xofre, chiar; s* medial: *trouse* (*trouche*) e também (*truxe*). Para uns a causa foi a fala dos moçárabes, mas como

bem observa Williams, o mesmo fenômeno encontra-se em territórios livres de tal influência. Quando o *s* se acha com a semivogal *i*, a palatização lhe é devida. O mesmo se pode ver na dupla intervocálica: *paixão* (*passionem*); *bexiga* (*vessica*). Garcia de Diego, falando da palatização do *s* inicial em galego, dúvida também da influência arábica. (Elems. de Gram. Hist. Gallega — pg. 34 — nota 4). Como final é curioso em *lesma* de *limax* de onde se deu a metátese da sibilante.

O *z* — Tinha em galego-português um valor áspero e se confundia muitas vêzes com *c*: *zelo* e *cio* de *zelum*; *prezar*, *preçar* de *pretiare*. Em posição inicial ou medial se conserva, seja, *z*, seja *c*: *zelar*, *cear* de *zelare*; *zelo*, *cio*, de *zelum*; *bautizar de baptizare*; *lázaro* de *lazarum*.

Bilabiais

O p — Inicial mantém-se: *poboo* (*populum*), *padre* (*patrem*), *pao* (*palum*), *pedir* (*petire*), *persoa* (*personam*), *paz* (*pacem*), *pulga* (*pulicam*). Já no latim vulgar se encontram confundidos o *p* e o *b* de que conservamos exemplos: *bostela* (*bostella* e *pustella*), *bandulho* (*banduclo* e *panduclu*), *bolor* (*palorem*). *Quando medial se sonoriza*: *cabeça* (**capitiam*), *sobinho* (*supinum*), *poboo* (*populum*), *nabo* (*napum*), *sobervia* (*superbiam*), *saber* (*sapere*Q. Em umas tantas palavras, o *p* depois de sonodizado em *b*, passou a *v*: *populum/poboo/povo*; *propinquum/propinco*probinco/provinco*.

O *b* — Inicial mantém-se: *bõo* (*bonum*), *bicho* (*bestiam*), *beber* (*bibere*), boca (*buccam*), *ben* (*bene*). Medial passa a *v*: *bever* (*bibere*), *fava* (*fabam*), *avisso* (*abyssum*), *trave* (*trabem*), *avondança* (*abundantiam*), *avante* (*abante*), *cavalo* (*caballum*), *tavoa* (*tabulam*), *nuve* (*nubem*). Até hoje, algumas palavras mantém as duas formas: *taberna, taverna; covarde, cobarde; bicoca, vivoca; assoviar, assobiar*. A síncope do *b* é excepcional: *o* ou *y* (*ibi*), *u* (*ubi*), *ti* (*tibi*), *si* (*sibi*). Nos imperfeitos dos verbos conservou-se o *v* na primeira conjugação: *amava, cantava*, (*amabam, cantabam*) e se perdeu nas demais: *vendia, corria, vestia, punha* (*vendebam, currebam, ponebam*). A mudança de *b* em *v* nos verbos começou no latim vulgar (Grandgent-Moll — § 318). O *b* final desaparece: *so* (*sub*). Quando se lhe segue ,outra bilabial (*p*) ou línguo-dental *l* e *n*, assimila-se: *solo verde pino, solo avelanal; sopapo, soportale, sopé; sonoite*. Pela assimilação deveriam escrever-se: *sollo, soppapo, sonnoite*; mas as duplas foram simplificadas na grafia arcaica. Os nomes próprios de origem bíblica mantiveram sua final *b*: *Jacob*.

O *v* — Inicial, conserva-se *viver* (*vivere*), *viuva* (*viduam*), *voz* (*vocem*), *voar* (*volare*), *vea* (*venam*), *vinho* (*vinum*). Desenvolvendo o que já estava no latim vulgar, encontramos algumas palavras com *b*: *bainha* (*vaginam*), *bexiga* (*vessicam*), *buitre* (*vulture*), *vodo* e *bodo* (*votum*), *bespa e vespa* (*vespam*), *bibera* (*viperam*). Por influência germânica

pode converter-se em *g*: *golpe* (*vulpe*), *golpelha* (*vulpeculam*), *gomitar* (*vomitar*), *gastar* (*vastare*), *goraz* (*voraz*), *guedelha e gadelha* (*viticulam*), *guerra,* (*werra*) *gaita* (*waita*), *Guimarães* (*Vimaranes*). Muito curioso é que até nossos dias se podem ouvir, no Brasil: *gontade* (*vontade*), *gomitar, nosgómita* (*nux vômica*). Em outros casos o *v* passa *a f*: *femença* (*vehementiam*), *ferrolho* (*veruclum*). Em posição medial mantém-se, quando não seguido de *o, u*: *avó* (*aviolam*), *ave,* (*avem*), *avea* (*avenam*), *lavar* (*lavare*), *nove* (*novem*). Diante de *o, u,* sofre síncope o que se passava já no latim vulgar: *paor* (*pavorem*), *paon* (*pavonem*), *saadio* (*sanativum*), *vaadio* (*vagativum*), *rio* (*rivum*), *estio* (*aestivum*), *fugidio* (*fugitivum*). No latim vulgar *bovis* era *bos* e *bove, boe.* Em muitas palavras o *v* foi restabelecido por influência culta: *pavão, pavor, flavo, etc.* Pensa Williams que em *vivo* se manteve o *v* por causa de *viver*. A forma *cidade* de *civitatem* desapareceu o *v* por achar-se entre vogais. (Williams. From Lat. to Portug. — § 72 A). No *Esopete Português* dado à estampa por Leite de Vasconcelos encontramos a palavra *paon* reduzida a *pão*: "O corvo, veendo esto, ouve gran pesar e foi-se a buscar e achou muitas penas de *pãos* e vestio-se mui ben delas e meteo-se en companhia dos outros *pãos* mui saborosamente. Os *pãos* veendo a malicia do corvo, tomaron-no ante si fazendo-lhe muito mal, e depenaron-no todo". (século XV). As palavras *breu, greu, leu* recebeu-as o galego-português do provençal. As outras: *virgeu, lebreu, Andreu, faquineu* assim terminaram pela transformação do *l* gutural em *u*, *respectivamente de vergel, lebrel, Andrel, faquinel.* No norte do Brasil esta vocalização do *l* gutural em *u* é ainda viva: *sau, Brasiu, jornau, imparciau, amaveu* (*sal, Brasil, jornal, imparcial, amável*).

O f — Quando inicial, conserva-se: *ferro* (*ferrum*), *filho* (*filium*), *fava* (*faba*), *femea* (*femina*), *familia* (*familiam*), *folha* (*folia*). Do castelhano recebemos *hediondo* (*foetibundum*). Quando medial simples, passa a *v*: *devesa* (*defensam*), *ourivez* (*aurificem*), *proveito* (*profectum*), *eivigar* (*aedificare*), *santivicar* (*santificare*), *trevo* (*trifula*). Nas palavras provenientes do grego através do latim em que *ph* valia *f*, o tratamento fonético é o mesmo: *Estevam* (*Stephanum, Stefanum*), *Felipe* (*Phillipe*), *escarvar* (*scarifare*). Se *ph* valia *p*, foi tratado como êste: *phantasma* = *bantesma* (*abantesma*); *raphanum* = *rábão; sphera* = *espera*. A língua culta tem *pantasma, esfera*. Assim são também escritas as que nos vêm de origem literária ou eclesiástica: *profeta, profecia, profano, prófugo etc.*

Consoantes duplas

As palavras de origem latina, que tinham consoantes duplas: *bb* (*abbatem, sabbatum*), *pp* (*cippum, opponere*), *cc* (*buccam, siccum, pecca-*

re), *gg* (*exaggerare, suggere*), *dd* (*adducere, addere*), *tt* (*mittere*), *sagittam*), *ll* (*caballum, gallinam*) passaram a simples, embora mantendo-se intervocálicas: *abade, sábado, sêpo, opor bôca, bêco, exagerar, sugerir, aduzer, aduzir, adir, meter, seta, cavalo, galinha.* Fazem exceções: *rr, ss, ff*: as duas primeiras mantiveram-se para distinguir-se das simples (*ossum = osso; passum = passo; *passerum = pássaro; ferrum — ferro; turrim = tôrre; currere = correr*). As palavras de *ff* mantém o *f* sem passá-lo a *v* segundo vimos, faz pouco: *offendo = ofendo; affirmare = afirmar; affingere = efenger*. As nasais também: *comum* (*communem*), *ano* (*annum*).

GRUPOS CONSONANTAIS

Consoante + l

B + l — Em posição inicial passa a *br*: *brando* (*blandum*), *bredo* (*blitum*), *brasfamar* (*blasphemare*). O mesmo se passa em posição medial: *nobre* (*nobilem*), *dôbro* (*duplum*); *cobra* (*copla*). Nestes dois últimos exemplos, a explosiva surda *p* passou primeiramente a sonora *b*. *Obridar* (*oblitare*). Em poucas palavras, por meio de síncopes ou de assimilações frásicas, apareceu o grupo *bl* que passou a *ll* e depois a *l*: *fabulare/fablar/fallar/falar; ubi ilud/ub(i) + (i)llu(d)/ullo/ulo; sub illum/sub(i) llu/sollo/solo*. De *diabolum* devia a língua apresentar *diallo/dialo*. Mas cremos que foi a Igreja que conservou *diabro* que vive, todavia, em *diabrete, diabruras*. Por dissimilação da vibrante *r* a forma atual é *diabo*. No período arcaico acontecia escrever-se *diaboo* e no "Elucidário" de Viterbo vem o feminino *diáboa* que muitos tomam por equívoco.

C + *l* — No início da palavra palatiza-se em *ch*: *chamar* (*clamare*), *chave*, (*clavem*), *chousa* (*clausam*), *chusma* (*c'leusma*). Em palavras de uso mais literário a vibrante *l* passou a *r*: *cramar, clamare, cravo* (*clavo* em castelhano), *cravar, Cremenço* (*Clementium*), *decrinar, escramar, decrarar* sendo o *l* restaurado mais tarde. Em posição medial tinha que distinguir-se quando precedia nasal *n, cl* se palatizava em *ch*: *carancho*, (*caranclu*), *crencha* (*crincla* por *crinicula*), *mancha* (*mancha* por *macla*). Nos demais casos palatizava-se em *lh*: *orelha* (*oricla*), *ovelha* (*ovicla*), *agulha* (*acucla*), *gralho* (*graclu*). *Igreja* (*eclesiam*) pertence à língua erudita, do grupo social-religioso. *Segre* (*saeclum*) é provençal como o é também *segrel*. De origem mais moderna, quando já não ocorria a palatização, encontramos: *periigoo* (*periclum*), *artigoo* (*articlum*), *vinco* (*vinculum*). Mais antiga é a forma *artelho* (*articlum*). *De maclam* (*maculam*) regularmente se fêz *malha;* mais recente será *mágoa* e de todo o erudito é *mácula*. De *eclipse* fêz a língua arcaica *cris* com aférees de *e*, permuta de *l* por *r*, assimilação de *p* a *s* e regular apócope de *e*. De *cris* de-

senvolve-se *crisar* de uso muito vivo até hoje no Brasil: "*O sol está crisando*" dizem quase todos do povo.

F + *l* — Se inicial, palatiza-se em *ch*: *chama* (*flammam*), *cheirar* (*flagrare*), *chor* (*florem*), *chorume* (*florumen*), *chorecer* (*florescere*), *Chávias* (*Flavias*). As palavras em que não se apresentou a palatização são de épocas posteriores ou de origem erudita: *flor, flama, fluido, flácido, etc*. Se medial, precedido do grupo de nasal, passa a *ch*; se não, *passa a lh*: *inchar* (*inflare*), *solhar* (*sufflare*). De *aflare* devia ter-se *alhar* como em castelhano *hallar*, mas, inexplicàvelmente, a forma foi sempre *achar*.

G + *l* — tem o mesmo tratamento fonético do grupo *bl*: substituição do *l* por *r* — quando inicial: *gróría* (*glória*), *grude* (*gluten*), *grobo* (*globulum*), *grândola* (*glandula*), as duas últimas nas formas *globo, glóbulo, glândula* são de origem tardia e literária. Há uma série de palavras que perderam o *g* inicial: *lande, leira, latir* de *glande, glaream, glattire, etc*. Se *globellum* fêz-se *novelo*, mas a esta forma precedeu *lovelo* de que a primeira é dissimilação. Em posição medial palatizou-se em *lh*: *coalho* (*coaglum*), *telha* (*teglam*). A existência de nasal antes de *gl* não impediu a palatização regular *lh* quando se esperava *ch*: *singulariu* = *senlheiro*: *singlos* = *senlhos*; *cingla* = *cinlha*, moderna *cilha*. As palavras *eigreja, segre, segrel, regra*, foram conservadas pelas línguas de grupo social, religioso e trovadoresco, de procedência provençal.

P + *l* — Quando inicial, palatizou-se em *lh* no período mais antigo; o *l* passou a *r* em épocas posteriores: *plattu* = *chato, prato; plenum* = *cheio; plenam* = *cheia, prea*. A expressão *preamar* assim o prova: *prea* = *cheia; mar* então feminina e até hoje em castelhano; *planum* = *chão e pran*, mas esta de origem provençal; **ploppum* = *chopo; pluma* = **chuma* existente em *chumaço* e *pruma; plumbeum* = *chumbo* e *prumo*. Claro é que as formas com *l* são modernas: *pluma, plantar, planeta, etc*. Em posição medial, se precedido o grupo por nasal, tende quase sempre a *ch*; em outros casos, a *lh*: *scoplum* = *escolho; maniplum* = *moolho; implere* = *encher; amplum* = *ancho*.

Br, Cr, Dr, Fr, Gr, Pr, Tr quando iniciais mantêm toos em português: *bracam* = *braga; credentiam* = *creença; creare* = *criar; draconem* = *dragon, dragão; drudo, drut; fratrem* = *frade; frenum* = *freo; fructum* = *fruito; fruto; granum* = *grão; gregem* = *grey; gratum* = *grado; pratum* = *prado; pretium* = *preço; praedam* = *prea; traditorem* = *treidor; trabem* = *trave; tradere* = *traer; *trulleam* = *trolha*. Em número mais reduzido dá-se a sonorização: *cratem* = *grade; crassam* = *graxa; cretam* = *greda; queritare* (*critare*) = *gritar; etc*. Em outra série *há* metátese da vibrante: *permessa* (*promessa*), *porveito* (*proveito-profectum*), *perparar* (*preparar*), *porceçon* - *porciçon* (*procissão*), *parteleira*

(prateleira), *percurar* *(procurar)*. Os fenômenos fonéticos são os mesmos quando em posição média: *coubra* *(colubram)*, *lavrar* *(laborare)*, *febre* *(febrem)*. Se a dental tem vogal anterior, passa a sonora e se conserva a vibrante: *padre, madre, fradre, frade, vidro* *(patrem, matrem, fratrem, vitreum)*, *sobrar* *(superare)*, *cabra* *(capram)*, *etc.* Casos de matátese: *sempre* *(semper)*, *fresta* *(fenestram)*, *preguiça* *(pigritiam)*, *trevas* *(tenebras)*, *frávega* *(fábrica)*, *etc.*

Nos grupos *dr, br, gr,* observa-se muitas vêzes a vocalização da momentânea: *patrem* = *padre* = *paire* (existente em provençal), *paie* (forma viva ainda na linguagem das crianças), *pai* por *apócope*. *Matrem* = *madre* = *maire* *(provençal)* *maie* (na linguagem das crianças), *mai* como em galego autal e *mãe* por nasalização. *Fratrem* = *fradre* = *fraire* = *freire* = *frei*. *Cathédram* *(l. vulgar)*, *catedra* = *cadeira* (sonorização do *t* e vocalização do *d*) — *Integrum* = *integro* = *inteiro*. *Flagrare* = **chairar* = *cheirar*.

R + s: A vibrante seguida de sibilante, já desde o latim vulgar se assimilava: *dossum* por *dorsum; russum* por *rursum; sussum* por *sursum; pessica* por *persica*. (Grandgent — L. V. § 291). O português arcaico continuou a assimilação: *usso* e *osso* *(ursum)*; *dossel* *(dorsel)*; *pêssego* *(persicum)*; *vesso* *(versum)*; *pessoa* *(personam)* se bem que se encontre também *persoa*. A língua clássica refez *urso, verso*. A palavra *eça,* catafalco, deve ser escrita *essa* como proveniente de *ersa* de *erger*.

P + *s* — Com êste grupo se passa o mesmo que se passou com *r* - *s*: a momentânea assimila-se — *ipse* = *esse; gypsum* = *gesso*. *B* — *s* = *ss*: *assolver* *(absolvere)*, *assoluçon* *(absolutionem)*, *sosseguir* *(*subsequere)*, *sustar* *(substare)*, *etc.* Verifica-se a mesma assimilação com *b* - *t*: *soterrar* *(subterrare)*; *sotil* e *sutil* *(subtile)*; com *b-j, b-v*: *sujugar* *(subjugare)*, *soverter* *(subverter)*; com *d-v*: *avesso* *(adversum)*, *avento* *(adventum)*, *avogado* *(advocatum)*.

N + *s* — Continuou o português arcaico o que já ocorria no latim vulgar: perda do *n*: *mesa, asa, pêso, mês* *(mensam, ansam, pensum, mensem)*. Da perda do *n* diante de *f* só temos *ifante, cofonder, iferno, cofortar, coforto,* formas refeitas, no tempo clássico.

Logo, como se passou em latim, foi o *n* reconstituído por analogia das formas completas *con, in* (Grandgent - Moll — § 171).

G + *m* — De escasso emprêgo, vocalizou a gutural *g*: *freima, freuma* *(flegma)*, *pimenta* *(pigmenta)*. O mesmo se passou com *g* - *n*: *dino, malino, benino,* dando-se a assimilação dos dois *ii* *(*diino, maliino, beniino)*. As formas *punhar* *(pugnare)*, *prenhar* *(pregnare)*, *punho* *(pugnum)*, *lenho* *(lignum)*, *senha* *(signa)*, *anho* *(agnum)*, *estanho* *(stagnum)*, *cunhado* *(cognatum)* e outras mais, representam a nosso ver, uma segunda evolução fonética: a primeira foi a da vocalização do *g;* a segunda, a palatização de *ina, ino.* Assim: *pugnum* = **puino* = *punho; ligna* = **liina*

= *lenha; agnum* = **aino* = *aninho*. Touve, por certo, analogia de *farinam* = *farina* = *farĩa* = *farinha; vinum* = *vĩo* = *vinho*.

M'r — *Ml'l* —m umas tantas palavras, dando-se a síncope da vogal postônica e antetônica, desenvolveu-se uma bilabial sonora *b*: *um'ru* (*umerum*) = *ombro; mem'rare* (*memorare*) = *membrar* e por dissimilação *nembrar; *memorantia* = *mem'rantia* = *membrança* = *nembrança; com'ra* (*camera*) = *cambra; num'ro* (*numerum*) = *nombro; cum'lu* (*cumulum*) = *combro; sem'lante* = *sembrante*.

L'n ou *N'l* reduzem-se a *l* por assimilação: *sal nitru* = *sallitre* = *salitre; mol'nariu* (*molinariu*) = *mollario* = *molario* = *moleiro; lun'la* (*lunula*) = *lulla* = *lula; colega* por *conlega*. Tudo isto é continuação do latim vulgar.

X — (*c* + *s*) — O valor duplo do *x* = *c* + *s* determina a vocalização da futural surda em *i* e conseqüentemente a palatização da sibilante outra vez representada por *x*: *laxare* (*lacsare*) = **laissar* = *leixar; saxu* (*sacsu*) = **saisso* = *seixo; mataxa* (*matacsa*) = **mataissa* = *madeixa*. A forma verbal *dixo*, hoje escrita *disse*, está no arcaico *dixe*. Outros exemplo: *buxum* = *buxo; coxab* = *coxa*. Em sílaba inicial, *x* pôsto entre vogais ou seguido de consoante passou a *s*: *esfregar* (*exfricare*), *destra* (*dextram*), *misto* (*mixtum*), *estender* (*extendere*), *esmerar* (**exmerare*), *estranho* (*extraneum*), *sesto, seisto* (*sextum*). A língua atual substituiu *x* por *s*.

AÇÃO DA METAFONIA EM PORTUGUÊS

Metafonia nada mais é que a alteração do timbre da vogal tônica sob a influência de uma final. Podem resumir-se tais mudanças de timbre aos casos seguintes:

1) a final *a* abre o timbre do *o* tônico: *bondôso, bondósa, ôvo óva; sôgro, sógra; pôsto, pórta*. Nas formas verbais a metafonia foi perturbada pela analogia. Assim deveríamos dizer *lôgro,lógras, lógra;* mas o timbre aberto, regular, das duas pessoas, influiu na primeira que passou a ser também *lógro*. Em verbos que levam nasal, v. g., *comer, tomar*, não se verificava a metafonia: *cômo, cômas, côma*. A nasal mantém o timbre fechado da tônica até quando a final é *a*. Há que notar que na língua atual, tôda esta influência da nasal se vai perdendo, pelo menos, em Portugal. No Brasil, mantém-se ainda. Com *tomar* é mais evidente a diferenciação; quando se deveria dizer *tômo, tômas, tôma*, já não se ouve senão, *tómo, tómas, tóma* (em Portugal), mas *tômo, tomas, tôma* no Brasil, segundo o tipo arcaico. Em S. Paulo ouve-se: *tómo, tómas, tóma*, etc.

O timbre do *e* tônico se torna aberto pela mesma influência de um *a* final: *janêlo, janéla, cancêlo, cancéla, êle éla, êste, esta, aquêle, aquéla*. Nos verbos passa-se o mesmo acima exposto, levando a analogia a m elhor

na luta com a metafonia pois, se dizemos um *cancêlo* um *janêlo*, conjugamos *cancélo, cancélas, canccéla; pélo, pélas, péla* quando o substantivo é *pêlo*.

2) A final *o* fechada o timbre do *e* tônico até *i*: *arvorêdo, passarêdo, lêdo, isso* (*esso* arcaico), *esto, isto; aquelo, aquilo; sento, sinto. Migo* (*mego*), *tigo* (*tego*), *sigo* (*sego*). De *veni* houve *vĩi, vin* quando se haveria de ter *vẽ* (*ven*) — Leite de Vasconcelos — Lições — pg. 441).

3) A final *o* fecha *também* o timbre do *o* tônico: *focum* = *fôgo; populum* = *pôvo; positum* = *pôsto; aviolum* = *avô*. Pode fechá-la até *u*: *todo* = *tudo*.

4) O *e* final, que tem o mesmo valor do *i*, fecha o timbre do *é* e *ó*: *sitem* = *site* = *sêde; turrem* = *turre* = *tôrre; ubi* = **ui* = *u* quando se esperava pelo menos *ô*. De *veni* houve *vĩi* (*vin*) quando se haveria de ter *vẽe* e depois vẽ (*ven*), mas, a final *i* fechou *o* timbre do *e* até *i*. Leite de Vasconcelos assim o explica em suas "Lições de Filog. Port. pg. 441, mas Carolina de Michäelis dá-lhe tratamento pouco distinto, achado que se trata de uma *apofonia*: "Privativamente portuguêses são apenas: *eu fiz, vim, tive, estive, sive, pus, pude,* (por *puis, puide*). *crive* — de *feci, veni, tenui, estetui, sedui, possui, potui, credui*. Para produzir o *i* longo final, final, embora átono, levantaram a língua antecipadamente, produzindo-o assim na 1.ª sílaba, e não na 2.ª sílaba. E' também um dos traços característicos do português essa antecipação — precipitação. A êsse fenômeno dá-se o título de *apo-fonia, Abtönung*". (Rev. Lus. — Vol. — XXVIII-20). Esta classe de metafonia, a do *e* (*i*) final na tônica está sujeita a muitíssimas exceções e verbos como *dormio, comio* não necessitam da hipértese do *i* para explicar o timbre fechado de *cômo durmo*, como o faz Michäelis. A semivogal *i* foi absorvida no ditongo imperfeito *io, eo, ie, ue* (*muliere, pariete, battuere, debeo, timeo*), terminando a forma verbal por *o* que, segundo o explicado acima, fechou o timbre do *ô* tônico até *u* (*durmo, tusso, cubro*).

A PALATIZAÇÃO LH

O *l* simples entre vogal e *i* tem como resultado a palatização *lh*: *filium* = *filho; folia* = *folha; muliere* = *molher; Julio* = *Julho*. A representação gráfica foi *ll* segundo o castelhano e depois *lh* de origem provençal. Numas tantas palavras a palatização se bem que viva na pronúncia, não está todavia na grafia: *familia* = *familha; mobilia* = *mobilha; mobiliar* = *mobilhar; Evangelio* = *Evangelho*. Paralela a esta fase final *lh*, certamente, houve outra em *y Juyão* (*Julhão*), *foya* (*folha*) *fiyo* (*filho*), *moyer* (*molher*). A grafia dos Cancioneiros a testemunha raramente porque tais documentos foram transcritos muito tardiamente e ademais representavam a linguagem culta, literária. A língua vulgar do Brasil,

que é tìpicamente arcaica, mantém esta fase que se seguiu imediatamente ao estado da língua-dental latina: *filius, filia, folia, muliere* e a última *lh* portuguêsa, *filho, filha, folha, molher*. Assim é corrente em todos os Estados do Brasil, de maneira especial em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, a pronúncia, com *y*: *fiyo, famya, miyo, moyér, moyado, foya, paya, etc.*, por *filho, família, milho, molher, molhado, malhado, folha, palha*. Como o mestre de todos, Don Menéndez Pidal, chamamos a tal estado intermediário *yeismo*. Não se trata de fenômeno fonético peculiar à antiga Galícia como ensina Huber e o aceita Williams (From L. to P. — § 89-8) porque se acha em tôdas as línguas românicas, v. g. provençal, catalão, italiano, francês, castelhano, português. Em Navarra encontramos *conceyo, oveyas* como em Leão *cuyar* (*cocclear*), *grayo* (*gralho*), *mayada*. (Orig. del Esp. — §§ 88-199). Na região salmantina, escreve M. Pidal, a proporção é de 30% com *y*. W. Entwistle estudou a questão relativamente ao Catalão em sua obra bem conhecida: "The Spanish Languages". Bourciez em seu volume "Éléments de Linguistique Romane", § 338, estuda o fenômeno quando fala muito superficialmente do português. O castelhano do centro não mantém mais o yeismo, mas, em todo o sul é vivo ainda: *cabayo, caye, yorar, Seviya, muyer*. Na Galícia há: *Juyão, Baya,* (apocorístico de *Eulalia*), *joyo* (*loliu*), *sayo* (*salio*), *doyo* (*dolio*), *oyo* (*oleu*). (Vide — G. de Diego — Gram. Hist. Gal. — pg. 57). O *yeismo* é atual em francês onde a dupla *ll*, que deveria pronunciar-se *lh*, permanece ainda *y*: *fille-fiye; cailler = caiyer*. Muito interessante, como corroboração, é o que escreve Maria Concepción Casado Lobato em seu recém-publicado livro *"El Habla de Cabrera Alta" — Contribución al Estudo del Dialecto Leonês"* — Madrid — 1948": "El resultado de los grupos *ly, k'l, g'l* es *y* normalmalmente: páya (paja); payar, payeiro (palea)... fiyo, -a (hijo) -a; gwéyo (ojo); agiyáda (aquileatus, Garcia de Diego, *Contrib.*, 45) "*la aguijada*"; aguya "aguja"; el agiywélo (top. Truchillas); restroyo (*restuculum, REW-7252, a) "rastrojo"; reya "reja"; ubéya "oveja"; bieyo: vieyo"; arko la bieya "arco-íris"; uréya "oreja"; uriyeiras "orejeras del arado; muyer "mujer"; fweya "hoja"; etc. (§ 36). Veja-se: Amado Alonso — "Estudios Lingüísticos (Temas hispano-americanos" — 1953).

OUTROS METAPLASMOS

Suarabácti ou *Anaptixe*

Pela dificuldade de pronúncia dos grupos *momentánea* + *vibrante*, nuns tantos casos interpôs-se uma vogal de auxílio, o que se costuma denominar *suarabácti*, voz índia, ou *anaptixe*, grega. Assim: *carônica* (*crônica*), *caravelha* (*cravelha*), *barata* (*blatta*), *felor* (*flor*), *sapulcoro*

(*sepulcro*), *fevereiro* (*februarium*), *fêvera* (*febra-fibra*), *guelória* (*glória*), *pelantar*, (*plantar*) A mesma dificuldade existe nos grupos consonantais *ab*, *ad*, *ob*, *sub* depois dos quais costuma até hoje o povo pôr uma vogal a mais: *abesoluto* (*absoluto*), *adevogado* (*advogado*), *subestantivo* (*substantivo*) *óbesta* (*óbsta*), *etc*.

Prótese

A prótese com o *s* impuro, fenômeno do latim vulgar, continuou em português de maneira muito freqüente e abundante: *estar* (*stare*), *estrela* (*stellam*), *estátua* (*statuam*), *estado* (*statum*). Os casos essencialmente galego-portuguêses são da prótese de um *a*, em grande número de palavras iniciadas com *r*: *arruido*, *arruga*, *arrequar*, *arrequentar*, *arruda*. Segundo crê Garcia de Diego, tal fenômeno é conseqüência de hábitos fonéticos ibéricos: apunha-se a vogal *a* a tais nomes para pronunciá-los de maneira semelhante porque as línguas ibéricas desconheciam o som forte *r*. Não nos parece aceitável tal opinião porque se duplicou o som como se vê pela grafia e pela pronúncia vulgar de tais palavras. Outros casos: *adália*, (*dália*), *apá*, (*pá*), *amora* (*mora*), *anuca* (*nuca*), *anão*, (*nano*), *ameixa* (*meixa*), *arrã* (*a rã*), *orrios* (*os rios*), *arregra* (*a regra*), *ametade* (*metade*), *alembrar* (*lembrar*), *amostrar* (*mostrar*), *amostra* (*mostra*), *ameaçar* (**minatiare*), *atal* (*tal*), *atanto* (*tanto*), *atambor* (*tambor*), *acipreste*, (*cipreste*), *arreceber* (*receber*), *alagoa*, (*lagoa*), *aleijão* (*leijão*). O caso único de uma consoante que se acrescenta no início é *leste*, do francês *l'est*. Em *oeste* não há prótese do artigo *o* porque representa *west* das línguas fermânicas.

Epêntese

Os casos mais comuns de epêntese reduzem-se a suarabácti, nasalações ou assimilações como em *carônica*, *ombro*, *couve* (*caule* = *caue* = **coue*), *louvar* (*louar*), *ouvir* (*ouir*), *gouvir* (*gouir*). Vejam-se mais acima os casos já tratados.

Paragoge

A língua arcaica, certamente, fêz largo uso da paragoge como até hoje se pode ouvir na fala popular de Portugal: *mulhere*, *amare*, *dizere*, *etc*. Mas a grafia dos documentos medievais não atesta casos de paragoge no que a fala vulgar o Brasil, a que se aproxima o tipo arcaico, está de pleno acôrdo: não há paragoge entre nós. Garcia de Diego, em sua Gram. Hist. Gall. pg. 72, afirma que é muito freqüente o fenômeno em galego, de modo especial depois de *r*, *l*, *s*: *mullere*, *dore*, *ire*; *fácile*, *Manoele*, *mese*, *poise*, *noce*, *pace*, *etc*. Nos documentos medievais, Cancioneiros e notariais não se encontram exemplos. Pelo contrário, o mais comum

era a apócope: *perdon* (*perdone*), *pes* (*pese*), *quer* (*quero*). Em estados posteriores reconstruíram-se *perdoe, pese;* apesar de todos os esforços dos filólogos portuguêses, não foi possível a forma *quere* que tornou a ser o que sempre foi: *quer*.

Aférese

A perda da vogal inicial parece-nos estar dependente da posição antetônica: *no, na* (*eno, ena*), *doma* (*hebdomade*), *cris* (*ecrisse-eclipse*), *namorado* (*enamorado*), *pistola* (*epístola*), *gume* (*acúmen*), *liança* (*aliança*), *lomear* (*alomear*), *maginar* (*imaginar*), *nojo* (*enojo*), *menagem* (*homenagem*), *relógio* (*rologio = horologio*), *surdo* (*assurdo = absurdo*), *batina* (*abatina*), *guya* por *gulha* (*agulha*). De *spasmum* fêz-se *espasmo* e com a aférese da vogal, não existindo palavra que se inicie com o *s* impuro, reduz-se a *pasmo*. Não nos parece aceitável a explicação de Williams relativa à *sanha* de *insaniam* por analogia de *sanie* por ser esta palavra de cunho literário até hoje muito pouco empregada na língua. Poder-se-ia pensar com mais probabilidade em *senha* pela grande confusão que se fazia entre *en* e *an*: *Anrique, antre* (*Enrique, entre*) *etc*. Interessante é a aférese de *minha* em *enha* e *nha* em próclise: *encha mãi* (Gil Vicente), *nha mãe* (vulgar brasileiro).

Síncope

Muito se tratou nos parágrafos dedicados à perda da vogal postônica, p.e. *verde* (*veride*), *lindo* (*limpidus*), *etc.*, bem como à antetônica *comungar* (*communicare*), *contar* (*computare*), *lealdade* (*legalitatem*), *espirital* (*espiritual*), *delgado* (*delicatum*), *obrar* (*operare*), *morcego* (*muricaecum*), *sobrar* (*superare*), *gritar* (*quiritare*), *etc.*

Apócope

Segundo ficou dito mais acima, a apócope foi um dos fenômenos mais correntes da língua arcaica em que pese à opinião de muitos que assim não pensam (Williams — op. cit. § 107). Não ocorria o fenômeno sòmente em próclise, senão também em ênclise, de modo especial com os verbos: *perdon, pes, ampar, quer, val, aduz, diz, doz, faz, jaz, man, pon, praz, sal, sol, etc.* Assim mesmo com os substantivos de onde a vogal *e* foi precedida de *l. n, s, r,* de modo que a consoante podia formar sílaba com a vogal precedente: *sal, mal,* a terminação latina *udine* (*multitudine*), *mês, português, mar, paz*. Tais apócopes seguem existindo na língua atual. Os casos de próclise: *cas* (*casa*), *el* (*ele*), *san* (*são*) de santo, *dom* (*dominum*), *cen* (*centum*), *mil* (*mille*), *mui, quan, tan, gran, bel,* são muito antigos, de influência castelhana.

DISSIMILAÇÃO

Haplologia

A haplologia ocorre em grupos de sons iguais ou quase iguais que se deveriam repetir imediatamente. Já a conhecia o latim quando fêz de **nutritrix, nutrix;* de *stipipendium, stipendium;* de *vivipera, vipera,* de *idololatria, idolatria;* de *retetuli, rettuli;* de *repeperi, reperi;* de *rececidi, reccidi; etc.* (Lindsay-Short Hist. Latin Gram. — § 12). Em português: *bondoso* (*bondadoso*), *redor* (**rodador*) como *bondoso* há *maldoso* (*maldadoso*), *idoso* (*idadoso*), *saudoso* (*saudadoso*), *vaidoso* (*vaidadoso*). Citam outros: *perda, venda,* de *perdida, vendida.* Mas se poderiam explicar por nomes deverbais. Os exemplos de *ourivezes, simprezes* não nos parecem casos de haplologia, mas antes de falsa regressão ao singular, crendo que foram plurais: como o plural se forma com o acréscimo de *es* nos nomes terminados por z (paz, pazes), creu o povo que *ourivezes, simprezes* assim foram e, tirando a terminação *es,* fizeram o singular *ourivez, simprez* bem como *alferez* algumas vêzes escritos com *s* final. Pode-se explicar ainda pelo plural de compensação que nos veio do provençal: *Deus, Deuses; cos, coses.*

A haplologia é o caso mais violento de dissimilação, determinando a perda de tôda uma sílaba.

Dissimilação vocálica

Sassenta (*sessenta*), *coresma* (*caresma*), *redondo* (*dodondo*), *seringa* (*siringa*), *Selamanca* (*Salamanca*), *celorgião* (*cirurgião*), *ventagem* (*vantagem*), *cavaleria, bateria* (*cavalaria, bataria*). Leite de Vasconcelos estabelece as fórmulas: *a — a = e — a* (*Salamanca = Selamanca*); *i — i = e — i* (*siringa = seringa*); *o — o = e — o* (*rodondo = redondo*); *u — u = e — u* (*monumento = menumento*) — (Lições 218).

Dissimilação consonantal

Poderemos estabelecer os seguintes esquemas: 1.º — *l — l = r — l* ou *l — r —* *locale = lugar; aluguel = aluguer; melimellum = marmelo; Wilhelm = Guilherme*). Mais raramente *l — l = l — n* (*melancolia = melanconia*) — 2.º — *M — m = n — m* ou *m — n*: *memorare = membrar; pantomima = pantomina* 3.º — Quando ocorrem *m — n* ou *n — m* o *n* passa a l: *animal/ *an'ma = alma; animal = alimal; astronomia = astrolomia; nembrar = lembrar; nembrança = lembrança; physionomia = fisolomia; nomear = lomear.* 4.º — Consoante *r*: ocorrendo em duas sílabas, a sílaba átona perde a vibrante: *propriedade = propiedade; pro-*

prio = *própio; progresso* = *pogresso fratre* = *frade; cribru* = *crivo; patrastru* = *padrasto*. Quando a um grupo inicial segue *r* final, na língua arcaica êste passava a *l*: *priore* = *prior* = *priol; clamore* = *cramor* = *cramol; flore* = *flor* = *frol; arbore* = *árvore* = *arvol; raro* = *ralo*.

Nos grupos *momentânea* + *vibrante r* observa-se a dissimilação da vibrante, se houver outra em sílaba anterior: *aratrum* = *aradro* = *arado; rostrum* + *rostro* = *rosto; proprium* = *proprio* = *propio. As formas* dissimiladas *rosto, rasto, registo* são posteriores. Até nossos dias podemos dizer: *registro, registo; rastro, rasto*. Os antigos usavam: *crasta* de *castra; procastinar de procrastinar*. Perdeu-se igualmente o *r* em: *terreste* por *terrestre; equeste* por *equestre*. Em *nostrum, vostrum* (por *vestrum*) perdeu-se a dental, dando-se a seguir a assimilação: *nostrum* = **nosro* = *nosso; vostrum* = **vosro* = *vosso*.

ASSIMILAÇÃO

1 — *vocálica* — Sempre que duas vogais se juntam por efeito de uma síncope consonantal, se não são da mesma classe, se assimilam: *calentem* = *caente* = *queente* = *quente; pélagum* = **peago* = *peego* = *pego; saggitam* = *saeta* = *seta; molam* = *moa* = *moo* = *mó; monachum* = *moago* = *moogo* = *mogo; majorem* = *maior* = *moor* = *mor; ponere* = *poer* = *poor* = *pôr*. A assimilação pode ser incompleta como se passa no ditongo *ai* = *ei*: a vogal *i* influi sôbre o *a* que passa à palatal *e*: *factum* = **faito* = *feito; operarium* = *operário* = *oprairo* = *obreiro; etc.*

2 — *consonantal* — As mais correntes são dos grupos: *b* + *m* = *mm* — (*ambos* = *amos; também* = *tamem; plombo* = *promo; tombo* = *tomo; p* + *s* = *ss*: *ipsum* = *esso* = *isso; gypsum* = *gesso; p* + *t* = *tt*: *septem* = *sette* = *sete; exemptum* = *isentto* = *isento; ruptum* = *rotto;* = *ruptam* = *rotta* = *rota; captare* = *cattar* = *catar; *nepta* = *netta* = *neta; aptare* = *attar* = *atar*. Dá-se também assimilação no grupo *rs*: *personam* = *persona* = *pessoa; corsarium* = *cossario; dorsum* = *dosso; ursum* = *osso; dorsellum* = *dossel; nasal* + *l* = *nn*: *en* + *lo* = *enno* = *eno* = *no; s* + *r* = *rr*: *arrãs* (*as rãs*); *orios* (*os rios*); *s* + *l* = *ll*: *amamos-lo* = *amamollo* = *amamo-lo; r* + *l* = *ll*: *verlo* = *vello* = *vê-lo; b* + *s* = *ss*: *abscondere* = *asconder; abstemia* = *astemia; absolvere* = *assolver; absolutionen* = *assoluçon; abstinentia* = *astẽeça; substare* = *sustar; d* + *p* = *pp*: *adprobare* = *approvar, aprovar; d* + *v* = *vv*: *advocatum* = *avvogado, avogado; advenire* = *avvir, avir; adversáriu* = *acersairo; adventum* = *avento*.

Casos distintos de vocalização, já tratados, reduzem-se à assimilação: *a* = *p* = *au* (*baptista* = *bautista; pabtismo* = *bautismo*); *a* + *l* = *au-ou* (*saltum* = *souto; talpam* = *toupa*); *e* + *l* = *eu* (*lebrel* =

lebreu; vergel = *virgeu; amavel* = *amaveu*); *u* + *l* = *uĩ* (*multum* = *muito*). São assimilações imperfeitas em que a qualidade da consoante passa à qualidade da vogal.

Na língua atual há casos de assimilação como êstes: *salsicha* = *salchicha; sincha* = *chincha; pedinchar* = *pechinchar; psichê* = *pechichê*. Os vários casos de nasalação se incluem também entre as assimilações: *nec* = *nem; mi* = *mim; muito* = *muinto; iverno* = *inverno; italiano* = *intaliano* (*vulgar*); *Itália* = *Intália* (*vulgar*); *muco* = *monco; macula* = *mancha* e *manga; mai* = *mãi; pectine* = **peitine* = **peten* = *pente; anoite* = **aõite* = **oõte* = *onte* = *ontem; nubem* = *nuve* = *nuvem*. Em *assi* = *assim* a nasalidade é extrínseca, por analogia com *mim;* o mesmo se passa com *si* (*sic*) *sim*.

En — an

E' muito comum na língua arcaica que o prefixo *en* ou simplesmente a sílaba *en* inicial passe a *an*: *Anrique, anguía, ampola, amperador, resplandor, antre, antão* por *Enrique, enguia, empola, emperador, resplendor, entre, então*. A passagem de *entre* a *antre* é explicada por Leite de Vasconcelos como conseqüência da analogia de *ante*. Mas tal analogia não explica as demais alterações que, a nosso sentir, são devidas à influência do francês. Os casos contrários de *an* por *en* são muito escassos: *emparar* (*amparar*); *encorar* (*ancorar*).

Ens — ex

Entre as iniciais *ens* e *ex* não foram muito poucos os casos de contaminação analógica: *enxame* (*exame*), *enxoval* (**exsuviale*), *enxalçar* (*exalçar*), *enxaguar* (*exsaquare*), *enxúndia* (*axúndia*), *enxó* (*asciolam*), *enxada* (**asciata*), *enxugar* (*exsugare*).

Com pequena diferença o mesmo se passa em: *enleger, enleiçon, enducar*, e já explicada mais acima: *inverno, intaliano, Intália*. Na palavra *enxofre* deve-se a nasal a *enxofrar de *insulferare*.

Es — as

Entre estas duas iniciais de observa a mesma contaminação. *Es* pode vir de *ex* ou *s* com *e* prostético (*dextram* = *destra; stare* = *estar*); *as* vem de *as* (*ascultare*), *abs* (*abscôndere* = *asconder*) e temos: *ascuitar, escuitar; asconder, esconder; asteença, esteença* (*abstinentiam*). Em *escuro, oscuro* (*obscuro*) passou-se o mesmo.

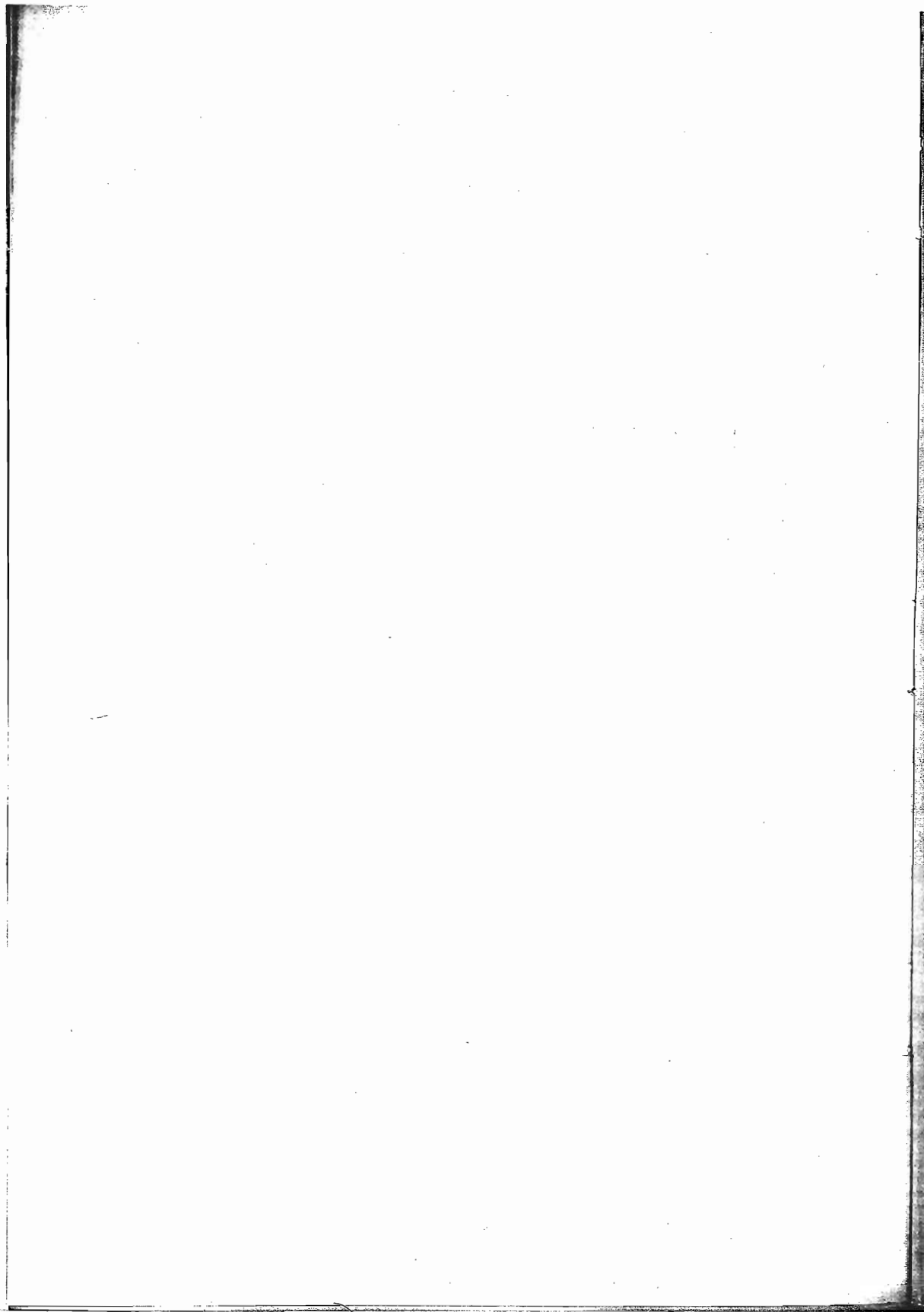
Metátese

A permuta de dois sons na mesma palavra, sejam vogais ou consoantes- é metátese: *geolho* = *joelho* (*genuclum*); *deõstar* = *doestar* (*dehonestare*); *sempre* (*semper*), *fresta* (*feestra* = *fenestram*), *trevas*

(*teebras* = *tenebras*), *fremoso* (*fermoso*), *pormeter* (*prometer*), *prove* (*povre* = *pobre*), *crebar* (*quebrar*), *pormessa* (*promessa*), *porcisson* (*procisson*), *parteleira* (*prateleira*), *silvar* (*sibilare*), *preguiça* (*pigritiam*), *cabresto* (*capistrum*), *sastifeito* (*satisfeito*). Quando a transposição se dá com a vogal *i*, costumam os autores dar-lhe o nome de *hipértese*: *cossairo* (*cossario*), *breviairo* (*breviário*), *históira* (*história*), *esfaimar* (*es fomear*), *duiza* (*dúzia*), *etc*.

Há casos de metáteses violentas em que mudam lugares sílabas completas: *tanchar* (*chantar*), *palude* que está por *padule*. O atual *paul* é regular formação de *padule* com a apócope de *e* e síncope da dental. De *anhelitum* se fez *alento*. De *Madalena* é muito comum em Gil vicente e Camões *Madanela*. Porém, a mais extraordinária aplicação da metátese é *esmola* de *elemosynam* que deveria terminar em *elmosna*. Mas dizem os autores que o *l* trocou de lugar com o *s*: *esmolna;* por sua vez, o *n* passou para antes do *l*: *esmola;* efetuou-se a assimilação: *esmolla*, hoje, *esmola*. Pelo que se vê, a caridade foi difícil desde o nome, desde a palavra que a significa.

Assimilação frásica

A final de uma palavra pode influir na inicial de outra com a qual forme uma só expressão. Comumente se dá a êste fenômeno o nome de assimilação frásica, mas outros, tomando o título da gramática índia, o chamam *sandhi*. Assim temos: *agora* de *hac hora; ogano* de *hoc anno; embora* de *en boa ora; você* de *vossa mercê; outrora* de *outra hora; meono, meona,* de *me dono, me dona; tegora* de *té agora; essora* de *essa hora; Santulhão* de *Santo Julião; Santiago* de *Santo Iago* e mais ainda: *Tiago; Santelmo* de *Santo Elmo; Sanhoane* de *San Joane; zorates* (*os orates*), *zoio* (*os oios* por *os olhos*); *arrãs* (*as rãs*); *arregras* (*as regras*); *orrios* (*os rios*); *pedraúme* (*petra-alumen*); *gregotil, gregotim* (*gregotil*). Na fala rústica do Brasil pode ouvir-se: *dessustões* (*dez tostões*) e também *destão* (*dez tostões*). J. J. Nunes ensina que *Pedr'Eanes, Afons' Eanes, Osir'Eanes* sejam por *Pedro* + *Joanes, Afonso* + *Joanes, Osire* + *Joanes*: o *j* intervocálico passa a semivogal e dá-se a assimilação frásica ou o sandhi. (Gram. Hist. § 53).

CAPÍTULO VIII

ASPECTOS DO GALEGO-PORTUGUÊS — (continuação)

LEXICOLOGIA

A conquista da Península Hispânica, começada em 193 antes de Cristo, sòmente terminou no ano 25 da era cristã. Pouco a pouco, o latim falado pelo povo se superpôs a todos os demais falares da Península, tais como *iberos, fenícios, célticos, púnicos e gregos*. Mas estas línguas pré-latinas não desapareceram jamais; ao contrário, deixaram profundos traços na fonética, no léxico, na formação dos vocábulos, na sintaxe. A causa principal, não única, das alterações fonéticas foi, sem dúvida, o substrato ibero-celta. A base física de fonação dêstes dois povos, um de origem mediterrânea, mas não ariano, e o outro, ariano sim, mas de fala muito distinta do latim, quando devia adequar-se ao sistema fonético do novo idioma, não pôde fazê-lo de modo nem sequer relativamente perfeito. Daí as diferenciações que já no latim vulgar, por exemplo, de León eram tão notáveis. A sonorização das consoantes surdas; as síncopes das sonoras intervocálicas e como conseqüência principal o grande número de hiatos e ditongos; as nasalações que constituem um dos característicos principais do português, foram fatos fonéticos importantíssimos dêsse substrato ibero-celta, especialmente do celta. Por outra parte, todos êstes povos da Península já tinham suas civilizações, seus costumes, sua vida social. As palavras com as quais se expressavam: nomes de coisas, de animais, de ofícios e serventias, de produtos da terra, de trajes, adornos, tôdas ou quase tôdas foram recolhidas pela dialetação latina, pelo romance, que séculos depois se chamaria galego-português e hoje, português. A esta contribuição dos povos pré-românicos há de se ajuntar outra dos que chegaram no século V e VIII. Germanos e árabes não tiveram influência alguma na fonética do romance do galego-português, mas contribuiram para o léxico. As relações político-religioso-culturais com a Provença e com a França do norte trouxeram novas contribuições vocabulares. Assim se fêz o léxico do português arcaico. Não cremos de grande importância as contribuições do castelhano, então, em formação também. Muitos dos ditos castelhanismos são antes leonismos, pois, de Leão e Galiza formou-se Portugal.

Elementos pré-românicos

"La influência de las lenguas prerromanas en el vocabulario romance de la Peninsula es, según lo que podemos apreciar hoy, muy limitada. Son nombres aislados de significación sumamente concreta. No pervive ninguno relativo a la agricultura, a la guerra, a la organización política y social ni a la vida del espiritu. En cámbio constituyen una importante contribución en denominaciones del terreno y sus accidentes". Assim fala Lapesa em "História de la lengua Española", pg. 26 e o mesmo se pode dizer da história do Português. Se os bascos representam, pelo menos no que se refere a seu idioma, a existência ibérica, dêles recebeu tôda a Península umas tantas palavras de uso vivo na maior parte e uma ou outra inteiramente morta: *arroio, balsa, bezerro, bizarro, cachorro, canto, esquerdo, nava, piçarra, sarna, veiga, zorra, morro, modorra, samarra, abarca, manteiga, taipa, Urraca.* Entwistle ajunta *arguriega,* que se encontra no "Livro de Linhagens": "*Arguriega,* que tanto quer dizer por seu lingoagem de vasconço como pedras vermelhas". (Spanish Languages — pg. 34). Quintiliano assinala também *gurdus, gordo* e Santo Isidoro menciona em suas Etimologias *cama.* (Lapesa — op. cit. 26). No bronze de Ajustrel, do século I, encontra-se *lausiae lapides* de que nos veio *lousa.* Admitem todos que sejam ibéricos ou bascos os sufixos *arro, orro, urro,* como se vê mais acima em *bizarro, cachorro,* e talvez *enxurro.* Fala Lapesa dos sufixos *asco, osco, usco* como de origem lígure bem como da raiz **berm, *borb, *born* que se descobre no nome da cidade portuguêsa *Bormelha.* Seria então desta origem o nome de família *Borba?* Em *Velasco* donde o nosso *Vaasco* descobre o tema *bela,* corvo, em lígure, e o sufixo *asco.* (op. cit. 14). São ainda bascos *laia, boina, gorro, cencerro* (hoje *cincerro* muitas vêzes escrito *sincerro* sob influências de *sino*). A palavra *gazua,* muito moderna e do argot dos malfeitores, por sua fonética, muito se aproxima de *gazua,* fome, dos bascos, corrente na fala castelhana.

Os estudos de toponímia feitos por Fouché, Bertoldi, d'Alessio, Jud, Aebscher e outros põem em relêvo a raiz *car, gar, cara, cala, gara, gala,* pedra, que tem muitos derivados em nosso idioma. Dauzat em sua "Toponymie Française", pg. 80 oferece-nos um primeiro derivado por meio do sufixo átono *oi, ia*: *calio, calia,* com as variantes *caro, caria.* De *calia,* mais o sufixo *avus* descoberto por Schuchardt, temos *cal-ia-avus caliauo,* o mais antigo avô do português *calhau.* Da mesma procedência são: *carvalho, carrasca, carrascal, carranca, etc.* Muitos são de opinião que a transformação fonética dos grupos consonantais: *cl-fl-pl* — na palatal *ch* como *chamar* (*clamare*), *chama* (*flamma*), *chão* (*planum*) foi também de origem ibérica.

Celtas

Já no século V a. C. percorriam os celtas o território das Gálias e chegavam à Catalunha. Pensa Hubert que eram originários das partes compreendidas, na Alemanha ocidental, entre o Elba, Reno e Austria. Na época do bronze começaram a mover-se em direções várias. Sob o govêrno do rei Ambigatus, passaram os Pirineus, penetraram na Ibéria, chegando até Gades. Mesclaram-se depois com os iberos que, com o nome de celtiberos continuaram a mesma tradição guerreira. A despeito dos estudos de J. Jud, Huebschmied, Camille Julien, Heny Hubert e outros mais, afirma Dauzat: "L'absence de descendant actuel, comme le manque de tout document littéraire a rendu longtemps difficile la reconstitution du gaulois sur lequel de trop nombreux amateurs sans autorité se sont livrés aux plus regrettables fantaisies". (Tableaux de la Langue Franç. 19).

Em português os estudos são todavia mais difíceis e deficientes porque o celta não era mais falado na Ibéria quando se deu a invasão romana no III século antes de Cristo. Quase todos os celtismos de vocabulário chegaram ao português através do latim e por isto não lhes cabe muito bem a classificação de prerromanos. Entre êstes: *camisa* (*camisia*), *saio* (*sagum*), *cabana* (*capanna*), *cerveja* (*cervisia*), *légua* (*leuca*), *salmão* (*salmo*), *carro* (*carrus*), *carpinteiro* (*carpentarius*), *brio*, *vassalo*, *bragas* (*brancae*), *palafrem* (*paraveredus*), *bico*, *gamba*, *gambias* (*camba*) e seus derivados: *catrambias*, *cambada*, *descambar*, *cambito*, *cambaio*, *cambar*, *engambelar*; *trado* (*táratrum*), *lança* (*lancea*), *charrua* (*carruca*) através do francês pela palatização do *c* em *ch*; *tona*, a pele de certos frutos e por extensão a superfície das águas. De *tona* se fêz *ta* que com a preposição *a* formou a expressão adverbial de modo *a tia*, andar, navegar caminhar *a toa* e depois passou a simples adjetivo: *atoa* (*mulher atoa*, *homem atoa*, que não prestam moralmente). De *briga*, fortaleza, há *Bragança* (*Brigantium*), *Coimbra* (*Conimbriga*), *Segóvia* (*Segóbriva*). O nome do rio *Douro* é também celta: *Durius*. O sufixo *onno*, *onna*, designativo de *rio*, parece estar na formação de *Lisbonna* Lisboa. Michaelis pensa que sejam célticos *cavalo*, *beijo*, já do latim *caballum*, *basium*, *basiare*. São da mesma origem *mina*, *duna*, *roça*, *caminho*, *combo*, *comba*, *peça*, *sabão*, *bétula* (árvore), *grenha*, mais comumente *grenho* nos Cancioneiros, *cambiar* (*trocar*), *eiva* (defeito), *eivado*, *truão*, *cais*, *embaixada* (que outros dão como germânico), *druida* (sacerdote gaulês), *bardo*. (C. Mic. — Lições de Fil. Port. 287).

Fenícios e cartagineses

Na época dos contactos comerciais e bélicos dêstes povos com Espanha, Portugal não existia e por isso nada recebeu diretamente dêles.

Os vocábulos *mapa* (*mappa*), *matta* (*mata*) e o sufixo *ippo* A*Ulysippo*), *Colippo* (antigo nome de Leiria) são os escassos vestígios desta procedência segundo Michaëlis. *Caco* que por intermédio do grego penetrou no latim, fazendo-se universal. A palavra *barca* está hoje identificada como egípcia mas sempre através do grego. Muitos afirmam que também *galera, galeota* sejam fenícias. A palavra é de recente emprêgo em português, desconhecida da língua arcaica de onde se fala sempre de *barcas*. Para o francês, diz Nyrop que seja empréstimo do italiano e Pianigiani é de opinião que venha da Grécia. Há, todavia, *magalia* de que proveio *malhada*, rebanho, em espanhol *majada*.

Gregos

Os mercadores gregos conheciam as praias levantinas desde os mais antigos tempos entre 700 e 900 anos antes de Cristo. Comunicaram aos ibéricos o alfabeto fenício e segundo as autoridades em História povoaram Roda, Sagunto, Emporias. Desta época, porém, nada se pode positivar porque os helenismos todos penetraram na língua por meio do latim. Eis alguns fatos distintos: *banho* (*balneum*), *câmara* (*camera*), *bodega* (*apotheca*), *empôla* (*amphora, ampulla*), *corda* (*chorda*), *âncora ancora*), *cítola, citolon, cedra* derivados de *cithara, çamponha, çanfona* (*symphonia*), *macar*, do vocativo *macarie*, feliz!

> "E quen a esta cuita tal,
> *Macar* se morre, non lhe praz!"
>
> (C. A.).

Chusma, pròpriamente, canto de remeiros e depois multidão, do grego *Keleusma*, no latim *celeusma*, e por via erudita *celeuma*. *Tio* (*thius*), *púrpura* (*purpura*), *governar* (*gubernare*), *camarão* (*gammarus*), *cima* (*cima*), *gêsso* (*gypsum*), *covo* (*cophinus*), *órfão* (*orphanum*), *pedra, espada, bolsa, calma, doma* (*semana*), *cola*.

Os helenismos mais numerosos foram introduzidos pelo cristianismo que, em seus primeiros tempos falava o grego e não o latim. A caudal dêstes empréstimos é enorme e aqui só damos os vocábulos mais usuais: *Evangelho, ângeo, apóstolo, apostóligo* (o Papa), *diabro, diabo, eigreja, igreja, bispo, mártel, márter*, (*mártir*), *marteyro*, (*martírio*), *bautizar, bautismo, moesteiro, cemeterio, cemitério, talante, clérigo, crelgo, moogo, esmola, cada* e *cada um, ermo, míblia, carta, papel, leigo, pároco, etc.* Os sufixos *ia, essa, ismo, ejar, izar* (*idiare*) de grande emprêgo na língua eclesiástica deram-nos muitas palavras. Em datas posteriores os empréstimos eruditos serão verdadeira caudal: *fisionomia* e *fisolomia; astronomia* e *estrelomia; astrologia* e *estrologia* lêem-se a miúdo em Gil Vicente.

Hebreus

Embora seja de muito antiga data o contacto da Península com os hebreusí muito pequena foi a contribuição léxica dêste povo ao Português. Quase tôdas as palavras recebeu-as através do latim bíblico: *querubim, serafim, Belzebu, geena, aleluia, amém, Satanás, Messias, sábado, Páscoa, hosana.* Michaëlis crê que *malsim,* denunciante, caluniador, e o verbo *malsinar* sejam de origem hebraica. *Talmud, Tora, cabala,* apareceram mais tardiamente.

Latinos

A grande maioria do léxico português é latina, seja diretamente, seja indiretamente, afirmação que não necessita de mais provas. Duas peculiaridades, porém, há que pôr em evidência: o carácter vulgar e o arcaico. Língua falada por mercadores, legionários, povoadores da Península, em grande parte dialetal ela mesma, desconhecia os neologismos de Roma e continuava empregando aquelas palavras que na capital do mundo já não eram mais correntes. Êste característico arcaizante é próprio de todo e qualquer dialeto em relação ao tipo mais desenvolvido da fonte idiomática. Assim se passa até hoje no Brasil, em tôda a América Espanhola, nos Estados Unidos, no Canadá comparados a seus antigos povoadores. Matteo Bartoli, em várias obras, "Introduzione alla Neolinguistica", "Saggi di Linguistica Spaziale", estudou a distribuição do vocabulário latino por meio de suas bem conhecidas "aree laterali", "area serione", "area centrale", dando a compreender que as áreas laterais, Ibéria e Dácia, foram sempre arcaizantes enquanto as centrais, Itália e Gália, já empregavam palavras novas. Por seu desconhecimento do português, quase sempre se equivoca na exemplificação. Assim, quando põe o arcáismo latino *oblitare,* já substituído na Itália por *dimenticare,* cita apenas *olvidar* para a Ibéria, tomando o vocábulo do castelhano, sem saber que a língua arcaica portuguêsa, ou melhor dito, galego-portuguêsa, continuou até os séculos XIV, XV, a dizer *obridar,* muito mais próximo do latim. Falando de *magis, plus,* encontra-se em contradição com sua teoria porque sòmente nos mais antigos documentos arcaicos encontramos *chus,* dominando depois soberanamente *mais* e *mas*. A cronologia da língua galego-portuguêsa prova que *chus* é de fato muito mais antigo que *mais*. Outra contradição está em *ceppa* e *cepulla*: para Bartoli, *cepa* é arcaica e *cepulla,* moderna. Pois, na Ibéria de tom arcaizante, o que se encontra é *cebola*. Assim mesmo com *cauda* e *coda*: da primeira palavra não há, no galego-português, exemplo; mas da segunda, muitíssimos: *coa* e *cua*. A forma *cola* representa uma fase anterior, com a conservação da intervocálica, mas não é portuguêsa senão castelhana. Quando fala das "Fasi Antiche Sparite" (Saggi — pg. 55)

afirma que na Ibéria o latim *hebdomas* aliás grego, foi substituído por *septimana* quando até o fim do século XV e começos do XVI, Gil Vicente emprega uma por outra. Todos conhecemos a forma *doma* corrente nos Cancioneiros e a encontramos no "Auto das Regateiras de Lisboa", teatro do século XVII. Quando trata das fases primária, secundária e terciária afirma que o latino *versoria* da fase primária deu em português *vassoura*, mas *scopa* da fase secundária permaneceu sem representante, o que não é verdade, pois temos *escoba, escôva*, com pequena diferença semântica. Com a mesma nesciência nada diz de *furnarius* da fase secundária para a qual não deixou representante quando há *forneiro*. Muito interessante é o que escreve na página 84: "L'innovazione romanza del tipo *sete, da sette*, si ode specialmente nello spagn. *siete*, nell'engad. *set*, e anche nel franc. *se(p)t*". Muito interessante porque não sabe que em português é precisamente *sete*, grafia simples do etimológico *sette*. De *abscondere* cita o castelhano *esconder* e não o galego-português *asconder*. Seria necessário transcrever todo o livro de Bartoli para corrigir-lhe os êrros referentes ao vocabulário da Ibéria, de modo especial, da língua arcaica portuguêsa. Poe dizer-se, de maneira geral, que tôda a exemplificação está equivocada pelo desconhecimento que de nosso idioma tinha o autor italiano. Muito mais antigo ou, pelo menos, mais vulgar, foi *rivus* porque conhecemos as transformações *rio, ria* e nenhuma de *flumen, fluvius;* Bartoli fala dêstes dois últimos, não do primeiro... O nosso *falar* representa *fabulare* e o autor italiano o desconhece. O mesmo se passa com *volvere* e *voltare*: a língua literária empregou, tardiamente, *volver*, mas, no sentido de *fazer voltas*, volver-se de uma parte à outra; mas sempre *voltar*, regressar. Bartoli cita até o logodurês *boltare*, mas, do português, nada. De *atrium* temos *adro*, mas, *pórtico* é palavra literária e recente. As denominações latinas dos dias da semana, que se conservam em castelhano: *lunes, martes, jueves, etc.*, não são atestados nos documentos galego-portuguêses. Nos Cancioneiros, documentos notariais, sempre se lêem as formas cristãs: *segunda-feira, têrça-feira, quarta-feira, sábado, domingo*. Por determinação do Papa S. Silvestre, no ano 316, as denominações pagãs foras proscritas. E por que o galego-português foi o único idioma a fazer substituições? Parece-nos que o grande santuário de Santiago foi a causa principal. A explicação de uma pretensa influência árabe não se pode admitir. Sabemos que os árabes nenhuma influência tiveram diretamente no galego-português e se se deve ver em tudo isto alguma influência árabe, então, deveríamos encontrá-la muito mais viva no castelhano que segue, todavia, empregando formas pagãs. E como explicar que o moderno galego usa, v. g. *lunes, martes?* Muito simplesmente por influências diretas do castelhano. O único exemplo de *vernes* que se encontra na narração do martírio de alguns frades de Marrocos, publicada por Estêvão Pereira, na

Revista Lusitana, vol. VII, pág. 189, se explica, também, por influência castelhana. O Infante Dom Pedro que a mandou escrever, certamente antes de 1449, quando o assassinaram na batalha de Alfarrobeira, empregou para isso algum escrivão de origem castelhana ou que tal idioma conhecia.

Do latim vulgar *pollicaris, serrare, vedamus, cama* (celta), *minuare, sol(u)tare, tenere, quaerere, dorsum, vermiculum, tenet* e não do clássico *pollicem, claudere, eamus, lectum, minuere, solvere, habere, velle, tergum, coccinum,* fêz o português: *polegar, serrar, vamos, cama, soltar, teer, querer, dosso, vermelho, tem.* A forma vulgar *non magis* viveu até Camões: *nomais*. O emprêgo de *jam* por *magis* vive até hoje: *já não fala, já não chove,* por *não fala mais, não chove mais*. Um dos neologismos mais curiosos, feito pelo povo, portanto, de origem vulgar, é *manducare,* que nos deu *manducar* e o mais interessante, *manduca,* o comilão. *Manducus* era um personagem ridículo da comédia latina, o protótipo do que come muito; de *Mandacus* fêz-se *mandacar* e tanto o verbo como o substantivo vivem no português do Brasil. Os camponeses dizem: *nho Manduca* e também *nho Mandú*.

Sem mais necessidade de alongar-nos nesta parte para provar a origem vulgar e arcaica de nosso vocabulário, insistimos em chamar a atenção dos lingüistas, principalmente, dos romanistas para a absoluta necessidade em que se encontram todos de estudar muito bem a língua arcaica, a língua galaico-portuguêsa porque é a que conserva as formas mais próximas do tipo vulgar como acima ficou demonstrado para umas tantas. E' doloroso ver que todos os romanistas, inclusive os da Espanha, ignoram os documentos portuguêses sem os quais muitas de suas conclusões ficam sem valor porque o vocabulário, a fonética, a morfologia do galego-português lhas desmentem. Sirva de exemplo o que aduzimos contra as afirmações contraditórias senão equívocas de Bartoli.

Germânicos

Muito antigas eram as relações bélicas entre o mundo bárbaro da Germânia e o Império Romano. Refere-nos Tácito (Anns. II-10) que Armínio entendia latim e desde os tempos dos Cláudios já estavam os germânicos no exército, até na guarda especial dos Imperadores. Houve uma época em Roma em que era de bom gôsto trazer as mulheres os cabelos pintados de roxo e vermelho, segundo os fermânicos. (Ovídio — Amores — I-14). O mesmo latim da época imperial estava cheio de contribuições germânicas em número muito maior do que comumente se pensa. Nas Gálias onde o contacto com as tribos germânicas era muito mais numeroso e direto, as contaminações vocabulares eram também muito maiores. Antes pois da invasão bárbara na Ibéria já o latim estava cheio

de tais influências germânicas que lhe chegavam por meio das legiões, mercadores e burocracia. No ano de 407 os suevos e alanos dominavam o noroeste, precisamente, os territórios ocupados por Galícia e Portugal futuro. Mas, da Provença, comandados por Ataulfo, penetraram na Ibéria os visigodos, em 470, estabelecendo gloriosa monarquia que sòmente desapareceu sob as fôrças árabes muitos séculos mais tarde. Se bem que a dominação visigótica fôsse longa e brilhante, sua influência no léxico peninsular não foi tão valiosa quanto poderia ser porque, convertidos ao cristianismo, falando e escrevendo latim, antes foram assimilados que assimilaram. Assim, os empréstimos de origem germânica começaram, antes de tudo, no latim, fazendo-se comuns a quase tôda a România, sem que se possam ùnicamente tomar tais contribuições como exclusivas da Ibéria.

Na vida militar encontramos *guerra* (*werra*), e não *bellum; bando bandeira* (*bandwo*), *guardar, guarda* (*wardôn*), *guarnir*, hoje, *guarnecer* (*warnjar*), *helmo* (*helms*), *dardo* (*dard*), *estribo* (*streup*), *esporas* (*spaura*), *fouvereiro* (*falws*), *trégua, guante, arauto, albergue* (*heriberga*), *marechal* (*mar*(*a*)*hskalk*), *esgrimir, brandir* do nome da espada *brand, bronha*, couraça, de *brunja; harenga*, discurso militar, de *hring, pròpriamente* reunião, assembléia, etc.

Nas instituições políticas, sociais, judiciárias: *bedel* (*bidil*), *bedelho* (*pedellum*), *feudo* (*fehod*), *bando, bandido, saião* de *sagiq*, ministro inferior da justiça; *arauto* (*heriwald*), *embaixada, trégua* (*triggwa*), *banir, garantir, orgulho* (*orgoli*), *escárnio, escarnecer* (*skernjan*), *esmarrir*, (*sem* ânimo, decaído) de **exmarrire*, latim que representava o germânico *marrjan, esmaiar, desmaiar, exmagare, de magan; rico* (*riks*), *branco* (*blank*), *guisa* (*wisa*), *guisar, guisado, escanção* (*skankja*), *espia* (*spaiha*), *etc.*

O vestido, a casa, os utensílos: *albergue, fralda, coifa, ganhar, sala, loja, banco, faldistorio, canivete*, através do francês, de *canif, feltro, harpa, roca, sabão, roupa, ataviar, estaca, parra, parreira, serão, tapa, espeto, esquina, garbo, bácoro* (*bakko*), *jardim, harenque, esturjão, ancas, gastar, gramar* (sofrer castigo), *ganso, marta, aleive, aleivoso, agasalhar, ufano, ufana, gana, ganancioso, brotar, talar, bramar.*

A onomástica está tôda cheia de nomes godos: *Alvaro, Fernando, Rodrigo, Rosendo, Elvira, Gonçalo, Golçalves, Afonso, Ildefonso, Adolfo, Ataulfo, Ramiro, Recaredo, Tagilde, etc.* Muito mais numerosos são os topônimos como se pode ver nos estudos de Sachs e de Piel (Boletim de Filologia — vol. II — pg. 105). A obra de Sachs se intitula: "Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal" — Jena. Leipzig — 1932; há um estudo crítico muito bem feito por Rodrigues Lapa, no Boletim de Filologia — II — fasc. 2 — pg. 173). Entre os mais célebres está *Guimarães* que foi capital; *Guilhade* de onde saiu o famoso *Joan de Guilhade; Aboim, Mariz, Mira, Mondim, Ourique, Sendim, etc.*

A contribuição germânica foi, pois, muito pequena, dado o espaço de séculos de sua dominação. Piel, citando Gamillscheg (Bol. de Filol. II — 109) afirma que de tôda esta contribuição não se conseguem mais que duas ou três dezenas de palavras. Claro está que não se refere aos topônimos e antropônimos que são muito numerosos.

Árabes

Em 711 surgem no sul da Espanha, vindo da África, os primeiros berberes, os quais, impondo-se a Roderico, antes mesmo que Musa Ibn Musair passasse as Colunas de Hércules, conquistavam, como incrível rapidez, Sevilha, Córdova, Toledo. A grande rivalidade religiosa entre os católicos e arianos, a perseguição dos hebreus tinham a população grandemente dividida e eram muitos os que não apreciavam os godos. A "quinta coluna", como hoje se diz, foram os de Israel, que propiciaram as negociações, facilitaram os fatos da invasão e foram os primeiros governadores das praças e sítios conquistados. Uma parte considerável da população aceitou até a religião, os renegados muladies; outra mais consierável, todavia, mantendo sua fé cristã, falou árabe, os moçarabes. O latim foi posto em tal desconhecimento que, no século IX, Santo Eulógio, Alvaro de Córdova e Samson iniciam verdadeira revolução literário-religiosa. Santo Eulógio segue para França de onde vai trazer novos modelos de latinidade, efeitos de renascimento de Cluny. Alvaro de Córdova escreve seu "Indiculus Luminosus" de onde clama contra o desconhecimento do latim: "Heu, pro dolor! linguam suam nesciunt christiani!" entre la gente de Cristo apenas hallarás uno por mil que pueda escribir razonablemente una carta a su hermano, y, en cambio, los hay innumerables que os sabran declarar la pompa de las voces arábicas y que conocen los primores de la métrica árabe mejor que los infieles" (M. Pidal — Origen — 437). O padre Samson luta com o próprio bispo de Málaga, Hostegesi, sacrílego e herético, critica-lhe seus erros de latim, pois nem sequer sabe concordar as palavras em gênero e número, escrevendo "Quidam pestis" por "quaedam pestis". Por estas afirmações históricas, muitos filólogos ensinaram que, na Espanha, no segundo século da dominação árabe, já ninguém sabia latim, que a tradição românica estava inteiramente morta, sendo o árabe o único idioma das populações. Menéndez Pidal dá-lhes resposta em seu magnífico livro "Orígenes del Español". Muito ao contrário do que afirmam certos filólogos, foi a língua dos dominadores que se encheu do romance peninsular até que o árabe da Espanha se tornou obscuro aos viajantes que de outras partes do Império Islamita visitavam o país. Pidal é claro em suas conclusões: "En resumen: durante más de los dos siglos primeros de islamismo predomina la aljamia en la España musulmana. A esto contribuía mucho

el hecho de que los principales centros de población, como Sevilla, estaban llenos casi totalmente por los romanos-godos; los árabes no gustabam de las ciudades, preferian establecerse en la campiña, en las heredades de los fugitivos o de los despojados. Esta época es también la de máxima influência de los mozárabes sobre los cristianismos del Norte, colaborando activamente en la repoblación y en la cultura de los reinos de la reconquista" (Op. cit. 440). Nos territórios de Galiza e Portugal a dominação árabe não se manteve mais de quarenta anos apesar das vitórias de Almançur. O contacto foi com os moçárabes que continuavam cristãos, falando o romance embora o escrevessem em caracteres arábicos. São numerosos os mosteiros moçárabes e quando Fernando I conquista Coimbra foram os monges moçárabes de Lorvan que o socorreram com víveres. Os arabismos tiveram seu mais largo emprêgo no século XI e depois foram diminuindo cada vez mais. Por isto a língua galaico-portuguêsa e principalmente o português não tiveram contacto tão estreito, pois Portugal não existia então. Seus arabismos foram de origem moçárabe, recebendo também aqueles que formam o léxico comum da Espanha. Seus empréstimos árabes apresentam características conservadoras, v. g. *alfaiate, alfageme, alveitar* que Espanha substituiu por *sastre, barbero, veterinario*. As duas últimas há também em português.

Quanto mais se aprofunda a crítica filológica, tanto mais se diminui a tão falada influência árabe no português. Na fonética não há menor traço, nem na morfologia e muito menos na sintaxe. A contribuição ao vocabulário se bem que muito maior que a germânica, ficou sempre na superfície do idioma, reconhecida imediatamente por sua forma alógena. Por isto escreveu Meyer Lübke: "La dominación secular de los árabes en la Península Ibérica y en Sicilia tuvo que producir, naturalmente, repercusiones lingüisticas; y desde luego, es considerable la participación del árabe en el vocabulario de ambos los países; pero estos elementos se diferencian muy esencialmente de los germánicos en más de un aspecto. Asi, por ejemplo, es a menudo muy dificil la separación de las voces germánicas del vocabulario tradicional latino, y son escasas las palabras francesas de origen franco que puede reconocer como tales el no versado em lingüistica; en cambio, las palabras árabes muestran mucho más claramente la huella de su origen. La razón de esto es que la recepción de los arabismos ocurrió en una época en que ya se habian realizado los cambios esenciales en la disposición fonética de las palabras latinas; además, la estructura del árabe se diferencia del latin mucho más que la del germano" (Ling. Rom. 103). Neste capítulo da fonética, houve certa acomodação das palavras árabes aos valores prosódicos do português. Os vocábulos terminados em consoantes receberam uma vogal a mais porque é típico de nosso idioma não ter palavras assim terminadas.

em *t, f, b, c, d, etc*. Os exemplos são muitos: *al-hayat, al-duff, al-tub, al-ard, al-darb, al-rabad, al-silq* passaram a *afaiate, adufe, adobe, alarde, adarve, arrabalde, acelga*. As aspiradas e constritivas árabes foram substituídas pelo *f*: *alfaiate* (*al-hayat*), *almofada* Aalmohad); algumas vêzes por *g*: *harabiyya* (*algarabia, algaravia*); outras por *que*: *cheque* (*xaich*), ou por *gue*: *açoq* = *açougue; etc*. Os ditongos *ai, au* passaram a *ei, ou* segundo as regras da fonética portuguêsa: *al-daí'a* = *aldeia; al-çaut* = açoute. O português não incorporou nenhum fonema árabe. Só o léxico recebeu boa quantidade de empréstimos. Eis aqui uns exemplos:

Alimentos

Arroz (*al-ruzz*)
Acelga (*al-silq*)
Azeite (*al-zâit*)
Azeitona (*al-zâitun*)
Alfarroba (*al-harruba*)
Açafrão (*azzafaran*)
Acepipe (*azebib*)
Albarrã (*albarran*)
Alcachofra (*al-charchufa*)

A casa

Adobe (*al-tub*)
Azulejo (de *lazur-azul*)
Açoteia (*al-sutaihah*)
Alcova (*al-cobba*)
Saguão (*satwan*)
Açafate (*assafat*)
Aldraba (*aldarrabah*)
Alfaia (*alhaia*)
Almofada (*al-mohada*)

Profissões

Alfaiate
Adélo
Algibebe
Alveitar
Alfageme
Albardeiro
Almocreve

Guerra

Zaga
Alcáçar
Alfange
Adaga
Atalaia
Ameias
Adarves
Alcáçovas
Arsenal

Vida social

Aldeia
Aduana
Alfândega
Armazem
Arrabalde
Açude
Açougue
Nora
Alambique
Açoute
Alarido

Administração

Califa
Emir
Vizir
Miramolim
Aguazil
Almoxarife
Almotacel

Música

Alaúde
Albogue
Atambor
Anafil

Pêsos e medidas

Quintal
Arroba
Almude
Quilate
Maravedi
Morabitino

Ciência

Álgebra
Algarismo
Cifra
Zero
Zênite
Nadir
Aldebarã

Confrontem-se os acréscimos dêste capítulo com o que foi escrito em *Lusitânia pré-românica, germânica e árabe*.

Influências francesas ou provençais

Desde o século XI intensificaram-se as relações literário-religiosas entre a França, ou melhor, Provença, e a Península. O caminho mais direto foi a peregrinação ao famoso santuário galego, Santiago. Deu-lhe grande impulso o rei Sancho, o Maior (1000-1035), fazendo que o caminho das peregrinações passasse por lugares mais planos que antigamente. A maioria dos peregrinos era da França ou vinha pela França e por isto se chamou "O caminho francês". A influência francesa acentua-se ainda mais com Afonso VI, cujas filhas Urraca e Tareja se casam com dois príncipes borguinhões, Raimundo, senhor da Galiza, e Henrique, conde de Portucale. Com suas côrtes, exércitos, vieram também jograis, trovadores, menestréis, colonos que teriam bairros próprios em cada cidade. Os descendentes irão estudar na França, ou terão mestres franceses e se casarão com princesas dessa mesma origem. Tôda a poesia trovadoresca está cheia de galicismos e os primeiros documentos em prosa, as crônicas especialmente se encheram de palavras, expressões e até de construções sintáticas francesas. A substituição dos ritos moçárabes e góticos pelo romano, feito dos monges de Cluny trazidos à Península, fará que até a caligrafia seja francesa e não mais toledana. A arquitetura romana substitui também a arte moçárabe. Grande é o vocabulário de origem francesa: *afan, alhur, arlota, cochon, cousir, cousimento, deleite, donzel, enchal, fol, folia, fis, freire, gracir, greu, joiosa, jogral, lais, leu, linhage(m), ligeiro, lige, menage, mestre, mensage(m), monge, nulha, poncela, pran, palafren, preste, page(m), ren, sage, sen, segrel, solaz, sergente, talan, trapaz, trobador, trobar, vergel, virgeu, vianda,* etc. São desta feita os digrafos *lh, nh* para representar as palatizações. A nomenclatura da poética trovadoresca é também de procedência provençal: *refrão, refran, serventês, pastorela, gesta, segrel, menestrel, etc.*

Influência italiana

Foi quase nula a influência italiana na língua arcaica portuguêsa. As relações entre os dois países eram muito frouxas. Quando Portugal dos tempos heróicos dos descobrimentos marítimos teve de expandir seus conhecimentos náuticos, suas construções de navios, então, os genoveses acorreram à Península e dêles tomaram os vocábulos necessários: *bonança, pilôto, vogar, galera, proa, querena, mesena, escolho, amainar, bússola, borrasca, escala, fragata, etc.* Mas na época de Gil Vicente deviam de ser mais freqüentes as relações com a Itália porque o grande comediógrafo põe os italianos em suas cenas. Outras influências podem

ser notadas através do castelhano ou do francês nos vocábulos da guerra: *artilharia, cavalaria, infantaria, escaramuça, sentinela, alerta, arcabus, atacar, barricada, bastião, batalhão, brigada, canhão, cantina, cartucho, cavalgada, chamada, citadela, coronel, emboscada, esquadra, esquadrão, escalada, escaramuça, escopeta, espião, estacada, anspeçada, parapeito, pistola, revolta, esbirro, soldado, etc.* Nos dias do Renascimento, no período clássico, os vocábulos italianos da arte serão, ainda, mais numerosos.

Influência castelhana

Na língua dos Cancioneiros são muito poucas as influências realmente castelhanas no vocabulário. Palavras como *fontana, louçana, pino, avelana, arena* que desde logo se reconhecem pela conservação do *n* intervocálico são as quase únicas que podemos observar nas cantigas medievais. Mas depois quando Gil Vicente é o dono do teatro português, o castelhano vai ser a língua predominante de suas comédias e na mesma escreveram outros insignes escritores de Portugal: Francisco Sá de Miranda, de muitos dos poetas do Cancioneiro de Resende até Camões, já no período clássico. Há uma tendência hoje de considerar os castelhanismos dos escritores portuguêses como leonismos, pois, o dialeto leonês exerceu não pequena influência na formação da língua galego-portuguêsa. As relações com o poderoso reino de Leão foram, nesta época, muito estreitas com a Galiza e Portugal.

Influência oriental

Queermos falar das importações vocabulares que fêz a língua depois que as naves portuguêsas levaram ao Oriente os conquistadores, já no último período do século XV. Se bem que as publicações das obras sejam de fato posteriores ao período arcaico, sua elaboração pertence a êste último e por isto se incluem tais contribuições na antiga língua do país. A cópia de tais contribuições é imensa. Mons. Sebastião Dalgado fêz dois volumes de seu "Glossário Luso-Asiático" e sòmente das plantas medicinais escreveu o sábio Garcia da Orta seus dois tomos "Colóquios dos Simples e Drogas da India", publicados em Goa em 1563. Notaremos apenas uns tantos exemplos: *agomia (arma), alcatraz (ave), almadia (embarcação), aljôfar (pérolas pequenas), almíscar (perfume), aluá (bebida), âmbar, alambre, amouco (enraivecido), andor, araca (planta), banana, benjoim (perfume), bengala, cabila, banzé, rajá, xá, xogum, leque, cabaia, canja, abada (ironoceronte), ganda, ema, beribéri (enfermidade), bajú, quimão, chele, papuses, pires, bule, chávena, chá, charão, catana, catre, monção, tufão, macaréu, babaréu, samorim, daire, chatim, lascarim, bule, bóis, pagode, faquir, bonzo, talapão, lama, veniaga, corja, bailéu, manga, areca, bambu, pateca, açfrão, jangada, etc.*

Capítulo IX

ASPECTOS DO GALEGO-PORTUGUÊS (Cont.)

MORFOLOGIA

O quadro geral da morfologia do português, ao aparecer das primeiras composições em poesia e prosa, era quase o mesmo dos tempos futuros. Tôdas as flexões de gênero, número, grau, pessoas verbais, variações pronominais estavam tôdas desenvolvidas e fixas. A característica diferenciadora eram as abundantes formas, riqueza que se transformava em sobrecarga para o idioma e na qual o gôsto clássico fará verdadeira obra de seleção.

Os gêneros, os mesmos do latim vulgar, eram apenas dois: masculino e feminino. O plural se indicava pelo *s* e os graus do nome substantivo ou do adjetivo se expressavam de preferência por formas analíticas, sendo muito escassas as terminações sufixais para o diminuitivo ou aumentativo. Não se conhecia o superlativo sintético em *issimo, ilimo, rimo*. O pronome pessoal *mi* passou tardiamente a *mim* e muitas formas compostas, *nosotros, vosotros,* mais castelhanas que portuguesas desapareceram. As conjugações verbais eram sòmente três, evoluindo a terceira em *er* para a quarta em *or* com um só verbo *pôr,* evolução fonética de *põer, poer,* do latim vulgar *ponere*. A riquíssima coleção de formas verbais, graças à analogia, foi reduzida, mudando muitos verbos de conjugação.

O capítulo das palavras invariáveis, advérbios, preposições, conjuções, de si mesmo mais fixo e menos exposto a modificações, pouco se alterou. Apesar de tudo, muitos elementos desapareceram, mudaram de função na frase e com esta mudança, lhes sobreveio outra da semântica. *Poren* que era partitivo, equivalente a *por esso,* de *por ende,* colocado na frente do segundo membro da proposição, passou a adversativa, perdendo, porém, seu conteúdo significativo. O advérbio *mais* de *magis,* por sua mesma posição igual a *poren,* não mantendo mais sua acentuação própria, viu-se reduzido a *mas,* com valor também de adversativa. O advérbio *y* ou i de *ibi; hú, ú,* de *ubi,* outras vêzes igual a *quando,* foram abandonados pelo uso clássico. Onde o quadro geral se manteve inalterável foi nas interjeições. Os arcaicos como os clássicos e modernos expressavam seus sentimentos impulsivos da mesma maneira. Porém os detalhes

tornarão mais compreensível êste simples apresentar dos fenômenos gerais da morfologia.

Nomes

1 — *Vestigios dos casos latinos* — O português não manteve, como o provençal ou francês antigo, a distinção entre nominativo e acusativo. A perda da terminação final *m* do acusativo confundiu-o com o nominativo e a resultante passou a atuar como sujeito e complemento. Mas umas poucas palavras mantiveram o aspecto casual. Assim, do nominativo contamos: *drago* (*draco*), *serpe* (*serpens*), *sóror* (*soror*), *câncer* (*cancer*, *Deus* (*Deus*), *êle* (*ille*), *ela* (*illa*), *Cícero* (*Cicero*), *Marcos* (*Marcus*), *Lucas* (*Lucas*), *Júpiter* (*Iupiter*), *Carlos* (*Carolus*) ,*Dom* (*dominus*), *Fruitos* (*Fructus*), *etc*. E' de se notar que êstes nomes, próprios ou comuns, pertencem à língua culta e eclesiástica. Ao lado de *drago* há *dragão* (*draconem*); de *câncer*, *cancro* (*cancrum*), *de serpe*, *serpente* (*serpentem*); de Cicero, *Cicerão* (*Ciceronem*); *etc*. Não é verdade o que escreve Williams que exista diferença semântica entre *câncer* e *cancro*. A diferença está em que a primeira é culta e vulgar a segunda. *Mestre* não representa em português, o nominativo *magister* como pensa o mesmo autor, mas é um empréstimo provençal. E' inexistente a documentação de êndes (*nidex*) e só conhecemos *endez* do acusativo *indicem* feito oxítono. O povo diz até nossos dias: *ovo endez*. O plural de *deus* se fez *deuses*, como de *mês*, *meses* e *cós*, *coses* por uma influência morfológica do provençal, o famoso plural de compensação. Há, pois, que refazer as observações de Williams (From Latin to Portuguese — 115 — § 121). *Ome* (*homem*), *demo* (*demônio*) em nossa opinião, não representam nominativos: *omo* e hoje *homem* fonèticamente é o latim *hominem* sob as leis da evolução fonética; *demo* parece mais um regressivo de *demon* que se escrevia também *demão*. A causa desta regressão foi o tabu da palavra como hoje se verifica em tantos disfarces de *diabo*: *diacho*, *dianho*, *etc*.

Os vestígios do genitivo são mais raros ainda. Leite de Vasconcelos em suas "Lições de Filologia Portuguêsa" fala dos gentivos de posse e de filiação: 1) *villa Vermudi*, *villa Recaredi etc*., modernamente *Vermoim*, *Recarei*. 2) O patronímico ou de filiação *ici* (*iz*): *Didacus Fernandici* (= *Ferdinandici*) representada hoje pela terminação *ez* depois grafada *es*: *Fernandez Lopez* (*Lopici*), *Nunes* (*Nunici*), *Diaz* (*Didaci*) como escrevem os castelhanos, mais etimològicamente que os portuguêses modernos que mandam grafar *Fernandes*, *Lopes*, *Nunes*, *Dias*. Nos apelidos de origem germânica existia a terminação *anis*, de genitivo, como em *Vimaranis de Vimara*, modernamente, *Guimarães*. O mesmo vestigio se acha em *Fafilanis* (*Fafiães*), *Cintilanis* (*Centiães*), *etc*. A língua literária conservou do latim as formas *agricultura*, *selvícola*, *celócola* em que o genitivo é visível. O português, segundo o que dissemos, em outra parte, não

conhecia as formas *lunes, martes, joves, vernes, etc.*, dos dias da semana. A existência de tais denominações em galego moderno é devida a influências castelhanas posteriores. Do dativo só conhecemos, na língua da igreja, *gloriapatri* dito pelo povo *gloriapatre*. Não se há de falar do vocativo que muito precocemente se confundiu com o nominativo já no latim clássico e vulgar. Depois do acusativo, os vestigios mais numerosos são do ablativo: *hoje* (*hodie* = *hoc die*), *anoite* (*hac nocte*), *agora* (*hac ora*), *ogano* (*hoc anno*). De *a noite* se fêz *ontem*.

2 — *As declinações* — Não sabemos como se possa falar de declinações em português quando não existiam os casos: como pode existir declinação sem caso? Sòmente podemos fazer referência às funções exercidas por tais casos, v. g. que o sujeito representa a função do nominativo, mas não a morfologia do nominativo; que o complemento objetivo representa a função do acusativo, mas não a morfologia do acusativo, pois a forma é a mesma, a única, diferenciando-se apenas pela função sintática. Da mesma maneira temos de falar de masculinos em o (*livro, campo, templo*) e de *femininos* em *a* (*lua, casa, água*) e dos terminados em *e* (*sacerdote, mestre virge*(*m*), *folhage*(*m*) que poderiam ser de um e de outro gênero, correspondentes à primeira, segunda e terceira declinação porque o desaparecimento da quarta e da quinta pertence ao latim vulgar. Rigorosamente falando, pois, não há declinações em português. Tudo o que escreveu Williams em sua citada obra, § 122 - 123 - 124, foi erudição perdida.

3 — *O gênero* — Já o latim vulgar desconheceu o neutro que estava incorporado nos masculinos e nos femininos: *templu* = *templo; folia* = *folha*. Em regra geral mantém as palavras do português antigo a mesma classificação de gênero dos tempos clássicos e moderno. Todos os terminados em *a* são femininos: *lua, água, folha, fama, fera, deusa, malca, águia, avea, espada, baia, erva, etc.* Sòmente aquêles cuja significação é masculina fazem exceção: *profeta, poeta, Papa, etc.* Outros mudaram de gênero: *a fim, a praneta, a cometa, a mar, a clima* foram depois masculinos: o *fim, o praneta* (*planeta*), *o cometa, o mar, o clima.* O grupo dos terminados em *age* do latim *aticu*: *linhage, page, menage,* masculinos, passaram todos a femininos: *a linhagem, a viagem, a homenagem.* Mas *pagem* admite até agora os dois gêneros: *o pagem, a pagem* segundo o sexo da pessoa. O mesmo se passa com *cura, guarda, corneta, vigia*: *o cura* (*o pároco*), *a cura* (de uma enfermidade); *o guarda* (o que vigia), *a guarda* (o ato de custodiar ou também o conjunto militar a que está submetida a vigilância): *o corneta* (o que a toca), *a corneta* (o instrumento); *o vigia* e *a vigia* com os mesmos significados. Sem fazer a distinção erudita, que hoje se faz, entre nomes de origem grega em *ma*: *problema, sintoma, abantesma, bantesma, fantasma, crisma, cisma, clima, etc.*, a língua arcaica os fazia quase sempre femininos por analogia com os demais terminados em *a*;

apesar da luta dos gramáticos e da escola, o povo, especialmente do Brasil, segue empregando a analogia. Até nomes muito modernos como *telefonema, grama (pêso)* são ditos *a telefonema, a grama*.

Os nomes terminados em *or—senhor, pecador*, eram invariáveis. Ùnicamente o adjetivo indicava o gênero segundo o sexo da pessoa: *mia senhor, molher pecador*. Mas nos tempos de D. Dinis e nos últimos de Gil Vicente, por exemplo, já se fazia a diferenciação de gênero: *senhor, senhora; pecador, pecadora*. Os demais, de maneira especial, os abstratos: *door, coor*, eram femininos; o mesmo *flor*. Porém outros mais eram masculinos: *suor, bolor, amor, etc*. Os adjetivos em *or*, comparativos de superioridade, seguem sendo comuns de dois: *superior, inferior, maior, melhor, menor, pior, junior, senior*.

Os nomes terminados em *e*: *parente, hóspede infante* — não apresentam até hoje uniformidade em seu gênero; se encontramos desde os mais antigos tempos *hóspeda, parenta, infanta*, a língua clássica firmou as formas comuns de dois *hóspede, parente*. Os adjetivos em *ez*: *cortez, montez, francez, portuguez* eram invariáveis em gênero: *lingua portuguez, molher francez*. Mas depois tomaram as formas comuns em *a*: *portugueza, franceza*. Todavia encontramos *pedrez, montez e cortez*. Os terminados em *ol* como *espanhol* eram assim mesmo invariáveis: *molher espanhol*. Muitos adjetivos apresentavam duas formas: *rudo, rude; aceito, aceite;* um ou outro nome também: *grudo, grude; bailo, baile*. A forma mais antiga foi em o e muitos vêem na terminação *e* uma influência provençal. *Ladro*, adjetivo, faz o feminino *ladra*. O nome *ladrom*, moderno *ladrão*, faz o feminino em *ona*: *ladrona*. Mas ùltimamente já o evita o uso e se faz comumente: *ladrão, ladra*. Os terminados em nasal *m*: *bom, comum*, seguindo as formas latinas *bonum, bonam; communum, communam* do vulgar e não do clássico, faziam regularmente *bom, bôa; comum, comũa*, assim como *ũu, ũa;* perderam depois a nasalidade: *bom, boa, comum, comua*. O mesmo se passava com *vacum, vacua, ovelhum, ovelhua* e até hoje, no Brasil existe *peru, perua; mu, mua;* e muito modernamente *zebu, zebua*. Isto nos leva a pensar que *ũu, ũa* passaram a *um, ũa* até os séculos XVI, XVII quando começaram a escrever-se *um, uma*, não por efeito da lábio-nasal ũ que provocou o aparecimento de outra lábio-nasal *m* (*uma*) como quer Leite Vasconcelos, mas foi exclusivamente efeito da ortografia apoiada na analogia com a regra geral da formação do feminino: acrescentar-se *a*: *um* + *a* = *uma*. Esta nossa suposição fundamentada nos fatos da língua não foi apreciada pelos seguidores cegos de Vasconcelos, mas, antes de nós já Ribeiro de Vasconcelos, Eduardo Carlos Pereira e depois o Prof. Julio Nogueira tiveram a mesma opinião. O mesmo Prof. Wiliams em seu livro "From Latin to Portuguese", quando trata do assunto ajunta: "ùnicamente nesta palavra". Mas é difícil aceitar uma regra fonética ùnicamente para uma palavra quando tôdas

as demais do mesmo tipo não seguem tal regra. Voltaremos ao assunto em seu próprio lugar.

Os nomes terminados em *on*: *ladron, leon varon, infançon* por acréscimo do *a* para o feminino, passaram a: *ladrona, leona, varona, infançona;* mas tornada intervocálica a nasal, passou a simples ressonância na vogal precedente, em muitos casos, desaparecendo mais tarde: *leoa, varoa, infançoa, leitoa* (*leitona*), *japoa* (*japona*). Persiste em *ladrona, bonitona, mocetona, grandalhona, chorona, comilona, simpaticona, etc.* Os adjetivos que se apoiavam nos da primeira classe latina: *germanus, germana; ancianus, anciana; vanus, vana; sanus, sana,* tomaram seu feminino regularmente em *ã* (an): *ermã, anciã, vã, sã,* passando o *n* a simples ressôo nasal: *anciana* = *anciãa* = *anciã.*

A formação do plural

O português arcaico continuou o latim vulgar, distinguindo o plural do singular pelo *s*, característica do acusativo latino plural: *casa, casas, dia, dias*. Quando terminavam em consoante, recebiam *es*: *molher, molheres; paz, pazes*. Se o nome terminava em *al, el, il, ol, ul* (*divinal, mantel, gentil, convinhavil, espanhol, paul*) pelo acréscimo de *es* se tornava intervocálica o *l*, seguindo-se a sincope de que resultava o plural: *divinaes, manteeis, gentiis, convinhaveis, espanhoes, paues*. Há que se distinguir entre os terminados em *il tônico* (*gentil, feminil*) e os terminados em *il átono* (*amável, réptil*): nos primeiros, com a sincope do *l* A*gentiles* = *genties*) dava-se a assimilação (*gentiis*) e conseqüente crase *gentis*. Nos segundos, *amábiles* = *amáveis* = *amávees* = *amáveis*, — davase também assimilação, mas em lugar da crase, vinha a dissimilação: *ee* = *ei*. A grafia nem sempre está de acôrdo com a fonética, pois, certamente pronunciando *perduráveis*, escreviam *perduravees* ou *perduraviis*. Até os dias de Gomes Eanes de Zurara, "Crônica da Tomada de Ceuta", se encontram *notavees, convinhavees, infiees* (*notaveis, convinhaveis, infieis*).

Umas tantas palavras mantém até hoje o *l* intervocálico, seja por influência erudita, seja para evitar confusões com outras: *males, meles,* (*méis*), *cales, consules, goles* (*heráldicas*). Os primeiros clássicos, v. g. João de Barros, escrevem *habiles, terribiles* (*Camões*), *estériles* por arcaismo ou por parecerem mais latinos.

Os nomes terminados em *s*, lògicamente, deviam ser invariáveis mas, a língua arcaica lhes dava flexão comum em *es*: *alférezes* (*alfereses*), *ouriveses, arraises, caises, pireses, simprezes* (*simpreses*), *coses, deuses*. Êste plural era uma das muitas influências provençais onde existia o chamado "plural de compensação" ou alargamento (Crescini — Manua-

letto Provenzale - pg. 89: *brasses, braces, meses, peisses, verses*). Se a língua moderna tornou a mantê-los invariáveis em número, há todavia *meses, deuses, coses* e o povo diz *peses* (*pés*), *poses* (*pós*). Na língua atual se ensina que *giz* é invariável, ou melhor, que não é usado no plural. Mas a dúvida está em que fazem terminar a palavra em *z*, o que naturalmente levaria a *gizes* como *paz, pazes*, quando pela etimologia do vocábulo a grafia correta é *gis* do árabe *jibs*. Se termina em *s* permanece o mesmo no plural.

A questão mais incerta na língua arcaica e vacilante ainda na atual é o plural dos terminados em ditongo nasal *ão*, então *am om*: os derivados do latim *onem* (*leonem*) eram escritos *on, om*: *leon, leom; coraçon, coraçom, consolaçom, questom, etc.*; os que procediam do latim *anum* (*manum, vanum*) eram escritos *an, am; man, man; van, vam; ancian, anciam;* entre as duas terminações deu-se completa fusão e tivemos a grafia *coraçam, devisam, bençam*. Os que procediam de *udine* (*multitudine*) passaram a *õe* (*multidõe*) a *om* (*multidom*) e depois a *am* (*multidam*). O resultado final foi que as três origens latinas: *anum, onem, udine* se tornaram uma só *am*. Por fôrça do acento tônico, a vogal nasal *ã* se ditongou em *ão*: *coração, multidão*. Se no singular a fusão era esta, pareceria fácil o plural, com o acréscimo de *s*. Mas não é assim: a formação do singular atua no plural como se vê em *canem* = *can* = *cam* = *cão* = *cães; multitudinem* = *multidoen* = *multidam* = *multidão* = *multidões; corationem* = *coraçon, coraçam* = *coração* = *corações*. Como a maioria procedia de *anum* (*manum*), *onem* (*leonem*) predominou o plural *ões*: *corações cidadões*. A tendência é de uniformizar-se todo o plural em *ões*: Mas até agora as exceções são muitas: *capitães, sacristães, capelães, aldeões, etc.*, deveríamos ter *capitãos, sacritãos, escrivãos, capelãos, aldeãos*. Por isto é que muitos dêstes nomes apresentam duas ou três formas no plural: *castelãos, castelães; cidadãos, cidadães, cidadões; vilãos, vilães; truões, truães; anciãos, anciães, anciões; ermitãos, ermitães, ermitões*. A palavra *donum* e seu plural *dona* deram: *dons, dõas, doas*. Como *donum* por apócope *don*, plural *dons*, também *sonum, son, sons; tonum, ton, tons*. *Bonum, bon, bons* seguindo a ordem natural deveriam ser *son, bom, bam, bãos*. Note-se que na fala rústica do Brasil e em outras dialetais de Portugal existe a forma *bão, bãos*, como *são* (*sanctum*). Diz o povo: *São Bão Jesus*.

Falso singular — Há formas plurais como *filhoses, eiroses, pioses, ananases* que levaram o povo a fazer um singular falso: *filhós, eirós, piós, ananás*, quando a língua arcaica sòmente conheceu o singular *eiró, iró, pió, ananá*. O plural deveria ser, pois, *eirós, irós, filhós, piós, ananás*

Singularia et pluralia tantum — Do latim tomou o português sòmente no singular os nomes de metais: *ouro, prata, ferro, cobre, etc.* Mas no plural os que indicavam coisas, objetos pares: *bragas, narizes*.

orelhas, algemas, e mais modernamente: *calças, ceroulas, andas*. Outros vocábulos de significação por assim dizer coletiva: *alvíçaras, entranhas, ameias, trevas, vésperas, Laudes, Matinas, Completas*, estas últimas da linguagem eclesiástica; *fezes, funerais, exéquias, esponsais, etc.*

Nomes compostos

A língua arcaica não apresenta muitas palavras compostas em que a moderna é muita mais rica. As mais comuns são: *rico-homem, ricomaz*, aumentativo do precedente; *ricadona* ou *rica-dona; filho dalgo, filha dalgo*, modernos *fidalgo, fidalga; avezimau*, infeliz, *avezibõo*, feliz, formados de *avis-mala, avis-bõa; sobressinal, sopapo, sonoite, sopé, algorrem, mau-preso, mal-ponto, pardelhas, pardês, ogano, oimais, ojemais, nemigalha, mal-preso, mal-centurado, mal-aventura, mal-tempo, mal-talan, mal-seco, mal-sem, bom-sem, mal-pecado, mal-grado, malpreço, mal-mundo, bom-grado, mal-dia, mau-dia, mau-ponto, malconselho, mau-conselho, mal-parado, mal-chagado, mal-aconselhado, mal-menado, mal-treito, malvaz, mal-querer, mal-andança, leixa-pren, mal-dizer, filigrés, etc.* Pelo que se vê, a maioria dos nomes compostos o são por justaposição, variando sòmente o último elemento: *sonoites, sopapos, fidalgos, avezibõos, avezimaus*. Quando estão os elementos unidos pelo traço de união, tomam plural os dois elementos se são nomes, adjetivos e substantivos: *ricos-homens, ricas-donas, maás-andanças*. Mas, se um dos elementos é advérbio ou verbo, permanece invariável: *leixa-pren, os leixa-pren, mal-chagados*. Nos tempos mais antigos da época clássica os compostos de preposição, v. g., *mestre de sala, pedra de raio, palha de trigo, maçã de cuco, sapo de concha* e outros, perderam a preposição e passaram a fazer o plural nos dois elementos. Assim, em lugar de *mestres de sala, palhas de trigo, pedras de raio*, tivemos *mestres-salas, palhas-trigas, pedras-raias, maçãs-cucas, sapos-conchos*. Note-se a curiosidade da atração genérica: o segundo elemento passou a concordar em gênero com o primeiro: *pedra-raia, palha-triga, maçã-cuca, sapo-concho*.

Os nomes: *avezimau, avezibõo*, o mesmo que infeliz, feliz, estão baseados na superstição das aves de mau e de bom agouro. *Pardês* e *pardelhas* são eufemismos para não repetir o nome de Deus, pois, a expressão era *Par-Deus, Par-Deuses*. A terminação *dês* por *Deus* vive ainda em dialetos de Portugal, desconhecida no Brasil.

O plural metafônico

A maioria dos nomes, substantivos e adjetivos, paroxítonos, com o *o* tônico, fechado, ao fazer o plural, alteram o timbre da vogal tônica, fazendo-a aberta: *ôvo, óvos; pôvo, póvos; nôvo, nóvos; lôyo, lóyos, etc.* A

metafonia está baseada no feminino singular, — *óva, póva, nóva, lóya* — provocada pela terminação *a*. Em regra geral, pois, quando se tenha dificuldade para saber o timbre do *o* no plural, recorre-se à forma do feminino. Outros exemplos: *pôço, póça, póços; trôço, tróça, tróços; tôro, tóra, tóros, etc.* Há exceções, porém: *sôgro, sógra, sôgros.*

E' claro que, se não houver feminino já não se poderá ter tanta segurança no timbre do masculino plural, por faltar-lhe a base. A analogia será então o guia: *carôço, carôços* ou *caróços; gôsto, gôstos; ôlho, ólhos, etc.* Quando ao ó o tônico segue nasal, a língua arcaica e a do Brasil mantinha e mantém o timbre fechado: *trôno, trônos; adôrno, adôrnos; pômo, pômos, tômo, tômos.* O tipo oficial de Portugal, em geral, mantém o timbre aberto: *trónos, adórnos, pómos, tómos.*

Adjetivos numerais

O numeral 1 *foi hũu, hũ; hũa.* A forma *uma* é posterior ao período arcaico, *2* = *dous, dois.* A derivação que fazem do clássico *duos, duas* não nos parece aceitável: por causa do hiato, o acento passou à segunda vogal: *duós,* dando-se depois a absorção regular *dôs.* A ditongação veio em seguida em conseqüência do mesmo acento: *dous* que se alterna com *dois.* Pela ditongação o mesmo se passou com *sto* = *estô* = *estou; do* = *do* = *dou; sum* = *som* = *sou.* A fôrça muscular, representada pelo acento, produz a ditongação. Leite de Vasconcelos (Lições — 30') supõe **doos,* o que vem conformar-se com nossa suposição, pois, se existira *doos,* o valor seria o mesmo que *dôs,* pelo costume gráfico de representar a vogal tônica pela geminação. O feminino *duas,* assim, é derivado do feminino *duas* que era comum ao latim clássico e vulgar. O numeral *3* só tinha uma forma *três* porque o neutro *tria* já havia desaparecido no latim vulgar. Quatro, provindo de *quattor,* por metátese da vibrante, prevàvelmente teve a pronúncia *catro,* como no galego *catro,* embora a grafia não o ateste, como se deu com *canto, cantidade, coresma.* Assim se explica *catorze* até hoje frafado *quatorze, cartola* (*quartola*), *catropiscos* (*quatropicos*), *catrâmbias* (*quatrambias,* redução popular de *quatro cambias*), *etc.*, O clássico *quinque* havia se transformado no latim culgar, em *cinque,* dando-nos *cinco* com esta terminação analógica a *quatro.* Os demais *seis, sete, oito, nove, dez,* procedem normalmente de *sex, septem, octo, novem, decem* segundo as leis fonéticas conhecidas. *Onze* de *undecim,* vulgar e os seguintes *doze* (*dodecim*), *treze* (*tredecim*), *quatorze* (*quattordecim*), *quinze,* (*quindecim*)*;* mas *dezaseis* de *decem ac sex* e não de *sedecim,* que haveria de dar *seze,* mas que não encontramos em documentos de nosso conhecimento. Os demais *dezassete, dezoito, dezanove* regularmente de *decem ac septe, decem ac octo, decem ac novem.* Muitas vêzes os elementos estão separados: *dez e seis, dez e sete, dez e oito, dez e nove.* Esta série paralela à primeira provém de *decem*

et sex, decem et septem, decem et octo, decem et novem. Até nossos dias ambas são empregadas, preferindo o povo a primeira à segunda que é mais literária. *Dezoito* mantém no vulgar o timbre aberto de *ó*, resultado de crase: *dezooito, dezóito;* mas os demais citadinos dizem *dezôito* sob a influência de *oito*. E' de notar que o povo segue dizendo *óito, dezóito, vintóito*. O latim vulgar conheceu as formas *viinti, vinti; triinta, trinta* que nos deram *vinte, trinta*. Por mudança de acento Grandgent supõe as formas *quadráinta, cinquáinta, sexáinta, settáinta, octáinta, ottáinta, nonáinta, nováinta,* donde as nossas *corenta,* hoje *quarenta, cinqüenta, sessenta, setenta, oitenta, noventa*. De *centu* tivemos *cento* que tanto valia como substantivo ou adjetivo, com a forma apocada, em próclise, *cen, cem,*. O que hoje escrevemos *duzentos, trezentos, etc.* aparece muitas vêzes *dois centos, três centos* como no vulgar latino *dui centu*. De *mille* por apócope *mil* e do plural clássico *milia* se substantivou em *milha*. De *miliarium, milheiro*. Com o sufixo *enta, milhenta, milhento*. De *miliariu* fez-se *milhar,* porém, da língua literária. *Milhão,* desconhecido no arcaico é empréstimo italiano de *millione*. *Conto* de *comptu* foi de grande uso até na língua moderna. *Ambos, ambas* aparecem no Cancioneiro da Ajuda e foi mais tarde seguido de *dois*: *ambos dois, ambos e dois*. Na língua clássica *ambos os dois, ambos de dois, ambos a dois*. Compostos: *antrambos, antrambas, entrambos, entrambas*.

Ordinais

Grandgent é de opinião que os ordinais não estavam em grande uso no latim vulgar, com exceção dos cinco primeiros. Assim temos *primo* (*primum*), *segundo* (*secundum*), *terço, terça* (*tertium, tertiam*), *quarto* (*quartum*), *quinto* (*quintum*), *sexto* (*sextum*), *sétimo* (*septimum*), *oitavo* (*octavum*), *nono* (*nonum*), *décimo* (*decimo*) Têm todos, como bem notou J. J. Nunes, carácter literário ou semiculto. Ao lado dêstes, encontramos *primeiro* (*primarium*), *terceiro* (*tertiarium*), *quarteiro* (*quartúrium*), *quinteiro* (*quintarium*) e as formas *seisto, seistimo, seismo, sesmo,* provàvelmente do latim **seximum*. Paralelo a *sétimo,* havia *sêitimo;* a *nono, nona, nôa*. De decimo fêz-se *dizima, dizimo* substantivos. De *póstumus e posterus* fizeram-se *postumeiro, postreiro*.

Distributivos

Como no latim terminavam em *enum*: *septenum, novenum* — tinha o português *trezeno, dezeno, onzeno, noveno, novão*. A língua fêz de *trezena, novena, dezena, centena, quinzena, vintena,* substantivos. De *dozena* parece a Nunes que se tenha feito *dôzia, dúzia,* com alteração

do acento sob a influência de *doze*. *Senhor, senlhos, sendos,* variações de *singulos* são muitos empregados na língua arcaica, com a significação de *a cada um*. Em lugar dos modernos *duplo, triplo, quádrupulo,* dizia a língua arcaica *dobro, tresdobro,* ou *dois tanto, três tanto, quatro, tanto,* mantendo invariável *tanto* que só mais tarde passou a plural. Para *cêntuplo* havia *cem dobro*. De *ternum* havia *terno* e o derivado *atrenado, i.e.* aternado, que não se deve confundir com *alternado,* de *alter*.

Fracionários

De muito pequeno uso: *meo, têrço, quarto, quinto, sexto, etc.* Outras vêzes, com a palavra *parte* subentendida, *a quarta, a sexta, a sétima*. *Meiadade, meetade* empregavam-se pela moderna *metade*. *Em lugar* do atual *doze avos, onze avos* que, segundo Adolfo Coelho provém de *doze, onze + avos* da terminação *avo* de *oitavo,* diziam *inzáo, dozáo; quinhon, quinhão,* a quinta parte de alguma coisa, parece ser castelhana. Outras formas: *terçã, quartã, quintã* que logo se substantivaram: *o quinhão, um quinhão; a terçã, a quartã* eram também nomes de febres que tinham suas crises de três em três dias, de quatro em quatro, etc., do latim *quartana, quintana*.

Artigos

Distinguem-se como nas demais línguas românicas, duas classes de artigo: definido e indefinido. O primeiro relacionado com o pronome átono da terceira pessoa, *illum, illam;* o segundo com o cardinal *unum, unam*. A forma imediata foi o acusativo *illum, illam*. Por sua posição proclítica, perdeu tôda e qualquer acentuação possível; como se passava com as palavras em próclise, deveria dar-se a apócope; mas, das duas vogais, sendo a última mais forte, deu-se a aférese: *illum = illo = ello = lo; illam = illa = ella = la*. Quando, em frase, vinha o artigo precedido de outra palavra, como *de lo livro, de la pena,* quase sempre grafados conjuntamente: *delo livro, dela pena,* — se encontrou o *l* entre duas vogais e se sincopou, dando-nos a última evolução fonética: *o, a*.

Em documento mais antigo predominaram as últimas formas, *o, os, a, as;* mas uma ou outra vez encontramos as primitivas *lo, los la, las*: "E quen vos pois vir *la saya* molhada" (Canc. da Bibliot. Nac. — 1069). "Vós avede'*los olhos verdes* (Idem — 10.2) — "Deus *lo* sabe" (Idem — 25 - v. 15). Em combinação com outras palavras são muitos os casos: *en todollos dias, solo verde pinho, polo ascuytar, may-los amigos que no mundo son, poy-lo dona seu amig'ouer, e direyvo-la gran coyta, etc.* Na língua moderna, quando ao infinito se segue o artigo em função pronominal, reaparece a forma *lo, la*: *amá-lo, amá-la; chamá-los, conhecê-las*.

Discute-se até hoje a origem do artigo *el* e entre tôdas as opiniões, parece-nos que a mais certa é que seja de origem castelhana. Sòmente se encontra nas formas consagradas *el-rei, el-conde*. Quando as formas *lo, la* eram precedidas de nasal a assimilação era dominada por esta nasal: *en* + *lo* = *enno; en* + *la* = *enna*. Em nossos dias fazemos o mesmo: *dão-o* por morto = *dão-no* por morto; *amam-o* = *amam-no*. No arcaico são correntes as expressões: *quenno, benno* ou *queno, beno*, i.e. *quen* + *lo*, *ben* + *lo*.

Artigo indefinido

Até os tempos clássicos e muito depois ainda, as únicas formas do artipo indefinido eram *ũun, hũ, hum, hũa, ũa*. Nos últimos tempos, já nos albores do romantismo, começou a aparecer, no feminino, *huma, uma*. Para explicar a dita forma *uma*, deu Leite de Vasconcelos como causa a bilabial nasal *ũ* que provocou o aparecimento da bilabial *m*: *ũa, uma*. Tal explicação fonética é admitida pela maioria dos tratadistas portuguêses e dos brasileiros que lhes fazem eco. Uma pequena minoria, porém não se convenceu de tais argumentos, já em Portugal, já no Brasil. Entre êstes estamos incluidos desde a publicação dos nossos elementos de gramática histórica, publicados sob o nome de "Páginas Flóridas", dedicadas ao programa na IV série ginasial, em 1938. Repetimos a nossa opinião mais desenvolvida em nossa tese de concurso à cadeira de Filologia Portuguêsa da Universidade de S. Paulo, o "Auto das Regateiras de Lisboa" — 1939 (1.ª edição) e em 1945, nas duas tiragens feitas em Lisboa, pela editora "Pro-Domo-' Quem mais se salientou neste assunto foi o Sr. Joaquim da Silveira, na "Revista Portuguêsa de Filologia", vol. I — tomo II, pg. 31. Apresentou, para provar a teoria de Leite de Vasconcelos, as palavras *ascuma, verruma, cabruma, jejumar* que se baseiam em *ascuna, verruna, capruna, jejuna*. Já Leite de Vasconcelos (Revista Lusitana — IV — pg. 40), tratando dos dialetos alentejanos, fêz referência, não a *jejumar*, mas a *jumar*: "A forma alentejana *jumar, de *jejunare* (i.e. *j'juar = *jũar = *jumar) é outro comparável a *uma*. "Achamos que todo o bom esfôrço do Sr. Joaquim da Silveira não conseguiu provar o que desejava, deixando-nos muito mal convencidos. Vamos percorrer e discutir todos os casos apresentados. Começa por desconhecer a origem de *ascuma*: isto é muito importante porque, se fôr empréstimo como parece ser, foge às regras fonéticas, se tardiamente entrou na língua portuguêsa. A mais antiga forma aduzida é *ascona* que passou a *ascuna* e por que passou? explica J. S.: para evitar as duas últimas sílabas de sentido pejorativo. E como prova isto? por outra hipótese de si mesma inexistente: *ascona* passou a *ascuna* como *chacona* passou a *chacuna*. Onde a prova? Cita uma alcunha do século XIII... Ora, Gil Vicente, que é do séc. XVI, emprega correntemente *chacona*

em peças representadas na côrte, na presença do clero, sem que se lembrasse alguém de exigir do dramaturgo a alteração fonética da palavra por melindres de orelha pudica. Há mais ainda: se *ascona* passou a *ascuna* e finalmente a *ascuma*, (opinião do articulista), deveríamos ter a mesma série em *chacona, chacuna, chacuma*. Foi assim? Não! Desde Gil Vicente é que se dizia e se continua a dizer *chacona* sem comprovação de *chacuna* e muito menos de outras formas. Na série de *ascona, ascuna, ascuma* falta a intermediária *ascũa* que é mais importante, pois, só desta é que se poderia passar à última. Tal forma ainda não apareceu nem foi documentada pelo articulista. *Verruma* está nas mesmas condições: qual a sua origem? Presume o Dr. Silveira Joaquim que venha de *veruna* por *veruina*. E' mera suposição desacompanhada de provas. Contra temos várias objeções: como explicar a reduplicação da vibrante? ainda que admitimos, só para raciocinar, o étimo latino *veruina*, sendo acentuado o *i*, como o é em *ruína*, de que tiramos *ruím* e não *runa*, daria, quando muito, *veruína* ou *veruím*. A palavra conta quatro sílabas: *ve-ru-i-na* segundo o ensino de Forcellini: "Vox quattuor, non tribus syllabis enuntianda, quem sit a veru". Mas seja lá como fôr, não encontramos na língua as formas *verruna, verrũa*. Como explicar *verruma?* Os que admitem que *hua* passou a *uma* por efeito de ortografia, fàcilmente fazem entrar na lista *verrũa, verruma*: ainda que escrita *verruma* era pronunciada *verrũa* ou *verrum-a* e só depois é que o mero ressôo nasal passou a bilabial e se dividiu a palavra diferentemente: *ver-ru-ma* quando antes era: *ver-rũ-a*. O adjetivo *cabruma* não aparece nos documentos do idioma; o que temos é *cabrũa, cabrua*: "As peles *cabrunas* (leia-se *cabrũas*) com que se cobriam é como diz Luiz Marinho de Azevedo, no "Auto de Lisboa", pg. 185 "Pedimos a V. A., que non dês alvarais para poderem carregar *cabrua* "apud" "Dicionário de Morais". A forma *cabruna* é espanhola. Na língua do Brasil, que é do tipo arcaico, tal palavra não existe. Dizemos sempre *cabrum, cabrua,* como *vacum, vacua*. Nesta altura, toca o Sr. Joaquim da Silveira na palavra *lacuna* que, por seguir as demais, deveria apresentar a série: *lagũa* (ou *lagõa*), *laguma* e, não obstante, permaneceu apenas *lagoa*. O verbo *jejumar* ou *jumar* como parece o certo, é outro desconhecido na língua geral e na que nos veio para o Brasil. Dizemos apenas *jejũar, jejuar*. Madureyra Feyjó não conhece outras formas nem tão pouco as trazem os dicionários mais completos. Gostaríamos que o Sr. J. da Silveira nos desse a forma *jejuma* do latim *jejuna*. O que temos é sempre *jejum* e *jejua*. Vem a vez do verbo *debrumar* desconhecido no Brasil: só dizemos *debruar, debruado*. Os dicionários mais modernos e mais completos, como o de Morais, em última edição, não se referem a *debrumar* e muito menos a *debrumado*. Mas o caso destrinçador seria êsse de citar-nos o articulista a forma *debruma* que seria a última da série: *debrũa, debruma* (substantivo) como de *ũa* veio *uma*. Como fecho de tôdas surge *perruma*. Mas quanto a

esta, o mesmo autor está em dúvida, quanto mais nós! Eis as suas palavras: "Hesito em meter nesta lista o alentejanismo *perruma*, variante *parruma*, pão de farelos ou de sêmea para os cães. Êste têrmo, só recolhido no século XIX, e de uma Província bastante penetrada pelo vocabulário do país vizinho, parece-me mera adaptação do sinônimo espanhol *perruna* (derivado de *perro*, cão, palavra de acentuado cunho espanhol, etc)". Muito antiga é a afirmação de que *lua*, deu, na Madeira, *luma* e que também em galego existe *luma*, *luminha*, exemplificada esta última forma numa poesia de Rosalia de Castro. Como refôrço da *luma* madeirense, saiu-se o Dr. Neiva com a sua, tendo ouvido tal maneira de dizer em Mato Grosso. Canuto Urbano Soares dá-nos, numa série de quadrinhas da Madeira, um exemplo: "Põe-se o sol, nasce a *luma*,/ Reverdecem as flores; /Só eu vim a êste mundo/ Pra dar honra aos mês amores". (R. L. XVII — pg. 145). Em nota acrescentou: "*Lua*. Pronuncia-se *lu-ma*, que rima com *verruma*." Mas o mesmo colecionador dá-nos outra quadrinha: "E's o sol, eu sou a *lua*./ Qual é o que estima mais?/ As rosas pelas janelas,/ Os cravos pelos quintais" (pg. 143). Quer dizer que, na Madeira, a pronúncia *luma* é esporádica, sendo corrente a comum da língua, *lua*. O testemunho de Neiva deve ser posto de quarentena: o livro dêle, "Estudos da Língua Nacional" é um tal repositório de erros que faz rir ao mais principiante em lingüística. Não devemos levá-lo em conta: se errou em tudo o mais, porque deveria acertar neste ponto? Restam os versos de Rosalia de Castro: quando estivemos na Universidade de Santiago de Compostela, tivemos o cuidado de procurar explicações com os que sabiam galego e foi-nos dito que *luma*, *luminha* estão por *lume*, *luminho*, por influência de *lume* e não por evolução normal de *lua* em *luma* porque o galego até hoje diz *ũa*, escrevendo até *unha*, isto é, *un-a*, servindo o h de obstáculo a que possa alguém pronunciar, como em castelhano, *una*. Dêste mesmo recurso gráfico nos valíamos, ao tempo da ortografia mista, para distinguir *saia* e *sahia*, *caia* e *cahia*. E vem aqui esta pergunta muito ingênua: se, em galego, *lũa* passou a *luma*, porque o artigo *ũa*, que se encontra nas mesmas condições fonéticas, não passou a *uma?* Por que, num caso, aceitam a evolução e a rejeitam no outro? Não podemos compreender que uma regra fonética, dentro dum mesmo idioma, numa mesma época, apresente tratamento igual a êste.

O insigne filólogo português Epifânio da Silva Dias, na edição comentada das "Obras de Chhistóvão Falcão" — Pôrto — 1893, pg. 94, assim se expressa: "Na representação da nasalação de vogal seguida de outra vogal, escrevia-se, às vêzes, por descuido, o *n* ou *m* depois da primeira vogal, o que pode levar e tem levado a supor-se a existência de uma pronúncia que, de fato, não existia. Assim encontra-se por exemplo: *lumar* por *lũar* no Canc. de Resende II 568, 23; *bona* por *bõa*, *cabruna* por *ca*-

brũa, *donas* por *dõas*, *componer* por *compõer* no Elucidário de Viterbo: *venir* por *veĩr* no mesmo "Elucidário" (na palavra *Babilom*)". Vê-se por estas palavras de Epifânio que *lumar* está por *lũar*, êrro gráfico de que poderia resultar o êrro fonético. E' isto precisamente o que defendem muitos autores que não aceitam a explicação fonética de Leite de Vasconcelos: tanto no madeirense *luma* como no galego de Rosalia de Castro *luma*, *luminha*, o que houve foi questão gráfica e não fonética. Isto se não se quiser aceitar a explicação dada pelo professor a que consultamos em Santiago e acima referida, influência de lume, lumaréu, etc. O mesmo insigne filólogo Epifânio da Silva Dias, na "Introdução" à edição crítica do "Esmeraldo de Situ Orbis" de Duarte Pacheco Pereira, pg. 11, escreveu ainda: "Não respeitando a ortografia primitiva, os copistas, regularam-se pela pronúncia do seu tempo e confundiram o *c* com o *s*, e o *z* intervocálico e final, e também em vez de *hũa* escreveram *huma*, grafia correspondente a uma pronúncia ainda de todo desconhecida no século XVI". Por estas palavras vê-se que embora escrevessem *huma*, *a pronúncia era hũ-a* ou *um-a* e não *u-ma*. No século XVIII continua a mesma doutrina: Madureyra Feyjó — "Ortographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com acêrto a Língua Portuguêsa" — Lisboa — 1734 — e citamos pela sexta edição, Lisboa — MDCCCII — assim se expressou: "Entre as pessoas sábias, e doutas se alterou a dúvida, se esta palavra *huma* se havia de pronunciar ferindo com o *m* o *a*, dêste modo *hu-ma*, ou unindo o *m* ao *hu*, e separando o *a* dêste modo: *hum-a*. E como a dúvida passasse a teima, fui consultado para a decisão; e respondo: que por uso se pronunciava do primeiro modo, mas que pelo rigor da arte se devia do segundo, por duas razoens: a primeira he, porque a palavra *huma* compõe-se de *hum*, acrescentando a partícula *a*: assim como *boma*, na opinião dos que a pronunciam com *m* compõe-se de *bom*, acrescentando a partícula *a* para o gênero feminino. E se ninguém pronuncia *bo-ma*, ferindo com o *m* o *a*, também não devemos pronunciar *hu-ma*, ferindo do mesmo modo. O mesmo se vê na palavra *alguma* derivada de *algum*, que melhor se pronuncia *algum-a*, do que *algu-ma*. A segunda razão, a que não ouvi resposta, he, que são muitos, ou todos, os que doutamente escrevem *hũa*, e *algũa* com til por cima do *u* suprindo o *m*; mas assim he, que o til nunca fere na pronunciação alguma vogal: logo he certo que nas palavras *huma*, e *alguma* o *m* não fere a vogal seguinte, e deve pronunciar-se *hum-a*, *algum-a* ou se escrevam com m ou com til. (pg. 81).

Com estas citações entramos na segunda teoria que se resume em explicar o aparecimento da bilabial *m*, não por evolução interna, por assimilação produzida pela bilabial nasal *ũ*, mas por efeito ortográfico: no comêço, embora se escrevesse *huma*, não se pronunciava *hu-ma*, e sim, *hum-a*; depois, por influência da grafia, apareceu a maneira atual

de dizer *hu-ma*, *u-ma*. Tal explicação, dada já por Madureyra Feyjó, por Epifânio da Silva Dias, aparece no primeiro compêndio de gramática histórica, a do Padre Ribeiro de Vasconcelos — "Grammatica Historica da Lingua Portuguesa" — Lisboa — 1904 — mas escrita em 1900. Na pg. 36 está: "Consideremos o pronome *unum*, *uno* — ũu — u, que se escreve *um;* femin. *una-ũa*, representada esta forma pela graphia *uma*, em que a letra *m* não se pronunciava como consoante, mas servia apenas para, em substituição do *n*, indicar o som nasal do *u*. Veiu tempo em que na pronúncia desta palavra se fez corresponder um phonema à letra *m*, formando syllaba com a vogal seguinte, e hoje, em vez de se dizer *um-a* (= *ũa*), diz-se *u-ma*. Em parte do país ainda se diz, *ũa*, *algũa*, *etc*". (pg. 36). Para êste historiador da língua a origem, pois, de *uma* foi apenas conseqüência da grafia e não da fonética. Durante muito tempo, embora escrita *uma*, era pronunciada *ũa* ou *um-a* e só mais tarde é que se produziu a confusão, dando-nos o atual *um u-ma*. Tem muito fundamento o que diz êste autor porque ninguém pode negar as influências da grafia na pronúncia de muitas palavras. Até os tempos clássicos se escreviam *dino*, *benino*, *malino*, mas depois, para aproximar-se do latim, *digno*, *benigno*, *maligno* sem que a gutural *g* fôsse pronunciada. Hoje pronunciamos todos essa gutural que era apenas escrita antigamente e não só a pronunciamos, como se vai formando entre a gente menos ilustrada, sílaba especial nos verbos *dignar-se*, *indignar-se*, *dedignar-se* que conjugam: *eu me indiguino*, *tu te indiguinas*, *êle se indiguina*, *etc*.

O ensino dos gramáticos brasileiros é o mesmo: Eduardo Carlos Pereira, em sua "Grammatica Historica" — S. Paulo — 1915 — sustenta a mesma origem gráfica do fenômeno:" "A pronúncia *uma*, dando-se valor literal ao *m*, é um caso curioso de influência da ortographia sôbre a prosódia: *ũa* era a grafia archaica, que representava fielmente, a pronúncia ainda hoje conservada pelo povo; a mudança da graphia para *uma* determinou, entre as pessoas cultas, a mudança da pronúncia. Por analogia formaram-se os pluraes — *uns*, *umas*, que faltavam ao latim. (pg. 172 — 6.ª) — João Ribeiro, o mais completo filólogo nosso, o mesmo que muitas vêzes apresentou correções ao ensino de Leite de Vasconcelos, em sua "Grammatica Portuguesa", curso superior, admite a mesma explicação: "O artigo indefinido *um uns*, *uma*, *umas*, deriva do latim *um-unum*. A troca do *n* em *m* (*una-uma*) é um vício gráfico que se generalizou, dando *m* como letra de terminação. O regular era escrever, como sempre foi, ũ, ũa". (pg. 27 — 25ª ediç.).

O mais moderno historiador da língua, Prof. Jucá Filho, em sua "Gramática Histórica do Português Contemporâneo" admite a mesma explicação gráfica: "O *m* pontifical apareceu tardiamente e não se pode bem explicar; no galego diz-se "*unha* = *ũa*" até hoje. Houve, talvez, in-

fluxo ortográfico de *m*" (pg. 513). O Prof. Otoniel Mota, uma das autoridades indiscutíveis em assuntos históricos, em seu bem conhecido livro "O Meu Idioma", pg. 39 - 4.ª ediç., escreveu: "O articular indefinido *um* procedeu regularmente do latim *unum;* mas no português arcaico êle se grafava *uu* e se pronunciava como dissílabo. A forma feminina *uma* é moderna; a formação antiga era *ũa,* que se pronunciava como ainda o faz o nosso caboclo, apenas nasalando o *u,* do mesmo modo que *lũa*". Não fala de evolução alguma interna nem faz referência às explicações de Vasconcelos, o que nos leva a pensar que não lhes dava a sua participação, admitindo que a forma moderna seria conseqüência gráfica de acôrdo com o mestre dêle, Carlos E. Pereira. A tôdas estas autoridades junta-se ainda a de Júlio Nogueira, professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que está pela mesma origem gráfica da atual pronúncia e não pela famosa labialização provocada pelo *u* nasal. Já o predecessor seu, na mesma cátedra, o falecido Prof. Dr. Alfredo Gomes, em sua "Grammatica Portuguesa" — 12.ª ediç. — Livraria F. Alves — Rio — 1920, na pg. 261, assim escrevia: "Quanto às formas masculinas, a contração de *ũu* em *ũ* e a restituição escrita da nasalização por um *m* explica o tipo actual *um,* o feminino *uma* por *una* e o plural analógico *uns*". Admitia, portanto, que a causa da forma *uma* tinha sido gráfica: "a restituição escrita da nasalização por um *m*". Entre os conhecedôres da formação histórica do nosso idioma bem poucos poderão emparelhar-se com o norte-americano Edwin B. Williams, professor de filologia românica na Universidade de Pensylvânia, autor da melhor gramática histórica que possuimos: "From Latin to Portuguese" — Philadelphia — 1938. Tratando dêste problema fonético, escreve muito de propósito, depois de citar a explicação de Leite de Vasconcelos: "But this happened only in *unam* (and its derivates). It was brought by the intensification and preservation of the nasal in the earlier form ũa through of the masculine form *um*" (pg. 72) Notamos dois aspectos bem decisivos, decorrentes destas palavras: primeiramente, o advérbio *only,* ùnicamente: tal fenômeno só se teria dado nesta única palavra *ũa* e é justamente por isto que não é admissível tal explicação de Leite de Vasconcelos porque não se aplica às demais que se encontram nas mesmas condições fonéticas. Uma regra de fonética histórica, que assim se apresenta, não serve: ou aplica-se a tôdas as formas iguais, nas mesmas condições fonéticas, ou não é regra. Já vimos no decorrer dêste estudo que tal aplicação não é possível e por isto diz muito bem Williams *only* ùnicamente, reconhecendo que falha em tôdas as demais. Outro aspecto é afirmar o professor norte-americano que a forma *uma* é conseqüência da masculina um (through of the masculine form *um*), o que vem a dar na mesma teoria gráfica.

Como remate final de tôdas estas teorias e autoridades citadas e discutidas, temos que o feminino *uma* derivado de *um,* sem desprezar a

causa ortográfica, abre caminho a outra explicação já insinuada por Madureyra Feyjó, quando escreveu: "...porque a palavra *huma* compõe-se de *hum*, acrescentando a partícula *a* para o gênero feminino". Esta foi sempre a nossa explicação: não temos necessidade de ir buscar ao latim *unam* a fonte etimológica de *uma*: basta *unum* para o masculino *um* e depois aplicação da regra da língua para a formação do feminino de palavras terminadas por vogal: acrescentar *a*: *um, uma*. Esta maneira de resolver o problema tem aplicação a tôdas as línguas românicas onde o indefinido pode assim ser formado. E' tão simples o método que, por isso mesmo, espantou a todos os que só se contentam com largas e complicadas explicações. Assim, continuamos a reputar insuficiente a explicação de Leite de Vasconcelos, mantendo a hipótese da formação de *uma* dentro das regras comuns do gênero em português, reforçada com a possibilidade muito aceitável de ter influído também a questão ortográfica.

Demonstrativos

Os demonstrativos portuguêses, de maneira especial quando empregados em função pronominal, são os que mais fielmente reproduzem as formas latinas vulgares, com a nota especial de haver conservado o gênero neutro. A mudança maior foi a referência dos demonstrativos ao lugar ocupado pelo interlocutor: *iste* substituiu *hic* não mais empregado no vulgar; entre *iste* e *ipse* (*êste, êsse*) até hoje, embora a gramática lògicamente haja estabelecido as referências, nem sempre as observam na prática. Como já estava em uso no vulgar, as partículas de refôrço demonstrativo *ecce, eccu, atque, ac*, se combinaram com as formas pròpriamente adjetivas bem conservadas pelo galego-português. A metafonia encarregou-se de não poucas alterações; a língua fez uma seleção destas formas, passando a ser mais ágil instrumento de expressão.

O quadro completo dos demonstrativos é o seguinte:

M — *iste* — *êste*	*ipse* — *êsse*	*ille* — *êle*
F — *ista* — *esta*	*ipsa* — *essa*	*illa* — *ela*
N — *istud* — *êsto*	*ipsud* — *êsso*	*illud* — *êlo*

M — *accu* — *iste* = *aqueste*	*acc* — *ipse* = *aquesse*	*acc* — *ille* = *aquele*
F — *accu* — *ista* = *aquesta*	*acc* — *ipsa* = **aquessa*	*acc* — *illa* — *aquela*
N — *accu* — *istud* = *aquesto*	*acc* — *ipsud* = **aquesso*	*acc* — *illud* = *aquelo*

As formas neutras *êsto, êsso, aquêsto, aquêsso, aquêlo* passaram a *isto, isso, aquisto*. A língua clássica eliminou *aquisto, aquisso*. Para

a forma *aquisso* há uma afirmação de Leite de Vasconcelos (Lições — pg. 57 — nota 5. "Existe em Tras-os-Montes (Moncorvo, por exemplo): *d'aquisso*, por *quisso, etc*". Em *isto, isso, aquilo*, primitivamente *esto, esso, aquelo*, há de de se levar em conta a metafonia exercida pelo *o* final que tem o valor de *u*: o valor fechado desta vogal final fechou também o timbre do *e* até *i*. Sob tal influência metafônica, as formas *esto, esso, aquelo*, passaram, pois a *isto, isso, aquilo*. Não se verificava o mesmo em *elo* que deveria dar *ilo* porque as formas *êle, ela* com suas funções exclusivas de pronome pessoal, fizeram que *elo* desaparecesse da língua por não ter mais função própria. Assim como em próclise *êle* se reduz a *el*, também *aquêle*, na mesma posição, passou a *aquel*. Mas no plural, *aqueles*, houve síncope da vibrante, — *aqueis* — que até hoje se ouve em certos dialetos do Continente. A forma *êlo, ello*, é muito comum em Zurara (Crônica da Tomada de Ceuta): "E fallando sobre *ello* huua vez disse assi"... tanto que elRey ouvesse lugar para *ello* — e por *ello* tem os velhos mestres em costume".

O antigo sufixo *met* (*egomet*) passou, no latim vulgar a prefixo (*metipsum* — Grandgent — L. V. § 24) e através de *metipse* =* *medesse* nos deu *medês* com a apócope normal. Era invariável em gênero (*medês propheta, medês ordem*), fazendo o plural *medeses* (*medeses horas*). Veja-se Nunes — Gram. Hist. — pg. 248 e notas. Outra combinação do vulgar latino era *metipsimum* de que recebemos através de *medesmo*, *meesmo*, moderno *mesmo*, que tinha a mesma significação de *medês*. Do vulgar *altru, altra* e não do clássico *alteru, altera*, com a vocalização da vibrante se fêz *outro, outra*. Encontramos as combinações *estoutro, essoutro, aqueloutro*; por sua formação justaposta, acontecia tomar plural sòmente no último elemento: *estoutros, essoutros, aqueloutros*. De *essoutro*, resultou por aférese *soutro, soutra* que é corrente na fala vulgar do Brasil. Em uma página de Péricles de Morais, escritor regional do Amazonas, se pode ler: "*Soutro* dia fuizinho arriscar uns cobres duma partida de cacau em Óbidos. . (apud Silveira Bueno — Páginas Floridas — 4.ª série, pg. 115). Com referências indefinidas e só a pessoas há *outrem* que antes se classifica entre os pronomes indefinidos que demonstrativos. Pensa-se que teve acentuação oxítona *outrém*, mas, sob a analogia com *outro*, deslocou-se o acento para a penúltima: *ôutrem*. Pertence a uma formação analógica com *alguém, quem*. Afirma Nunes que existiram as variantes *outre, outri outrim* (Gram. Hist. pg. 250) e Garcia de Diego (Gram. Hist. Gal. — pg. 101) que foi, certamente, a fonte informativa, as dá como correntes nas "Cantigas".

De *tale*, por apócope regular, recebeu a língua *tal*, quase sempre usado com *a* prostético: *atal*, — uso que veio até os tempos clássicos. Pode-se combinar com *outro*: *taloutro* ou *tal outro*.

Possessivos

Nos possessivos há duas séries, uma mais completa que outra, que tiram sua origem da posição *proclítica* ou *enclítica* relativa ao substantivos. As primeiras, sem acentuação própria, foram reduzidas a monossílabos: *ma, ta, sa;* as segundas, conservando sua acentuação, se mantiveram completas: *minha, tua, sua.* Tais diferenciações saem do latim vulgar como nos ensina Grandgent (§ 387). A correspondência há de ser, pois, esta:

Meu/meum-mou	*Ma/mea*	*Minha/meam*
*Teu/*teum-tou/tuum*	*Ta/tua*	*Tua/tuam*
*Seu*seum-sou/suum*	*Sa/sua*	*Sua/suam*

A origem de *meu* é normal; a de *teu, seu* é analógica ao primeiro; há muita probabilidade de que já o latim vulgar se empregavam tais formas analógicas *teum, seum,* de maneira que a formação analógica não se passou em português, mas no latim vulgar. O latim *mea, tua, sua,* em próclise, perdendo sua acentuação própria, determinou a absorção de *e,* a, donde as formas portuguêsas, ou melhor, românicas também proclíticas *ma, ta, sa.* A língua arcaica conheceu e foi de largo emprêgo nos Cancioneiros *mha* com o *h* representando *i.* As formas *minha, tua, sua,* originárias de *meam, tuam, sua,* em ênclise, por causa da acentuação conservada, foram as únicas a passar para a língua moderna. Assim devemos distinguir entre *mea mater* (*mha madre, ma madre*) *e mater mea* (*madre mïa, madre minha*). A suposição de que o latim vulgar conhecia as formas *teum, seum* está baseada na epigrafia onde se encontra o exemplo "cum marito seo" (Nunes — Gram. Hist. 242 — nota). Ao lado de *meu, teu, seu* existiu também *mou, tou, sou;* nas Gálias já existia *sous* por *sus* e *tous* por *tuus* (Grand. § 387). Nos documentos medievais *sou* é a mais corrente:

> "Que forçad'og(e) e sen sabor
> eno mundo vivendo vou,
> ca nunca pudi aver sabor
> de min nem d'al, des que foi *sou...*
>
> (*Canc. d'Ajuda* — *Cantiga* 320)

Nos tempos dos trovadores só se usava *sou* e não muito raramente como nos afirma Michaelis em seu "Glossário do Cancioneiro da Ajuda". Nas "Cantigas" também é *sou* a única forma que aparece, o que nos leva a

supor que as demais estavam já mortas na língua. O latim *noster* deu origem a *voster* que suplantou a *vester* e daí:

nostro/nostrum	*nostra/nostram*
vostro/vostrum	*vostra/ vostram*

Estas formas são mais teóricas, pois sòmente *nostro* ocorre na expressão *nostro Senhor, nostro Deos,* de uso eclesiástico. Os empregos cotidianos eram *nosso, nossa, vosso, vossa*. Mas como se originaram? Bourciez pensa que existiram já no latim vulgar: "Comme possessif de la pluralité, des formes vulgaries contractes **nossum, *vossum* ont du circuler de bonne heure en Ibérie..." (Éléments — § 372 — c). Outros, porém, desejam explicar *nosso, vosso* como resultados fonéticos do proprio português. Supõe Leite de Vasconcelos (R. L. IV - 275) esta série de *alterações*: *nostrum/nostro/nosto/nosso*. O mesmo autor acha difícil a queda da vibrante *r* entre *vogal* e *consoante* e nós achamos mais difícil, ainda, a assimilação *st* para que nos desse *ss*. Parece-nos que as mudanças foram estas: *nostrum/nostro/*nosro/nosso*. No grupo consoantal *tr*, quase sempre é a dental que sofre a imediata alteração, mantendo-se a vibrante que, contigua ao *s* se assimila. Se a dental não se sonoriza, mantém-se: *rostro, rastro, mastro, registro,* que passaram a *rosto, rasto, masto* (*mastaréu*), *registo*. Mas se se sonoriza, pode vocalizar-se em *i*: *padre/paire* (*provençal*) /paie (linguagem infantil) /*pai; madre/maire/maie/mai/mãi; catédra* (*l. v.*) *cadeira*. Donde não ser difícil que de *nostro* se passasse a *nosto*, pois, a dental *t* se manteve com a perda do *r*. A assimilação, porém de *st* a *ss* é que nos parece a mais difícil.

O feminino singular *minha* deu uma forma popular de grande emprêgo no arcaico e muito viva até hoje na língua vulgar no Brasil, especialmente, na doméstica ou coloquial, como dizem os americanos: *inha, enha, nha; nho* por analogia a *nha*, pois que sòmente no galego, e assim mesmo em Garcia Ferreiro, se encontra o masculino *minho* correspondente a *minha*. Assim dizemos no Brasil: *nha mãe, nho pai*. Gil Vicente escreveu *enha mãi e inha mãi*. No galego: *ña ña mai, ña madre, ña madriña*. (Garcia de Diego — Op. cit. 102). Para a forma *nho* do vulgar querem alguns que seja proveniente de *senhor*, com aférese *nhor* e assimilação do *r* com a consoante inicial que se lhe segue: *nho*(*r*) *pai, nho*(*r*) *Pedro*. De fato, existe no português a expressão coloquial *nhor sim*, por *senhor sim*, resposta afirmativa no diálogo. Outra forma paralela é *sô* por *seôr*, contração de *senhor*: *Seo Pedro*, (*seôr Pedro*) = *Senhor Pedro; Sô Pedro*, o mesmo em vários lugares do Brasil. No feminino: *Seá Maria, Sá Maria* — que julgamos provenha por analogia a *seô, sô*.

Relativos e interrogativos

O latim vulgar já tinha simplificado as formas do relativo, empregando *qui* por *quis* e por *quae*, invariável em número, podendo referir-se tanto a pessoas como a coisas. O acusativo *quem* tinha também suplantado *quam*, invariável em gênero e número, com referência só a pessoas. *Quid* substitui a *quod* na região da Hispânia, o genitivo *cujus* foi conservado em sua função de relação de posse, com masculino e feminino, tomando flexão de número: *cujo, cuja, cujos, cujas*.

Qualis, no acusativo *qualem* passou a *qual*, fazendo o plural *quaes* que supõe a existência de *quales*. O advérbio *unde*, já simples, já em combinação *de unde, d'unde* se transformou em *onde, donde* com significado relativo *do qual, da qual, de que*. De tudo isto resulta o quadro dos relativos portuguêses:

que (*qui, quid*)
quem (*quem*)
cujo (*cujus*)
onde (*unde*)

A forma *que* tanto pode originar-se de *qui* como de *quid*. Por imitação do latim, um ou outro escritor medieval empregou *qui* por *que*. Assim aparece em galego e em português. *Quem* manteve a nasal, já por ser monossílabo, já por ter acentuação. *Cujo* tinha dois empregos no arcaico: de interrogativo — "*Cuja* é esta casa? — e de relativo: "Paulo, *cuja* casa visitamos". Seu emprêgo não é fácil e por isso se foi rareando cada vez mais; o povo não o conhece, preferindo substituí-lo por *do que, do qual, de quem*. Nos tempos modernos, principalmente, no Brasil, *cujo* tomou significado de pronome, indefinido, sinônimo de *alguém*: "Quem é aquêle *cujo?*" i.e., "Quem é aquêle indivíduo, aquêle desconhecido?". Quando se quer relatar algo sem dizer o nome de quem o disse, emprega-se *cujo*: "Quem foi que disse isso? Um *cujo* que encontrei na rua".

O de mais largo uso é *qual, quaes*. Na língua arcaica tinha a forma *cal cales* quase sempre precedido de artigo: *o qual, a qual, os quaes, as quaes*) Onde em função relativa é muito comum na língua antiga: "o escudo *onde* tanto falavam pola terra... aquele cavaleiro *onde* me tanto falou..... provar a cavalaria, *onde* tam grã nomeada corria... (Exemplos da "Demanda do Santo Graal" — Magne — III vol. pg. 285).

Outras palavras usadas como relativos foram *quanto, quantos* (*canto, cantos*), *quejando quejendo*: "A *quantos* esta carta viren fazemos saber que... "A *quantos* esta carta viren faço saber que... Do *quanto* lhe soom devedor..." "cá per semenlhante rrequerimento me fazees emtender *quejamdas* vomtades terees ao diamte... (Zurara — Tomada de Centa) — "Ca cedo mi per fez saber/ *quejandas* noites faz aver/ Amor, a quem el preso ten!" (C. d'Ajuda — verso 8245).

Indefinidos

A numerosa classe de indefinidos do latim clássico ficou muito empobrecida no vulgar. Em compensação outras palavras foram empregadas como indefinidos. O quadro geral dos indefinidos é muito rico:

al — (*alid* — *ale*)
algo (*aliquod*)
alguém (*aliquem*)
algum — *algũu* (*aliq'unum*)
alguma — *algũa* (*aliq'unam*)
algorrem (*algo* + *rem*)
atal — *tal* (*tale*)
atanto — *tanto* (*tantum*)
cada — (*cata*)
cada hũu — (*cata unum*)
cada hũa (*cata* — *unam*)
calquer — *qualquer* (*qual* + *quer*)
calquer hũu
calxequer — *qualxequer* (*qual se quer*)
calqueira — *qualqueira* — (*qual queira*)
canto — *quanto* (*quantum*)
certo — (*certum*)
camanho — *quamanho* (*quam magnum*)
homem — (*hominem*)
gente (*gentem*)
jaquanto — *jacanto* — (*já quanto*)
muyto moyto (*multum*)
nulho — *a* — (*nulh* — *provençal*)
nemigalha — (*nem migalha*)
nada (*natam*)
nonada (*nom-natam*)
nehum — *neũa* (*ne* — + *unam*)
nenhuma — *nehũa* (*ne* — + *unam*)
nengum — *ningum* (*nec* + *unum*)
nengũa — *ningũa* (*nec* + *unam*)
ninguém (*nequem*)
outra — *a* —— *oitro* — *a* (*altrum* — *am*)
pouco — (*paucum*)
quexiquer (*que se quer*)
quequer — (*que quer*)
quenqueira — *quem queira*
quem quer que

quantoquer
tanto — (*tantum*)
tamanho (*tam magnum*)
todo — *a toido* — (*totum* — *am*)
tudo — *tuido*
ulo — *ula* — (*ubi illum* — *ubi illam*)

Cada veio-nos do grego, *Katá*, através do lâtim e se tornou muito corrente na linguagem eclesiástica. As formas compostas *calquer* — *qualquer*, *quenquer*, *quenqueira*, *calqueira* (*qualqueira*) podiam ser empregadas separadamente, intercalando-se outras palavras entre seus elementos: *em qual lugar que seja; qual de seus membros quer; qual delles quer, etc*. Nas formas *calxequer*, *quexiquer*, *xe* representa a palatização de *si*, *se*, originária da influência do *i*. *Homem* foi usado como indefinido até os tempos clássicos, como o *on* do francês. *Gente* e *pessoa*, como indefinidos são mais modernos. (Vide "Gramática Normativa Portuguêsa — curso superior — Silveira Bueno). N*eũu*, *neũa*, podem ouvir-se no Brasil, de maneira especial na fala da Bahia onde pronunciam *niũ* (*nium*). *Nulho*, *nulha* podem ser explicados pelo castelhano *nullo*, *nulla* ou pelo provençal *nulh;* por ser palavra usada quando as influências castelhanas não se faziam sentir no galego-português, pensamos que seja de origem provençal. Junto a *rem* (*nulha ren*, *nulha rem*) comunicou-lhe significação negativa de *nada*. A formação de *tudo*, pronome, é dos tempos clássicos. Zurara, por exemplo, emprega sempre *todo*: "...elRey comsiirou sobre *tudo* per *algũa* pequeno espaço de dias (C. da T. de Ceuta — 41). De como se formou discutem os autores: Grandgent supõe ter existido no latim vulgar *tut*tus (§ 71); Leite de Vasconcelos acha que *tudo* se formou por analogia com *muyto* porque existiu *tuido* (Lições — pg. 66). Parece-nos que a mudança de *o* em *u* (*todo-tudo*) foi metafônica, sob a influência do *o* final pronunciado *u*. Não poderia ser o desejo, a necessidade de distinguir o adjetivo *todo* do pronome *todo*, como querem Diez, Othoniel Mota e outros porque nem os galegos, nem os castelhanos experimentaram até hoje tal necessidade que tão pouco se apresentou aos escritores arcaicos e pre-clássicos.

Ulo, *ula* onde está êle, onde está ela, encontra-se em Gil Vicente: "*Hulos* esses namorados? — onde estão êles, êsses namorados? Em Tras-os-Montes existem ainda: "*Quê dulos?* Ora, *hula* saude - que é della?". Chiado, "Obras, pg. 73: "Jesu! Jesu! *Hulo* s'ha guardado!" (idem, ibidem, pg. 89); '*Hulo* aquele grande amigo/*Ulo* dos bofes lavados/Daqueles do tempo antigo?", Sá de Miranda, "Poesias" pg. 159, 150. (Apud "O Velho da Horta — Farsa de Gil Vicente — Edições Ocidente — Prefácio, Notas, Comentários e Glossário de João de Almeida Lucas — Lisboa — 1943).

Adjetivos Qualificativos

As alterações dos qualificativos não foram muitas. Em geral tomaram as mesmas dos substantivos com os quais deviam pôr-se de acôrdo em gênero e número. As três classes do latim clássico, triformes, biformes, uniformes, logo ficaram reduzidas a duas com a perda do neutro: *verdeiro, verdadeira; feliz, feliz* para ambos os gêneros. A analogia se encarregou de fazer que entre as duas classes houvesse mudanças, passando da primeira à segunda ou desta para aquela: *rudo; ruda; fermo; ferma; contento, contenta* tomaram a terminação única *e*: *rude, firme, contente*. De *veterem* deveria sair *vedre* que passou a *vedro, vedra;* de *heredem, heree* e depois *hereo, herea*. A língua substituiu mais tarde por *herdeiro, a,* forma de **heredarius, a*.

Os adjetivos terminados em *or, ol ez (ês)* como *pecador, espanhol, montanhez* eram uniformes: *espada talhador, molher espanhol, dona montanhez*. Segundo ficou explicado quando tratamos do gênero dos substantivos, logo houve conformação nos terminados em *or*: *senhor, senhora* já em Dom Dinis; o mesmo se passou com os qualificativos: *espada batalhadora, molher pecadora, etc*. O mesmo com os demais: *molher espanhola, montanheza*. Um ou outro segue até hoje com uma só terminação *ez*: *pedrez, cortez, etc*. Mas os comparativos sintéticos do latim *ior* continuam uniformes: *mor, maior, menor, melhor, pior, inferior, superior, anterior, posterior, interior, exterior, etc*.

Os adjetivos terminados em *on* faziam o feminino regularmente em *õa oa* com perda posterior da nasalidade: *varon, varõa, varoa; garganton, gargantõa, gargantoa; felon, felõa, feloa; bon; bõa, boa.*

Muitos, porém, seja porque apareceram em época posterior, seja por outra causa qualquer, mantiveram o *n* intervocálico do feminino. *mocetona, grandona, chorona, comilona, brincalhona*. Outros embora terminados em nasal, não perderam a nasalidade: *vam (vão) — van (vã); sam (são), san (sã); aleman (alemão), aleman (alemã)* faz também *alemôa* como *japôa, tabeliôa, samôa*.

O adjetivo *comum* que tinha duas terminações *comum, comũa* na classe de *um, a,* se reduz depois a uniforme *comum*. Nos terminados em *e* — *infante, hóspede parente* — há vacilações: se nos tempos arcaicos já se encontravam *infanta, hóspeda parenta,* muitos seguem em nossos dias dando-lhes uma só terminação: *e*.

O grupo: *mau, belo, grande, santo,* quando em próclise, reduz-se a *mal (mal pecado, mal dia, mal ponto) bel (bel prazer), gram (gram-cruz, gram senhor), sam — são (Sam Pedro, Sam Payo)*. O comparativo *maor (maior)* segue também a mesma classe: *mor prazer, mor capitam, mordomo*.

Para as alterações no plural seguem os adjetivos as mesmas regras dos substantivos com os quais foram tratados no capítulo próprio.

Graus de significação

Os substantivos apresentavam os graus comuns de *aumentativo, diminutivo* e os adjetivos, *comparativos* e *superlativos*. A nota principal é que a língua arcaica preferia as construções analíticas às sintéticas segundo faz até hoje o povo. Por isto são muito poucos os sufixos graduais comparados com a abundância dos mesmos na língua clássica e moderna.

O *aumentativo* sintético em *on, om,* moderno *ão*, é mais comum que o *diminuitivo*. Assim temos: *garganton, citolon, focelegon, etc.* Outra forma é em *az*: *omaz* (*homaz*), homem grande. As formas analíticas são mais comuns: *gran pavor, gran prazer, gran sabor, gran coyta.* A terminação única do diminutivo é *lĩa*: *fraquelĩa, mocelĩa manselĩa*: "Vós sodes muy *fraquelĩa molher*" (J. de Guilhade — verso — 1905). "Que feramente as todas venceu/a *mocelĩa* en pouca sazon! (Idem — 305 - 6). "Poys que a guirlanda fez a pastor/foy-se cantando, indo-s'en *manselinho*" (C. V. 454). Fazem falta as terminações *ito, ita, ico, ica* que foram tão numerosas mais tarde.

Os comparativos em *or* só aparecem em *maor, mor, mayor, mẽor, menor, pior, mẽos, menos*. As formas analíticas são as que mais freqüentemente se encontram nos autores. Os adverbéios *plus, magis* deram *chus*, de escasso emprêgo, e *mais*: *chús* negro *ca* pez (*mais* negro que o pez). *Chus* brancos son et craros que a neve nem cristal (apud G. de Diego — Gram. Gal. 95). *Mais* fermoso que tódolos homẽes.

O comparativo com *mais* costumava vir revigorado com o advérbio *muy*: *muy mais ca pez negro*. O comparativo de igualdade fazia-se com *tam, tã... que*: *tam* aposto *que* nenhuum outro/*tan* ben *como*. Nos escritos mais literários encontramos *tã... quã*: *Quã* lonje d'olhos *tã* lonje de coraçon. Con *mẽos, menos... que* formava-se o comparativo de inferioridade como se faz até hoje.

O superlativo sintético em *issimo* foi desconhecido do arcaico embora freqüente no clássico por influência erudita ou renascentista. O advérbio *muyto*, quase sempre na forma apocada *muy* é o mais usado: *muy fremoso, muy bõas donzelas, may ben mesurado.* O advérbio *mal pode* substituir *muyto* em determinadas expressões: *mal chagado, mal treito* (*muyto treito*). Precedido de artigo passa de comparativo a superlativo relativo: *os mais santos de todos*. "Aqueste mundo x'est *a melhor ren*/ das que Deus fez" (Guilhade — v — 424 — 5).

Pronomes pessoais

Os pronomes pessoais representam, em tôdas as línguas o que de mais antigo possa existir e de mais fixo. Nada pois, de admirar que se aproximem mais do tipo latino quando os nomes sofreram tão grandes alterações. Assim, mantém os pronomes quase todos os casos da declinação, ou ao menos, vestígios muito acentuados de suas funções na frase. Outro pormenor de interêsse é o neutro que não desapareceu completamente da flexão pronominal. Como sempre, condenamos como anti científico fazer a derivação dos pronomes pessoais do latim clássico, quando o quadro geral já estava muito alterado. Segundo Grandgent, os pronomes pessoais se encontravam nesta ordem no latim vulgar:

casos oblíquos	*casos retos*
mi — nobes	*eo — nós*
ti — tebe — vobe(s)	*tu — vós*
té — vós	*ille — illi*
si, sebe	*illa — ille*

(*Grand. Latin Vulgar* — § *386*)

A correspondência, pois, com as formas dos pronomes portuguêses há de ser esta:

		Formas compostas
eu (*eo*) — (*nós*)	*mi* (*mi* — *mihi*)	
tu — (*tu*) *vós* (*vós*)	*ti* (*tebe*)	
ele — (*ille*)	*si* (*sebe*)	*mego* — *migo* (*mecum*) — *nosco* (*noscum*)
ela — (*illa*)	*nos* (*nos*)	*tego* — *tigo* (*tecum*) — *vosco* (*voscum*)
	vos (*vos*)	*sigo* — *sigo* (*secum*)

As formas tônicas: *eu, tu, nós, vós, êle, ela, êles, elas* só exercem funções de sujeito. As átonas *mi, me, ti, te, se, si, lo, la, nos, vos, los, las* só exercem funções de complemento. Em lugar de *nobes, vobes* empregou-se *nós, vós* com preposição: *a nós, a vós*. As formas preposicionadas do ablativo latino *mecum, tecum, secum, voscum* (*vobiscum*), *noscum* (*nobiscum*) foram primeiramente *mego, tego, sego, nosco, vosco;* a metarônia se encaregou do timbre do *e*, passando-o a *i*: *migo, tigo, sigo*; mais tarde, ao conseqüente olvido de que na composição já existia a preposição *com*, repetiu-se novamente a preposição: *comigo, contigo, consigo, conosco, convosco*.

A princípio só havia *mi, ti, si* em função de dativo e *me, te, se*, em função de acusativo; mas depois as últimas foram empregadas também em dativo. Dêste mesmo caso de *ille, ille*, em próclise, fêz-se *li* que se

palatizou em *lhi, lhe*. *Mi, mii,* por causa do *m inicial,* nasalou-se em *mĩ, mim*. Até o século XVII, porém, não estava generalizado o uso de *mim*. No "Auto das Regateiras de Lisboa", peça teatral do século XVII, encontram-se muitos exemplos bem como em Vil Vicente, Sá de Miranda e outros do século precedente. A palatização de *li* explica-se por sua posição seguida de outra vogal: *lio* = *lho; lia* = *lha* (Lições — Vasc. 22). As formas latinas *noscum, voscum* encontram-se, por exemplo, no "Appendix Probi".

O pronome da 3.ª pessoa não o tinha o latim clássico; quando em conseqüência das transformações fonéticas desapareceram os casos e se confundiram formas verbais, o latim vulgar empregou o demonstrativo *ille, illa* em função pronominal. Do nominativo *ille illa* formaram-se os nossos *êle, ela* e em próclise, *el*. Do acusativo *illum, illam* segundo ficou explicado em seu lugar, tivemos as formas oblíquas *lo, la,* modernamente *o, a* que são usadas como complementos e aquelas como sujeito. Veremos na sintaxe que, à semelhança do português do Brasil, a língua arcaica usou umas vêzes as formas retas como complemento e as formas oblíquas como sujeito. *Lo, o* tem aplicação como neutro na frase quando se refere a uma qualidade ou a tôda frase. *És brasileiro? Sim,* sou-o. *Sois brasileiros? Sim, somo-lo. Quereis ser livres e felizes? Sim, queremo-lo* (*i. e. Sim, queremos "ser livres e felizes"*).

Os dativos éticos *ti, si* em galego-português tomaram a palatização até hoje corrente na Galiza: *che e xe*: "non *ch'*a te direy, mais direy-*ch'*, amigo = non *ti a* direy, mais direy-*ti a, amigo* — C. A. 1138 — "nũa espada/de mouros foy, non sey hu x'a perderon". (C. V. 1154) = non sey hu *si* a perderam. O dativo ético demonstra o interêsse que o sujeito tem na ação verbal.

Verbos no Latim Vulgar da Ibéria

As alterações, que no latim clássico já se notavam entre a segunda e a terceira conjugação, conjugando uns *férvere, térgere* e outros *fervére, tergére* pela semelhança de terminação *ere,* se intensificou no vulgar, de maneira especial, na Ibéria. O resultado foi que a maioria dos verbos da terceira passou à segunda, desaparecendo pràticamente a terceira. Por isto, à língua arcaica apresenta *aduzer* (*addúcere*), *enduzer* (*indúcere*) *caer* (*cádere*), *confonder* (*confúndere*), *finger* (*fíngere*), *entender* (*intendere*), *leer* (*légere*), *dizer* (*dícere*), *receber* (*recípere*), *bever, beber* (*bíbere*), *vender* (*véndere*), *etc*. Por outro lado, a presença do *yod* na primeira pessoa do presente do indicativo dos verbos da segunda conjugação (*debeo, video*), levou o povo a confundir muitos dêstes verbos com os da quarta que também apresentavam o mesmo som (*dormio, vestio, audio*), dando no período último do arcaico, em transição para o clássico, *aduzir, conduzir, produzir, confundir, fingir, etc*. Como conse-

qüência da confusão primeira, entre os verbos da segunda e da terceira conjugação, motivada pela acentuação do infinito longo e breve (*dícere, dicére, dizer*), 3.ª pessoa do indicativo presente em *unt* (*dicunt*) passou a *ent* (*dicent*), em português *dizem*. Da mesma forma, confundidos *dormio* e *video* pela perda do yod, a terminação *iunt* (*dormiunt, vestiunt*) passou a *ent*, dando em português *em*: *dormem, vestem*. De todos êstes fenômenos fonéticos e prosódicos resultou que o português arcaico reduz a conjugação verbal a três classes: *ar* (*amar*), *er* (*beber*), *ir* (*dormir*). A língua clássica, tomando o verbo *põer, poer* da segunda (pónere, *ponére*) fará com êle e seus compostos a quarta conjugação em *or*, completando, assim, o quadro geral das conjugações verbais do idioma. A evolução fonética de *põer, poer, poor, pôr, até* agora não recebeu adequada explicação. Pensamos que houve assimilação de *o* a *e*, pois encontramos com muita frqüência a grafia *poor* nos pré-clássicos como Dom Duarte em seu "Leal Conselheiro":... sem nenhũu agravamento, *poõe* o que a segue em tal stado que nunca o leyxa viver bem nen virtuosamente (pg. 24 — Ediç. Roquette). Notamos, por oportunidade do assunto, que a forma *ponho*, resultante de **poneo*, influiu em tôda a conjugação, dando em galego *ponher* e em português dialetal, muito vivo em certas partes do Brasil, *ponhar*. Os nossos rústicos dizem sempre: *ponho, ponhei, ponhava* como se fôra da primeira conjugação *amo, amei, amava*.

Verbos na Língua Arcaica

Apresenta a língua arcaica os mesmos quadros do latim vulgar, com as mesmas vacilações que, ao depois, no tempo clássico e moderno, se firmarão, graças à analogia. Um dos mais objetivos foi êsse da passagem de alguns verbos da segunda conjugação para a terceira: *aduzer, conduzer, luzer, correger, cinger, caer, esparger, finger, etc.*, modernamente *aduzir, conduzir, luzir, corrigir, fingir, cair, espargir* (*esparzir*), *fingir*. Tal fenômeno já era existente no latim vulgar: *fúgere, fugire; cúpere, cupire; parére, parire, recípere, recipere; concipire, concípere; sufferre, sufferire; pétere, petire, etc*. Houve sempre, portanto, tais vacilações e no tempo arcaico, se bem que a literatura nem sempre ateste, deveriam correr paralelamente, ao menos, na fala do povo, as duas formas, em *er*, e *ir*. A língua foi selecionando as segundas que depois a forma escrita consagrou. A causa principal foi a semelhança de terminação *eo, io*, pois que o *e* tinha a mesma pronúncia do *i*, quando em hiato, na primeira pessoa do presente do indicativo: *adduceo, dormio* De tôdas as conjugações a primeira foi a mais conhecida e enriquecida pelas inovações do idioma e para ela passaram não só muitos verbos de origem latina, como *torrere* que devia ter dado *torrer* e assim o foi como nos atesta a palavra *torresmo*, e depois *torrar; megere* que deu *meer* e mais tarde *mijar; fidere*,

fidare, fiar. De *fidar* ainda temos *fidor* ao lado de *fiador* de *fiar*. Passaram depois todos os de proveniência germânica: *guardar, roubar albergar*. Ainda hoje é a primeira conjugação a preferida para os neologismos: *participar, progressar, compromissar, programar, futingar, rarear* (já havia *rarecer, enrarecer* de *rarescere*). Muitos verbos desapareceram ao sobrevir a depuração clássica, obediente ao princípio de aproximar o idioma das formas latinas literárias. Podemos citar alguns: *departir, reer, filhar, acostar* (*deitar-se*), *iguar, emader, amoestar*, (refeito em *admoestar*), *trebelhar, afeitar* (enfeitar), *romear* (ruminar), *avanoar, alouvanhar, engenhar, tristecer, anchar* (alargar, aumentar), *arreiçar, despreçar, arrincar, avondar, antrecambar* (*trocar, cambiar*), *engraecer, peer*, (petére), *cambar* (*cambiar*), *dornejar, aprisoar, carpear* (espedaçar), *cavidar* (acautelar), *escolfir* (*encobrir*), *valar* (rodear de valo), *sebar* (*cercar, de sabe*), *ençarrar* (*encerrar*), *conhecer, espescoçar, ensembrar* (viver juntamente), *escomover* (*comover*), *entençoar, alquiar, omildar, anovelhar* (*reunir, ajuntar*), *escudir, terminhar, osmar, consiirar, tristicer, deõstar, convinhar, ambar, adodegar, liar, trilhar* (*pisar*), *soar, ardecer, arringar* (*arrancar*), *desfechar* (no sentido de *abrir*), *despontar* (no sentido de fazer perder a ponta) *esdentar, etc*. Na primeira conjugação houve uma rica série de verbos terminados em *entar* de que a maioria desapareceu do idioma: *aclarentar, endocentar, endelguentar, aformosentar, embranquentar, apoquentar, enformosentar, encruentar, escurentar, enfraquentar, enriquentar, asperentar, alegrentar, desgafentar, arrefentar, endobrentar, afugentar, embeventar, engrossentar, endurentar, enobrentar, enriquentar, endocentar, afedurentar, afugentar, asperentar, asperentar, encrarentar, enrugentar, adormentar, endelgantar, envermentar, aviventar, etc*. Poucos desta lista vivem ainda no português atual.

Na segunda conjugação há vários fatos que merecem especial estudo. Os verbos freqüentativos em *ecer* (*escer*) como *florescer, pobrecer empecer*, e outros, embora não freqüentativos, mas terminaos igualmente em *ecer*: *conhocer, parecer, perecer, jacer, aduzer*, faziam, no presente do indicativo e subjuntivo: *floresco, floresca, empobresco, empobresca, empesco, empesca, conhosco, conhosca, paresco, paresca, peresco, peresca adugo, aduga, jaço, jaça, jazo, jaza*. Alguns, provindos de infinitos latinos onde já havia gutural: *cingo, tingo, fingo* passaram a formas palatizadas: *cinjo, finjo*, naturalmente, porque houve antes *cingeo, tingeo*, tendo-se os infinitos também passado à segunda conjugação: *cinger, finger, tinger*, modernamente *cingir, fingir, tingir*.

A multiplicidade de hiatos foi uma das características do português arcaico e até hoje ainda lutamos por livrar-nos dêles, quer pela ditongação, quer pela hipértese do iode, quer pela condensação quando a vogal era *u*. Dêste último caso temos *bater, coser, atrever, cuspir*, que

vieram de *battuére, atribuére, conspuére* do latim vulgar. Lembramos, de passagem, o caso dos verbos da primeira conjugação, em *ear, iar*, onde o hiato exerceu grande atividade, chegando até os nossos dias com duas séries paralelas de terminações: — *alumea, varea, premea, nomea, passea, odea*, mais tarde *alumeia, vareia, premeia, passeia, odeia*, e, em paralelo: *alumia, varia, premia, negocia, etc*. Outros casos remanescentes da formação latina temos em *dórmio, dórmia, cômia, cômia, sábeo, sábea, sérvio, sérvia, cábeo, cádea* desfeitos pelos mesmos processos acima lembrados: por hipértese *coimo, coima; saibo, saiba; caibo, caiba* Nestes incluimos *moiro, mouro* do latim *morio por morior*. Por condensação: *dormo, dorma* (*durmo, durma* metafônicos), *servo, serva, sirvo, sirva* (também metafônicos).

Nesta segunda conjugação, uma das mais ricas, notamos os vestígios de **far, *dir, *trar*, nos futuros do indicativo e condicional: *farei, direi, trarei, faria, traria, diria*, formas paralelas de *fazerei, fazeria, trazerei, trazeria, dizerei, dizeria*. Estas últimas, bem raras nos prosistas medievais, foram suplantadas pelas primeiras. Se Grandgent supõe a existência de *fare* no latim vulgar (Opus. cit. § 404), Garcia de Diego explica normalmente o fenômeno, afirmando que: "Ante *e, i*, en sílaba postónica, *c* se convertió a veces en el mismo latin vulgar em *g*, sufriendo por lo tanto el trato propio de esta letra; *facer, far* (*fer* en las *Cants.*), *dicere, dir, placitu = plagitu preito.*" (Gram. Hist. Gall. 39). Segundo pois, Garcia de Diego, o desenvolvimento foi: *dicere/digere/ dier, dir; facere/fagere/faer, far* e *fer*. Para *trar* as dificuldades são maiores: *trahere* passou a *tracer* e *trager*, ambas atestadas com m uita freqüência nos textos arcaicos. De *trager* houve *traer* e por contração *trar*. Porém, como o *h* passou a *g* ou *c*(*K*) guturais? A maioria está inclinada a admitir influência do pretérito perfeito *traxi* (*tracsi*) onde a gutural *c* se sonorizou em *g*: *tragi*. Mas o exame de outros casos latinos oferece-nos novo caminho: de *nihil* se fez *nikil* como ainda hoje vemos em *aniquilar*. De *mihi* tivemos *miki*, grafado, *mici*, mas pronunciado *miki*. Já no latim está o nome *trágula* de *tráhere; traco* de *traho; tracam* de *traham; tragebam* de *trahebam;* os infinitos *trágere, végere*, de *tráhere, véhere. Tragere e vegere* foram usados por Fredegarius (apud Haag, pg. 34) Em latim *tragula* supõe uma raiz *trag*. Tôdas estas citações são de Grandgent - Moll — § 417, e nota. *Ganso*, em português, *anser*, em latim, tem a forma *hamsah* em sâncristo; o gótico *wagjan*, conduzir, é a origem de *wagon, vagão; vahaya* em sânscrito confirma esta guturalização do *h*. O latim *ego* bem como o grego *ego* correspondem ao sânscrito *aham*. *Gena*, latim, é *hanus* em *sânscrito;* esta língua apresenta ainda *duhita*, mas o persa *dukhtar* que aparece, em grego, sob a forma de *thugater, dauhtar* em gótico, *daughter* em inglês. Por êstes e outros exemplos que poderiamos aumentar, vê-se que é muito freqüente a passagem de *h* a *g*. Não há necessidade de re-

correr, portanto, ao pretérito perfeito para explicar as demais formas verbais.

Outro problema desta conjugação está no verbo *haver* de *habere*, com o seu presente *ei, ás, á, emos, eis, ão* em português corrente. Meyer Lübke supõe **aio, ais ait* e a sua suposição é repetida por todos os tratadistas até um dos mais modernos, W. von Wartburg (Problèmes et Métrodes de la Linguistique). Grandgent (§ 401) escreve: "O verbo *habere* adotou, por influência de *dare, stare*, as formas **ho, *as, *hat, *hant* ou **aunt*". Garcia de Diego (Man. de Dialect. Esp. 67) explica que *by* "En ocasiones da *y*: *cayia, gaya, foya*, habeo anticuado *ayo, etc*. Esta forma *ayo* pela perda do *y* passou a **ao* e, por condensação, *o* grafado *ho*, bem como as demais pessoas: *has, ha, etc*. Isto não explicaria o português *hei* e para explicá-la, temos de recorrer a outros fatos fonéticos, aliás, comuns no idioma: *habeo, habes, habet* passaram a **ayo, *ayes, *aye;* por analogia com as outras pessoas, a primeira **ayo* passou a *aye* e a sincope de *e*, que é regular, produziu *ay*. O ditongo *ay, ai*, por assimilação recíproca, transforma-se em *ei* segundo já tivemos em *factu/faito/feito; lacte/laite/leite; actu/aito/eito*. Por êste mesmo processo pode-se explicar *sey de sayo* (*sapio, sabio*).

Inutilmente, em nossa opinião, discute Williams (From Latin to Portuguese, § 150) a perda da *u* nos verbos *battúere, consúere* em sua passagem para o português, porque tal fenômeno não se deu no período inicial do nosso idioma, porém, já no latim vulgar. Pelo deslocamento da tônica: *battúere* = *battuére; consúere* = *consuére*, — deu-se a absorção do *u*, resultando *battére, consere, cosere*. Tal absorção era natural e comum aos nomes também, como *muliere* = *muliére* = *mulher; pariete* = *pariête* = Nada há que se fazer, portanto, com as formas clássicas.

Outro fenômeno dos mais comuns foi a apócope da terceira pessoa do presente do indicativo, em *e* precedido de consoante que pudesse formar sílaba com a anterior. Em geral, tal consoante era uma destas: *l, n, r, s, z*: *praz* (*e*) *val*(*vale*), *quer*(*quere*), *diz*(*dize*), *pes*(*pese*), *perdon* (*perdone*), *pon*(*pone*). A língua clássica refez muitas destas formas tais quais *vale, pese, perdoe, põe*. Modernamente tentaram os portuguêses refazer *quere*, porém, a grande oposição levantada no Brasil fê-los recuar.

Alguns verbos, nomeadamente, *querer, morrer, vir*, tinham, no período arcaico, futuro e condicional contratos, donde a reduplicação da vibrante: *querrei, querria, morrei, morria, verrei, verria*, hoje *quererei quereria, morrerei, moreria, verei, veria*. Entra aqui o verbo *morrer* que devia ter tido a forma *morer* como se depreende de *moiro, mouro* ainda em Camões. A reduplicação da vibrante em *morrer* e, conseqüentemente, em *morro, morres, morre etc.*, é conseqüência dêsse futuro *morrei*. Outros verbos com o mesmo fenômeno fonético foram: *valrrei, valrria* (*valerei, valeria*), *ferrei, ferria* (*ferirei, feriria*) *guarrei, guarria* (*guarirei, guariria*), *porrei, porria* (*porei, poria*), *terrei, terria* (*terei, teria*).

Alguns verbos apresentavam, neste período, verdadeira pletora de variantes, dificultando o emprêgo das mesmas. A língua clássica eliminou a maioria de tais formas, simplificando as conjugações. Daremos alguns exemplos:

Ser — No presente do indicativo *sôo, som, sam* para a primeira pessoa; *est*, é para a terceira; *sodes, sondes* para a segunda do plural. Além destas derivadas do latim *esse*, havia outras derivadas de *sedere*: *sejo* (*sedeo*), *sees*(*sedes*), *see*(*sedet*), *seemos*(*sedemus*), *seedes*(*sedetis*), *seem* (*sedent*). No imperfeito do indicativo surgia a mesma complicação, concorrendo os dois étimos latinos: de *esse*: *era, eras, era, éramos, éreis, eram;* de *sedere*: *seía, seíias, seía* e também *siia, siias, siia*. No pretérito perfeito do indicativo continuava a mesma concorrência dos étimos: de *esse*: *fui, foste, foi, etc*. De *sedere*: *sevi*, ou *sive, seveste, seve, sevemos, sevestes, severom*. Reaparecem novamente no futuro, no condicional, etc.

Trazer e *trager* apresentam duas séries paralelas: *trago, trages, trage, etc*. e *trago, trages, traz*, que foi a preferida pela língua moderna. No pretérito perfeito; *trougue, trougueste, trougue; trouve, trouveste, trouve; trouxe, trouxeste, trouxe* e ainda a rústica *trusse, trosse*. No futuro e condicional: *trageria, trazeria, tragerei, trazerei*, hoje *trarei, traria*. No particípio passado: *tragido, trazido, treito*. Só permaneceu *trazido*

Arder, no pres. do indicat. *arço* (*ardeo*) e *ardo;* no pretérito perf. *arsi, arseste, arse e ardi, ardeste, ardeu, etc*. As duas formas continuam nos demais pretéritos: *arsera, ardera*. *Benzer* (*bẽezer*) tinha muitas variantes: *bêego, beengo, *beeigo* e *benzo* que prevaleceu.

Jazer, oferecia muitas formas: *jasco, jaço, jazo;* no pret. perf. *jazi, jazeste, jazeu, etc.; jouve, jouveste, jouve, etc.; jougue, jougueste, jougue, etc*.

Mãer que de todo desapareceu, substituindo por *permanecer*, era dos verbos mais ricos em variantes: pres. indicat. — *manho, mães* e *mans, mam, mãemos, maemos, mãedes, maedes, mãem* e *mam*. No pret. perf. *mási, maji, maseste; masemos, maserom*. No futuro: *marrei, marrás, marrá, etc*.

Perder era conjugado regularmente: *perdo, perdes, perde;* depois, tomou a primeira pessoa o freqüentativo *pericare* e passou a *perco* (*perdico*) perdes, etc e ainda *perço, perdes, etc*. O povo rústico do Brasil continua a dizer *perdo*, que eu *perda, etc*.

Prazer, no pret. perf. *prouve, prouveste, prouve, etc;* ou então *prougue, prougueste, prougue, etc*.

Na terceira conjugação, *mentir* podia ser conjugado: *menço, mentes, mente*, ou *minto, mentes, mente, .etc*. .*Medir*: *mido, medes mede*, ou

meço, medes, mede. No subjuntivo *meça, meças, meça,* ou também *mida, midas, mida.* O povo rústico ainda mantém as formas com dental: *mido, medes, mede.* Costumam explicar a passagem de *impido, despido* (*impedir, despedir*) a *impeço, despeço,* por influência de *peço* (*de pedir*, mas tal explicação não é satisfatória. Até o tempo do P. Vieira ainda se dizia *pido, despido*: "Com esta última advertência *vos despido,* ou *me despido* de vós, meus Peixes. (Serm. de Santo Antonio), sendo então corrente, *peço.* Êste não havia ainda influido nos dois outros para tal modificação fonética. Pensamos que foi justamente ao contrário: ao lado de *impedir* havia o freqüentativo *empecer;* êste, passando a *empeço, empeces, empece,* de **empesco, empesces,* influi em *impedir, despedir*: *impeço, despeço.* Êste contágio atingiu também a *pedir* que passou de *pido* a *peço.* Nesta nossa explicação, em lugar de *pedir* ser a causa de *impedir, despedir* passarem a *impeço, espeço,* é conseqüência da ação exercida pelo freqüentativo *empescer,* primeiramente sôbre *impedir,* e depois *despedir, pedir* de que os dois primeiros foram vistos como compostos.

A terminação *udo* para os particípios passados era a comum: *vençudo, vendudo, conhoçudo,* passando depois a *ido,* por analogia com os demais: *vencido, vendido, conhecido.*

Síncope da dental.

Na segunda pessoa do plural, em tôda a língua arcaica, permaneceu sempre a dental sonora *d* como resultado da surda latina *t*: *amades,* (*amatis*), *dizedes, sodes, partides, poedes, etc.* Deu-se mais tarde a síncope da dental: *amaes, dizeis, sois, partis, etc.* Em dois casos, porém, foi mantida a dental sonora: quando precedida de nasal ou quando podia trazer confusão com a segunda do singular. Assim ainda hoje temos: *pondes, vindes, tendes, etc.; credes, ledes, rides, vedes, sedes, vades, ides;* nestes últimos exemplos, se se desse a síncope da sonora, teríamos *ries/ riis/ris; vedes/vees/vês; ledes/lees/lês; sedes/sees/sês; vades/vaes; ides/ies| iis/is,* confundindo-se com a segunda do singular. A forma *sees* pertence ao radical de *sedere.* Vide acima o verbo *ser.* Quando se deu esta síncope da dental sonora? Williams (From Latin to Portuguese — pg. 170) aduz documentação muito curiosa. Vê-se que em documentos de 1418 ainda havia *leixedes;* mas já em 1434 aparecem *dees* (*dedes*), *consentaes* (*consentades*). Segundo a opinião de Leite de Vasconcelos, já na prosa de Dom Duarte, "O Leal Conselheiro", não havia mais dental conservada. Aquelas que aí aparecem, pertencem a documentos anteriores, citados pelo escritor. Tôda vez, porém, que o escrito é dêle, a síncope da dental é o caso comum.

Desinências pessoais

As terminações pessoais do latim vulgar foram conservadas no português arcaico, com exceção do *m* da primeira pessoa que já se havia ensurdecido e do *t* final da terceira que se sonorizou em *d*, como atestam as inscrições, desaparecendo por fim. Ùnicamente o verbo *seer* manteve *som* até os tempos clássicos. A grafia *est* dos Cancioneiros era mais para os olhos que para os ouvidos, igual a *é, he*. Os quadros eram os seguintes:

Latim vulgar	*Português arcaico*
1 — *o (amo)*	1 — *o (amo)*
2 — *s (amas)*	2 — *s (amas)*
3 — *a (ama)*	3 — *a (ama)*
1 — *mus (amamus)*	1 — *mos (amamos)*
2 — *tis (amatis)*	2 — *des (amades)*
3 — *n (aman)*	3 — *am (amam)*

A terminação da terceira do singular não é bem a terminação, sendo apenas a vogal de ligação: a da terceira do plural é pròpriamente *m* porque a vogal que a precede é o elemento de ligação. A segunda pessoa do plural (*amades*) perdeu a dental sonora no português clássico e moderno: *amaes*.

Imperfeito.

As terminações latinas *abam, ebam, iebam, ibam,* já estavam reduzidas a *aba, eba, iba,* no latim vulgar, dando-se depois a redução final a *aba, ea, ia* a que corresponde muito bem nosso idioma: *amava, devia, lia, partia,* observadas as regulares alterações fonéticas como *aba* = *ava*.

Latim vulgar	*Português*
1 — *ba-ea-ia*	1 — *va-ia*
2 — *bas-eas-ias*	2 — *as-ias*
3 — *ba-ea-ia*	3 — *a-ia*
1 — *bamus-eamus-iamus*	1 — *amos-iamos*
2 — *batis-eatis-iatis*	2 — *ades-iades*
3 — *ban-ean-ian*	3 — *am-iam*

Exemplos:

am-ava	*tem-ia*	*part-ia*
am-avas	*tem-ias*	*part-ias*
am-ava	*tem-ia*	*part-ia*
am-ávamos	*tem-íamos*	*part-íamos*
am-ávades	*tem-íades*	*part-íades*
am-avan	*tem-ian*	*part-ian*

E' de notar-se a alteração do acento tônico nas duas primeiras pessoas do plural nas quais, por analogia com as três primeiras, se manteve na mesma vogal de ligação: *amávamos, amávades; temíamos, temíades; partíamos, partíades;* com a síncope da vogal sonora, dizemos hoje: *amáveis, temíeis, partíeis.*

Perfeito.

Distinguem os gramáticos latinos duas classes de perfeitos: fortes a fracos, *dedi amavi.* A distinção estava no v acrescentado à vogal de ligação. A tendência de sincopar o *v* intervocálico reduziu *amavi* a *amai; amavisti* a *amaisti; amóvimus* a *amáimus; amaverunt* a *amaérunt.* As posteriores contrações das vogais deram como resultado *ai, asti, amus, arunt* para os verbos da primeira conjugação:

Latim	*Português*
1 — *avi-ai (amavi-*amai)*	1 — *ei (amei)*
2 — *avisti-asti (amavisti-*amasti)*	2 — *aste (amaste)*
3 — *avit-ait (amavit-*amait)*	3 — *ou (amou)*
1 — *avimus-amus (amavimus-*amamus)*	1 — *amos (amamos)*
2 — *avistis-astis (amavistis-*amastis)*	2 — *astes (mastes)*
3 — *averunt-arut (amaverunt-*amarunt)*	3 — *aron (amaron)*

Deve-se notar a formação especial da terceira pessoa do singular *amou*: em lugar de haver a síncope do *v* — *amavit, amait* — que era regular e deu em galego *amei-batei,* o conservaram com o desaparecimento do *i* que era absorvido *amavit*amau-amou.* Grandgent diz (§ 424): "Uma contração sem perda de *v* deu origem à forma *-aut* na terceira pessoa do singular, e a **aumus* (provàvelmente) na primeira do plural: *triumphaut,* em Pompéia, Densusianu, I, 152); *emuccaut = emunxit* (Wick, pg. 48). Esta terminação - *aut* prevaleceu em romance: ital. *amò* e *amáo,* esp. *amó.*" (Como parece ignorar o português, acrescentamos: em port. *amou,* que é a forma que mais de perto corresponde à do latim *aut*).

O pretérito fraco da segunda conjugação *debevi* por *debui* sofreu as mesmas alterações:

Latim	*Português*
1 — *debevi-*debei-*debi*	1 — *devi*
2 — *debevisti-*debeisti*	2 — *deveste*
3 — *debevit-*debeut*	3 — *deveu*
1 — *debevimus-*debeimus-*debemus*	1 — *devemos*
2 — *debevistis-*debeistis-*debestis*	2 — *devestes*
3 — *debeverunt-*debeerunt-*deberunt*	3 — *deveron*

Nos verbos fortes, isto é, que não tinham *v* no pretérito, como *lexi, lexisti, lexit, leximus, lexistis, lexerunt*, ou com reduplicação: *vendidi, vendidisti, vendidit, vendidimus, vendidistis, vendiderunt*, deve-se notar a mesma formação analógica da terceira do singular: **lexeut*, **vendideut*. Nestes reduplicativos, houve antes de tudo a haplologia de *di*: *vendidi = vendi: credidi = credi; perdidi = perdi; *cadidi = cadi*. Na opinião de Grandgent foi *dare* com seu perfeito *dedi* evoluido até *dei, desti, det, demus, destes, derunt* que teve decisiva influência nos demais compostos de *dare* (§ 426). Ainda que em latim se possa fazer classificação de fortes e fracos, mais ou menos nítida, nas línguas romances a analogia, que já se fazia sentir no vulgar latino, confundiu as duas clesses. Outros verbos como e. g. *légere, legére, leer*, acrescentaram as terminações ao radical do infinito. Assim, não foi *lex-i* que produziu *li*, porém um perfeito *leg-i, legisti, legit, etc.* que explica muito bem *li, leste, leu, lemos, lestes, leron*. Houve naturalmente a vocalização do *g* em *i* ou, segundo querem outros, simples síncope desta gutural. De *sápere, sapére, saber*: *soube, soubeste, soube, etc.*, se calca não em *sapivi*, porém em *sapui* com a hipértese do *u*: **saupi* — *soube*. Porém, *caí, caiste, caiu* exige *cadi* de *cadidi* e não de *cecedi*. De *scribere* não tivemos senão *escrevi* que supõe *scribivi, scribi, etc.* Todos êstes exemplos servem para provar que houve a mais completa confusão no formação do perfeito português, graças, assim pensamos, à analogia. As formas *fui, foste, foi, fomos, fostes, foron* não apresentam o *i* de *fui, fuisti, fuit, fuimus, fuistis, fuerunt* porque a conservação de acento na vogal *u* determinou a contração de *ui* em *u*, de *ue* em *u* que passou a *o*. Grandgent nos dá as formas **fusti, fuit, *fum(m)us, *fustis, *furunt* (§ 431). Note-se que o i de que se fala é sòmente das pessoas 2.ª e 3.ª. A diferenciação da 1.ª fui com a 3.ª *foi* é conseqüência da necessidade de distinguir uma da outra, no discurso, fonèticamente. Em muitos autores encontramos *foi* para a 1.ª pessoa.

Mais que perfeito

Se no estado atual da língua o mais que perfeito já passou ao uso literário, empregando muitas vêzes com significação do condicional e do imperfeito do subjuntivo, a língua arcaica o empregou correntemente. Sua formação se prende à do perfeito, fazendo suas derivações dos mesmos têmas: os fracos apresentam as mesmas perdas do *v* e conseqüente contra vocálica:

Latim	
1 — *amaram* (por *amaveram*)	1 — *amara*
2 — *amaras*	2 — *amaras*
3 — *amara(t)*	3 — *amara*

1 — *amaramus* (por *amaveramus*)	1 — *amáramos*
2 — *amaratis*	2 — *amárades*
3 — *amaran(t)*	3 — *amaron*
1 — *deberam* (por *debeveram*)	1 — *devera*
2 — *deberas*	2 — *deveras*
3 — *debera(t)*	3 — *devera*
1 — *deberamus* (por *debeveramus*)	1 — *devêramos*
2 — *deberatis*	2 — *devêrades*
3 — *deberan(t)*	3 — *deveron*
1 — *dormiram* (por *dormieram*)	1 — *dormira*
2 — *dormiras*	2 — *dormiras*
3 — *dormira(t)*	3 — *dormira*
1 — *dormiramus* (por *dormieramus*)	1 — *dormíramos*
2 — *dormiratis*	2 — *dormirades*
2 — *dormiran(t)*	3 — *dormiron*

Observe-se que a segunda pessoa do plural, com a perda do *d*, passou ao moderno *amáreis, devêreis, dormíreis*.

Futuro.

Desaparecidas as formas sintéticas do futuro em *bo* (*amabo, debebo*) a língua latina vulgar as substituiu por uma perífrase — *amare habeo, debere habeo* — fazendo de ambos os elementos um sintagma verbal em que *amare* perdeu sua acentuação própria, graças às alterações fonéticas do conjunto. O segundo elemento ficou reduzido a *ei, ás, á, emos, eis, an,* resultando *de ayo, as, á* segundo ficou explicado em outra parte dêstes estudos. O resultado foi *amar-ei, amar-ás, amar-á, amar-emos, amar-eis, amar-an*. Nem sempre foi esta a disposição dos elementos, existindo até *ei amar, ás amar, á amar, etc.* bem como a intercalação da preposição *de*: *ei de amar, ás de amar, etc*. Até na língua atual vive esta forma desde que se lhe ponha no meio o pronome átono: *amar-te-ei, amar-te-ás, amar-te-á, etc*. O aparecimento do *h* nestas últimas formas é determinação gráfica recente. O processo empregado com os futuros em *bo* se estendeu aos em *am* (*legam, dormiam*): *ler-ei, ler-ás, ler-á, etc*.

Condicional.

O imperfeito do subjuntivo em *em, es, et, emus, etis, ent,* terminações que se acrescentavam ao infinito: *amar-em, amar-es, amar-et, amar-emus, amar-etis, amar-ent; deber-em, deber-es, deber-et, etc,* passando

ao português em função do futuro do subjuntivo e do infinito pessoal, deixou de representar o sentido condicional que tinha no latim clássico. Tomando por modêlo a formação do futuro do indicativo, trocando sòmente o presente de *habere* pelo imperfeito **iam, ias, iat, iamus, iadis, iant,* em português: *amar-ia, amar-ias, amar-ia, mar-iamos, amar-iades, amar-ian.* Do antigo *amariades* se fez *amarieis.*

Subjuntivo.

Presente — As alterações do presente do subjuntivo latino foram muito poucas em sua passagem para o português:

Latim

1 — *em, am* [*amem, deb(e)am, vendam, dorm(i)am*]
2 — *es, as* [*ames, deb(e)as, vendas, dorm(i)as*]
3 — *e(t), a(t)* [*ame(t), deb(e)a(t), venda(t), dorm(i)a(t)*]

Português

1 — *e,a*[*ame, deva, venda, dorma (durma)*]
2 — *es,, as* [*ames, devas, vendas, dormas (durmas)*]
3 — *e,a* [*ame, deva, venda dorma (durma)*]
etc.

No verbo *dormir* a forma arcaica foi *dorma,* hoje *durma.*

Imperfeito. O imperfeito do subjuntivo latino formado do infinitivo com as terminações *em, es, et, emus, etis, ent* (*amarem, amares, amaret, amaremus, amaretis, amarent; deberem, deberes, deberet, deberemus, deberetis, deberent; legerem, legeres, legeret, legeremus, legeretis, legerent; dormirem, dormires, dormiret, dormiremus, dormiretis, dormirent*) passou para o português como *infinitivo pessoal,* uma das características mais importantes da conjugação verbal dêste idioma. Nos verbos regulares, confunde-se com as terminações do *futuro do subjuntivo* e sòmente o contexto é que distingue os dois tempos. Por isso não é correto dizer que o imperfeito do subjuntivo latino se perdeu em português: não; teve outra aplicação como fica explicado. Para suprir a falta dêste tempo tomou a língua as formas do *mais que perfeito* em *assem, asses, asset, assemus, assetis, assent* (*amassem, amasses, amasset, amassemus; amassetis, amassent*); *issem, isses, isset, issemus, issetis, issent* (*debuissem, lexissem, dormissem*) formas contractas de *amavissem, dormivissem, etc*

Latim	*Português*
1 — *amassem*	1 — *amasse*
2 — *amasses*	2 — *amasses*
3 — *amasse(t)*	3 — *amasse*
1 — *amassemus*	1 — *amássemos*
2 — *amassetis*	2 — *amássedes* (*amásseis*)
3 — *amassen(t)*	3 — *amassem*
1 — *debuissem*	1 — *devesse*
2 — *debuisses*	2 — *devesses*
3 — *debuisse(t)*	3 — *devesse*
1 — *debuissemus*	1 — *devêssemos*
2 — *debuissetis*	2 — *devêssedes* (*devêsseis*)
3 — *debuissen(t)*	3 — *devessen*
1 — *dormissem*	1 — *dormisse*
2 — *dormisses*	2 — *dormisses*
3 — *dormisse(t)*	3 — *dormisse*
1 — *dormissemus*	1 — *dormíssemos*
2 — *dormissetis*	2 — *dormíssedes* (*dormísseis*)
3 — *dormissen(t)*	3 — *dormissen*

Perfeito do subjuntivo. Empregado o mais que perfeito latino em *assim* (*amassem*), *issem* (*debuissem, dormissem*) pelo imperfeito como ficou acima explicado, a língua portuguêsa não o substituiu por outro, recorrendo a formas compostas como *tivesse amado, tivesses vindo, etc.* que mais pertencem ao imperfeito composto do que ao mais que perfeito E' tempo verbal que passou do uso.

Futuro. As formas latinas do perfeito do subjuntivo (*amarim, amaris, amarit* e as do *futuro do subjuntivo* (*amaro, amaris, amarit, etc.*) por ser muito pequena a diferença na primeira pessoa, se confundiram muito cedo, desaparecendo o perfeito, ficando ùnicamente o futuro.

Latim	*Português*
1 — *amaro*	1 — *amar*
2 — *amaris*	2 — *amares*
3 — *amari(t)*	3 — *amar*
1 — *amarimus*	1 — *amáremos* (*amarmos*)
2 — *amaritis*	2 — *amáredes* (*amardes*)
3 — *amarin(t)*	3 — *amaren*

1 — *dormiro*	1 — *dormir*
2 — *dormiris*	2 — *dormires*
3 — *dormiri(t)*	3 — *dormir*
1 — *dormirimus*	1 — *dormíremos* (*dormirmos*)
2 — *dormiritis*	2 — *dormíredes* (*dormirdes*)
3 — *dormirin(t)*	3 — *dormiren*

A terminação *o* da primeira do singular se manteve por tempos no galego como em castelhano; em português, precedida de *r* que formava sílaba própria, sofreu apócope. O mesmo se passou com o *e* da terceira. Nas duas primeiras pessoas do plural, achando-se a vogal *e* em posição postônica, sincopou-se como é de regra. Porém, as formas completas: *amáremos, amáredes, dormíremos, dormíredes*, até o século XVI, foram mantidas, por exemplo, em "Itinerario da Terra Sancta", de Frei Pantalcão de Aveiro. Como acima foi dito, o futuro do subjuntivo se confunde muito freqüentemente com o infinitivo pessoal, nos verbos regulares. Exs.: & hũs com os outros tinhão suas praticas, & contos, risos, & passatempos que meu companheiro, & eu não entendiamos, o que nos foy causa de *guardáremos* a modéstia... (pg. 25); nos perguntavão se a conta de *tomáremos* hum pouco de trabalho, queriamos ir ver hua Antigualha... (pg. 26); na qual achamos somente molheres, & mininos como espantados da nossa vista sem *véremos* algum homem (idem). Foi escrito o "Itinerario da Terra Santa e Tôdas Suas Particularidades" em 1544. As citações são da edição de 1600, de Lisboa.

Imperfeito.

O imperfeito é modo verbal mais literário que usual. O latim vulgar reduziu tôdas as pessoas do clássico a duas: a segunda do singular e a segunda do plural: *ama, amate; debe, debete; veni, venite, etc.* As demais pessoas são supletivas, tiradas do presente do subjuntivo. A correspondência é esta:

Latim	*Português*
2 — *ama*	2 — *ama*
2 — *amate*	2 — *amade* (*amai*)
2 — *debe*	2 — *deve*
2 — *debete*	2 — *devede* (*devei*)
2 — *veni*	2 — *vem*
2 — *venite*	2 — *vinde*

Os verbos *fácere, dícere,* que faziam no singular latino: *fac, dic,* tem seus representantes em português *fa, di,* paralelas a *faze, dize,* do mesmo latim *face, dice,* empregadas como imperativas. Ex.: "diss'a pastor, *di* verdade, papagay, por caridade..." (C. V. 137).

FORMAS NOMINAIS DO VERBO

1) *Infinito.*

A existência de um infinito flexionado como se fôsse finito, com tôdas as desinências pessoais, constitui um dos mais acentuados característicos da língua portuguêsa, peculiaridade que só possui o nosso idioma no estado atual das línguas românicas. Várias teorias foram apresentadas para explicar a origem de tal idiotismo idiomático, desde Frederico Diez (Grammaire des Langues Romanes, III — 230) até José Maria Rodrigues (Boletim de segunda classe — Academia das Ciências de Lisboa — vol. VIII, 72-93). Entre êstes dois autores se enumeram ainda H. Wernecke (Zur Syntax des portugiesischen/ Verbis — Weimar — 1885), Richard Otto Romanische Forschung — 1889), "Der portugiesischen/ Infinitiv bei Camões"; Carolina Michaëlis de Vasconcelos "Der portuguiesische/ Infinitiv (Romanische Forschungen, VII) em 1892; Leite de Vasconcelos (Estudos de Philologia Mirandesa — 1900), E. Gamillscheg (Studien zur Vorgeschichte einer romanischen Tempuslehere — 1913). Muitos outros autores, sem apresentar teoria própria, trataram do assunto como Bourciez (Eléments de Linguistique Romane), J. J. Nunes (Compendio de Gram. Hist. — Digressões Filológicas), Williams (From Latin to Portuguese), Holger Sten (Caracteristiques de la Langue Portugaise — Copenhagen), Said Ali (Dificuldades da Língua Portuguêsa — S. Paulo); Silveira Bueno (Gramática Normativa da Língua Portuguêsa — S. Paulo — 1950) e ùltimamente, retomando o assunto para discutir a teoria de José Maria Rodrigues, Teodoro Henrique Maurer Jr. (Dois Problemas da Língua Portuguêsa. O Infinito Pessoal e o Pronome Se — Boletim da Faculdade de Letras da Universidade de S. Paulo — 1951).

Resumem-se as diversas teorias a duas que merecem a nossa atenção 1) a flexibilidade do infinito é uma evolução da própria língua portuguêsa: existindo já o emprêgo do infinito impessoal, v. g. *ter saúde é bom,* — por analogia se disse também *ter eu saúde é bom, ter êle saúde é bom* — frases em que o infinito *ter,* trazendo já sujeito próprio *eu, êle,* apesar de apresentar forma igual à do infinito impessoal, era, entretantoto, perfeitamente pessoal, concordando com um sujeito da primeira e da terceira pessoa. Estendeu-se ainda mais a analogia e completou-se a conjugação do tempo: *ter eu, teres tu, ter êle, termos nós, terdes vós, terem êle.* Leite de Vasconcelos, autor desta explicação, acrescenta que

as demais flexões plurais, *termos, terdes, terem* receberam ainda influência do futuro do subjuntivo *tivermos, tiverdes, tiverem*. Nesta teoria, portanto, o infinito pessoal não passa de uma formação provocada pelo futuro do subjuntivo. 2) José Maria Rodrigues Gamillscheg e mais tarde Carolina Michaelis de Vasconcelos admitem que o infinito pessoal é apenas uma transformação do *imperfeito do subjuntivo latino* que passou, em português, a novas funções. Já no latim vulgar o *mais que perfeito do subjuntivo* havia tomado o lugar do *imperfeito*, fato que se encontra em português, onde *amasse, fôsse, viesse*, imperfeitos do subjuntivo, representando, pela terminação, o mais que perfeito latino. Já no latim cartulário da península ibérica e até mesmo no latim cartulário de outras partes da România, aparecia o imperfeito do subjuntivo com funções de infinito, não mais regido de *ut*, mas de *pro* e até sem partícula introdutora alguma. Ao passar para os romances, tal função infinitiva do imperfeito do subjuntivo desapareceu do francês, do italiano, do espanhol, mas se conservou e se fortificou em português. Existiu também no galego onde foi suplantado pelo castelhano depois que a Galiza reentrou na comunidade espanhola. Em português é de tal forma arraigado que os nossos escritores clássicos, Sá de Miranda, Camões, Francisco M. de Melo, Gil Vicente (arcaico) o empregaram, quando escreveram em espanhol. Nesta teoria de José Maria Rodrigues, podemos notar os seguintes pontos de evolução:

1) Conheceu o latim as seguintes construções: *placuti nobis facere, placuit nobis ul faceremus*. Na primeira, *fácere* é simplesmente infinito, e, assim, a idéia é expressa de modo vago, indeterminado: *aprouve-nos fazer*. Mas na segunda: *placuit nobis ut faceremus* — a idéia de *fazer* já está determinada quanto à pessoa gramatical, indicando o imperfeito do subjuntivo (*faceremus*) a primeira do plural, com o sujeito *nós*. 2) Existiu ainda a construção sem *ut*: *placuit nobis faceremus*: pela analogia da acentuação, o plural conservou o acento na mesma sílaba, dizendo-se *facéremus, facéritis, fácerent* e não como era no latim clássico: *facerémus, facerêtis*. Foi êste tipo de frase sem *ut e* com a acentuação deslocada que serviu de origem ao nosso infinito pessoal, pois, se traduzirmos *placuit nobis facéremus* — teremos: *aprouve-nos fazermos*, explicando-se pela normalíssima síncope da postônica, o desaparecimento da vogal *e*. A fase do processo evolutivo em que ainda se conservava a vogal postônica pode ser comprovada com Frei Pantaleão do Aveiro, no seu livro "Itinerário à Terra Santa", cuja primeira edição é de 1593 e a segunda, de que nos servimos, de 1600: "Em quanto durou a festa da cea, os seculares com os Caloyros, & hus com os outros tinhão suas praticas, & contos, risos, & passatempos, que meu companheiro, & eu não entendíamos, o que nos foy causa de *guardáremos* a modestia... (pg. 25)... feytas as camas, não de moles & blandos colchões, mais dos

seus próprios habitos, & tunicas, & algũas esclavinas para nos *cobriremos* (ibidem) —... como espantados da nossa vista sem *véremos* algum homem (26), etc. Por êstes exemplos vemos que, se no uso comum dos outros escritores e uso que já encontramos perfeitamente estabelecido no período arcaico e clássico, já não existia a vogal postônica, um letrado e latino como êste frade ainda a conservava por amor ao tipo originário. Mas se aparentemente parece um imperfeito do subjuntivo, já morfològicamente e sintàticamente não passava de infinito pessoal, alterada a acentuação. 3) No latim vulgar e sobretudo já em plena fase de romance, as construções gerundias (*placuit nobis ad faciendum*) passaram a infinitivas, quer preposicionadas quer não: *placuit nobis fácere* ou *ad fácere*. Paralelamente, as orações com *ut* (*placuit nobis ut faceremus*) passaram a substituir a conjunção *ut* pela preposição *pro*: *placuit nobis pro faceremus*. E' necessário ressaltar as consequências destas alterações: pela sintaxe latina, nenhuma oração finita pode ser regida de preposição; esta regência preposicional é própria dos nomes. Desde que apareça oração regida de preposição, passa a ser infinita, equivalendo o infinito a um nome. Assim sendo, não podemos traduzir *placuit nobis pro faceremus* por *aprouve-nos que fizessemos*, mas por outra infinitiva: *aprouve-nos para fazer*, ou mais consentâneamente com o cunho da língua, omitindo-se a preposição: *aprouve-nos fazer*. José Maria Rodrigues cita muitos exemplos e entre êsses, êste: *Et intrarunt in plácito testimoniale pro in tertio die darent testes sicut et fecerunt* (ano de 1404). Não devemos traduzir *pro darent testes* por *para que dessem testemunhos* mas *para darem testemunhos*. Isto porque a forma *darent* regida de proposição não era mais imperfeito do subjuntivo e sim infinitivo pessoal, forma nominal embora flexionada e sòmente como nominal poderia ser regida de preposição. Outro texto ainda: "In era millesima L.ª VI.ª supervenerunt fratres de uakariza in ricardanes *pro decernirent* hereditatem que hic habebant" (ano de 1018). Neste exemplo, traduz-se, *pro decernirent* hereditatem, não por *para que decernissem*, mas por: *para decernirem*. Não é mais o imperfeito do subjuntivo, pois, êste como forma finita de verbo não podia ser regido pela preposição *pro*, mas é um infinito pessoal. 4) A conseqüência morfológica desta evolução foi que o imperfeito do subjutivo latino, não tendo mais aplicação, em latim, pela usurpação do mais que perfeito, usurpou, por sua vez, as funções do infinito, flexionando-se regularmente. Eis como remata José Maria Rodrigues: "Caso interessante: ao mesmo tempo que isto se dava com o infinito impessoal, iam desaparecendo as formas pessoais do imperfeito do subjuntivo, que ficou com a aparência morfológica daquele infinito sem a correspondência dos tempos e sem a necessidade de qualquer concordância, um verdadeiro infinito, portanto. Exemplos: "Não tenho que *fazer*, não tinhas que *fazer;* não terão que *fazer, etc*. Não há aqui, dizemos nós, correspondência de ter-

minações entre os dois verbos: *tenho... fazer; tens... fazer, temos... fazer*. O infinito imobilizou-se. Em latim era justamente o contrário: "Non *habeo* quid *facerem;* non *habes* quid *faceres;* non *habemus* quid *faceremus*". Desta primeira fase passou-se à segunda: non *habeo* quid *facere;* non *habes* quid *facere, etc.*, isto é, o imperfeito do subjuntivo foi substituido pelo infinito. Passando para o romance, houve perfeita concordância de terminações: *não tenho o que fazer, não tens o que fazeres, não temos o que fazermos, não tendes o que fazerdes, etc.* Mais tarde se regulamentará êste uso, proibindo-se que em frases como estas, se mantenha o infinito no modo pessoal mas no impessoal. Empregamos aqui o pessoal apenas para mostrar a flexão do infinito".

Esta teoria parece-nos a mais consentânea com os fatos históricos, mais de acôrdo com a evolução fonética das formas. A teoria de que o infinito pessoal surgiu sob a influência analógica do futuro do subjuntivo esbarra na dificuldade da não correspondência do infinito pessoal com o futuro do subjuntivo nos verbos irregulares: *ser, seres, ser, sermos, serdes, serem,* e: *fôr, fores, fôr, formos, fordes, forem,* — embora tal correspondência não se verifique senão no tema. A objeção de que as outras línguas românicas, que tiveram as mesmas construções, quer com *ut,* quer sem *ut,* e não tiveram a flexão do infinito, nada prova. Prova apenas que, nesses dialetos, houve outras causas que impediram o desenvolvimento dêsse infinito flexionado. Tanto isto é verdadeiro que o napolitano e o galego tiveram tal tempo e o perderam. Razões especiais, por exemplo, maior exigência de clareza, de precisão, na Lusitânia, concorreram para que tal fenômeno se desenvolvesse e s fortificasse em português.

Na época arcaica o uso do infinito pessoal é quase moderno. Exs.:

"... Enqueiramos de quaaes todas, pera *podermos* receber ensinança da peleja spiritual (Leal Cons.- — ...por non *conhocerem* de que partes se à d'aver (Ensinança de bem cavalgar toda sela) — Costumava-se antigamente *vestirem* os que bautizavão vestimenta branca (J. da Fonsc. Sylvia) — ...nõ era cousa convinhavel de tu *morreres* agora (Barlaão, 45) — E declarou *serem* vaãs e nenhũas as ditas sentenças (V. Bemfeitoria - 58) — Nunca vy antre privados verdadeyra amizade... nem *serem* muy agoardados (D. J. Manuel — Canc. — Geral — I 394). Assy tristes caminhando/ pela gram estrelidade/ de *morrermos* desejando (Duarte de Brito — Canc. Geral — I — 293). Nem tomem por esto occasiom alguns de non *satisfazerem* pollos serviços que lhes som feytos (V. Bemfeitoria — 127) — ... cá tempo averedes pera *filhardes* vingança (Linhagens — 188) Prazavos de me *ouvirdes* algũas razões (Virt. Bemf. 101). Se non tevesse quem no *defender* (quem o *defendesse*) — (Fernão Lopes, — Cron de D. João I-c XX) — ... e os navios pequenos foron filhados todos e tragidos amte a çidade, sem mais *pellejarem,* ca lhe non com-

pria (Idem-ibidem-cap. LXIX) — ... ouvirom seu acordo darmas as naos e gallees que avia na çidade, por *estarem* prestes (Id. ib. cap CX) — As gemtes das gallees como ouverom dellas vista remarom contra ellas, pera as *averem* de tomar; as naaos quamdo esto virom, fazerom todas vella por se *sairem*, *e* fugir em salvo *se poderom* (Id. ib. cap. CXI) — ...deçeromse muitos dos cavallos, e com as lamças nas mãos, moverõ contrelles, ataa *chegarem hũus* aos outros (Id. ib. cap. CXIII).

2) *Particípio presente.*

As formas portuguêsas em *nte* (*amante, dormente, ouvinte*) originaram-se diretamente do acusativo latino *amantem, debentem, legentem, etc.* O particípio da quarta latina, em *ientem* (*venientem, vestientem, dormientem*) com a absorção do *i* tomou a terminação *nte* como em *dormente.* Até os tempos clássicos encontramos, se bem que cada vez mais raro, o uso do particípio presente com fôrça verbal, regendo, portanto, complemento. Tal qual se dava em latim, êste particípio passou a simples adjetivo ou se imobilizou entre as preposições. Nas "Ordenações de Afonso II, encontramos: "*Cobiiçante* nos põer cima aas demandas". Na "Regra de S. Bento": Ergo, aquestes taes *leirantes* agũa as cousas suas e a vontade propria non *seguintes*, vizĩo o pee da obedeença, agĩa desembargadas as mãos, e o que fazen non acabado *leixantes*, seguen por feitos a voz do *incomendante* e, assi como en ũa ora, etc. ... onde Nostro Senhor diz: angosta é a carreira que duz a[a]vida, que, non pelo seu alvidro *viventes* ou pelos seus desejos *obedecentes* aas vo[n]tades, mais *andantes* pelo incomendamento do alheo juizo etc. Mais ligeirices ou palavras ociosas e riso *moventes* [a] perduvaril clausura en todolos logos mandamos... nem perventura se chaguen per sonhos *dormintes* ...sen tardança *levantantes*... mais *levantantes* aa obra de Deus. (Códice Alcobac. 14).

Na tradução que Dom Duarte fêz da oração "Justo Juiz Jesu Christo". na sexta estrofe está: "Ouve, Christo, *min braadando*..." Ainda na "Regra de S. Bento" achamos: *filhantes* a saia, leixan o manto. Os *desprezintes* Deus caem no inferno dos pecados". No testamento de Dom Afonso: " *tementes* o dia de mia morte". Camões ainda escreveu: "perlas ricas e *imitantes* a cor da Aurora" (Lus. X — 102). Na língua atual só encontramos o particípio presente em função estritamente adjetival: água *fervente*, homem *demente*, pessoa *pedinte*, as mais das vêzes empregados já como substantivo ainda temos *estante* de livros, *ajudante* de pedreiro, o *caminhante* chegou tarde, os animais arrebentaram os *tirantes* do carro, f. é dos grandes *marchantes* da cidade. Como preposição: *tirante isso*, *passante* de meia hora, não *obstante isso;* como advérbio: *perante* o juiz.

As funções verbais do particípio presente, já no próprio latim vulgar, tinham sido tomadas pelo gerúndio. Assim também se deu em português.

3) *Gerúndio*

Do ablativo em *ndo* (*amando, debendo, legendo, dormendo* por *dormiendo*) fez-se o gerúndio português em *ndo* mais vogal característica da conjugação: *amando, devendo, dormindo*. Sòmente os verbos em *ir* substituiram a terminação *iendo* por *indo*. Segundo o que se passava na sintaxe do latim vulgar, houve confusão entre o particípio presente e o gerúndio que tomou para si as funções do primeiro. Por êste motivo desapareceu o particípio presente em função verbal, permanecendo ùnicamente como adjetivo, nome ou preposição. Já em Dom Dinis encontramos o gerúndio em lugar do particípio: "Ela tragia na mão/hun papagay muy fremoso/*cantando* muy saboroso/ ca entrava o verão" (C. V- 137). Na "Regra de S. Bento": "ouve mim *braadando*". Nos melhores autores dos tempos clássicos e modernos é muito freqüente êste emprêgo do gerúndio em função de particípio presente. Vieira é dos mais fecundos em exemplos: "Temos a S. Francisco Xavier *dormindo* e não só *dormindo*, mas *sonhando*". (Serm. X — pg. 6) — Rui Barbosa igualmente: "...dos picos solitários *inflamando* às primeiras résteas de sol, os cabeços de neve" (Dis. no teatro S. José-). Como o uso vem dos arcaicos (Dom Dinis) até os modernos (Eça de Queirós) não podemos dizer que tal sintaxe seja galicismo.

Muito freqüentemente empregavam os antigos, arcaicos e clássicos, o gerúndio preposicionado: "...e estas danças eram a soom d'ũas longas que estonce husavon, *sem curando* doutro estormento, posto que hi ouvesse (Fernão Lopes — Cron. de Dom Pedro). "De ordinário, *em se fazendo* sinal nas igrejas às Ave-Maria, se recolhia e fechava em sua câmara (Luis de Sousa — Vida do Arceb. I - 96).

4 *Gerúndivo*

O adjetivo verbal, chamado particípio do futuro passivo, ou simplesmente *gerundivo*, perdeu-se no latim vulgar. A língua portuguêsa conhece ùnicamente com função de adjetivo as formas *educando, bacharelando,, doutorando, oriundo, etc*.

Como substantivo notamos a palavra *fazenda*, não só como título da repartição pública: *Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda,* — onde se pode descobrir a antiga significação de coisas, operações transações *que devem ser feitas* pelo Estado, mas ainda na denominação simples duma propriedade agrícola: *fazenda de café, fazenda de criar; la-*

vanda, moenda, legenda, lenda, merenda, oferenda, etc. Camões ainda usou, em sua língua literária:

"Lá para onde o sol sai,
Descobrimos, navegando,
Um novo rio *admirando*,
Que o lenho que nele cai,
Em pedra se vai tornando".

(Rendondilhas — Lirica pg. 131 ....

Parece-nos que o valor da forma gerundiva *admirando* seja apenas o de mero adjetivo, sinônimo de *admirável*, mas também se poderia pensar em: rio que deve ser admirado. Desta forma, o gerundivo, que já tinha sido pôsto de lado no próprio latim vulgar (Grandgent - Moll § 105), não tendo passado às línguas românicas, não poderia ter deixado vestígio real, de carácter verbal, no português arcaico. As formas acima referidas permaneceram na língua literária e foram, certamente, influências do latim clássico, no trabalho de reaproximação que foi elaborado no século XVI.

5) *Particípio futuro*

Se no latim vulgar as formas em *urus, a, um*, raramente apareciam em composição verbal com auxiliares para a formação de expressões substitutivas do futuro (*facturus sum, dicturus ero*), em português se fixaram como simples adjetivos substantivados como *futuro, desventura, etc.* Com a terminação *doiro*, bastante freqüente nas fórmulas testamentárias, na Regra de S. Bento, na narração biblíca da criação: *ordinhadoiro, rendedoiro, ajudoiro*, diz J. J. Nunes (Compêndio — 1.ª ed. pg. 311) que era usado e por vêzes traduziam o particípio futuro latino. Convêm notar que estas formas em *doiro* reproduzem a latina *torium* como se vê em *adjutorium*, tendo, portanto, formação independente do futuro participio latino. Existe apenas uma semelhança fonética.

6) *Particípio passado*

O particípio perfeito ou passado continua vivo em nosso idioma, não necessitando de grandes demonstrações ou exemplificações a sua admissão histórica na língua. Mas na arcaica foi notável a concorrência das formas em *udo*, latim *utus*, dos verbos da segunda conjugação, com as terminadas em *ido* que prevaleceram. Foram correntes: *vençudo, conhoçudo, defendudo, sabudo, teudo, temudo*. Já na língua clássica haviam desaparecido, mantendo-se apenas as estereotipadas: *teuda e manteuda* na linguagem júrídica e *temudo, conteudo* que se substantivaram. Ocorre-nos tocar na disparatada opinião de que tais terminações em

udo passaram a *ido* por aquela célebre impossibilidade de pronunciar o *u* latino em que se viram os celtas e seus descendentes, criando o som intermédio ü (francês) entre o *u* originário e o *i*. Os portuguêses celtas também, perderam depois o valor fonético do *u* francês, apenas sensível em algumas localidades de Portugal, passando todos a *i*. A causa niveladora dos particípios foi simplesmente a analogia.

Um bom número dos participios passados imobilizou-se na classe das palavras invariáveis como *salvo, junto, excepto*, na forma arcaica *exete, exetes, exeite*. Outros, sobretudo, os de forma breve, foram substantivados: *aceite, cinto, feito, despesa, devesa, empreita, conquista, descoberta, colheita, estreito, etc.* Na linguagem moderna já se vai fixando o uso dos particípios que ainda apresentam dupla forma: longa e breve, ou como dizem outros, fraca e forte: *aceitado, aceito; pagado, pago; matado, morto; corrigido, correto, etc.* Empregam-se os longos ou fracos com os auxiliares *ter, haver*, na voz ativa: *tenho aceitado os convites; has pegado o ladrão; temos corrigido os exames*. Empregam-se os breves ou fortes com os auxiliares *ser, estar*, na voz passiva: *os convites foram aceitos; foi pego o ladrão; estão corretas as provas*. Devemos notar, porém, que tudo isto não passa de mero esfôrço dos gramáticos, sem muita confirmação por parte dos clássicos e muito menos ainda dos arcaicos.

Verbos depoentes

O desaparecimento das formas depoentes latinas, que se acomodaram às ativas, não teve como conseqüência o desaparecimento da depoência verbal, isto é, de que construções e regências de certos verbos perdessem a possibilidade de designar uma atividade embora formalmente parecessem indicar simples passividade. A língua portuguêsa conheceu e continua a conhecer tais fenômenos lingüísticos, recorrendo a participios passados e a certos verbos que podem expressar tal matiz de significação. Frases como estas: *homem lido, viajado, estamos almoçados*, embora semelhem voz passiva, têm significado ativo: *homem que leu, que viajou, já almoçamos*. Outros participios: *atrevido* (*f. é muito atrevido*), *precipitado* (*f. é homem precipitado*), *confiado* (*f. é pessoa muito confiada*), *desconfiado* (*sou muito desconfiado*), *desabusado, aproveitado, entendido, sabido* (*esperto, astuto*) formam igualmente expressões de característico depoente. J. Moreira (Estudos da Língua Portuguêsa - II - 22) cita esta passagem de Gil Vicente:

Leonor — Eu vos trago um bom marido,
rico, honrado, conhecido;
diz que em camisa vos quer,

Inês — Primeiro ei hei de saber
Se he parvo, se *sabido*. (*Farsa de Inês Pereira*).

USO E CORRELAÇÃO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS

O uso dos tempos e dos modos verbais estava na língua arcaica já fixado, apresentando um ou outro caso em que a língua atual já apresenta pequena diferença. Sobretudo na correlação dos tempos era já o quadro o mesmo que ainda hoje temos. Na correlação dos modos houve alguma alteração que iremos vendo, de maneira fragmentária, nestas observações:

1 — *Presente* — Empregou-se como fazemos atualmente, na indicação de fato que se está desenvolvendo no momento em que fala o narrador. Empregou-se ainda, no sentido histórico, dando como presentes acontecimentos já passados. O presente pelo futuro era também conhecido. Exs.: "A mosca achou ũa formiga, e compeçou-lhe a desonrrar de maas palavras, dizendo: Tu, formiga mizquinha... nom *comes* senom triguo e eu *como* viandas nobres, e *como* nas mesas dos reis e dos senhores; *tu bebes* augua na terra, e eu *bebo* com taças e copos d'ouro preçiosas; tu *andas* com os pees na lama, e eu *ando* pellos rrostros dos reys e dos senhores (Livro de Esopo — 24) — "*Recebe* o capitão alegremente o Mouro e tôda a sua companhia: *dá-lhe* de ricas peças hum presente, que só para este effeito já trazia; *dá-lhe* conserva e doce; e *dá-lhe* o ardente não usado licor, que dá alegria. Tudo o Mouro contente bem *recebe*, e muito mais contente *come e bebe*. (Cam. Lus. I — 61). Nestes versos temos o presente histórico: o poeta conta, como atuais, fatos, já passados. "*Vou* e *vendo* hua viola e hum gibão de fustão e botas de cordovão, que tinham inda boa sola, que durariam hum verão; e vendi hua gualteira e fiz da pousada feira. (Gil Vicente). Enfim, *vou* eu mui asinha; *empenho* hua sella que tinha, e *albardo* o meu cavalo. (Gil Vicente) — Aqui temos exemplos de *presente* pelo *futuro*.

2 — *Imperfeito e perfeito* — Eram ambos empregados como hoje os empregamos, em mútua correlação de pretérito. O Prof. Said Ali (Gram Hist. da L. P. — pg. 103) ensina que o pretérito imperfeito denota: a) *ação durativa*. Exs. "*Estavas*, linda Inês, posta em sossego (Lus. III — 120). "Parece que o temor o *tornava* no que devia de fazer (Barros — Dec. 3, 8, 9) — b) *ação frequentativa, costume*. Exs. "Nem falemos em Maria Briolanja, que *vendia* limam, cidra e laranja (Auto das Regateiras de Lisboa — Edição de Silveira Bueno). "Em cada hum anno todos no verão *navegavam* suas mercadorias dêstes lugares pera os portos de sima. (Barros — Dec. 2, 1 4).

Esta imprecisão de tempo, indicando-nos apenas que é passado, desaparece no pretérito perfeito, que o determina de modo preciso. Exs. "Pedralvarez... *mandou* arvorar huma cruz mui grande no mais alto

lugar de huma arvore, e ao pé della se *disse* missa. (Barros — Dec. 1, 5, 2). "*Veio* ua moça de muito bom parecer buscar hortaliça, e o velho em tanta maneira se *namorou* della que, por via de ua alcouviteira, *gastou* toda sua fazenda. A alcouviteira *foi* açoutada, e a moça *casou* honradamente." (Gil Vicente — O Velho da Horta).

3 — *Mais que perfeito* — Já o empregava a língua arcaica na indicação de um fato passado anterior a outro igualmente passado. Das duas formas, que pode apresentar, simples (*amara, dissera, fizera*) e composta (*tinha amado, tinha dito, tinha feito*), os escritores preferiram e ainda preferem a primeira, ao passo que a segunda é mais vulgar. Não quer isto dizer que a não encontremos na literatura: é apenas questão de preferência. Exs.: "E d'i ouveron ũu vento que deu con eles preto da cidade de Patras, u *nacera* san Nicolas [Quando] se espertou, achou o don que Deos lhe *dera* en essa mão que tinha metuda en seu seo. Enton contou o mancebo a todos aqueles que i estavam como o seu companheiro o *matara*" (Miragres de San Nicolas). "Depois desto a poucos dias, acareceo que un escudeiro do sobredito cavaleiro Anrique que *fora* na entrada da cidade, *fora* mal chagado dos enmigos de grandes feridas.... porque non compria aquele que lhe já, per tantas vezes, *mandara* fazer? (Chron. da fundação do moesteiro de São Vicente de Lixbõa).

4 — *Mais que perfeito* pelo *imperfeito do subjuntivo* — Encontra-se muitas vêzes o emprêgo do mais que perfeito pelo imperfeito do subjuntivo e também pelo imperfeito do condicional. Tal uso perdura ainda nos poetas e nos arcaizantes. Exs. "Aos deoses *aprouvera!* (*aprouvesse!*) (Agamn. 86). "Oh quem não *fora* nascido ou acabasse de viver!" (Gil Vicente — 3, 72). "Quisera que esses amores *foram* (*fossem*) perlas preciosas..." (Gil Vicente — O Velho da Horta). "Oh, quem não *fora* (*fosse*) nascido, ou acabasse de viver!" (Idem - ibidem).

5 — *Perfeito anterior* — Êsse tempo, que ainda vive em francês, talvez, por esta mesma influência, deixou alguns exemplos no português medieval, tendo desaparecido depois, quer no clássico, quer no contemporâneo. Exs. "Depois que Herculles *ouve feyta* aquellas duas ymagees... ouve sabor de veer toda a terra d'Espanha (Textos Arcaicos — 45). "Depois que el-rei *teve falado* com João Fernandes tudo o que lhe cumpria... fê-lo tornar encobertamente. (F. Lopes — Cron. de Dom Fern. 7).

6 — *Futuro* — Nenhuma novidade existe no uso dêste tempo que continua a ser o mesmo, hoje, qual fôra no tempo antigo. Exs. "E vós, alma, *rezareis*, contemplando as vivas dores da Senhora; vós outros *responde-*

reis, pois que fostes rogadores até agora. (Gil Vicente) — "Neste espelho vós *vereis*, e *sabereis* que não vos hei de enganar. E *poreis* estes pendentes em cada orelha etc. (Idem). Em forma composta haverá o significado de absoluta obrigação, passando a tempo do imperativo, como veremos mais adiante. Exs. "Vós não *haveis de falar* com homem, nem com mulher que seja (Vil Vicente — 3, 145). "Vós não *haveis de mandar* em caasa somente hum pello; s'eu disser isto he novello, *havei-lo de confirmar*. E mais quando eu vier de fora, *haveis de tremer* (Idem — 3, 146).

Said Alí (opus citat — 111) fala de um *futuro problemático* em que o tempo é empregado para denotar certa dúvida ou incerteza. Exs. "Averá vinte e seis ou vinte sete annos que em Beja se achou hum marmore com a inscrição que eu tresladei (Arrais — 246). E da villa Rexet te a foz do rio Eufrate, que *será* espaço de cincoenta e oito leguas, está a ilha Cargue, notavel neste mar, que *distará* da terra firme cinco leguas (Barros — Dec. 3, 6, 4). Modernamente êste futuro problemático foi substituido pelo imperfeito do condicional: "Isto é o que a razão, a verdade, e a justiça devia aconselhar e persuadir a Xavier. Mas como *mostraria* elle que era morto o mesmo que tinha sido vivo? (Vieira — Serm. 8, 355).

Emprêgo dos modos

1 — *Imperativo* — Tôdas as formas do imperativo são encontradas na lingua arcaica, isto é, as do imperativo pròpriamente ditas e as supletivas, quando a ordem se transforma num pedido, numa simples aspiração. Exs. "*Dizede-me*, quem é ela? *Acudi-me*, Branca Gil, que desmaio!... tu que hoje em dia, fazes milagres dobrados, *dá-lhe* esforço e alegria... Ó martere Simão de Sousa, polo vosso santo amor, *livrai* o velho pecador... (Gil Vicente — O Velho da Horta). "*Cortai* tudo sem partido... *Seja* a horta destruida" (Idem - ibidem). "Senhora, *benza-vos* Deus. Deus vos *mantenha, senhor!*" (Idem - ibidem). "Sus! *Andar!*" — "ora, *tomai, acabar!* Não *curar!... acertar* por essa porta! Velha malaventurada, *sair* má-hora da horta! (G. V. — O Velho da Horta).

Nestes últimos exemplos encontramos o presente do subjuntivo e o infinito em função de imperativo. Nestes, que se seguem, temos o futuro do indicativo com a mesma função de imperativo: "E vós, alma, *rezareis*, contemplando as vivas dores da Senhora; vós outros *respondereis* pois que fostes rogadores até agora. Neste espelho vós *vereis*, e *sabereis* que não vos hei de enganar. E *poreis* estes pendentes em cada orelha... (Gil Vicente — obras — 3 - 145).

Nota J. J. Nunes (Chrst. Arc. Introduc. CXLVIII): "Em vez do imperativo, em orações afirmativas, encontra-se na antiga língua o conjuntivo ou só ou acompanhado da partícula *que* como em francês (e também a perifrase formada com o verbo *querer* e infinitivo: ex. "tu... digas-me

mandado de mia senhor (C. A. 332); *digades*, filha, porque tardastes na fontana fria (C. V. 797); se *trazedes* algo que me *dedes*, senon *ide-vos* vossa via (Bispo Negro); "*non queirades temer* (José do Egito).

2 — *Indicativo* — É o modo da certeza, das declarações que não admitem dúvida. Exs. "Enton *tomou* Giflet a espada e *foi* ao outeiro e *achou* o lago e *tirou* a espada da baïa *e catou-a* e *viu-a* tan bõa e tan rica que lhi *semelhou* que seeria dano dano sobejo de a deitar no lago" (Demanda do S. Graal). *Pon* este poeta enxemplo e *diz* que o omen *é* pequeno e... no se *deve* d'esforçar e querer seer grande en feitos e en palavras, mas *deve* temperar o seu coraçon, segundo seu estado *requere*. (Fab. VII).

3 — *Subjuntivo* — É o modo por excelência da dúvida, da incerteza da dependência de outro modo. Tôda vez que o sujeito não tinha positiva certeza do resultado enunciado pela segunda oração, empregava o subjuntivo e não o indicativo. Exs. "Perguntando hũ sabio que *fosse* a vida, deo hũa volta e desapareceo... (H. Pinto — 2-532). "Qual a matéria *seja* não se enxerga (Lusiadas — X - 78). "Fazia espanto em todalas cortes de principes onde chegava, sem ninguem saber quem *fosse* (Palmeirim — I - 144).

Não é raro encontrar-se o indicativo em lugar do subjuntivo nestes mesmos escritores do período arcaico e do clássico imediato: "O emperador ficou em extremo descontente de não saber quem *era* (o cavaleiro) (Palmeirim — I - 175). "Elle se foy ao rigante Gatam, que o fez sem saber *quem era* (Idem — I - 84). Em muitos casos, dependendo mais da escolha do escritor, vem o imperfeito do subjuntivo pelo imperfeito do condicional: "...e não sabia determinar quem *seria*, acabou de conhecelo pelo escudo que tinha nas mãos (Palmeirim — I - 342). Êstes usos estão em vigor ainda agora, na língua atual. O povo e aquêles que falam com menor rigor, de correção, quer em Portugal, mas sobretudo no Brasil, empregam o indicativo de que acima demos exemplos.

3 — *Indicativo pelo subjuntivo* — Tanto os arcaicos como os clássicos do primeiro período, período de transição, empregaram, com relativa freqüência, o indicativo quando deveriam empregar o subjuntivo.

Com a expressão *ainda que* punha a língua arcaica o verbo dependente no indicativo, o que hoje se faz no subjuntivo. Exs. "Escusá-lo (o pão) não podemos, inda que o não merecemos (G. V. — O Velho da Horta). Vieira também escreveu: "... ainda que *se perderam* os primeiros trabalhos, *lograr-se-ão* os últimos (Sexagés). Em outro passo dêste mesmo sermão encontramos: "... não há para que nos *determos* em mais prova", o que seria hoje: para que *nos detenhamos* em mais prova.

"Senhor, pois que uí agora Deus quisou/ que vos *vejo* e vos *posso falhar*, /quero-vo-la unha fazenda mostrar" (Lang., 20).

"He jonivel que eu me *hey* de apartar para sempre deste mundo! (Vieira — I — 941). "Cinseguio (M. P. Catão), como refere Plinio, que ninguém no seu consulado se *atreveo* a lhe pedir cousa, que não fosge justa. (Vieira — § — 104).

4 — Depois dos verbos *coidar, cuidar, parecer, semelhar, sospeitar, amoestar, constranger, demandar, dizer, ensinar,* e em geral depois dos verbos factitivos, vinha sempre o subjuntivo: "O avarento sempre cree que as cousas pequenas *sejam grandes* (Fab. 42). Ben coido que me *mate* (C.A. 5841). Nono sey que de mi *seja* (C. V. 301). Primeyramente mãdo que meu filho... *agia* (*haja*) meu reino entegramente (Testamento) — Rogo-li e prego-li que os meus filios e o reino *segião* (*sejam*) en sa comẽda" — Seu Abade Sam Bẽeto ho amoestou muytas vegadas que nõ *andasse* vaguejando pelo mundo (Textos Arcaico — 45) "Me jurou que nunca se já de mi *partisse*" (C. A. 9876). "Defendi-lhe eu que non *fosse* d'aqui. (C. B. 2561).

5 — Depois dos verbos *convén, compre, é dina cousa, é tempo* usa-se também o subjuntivo. Exs. "*Compre* que *ajas* meestre (*Eufros*. 351). *Convén que o faça* (C. A. 9748). *He tenpo* que *filhemos* viingança deste treedor (Fab. 16).

Exigem ainda o subjuntivo os verbos *temer, recear, teer, aver medo, queixar-se*. Exs. "Me *temo* que *me mande* matar (Fab. 62). "Sempre me *temeria* d'aqui avante de ty que me *desses* outra tal ferida (Fab. 59). "Eu *ei medo* que faça a mym como fez a meus irmãos (Fabul. 62). Esta mesma correlação de modos continua no português clássico e no moderno: "Que *façam* grande penitência os grandes peccadores, *he* muito *justo*. (Vieira). *Bem he* que o *façam* a tempo (Idem). *Importa* que daqui por diante *sejais* mais republicos e zelosos do bem comum (Idem).

6 — Com o verbo *prometer, jurar* ocorria, no português antigo, o subjuntivo. Modernamente ocorre o indicativo. Exs. "*Prometti* a Jesu Cristo que *guardasse* a limpeza da virgindade (S. Josaph. 32). "Antes lhe *promettia* que em todas as cousas de seu gosto o *ajudasse* (Palmeirim — I — 471). Sobre a quall (patena) elRei por suas maãos, *juramdo* que nelle *guardasse e cumprisse* todallas cousas e cada hũa dellas..... e que nunca *vẽhesse* contra ellas em parte nem em todo. (F. Lopes D. J. I. 350). *Juro* ao corpo de Deos que esta *seja* a derradeira (G. Vicente — 3, 145).

7 — Com a conjunção *como*, o português atual e o antigo preferem o subjuntivo. Exs. "*Como* a tarde *fosse* serena e as arvores com gracioso ar se *meneassem* (Palm. I — 4). "*Como* o gigante *viesse* folgado e *fosse* dos mais fortes do mundo... (Idem - ibidem). Quando *como* é advérbio de tempo, igual a *quando*, usavam os antigos o modo

indicativo: "E *como* a noite sobreveio, ho corpo d'ElRey foi tragido ao patim do castello" (F. Lopes — Cron. de D. João). ...mormente que se dizia que elRei de Castella premdera o Ifamte Dom Joham e o Comde Dom Affonso seu irmão, *como* soubera que elRei dom Fernando era morto... (dem).

8 — *Futuro do subjuntivo* — Desde os mais antigos textos arcaicos já encontramos o emprêgo do futuro do subjuntivo tal qual o temos ainda hoje. Exs. "Santo Dom Manuel de Souza, lhe socorrei se lhe *puderdes* dar vida (G. Vic. — O Velho da Horta). "..se meu *quiser trabalhar*" (idem - ibidem). "Meu amigo morrerá, se me non *vir* (C. V.). "E ssi este *for* morto sen semmel, o maior filho... agia o reino (1214. "Se alguem nom *renunciar* o padre e a madre nom pode seer meu decipolo (Eufros. 360).

Algumas vêzes, em lugar do futuro empregavam o presente do subjuntivo. Exs. Se *vejades* prazer de quanto no mund'amades, levade-me vosc, amigo". Se Deus me *valha* (CA — 188). Se Deus mi *perdon!* (CA 302).

Condicional e subjuntivo

Já estava estabelecida a correlação entre o imperfeito do condicional e o imperfeito do subjuntivo, como ainda continua a exigir a língua atual. Exs. "Gram razom *seria*, se en prazer vus *caesse* de quererdes prender doo de mim. "Mas *faria* ben, quand'eu *viss'ela* pois, que lhe *jurasse* (CA 4950).

Alguns empregavam o mais que perfeito do indicativo pelo condicional, uso que ainda agora o têm alguns literatos. Exs. "Se eu morte *predesse* aquel primeiro dia en que vus vi, *fora* meu ben (seria, teria sido meu ben). (CA. 996). "Se a tua filha *fosse* em perdiçom, de sua alma, Deus a *demonstrara* (demonstraria) a ti. (Eufros). "Se eu *fosse* en tal companhia de donas, *fora* (*seria*) *guarida*" (CV. 749).

Na língua clássica, encontram-se alguns exemplos de imperfeito do indicativo pelo condicional: "Se elle *viesse*, eu *sahia* (Vieira). Machado de Assis abusou dêste emprêgo, que não se recomenda, embora dêle haja alguns exemplos segundo dissemos. Tal correlação de tempo parece-nos inquinada de galicismo.

Infinito impessoal e pessoal

Remetemos o leitor para o capítulo especial dedicado ao histórico do infinitivo pessoal. Aqui vamos acrescentar mais alguns casos em que o uso difere numa e noutra época do idioma.

1 — *Infinito preposicionado* — Quando queremos indicar movimento, empregamos a prep. *a* depois do infinito impessoal. Exs. "Pedu-me que a *fosse a ver muitas vêzes*". (Enf. 20). "Dize porque te detẽes que já me nam *vẽes a ver* (Ving. de Agam. 52). Êste emprêgo da prep. está vigente na língua atual. A ausência da preposição, porém, não era êrro: "... me enviarom *pedir* por mercêe (F. Lopes — Cron. de D. J. I — 169)" Nom se atrevom per palavras *mostrar* suas descrenças (Leal Consel. 257). "Quando o desejo os *obrigava ir* em sua companhia, tanto a necessidade os contrangia *a se tornar* ao reyno. (Barros — Dec. 1. 1. 11). "Todos eram costumados *a pelejar*. Eram costumados *andar* neste recolhimento (Barros. Dec. 1, 5 5).

2 — *Infinito* + de — Em muitos casos em que empregaram a prep. *a*, outros preferiram *de*: "Nom ousavam *de tanger* (S. Mar. Egp. 201). "Sem algum *ousar de cometter* a passagem (Barros — Dec. 1, 1, 2). "Ficaram obrigados *de varrer* e alimpar a igreja (Idem). "... e começou *de* o sedvir" — "...começando já *de amanhecer* (começando já *a* amanhecer) (F. Lopes — Cron. de D. J. I.). Usava a língua arcaica a preposição *de* em outras expressões em que, hoje, não se emprega mais tal preposição. Exs. "... nom era cousa convinhavel *de* tu morreres agora (S. Josaphat. 45). "Pois até praz *de* me leixares ainda conversar (Ibidem — 17). "Seria bom *de* hirem a Mançor (Zur. C. M. 408).

Infinito pessoal

O uso do infinito pessoal estava completo, apresentando, como ainda hoje apresenta, numerosos casos em que falecem tôdas as artificialíssimas regras inventadas a posteriori, quer por Diez, quer por Soares Barbosa, que são de nenhum valor. São regras artificialíssimas, obra de raciocínio e não de fundamento histórico. Aqui vão mais alguns exemplos: "Somos ledas de *tu padeceres* por Christo (Chrst. Arc. 218). "Dizendo *serem* aquellas cousas engano (Bar. Dec. 1, 238). "E assi digo que he bem de lavrar e *criarem* bestas e gaados, mas nom de tal guisa que *se desemparem de serem* prestes para bem *servirem*. (Leal Conselheiro). "Nunca pensemos *seermos* bastantes para vir a perfiçom (Idem). "Trabalharam-se todos... de *guardarem* tôdas suas cousas e *colherem*... por não *serem* achados... e com elles se *supportarem* (F. Lopes. Cr. de D. F. 11). "Tinham por costume não *irem ante* o Principe, se não quando os mandava chamar". (Dec. I - 337). "Ó puras aguas cristalinas, quanta rezão tendes de *serdes* pera mim turbas... (T. Redonda — 93). "Pera *dar* e nã pera *se* guardarem as riquezas mundanas se hão de desejar (Palmeirim — 1 - 142). etc.

Em muitos dêstes exemplos não tem aplicação regra alguma das inventadas pelos gramáticos. Ainda nestes se dá o mesmo: "Os soldados

tomarão para se *vestirem* (Peregrin 12). "Elle estava um pouco descontente do dia em que *se viram passarem* algumas cousas. (Barros — Dec. I — 420). "Os nossos tinham licença para *andarem* pela cidade (Idem). "Entraram todos de volta sem lhe *darem* tempo... (Idem). "No qual esperavam *concluirem* (Couto). "Nem *tomem* por esto ocasion alguns de nom *satisfazerem* pollos serviços (V. Bemfeit. 127). "nom *filhedes* tristeza... ca tempo averedes para *filhardes* vingança (Liv. de Linhagens) "...desejão as molheres *serem* mãis (Barros).

Uso do gerúndio

Além do estudo das frases gerundivas e participiais, feito em outro capítulo anterior, convém lembrar as construções típicas da língua arcaica, desaparecidas já na língua clássica, substituidas por outras de infinitivo ou de subjuntivo. Basta acenar a alguns exemplos para que fique fàcilmente esclarecido o assunto: "E correo Nun'Alvarez a terra darredor toda *sem achando* nehũu que o torvasse... e epois que virdes como sse emcaminhã, entom podees fazer o que semtirdes por vossa homra e proveito *sem ficando* com nehuum prasmo. "Outros do Comselho como verdadeiros comselheiros, veemdo como ElRey avia gram desejo de emtrar em Portugall, *ssem* curando dos trautos e juramentos que ell e os seus aviam feitos... *é sem curando* de nehũas aveemças... E partio da çidade depois de comer e foi dormir a Samto Amtonio, hua aldea que ssom dhi tres legoas, *sem levamdo* já nehũa temçom de matar o Conde". (Fernão Lopes — Cron. de D. João I — passim). Desde os tempos clássicos e ainda mais nos tempos modernos, tais construções de gerúndio foram substituidas por orações infinitivas ou subjuntivas: *sem curando*: *sem curar, sem que curasse; sem achando*: *sem achar, sem que achasse; sem ficando*: *sem ficar, sem que ficasse, etc.*

CAPÍTULO X

PALAVRAS INVARIÁVEIS

ADVÉRBIOS

Não se encontram, na língua arcaica, as formações em *e*, *im*, do latim com exceção de *amiude* = *ad minutum* devendo-se explicar as formas adverbiais *de repente, incontinente, incontinenti, toste, eiro, quase, unde, mantenente, mantente, etc.* por outras maneiras, por processos vernáculos ou introduções posteriores, sejam do provençal, francês, sejam de qualquer outra procedência. Assim, *ben* de *bene; mal* de *male* são efeitos de próclise; *eire*, de *heri; toste* é provençal bem como *adrede; ende* é de *inde* como *unde* é o vulgar latino. Nenhuma destas formas se originou de um ablativo em *e*.

De origem latina é o emprêgo de *mente* em função de sufixo, em começos, separadamente como: *Obstinata mente* perfer (Catul — II - 8) — *mente* ferant *placida* (Ovid. Metam, 13 - 214). *Bona mente factum* (Quint. Institutiones Orat. 5 - 10). Nos Cancioneiros: ...par Deus mui *coitada mente* vivo! (Ajuda - v - 2395). "...sen contenda/da que me faz tan *longada/mente* viver (Idem - v - 7761). Corrente foi o uso dos adjetivos no masculino em função adverbial como se faz até hoje: *rijo, baixo, quedo, festino, dõado.* As contrações de duas ou mais palavras em uma só expressão adverbial foi conhecida desde o latim vulgar: *assi, assy* (*ad-sic*); *assimesmo; desy* (*de-sic* ou *des-ibi*); *aposto* (*ad positu*); *embora* (*en bõa-ora*); *bofe* (*boa fé*), etc.

a) *Advérbios de modo*

Adur (*ad-duro?*) — *aginha, agĩa, asinha* (**agina*); *anvidos* (*ad invitum*) — *ambidos* (*idem*); *cacha* (*fr. cache*); *ensembra* (juntamente, do fr. *ensemble*); *endõado* (*in donatu*); *como, coma, come* (*quomodo*); *al* (*alid*, de outro modo); *avão* — em vão, de *ad vanum; avão* (a pé, de *ad vadum*); *atal* (*ad tale*); *bofé* (*boa fé*), *bofelha*, variante eufêmica da primeira); *afeito* (*ad factu*, em seguida); *adrede* (de antemão, do provençal); *a man tenente, a man tente;* ou *mantente* (ao alcance da mão); *de pran, de chã, de prão, de chão* (de planu, francamente); *de sum, de suum* (*de-sub-unu*, juntamente); *de randon, de rendon* (impre-

vistamente); *de rebata, de mais, de pressa, a furto, a feixe, a eito* (*ad actum*), *de vagar, a caladas, a lezer, a lazer* (*ad licere*), *a torto* (injustamente), *a direito* (*justamente*), *a ciente* (*absciente*, hoje *acinte*); *a retesia, a por fia - a guisa, en guisa, de guisa* (*de maneira*), *etc.*

b) — *De tempo*

Antano (*ante-annum*) e por influência castelhana *antaño*, antigamente; *cras*, latim *cras*, amanhã; *amenhã* (ad manianam); *ante, antes, antes que, ante ca; aon, aun* (*adhuc*); *já, cando, quando, sempre, nunca, entre, intre* (*interim*), *eiro* (*heri*), *embora, empós* (*in post*), *entonce* (*in tunc*), *er* (*re*); *eramá* (*em hora má*), *essora* (*essa hora*), *estonce* (*extunc*), *mentre* (*dum interim*), *ogano* (*hoc anno*), *oi* (*hodie*), *oi mais* (de hoje em diante), *oje* (*hodie*), *pós* (*post*), *toste* (*provençal*), *de cote, de cotio* (*quotidie*), *a cotio, endiante, yndiante,* (*in de ante*), *ja mais* (*iam magis*), *inda inde-ad*), *despois* (*de-ex-post*), *agora* (hac hora), *anoite* o mesmo que *onte, ontem* (*ad noctem*), *ameude, amiúde* (ad-minutim), *en cabo*, finalmente (*in-capo* do latim vulgar), *hua peça* (um instante, um pouco de tempo), *logo* (*loco*).

c) — *De lugar:*

U (*huc*), *i, y* (*ibi*), *onde* (*unde*), *suso* (*sursum*), *juso* (*deorsum*), *cerca* (*circa*), *ende, en* (*inde*), *fora, foras* (*foras*), *longe* (*longe*), *redro* (*retro*), *preto*, hoje *perto* (origem desconhecida), *alhur* (provenç- *alhors*, de *aliorsum*); *algur, algures* (concorrência de *alhur-algum*), *eli, li,* (*illic*), *ali,* (*ad illic*), *alá, la* (*ad illac*), *aló* (*ad illuc*), *dante* (*de-ante*), *eiqui, equi, aqui* (*acc'hic*), *aí* (*ad hic*), *acá* (*acc'hac*), *cá, acolá* (*acc-illac*), *aquende* Aacc'inde), *alende* (*alli-inde*), *além* (*alende*), *apar, dentro* (*de-intro*Q, *abante, avante* (*ab-ante*), *ulo* (onde êle? — ubi-illu), ula (onde ela? — *ubi-illa*), *atrás* (*ad-trans*), *arriba, enriba* (*ad* ou *inripa*), *embaixo* (*in-bassu*), *u se quer* (onde se quer com o pronome *se*, dativo ético, por *si-sibi*, em galego) — *rente, rentes* (*radente*), *a caron*, em face de, *so* (*sub*).

d) — *De quantidade:*

Mais (magis), *demais, ademais, adur, atan, tan*, (ad-tantum), *abés* apenas (*ad vix*) *chus* (*plus*), *ẽmos, menos* (*minues*), *moito, muito, moi, mui* (*multum*), *canto*, *quanto* (*quantum*), *so* (*solo*), *abondo, avondo* (*abunde*), *assás* (*ad-saties*), *sequer, seguer* si-quaerit), *casque* (quase que) *etc.*

e) — *De dúvida:*

Seique, seica (sei e que), *quiçá* ou com mais correta grafia *quisá, quesá,* de *quid sapit* com as variantes das Cantigas *quesais, quizabes; samicas* — talvez

f) — *De afirmação:*

Si (sic), *certo, certas, a boa fé, abofé, abofelhas, também.*

g) — *De negação:*

Non, nen (nec), nemigalha, tampouco, nomais (non-mais), namais (nada mais) — nega, nego (ne qua).

h) — *De designação:*

Aque, eque, (acc'hic).

PREPOSIÇÕES

Quase tôdas as preposições latinas, vulgares, passaram ao português arcaico. Outras formaram-se com adjunções vernáculas. Assim temos: *a (ad), ante* (ante), *cerca* (circa), *contra* (contra), *con* (cum), *de (de), en* (in), *entre, antre, ontre* (inter), *per* (per), *por* (pro), *para* (per-ad), *segun, segundas* (secundum), *sen* (sine), *so* (sob), *sobre* (super), *sober* (idem), *escontra* (ex-contra), *dende, dendes* (de-inde), *des* (de-ex), *eixete, exetes* (excepte), *ergo* (ergo), *apres, aprez* (ad pressum), etc. Do árabe *hatta* nos veio *atá, até.*

Até paraíso.
Até o paraíso. Até ao paraíso.

Apresentam os textos arcaicos variadas formas da atual preposição, e, algumas vêzes, advérbio *até*: *ata, ataa, ta, tas, atee, até, té.* Exs. ...qu"e fazeis vós cá *tá* noite? (G. V. — O Velho da Horta). "... que *té* qui esteve encouchada sem poder surgir (Eufros. 8). "...*atee* as portas do inferno (G. V. — A Barca do Inferno). "Tudo eu ey de dizer/ ao nosso cura *taa* o cabo (G. V.) ...que de meu mal lhe pezasse/*ataa* que nela tomasse do que lhe quero vingança/ (Cam. Autos — 56). "Engalhou minha filha *tas* que a matou (J. de Escouar — Florença — 19). "... e sella nõ parecer/ *atas* per noyte fechada (G. V.).

No comêço da língua, podia-se usar *até, té, ataa, tá, etc.* Antes de nome sem artigo: "... e nom leixou de lho rogar e dizer *atee meio dia* (Florilégio). En todolos boõs portugueses tẽe razõ de o seguinrẽ *atees noites* (Condestabre). "Depois que passei a vida *até idade* de dez ou doze annos na miséria (F. M. Pinto — Pereg. 1 — 2).

Passou-se depois a colocar artigo entre a preposição e o substantivo imediato: "*Atee as portas* do inferno (G. V.) "...dabenicio mundi *atee a resurreyçam* (G. V.). "Tudo eu ey de dizer/ ao nosso cura *taa o cabo* (G. V.). Depois do século XVII, foi usada a locução prepositiva *até a,* dando-se então a crase com o artigo feminino, caso houvesse: *fomos até à cidade.* Ao lado desta locução, continuou a língua a admitir a simples preposição: *fomos até a cidade.*

A preposição *en* ante o artigo *lo, la, las* produz assimilação: *en* + *lo* = *enno* e por simplificação *eno;* por sua posição proclítica sofre aférese, resultado *no, na, nos, nas.* Por analogia, o mesmo se passa com *um, uma: num, numa,* etc. Não há contração como erradamente dizem as gramáticas, mas assimilação.

Fazia-se distinção entre *par, por* como se faz ainda em francês *par, pour: par Deus* indicava o meio, o instrumento; *por Deus* a finalidade. A língua clássica deixará de parte *par,* dando a *por* ambas as funções. *Ergo* queria dizer *excepto* como se pode ver em: "Tal om'é coitado d'amor/que se non dol *ergo* de si" (C. A. 1494) — "que nunca soube ren amar/*ergo* vós, des que vos vi (Idem — 1700).

Formadas por composição: *deante, diante* (de-ante), *depois* (de+post) e tôdas as locuções acabadas em *de: antes de, depois de, cêrca de, etc.* Em *apar, desde* temos a combinação: *a+par, de+ex+de.*

CONJUNÇÕES

a) — *Coordenativas: e, et, i* (et) — a grafia *et* era mais latinismo gráfico sem valor fonético; muitas vêzes *i* antes de vogal, mas quase sempre *e. Mais, mas* (*magis*): muito frequentemente *mais* com a mesma forma do advérbio como ainda se usa no Brasil, na língua falada. *Vel* muito raramente, com muita probabilidade de ser latinismo. *Ou* (*aut*). *Nen, nem* (*nec*). *Pero* (per hoc), *empero, perol.*

b) — *Subordinativas: porem* (por en, conclusiva e não adversativa como se fez depois, com o significado de *por isso.* Exemplos: "E como quer que vos levees já estas duas almas, perque elle algũa cousa poderá saber, nom se lhe tolhe *porém* que nom seja muito milhor se levarmos outros

muitos mais, porque a allem da sabedoria, que o senhor Ifante per eles averá, seguir-se-lhe-á proveito de sua serventia ou rendiçom. *Porém* me parece que é bem que façamos de guisa: que em esta noite seguinte, vós escolhaes dez homẽes dos vossos, etc. (Zurara — Crônica dos Feitos de Guiné — pg. 52). *U* (*hu*) — *ubi* ou *huc*, temporal. *Ca* (quia), *porque, perque*, causais ou explicativas. *Ca* (quam) — comparativa. *Que* (*quid*). *Se* (*si*) integrantes. *Como* (quomodo) — comparativa e temporal bem como *mentre, cando, quando, pois, sol, sol, que, logo como, cada que, assi como, entanto que, des que, etc.*

INTERJEIÇÕES

Ay, ai, par Deos, pardeos, pardelhas (eufemismo), *mao pecado, mal dia, bom dia*. A língua arcaica permitia o pronome reto depois de *ay*:

"Agora me part'eu muy sen meu grado
de quanto ben oje no mund'avia,
cá'ssi quer Deus e mao meu pecado!
Ay eu!

(C. A. 290 — Pero da Ponte)

A língua clássica exigiu depois a construção: *ai de mi, ai de mim*.

FORMAÇÃO DE PALAVRAS

A simples herança vocabular do latim nunca foi suficiente às necessidades da expressão social. Os empréstimos feitos a tôdas as demais línguas provaram tal insuficiência com o aparecimento de novos dados de cultura. Nem êstes bastaram nem bastam hoje ainda, apesar das contínuas contribuições que se originam dos ininterruptos contactos sociais com outros povos. A língua recorreu a outros processos de enriquecimento vocabular, usando elementos gregos, latinos e vernáculos. Tais formações são quase sempre anônimas porque o domínio lingüístico é o único onde há, realmente, democracia: quem manda é o povo.

A criação *ab ovo*, tirante as onomatopéias, muitas das quais ainda fazem parte dos empréstimos, é raridade em qualquer idioma. O mais comum é criar-se o novo têrmo por analogia, por qualquer ponto de conexão onde se dá novo encontro de idéias correlatas. Entra-se, assim, no capítulo das metáforas, da linguagem figurada. Os processos mais

comuns foram sempre a derivação e a composição. Em todos os tempos costuma-se criar palavra nova, tomando, p. e., a primeira do enunciado, do título, da composição, seja livro, tratado científico. Assim *álgebra* ficou por tôda a ciência, porque era a primeira palavra do título da obra: *Aljabr Wal-Muqabala*, escrita por Abu Jafar Moamed Ibn Musa, na Idade-Média. *Esmeraldo* passa por sinônimo de *geografia* porque foi famoso o primeiro livro escrito com o título *Esmeraldo de Situ Orbis*. *Te Deum*, palavras com que se o inicia hino de ação de graças, ficou atualmente como sinônimo de barulho, gritaria, conflito, tomando as formas *tedéo, tedeos*. *Credo*, dito simplesmente como interjeição de esconjuro, *credo! credo, figa, rabudo! credo em cruz!* apresenta ainda a variante *crem deus padre!* (*Creio em Deus Padre*). Do nome das duas primeiras letras do abecedário tivemos *alfabeto, alfabetizar* (ensinar a ler), *analfabeto, desanalfabetizar, alfabetização*. Formação paralela é *abecê, abecedê, abecedário, abecederizar*. Das primeiras palavras da fórmula do casamento: *conjungo vobis* — fez-se simples s'nônimo de matrimônio: "Então, quando será o *conjungo vobis?*" Da oração da missa, *quod ore sumpsimus*, fizeram, antigamente, *godório*, bebedeira. Dizer *amen* é estar de conformidade com o que foi proposto. *O nolle me tangere* do Evangelho passou a significar pessoa melindrosa, delicada, que se ofende fàcilmente. *Ladainha* já está tomada como coisa enfadonha, enumeração de queixas e de lamúrias. O castelhano *pordiosero*, mendigo, provém da fórmula de pedir esmola: *por Dios*. A língua portuguêsa conhece formação quase igual: *pampordeus*, isto é, *pão por Deus*. Modernamente se vai intensificando a formação de novas palavras com a reunião das iniciais de um título: A *C.M.T.C.* (Companhia, Municipal de Transportes Coletivos). A *VASP* (Viação Aérea S. Paulo). Tal processo é muito antigo e dêle já usavam os romanos: *SPQR* (*Senatus populusque Romanus*) e um dos mais antigos e dos mais significativos para a cristandade é *JNRJ* da cruz de Cristo (Jesus Nazarenus, Rex Judeorum). Conhecemos todos ainda o famoso tetragrama sagrado *XPTO* (*Christos*) bem como *JHS* (*Jesus*). Vê-se por êstes exemplos a antiguidade do processo.

DERIVAÇÃO

A derivação foi sempre um dos recursos mais fecundos no enriquecimento dos vocabulários. A ação dos sufixos, a sua acumulação, quer venham êles do latim, do grego ou de outras línguas, foi sempre de grandes produções. A língua dos cancioneiros conheceu todos êstes recursos sufixais, v. g., quando de *Roma* tirou *romaria, romagem, romeu, rominha*. No comêço prendia-se a derivação à visita religiosa a Roma, mas, depois, a tôda e qualquer visita de santuários, como o grande da Galiza, de Santiago. De *citola* fizeram-se *citolar, citolon*, dando ao au-

mentativo um sentido depreciativo como em *garganton*, *focelegon*. O latim *abile* tomou, nesse período, a forma *avil*: *convinhavil*, *aceitavil*, *perduravil*. *Arium* era já *airo* como *orium*, *oiro* com metátese do iode: *cumpridoiro*. Quando se formava o ditongo *ai* passava a *ei*: *palmarium* terminou em *palmeiro*, sinônimo de peregrino. As formações em *ento* eram numerosas: *cousimento*, *incomodamento*, *respondimento*, *eivigamento*, *derribamento*, *erdamento*. A língua clássica substituirá esta formação por outras como *herança*, *incômodo*, *resposta*, *edificação*, mas ainda hoje dizemos *derribamento*, *saimento*. A formação regressiva, com os deverbais, quase destruiu esta derivação em *ento*. Assim tivemos *reza* e não *rezamento*; *incômodo* e não *incomodamento*; *resposta* e não *respondimento*, *etc*. Na formação do diminutivo conheceu a língua arcaica *manselinho*, *mocelinho*, com o sufixo *elinho*, que desapareceu. As formas hipotéticas, aventadas por J. J. Nunes: *mansel*, *mocel*, para explicar os diminutivos acima citados, são desnecessárias. Em *donzelinha*, *dosselinho* o sufixo é o comum *inho*, pois, que existem os normais *donzel*, *dossel*. Não encontramos, neste período, o sufixo *ito*, *ita*, que veio do espanhol, embora já existisse no latim vulgar, segundo alguns, do latim africano. O uso maior de tal sufixo está nos períodos também de maior influência castelhana. No português de Portugal é comuníssimo, de modo especial, nas partes do Norte do país: *rapazito*, *pãozito*, *quenito*. No Brasil é desconhecido do povo. Alguns, que o empregam, são literatos e o fazem por imitação da fala portuguêsa, européia. Preferimos sempre *inho*, *zinho*, *ico*: *rapazinho*, *pãozinho*, *pequeninho*, *pequenito* (raro), *pequetitinho*, *pequetitico*, *pequetitinhiquitinho*, com grande luxo de acumulação sufixal.

A língua arcaica não conheceu, como vimos em lugar próprio, as formações gradativas sintéticas, mormente, dos superlativos. As únicas sintéticas foram estas lembradas para o diminutivo e *on* para o aumentativo. Na língua clássica, sim, por aproximação ao latim literário, é que proliferaram as formas sintéticas, formando-se rica série de sufixos gradativos. Os diminutivos em *ote*, *ete*, *eolo*, *ulo*, são do tempo clássico e moderno: *bispote*, *bonitote*, *diabrete*, *alvéolo*, *auréola*, *opúscula*, *etc*. Muitos dêstes já perderam o sentido primitivo de diminutivo. Entre as formações aumentativas, não arcaicas, mas clássicas e modernas, enumeramos *az*, *ázio*, *aço*, *arro*: *ladravaz*, *cartaz*, *copázio*, *pratázio*, *munhecaço*, *mulataça*, *bocarra*, *pratarro*, *sapatorra*. Além da acumulação sufixal, muito comum na língua popular, dispomos de outras em que os sufixos se combinam, dando uma terceira significação desconhecida. De *lama*, *lodo*, *carrasco*, temos *lamaço*, *lodaço*, *carrascaço* e depois *lamaçal*, *lodaçal*, *carrascal*, aparecendo, ao lado do significado de *forte*, *grande* (*aço*) o de coletivo, de quantidade *al*. O adjetivo comum *ancho*, do espanhol e do português, influiu em *feio*, vindo depois a acumulação de outro sufixo aumentativo *ão*, dando-nos *feianchão*. O latim *asclu*, *acho*, encerra quase

sempre matiz depreciativo: *populacho, fogacho, capacho*. Deu-se o mesmo com *eco*: *moceca, soneca, careca, caseca*. Muitos nomes assim formados já perderam o sentido gradativo, passando a simples normais: *soneca, careca, capacho, riacho, macho, muacho, terraço, espinhaço, bagaço, linhaça, negaça, arruaça, etc*.

No período arcaico foi corrente o sufixo *ádego*, de origem erudita, quase sempre da língua do direito: *padroádigo, portádego, terrádego, tabelliádego*. Transformou-se fonèticamente o latim *atu, ata*, em *ado, ada*: *marquesado, baronado, estado, reinado etc*. A língua clássica, sem desprezar esta série, usou da forma quase latina *ato, ata*: *marquesato, baronato, presbiterato, canonicato*. Ambas vivem ainda hoje. Através do provençal chegou-nos o sufixo *age*, depois *agem*, evolução do latim *aticum/atche, age, agem*: *viaticum/viatche, viage; viagem; personaticum/personage, personagem; folliaticum/foliage, folhage, folhagem, etc*. A êste sufixo, ainda se referem *linhagem, hospedagem* e a língua atual, por analogia fêz de *garage, garagem*. Curioso é a formação de *estrangeiro*: *extraneum/strantche, strange, estrange* a que ligamos o sufixo vernáculo *eiro*: *estrangeiro*. Um dos sufixos mais produtivos e a que acima fizemos menção, é *atus, ata*, em latim simples terminação dos particípios passados: *amatus, amata*. Forma, em nosso idioma, nomes de variados matizes semânticos, simples adjetivos qualificativos como *silvado, relvado, enovelado, ramado, derramado, barbado*. Substantivos de significado coletivo: *boiada, carneirada, gentarada, pingueirada, molecada, cachorrada, papelada*. Nomes que sìgnificam ação produzida por instrumentos: *pancada, facada, pedrada, dentada, punhalada, espadada, etc*. Nomes, sempre femininos, em que se vislumbra a idéia de quantidade ainda que não coletiva: *marmelada, goiabada, pomada, presuntada*. Aparece então a palavra *bofetada* que é um golpe, uma punhada, um tapa dado, hoje, no rosto de um pessoa, mas antigamente, na *bufa, bofa*, parte da armadura medieval que protegia a bôca do guerreiro. Tal golpe, produzindo forte deslocação de ar, podia fazer cair a vítima. Se a formação fôsse vernácula, deveríamos ter *bofada, bufada* e não *bofetada*. Temos de recorrer ao francês antigo *buffet*. Em português, não havendo palavras terminadas em consoante dental, lhe acrescentaram *e*: *buffete*, como atualmente se fêz, no Brasil, *bonde, clube* (*bond, club*). Deu-lhe, então, o sufixo comum *ada* e apareceu a palavra *bofetada*.

O latim *ale* deu-nos *al*: o sentido é coletivo: *laranjal, cafèzal, chazal, bambual, bambuzal, carrascal*. Todos êstes são nomes. Se forem adjetivos, perdem o significado coletivo: *floreal, lirial, angelical, celestial, terreal*. Muitos dêstes adjetivos foram substantivados e por isto não trazem, como os primeiros, a idéia de quantidade: *bocal, bedal, braçal, casal, portal, punhal, oficial, general*. Do latim *aclu, acla*, saiu *alho, alha*: *cabeça-*

lho, espantalho, escumalha, ramalho, maravalha, gentalha, etc. Pode combinar-se com *ão* para aumentativos depreciativos: *atrapalhão, navalhão, ramalhão, espantalhão*. O latim *amen* está em português *ame,* quantitativo: *cordame, carname, vasilhame, raizame, moçame, pelame*. Os particípios presentes, já no latim vulgar, tiveram grande influência na formação dos nomes abstratos, passando *antia, entia* para *ança, ença* no período arcaico e *ancia, encia,* no clássico: *benevolença, omildança, credença,* hoje *benevolência, constância, credência, esperança, deficiência, etc*. A forma *ança* está viva nas formações *abastança, andança, folgança, maridança, lembrança, fiança, mudança, semelhança, vingança, segurança, confiança, matança*. As formações em *ancia, ência,* foram do tempo clássico: *elegância, equivalência, instância, penitência, arrogância, petulância, ignorância, etc.* De origem ibérica existe o sufixo *anca*: *potranca, bicanca,* foi que evolucionou, normalmente, em *chanca,* calçado de pau. Há sempre o significado de forte, grande. Os gerunditivos latinos substantivaram-se em português, criando-se assim, os sufixos *ando*: *fazenda, moenda, prebenda, vivenda, memorando, reverendo, colendo* e modernamente na linguaguem escolar: *doutorando, bacharelando, odontolando, professorando,* com lembranças da forma verbal latina: os que se devem doutorar, bacharelar, formar-se em odontologia, etc. Camões ainda usou: *rios admirandos*. A terminação latina *anea, ineu, ,onea, uneu* passando a *anha, enho, onho, unho* funciona como sufixo: *castanho, castanha, sedenho* (*setineus*), *ferrenho* (*ferrineus*), *Alemanha, Bolonha.* (*Bononea*), *Crunha* (forma arcaica), *Corunha* (*Crunea*), *cunha*. O resultado português *inho, inha,* pode provir ainda do latim *inu, ina*: *galinha, vinho,* passando primeiro pelas formas arcaicas *galĩa, vĩo*. Surgem, neste capítulo, algumas palavras que parecem provir dêstes sufixos, mas realmente são deverbais: *maranha, barganha* de *maranhar,* hoje mais comum *emaranhar*, e *barganhar* que nos veio através do provençal. Assim temos ainda *apanha* (a *apanha* do café). Em *manha,* habilidade, traça, está, o latim *manus* donde *manear* e *amanhar* Mas em *manha,* chôro, pranto, está o latim *mania,* que Festus nos explica como sendo um boneco, espécie de imagem do bicho papão, com que as amas amedrontavam as crianças para fezê-las dormir. Em ambas as formações encontramos a terminação *anea, ania*. Em *façanha* está o verbo *faça+anha* e por isto devemos rejeitar o que diz Meyer Lübke (REV 3128) e Allen Jr. (Portuguese Word Formation — pg. 17 - A) quando pensam que *maranha* se originou de *Maranhão,* quando esta palavra é indígena.

Com o sufixo *ão* aumentativo há vários reparos ao ensino de Allen Jr. e outros que só conhecem a língua livrescamente, por exemplo, quando diz que em *narigão, rapagão* existe a transformação do *c* latino (*naricem, rapacem*) em *g,* pois, são mais correntes as formas *narizão, rapazão* em que se vê a assibilação do *c* e não a guturalização. Nem é

verdadeiro o ensino de que em *perdigão* exista sentido pejorativo: não há nenhum. Em *caminhão* não se encontra influência de *caminho, caminhar* como querem alguns: a palatização *nh* proveio fonèticamente da terminação francesa *camion* como já se havia dado em *ino* = *io*. A formação foi esta: *camion* = *camião, caminhão*.

Muitas palavras portuguêsas apresentam a terminação *ão* sem que encerrem significado aumentativo, mas normativo: *irmão, limão, pagão, sacristão, leitão, vilão, formão, rojão, botão, sótão, órgão, órfão, acórdão, zangão, etc*. Reproduzem o latim *onem* (*leonem* = *leão*), *anum* (*sacristanum* = *sacristão*).

O latim *aris, are* deu-nos *ar* na formação de adjetivos e de substantivos, êstes com sentido coletivo quando se referem a plantas: *escolar, pomar, vilar, palmar*. Em tal caso usa-se com maior freqüência *al*: *cafezal, pinhal, bambual, etc*. Em *pilar, jantar* o sufixo é outro *ar* proveniente das formas verbais *are*, sendo deverbais ou infinitos substantivados. Por meio do latim entrou na língua o sufixo germânico *ard* e com a mesma formação recebemos palavras de igual origem através de outras línguas como do italiano: *galhardo*, e do francês: *petardo, espingarda, tabardo*. Nos nomes próprios é também comum: *Eduardo, Ricardo, Bernardo e Geraldo*. Como em germânico a dental sonora *d* é pronunciada surda e fortemente *t*(*art*) dela temos exemplos em *Duarte, estandarte, espadarte*.

De grande uso e de grande produtividade é o sufixo composto *aria* (*ar*+*ia*) com a variante *eria*: *cavalaria, cavaleria; infantaria, infanteria; lotaria, loteria; leitaria, leiteria etc*. Como se formou esta variante *eria?* Pela dissimilação do primeiro *a* em *e*: *infantaria* = *infanteria*. Não é necessário recorrer nem à influência de *eiro* e muito menos ao francês *erie*. Em regra geral, desde que se sucedam vários *aa*, um dêles se dissimila em *e*: *vantagem* = *ventagem; manear* = *menear; salamim* = *selamim; salame* = *selame*. Na língua arcaica predomina e ainda na clássica a forma dissimilada: *infanteria, bateria, cavaleria, etc*. Não existe aqui nenhum galicismo: é fenômeno próprio do português. Note-se que a terminação *aria* é paraxítona; modernamente, por influência do espanhol, já se diz *maquinária* quando deveria ser maquinaria. O sufixo proparoxítono; *ário, ária* passou a *airo, aira, eiro, eira*: *operário, obreiro; fornario, forneiro*. Como esignativo de nomes agentes é communíssimo: *costureira, lavadeira, faladeira, mexedeira, sapateiro, marcineiro, fogueteiro, padeiro, etc*. A forma em *ário* é erudita: *veterinário, operário, escriturário, serventuário, comerciário, bancário*.

O sufixo *ário* combina-se com *icio* em *ariço* na formação de nomes agentes: *cavalariço, eguariço, porcariço*, isto é, aquêle que toma conta

dos cavalos, das éguas, dos porcos. Em *embarcadiço, caniço, feitiço, chouriço,* aparece o latim *icium*, o português *iço*. Em alguns outros nomes deverbais é a terminação freqüentativa *itiare* como em *derriço* (*derriçar*), *esperdiço* (*esperdiçar*), *etc.*

De origem ibérica, mais pròximamente basca, temos *arro, orro, urro*: *bocarra, sapatorra, enxurro*. Na palavra *cachorro*, que Meyer Lübke pensa provir do basco *tsákur*, pensamos que está o sufixo *orro*, mas o tema vem do latim *catlu* = *cacho* + *orro*. Para admitir-se *tsákur* seria necessária uma insólita metátese: *chackur* = *cachur*. O significado dêste sufixo não é simplesmente aumentativo, mas indicante de fôrça física, o que se vê ainda mais aumentado em *cachorrão* em que se combinam os dois sufixos: *arro* + *ão*. Em *santarrão* o sentido predominante é depreciativo. De curiosa formação são os nomes em *astra, astro*, às vêzes, com a dissimilação da vibrante, outras não: já em latim queria dizer "aquele que faz as vêzes de", como em *padrasto, madrasta*. Em *poetrasto, medicastro* não se deu dissimilação alguma. Ao lado de *age, agem* provenientes de *aticum* através do provençal, o que já foi estudado neste capítulo (*linhagem, folhagem, vadiagem, etc.*) temos representantes literários em *atico*: assim o latim *viaticum* produziu, em português, *viagem* e *viático*. *A* evolução fonética da palavra foi acompanhada de evolução semântica: aquilo que se levava para alimentação nas viagens (*viático*) passou a significar a mesma *viagem*. Na linguagem religiosa *viático* significa sòmente a Eucharistia, a última comunhão. A série latina *attus, ittus, ottus*, cuja origem ainda está em discussão, encontra-se largamente representada em nosso idioma: *regato, lobato, chibato, novato, caixote, fidalgote, barrote*. O latim *ittus* foi produtivo em francês e italiano e por via destas línguas apareceram em a nossa: *bilhete, sabonete, lembrete, topete, fardeta, vinheta, clarineta, naveta, carreta, soneto, quarteto, verseto*.

As formas latinas de acusativo em *tatem, itatem* passaram ao português evoluidas em *dade, idade*, dando-nos palavras como *liberdade, cristandade, mocidade, bondade, puridade, castidade, imortalidade*. Do sufixo latino, ativo, *torem* saiu o nosso *dor* (*agenciador, carregador, lavrador, trabalhador*) que se combina com *eiro, eira*: *aguardeiro, agenciadeira, lavadeira, trabalhadeira, cerzideira*. Nesta mesma ordem está o latim *tricem, triz*: *atriz, imperatriz, dictriz*. De *asclu, ascla* temos *acho, acha*: *fogacho, acha, patacho, penacho*, e com dissimilação de *a* em *e* *apetrecho, ventrecho*. Pensamos que o sufixo depreciativo *eco, eca*: *padreco, bodeco, caneco, Maneco, peteleco, marreco, charneca, caneca, meleca*, seja alteração de *icus*. Em *edo*, coletivo, temos, o latim *etum*: *arvoredo, olivedo, vinhedo, alamêda, passaredo*. Já o sufixo *ejo* nos veio de Espanha bem como *enho*: *animalejo, cortejo, lugarejo, portenho, islenho, madrilenho*. Mas *elho* procede do latim *iclum*: *artelho, coelho, rapazelho, fedelho*. Deu-nos também *ilho*: *fitilho, atilho, cigarrilho, quadri-*

lha, pandilha. Querem alguns que também êste seja de procedência espanhola. A língua arcaica conheceu o sufixo *elinho* que ainda vive em pouquíssimas palavras como *manselinho, mecelinho, fraquelinho, igrejelinha, Soutelinho*. Não existe em *donzelinho* porque a formação é outra: *donzel* + *inho*. Nisto se engana Nunes e os que o seguiram. Do latim *ellum, ella* temos *elo, ela*: *cadelo, cadela, janela, janelo, portela, portelo, mordidela, lambidela, dentadela, fivela, etc*. Muito raro é o sufixo *engo, enga*: *avoengo, judengo, pendenga*. Bastante pouco produtivo é o latim *ernum, ernam* que vemos em *caverna, lanterna, cisterna, luzerna, inferno, etc*. Em *esco, esca* temos o latim *iscum, iscam*: *grotesco, furbesco, parentesco, soldadesca, arabesco, barbaresco*. *Grotesco, furbesco* vieram-nos já feitos do italiano. O latim *issa* dá-nos duas séries de derivados: *issa, essa*: *pitonissa, diaconissa, abadessa, condessa*. Deu-nos ainda *isa, esa*: *pitonisa, diaconisa, poetisa, sacerdotisa, prioresa*. Quando temos *ez, eza*, devemos pensar em *ities itia*: *magrez, magreza, escassez, escasseza, cainhez, cainheza, redondez, redondeza*. Mas quando temos *ês, esa*, devemos proceder de *ense*: *português, portuguêsa; francês, francesa; dispesa, empresa*. Muitas vêzes, o latim *ities* deu *ice*: *velhice* (*velhez*), *criancice, burrice, bobice, garotice, pacholice, sandice, pequice, etc*. De *itia* saiu naturalmente *iça*: *pigritia* = *preguiça; lingutia* = *lingüiça; justitia* = *justiça; malícia, cobiça*.

Há, em nossa língua, dois sufixos com a mesma terminação *ia*, não porém com a mesma acentuação: tônico *ía* de origem grega; ia, *átono*, e origem latina. Esta concorrência tem dado oportunidade a muitas discussões e a muitas variedades de acentuação nas línguas românicas. Assim, querem uns que se diga *enciclopédia, autopsía, necropsía* e outros: *enciclopédia, autópsia, necrópsia*. Os primeiros baseiam-se no grego, os segundos, no latim. Pronunciamos paroxìtonamente *democracia, aristocracia, academia* ao passo que os espanhóis lhes dão acento proparoxítono: *democrácia, aristocrácia, académia*. Em italiano é *polizía, farmacía*, ao passo que entre nós só se dizem *polícia, farmácia*. Na nossa própria língua são admitidas as duas acentuações: *Oceânia, Oceanía; alopécia, alopecía*. E' necessário tomar por norma a procedência da palavra: se não de cunho erudito, forjadas pela ciência atual, não tendo, portanto, passado pelo latim, conservam a acentuação grega, paroxítona. Em caso contrário, devemos guiar-nos pelo latim. Ainda com estas precauções as variantes serão numerosas. Do latim *isclum* provém o sufixo *icho* que aparece em *cornicho, rabicho*, segundo pensa Leite de Vasconcelos. Excluem-se desta formação os empréstimos do italiano *capricho, salsinha* e os deverbais *espicho, esguicho*, e o têrmo de gíria *micho*. Os nomes latinos terminados em*udinem*: *fortitudinem, firmitudinem, multitudinem* deram ao português o sufixo *idão* que passou a formar nomes abstratos como *branquidão, amarelidão, escravidão, retidão, prontidão, pretidão, etc*.

Faz-lhe concorrência *ura, dura,* antiga terminação dos particípios futuros: *brancura, pretidura, frescura, andadura, tristura, verdura, lavadura, etc.*

O mais vulgar e produtivo sufixo é *ido, ida,* do latim *itum, itam;* vêmo-lo na formação de nomes derivados de verbos como em *estalido* (*estalar*), *ladrido* (*ladrar*), *balido* (*balar*), *etc.* De *iginem* deriva-se *igem*: *fuligem, origem, vertigem, impigem.* O latim *icum, icam* passa ao português *igo, iga*: *trigo* (*triticum*), *figo* (*ficum*), *sirgo* (*sericum*), *amigo* (*amicum*), *postigo* (*posticum*), *etc.* Regularmente de *ilem* surgiu *il*: *covil, redil, canil, funil, Brasil, anil, etc.* De farto uso na formação dos diminutivos é *inho, inha* oriundos de *inum, inam*: *mesinha, livrinho, igrejinho, santinho, pratinho, etc.* Quando o nome é oxítono ou termina em nasal, intercala-se *z* eufônico: *mãozinha, paizinho, irmãozinho, cafèzinho, pèzinho.* Derivados de *iscum, iscam* temos *isco, isca* em pequeno número da palavras: *arisco, pedrisco, chuvisco,rabisco, petisco, faísca, marisco.* Dos mais comuns e produtivos é *ismo,* do latim *ismus,* sobretudo, na formação de nomes abstratos: *cristianismos, catolicismos, modernismo, fascismo, comunismo.* Em íntima correlação com o precedente está *ista,* indicador de sequaz, profissional, etc.: *comunista, fascista, artista, copista, dentista,* podendo ainda indicar simples adjetivos pátrios: *paulista, santista, sulista, nortista.* Ao lado dêste há *ita* de procedência literária, tanto que não transforma a dental surda *t* em sonora *d*: *jesuíta, eremita, islamita.* Júlio Moreira pensa existir o sufixo *eima* destacando da terminação de *freima, teima* e que aparece na formação de raras palavras como *toleima, guloseima, boleima.*

Da formação prefixal pouco há que dizer, a maioria das formações vocabulares origina-se da derivação sufixal. Convém notar a diferença semânica do prefixo *des* (*de*+*ex*), ora como sentido de negação, ora de refôrço. Do primeiro caso, o mais comum, temos exemplos em *desamar, desadorar, desandar, desfazer, desvestir, desdizer, etc.* Do segundo, mais raro, apontamos: *desnudar, desinfeliz, desinquieto, desenxabido, desabusado, desaustinado.* No mesmo sentido temos *ex*: *exagitado, exagitar, exasperado, exasperar.* Muito comum é a formação de nomes tirados de pessoas verbais, o que se chama *deverbal.* Em geral substantiva-se a terceira pessoa do singular do presente do indicativo, mas qualquer outra pessoa poderá sofrer esta derivação: *reza, caça, venda, compra, pêsames,* são terceiras pessoas singulares; *vôo, engano, revôo* são primeiras do singular. Exemplos de derivação regressiva temos em *alinhavo* tirado de *alinhavão; aço* de *aceiro; rosmano* de *rosmaninho.* (Gram. Normativa — 114). *Aristocrata, democrata, burocrata, diplomata,* tirados regressivamente de *aristocracia, democracia, burocracia, diplomacia.*

Convém dizer alguma coisa a respeito do raro prefixo depreciativo *ca*: *calombo, caolho,* cuja origem tem sido dada por alguns como sendo africana ou indígena, quando autores tais como *Nyrop*, (Gram. Hist. de la Langue Fran. — III, 238), J. J. Salvedra de Grave (Neophilologus — XXV — 1939, pg. 60) o dão como flamengo e citam os exemplos: *caniveau, caborgue, caliborgue, cabosser, califourchon, cafard, cajolet, calembour, etc.*

Merece menção especial o prefixo latino *re* de muito grande emprêgo na língua: *rever, recuperar, redizer, reviver, remoçar, etc.* Na língua arcaica, destacou-se êste prefixo, tomando a forma de advérbio. Destacado do tema nominal, *re* sofreu metátese, passando a *er* e depois a *ar* como sempre acontece a *e* se segue a vibrante *r*. *lacertum = lacartum*. Assim temos no Cancioneiro da Ajuda: *er dizer, er vi, er quiso* com o significado de *de novo, mais uma vez, etc.* Com a forma *ar* aparece na formação de muitos verbos: *ar catar, ar matar, ar poder, ar querer, etc.* (Non catan Deus, nem *ar* catan mesura... que por per poucas m'*ar matava,* nem mi *ar* poss'eu dela quitar. e se o non *ar* quiseren fazer).

Modernamente, de modo especial em Portugal, a terminação *avel* (*abile*) passou também a ser empregada como se fôsse adjetivo independente, no sentido de *oportuno, propício*. Na Revista Lusitânia, vol XXXVI, pg. 88, encontra-se êste exemplo: "Semeio os nabos logo que veja o tempo *avel* para isso. Não tenho aí nada *ável* para o servir". Vai tendo grande uso a composição com *para,* indicando-se com êste prefixo um sentido paralelo, quase oficial como se vê em *para-estatal, para-militar, para-universitário*. Não deve ser confundido com outro de procedência italiana que se evidencia em *parapeito, parabrisa, pararraio, etc.*

COMPOSIÇÃO

Além da formação prefixal, que muitos aceitam como simples composição, conheceu a língua arcaica a formação de novo têrmo significante por simples aposição de palavras, que, em separado, possuiam semântica própria, bem como a fusão de verdadeiras locuções, tais como *você* (*vossa mercê*), *embora* (*em boa hora*). Foram correntes, na poesia trovadoresca: *dona-virgo, dona d'algo, filho d'algo* e mais tarde, do espanhol, *fidalgo; rico-homem, ricome, boandança, malandante, sem-ventura, mal-dia* (dia infeliz, dia aziago), *bon-dia* (*dia feliz*), *mal-pecado, mal-seso* (falta de juízo), *mal-sen* (ainda falta de juízo), *mal-ponto* (mau momento), *bom-ponto* (bom momento), *forte-dia, agora, ogano, todavia, oimais,* (hoje mais, de hoje em diante), *quiçá, mantenente* (equivalendo, mais ou menos, a queima-roupa), e outras onde entram preposição mais adjetivo, mais substantivo: *ameude, ameudo, adeus* (*a Deus*),

mal-talan (má vontade), (C. A. 6948) — *mal-tempo* (C. A. 4664). — *mal-preço* (C.A. 9280) — *mal-mundo* (C.A. 10327) — *mal-conselho* (C.A. 1124).

"Ome seria eu de mal-sen/se se non punhass'eu vus veer" (C. A. 1058).
"Ca hum ric'om'achei eu mentireiro (C. A. 979).
"e, mal-pecado! moir'og'eu assi. (C. A. 1080).
"e por aquesto podedes osmar/que mal-senso faço de vus servir" (C. A. 9950).
"Mal-dia nad'eu que vos vi (C. A. 6.61).
"E vos bon-dia nada! (Idem-ibidem).
"Senhor do corpo delgado/en forte-pont'eu fui nado!
"que nunca perdi cuidado/nem afan, des que vus vi./En forte-pont'eu fui nado
"senhor, por vós e por mi. (C. A. 6460).
"Ay, mia senhor! en bon-pont'eu fui nado! (C. A. 6350).
"Perdi-o solo verde ramo/por en chor'eu, dona-dalgo,
"e chor'eu, bela! Perdi-o solo verde pino/por en chor'eu, dona-virgo,
"e chor'eu, bela! (C. A. 507).
"E o sem-ventura de seu marido foi lançado essa mesma noite no mar com uma pedra no pescoço". (F. M. P. — Peregrim. I-19).

Todos os processos comuns continuaram a produzir novos compostos nos períodos subseqüentes. Recebeu ainda a língua empréstimos compostos de outros idiomas, mormente, quando denominadores de novos utensílios, de novos recursos da civilização, tais como: *couve-flor*, *beterraba*, *café-concêrto*, *carro-dormitório*, *papel-moeda*, *astro-rei*, *carro-salão*, *carro-pulmã*, *água-forte*, *criado-mudo*, *livre-pensador*, *alto-forno*, *claro-escuro*, *porta-voz*, *porta-bandeira*, *pára-quedas*, *pára-raios*, *pára-vento*, *pára-brisa*, de origem francesa e italiana e já agora alguns de procedência norte-americana. Com o desenvolvimento da língua portuguêsa no Brasil, vários vocábulos tupis penetraram no léxico do idioma, compostos também êstes, mas, pelo seu exotismo, tidos como simples. A língua indígena do Brasil recorre aos mesmos processos de todos os idiomas, combinando substantivos + substantivos, verbos + nomes, adjetivos + substantivos, etc. Assim conhecemos alguns exemplos: *boiuna* (*mboia* + *una* = *cobra preta*), *pirassununga* (*pira* + *sununga* = *peixe que faz barulho*), *boitatá* (*mboi* + *tatá* = *cobra de fogo*, isto é, fogo-fátuo), *igassaba* (*i* + *gassaba* = *pote de água*, tomado depois para designar as urnas funerárias dos indígenas), *jaguaraiva* (*jaguar* + *aiva* = *cachorro que não presta*, isto é, de raça comum), etc.

CAPÍTULO XI

NOTAS DE SINTAXE ARCAICA

Não temos a ilusão de apresentar, nesta parte de nosso estudo, uma sintaxe arcaica perfeita e completa. Não existindo nenhum trabalho satisfatório, neste particular, tivemos de respigar nos autores medievais do período aquelas regências, concordâncias e colocações de palavras na frase e de frases no parágrafo, que nos pareceram de cunho mais estritamente arcaico, de emprêgo já desaparecido ou quase desaparecido no português moderno. Sòmente as pessoas, que se dão ao árduo e fatigante trabalho de pesquisa de textos poderão compreender as dificuldades que tivemos de vencer e o minguado fruto que de tão demorada quão fastidiosa colheita podemos oferecer neste livro. Estamos certos de que muitos pontos nos escaparam, que outros ficaram escassamente documentados, mas nutrimos a esperança de que outros, caminhando por estas mesmas sendas, virão completar o que deixamos apenas esboçado. O critério, digamos assim, negativo, que nos serviu de guia, foi o português moderno, entendendo por português moderno a língua escrita e falada desde o final do século XVIII até hoje. Tudo o que nos pareceu já fora de uso nesta língua moderna, demos por arcaico. Prolongamos também, de caso pensado, o terreno das pesquisas até os primeiros clássicos do idioma. Assim, documentamos muitas vêzes com Luis de Camões, Ferreira, Barros, Couto, Heitor Pinto, Fernão Mendes Pinto porque, embora considerados clássicos, mais cronològicamente do que filològicamente, todos êles estão cheios de usos e empregos arcaicos. Outro ponto que nos serviu de guia foi o português do Brasil: como é nota geral de todos os dialetos, a nossa língua é de cunho conservador, reproduzindo e conservando desde o vocabulário, desde a fonética até a sintaxe, o geral daquele tipo aqui trazido pelos primeiros povoadores, isto é, aquêle tipo então corrente, mas hoje denominado arcaico. Fazemos com muita instância e freqüência comparações e referências ao nosso falar vivo para esclarecer a muitos que andam errados no assunto, pensando que tais usos nossos sejam brasileirismos, criações nossas quando são apenas conservações de bons empregos vernáculos daqueles tempos. Como a esperança não nos abandona até mesmo nas vésperas da morte, temos a intenção de melhorar êste trabalho nas edições futuras, que

esperamos, serão muitas, para nosso prazer e gáudio ainda maior dos editores.

Construção do período:

A maior dificuldade da prosa medieval foi a divisão das cláusulas de que se compõe o período. Ora pecou o escritor por excesso, reunindo num só parágrafo orações que deveriam estar separadas, formando novos períodos, ora pecou por deficiência, separando aquelas que pelo sentido, pela mútua dependência, deveriam estar juntas numa só unidade lógica.

Ex. "Don Diego era mui bõo monteiro e, estando ũu dia en sa armada e atendendo quando verria o porco, ouviu cantar muito alta voz ũa molher en cima de ua peña e el foi para lá e viu-seer mui fermosa e muito ben visitada namorou-se logo dela mui fortemente e preguntou-lhe quem era e ela lhe disse que era ũa molher de muito alto linhagen, e el lhe disse que, pois era molher d'alto linhagen, que casaria con ela, se ela quisesse, ca el era senhor daquela terra toda, e ela lhe disse que o faria, se lhe prometesse que nunca se santificasse, e ele lho outorgou e ela foi-se logo con ele".

(A dona pé de cabra)

"E torñado o proçesso ao fyo de seu casamento que atras leyxey ao tẽpo que este casamento se fez em arragã Erã grandes guerras e defferenças ẽ castella antre elRey dom Affonso X e o jffãte dom Samcho seu filho cuja parte el Rey dom Pedro daragã favorecia e servia e por este caso reçeãdo de emvjar sua filha por terra a seu marido elRey dom denis hordenaua que vyesse por mar, mas por outros pejos que da vinda do maar se ofereciã hordenou de todavya vijr por terra e sua cõpanhia mãdou o bispo de valença e muitos outros caualeyros dos melhores de sua terra e lhe deu muy Riquas Joyas douro e pedrarjas e grande bayxella de prata e cõ ella veyo el Rey seu padre atee o estremo de castella honde antes de se espedir falarã ambos apartados e por grande espaço e se despedindo elRey della, elle cõ os olhos muy cheos de saudosas lagrymas lhe disse, filha deus que te chamou para este casamento e lhe prouue que de minha casa saysse cõ nome de Raynha, elle neste caminho te queyra guardar para que nã reçebas pejo nẽ dãnno algũu. E deus que na terra honde naçeste te Amou e quis que de todos sempre foses amada, endereçe tua vida e teus feitos nessa para honde vas de maneira que faças cousa de seu seruiço e prazer, e te de sempre auença e bõa cõcordia cõ teu marido . (Rui de Pina — Crônica de D. Dinis — pg. 18-19).

Nestes dois exemplos o excesso de orações num mesmo período é gritante. De cada um dêles se poderiam fazer muitos outros. O defeito

contrário era também comum se bem que não tanto quanto êste: separavam orações e cláusulas que deviam, lògicamente, estar unidas, na construção do mesmo período, do mesmo parágrafo.

Exs.: "Nenhũu nõ se quis escusar d'ir. E quando chegaron aa riba do mar non viron nenhũa das naves". (Vida de S. Nicolau) — "E' pera que tãtos males cõ bem e paz de todos çessasse. De cõtino e cõ muy deuotas e perseeuradas lagrimas fazia suas orações a deus". (Rui de Pina — Cr. de Dom Dinis — pg. 48).

Vê-se que nos dois exemplos a separação é de todo errada, devendo-se tirar o ponto final, ligando as duas partes em que se repartiu o período. Esta mesma deficiência de divisão oracional, defeito que sòmente a rudeza dos tempos e a falta de técnica literária podem desculpar, passou, nos tempos modernos, na tal escola modernista, a ser um dos característicos mais apreciados, uma das novidades de maior tomo por seus adeptos apresentada.

Parataxe e hipotaxe:

A parataxe ou simplesmente a coordenação das frases no período é um dos tipos mais simples da construção do parágrafo. Assim se expressam todos os que se servem da linguagem oral, no comum da vida social, ligando as orações apenas por copulativas, ou então, o que é mais freqüente ainda, colocando uma frase após outra, por mera justaposição. Tal característico da língua viva e falada pelo povo teve o seu reflexo na escrita do povo português nos seus primeiros ensaios de prosa literária. A *hipotaxe*, isto é, a subordinação, com os seus liames adverbiais, com as suas frases relativas, intimamente ligadas à principal, demanda já maior perícia de raciocínio, de pensamento e grande técnica literária. Por isto mesmo não foi a subordinação o tipo de construção fraseológica preferido pela língua viva, em tempo algum, e pôs em embaraço não só os escritores arcaicos, mas também os primeiros clássicos, que se viram enleados e emaranhados cada vez mais, nessas circunstâncias adverbiais, nessas orações relativas e integrantes que faziam um todo lògicamente articulado. Dêstes dois tipos resultaram defeitos que vemos repetir-se em todos os que se iniciam na arte de escrever: a monotonia das copulativas, a insuportável série dos *quês*, dos *ondes*, a confusão do pensamento.

A) *A copulativa e*: "Em Roma, foy hũu homẽ per nome chamado Eufemyano, nobre *e* rico muito *e* era dos grandes *e* dos priuados em casa do enperador *e* este tjnha tres mil moços uistidos todos de uistiduras de sirgo *e* cingiam todos douro. (Lenda de Santo Aleixo — Dinorah da Silveira Pecoraro — pg. 49).

"Tu viste de teu sobrinho sair un lago *e* dele sairem nove rios *e* os *oitos* eran todos iguaes *e* o novenno, que derradeiro nacera, era tan fermoso *e* tan grande como todos os outros *e* o lago era mui fermoso *e* mui grande *e* tu olhaste *e* viste sobre ti vir un omen que tinha semelhança do verdadeiro crucifixo *e* quando deceu, entrou no lago *e* lavou nele os pés *e* as pernas *e* outro si en todos os outros oito rios *e* no nono se lavava todo". (Josep ab Aramatia).

B) A integrante e o relativo *que* — Ainda quando empregavam as orações integrantes e relativas, portanto, a hipotaxe, não dispensavam a ajuda da copulativa *e*, uma espécie assim de auxílio para transpor os abismos das orações. Eis alguns exemplos:

"E disse-lhe *que* cavalgasse en ele e *que* o poria en Toledo ante a porta u jazia seu padre logo en esse dia e *que* ante a porta um cavalo, posesse, *que* ali decesse e *que* o filhasse pela mão e fizesse *que* queria falar com ele, *que* o fosse tirando contra a porta u estava o cavalo e *que* des *que* ali fosse *que* cavalgasse eno cavalo e *que* posesse seu padre ante si e *que* ante noite seria en sa terra con seu padre e assi foi. (A dama pé de cabra).

Já no período clássico, João de Barros ainda se conserva com os mesmos defeitos dos arcaicos apesar de se haver preparado para escrever, com perfeição estilística a sua "*Asia*" como êle próprio o declara no prefácio. Basta êste exemplo comprobatório.:

"E porque quando o alevantaram por seu Calyfa foi com lhe darem juramento *que* havia de ir destruir o Calyfa, *que* então residia na Cidade Damasco, *que* era da linhagem a que elles chamam Maraunion, em a qual havia muitos annos *que* andava o Calyfado per modo de tyrannia mais que por eleição, *e* por isso esta geração mui favorecida antre a maior parte dos Arabios: ordenou logo este novo Calyfa hum seu parente per nome Abedelá ben Alle, *que* com grande numero de gente de cavallo fosse sobre o Calyfa de Damasco, o qual Abedelá, sendo com este exercito junto do rio Eufrates, topou o mesmo Calyfa novamente alevantado nas partes da Mesopotamia; *e* rompendo ambos seus exercitos, houve ante elles huma muito crua batalha, em que o Calyfa de Damasco foi vencido, *e* temendo elle a furia deste seu inimigo Abedelá, quiz-se recolher na Cidade Damasco, de que tantos tempos fora senhor; mas os moradores della lhe fecharam as portas, sem o quererem receber, com que lhe conveio fugir para a Cidade do Cayro, onde achou peior agazalho, dizendo todolos Cidadões, *que* Deos os tinha livrado de hum tão mao homem, como elle sempre fora". (Asia — vol. I — pg. 4).

Êstes dois defeitos de construção do período lógico só desaparecerão completamente com os grandes prosadores do século XVII. A disciplina intelectual do raciocínio claro e bem ordenado, que lhes dará a filosofia

escolástica, será a grande causa de tão procurado e tão tardiamente encontrado recurso literário.

Em contraste com a prosa, apresenta-nos a poesia trovadoresca muito maior perfeição. Mercê da pequena extensão da frase poética e, sobretudo das frases feitas, espécies de clichês já elaborados pela escola galego-portuguêsa, fácil lhes era aos poetas expressar os pequeninos pensamentos de que se formava todo o estoque literário das Cantigas Medievais. A disposição mais comum de tais cantares era esta: na primeira parte da cobra estavam as coordenadas, equivalendo a uma afirmativa; na segunda vinha a confirmação ou a explicação e ambas se ligavam por *car* ou *ca*. Observemos êste esquema em Joam Garcia de Guilhade, um dos mais cultos trovadores do tempo:

"Quexey-m'eu d'estes olhos meus
Mays ora (se Deos mi perdon!)
quero-lhis ben de coraçon
e des oy mays quer'amar Deos
cá mi mostrou quen oj'eu vi.

"Pero ja non posso guarir
ca ja cegan os olhos meus
por vós e non mi val i Deos
nen vós..."

"E esso pouco que e de viver
vivê-lo-ia a muy gran prazer
ca mha senhor nunca mho saberia".

Apesar de tudo, nem sempre os trovadores conseguem desvencilhar-se do emaranhamento da expressão, como se pode notar nestes poucos exemplos:

"Senhor Deus *que* coyta *que* ey
no coraçon e *que pesar*
e non me devem d'aquixar
ergo, a mi, *ca* eu mh'o busquey. (C.B.N. 43)

"Por Deus *que* vos fez, mha senhor,
muy ben falar e pareçer,
poys a mi non pode valer
ren contra vos, *e que* farey
que eu conselho non me sey
nen atendo de me leixar
esta cuyta, en que m'eu andar
veio por vós, nunca saber." (C4B.N. 61)

"Deus lo sab'oge, mha senhor,
a que sse non absconde ren
de pram, ca vos quer'eu melhor
d'outra cousa, mays non por ben
que de vos atenda, ca sey
ca ja per vos non perderey
gram coyta do meu coraçon". (C.B.N. 64)

Na prosa ainda seria necessário distinguir a narração da dissertação. Quando se tratava de contar fatos e acontecimentos, assuntos objetivos a que o escritor assistia como simples espectador, as dificuldades eram menores. Existia já vocabulário suficiente e depois das primeiras traduções latinas já se havia formado também certo número de expressões e torneios de frases de que todos se valiam com o mesmo gôsto e desenvoltura. Quando, porém, se fazia necessário pensar, meditar, para do seu próprio íntimo arrancar as idéias, os pensamentos, então, os obstáculos eram muito maiores. O vocabulário abstrato ainda estava por se formar e era mister criar as expressões de tais sentimentos, que ainda não existiam. D. João I, o primeiro não só no título hierárquico, mas também na glória de prosador, dá-nos muitos exemplos em sua obra "Livro de Montaria". Quando reproduz métodos de montar, regras de bem criar cães; quando descreve a saída do "urso", o ataque dos cães, é já quase perfeito. Chega até a criar onomatopéias para reproduzir as vozes dos sabujos, lebreus no encalçamento da fera. Mas quando quer explicar as diferenças entre o *bem trazer-se* (vestir-se adequadamente) e o *trazer loução* (vestir-se elegantemente) entra em suores e faz-nos sofrer com as suas dificuldades de expressão. Leia-se esta página interessante:

"E porque este bem trazer am filhado os homẽes deste rreino de muytas maneiras, ca dizem algũus por bem trazer, trazer-se muy ricamente e outros trazer-se muy louçãaos: e estes dizeres ainda que ditos sejam, pero nom he todo hum, ca posto que o homem se traza bem, nom he por isso louçãao; e se quiserdes veer como som departidas estas tres cousas, sabeis que trazer-se ricamente nom he trazer-se bem, ca muytas vezes veedes que hum homem se traz de muy ricos panos, ainda que seiam brolados de aljofar, ou de pedras, e podem ser tam mal feitos, ou trazellos em tal lugar que todallas riquezas que em si trouvesse lhe pareceriam tanto como nada. Assi como andando hum cavalleiro ou escudeiro em sua casa, e indo veer em como se cavam as vinhas e entom levando panos de ouro, nom lhe poderiam dizer que se trazia bem; já trazendo-os muy mal feitos, isto nom he duvida que lhe nom digam que se nom traz bem: ser louçãao em tal guisa o pode seer que lhe podem dizer que se nm traz bem porque lonçania nom está senom em hua aparencia a qual

homem nom pode dizer: empero muytos som que som louçãao e com todo isto todavia se nom trazem bem, ca trazer-se bem está em duas cousas: a primeira trazer as cousas que se ouverom de trazer; que seiam bem feitas; a segunda trazellas segundo os lugares e tempos que convem de as trazer; ca trazer homem quando fosse ao monte por tempo de agua hũa gona muy longa de baldoquim com penaveiras, e outro si quando estivesse em sala trazer hum saio de Irlanda com botas, este tal nõ traria os trajos ao tempo que lhe convinha, e pertencia, segundo os tempos que os avia de trazer e assi estaria que se non traria bem" (pg. 16-17).

De seus notáveis filhos, o mais imperfeito é Dom Pedro (O Livro da Virtuosa Bemfeitoria) justamente porque todo o seu escrito é de índole espiritual ou moral. O mais perfeito é sem dúvida El Eei Dom Duarte (Leal Conselheiro) que soube vencer esta dificuldade da exposição moral, sendo o primeiro grande escritor da língua portuguêsa. Neste particular nem o famoso cronista Fernão Lopes lhe leva a palma apesar de vir muito depois. Os piores de todos são sem dúvida Rui de Pina e Zurara, mormente, quando se metem a fazer dissertações filosóficas. Leia-se o que da prosa escreveu Hernani Cidade, em seu livro "Lições de Cultura de Literatura" I — vol.

ORAÇÕES PARTICIPIAIS

Tendo nascido a prosa portuguêsa das traduções latinas, era natural que nela se refletissem as construções da língua modêlo. Um dêsses vestígios é a oração participial, o emprêgo do particípio presente em função verbal, regendo complementos, tendo, muitas vêzes, sujeito expresso. A língua clássica e sobretudo a moderna eliminaram, aos poucos, tal função participial, transformando os particípios já em meros adjetivos, já em palavras invariáveis. Na "Regra de S. Bento" notamos:

"Ergo aquestes taes *leixantes* agĩa as cousas suas e a vontade própria non *seguintes*... e o que fazem non acabado *leixantes* seguem feitos a voz do *incomendante*... nõ polo seu alvidro *viventes* ou polos seus desejos *obedecentes* aas vontades, mas *andestes* pelo incomendamento do alheo juizo... non seerá recebudo a Deos ca esguarda o coraçon do *murmurante ,etc.*".

Modernamente substituimos todos êstes particípios por genúndios em função participial ou por orações relativas, adjetivas: *deixando* ràpidamente as cousas, não *seguindo* a vontade própria; seguem feitos a voz do *que encomenda;* não será aceito a Deus que perscruta o coração do *que* murmura, etc.

Vestígios de tais particípios presentes ainda os há na língua atual, mas a maioria já transitou para outras categorias gramaticais: *o pe-*

dinte, a estante, o falante o ouvinte, contente, agonizante, valente, durante, perante, não obstante, por conseguinte, de repente etc.

Das orações gerundiais fez a língua arcaica muito largo emprêgo, quer simples, quer preposicionadas, desaparecendo depois estas últimas. Os próprios clássicos, com Camões à frente, mostraram preferência aos gerúndios, quer pela sua solenidade, quer pela cadência da acentuação paroxítona muito bem apropriada aos metros decassílabos do Renascimento. A língua portuguêsa do Brasil é a conservadora dêstes usos e nesta peculiaridade reside um dos traços diferenciadores dos dois tipos de expressão, o nosso e o europeu. Nestas frases gerundiais devemos notar o emprêgo do sujeito que se colocava então antes do gerúndio e no uso das preposições. Exs. "*El Rey em sendo* Principe... *O Marquez estando* em Castelo Branco"... — construções que já não se usam. Quando muito, colocamos o sujeito depois do gerúndio: "*Sendo* Principe, el Rei... *Estando o Marquez* em Castelo Branco..." Mais comumente, substituimos a frase gerundial por outra adverbial de tempo: *Quando era principe... quando estava* em Castelo Branco, etc. Dos empregos preposicionados do gerúndio ainda conservamos, mas já com sabor arcaico ou quando menos, clássico, o caso de *em*: *em amanhecendo, em se partindo.* Todos os demais casos desapareceram da moderna sintaxe portuguêsa. Tais casos foram, porém, comuníssimos no período antigo. Exs.: ...e por vezes entrava com suas gẽtes a fazer mal e dãpno em Portugal, S. Antrejo o Odyana: *sem* lho cõtradizendo nehũu". (Cron. do Condestavel Dom N. A. Pereyra). "El que os sentio, *sem sabendo* quen eram, rreceousse muito" (Cron. de D. João I). "*Sem levando* já nenhũa teençom de matar o Comde (Idem) — "e que emtom apartou elRei hũu pouco da Rainha sua filha e fallou mui pequeno espaço com ella, *ssem* nenhũu *ouvindo* o que diziam. (Idem). Todos êstes casos foram depois substituidos por uma oração dependente, introduzida por *sem que* e imperfeito do subjuntivo: *sem que* ninguém lho contradissesse... *sem que* levasse já nenhuma intenção de matar o conde... *sem que* ninguém *ouvisse* o que diziam.

Do emprêgo do gerúndio como elemento componente de formas perifrásticas basta citar a segunda estrofe do canto primeiro d'Os Lusíadas:

> "E também as memorias gloriosas
> daquelles Reis, que forão *dilatando*
> a Fee, o Imperio e as terras viciosas
> de Africa, e de Asia, andarão *devastando*,
> e aquelles que por obras valerosas
> se vão da ley da Morte *libertando*,
> *cantando* espalharey por toda parte,
> se a tanto me ajudar o engenho e arte".

Tal preferência estilística vive ainda entre nós, segundo acima ficou dito, sendo fácil comprovar com a leitura, por exemplo, das poesias de Bilac. Conservamos, assim, êsse gôsto arcaico e clássico, corretamente. Já os portugueses fazem mais uso do infinito com a, que não tem a majestade do gerúndio. O ótimo será, nos tempos modernos, combinar as duas construções para que o escrito não fique moderno demais ou de gôsto e sabor antigo.

O ablativo absoluto

Conhece a língua portuguêsa certa e determinada construção participial que, de certo modo, corresponde ao ablativo absoluto do latim. Nestas construções, apresentava a língua arcaica o sujeito em primeiro lugar e em seguida o participio, ordem depois invertida e ainda hoje conservada: primeiro o participio seguido pelo sujeito. Não era, porém, a ordem predominante, exclusiva, porque encontramos nos autores medievais a que hoje preconizamos como certa. Da mesma forma, ainda nos tempos clássicos, sobretudo em Vieira e Bernardes, não faltam exemplos da primeira disposição arcaica, estimada por alguns como galicística. São de Fernam Lopes êstes exemplos:

"... *o sangue e spiritus geerados... Este acordo avudo,* souberom como o Comde Joham Fernandez parthia de Castella." É de Bernardim Ribeiro êste outro: *Ho meu bẽ e mal mudado/inda* que desterrey/nam desterrey o cuidado." (Eclg. V) — Pimpão (Literatura Portuguêsa) cita mais êstes sem, contudo, dar-nos a fonte onde os buscou: "E elle acabado de lhe beyjar a mão & saydo fora de casa... e as danças acabadas".

Já em anos posteriores ainda vamos encontrar em Barreto, *Eneida* — XII — 10: "Turno morto". Em Castro Ulysseia — IV — 93: "Aonde Alboacem vencido". Vieira ainda escreveu: "Isto supposto, quero hoje àà imitação de Santo Antonio voltar-me da terra ao mar, e já que os homens se não aproveitão, pregar aos peixes." (Sermão de Santo Antonio).

Conheceram, entretanto, clássicos e arcaicos a colocação dada como preferível. São de Fernam Lopes êstes exemplos: "..*posta adparte toda ageiçom... leixados os compostos e afeitados rrazoamentos... guardada aquella hora,* passou assi que se non fez entom mais... que, *vista aquella carta,* tivesse geito de matar o Comde Joham Fernandez". (Cron. de Dom João I). Atualmente é esta a única forma adotada na língua, sendo a outra imperdoável galicismo sintático.

A oração infinitiva

Parece-nos que as orações infinitivas nunca foram do cunho de nossa língua e isto o dizemos pela raridade de seus exemplos na língua arcaica

e pelas dificuldades que sempre apresentaram, quer aos clássicos, quer aos modernos. Tôda a propensão esteve sempre em substitui-las por outras integrantes, quer objetivas, quer predicativas. Daqui vem que, sendo o infinitivo flexionável, ainda hoje se não acertou na determinação das regras pelas quais se pudessem reger todos os casos. No Renascimento, por efeito dos novos estudos, mas, especialmente, pela direção latinizante que se deu a esta renovação lingüística e literária do idioma, tais orações infinitivas se tornaram mais frequentes, apresentando, porém, sempre dificuldades. Apesar de todos os esforços de Soares Barbosa, Diez e outros teóricos, a cada regra por êles dada podemos opor, não só um, mas dezenas de exemplos clássicos em contrário. É que a oração infinitiva, mormente a de infinito pessoal, pertence mais ao estilo que à gramática, obedecendo aos dois grandes e únicos critérios aceitáveis: a clareza do pensamento e a eufonia da frase.

Notaremos os seguintes exemplos: "... do qual poço pareciam *sair* chamas espantosas (Cron. Frades Menores) — "... vi IIII mil cavaleiros portugueses *fazer* por gaanhar prez e onra de cavalaria sobre todolos que eu vi e ouvi falar." (Batalha do Salado) — "... e merecia de o *apedrarem* todallas gentes da çidade por ello. (Idem) — "Primeyra e mais principal, que conheçamos *avermos* por sua especial graça todo nosso ben." (D. Duarte — Leal Conselheiro) — "Por tentaçom desta terceira tiba voontade vejo muytos *errar* em sua maneira de viver. (Idem-ibidem) — "E porque vy muytos homẽes *errarem* per mingua de querer ou *saberem* assy reger seus coraçons. (Idem - Ibidem). "E no salmo, porque te glorias em malicia por *seeres* poderoso para mal obrar." (Idem - Ibidem) — "... e a felicidade de sua jente he *crerem* n'abusam da seyta de Mafona, que cuidam verdadeiramente *seer* messejeiro de Deus (Esmeraldo — Duarte Pacheco) — "...mas como quer os antiguos escritores nam souberom esta provincia nem a praticaram como há nós teemos praticado, por tanto nam he maravilha *cayrem* em erro. (Idem). — "...que sem emguano podemos crer elle *ser* merecedor d'aquella gloria que todos desejam e poucos alcançam. (Idem) — "...e assi licença para nos castellos do extremo d'estes reinos *se poderem dizer* missas em logares honestos sem perjuizo das igrejas e parochias. (G. de Resende — Cron. de D. João II) — "E lhe mandou dizer que para homens tão honrados e tanto seus amigos *falarem* a tal Rei, não era razão que ante elle viessem com menos atavios... (Idem) — "...e elles em suas palavras e obras mostraram *serem* em tudo gente nobre e bem agradecida (Idem) — "De como El-Rei mandou que as letras Apostolicas se publicassem sem *serem* vistas na chancelaria. (Título do cap. LXVI) — "Costumava-se antigamente nestes reinos que todos os Breves e rescriptos, letras e bulas que de Roma viessem, não se fizesse por ellas alguma sem primeiro *serem* vistas e examinadas pelo Chanceler mor, e as que achava *serem* verda-

deiras e diretamente espedidas, dava licença que se publicassem, e se *darem* a execução, e isto era com são e bom respeito por *se escusarem* falsidades com que as partes não recebessem enganosamente perda e dano — (Idem — Cap. LXVI).

Deixamos para o fim êstes exemplos da Crônica de D. João II, escrita por Garcia de Resende para confirmar o que atrás ficou escrito, relativamente à freqüência das frases infinitivas à medida que nos aproximamos do Renascimento. Embora freqüentes no período clássico, vê-se que há nelas qualquer coisa de inadaptado, de insólito, desejando-se sempre substitui-las por outras introduzidas por *que* ou *afim de que, etc.* Camões não nos dará melhores exemplos, que nem sempre servirão de base às fictícias regras dos que têm tentado regulamentar êste idiotismo da nossa língua, — o infinito pessoal. Segundo deixamos escrito em nossa "Gramática Normativa", nunca se poderá regular ou reduzir a regras tal uso do infinito pessoal justamente por ser um idiotismo. Todo idiotismo, por isso mesmo que é idiotismo, foge a qualquer regulamentação. Os casos particulares são de tal modo variados que não nos ministram bases para uma síntese, — que seria a regra.

Orações de verbo impessoal.

Não tocamos em todos os tipos de impessoalização verbal em português, assunto que poderão estudar em nossa "Gramática Normativa", mas apenas naquela forma já desaparecida do idioma: *y aver, aver y,* que corresponde exatamente ao francês *y avoir.* Foi certamente por influência dêste idioma que a língua arcaica tanto praticou esta forma impessoal do verbo *aver* (*haver*), pois, é um dos usos mais comuns não só nas cantigas dos Cancioneiros, portanto, naquela expressão literária mais diretamente sujeita às influências francesas, mas também na prosa cujos modelos eram latinos. Os exemplos podem multiplicar-se *ad nauseam* e por isto daremos apenas êstes: "...quem *hi ha* tãm acabado que tudo perfeitamente diga e faça? (D. Duarte — L. Cons. 386). "*Hi a* de homees ruins (G. Vic. I — 159) — "...et se peç'algo, vedes quant'ha hy/nom podemos todos guarir assy" (C. V. 576) — "...outro conselho *à i d'aver*" (C. A. 30). "Esta tenh'eu por la mayor/coita do mund', a meu coidar/e nom *pod'i aver* maior" (C. A. 155) — ...e de todas partes averá *i* tristura (C. Gal — Cast. — 70) — "Nunca foi mal nenhum moor,/nem no *à i* nos amores/ca a lembrança de favor/no tempo dos desfavores" (B. Rib. — Can Geral) — "Nesta vida ũu soo dia/nam se vive sem marteiro;/nam *ai* prazer inteiro/que descanse a fantesia". (Fern. Brandam. — Canc. Geral).

Notemos, neste último exemplo, a forma *ai,* resultada de *a i,* corrente em castelhano atual e corrente na língua popular do Brasil. Nesta nossa

língua brasileira mantemos ainda o uso contrário ao que está sendo estudado, isto é, o emprêgo do verbo *haver*, no sentido de *existir*, mas pessoalmente. Assim, dizemos e vários autores românticos, v. g. Varela, assim escreveram: "Na festa *houveram* muitas pessoas" em lugar de "Na festa *houve* muitas pessoas." Esta sintaxe que foi certamente criticada por Camilo Castelo Branco, no "Cancioneiro Alegre", existiu também entre os arcaicos, entre os clássicos e foi empregada pelo próprio Camilo como ficou provado na polêmica então surgida. Dos tempos arcaicos damos êstes exemplos: "E na justiça foy primeiro seu intento e cuydado cõ castigos e punições da qual quiz loguo repayrar algũus insultos e desmandos que dos tempos de seu padre e avoo ainda a *avyã* no Regno (Pina — Cron. de Dom Dinis — pg. 8) — "...e leixaron-se ir ao mar omẽes e molheres, melhor e mancebos, minĩos e minĩas, todolos do castelo quantos i *avian*. (Vida de S. Nicolau) — "Taes *aviam* que certificavam que o mestre era morto" (D. João — part. I — cap. 12) — "O coraçam de quantos *hi aviam* era dado a grandes pensamentos" (Ibid. — cap. 20) — "*Houveram* algumas escaramuças" (Duarte Nunes —— apud Réplica — Rui Barbosa — pg. 236) — "E ainda que *hajam* outras razões (Vieira — Inéditos — v. II — 32) — "E se ainda *houveram* prolixos, ociosos editores... Apenas leis *houveram* (Obr. VI — 41 — vol. XIII — 328) — "Chegam a affirmar *haverem* por lá, ainda no século passado, hospitaes" (Castilho — A Primavera — 275). Para outros exemplos consultem-se: "Réplica", de Rui Barbosa, "A Chimera da Lingua Brasileira", de João Leda.

Uso de ter *impessoal*

Dêste estudo de *haver* impessoal, lògicamente, passamos a outro caso que lhe é ìntimamente conexo, o emprêgo de *ter* também impessoal, no mesmo sentido de *haver*, isto é, *existir*. Na língua popular do Brasil é corrente tal uso, não já na expressão do vulgo inculto, mas até na dos letrados quando falam descuidadosamente. Para que empreguemos o impessoal *há*, é-nos necessário certo esfôrço, certa volição especial, tão entranhada está em nossos hábitos lingüísticos tal sintaxe. Assim dizemos: Amanhã *tem aula* — *Tinha* muita gente na festa — *Teve muitas* flores no entêrro. Tal uso não constitui brasileirismo como julgam alguns, mas, é herança arcaica que se projetou até nos melhores clássicos do idioma. Naturalmente, a documentação não pode ser numerosa porque os textos à nossa disposição pertencem à forma escrita, submetida à preocupação literária. Estamos certos de que, na língua oral, tal qual hoje no Brasil, também êsse período era abundante em tais usos impessoais do verbo *ter* por *haver*. Tal era a freqüência dêles que, apesar de tôda a vigilância dos autores, ainda assim lhes escaparam não poucos. Entre os autores do período imediato, tidos e havidos como clássicos, isto

é, modelares, notamos estas passagens: "Nos matos da costa *tem* muito pau brasil e pau preto de que todos os annos se carregam mais de cem juncos para a China, Aimão, Camboja e Champa, e *tem* mais muita cera, mel e assucar. (Fernão Mendes Pinto — Peregrinação — II — 79). "Deste muro para dentro *tem* um terrapleno que vem ao nivel com as ameias de mais de um tiro de pedra em largo'. (Idem — 25). "Apenas *tem* quinhentos homens naquella fortaleza. (J. Freire) — "Pois eram feitos desta feição (os paços) e a entrada delles era pelo costado do elefante, e lá dentro *tinha* muitos jardins, que regavão com huma graciosa ribeira. (J. de Barros — Clar. III — 9) — "Enfim a agua (da nau) foi tomada com grande alvoroço, e tornou a carregar, porque disseram os officiais que ainda *tinha* tempo. (D. do Couto — Vida de D. Paulo — pg. 20) — "...e no rosto d'elle (do cabo Nam) *tem* dous ilhéos e duas leguoas dentro do sertão estaa hũa muio grande cerca... (Esmeraldo, 67).

Nos autores românticos de Portugal encontram-se exemplos que nos confirmam na certeza de que tal sintaxe pertence ao cunho mesmo da nossa língua e que só por esfôrço da escola, do livro, da gramática é que não afloram com maior freqüência nas páginas de seus livros. De Castilho temos êste exemplo:

"Além destas duas festas, domésticas e privadas, casamento e batizado, cada povoação celebra a sua, pública, no di do orgo da sua capella. *Tem* fogo do ar e salva de morteiros à missa cantada... (O Presbyterio da Montanha — I — 67).

De Camilo é êste outro: "Cantou. Com tanta voz, tamanha alma e tanta expressão não *tem ninguém.*" (Amores do Diabo — 78).

Para maior exemplificação, consultem-se os livros: "A Chimera da Lingua Brasileira" de João Leda e as obras de Mario Barreto.

Frases de sujeito indeterminado

Distinguimos as frases de verbo impessoal, sem sujeito, das frases do sujeito indeterminado, vago mas expresso por palavras claras na oração. Quando dizemos: "Hoje há festas", — não podemos saber qual seja verdadeiramente o sujeito de *há*, verbo impessoal. Na oração, porém, — "A gente vive como pode" — temos um sujeito expresso, claro, *gente*, sem que possamos dizer exatamente quem seja essa pessoa. Permanece, assim, a frase vaga, imprecisa, indeterminada, mas completa nos seus têrmos lógicos.

A língua portuguêsa dispõe de muitos meios de indeterminação fraseológica, muitos dos quais lhe vieram já dos primórdios de sua formação. Não iremos tratar dêstes recursos, mas sòmente de um dêles que já não é mais empregado e o foi largamente no período arcaico: a indeterminação por meio do sujeito *homem*. O latim tardio, sobretudo, o vulgar

segundo se lê na "Peregrinatio ad loca sancta" de Aetheria, já empregava *homo* com valor de indefinido. Foi certamente dêste latim que se passou a expressão ao português (*homem*) e ao francês ainda hoje empregado *on*. Êste indefinido teve grande atividade em todo o período arcaico e os exemplos são numerosos, tendo ainda permanecido em alguns provérbios como: "Não só de pão vive o homem" — que se deveria modernizar, dizendo: "Não se vive só de pão" — onde a passiva *se vive* traduz perfeitamente a indeterminação do sentido fraseológico. Temos ainda outro ditado: "Quanto homem mais vive, mais aprende" que já corre sob forma moderna: Quanto mais se vive, mas se aprende. Outros provérbios são ainda: "Anda homem a trote para ganhar capote. Deita-se homem pelo chão para ganhar gabão". A êstes exemplos juntam-se mais êstes:

"...*se homem* vive segundo cada hũa das três voõtades primeiras (D. D. — Leal Conselheiro — 25) — "... porem nom pode *homem* ter-se que algũa cousa nom diga (Idem — 68) — "Tanto que *homẽe* passa a ponto do cabo Ledo da Serra Lyoa... loguo parecem tres ilhetas que se chamam as ilhas Bravas. (Esmeraldo — 100) — "... aqui está hum Rio muito pequeno, que nam parece ha boca d elle se nam estando *homũe* muito perto da terra" (Idem — 106) — "...e tanto que *homũe* sahir em mar fora d'esta angra... (Idem — 147) — "Mas passai-lo alegremente/mal hajão os maos sinais,/que então são elles mortaes/quando *homem* seu mal sente." (Sá de Miranda — 30) — Que se crê milhor e mal/que outra coisa que *homem* veja" (Idem — 383) — "Comem trigo e nãs d'avea/elles bebem, *homem* sua/doi-lhes pouco a dor alhea/querem que nos doa a sua." (Idem — 389) — "Quanto *homem* vive, vê mais." (Ant. Prestes).

Ainda nos tempos clássicos encontramos em Ferreira e Camões o mesmo uso dêste indefinido: "Mas o alto Deus, que para longe guarda/o castigo daquelle que o merece,/ou para que se emende às vezes tarda/ou por segredos que *homem* não conhece." (Lus. III — 69). Se a forma proniminal indefinida *homem* desapareceu do português moderno, ainda se conservam outras que vieram do mesmo período arcaico, tais como *a gente, uma pessoa*. Para os empregos do português moderno consulte-se, no lugar devido, a nossa 'Gramática Normativa", curso superior; para usos mais antigos, veja-se a obra de Júlio Moreira: "Estudos da Lingua Portuguesa", vol. I — pg. 111. Damos apenas alguns exemplos que sirvam de confirmar a nossa afirmação há pouco feita:

"Já tudo leixão passar/já tudo deixão fazer/sem *pessoa* perguntar/a este mesmo pesar/que foi d'aquelle prazer." (Gil Vicente — vol. II — 418) — "Outras manhas tem assaz/cada hũa muito boa:/nunca diz bem de *pessoa*/nem verdade nunca a traz" (Idem — III — 30). Note-se que neste último exemplo, *pessoa* está por *alguém*, pronome indefinido.

O partitivo arcaico

Das expressões indefinidas passamos às partitivas que, de certo modo, são também indefinidas, não expressando exatamente nem o todo nem a quantidade exata da parte que se toma. O partitivo, mormente o expresso pela preposição *de*, traduz o genitivo latino. É portanto uma herança do latim e do latim vulgar que já havia substituido a flexão do genitivo pelo emprêgo da mesma preposição *de*, na transformação do sintetismo da língua para o analitismo de que sairiam as formas românicas. Tal maneira de indicar a parte do todo, a porção indeterminada que se tomava, não desapareceu do português moderno, restringindo-se apenas o seu uso. No português arcaico predominou de modo freqüentíssimo. Combinava-se a preposição *de*, não só com os nomes, mas também com os pronomes. Os exemplos são numerosos e citamos os seguintes:

"...esfreguem-lhes (as queixadas) muito com do *sall* e com *do farello* (Gil. Vic. 15) — "...depois fillhem a calda coada e deytem-lhe *do mell* e *do sall* e *do azeite* (Idem — 31) — "Alcido tens ovelhas e tens cabras,/de que tiras *da-lãa*, tiras *do leyte* (Bern. Rib. eclg. 3) — "E arrumar a caravella/e deitar do *junco* nella/se vier qualquer senhora (Gil Vic. — Barca do Inferno) — "Cortae *dessa rama*, fazei pousada e vá Adão cavar;/ca semeae *das favas*, que aveis de suar;/comei *dessa fruta* amargorosa, montesa,/e fie *da lan* a primeira princesa,/até qu'essa morte vos venha chamar... (Idem — vol. I — 317) — "Queres tu do *pão*, Fernando? (Idem-ibidem — 137).

Payo — E as minhas trinta vitellas
das vacas, que te entregárão?
Mofina — Creio que hi ficarão *dellas* (Idem — Mofina Mendes).

"*Delles* fazem que não ouvem,/e elles ouvem muito bem;/*delles* fazem que não vem,/e *delles* que não entendem/o que vas nem o que vem. (Idem — vol. I — 121).

Na prosa, embora com maior parcimônia, encontramos fartos exemplos de partitivo: "...e darredor d'estes ilhéos há muitos baixios de pedra muito periguosos e maaos, e *delles* parecem sobre a auguoa e outros nam. (Esmeralde — 105) — "...nelle estam hũas ilhas de penedos com algũa terra e tres e quatro leguoas huas das outras, e *dellas* mais longe. (Idem — 75).

Nota Júlio Moreira (Estudos — I — 76) que o partitivo, às vêzes, precedido da preposição *com*: "Brásia Machado, mandae cá/um copo *com d'esse* vinho." (Rib. Chiado — pg. 129).

Êste partitivo expresso pela preposição *de*, vestígio, como dissemos, do genitivo latino, permanece no português atual sempre que desejamos referir-nos a uma porção, quantidade ou parte de um todo, como vemos nos superlativos relativos: *o melhor de todos; a milhor de quantas Deos*

fez (*arcaico*); *o mais velho dos irmãos; o menos feliz da família.* Vemo-lo ainda nas expressões já pouco usadas de tipo de: *nada de bom, algo de novo, alguma cousa de belo, o que havia de belo, algo de anormal* aqui se passa. São ainda partitivas as construções: *um pouco de, muito de, tanto de, nada de, um tiquinho de, etc.* Assim: *uma pouca de palha, uma pouca d'água, um pouco de pão, uns quantos de homens, um nada de febre, um tiquinho de sal, etc.* Júlio Moreira cita esta passagem de Gil Vicente: "E assi entregar a minha cabeça/à cruel croa porque ella padeça/com *tanto de sangue,* que quem olhar/que não me conheça (Vol. I — 340). E Sá de Miranda escreveu: "Olha bem, olha o que fais./Tinhas *tantos de bons modos*/C'os iguais e não iguais".

A forma partitiva, porém, caracteristicamente, arcaica, desaparecida totalmente do português moderno, é aquela que se expressa por meio de *en, ende,* baseado no latim *inde.* O francês ainda conserva sob a forma de *en,* pronunciado *an,* e o italiano *ne.* Possìvelmente tal forma partitiva apareceu no português arcaico sob a influência da França. Os exemplos nos Cancioneiros são numerosos, sendo muito mais freqüentes na poesia do que na prosa, desaparecendo à medida que se caminha para os dias do classicismo. Citamos alguns casos:

"E que o viss'en sa vida,/ante que fosse morrer,/e por *end'a* Grorio-sa/vedes que lhe foi fazer". (Afonso X, Contigas de Santa Maria).

"...quand' est' eu cat'e veg' *end'o* melhor (C. A. 305).

Queredes com elRei falar,/e non vus leixarei entrar,/como quer que m'avenha *en* (C. B. 394).

Disseron todos: "alhur la buscade (a verdade)/ca de tal guisa se foi a perder/que non podeemos *en* novas aver/... (C. V. 593).

"E non receo mia morte por *en* (C. V. 593).

Êste recurso arcaico não se faz mais notar nos períodos seguintes e muito menos no português moderno, substituindo-se por *disso por isso etc.*

Pronomes retos em função objetiva.

Proíbe-se, no português clássico e moderno, que se empreguem as formas retas dos pronomes pessoais em função complementar, como objeto direto, mormente não preposicionado. Tal proibição que é dogma da gramática e do ensino oficial tanto em Portugal como no Brasil, encontra numerosas exceções no português arcaico e, em nossa pátria, é de todo transgredida na língua familiar e viva da sociedade. De tal modo está entranhado tal uso em nossos hábitos lingüísticos que, embora formados por escolas até superiores, exercendo carreiras liberais onde o exercício intelectual é contínuo, ainda assim, empregamos as formas retas objetivamente. No Brasil pelo menos, sòmente o esfôrço da escola

e o policiamento contínuo da gramática conseguem diminuir os casos dêsse emprêgo, mormente, quando se trata de documento escrito. Parece-nos, portanto, que seja emprêgo radicalmente português, que esteja no cunho mesmo do idioma, espontaneidade que a fôrça inegável da instrução tem dominado com dificuldade. Muitos negam êste nosso ponto de vista porque não se deram ao árduo trabalho da leitura dos documentos arcaicos, áridos, pouco literários, cansativos. Se os lessem, encontrariam muitos exemplos, mais numerosos dos que passamos a citar:

"...e porque a vosso irmão encomendei os povoos, encommendo *ellas* a vós (Zurara — C. da Tom. de Ceuta — 70).

"Senhor, por Santa Maria/mandad'ante vós chamar/*ela e mi* algum dia/mandade-nos razoar (Johan Ayres de Santiago).

"Item mandamos que todolos porcariços que trouxerem porcos no campo dem *eles* a seus senhores." (Forais).

El'Rei mandou-o logo prender e levaram *êle* a Mateus Fernandes de Sevilha (F. Lopes — C. de Dom Fernando — cap. 46).

"Mas assi de longe os ordena *eles* a ventura (Bern. Rib. — Menina e Moça — 179).

"Mais os de Bar eran alongados pelo mar, que eles non viiam os da terra nem os da terra *eles*. (Lenda de S. Nicolau).

"En tal guisa, como vus eu conto, matou rei Artur Mordaret e Mordaret chegou *ele* aa morte. (Dem. do Santo Graal).

"...pera calçar sy e *eles* (Livro das doações de D. Dinis — Arch. XII — pg) 169).

"Perdi *ela* que foi arrẽ milhor (Vaticana — 21).

"'..desqui vi *ela* (C. V. 585).

"...mas sigamos *ella* que he nosso criador (V. Bemfeitoria — 51).

"...ca *ela* fez Nostro Senhor/e *el* fez o demo mayor" (J. Guilhade — versos 963 — 4).

"...Mandamos aos almoucavares e aos maioraes das ovelhas... que dem *ellas* a seus donos. (Posturas de Evora — 1302).

"E deve *elles* o maiordomo enfiar em cinco moios, se nom forem rendeiros. (Apud Viterbo — Educidário".

"El-rei, sabendo isto, houve mui grande pezar, e deitou-o logo fora de sua mercê, e degradou *elle* e os filhos a dez leguas de onde que elle fosse. (F. Lopes — D. Pedro I — c.4).

"Deu os bens d'alguns aaquelles que lh'os pediam, os quaes se houveram por mui agravados, dizendo que *culpava êlles*, porque se davam tão azinha, não se podendo mais defender, aos inimigos. (Idem-ibidem — 36).

"Rogando-lhe elRei por suas cartas ao cardeal, que *absolvesse elle* e seu reino d'algum caso d'excomunhão ou interdicto. (Idem - c. 84).

"E aas horas que o infante veio foi recebido por ũa mulher de sua casa, e levado escusamente onde D. Maria estava, e elle, quando entrou, *viu ella* e seus corrigimentos assim dispostos para o receber por hóspede. (Idem - 17).

"Os cardeais, outrosim, *privaram elle* d'algum direito, se o no papado tinha. (Idem - c. 108).

"Traziam quatro honrados senhores um panno d'ouro tendido em haste, que *cobria ella* e o cavalo. (Idem - c. 17).

"Que em tal caso *houvessem ella* por sua rainha e senhora (Idem — c. 158).

"ElRei de Castela não vinha senão por passar seu caminho, e não por *cercar elles* nem outros. (Idem — D. João I — parte 1.ª — c. 60).

"Martin Annes veio alli olhar como ia a hoste, trazendo já comsigo muitos mais do que d'antes trouvera, e *nomeamos elle* mais que nenhum dos outros... (Idem — p. II - c. 5).

"Parecendo-me vai que esa nossa vinda aqui pera desastres foi, e não mais. Mais, assi de longe *os ordena elles* a ventura, que, logo ao começo se não podem conhecer. (B. Rib. Men. e Moça — c. 23). — (Vide — Rui Barbosa — Réplica — n.º 199 - nota).

A língua clássica passou depois a antepor a tais pronomes retos em função objetiva a preposição *a*: *ver a ella, conhecer a elle etc.* Tal sintaxe ainda é corrente no português moderno e todos a têm por correta. À luz, porém, do raciocínio, tão errada está esta construção quanto a arcaica de que acima tratamos, se é que em tudo isto haja êrro. A base de tal "êrro" está em empregar-se a forma reta como objeto direto; pergunta-se então: a prep. *a* anteposta a tal objeto direto, tira-lhe tal cunho? Não continua o pronome reto a exercer a função de complemento objetivo? Se o caráter de objetividade não é destruido pela preposição *a* e se continua a existir a mesma função sintática, claro está que continua a existir a tal base de êrro. A nosso ver, portanto, é tão solecística a primeira construção arcaica (*vi elle*) quanto a outra clássica e moderna (*vi a elle*). Não obstante isto, admitem os gramáticos como certa esta última. Não vemos razão para condenar a outra. A língua viva do Brasil continua, assim, um fato histórico do idioma, conservando êsse cunho característico do período arcaico.

Pronomes oblíquos em função subjetiva

Ao contrário do parágrafo precedente, encontram-se na língua arcaica, formas pronominais oblíquas em função subjetiva, o que lhes veda a gramática atual. A função própria de tais formas é a de complemento, direto ou indireto. Assim, o trovador galego Joan Garcia de Guilhade, o mais correto dos trovadores depois de Dom Dinis, escreveu:

"...que o façamos *mi* e *vós* jograr"
"... di-me *ti* que trobas"
"Os grandes amores /que *mi* e *vós sempr'ouvemos* (Apud Oskar Nobiling — Cantigas de Joan Garcia de Guilhade).

Gil vicente dá-nos êstes exemplos:

"Ora vamos *eu* e *ti*/ó longo da ribeira" (Vol. I — 167)
"E se eu a *ti* fosse, leixaria o gado".

Note-se que neste último exemplo, a forma obliqua *ti* é sujeito da frase elíptica que completa a comparação: "Se eu fosse como tu (és).

Na língua vulgar do Brasil é comum êste emprêgo: "Um livro para *mim* ler". "Um caso difícil para *mim* tratar". "Trouxe-me o livro para *mim* ler". Em todos êstes casos, a forma oblíqua *mim* está por *eu*, sujeito do verbo seguinte: "Um livro para que eu lesse, visse, etc." "Um livro para *eu* ler". Esta construção é tão freqüente que aparece na frase coloquial até de pessoas ilustradas, advogados, médicos, professôres. Escrevendo, porém, todos evitam o vulgarismo, que não passa de um emprêgo arcaico, hoje condenado pelas gramáticas e pelo uso que se supõe correto.

Formas pronominais não preposicionadas.

Na língua atual, não se podem usar as formas pronominais oblíquas *mim, ti, si, nós, vós* sem preposição: disse *a mim,* referiu-se *a ti,* arrogouse *a si* o direito, mandou *a nós,* confesso *a vós, etc.* Tal emprêgo preposicionado não era ainda da língua arcaica, especialmente, nos primeiros tempos da prosa e da poesia: tôdas essas formas surgiam na frase sem preposição alguma.

Exs. "Mays *mim* e *ti* poss'eu ben defender. (Guilhade — verso 803).

"... se Deus *mi* perdon! (Idem — verso 752)
"..... por todo esto ũa ren *ti* direy (Idem — v. 725).
"... e leyxade *mi* que sey ben fazer (Idem — v. 744)
"... e *ti farey/o* citolon na cabeça quebrar. (Idem — v. 750)
"... fez *mi* tirar a corda da camisa (Idem — v. - 41.)

Mais exemplos de formas oblíquas em função indevida:
"As cousas mais fortes que *ti* non buscaras. (Leal Conselheiro, 63).
"Porque sois maior que *mim*. (Camões — Obras — V - 129).
"Mais temida e prezada que *ti*. (Azurara — C. de D. João I — c, I).
"Para o que ellas prestariam, se fossem como *ti?* (Ferreira — Com. de Bristo — a. II — cent. 4.ª).

"Quem tinha mais experiência do mundo que *ti?* (Ibidem — a. III cen. I).

"Não poderá elle mais que *ti* (Ibidem — a. IV).

Segundo a afirmação do gramático português Vasconcelos — "Gram. da Líng. Portug. (VI e VII classes) p. 210, tais construções são comuns ainda hoje no falar do povo de Portugal: "Tem mais dinheiro ca *mim*". "Sou mais velho ca *ti*". O velho Azurara ainda escreveu: "Que vós façais vossos filhos caballeiros, *presente mi*". (C. de D. J. I. — c. 37). Veja-se tudo na "Réplica" de Rui Barbosa, § 199, notas.

Verbos de movimento com preposição em

Herança do latim, cujos verbos de movimento exigiam acusativo com *in*: *eo in urbem*, — a língua arcaica assim também construia os mesmos verbos, sintaxe proibida no português moderno apesar de várias reminiscências ainda vivas em expressões e modismos literários. Como sempre, tal sintaxe arcaica está viva na língua do Brasil. Todos nós, só quando escrevemos ou quando policiamos a nós mesmos, é que evitamos tal construção. Na fala diária da casa, da rua, do colégio, é sempre com a preposição *em* que construimos os verbos de movimento: *vou na cidade, vais no cinema? veio em casa, foi na roça, etc.* Assim encontramos, na língua arcaica, muitos exemplos dos quais damos alguns:

"*En* a primeyra rua que cheguemos... (C. V. 1154).

"... se a alma vai *en* paraiso... a alma está benta. (Fabul. 43).

"... e a gente dos navios thomam aly muitas vezes augua; mas quem neste lugar *for em* terra, ponha sua atalaya, por que como os Halarves aly veem cristãaos, logo trabalham por os matar. (Sete oras-59).

"... lemos que desta cidade foy Santo Agostinho natural e d'aquy se *passou* em Italia, honde aprendeu as latinas letaras.

"Ah! malina deslavada,/tu *vens em ti*, chocolheira? (Ant. Prestes — 13').

"Essas novas levarei/a Alcmena, que *torne em si* (Camões — Anfitrião).

"...indo dar *em* hũa fonte (Camões — Filodemo).

"Bem como Alfeu de Arcada *em* Siracusa/vai buscar os braços de Aretusa. (Lus. IV — 72).

"Andam de emenda *em* emenda (Sá de Miranda. Cast. 2).

"*Passando em* Africa todo o poder e nobreza deste reino a sepultou com a sua pessoa nos campos de Alcácere (Sousa — Vid. do Arc. II-c. 12).

Ainda são correntes até em Portugal, quanto mais no Brasil, as expressões: *andar de mão em mão, de casa em casa, de céu em céu; voltar em si, cair em si, tornar em si; cair no engano, cair no laço, sair na cola de alguém, ir no encalço de alguém, cair no conto do vigário, etc.* São reminiscências da sintaxe arcaica que, por sua vez, continua a

sintaxe latina clássica. Na língua do Brasil é o que de mais corrente se pode encontrar. Vejam-se numerosos exemplos clássicos em "Réplica", Rui Barbosa, § 34, n.º 167.

CONCORDÂNCIA DO PREDICADO COM O SUJEITO

Casos especiais

1 — *Sujeito composto e verbo no singular* — Em muitos casos, dando maior importância ao último elemento do sujeito composto, ia o verbo ao singular e não ao plural. Exs. "*A emjuria e vergonha nom he d'aquell que a recebe, mays he d'aquelle que a faz* (Fab. 18). Desta concordância encontram-se exemplos ainda depois da época arcaica, na de transição, e primórdios do classicismo. *Triste ventura e negro fado os chama neste terreno meu* (Cam. Lus. V. 46). *Cuja manha e grande esforço faz enveja à gente* (Idem - ibidem — (Cam. Lus. VIII — 26).

2 — *Sujeito composto e posposto ao verbo* — Neste caso, não só a língua arcaica, mas ainda a clássica e a moderna, tôdas mantém a liberdade de concordância no singular ou no plural. *Tentou Perítho e Theseo*, de ignorantes, o reino de Plutão horrendo e escuro. (Cam. Lus. II-112). Como o *conta Suetónio Tranquillo e Eutrópio* (H. Pinto — II-669). E por esta guisa *morreu o lobo e a raposa* (Fab. 32). Muyta *foi a alegria e a folgança* (Textos Arcaicos — 95).

3) — *Sujeito coletivo* — Na língua arcaica, sendo o sujeito palavra coletiva, modificada ou não por complemento restritivo, podia o verbo ir ao plural, concordando com a idéia do coletivo e não com a forma do mesmo. "E logo... *se ajuntarom* deante Santo Antonio tamanha *multidom de pexes* grandes e pequenos (Milagres de Santo Antonio - 1) — ...toda a *cristãidade* que está em grã coyta (Nunes — .9).

4 — *Gente* — Quando o sujeito era representado pelo indefinido *gente*, como se fôsse coletivo, levava o verbo ao singular ou ao plural como se vê neste exemplo: "*Toda gente te lamça* de ssy com nojo que de ty *ham* (Fab. 23). "Vendo os nossos como *a gente* destas terras *andavam* nadando por se acolher a terra (Barros — Dec. 2, 2, 3). Sahindo *a gente* descuidada, *cahirão* facilmente na cilada (Cam. Lus. I - 80). — "A *gente* destes barcos *era* baça, *vinham* vestidos de pannos d'algodão listrados (Goes — D| Man. 40).

O singular era mais comum: "Muita *gente* da terra se *achava* morta pelas ruas (Barros — Dec. 2, 6. 6). Da armada a *gente vigiava* (Cam. Lus. I - 58). "Não se *contenta a gente portugueza*, mas seguindo a victoria *estrue e mata;* a povoação sem muro e sem defesa *esbombardeia, acende* e *desbarata*. (Lus. I 90).

5 — *Gentio* — Com a palavra *gentio*, indicadora de *multidão* de infiéis, pode-se dar a mesma concordância no plural, segundo o significado coletivo. Ex. "O *gentio* da cidade, como o principal mantimento de que se sustenta hé pescado, vendo não ter modo de poder ir pescar, *ordenaram* huma cilada aos bateis de Vicente Sodré. (Barros — Dec. I-6-7). "O *gentio* do interior daquellas terras *fazem* desta moeda thesouro (ib. 3,3,7).

6 —Dá-se a mesma liberdade de concordância com as palavras *povo, multidão*. "Em esto o *poboo Romão começaram* de se alvoroçar, delles armados e outros sem armas, como algũas vezes *soem* de fazer; e *foromse*. (F. Lopes — D. F. 362). "Quando todo o *povo* o *viu* assi armado, sabendo a causa porque se queria combater, *começaram* a rogar a Deus em suas vontades que ajudasse ao cavalleiro (Barros — Clar. I - 86). "A cuja vista se *abaterão* prostrados com profundissimo acatamento toda a *multidão* immensa do genero humano resuscitada. (Vieira — Ser. 2-430).

7 — *Coletivo seguido de complemento restritivo* — Quando o coletivo vem determinado por um restritivo plural como *um grande número de, grande multidão de, grande parte de, a maior parte de*, a língua arcaica e clássica apresentava a mesma liberdade de concordância. A língua moderna ainda continua a adotar a mesma atitude. "Assi accenderam a furia dos Gentios e Mouros das naos que eram presentes, que *vieram* com aquelle impeto *hum grande número delles* sobre os nossos. (Barros — Dec. I-'-4). "Aqui dos Scythas *grande quantidade vivem* (Camões — Lus. III-9). "A *maior parte dos quaes*, como gente offerecida à morte, não *se contentaram* esperar os nossos detrás das tranqueiras. (Barros — Dec. I-4, 8).

8 — Com as expressões *obra de, cerca de, passante de, perto de, mais de*, o verbo concorda normalmente com o número que vem logo após. "*Ficaram* hi *mais doitocemto*. (F. Lopes — D. J. 220) "*Hião* com elle *obra de tres mil homens*. (Barros — Dec. 2, 2, 3).

9 — Com o verbo *ser*, havendo indicação da distância e de tempo, fazia-se a atração do predicativo, concordando o verbo com êste e não com o sujeito lógico. "Ataa o dito moesteiro, *que eram* dali *dezasete legoas*. (F. Lomes — D. P. 114). "Estando elle em Repelim, que *serão* té *quatro legoas* de Cochij. (Barros — Dec. 1-7, 1). "Hũa *quinta-feira* que *forão tres Dagosto* se partio Vasco da Gama' (Castan' 1, 2). "E ao outro dia que *forão 28 de Julho*. (Idem, ibidem))

10 — Com as expressões: *é de ver, é para ver, é de reparar* vai o verbo ao singular ainda que o sujeito seja plural. "*Era para ver* os nossos investindo os mouros (J. Freire — D. H. 59). *Era* muito *para ver os braços* que se levantaram e estenderam do meyo da multidão. (Vieira — Ser. 8, 358). Said Ali (Gram. Hist. pg. 93', explica esta concordância com a expressão subentendia: *é cousa de ver, é cousa para ver*.

— Com as expressões de tratamento: *V. Majestade, V. Alteza, V. Excia., etc.*, requer a língua atual que o verbo esteja na terceira pessoa do singular e nesta pessoa estejam os adjetivos possessivos, ainda que na expressão de tratamento já os tenhamos na segunda do plural. Assim se dirá modernamente: "*Tem Vossa Excia.*, nesta casa, um *seu* criado para servir-lhe". Na língua arcaica e clássica podiam ser usados verbo e possessivo na segunda do plural. "E sabendo (V. Alteza) isto de mim, *usastes* tão liberadamente comigo, dando-me a isso favor... No qual tempo por vontade da Summa potencia *recebestes* o real ceptro digno de *Vós e Vós muito mais delle* (Barros — Prologo do Clarimundo).

"Era justo offecerel-o a *Vossa Excellencia*... pois nos remedios que *aveis dado sentistes* e ynda *sentis* seus trabalhos... Nesta parte nam me cega afeiçam em ser eu yllustrissima Senhora *vossa* feitura." enfluindo todas juntas suas vertudes na última provincia da terra, *vós* sobre todas *fizestes* e ynda *fazeis* sayr à luz o fruto das plantas que estam laa naquella escuridade sepultadas. (Samuel Usque — Trib- Prol).

CONCORDÂNCIA DO ADJETIVO COM O SUBSTANTIVO

1 — *O adjetivo precede ao substantivo* — Na língua arcaica podia fazer-se a concordância com o nome masculino, no plural' Exs. "D. Beatriz, filha primogênita e herdeira dos *ditos rei e rainha* de Portugal. (F. Lopes — C. de D. F. — 158) — ...assi pela situação deste entre as correntes dos *notáveis Indo e Ganges*. (Barros — Dec. I - 324).

Na língua atual prefere-se a concordância com o substantivo mais próximo. "*Chata a cara* e o nariz" (Caramuru) — "*Pago o tabaco* e a casa" (Eça).

2 — *O adjetivo está posposto ao substantivo* — Faz-se a concordância com o último, ou com todos, indo ao plural masculino. Exs. ...de consentimentos dos ditos rei e rainha, pae e mãe *meus*. (F. Lopes — C. de D. F. 147). "As calças e o jubão de ouro *lavrados*". (C. Real). "Hũa espada e hũ punhal *ricos* (Castanheda — 1, 25).

3 — Concordância de *meio* — Ainda quando, em função adverbial, modificando adjetivos, concordava em número e gênero com o substantivo Exs. "Huns caem *meos mortos*, e outros vão a ajuda convocando do Alcorão (Lusiadas — III-50). As sete naos ficárão *meas alagadas* (Castanheda — I - 31). Acharam alguma gente da propria terra quasi *meos salvages* (Barros — Dec. I - 6,). Na língua atual prefere-se distinguir o adjetivo *meio*, que então concorda em gênero e número com o substantivo, do advérbio *meio* que permanece invariável. Exs. "Eram línguas e *meias linguas*. *Meias linguas*, porque eram *meio européas, e meio indianas*, porque eram *meio politicas* e *meio bárbaras* (Vieira — Ser. 8-165).

4 — *Concordância de só* — Na língua arcaica e clássica, o uso comum de *só* o fazia concordar em gênero e número com o nome a que se referisse. Na língua moderna, prefere-se dar-lhe a função de advérbio, permanecendo invariável. Exs. "Em pouco mais de dous credos ficaram no campo quarenta e cinco mortos, dos quais *sós* os oito foram nossos. (F. M. Pinto — Per. I-33). "O Hidalcão respondera... que *sós* dois dias avia que a nao era partida. (Idem - 23). Vês aqui as mãos, e a língua delinquentes/Nellas *sós* exprimenta toda a sorte/De tormentos, de mortes, pelo estylo/De Scinis, e de touro de Perillo (Lus. III - 39).

5 — *Nenhua cousa* — Com esta expressão, não se dava, na língua arcaica, a concordância dos adjetivos. Exs. Nom lhes foi *revelado nehũa cousa* (Eufros. 362). Nom foi a nos *demonstrado nenhũa cousa* (Eufros. 362). (Apud. Huber — Altportug. Elementarbuch — pg. 249).

Complemento pleonástico

Já conhecia a língua arcaica o emprêgo pleonástico dos complementos direto e indireto, representados pronominalmente. Como ainda exige a língua moderna, tais complementos pleonásticos já vinham regidos de preposição. Exs. "Se *te a ty* achasse outra pessoa..., tu serias posta em algũu lugar nobre (Fab. I). "Hũ avarento cuyda que tem dinheiro, e o dinheiro tem-*no a elle*. "Disse-*mh'a mi* meu amigo (C. V. 234).

Usos de Qual

1 — *Qual* = *que* — Na líingua arcaica aparece como simples sinônimo de *que* não precedido de *o, os, a, as*: "E fazeles ajudas, *quales* aqui oviredes (Noticia de torto). "Esta carta foi feita iij dias ante kalendas Nouembris, sub era M.ªCCCC.ª e V. *quaes* furũ presentes: Martinus testis; Fernandus, testis; Petrus, testis; Dominicus, testis. (Titulo de compra). Passou depois à forma composta: "E mandou viir comigo ũa mui onrada dona... *a qual*, quando veo achou jazer aos pees do santo bispo Nono (Chrst. Arc. 105).

2 — *Qual quer* — Na língua atual estão justapostos os dois elementos (*qualquer, quaisquer*), mas na arcaica vinham sempre separados e, às vêzes, com outras palavras interpostas. Exs. "Por todo ome por que prindaren, de *qual* parte *quer*, vaya e saque prinda. (Foros de Castel Rodrigo). "Poderá Sancta Maria/grande os seus acorrer/em *qual* logar *quer* que seja/e os de mal defender (T. Port. 119 — apud. E. C. Pereira — Gram. Hist. pg. 418). "*Qual* clérigo *quer* s'entende" (C. A.).

Usos de cujo

1 — *Cujo* = *de quem* sem conseqüente expresso — Admitia a língua arcaica tal emprêgo de *cujo*, totalmente desaparecido modernamente.

Exs. "A dama *cujo* nasci/O mor prazer que sente/He dizer-me mal de mi (Gil Vicente). "Elle disse que vindo em companhia de hũa donzella *cujo* era, tres cavalleiros a tomaram por força (Palm. I-148).

2 — *Cujo* interrogativo — Tal emprêgo já desapareceu da língua moderna, a não ser na pena de alguns arcaizantes. Exs. "*Cujo* filho és? (C. Obras — 3-11). *Cuja* é esta caveira? (Vieira — Serm.).

Todos os demais usos corretos de *cujo*, que a língua de hoje mantém, são encontrados nos autores arcaicos, dispensando exemplificação.

Emprêgo do possessivo

1 — *Possessivo pleonástico* — Para evitar possíveis confusões, empregou a língua arcaica bem como a clássica a repetição de *seu delle*, *sua della*. Exs. "E depois *seu* padre *dela*, en sa velhice, filharon-lhe seus genros a terra... (Rei Liar — Chrst. Arc. 41) — "...ca ben certos eran que non demandaria senon todo aguisado e *sua* onra *deles*. (A morte do Lidador — Ibidem-120). "Ó pois que musica a *sua delles*? (Sá de Miranda — Obras — 2, 78). Antonio Faria se recusou com palavras de grandes comprimentos ao *seu* modo *delles* (F. M. Pinto).

Tal uso aparece nos arcaizantes como em Rui Barbosa e Machado de Assis.

2 — *De seu, de meu, etc.* — Nos escritores arcaicos e nos primeiros clássicos existe o emprêgo do possessivo pronominalmente, com o significado de *por si mesmo, daquilo que me pertence, por meus esforços, etc.* Os exemplos dirão melhor: "Cheguey aaquella porta... que também parecia que já me conhecia, e que se me abria *de seu*. (Sá de Miranda — Obras — 2-134). "Nesta yda foy também necessário yr o pobre de mim por me ver sem um só vintém *de meu*. (F. M. Pinto — Pereg.). "Porque elle não tem *de seu*/Meu pae deu-me e fugi" (Gil Vicente — Obras — I-98). "Santa Ursula não converteu/Tantas cachopas como eu:/Todas salvas *polo meu*,/Que nenhuma se perdeo" (Gil Vicente — I-233).

Êste uso está vivo na língua vulgar do Brasil: quando se propõe um negócio qualquer a determinada pessoa, pergunta imediatamente: "E qual é o *meu?*".

3 — *Fazer das suas* — Esta expressão quer dizer: fazer aquelas ações que fulano ou beltrano tem por costume fazer, quase sempre reprováveis. Ex. "Lá ha indias mui fermosas/Lá farieis vós *das vossas*... (Farsa da India — (Gil Vicente). Vive esta expressão na língua atual: F. já fez uma *das suas*. Eu, porém, lhe preparei *uma das minhas, etc.*

4 — *Enho, enha, nho, nha* — Desde os tempos arcaicos que são correntes estas formas abreviadas, aferéticas, como se vê em Gil Vicente

"Digo agora que casei/Sem licença de meu pae/E d'*enha* mãe... "Entrarã *enha* sobrinha/E Constança das Ortigas". "Compadre, *enha* mulher/He muito destemperada". Na língua vulgar do Brasil vivem as formas *nha mãe*, *nho*, *pai*, por *minha mãe*, **minho pai*. Formada, normalmente, a aférese de *minha*, *nha*, formaram também, sôbre êste feminino *nha*, o masculino *nho*.

CAPÍTULO XII

NOTAS DE SINTAXE ARCAICA (CONTIN.)

A ORDEM DAS PALAVRAS NA FRASE

A prosa arcaica, porque mais próxima dos modelos latinos, apresenta muitas inversões, preferindo a ordem indireta. Não só o verbo termina a frase, mas também os adjetivos, na sua maioria, precedem ao substantivo. Onde, porém, a inversão se faz notar de maneira insólita é na colocação pronominal. A ordem direta sòmente no século XVII se estabeleceu definitivamente com os clássicos derradeiros da língua. Na poesia, porém, continuou ainda a inversão, constituindo até um dos pontos diferenciais de ambos os tipos de expressão literária. A língua moderna continúa esta tendência analítica das neo-latinas, notando-se que hoje, a língua do Brasil é mais direta e analítica do que a sua contemporânea de Portugal. Comparando-se os escritores brasileiros, ainda os que mais cuidam do tipo genuinamente português, com os de Portugal, notamos imediatamente êste pormenor de sintaxe: a frase brasileira é mais direta que a lusa. O emprêgo de *cujo*, um dos últimos vestígios do sintetismo latino, constitui, entre nós, um problema. Entre cem empregos, oitenta pelo menos estão errados. A preferência tôda é para a correspondência analítica: *do qual, da qual, de quem, de que*. Na forma interrogativa: *cujo é esta casa?* — já nos próprios clássicos estava posta de lado, aparecendo raramente em sua pena. No arcaico, porém, surgia com mais freqüência' Isto reforça a afirmativa de que a língua dêsse período era de ordem preferentemente indireta, vindo-se sempre para a direta, mormente na prosa, até a disposição atual do Brasil que parece ter chegado ao ponto máximo do analitismo românico.

Os *adjetivos* determinativos, como ainda hoje os empregamos, vinham sempre antes do substantivo, excepto quando a função de pronome pode colocá-los sòzinhos na frase. Mas entre os *adjetivos qualificativos* ainda aqueles que, no moderno português, costumam vir depois do nome, no arcaico sempre o precediam. Assim *grande*, que, conforme a posição, pode tomar significado diferente (*homem grande, grande homem*) e outros do mesmo uso, aparecem antepostos em qualquer dos dois sentidos. Fernão Lopes dá-nos exemplos em sua "Crônica de D. João I": "... e hũua *gramde naao.... grande espaço* dos baixos" (132). Lemos em Juyão Bolseiro: "Da noite d'eire poderan fazer/*grandes* três noites, segundo meu

sen" (C. V. 772). No "Esmeraldo" encontramos: "na qual ponta está hum *gramde* palmar que dura *grandes* duas leguoas e mais (86).

A colocação do *verbo* era sempre no final da frase como se deprende da mais leve leitura que dos autores se fizer. Sirvam de exemplos estas rápidas citações: "Antre os senhores que com elRei de Castella vinham... hia muitas vezes aas casas hu elRei de Castella pousava... mandou logo rrecolher para a çidade todollos moradores do termo com os mamtiimentos que levar podessem... partiamse com as molheres e filhos e com os gaados e bestas e cousas que levar podiam... por buscar seguramça a sua vida segumdo cada hũu melhor emtendia... amte que elRei de Castella vehesse... por basteçer a çidade de viamdas o mais que sse fazer podesse. (Fernão Lopes — op. cit. 138-9).

São de Dom Duarte, no "Leal Conselheiro" estas outras: Assy ledamente... com boo resguardo do seu e nossos estados, segundo os tempos e lugares com elle fallavamos e praticavamos (463). Com bestas, aves, caães, e qualquer outras cousas pera seu prazer o serviamos. (468). Homens nem moços hũus dos outros nunca filhavamos... ca segundo cada hũu de Nosso Senhor recebera de paciência, avysamento, sotileza, manhas e avantajosa disposiçom em cada hũa cousa mais perfeitamente se avya (472).

Esta é a mesma disposição de Duarte Pacheco em seu "Esmeraldo de Situ Orbis": "Da boca do Medio-Terrano oucidental... dous promontorios sam, que naquellas partes todolos outros em altura e fremosura excedem... os quaes promontorios aguora por outro nome ha serra da Ximeira e monte de Gibaltar chamamos". (47).

Entre os clássicos ninguém leva a palma a Samuel Usque neste gôsto de terminar a frase com o verbo: "Sabereis, yrmãos, que eu sam aquelle antiquissimo pastor que com pescoço e mãos vellosas, pera soceder na benção seu pae enganou; e pelos amores dhũa fermosa pastora sete e sete annos nos viçosos pastos da Mesopotamia apascentei... e com tantas e tam viçosas riquezas, entre elles alegre me gozava... e outros dentros nas choças, aqui e aly (como emborrachados) dormindo se cahiam" (Consolaçam).

A colocação, porém, mais inversa é a dos pronomes oblíquos. Temos observado que o estilo do tempo os exigia antepostos não só ao predicado, mas até ao sujeito dêsse predicado e às demais palavras que pudessem com êle relacionar-se. Nos Cancioneiros tal observação é de todos os momentos:

"U m'eu parti d'u m'eu parti... De mais, se me non val Santa Maria... non viva eu, se m'el i non dá conselho... que se lh'a el prouguer... Non sab' o mal que m'ela faz aver. Quando s'Amor de min quitou. Amor, des que m'a vós cheguei. E nunca vus eu já irei/de mia fazenda mais dizer. E moir'eu, Senhor, por me d'elles partir".

A medida, porém, que caminhamos para os tempos clássicos, a posposição dos pronomes oblíquos se vai firmando como regra fundamental, pois, sendo tais pronomes átonos, devem receber a acentuação do verbo a que se ligam como complementos. Por isto mesmo são chamadas *partículas enclíticas*. A ênclise, portanto, sendo a colocação normal dos pronomes átonos, só por fôrça de estilo se viu substituida pela próclise e mais raramente pela mesóclise. Tais próclises acima documentadas pelos cancioneiros não são hoje toleradas e aqueles casos de tal anteposição pronominal que a gramática moderna admite, não passam de exceções à regra da ênclise, motivados pela presença de relativos, advérbios, conjunções adverbiais, etc. Desde que tais casos não se verifiquem, a posição normal dos pronomes átonos é a da ênclise. De tais colocações pronominais trataremos especialmente em seu lugar adequado.

Pelo uso de colocar o verbo no final da frase são numerosas as *inversões, os deslocamentos* do sujeito e do objeto direto. Não obstante isso, temos também *verbo, sujeito, complemento,* quando não *verbo complemento, sujeito*. Nas narrativas da "Vida de S. Nicolau", do século XIV, ou na "Vida de Santa Pelágia" da mesma época, são freqüentes frases como estas: "Foron-se os monges aa cidade de Mirra (verbo, sujeito, complemento) — "quando lhi a ventura contaron (complemento indireto, direto, predicado) — "que atal doo fazian, e taes braados davan (objeto, predicado — "e leixaron-se ir ao mar omẽes e molheres (predicado, complemento, sujeito) — "O' Senhor, amercea-te de mim que molher sõo (completivo, predicado).

Nas orações gerundiais e participiais fixará a língua clássica a ordem: verbo, sujeito, mas na língua arcaica encontramos também às avessas: sujeito, predicado. Ex. "*Eles indo assi,* seus companheiros que ficaram na nave, polas guardas, ouviron as lediças que ian fazendo etc. (Veja-se o capítulo das orações participiais e gerundivas). Nas orações intercaladas fixou também a língua a ordem: predicado, sujeito. Mas no período arcaico isto era ainda flutuante. Exs. "O filho lhe disse: Madre, non façās essa ca tu és mui pequena cousa a respeito deste boi" (A Rã e o Boi). A disposição seria outra modernamente: "Não faças isso mãe, disse-lhe o filho, porque és mui pequena cousa comparada a êste boi".

No estilo narrativo ficará também determinado que o sujeito se posponha ao predicado, como se vê dêstes exemplos de Vieira:

"...sahio o Pregador Evangelico a semear a palavra divina. Vai hum Pregador pregando a Paixão... Compara Christo o pregador ao semear... Veio o Espírito Santo sobre os Apostolos... Estava Christo accusado diante de Pilatos... (Serm. da Sexag.). Não despachou Christo hoje os nossos pretendentes... Dizia com verdadeiro juízo Marco Tullio... Concederam-lhe os pais o que pedia... (3.ª 4.ª feira da Quaresma).

Os primeiros fabulistas ainda não haviam fixado tal norma. Ex. "Conta-se que vez ũu rato... andando a ũa aldea, etc. Conta-se que no tempo do inverno, ũa serpente mui fremosa, jazia, a riba dũa auga... (Esopote). Nos tempos mais próximos da transição para o clássico, já vamos encontrando com mais freqüência a ordem que então se fixou: "Entrou Josep a el-rei Faraó... Viveu Josep cento e dez anos e viu os filhos de seu Efrain..." (Histórias d'abreviado testamento velho).

Nas *orações interrogativas* já notamos a posposição do sujeito, especialmente, na poesia onde tal artifício era mais próprio. Se bem que a prosa também nos ofereça exemplos, modernamente a tendência é de suprir tal colocação pela entoação da frase, deixando, portanto, a forma escrita de anotar êste recurso da língua viva e afetiva. Nos Cancioneiros já temos muitos versos terminados por interrogação, mas como é do português, oculta-se o sujeito, de modo que não se pode dizer que esteja posposto ao verbo: "Longe de vila quen atendedes? Por que tardastes na fontana fria?". Mas em outros lugares: "Diss'a fremosa en Bonaval assi:/ Ai, Deos, u é meu amigo daqui,/de Bonaval?". Em Fernão Lopes verificamos: "E como? Nom querees vós que meus filhos emtrem demtro na villa?". "Nom rrespondees vós ao que vos diz ho Meestre?

Gil Vicente, escrevendo em versos, observa, já nos dias da transição clássica, a posposição do sujeito interrogativo: "Onde se criou tal flor?. Vistes Vós? Que buscais vós ca, donzela, senhora, meu coração? Ulos esses namorados?" (O Velho da Horta). Mas quando procura reproduzir a fala do povo, já não faz a posposição que era de cunho literário: "O vosso hortelão não vem? E se vós morreis? Se êle fôsse namorado? Esta dama onde mora?"

Na língua do Brasil ainda quando veículo de literatura, mormente nos últimos tempos, já não se observa esta ordem dos clássicos, da colocação do sujeito após o verbo interrogativo. Na língua viva, falada, tal posposição cheira a super correção.

Na prosa ainda no final do século XIV e comêço do seguinte, não só a colocação do sujeito não era depois do verbo, mas nem sequer empregavam o sinal de interrogação. Na "Vida de Santo Aleixo", que é desta época, está isto bem claro como se percebe desta simples citação: "E chamou entõ o mayoral de sua casa e disse-lhe. Sabes se em mjnha casa ha tal home que ouuesse tal graça". "E ele respondeu. Em uerdade eu nõ o sey". Claro está por êste diálogo que a primeira frase era interrogativa. Não só não existe a posposição do sujeito, mas nem sequer se usou outra pontuação que não fôsse o ponto final. (Vide — "Vida de Santo Aleixo — pg. 101. Dinorah da Silveira Campos Pecoraro).

Nos demais documentos, quer anteriores, quer contemporâneos, notamos a mesma variedade, ora vindo o sujeito depois, ora não. Eis mais alguns exemplos: "Que será esto? assi avemos de perder nossas vacas? "Quen poderia contar quanto mal sofreron e ouveron aquela ora os cris-

tãos?" "Di-me, Alcarac, esses IV mil que dizes que ficaron, son bõos cavaleiros?" "Como sabes tu que eu receberei a morte?" "Que cousas foron essas tan estranhas?" (Batalha do Salado — sec. XIV).

A NEGAÇÃO EM PORTUGUÊS ARCAICO

Os instrumentos essencialmente negativos foram sempre *non, nom,* às vêzes, *nõ, nen, nem, nẽ*. Como tôdas as línguas românicas, valeu-se a portuguêsa de outros advérbios, adjetivos, substantivos, para reforçar a idéia negativa da frase: *nulho, nulha, rem, nemigalha, nada, passo, pelo, etc*. O mais antigo refôrço negativo foi *rem, ren,* do latim *rem,* cousa, contaminada em seu valor semântico por outra negativa de que era precedida: *nulha rem, non dar rem, non se pagar ren, per rren* de que diz Michaelis ser equivalente a *cousa alguma, absolutamente nada*. (Clos. da Ajuda — 78). Na "Demanda do Santo Graal ocorre constantemente: *nom* podiam *rem* dizer; nom vos mentirei i rem; que per rem nom vos mentisse; nom achamos rem, etc. (Magne — III - 332). *Nemigalha,* coalescência de *nem-migalha,* encontramos freqüentemente na mesma obra: "quando Lionel esto ouviu, nom quis tardar *nemigalha;* como hoje é abaixada e tornada a *nemigalha* a cavaleria; nom é verdade *nemigalha,* etc. (Idem-ibidem — 274).

Se a língua atual não usa de outra negativa juntamente com o advérbio *não,* a arcaica fez de tal recurso largo emprêgo. Gil Vicente é farto de exemplos: "*Nem* tu *não* has de vir cá. *Nem* eu *não* vo-lo requeiro. A *ninguém não* me descubro. *Nem* do pão *não* nos fartamos. E *ninguém não* me deseja. *Nenhum* velho *não* tem siso natural. *Nem passo não* se esquecia. (J. Moreira——Estudos — I - 126). Êste mesmo autor enumera, na obra citada, 36, outros recursos de que se valia a língua arcaica para construir suas frases negativas. Atribuir valor negativo a *passo* como *pas* em francês: "Nesse exemplo (acima transcrito) a expressão negativa *nem* está no mesmo tempo seguida de *não* e reforçada por outro vocábulo de valor negativo *passo*. "Cita ainda a expressão *nem ponto* (*ne point* em francês): "Depois via onde sair outro magro e cativo, pobre e lasso e que *nom* avia *nem ponto* de coroa e... vestido". (Dem. do S. Graal). Gil Vicente, citado ainda por Moreira, usou da palavra *pelo* e da frase feita *nem chique nem mique nem nada* como refôrço negativo:

"Vós *não* haveis de mandar
Em casa somente um *pelo*".
"E seu pae er assi,
Porque se casou furtada,
nem chique nem mique nem nada
dão a ella nem a mi,
assi pola desnevada.

(Vol. II — 38).

À semelhança de *rem* (cousa) também esta sua correspondente assume função negativa não só na língua arcaica como na moderna. No "Leal Conselheiro" lemos: "sem o Padre, *cousa nom* poderia fazer". Atualmente costumamos pospor *alguma* a *cousa*: sem Deus *cousa alguma se fará*". Notemos ainda que para maior refôrço, leva-se *cousa* ao superlativo: *cousissima alguma, cousissima nenhuma*. Outro recurso negativo ainda em uso, mòrmente, no Brasil, é *nada*: *não* disse *nada*; é *nada* bom. Choveu ontem? Choveu *nada*. Pagou a dívida? Pagou *nada*! (isto é, não pagou cousa alguma). Do advérbio *nunca* atesta a língua emprêgo simples e reforçado: "Veedes aqui as armas de ũu dos bõos cavaleiros que eu *nunca* vi. — ...todo home que se poder guardar de *nunca* em seu poder entrar. *Nunca* deziam nenhum bem. Non averei *nunca* nenhũa sazom". (Dem. III — 279). "...e *já* Deus *nunca* me perdon (Vtic. 33). "... *nunca* já poderei aver bem (C. A. 237). Iguais usos se encontram com *mais* que se contamina de outra negativa: *nunca mais, mais nunca, mais não, não mais*, e como se lê em Camões e se escuta no povo: *nomais* (*não mais*). "*já mais nom* ouvi lezer (C. V. 202). *Já mays nunca* sse quis doer de mi (C. V. 143). Em Camões:

> "*No mais* Musa, *no mais*, que a Lira tenho
> Destemperada, e a voz enrouquecida,
> E não do conto, mas de ver que venho
> Cantar a gente surda, e endurecida... etc.
>
> (Lus. X — 145)

O fato de não permitir a língua moderna que se empregue *não* depois de outra negativa, tiraram alguns a impensada doutrina de que tal proibição provenha da possibilidade de duas negativas se transformarem em afirmativa, tal qual se dá em latim clássico e em inglês moderno. Tal conclusão não tem fundamento algum porque duas negativas serão sempre duas negativas. Êste foi um dos característicos especiais do período arcaico. Se os exemplos até agora aduzidos não bastassem para provar o que dizemos, poderíamos citar numerosos outros. Vejamos apenas êstes: "... estabelecimentos que d'aqui adeante *nenhũa* casa de religion *non* compre *nenhũa* possesson (Ord. de D. Afonso II). "...porque *nenhuu* dos jogos *non* correge assi todollos sentidos (Livro de Montaria — 20). "...que elmo *nem* almofre *non* prestou que a espada non fezesse entrar atee o osso. (Demanda). "cá *nengum non* se poderá louvar (Idem). "...certas *non* diss'el rei, *jamais non* me veeredes. (Idem). "...assi que *nenhũu* mao espirito nela *non* entrará (Josep ab Aramatia).

A FRASE PROIBITIVA

Com os verbos que indicam proibição, a oração dependente é introduzido por uma negativa. Assim: "*Defendem-me* meus parentes que te-*não* fale *nem* veja. (Crisfal). "Seus pays d'ele e d'ela lhe *defenderam* que se *não* falassem (Can. Cer. III-62). "... que outra nenhũa geraçam lá *nom* fosse senam os Portugueses (D. Pacheco — Esmeraldo). "... e nunca me tolhe ninguem/que *não* ganhe minha vida/como quem vida não tem (G. Vic. — Auto da Freira). No português moderno omite-se a negação da frase dependente: proibo-lhe que faça tal, defendeu-nos que falássemos, etc.

Repetição de nem — Nestas frases negativas em que aparece o advérbio *nem*, costuma-se, no período atual, repeti-lo como neste exemplo vulgar: *nem* eu *nem* você lá iremos. No arcaico não se fazia tal repetição. Exs. "... e nom curassem de nenhũas cartas que lhe a Rainha *nem* el-Rei de Castella em contrairo desto mandassem. (Zurara — C. de D. João I — 93). "Que vamos ver os prazeres,/Que eu *nem* tu nunca viste. (G. Vic. Mofina Mendes). "En tal guisa lhe guardava seu gado que *nem* animalia non lhe fazia dano. (Esopete). "Senhor: A mim parece que syso *nem* cavallaria non convem em tudo — "parayso *nem* inferno" — "Poys minha triste vẽtura/ nẽ meu mal nã faz mudança" (Apud Pimpão — Hist. da Lit. Port. I — sem indicação de fontes).

O EMPRÊGO DO ARTIGO

1 — O uso do artigo, quer definido, quer indefinido, já estava fixado na língua arcaica, sendo poucos os casos em que houve mudança de emprêgo nos tempos posteriores. Um dêsses pontos que a língua atual vem modificando, sem que já chegasse a uma determinação fixa, é: 1 — o do definido antes de *nomes geográficos*. Até hoje observamos que tal regra varia muito, notando-se que a maioria está pelo uso do artigo, mormente se o nome geográfico antes de ser próprio, foi comum. Assim o geral diz *A Bahia, O Recife, O Sergipe, A Paraíba*, mas *S. Paulo, Santa Catarina*. Na língua arcaica a nota predominante é a omissão do artigo, uso que se estendeu por todo o período clássico. Duarte Pacheco, escrevendo obra de geografia, ministra-nos muitos exemplos em seu "Esmeraldo de Situ Orbis": "... ha grandeza d'Africa e asy d'Asia (18) — ... as quaees tres Asia, Europa e Africa são chamadas — Asya dizem que ouve nome de hũa Raynha asy chamada, que esta parte senhoreou; e o nome de Africa se afirma ser tomado de Hafeer, filho de Abraão, o qual trazendo grande exercito nesta parte e vençendo os habitadores d'ella, aquelles que despois ha posuyram, Aferos foram chamados e agora Africanos, e por esta causa se crê que toda regiam Africa he chamada; a Europa tomou

esta nome de hũa Rainha, filha d'el-Rey Hagenor de Libia, que o mesmo tinha etc. (25) — "... que per Cepta entra... pello estreito de Tracia... Europa de Asia he partida" (26).

Nota-se o mesmo uso em João de Barros: "Levantando-se em terra de Arábia aquelle Anti-Christo Mafamede (Dec. I-5) — "... em espaço de cem annos conquistaram em Asia toda Arabia... Deus quis simular os pecados de Hespanha" — veio ElRey D. Afonso a se descuidar das cousas deste descubrimento, e celebrar muito as da guerra de Africa... vem ter a ella da grande Provincia de Mandinga, concorrem muitos Mercadores do Cairo, de Tunes, de Ourão, Tremecem, Fez, Marrocos e de outros Reynos, etc".

Nestes exemplos dos dois escritores que trataram de assuntos geográficos e históricos, vemos que, predominando a omissão do artigo, não é contudo absoluto porque num e noutro caso aparece o determinativo. Camões, porém, ainda disse no episódio dos doze de Inglaterra: "Porque serei comvosco em Inglaterra" (Lus. VI-57).

2 — A omissão do definido antes dos *apostos*, regra ainda hoje preconizada pela gramática normativa, era geralmente observada no período arcaico. Assim temos: "O mesmo Real Decreto por que o Senhor Rey D. João I, Augusto Pai de Vossa Magestade", etc. (J. de Barros) — "... mia molier Rainha dona Orraca... meu filho infante don Sancho (Test. de D. Afonso II) — "... desde o senhor Rey D. João I Fundador sempre memoravel da Serenissima Casa de Bragança até o Senhor Rey D. Manoel seu benefico Ampliador, e Exaltador (J. de Barros — Prólogo) — "Somente Gomes Eanes de Zurara Chronista mor destes Reynos (Idem-ibidem).

3 — Com os *nomes de parentesco*, principalmente, se já estão modificados por *possessivo*, a omissão é sempre observada tal qual ainda hoje preceitua a gramática portuguêsa. "... fez chegaar pera açerque de syseus filhos (Zurara — C. da T. de Ceuta — 69). "E querendo o Iffante viir a mandado de seu padre" (Idem — 95) — "...senam ao tempo em que o fazerdes a meu irmaam (Idem — 95 — "...e sua prima com irmã, filha do excellente Infante D. Pedro, seu tio" (C. de Resende — C. de D. João II) — "... de seu pae e sua mãe, e seu nascimento (Idem - ibidem) — "Haec est notitia de partiçon e de divison que fazemos amtre nos dos erdamentos e dos coutos e das onras e dos padroadigos das eigleijas que foron de nosso padre e de nossa madre en esta maneira — (Auto de Partilha - 1192). "En nome de Deos. Eu, rei don Afonso, pela graça de Deos rei de Portugal, seendo são e salvo, temente o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molher, rainha dona Orraca e de meus filhos, etc. (Test. de D. Afonso II). "Nosso pai (ẽ) na rua (C. V. 104'). "Vossa Madre fora" (C. V. 57.).

4 — Antes de *nomes quaisquer* embora modificados por *possessivos* a língua arcaica observava a mais ampla liberdade, o que ainda hoje é regra geral. Exs. "Ca voss'amor me forçou (C. V. 150) — "Ca meu coraçon non é/nem será, per bõa fé,/se non do (que,) quero ben. (Idem). "Cantando nossas bailadas" (C. A. 312) — "e dancemos a nosso sen" (Idem). "Partimos de Portugal/catar cura a nosso mal/ — Pois que somos seus romeiros/cessen já nossos marteiros./Pedimos a vossa alteza/en que está nossa firmeza/de nossos males contente/ (Canc. Geral - 193). Em todo êstes exemplos houve omissão do artigo definido. Mas nestes outros: "Os meus olhos... foron veer... Ouve ende o meu coraçon (C. A. '87). "Pois passei o teu mandado" (D. Duarte). "Manda o teu messegeiro/do ceo alto, Sprito Santo" — (Idem). "Vença o meu perseguidor" (Idem) — "e conquereo todolos anmigos" (Rei Artur) — "leixou a sa terra a ũm seu sobrinho que avia nome Mordret" (Idem) — "e é rei coroado de toda a vossa terra" (Idem) — "contada a meu padre Jacob a minha glória (Hist. do tes. Velho).

5 — Depois do adjetivo *todo, todos* notamos grande incerteza no uso do definido mas já se esboça a regra depois firmada pela gramática moderna: omissão do artigo quando significa *qualquer;* uso do mesmo quando equivale a *inteiro, completo*. No plural havia também a mesma incerteza e hoje exigimos, em tal caso, o definido. Eis alguns exemplos: destrui *todos* meus imigos (D. Duarte) — "e deron-lhe *todas as* cousas que lhe foron mester (Rei Leir) — "e conquereo *todolos* seus enmigos — que *todolos* tempos do mundo falaron delo-se jurou con *todolos* omens bõos da terra contra vós — e é rei coroado de *toda* vossa terra. (Rei Artur) — "e dar-lhe-ás *todos* os bẽes do Egito — deu-lhe dez annos en que levassen de *todas as* cousas bõas do Egito — é o senhor en *toda a* terra do Egito (História de José). "Levantou-se Jacob e vão-se ao Egito con *toda* sua geraçon e *todos os* que sairon da sua carne, e foron *todos os* que entraron eno Egito (Idem). "E louvaron o Senhor de *toda* criatura — *todolos* do castelo quanto i avian. (S. Nicolau) — "E oimais ben pode dizer/ *tod*'ome que esto souber" (C. N. 575) — "e a vós senhor, melhor estaria/d'a *tod*'ome de segre ben buscardes" (C. V. 1021) — "ca sei cançon/muita e canto ben/e guardo-me de *todo* falimen (Idem). "O Condestabre foi ben lembrado de *todo o* feito como se passara (F. Lopes — Cron. do Condest. VII) — "...dizendo *todolos* bõos que o ouviram que os reis erran muito (F. Lopes — Cron. de D. Pedro — XXI).

6 — Antes de *Deos, don, dona* omite-se o artigo. Exs. "... que *Deus* o mundo mal non quer (C. V. 515) — "... pois que o quer *Deos* confonder,/ca per *Deos* mal o confondeu (Idem) — "... e foi-lhe *Don Lopo* Filhar (C. V. 515). "Desfiar enviaron de Tudela/filhos de *don Fernando* al rei de Castela" (C. V. 466). "Sedia-xi don *Velpelh*'en ũa sa maison"

7 — Dá-se a mesma omissão do artigo antes de certas expressões compostas como: *rosto e face, medo e espanto, temor e espanto, afan e trabalho, caval'e armas,* bem como antes dos adjetivos *grande, forte*: "En *forte ponto* o en *forte ora* (C. V. 573) — "... apareceu-lhe o dito cavaleiro mui bravo e con *rosto e face* mui espantosa — con sen dizer de *grande medo e espanto* — ouve *gran temor e espanto* — tan sen *afan* nem *trabalho* (Cron. da Fund. do Most. de S. Vicente de Lixboa) — "...que *grandes* trezentos anos estevo assi ou mais (Afonso X). "Da noite d'eire poderon fazer/*grandes* tres noites, segundo men sen" (C. V. 772).

8 — Com a palavra *casa* estabeleceu-se, no moderno português, que vindo desacompanhada de adjetivos ou de restritivos quaisquer, não deve levar artigo e por isto mesmo repele a crase. Assim se diz *Vou a casa. Voltei para casa. Estive em casa. Venho de casa.* Mas: *Vou à minha casa. Venho da casa de Pedro.* No português arcaico não havia tal distinção e omitia-se sempre o artigo definido antes da palavra *casa*: "*Abrãam* era já velho e chamou Eliezer, procurador de *sa casa*... Se avia *en casa* de seu padre logar en que ele podesse pousar... E ela foi-se correndo *a casa* de seu padre... Então ũu irmão irmão de Rebeca que avia nome Laban, saiu a Eliezer e trouve-o *pera casa* (Hist. Abrev. do Antigo Test.). "Non é amor *en cas* del-rei (C. B. 398). "Un porteiro *en cas del rei* (C. B) 394.' "Foi un dia Lopo jograr/*a cas* d'un infançon cantar (C. V. '74).

9 — "Atualmente, diz Júlio Moreira (Estudos da Língua Portuguesa — vol. I) — tanto na língua literária como na popular, a palavra *um* na expressão *um e outro* não é precedida do artigo, ao contrário do que sucede em francês (*l'un* et *l'autre*). Todavia no português arcaico encontram-se exemplos em que aparece com artigo, como se vê no seguinte passo de uma lei de D. Afonso III (ano de 1261): "Primeiramente estabeleceo nosso senhor el-Rei aos rricos homens que nom voom a casa del-Rey senon por duas cousas *a huma* he se elRei mandar por eles o *a outra* he se ouveren que endereçar em cass del Rey". (Por. Mon. His. Leg. et Cons. vol. I - p. 202). No Cancioneiro Colocci — Brancuti, fragmento de Poetica, linha 194, ocorre o plural: *das hũas e das outras.* Ainda muito mais tarde achamos exemplo desta prática, como em Sá de Miranda, pg. 52:

> Fica-se porem julgando
> Entre *a ũa* e outro sorte,
> Se dais vida dando a morte
> Que fareis a vida dando?

Êste uso deveria ter uma certa extensão, e dêle ficaram ainda vestígios no falar do povo e no familiar, na expressão são *à uma — e à outra*, com o sentido de: *por uma parte — e por outra; por um lado — e por*

outro; primeiramente — depois; como no seguinte exemplo: "Não escrevi há mais tempo *à uma* porque tenho andado bastante adoentado e *à outra* porque não tinha grandes novidades para dar". Nesta locução *à* é a crase da preposição e do artigo, valendo portanto *à uma* o mesmo que *a a uma,* como *à outra* por *a a outra.*" (pgs. 7-8). A esta lição do insígne mestre português, acrescentamos esta passagem do *Boosco Delleytoso — c.* V-'3; "*a huũa* dellas tynha hũa pedra esmeralda muy verde, *e outra* tijnha huũa pedra roby em as coroas" — "o escudeiro trazia o cavalo da *ũa* parte e *da outra* (Demanda fl. 70'-b) — "leixaromse ir os *ũus* aos outros. (Idem — fl. 125-h) — "pouco viveu *o ũu depós o* outro. (Idem — fl. 148-b) — "nasceu este conselho de duas cousas: *a uma,* que os cristãos...; *a outra,* que a fortuna (Palm. II c. 169) — "*a ũa,* por as muitas mercees e grande acrescentamento que el-rei em vós fez; *a outra,* por seer vossa irmaã (F. Lopes — Corn. de D. João I-cV).

10 — Omite-se o artigo definido antes de nomes abstratos: *amor morte, poder etc.;* nomes de seres já determinados: *demo, besta;* nomes de *festas, dias da semana,* e outras divisões do tempo. Dem. fl. 37: a: mui vergonhosa de fazer o que lhe *amor* mandava; fl. 43 b: esto nom me aveerá, se Deus quiser, que eu, por *pavor* de *morte,* me torne caminho de minha terra; todo esto ela fazia por urdir *morte* de Galvam; fl. 64 d: *besta* que as come logo morre. C. V. 2145—1—2: de vós, senhor, quero eu dizer *verdade,* e não já sobre *amor* que vos hei. 358 — 10: *tempo* de jogadores já çafou. 448 — 15: nom me deu *morte,* que de coraçom lhe roguei. 680—1—2: quantos eno mundo amarom e amam, todolos provou *amor.* C. B. 1725: ca *demo* leve essa rem. *Foros da Guarda — in P. M. H. v:* des *dia* de Ramos até *dia terça-feira* de Pascoa. (Magne — Dicion. da Ling. Port. 40).

11 — Depois de *ambos* é geral o emprêgo de determinativo articular definido como se evidencia por estas citações da Demanda do Santo Graal: "prendeu *embolas* braços — *ambolos* irmaãos — quando ele viu vĩr *ambolos* irmaãos — encerrados de *ambalas* pernas — de *ambalas* partes. O mesmo uso encontramos nos primeiros clássicos que ainda tinham muito de arcaico: "de *ambas as* leis imigos (Lus. X - 14- — "dado o qual sinal, com que a artilheria de *ambalas* partes começou a fuzilar (Barros — III - tomo V) — "onde, por todos os Estados de *ambos os* Reinos de Castela e de Leão (Rui de Pina — Cron. de D. Dinis — 027). "E com elle *ambos* os duques, e muitos senhores com muita nobre gente. (C. de Res. Cron. de D. João II — C — XL).

CAPÍTULO XIII

FORMAÇÃO DA PROSA LITERÁRIA ARCAICA

Tôda a produção literária tinha sido exclusivamente poética nos primeiros séculos de Portugal. Cantar, dançar são expansões da sensibilidade humana que não exigem grande esfôrço de expressão. As agitações político-religiosas: guerras de reconquista cristã, guerras necessárias à fundação do reino, guerras exigidas pela manutenção das conquistas feitas; dissensões políticas que agitavam tôda a nacionalidade, tudo exigia desafogos sentimentais, de pura satisfação sensível que se exteriorizavam em versos, em música, em danças. O próprio ardor religioso, pois, a religião era a causa ou o pretexto de muitas dessas guerras, apresentava característicos essencialmente sensíveis: culto externo pomposo, coros e até danças no próprio templo, sublimação de amores insatisfeitos no culto das virgens, dos santos, de Maria e até na suprema renúncia do claustro, com exaltações místicas e flagelações propiciatórias, tudo elevava os sentidos corpóreos e excitava a profunda sensibilidade peninsular. A razão pouco tinha que fazer, nada que expressar. Por isto predominou soberanamente a poesia que é tôda sensibilidade. Quando êste estado de exaltação se foi amainando pela relativa paz conquistada após tantas lutas, começou a Igreja a elevar as almas, dirigindo as mentes para outros problemas, cada vez menos sensíveis, menos materializados, embora nunca isentos de emoção. A vida dos santos, uma espécie de transferência a outros planos, da vida dos guerreiros, com suas lutas interiores, buscando a perfeição moral; os combates da alma tentada por inimigos que encarnavam, até certo ponto, os adversários da fé, da nacionalidade; os prodígios operados por tais heróis da religião, de profunda impressão de fantasia, tudo vinha, sem destruir o temperamento meridional, servir-se dêle para soerguer a mente humana. Tais vidas, porém, tais descrições moralizantes, vinham escritas em latim, inacessíveis, portanto, ainda àqueles que eram considerados instruidos. Era necessário traduzi-los em vulgar. As traduções, por conseguinte, foram os primeiros exercícios literários, em prosa. Se os jograis franceses ofereceram aos poetas galego-portuguêses os modelos para imitar, foram os monges que deram os padrões aos prosadores incipientes de Portugal, propiciando-lhes os primeiros passos, à vista dos modelos latinos.

A vida jurídica continuava e continuará ainda por muito tempo a ser expressa em latim. Assim, porém, como no próprio sermão, na administração dos sacramentos, ia já a Igreja usando o vernáculo porque os fiéis não entendiam latim, a administração civil teve de abandonar as praxes cartulárias de outrora, em latim bárbaro, para servir-se do romance: as partes não compreendiam mais tão antiquadas expressões jurídicas. Desta forma, o vernáculo penetrou no templo e no cartório. Os testamentos, as partilhas, enfim, os papéis oficiais foram, como as traduções religiosas, os primeiros documentos em prosa galego-portuguêsa. Dêstes exercícios menores, quando começaram a aparecer pessoas capazes de maior fôlego, passou-se à terceira produção que já podia ser considerada literária: as crônicas. De redigidas em latim passaram também a ser feitas em vernáculo. No Renascimento voltarão alguns cronistas: Damião de Goes, Jerônimo Osório, L. André de Resende, a escrever em latim; será, porém, por fôrça do classicismo, por moda literária e não por necessidade.

Na prosa como na poesia, a imitação há de ser a primeira mestra. Desde logo repontam as dificuldades: não sabiam ainda pensar, ordenadamente pelo predomínio até então da sensibilidade, da vida puramente emotiva. Era necessário aprender a meditar, a raciocinar, a desenvolver lògicamente o pensamento. Êste trabalho só terminará no século XVII, quando os estudos da escolástica, da teologia acabaram o polimento intelectual e deram por findo êsse longo treinamento em que se veio exercitando a mente portuguêsa. Por isto os maiores prosadores clássicos serão todos frades, religiosos, que, no recolhimento dos mosteiros prepararam o pensamento e apararam a pena. Não bastava, porém, saber pensar, ter o que dizer: era necessário dispor dos meios de expressão adequadas: vocabulário e sintaxe. A língua galego-portuguêsa, que bastara às necessidades expressivas da poesia amorosa, é insuficiente para dar vasão aos pensamentos, aos motivos culturais de outra esfera, de plano moral e espiritual. O primeiro trabalho foi, por conseguinte, criar os meios de expressão, tirando-os do latim, mas fonèticamente acomodados. Como é natural, o domínio imediatamente conseguido foi o material, o concreto, o físico. Fernão Lopes, o maior escritor dentre todos os cronistas, é admirável nas descrições, nas narrações de fatos e acontecimentos objetivos. Quando, porém, tenta a abstração, as reflexões morais, encontra grande dificuldade de expressões porque a língua era deficiente. Rui de Pina, Zurara, sem o poder descritivo do seu antecedente, causam sofrimento ao leitor com as suas confusas tiradas filosóficas. Dom João I, o primeiro prosador da série dos didáticos, ensinando a montaria, a caça ao urso, usa de um vocabulário técnico já quase perfeito. Há páginas de vivo movimento, que, ainda hoje, são lidas com prazer. Seus filhos, Dom Duarte e Dom Pedro, levam a prosa por-

tuguêsa a mais um grau de aperfeiçoamento. Ambos de forte educação moralística, filosófica, são os verdadeiros criadores do vocabulário abstrato da língua. Vão buscá-lo no latim ou nas perífrases com que tentam expressar o mesmo conceito, tudo acomodado ao vernáculo. Dom Duarte, com o seu "Leal Conselheiro", define e expõe os problemas psicológicos da saudade, da ira, da vergonha, do medo, da obediência, da perfeição moral, discorrendo pelas virtudes e vícios contrários. Dom Pedro o precede neste trabalho, traduzindo Cícero, com "O Livro dos Ofícios". Viaja, estuda e preocupa-se com a reforma dos estudos superiores, querendo ter, em Portugal, o que vira em Paris e Oxford. Com êstes quatro escritores: Dom João I, Dom Pedro, Dom Duarte e Fernão Lopes está criada a prosa medieval Portuguêsa da qual sairá, no Renascimento, a verdadeira prosa literária com os clássicos. Êste renascimento clássico será apenas uma fase a mais, cujo aperfeiçoamento final estará no século XVII com os escritores monásticos.

Desde os tempos de Afonso X, o Sábio (1252 - 1284) que esta renovação intelectual agitava a Península. Verdadeiro Mecenas, não só reuniu, em Toledo, os sábios árabes e judeus, incumbidos êstes de traduzir aquêles, mas êle próprio punha seus conhecimentos em prol do progresso humano. Poeta que fôra, jogral de Nossa Senhora, compondo em galego-português as suas "Cantigas de Sancta Maria", tomou nas mãos o primitivo romance de Castela, enriqueceu-o, limou-o, deu-lhe tais perfeições que se pode dizer, — das suas mãos repontou a língua espanhola. A ciência árabe, filosofia, astronomia, matemáticas, medicina, — está agora ao alcance dos cristãos. Com os novos conhecimentos forjam-se os novos meios de expressão, enriquece-se a mente, enriquece-se a língua de Espanha. O trabalho didático exigia vocabulário ajustado e sintaxe clara. Codifica também as leis, nas "Partidas" e já aqui é necessário entrar em terreno mais elevado, com premissas e conclusões, numa linguagem concisa e justa. Êste movimento de Afonso X foi seguido de perto em Portugal. A prosa personalíssima de Don Juan Manuel terá efeitos nas obras de Dom Duarte e a maneira de narrar de Ayala, na "Crônica de Don Pedro I" se refletirá em Fernão Lopes.

O gôsto da antiguidade clássica, embora sob o aspecto moralista e filosófico, vinha em crescendo desde o final do século XIII, intensificando-se ainda mais no século XIV. Sêneca, Platão, Boécio, Valério Máximo e depois os S. S. Padres como Santo Agostinho, São Gregório Magno corriam traduzidos, no todo ou em partes, sempre com finalidade moralística. Quando a escolástica passou a predominar, vieram os estudos da dialética e Aristóteles e Cícero eram os grandes mestres e as grandes autoridades. As novidades da Itália pré-renascentista não eram desconhecidas, mas foi a conquista do reino de Nápoles pelo rei aragonês Alfonso V, em 1443, que colocou as duas penínsulas em mais estreitos

contactos literários. A "Divina Comédia", o "Triumpho" de Petrarca, o "Decamerão" de Boccaccio passam a servir de modelos artísticos. O alegorismo é a moda. Os historiadores vão buscar em Tucídides e Tito Lívio, os mestres: as obras já corriam traduzidas por Herédia, Ayala. Vilhena dá a conhecer Vergílio, Homero, Platão, Sêneca. Em Portugal não é menor a inquietação: as novidades pré-renascentistas e o gôsto da antiguidade clássica empolgam a côrte e os mosteiros. Dom Duarte, genro do monarca aragonês, está à frente do movimento.

À semelhança de Afonso X, reúne tradutores, encomenda traduções, traduz êle próprio. O bispo de Burgos, ex-diplomata, Don Alfonso de Cartagena, termina, em Monte Mor, o Novo, a tradução de "De Officiis" de Cicero. A pedido de Dom Duarte, de quem era amigo, passa a vernáculo a "Arte de la Rhetorica" do grande orador latino, dedicando o trabalho ao rei português. O prior do convento de S. Jorge, de Coimbra, verte o "De Amicitia"; Vasco Fernandes de Lucena traduz o "Panegírico de Trajano Augusto" de Plinio, o Moço; igualmente, o 'De Senectute" de Cicero, o "De Regimine Principum" de Egidio Romano e o "De Intenuis Moribus et Liberalibus Studiis" de Pedro P. Vergério, trabalhos feitos pelos desejos do Infante Dom Pedro. Não se contentando com o ser o fautor de tantas traduções, o ilustre Infante traduz também o "De Officiis" embora já estivesse em castelhano como acima se disse. O prof. Joseph M. Piel, cotejando as duas traduções, afirma a superioridade da prosa portuguêsa: "Basta uma análise, mesmo superficial, dos dois textos romances para nos inteirar de dois fatos: 1) serem as versões concebidas independentemente uma da outra, não se inspirando o Infante no trabalho de D. Alfonso, o que, dada a prioridade do traslado espanhol, estaria nos limites do possível; 2) não constituir a redação portuguêsa um trabalho de vulgarização de nível inferior, científico e literário, ao da castelhana. Mais ainda: tem-se a impressão nítida de que a versão portuguêsa consegue libertar-se mais da sintaxe latina, sem sacrificar o rigor da tradução. ("Livro dos Ofícios": Ediç. Coimbra — 1948 — Introd. XVII). Esta foi, no sentir do supracitado professor, a primeira tradução integral, em português, de um escritor da antiguidade clássica, podendo ser interpretado como digno prelúdio àquela vasta atividade literária, que tendo por objeto a assimilação da sabedoria e formas da era pagã, havia de conduzir ao humanismo pròpriamente dito" (Ibidem — XXII).

Se ainda havia, em tais traduções, a finalidade moralística, já se vão notando preocupações literárias e estilísticas. Os dois grandes problemas estão ainda de pé: a pobreza do vocabulário e a incapacidade da sintaxe. Os neologismos se impunham, quer lexicais, quer sintáticos. A fonte e o modêlo é o latim. Neste ponto, poderíamos dizer que, certos trechos não são realmente traduzidos, mas adaptados ao vernáculo. Por

baixo das roupagens sente-se o arcabouço latino muito mal disfarçado. A colaboração, porém, já começa e, às vêzes, sai muito mal ajeitada, assim quando Dom Pedro traduz *effeminate facere* por *fazer molherigamente; praeteritum* por *trespassado; quinque* por *cinque*, o que devia ser latinismo, pois, *quinque*, no latim vulgar, era já dito *cinque; duplicem* por *dobrez* e não por *dobro* Grande é o esfôrço para usar têrmos e perifrases portuguêsas a fim de evitar a mera acomodação latina. Traduz *respublica* por *cousa púvrica* e raramente por república; *decorum* por *fremosura das obras; patria* é *nossa terra, terra de que somos naturaes, terra de nossa natureza; gladiatores* passam a ser *combatedores que faziam os trances, gloria belica* é *louvor cavaleiroso; res gerere*: *fazer* cavalarias; *locupletiores auctores* = *abastantes doutores; castra* já é *arrayal*, palavra árabe; *augures* traduz por *agoireiros; saltadores* por *bailhadores; liberalitas* passou a *grandeza; benevolentia* é *bemquerença;* as *fabulae* já são *patranhas;* os *adolescentuli* são *cachopos; architectura* é *carpentaria; incola* = avĩindiço; *seditio* passou a *bandorias; jus praetorium* é *audiência; arietes, artefícios*. Muito curioso é o circunlóquio com que tenta traduzir *voluptates blandissimae*: *as mais brandas senhoras delleitações; familiaris* já quer dizer *servidor; quaestor urbanus* passou a *enqueredor cortês*. (*Vide J. M. Piel — Op. cit. XXXIV*).

Na *morfologia* os artigos determinativos tomam a forma *lo, la* com freqüência muito menor: per *tadallas* maneiras. A *todallas* jeraçòoes — *todallas* cousas — *todallas* animalias. Tal forma aparece desde que em um determinativo qualquer, como *todos, todas* que termine em *s*, fazendo-se então a assimilação necessária. Não se dando tal oportunidade, a forma corrente é a moderna: "E *o* homem... vee *as cousas*... e *as* que som feitas. E *o* homem ve *o* curso destas... Mas entre *ho* homem e *as* animalias (cap. V.). As crases ainda não são efetuadas: "de averem amor *a aquelas* cousas — e *aas* cousas presentes ajunta e pega as que ham de vĩr. As vogais geminadas ainda são mantidas para indicar a tônica: *geera, pertẽcem, soo, vee, vĩir, jeerações, comũu*. O ditongo *ão* é grafado *om*: *comparaçom, determinhaçom, coraçom, entençom*. Mas no plural já aparece *õe*s: *jeeraçõoes*, e também *ãos*: *romaãos, cidadaãos*. O plural, hoje, representado por *eis*, tinha a forma *ees*: *cruees, emperecivees, movees*. Os gêneros estão fixados, com algumas vacilações nos nomes terminados em *ma* (*clima, fantasma, bantesma*), e *ta* (*praneta, cometa*) que, terminando em *a*, eram femininos: *a clima, a praneta*. A palavra *fim* (*fiim*) chega até os tempos clássicos como do gênero feminino: *a fiim, a fim*. O plural dos nomes em *um* faz-se em *ues*: "Desy que das cousas *comuũes* husemos como *comuũes*..." *Os* graus, com exceção de *mayor, mẽor, milhor, peyor*, são todos analíticos. Não há diminutivos nem aumentativos e muito menos superlativos sintéticos: *grande homeem, muy grave cousa, etc*. Os advérbios de modo trazem ambos os

elementos fundidos. Repetem-nos um após outro: "... podemos dizer que vyve *grandemente e sabedormente* e como homem de bõo coraçom, e ahinda *chaãmente e fielmente*. (c. 32). Muito freqüente é a expressão adverbial *isso mesmo, isso medês* — que equivale a *igualmente* "... agora se requere que falemos de hũa parte da onestidade que nos ficava, na qual esguardaremos a vergonha e a temperança e modestia, que he assi como hũa guarnymento da vida, e *isso mesmo* o assessego do coraçom etc. (c. 32).

Na *sintaxe*, nos fatos de concordância, regência e colocação, com pequenas alterações, podemos ver a atual sintaxe do idioma. Os hiper batons latinos, que reaparecerão no Resnascimento, pela volta ao tipo literário de Roma, estão ausentes. O verbo, às vêzes, ainda vai para o último lugar da frase, mas, no restante, a ordem é sempre lógica: primeiro o regente, depois o regido: "Cousas sotiis e proveitosas sejam em philosaphia desputadas" (c. 2). "Pero as cousas segundo natureza nom som a algũus especiaaes, mas per antiga posse, assi como aquellas que nom acharom algũas cousas sem donos e as cobrarom, ou per vitoria, assim como aqueles que em batalhas algũas cousas ouverom (c. 7) — "... de dous erros se devem os homeens de guardar... Empero por o estudo delas nom devemos de leixar". Fora dêstes verbos em fim de frase, a ordem é sempre lógica: "A mancebia de P. Hrotillo recebo openiam de innocencia e da sabedoria de direito, por acustumar dir aa casa de P. Mucio. E L. Classo, em seendo mancebo, nom a recebeo doutra parte mas assi mesmo ganhou grande louvor daquella acusaçom nobre e gloriosa". (c. 18). A colocação dos pronomes pessoais, átonos, pode-se dizer, é definitiva, com a preferência da próclise, às vêzes, exagerada: antepondo-se a forma oblíqua ao próprio sujeito do verbo. Tôdas as atrações pronominais de que tanto se discute, modernamente, já se encontram fixadas na prosa de Dom Pedro: "... nom *a* recebeo... E desto *se* faz que o agro *se* chama arpinacio... Se *se* achegam aos claros e sabedores homeens... porque nom somente nom *lhes* averam enveja... empero em aquella batalha que *te* Pompeu deu encárrego dhũa alla..." Quando a forma oblíqua se encontra posposta ao verbo, forma com êle um todo gráfico segundo ainda se faz em espanhol e italiano: "E sse algũus nom som conhecidos, *devensse* de trabalhar dalcaçar grandes cousas... *acálçasse* benquerença per boa vontade... *prestalhes* em algũa guisa..." O difícil emprêgo do infinito pessoal apresenta um quadro perfeitamente moderno, levando por norma a clareza do pensamento: "Mas deveremonos de guardar que nom desegemos esto entendimento e razom com voontade de nos *arredarmos* da pelleja mais que por *conhecermos* o proveito que em ella há (c. 21) ...muytos tẽe por mayor cousa de se os homẽes *poerom* a perigos (c. 24). Por que aquelles taaes ainda que algũa cousa recebam, sospeitam que lhe nom he dada senom por *esperarem* delles algũa

outra cousa, ou lha *pedirem* (c. 30). — "...conselhassem aos que as tiinham (herdades) que fariam bem de as *leixarem* e *tomarem* por ellas preço" (c. 25) — "... praznos primeiramente *declararmos* que cousa he oficio" (c. 3). "Toda essinança... convem que comece na defiiçom para *entenderem* aquelo de que ha de seer fallado" (3). "Ainda he comũu a todallas animalias de se *juntarem* carnalmente com desejo de *fazerem* geeraçom, e de *averem* amor a aquelas cousas que geerarem. (c. 5).

Com Dom Duarte a prosa arcaica se tinge de côres verdadeiramente literárias, pondo o monarca inspiração poética em seus escritos. Como estilista é superior ao Infante Dom Pedro e com Fernão Lopes é, realmente, o ponto mais alto da literatura arcaica. Eis como fala da saudade: "E por se partir algũas vezes vem tal suydade que faz chorar e sospirar... esto se faz, segundo me parece, por quanto suydade propriamente he sentydo que o coraçom filha por se achar partydo da presença dalgũa pessoa, ou pessoas que muyto ama, ou o espera cedo de seer. E esso medẽs dos tempos e lugares em que per deleitaçom muyto folgou. (Leal Cons. (c. XXV). Dom Duarte tenta a composição literária das narrativas, dos pequenos quadros, como a história das "Duas barcas, convem a saber, da sãa e da rota", da comparação instituida entre as abelhas e os leitores do seu "Leal Conselheiro": "Prazermia que os leedores deste trautado tevessem a maneira da abelha que, passando per ramos e folhas, nas flores mais custuma de pousar, e dally filham parte de seu mantimento E nom sejam taaes como aqueles bichos que, leixando todas cousas limpas, nas mais çujas filham sua governança. E esto se diz por quanto algũus, veendo quaees quer pessoas ou leendo per livros aquellas cousas consiiriam em que possam aver boo exemplo, enssyno e avisamento, e que achem e vejam falicimentos, passom per elles sempre reguardando ao mais proveitoso e digno de louvor. E aquestes a abelha devem seer apropriados, os quaaes por acharem em esto que screvo algũa cousa que lhes praza, mais consiirem aa substancia e boa teençom que ao muyto saber nem forma de rrazoar. (Prólogo).

Na pena de Fernão Lopes atinge a prosa arcaica o seu ponto culminante. Excetuando-se o vocabulário, uma que outra construção do período, o grande historiador medieval em nada desmerece dos futuros escritores. Por mais gabos que tenha recebido a prosa clássica de João de Barros, achamo-lo muito inferior a Fernão Lopes: êste é um descritor sem igual e a sua prosa ressuma espontaneidade, vive com os episódios que descreve, participa da psicologia das figuras, cujos êrros e acêrtos nos conta, tudo numa língua máscula e adubada, como só Eça de Queirós saberá manejar, tantos séculos depois. Eis como nos descreve a morte violenta do bispo de Lisboa:

"A sanha trigava os corações de todos, e com menemcoria gramde começarom de braadar, oolhando todos pera çima e dizemdo: *Que tardada*

he essa que vos la fazees, que nõ deitaees esse treedor afumdo? E como? ja vos tornastes Castellaãos como elle? E demais se vos peitou que o nom deitassees, e sooes já todos dhũu acordo? Emtom começarom todos de jurar, que sse o nom deitavom, e hiam açima, que todos vehessem afumdo com elle. E por quamto todo temor he justo per que homem pode viinr a morte ou açerca della, ouverom disto tam gramde rreçeo, que logo o Bispo foi morto com feridas e lamçado a pressa afumdo, homde lhe forom dadas outras muitas, como sse gaamçassem perdoamça, que sua carne ja pouco semtia. Alli o desnuarom de toda vestidura, damdolhe pedradas com muitos feos doestos, ataa que sse emfadarom delle e os homeẽs e os cachopos, e foi rroubado de quamto aviia. Semelhavelmente foi lãçado afumdo aquell Prioll de Guimaraães seu comvidado, porque hũu Escudeiro que lhe mall queria, sobimdo açima (da torre) com os do Comçelho, vio tempo azaado pera o matar, e buscamdoo pella torre, achou ho escomdido e matou ho; e nom teemdo nemguem semtido da morte delle porque estava com o Bispo, nem avemdo quem o levar dalli, deitaromno da torre afumdo. O coitado do Taballiam, que tam pouca culpa avia come os outros, começarom de o trager afumdo e de o doestar e empuxar dizemdo que elle, que com o Bispo estava, bem sabia parte daquela treiçom; e tamtas lhe derom de punhadas ataa que lhe começarom de dar feridas e mataromno. E assi morreram todos tres, e outros fugirom; e jouverom alli aquell dia e noite o Prioll e o Taballiam. Em esse dia logo alguũas rrefeçes pessoas lamçarom ao Bispo onde jazia nuu, hũu baraço nas pernas, e chamando muitos cachopos que o arrastassem, hia hũu rrustico braadamdo deante: *Justiça que mamda fazer nosso Senhor ho Papa Urbano sexto, neeste treedor çismatico Castellaão, porque nom tiinha com a Samta Egreja. E* assi o arrastarom pella çidade, com as vergonhosas partes descubertas e o levarom ao Ressio, omde o commeçarom de comer os caães, que o nom ousava nenhuu soterrar. E seẽdo já delle muito comesto, soterrarom-no em outro dia alli no Ressio; e os outros dous forom depois soterrados, por tirarem fedor damte suas vistas. E posto que a alguũas pessoas taaes cousas pareçessem mall e desonestamente feitas, nenhũu era ousado dizer contrairo. (Crônica de D. João I — cap. XII).

Estava, portanto, criada a prosa portuguêsa medieval ou arcaica.

CAPÍTULO XIV

A GRAMATICALIZAÇÃO DO IDIOMA

O trabalho dos humanistas portuguêses, obedecendo aos grandes ditames do tempo: enriquecimento do vocabulário e da sintaxe pela importação latina; polimento do idioma, começando pela fonética, terminando pelo estilo e depois, seleção das formas, no intuito de aliviar a língua da multiplicidade inútil dos elementos, tinha conseguido imprimir ao velho romance certa fixidez que já podia servir de base às futuras regras do falar e do escrever. O momento era propício ao aparecimento das gramáticas e dos vocabulários. A Espanha, mais uma vez, servia de modêlo, pois, Antonio Nebrija, grande latinista, havia escrito a sua famosa *"Arte de la Lengua Castellana"*, publicada em 1492. Numerosas edições foram feitas e Portugal as conheceu imediatamente, ainda no século XVI. Como Nebrija, os nossos primeiros gramáticos tomam o latim por modêlo assim como o haviam tomado os literatos. Se a língua clássica se havia elevado e aperfeiçoado pela imitação do latim, nada de espantar que se queiram aplicar ao romance português as regras que presidiam à do Latium. Aqui está o primeiro êrro, não exclusivo dos gramáticos portuguêses, mas de todos os da época: o latim literário, língua sintética, dispondo de declinações, gêneros e flexões, mormente de sintaxe complicada, não poderia servir de guia a quem quisesse regulamentar o português, idioma analítico, sem declinações, de sintaxe muito mais simples. A artificialização não poderia deixar de imperar em todo êste trabalho de adaptação impossível. Êste mal do tempo atingirá o Brasil, pois, Anchieta, ao escrever a primeira gramática da língua geral, mais conhecida por tupi-guarani, ainda se reporta ao latim. O absurdo aqui é duplicado porque o idioma do Brasil nem era flexivo, mas aglutinante. O segundo êrro, decorrente do primeiro, foi a acomodação do português ao latim, sendo as regras dadas a *priori*. Não eram tiradas da observação dos fatos do idioma, da língua falada, mas impostas a esta. O dogmatismo acabava o engano, aperfeiçoando a artificialidade dos princípios adotados. Se na fonética ainda havia referências ao falar da Península, como já fazia o primeiro de todos, Fernão de Oliveira, a sintaxe era tôda moldada nos modelos literários de Roma. A grafia, se foi fonética e bastante aceitável no período arcaico, mormente nas obras em verso, já começou a complicar-se na pena dos escrivães, dos cronistas, nessa

tentativa de reproduzir as formas latinas. O eruditismo, falso ou verdadeiro, sobrecarregou a escrita das palavras de letras inúteis, principalmente, de *hh*, *yy*, consoantes dobradas, consoantes mudas, sem nenhuma vitalidade ou correspondência fonética. O mal ortográfico se agravará ainda mais até a reforma de 1911, que se poderia dizer modelar. Os males da suposta grafia etimológica, sempre por amor ao latim e ao grego, perduram ainda hoje apesar dos vários acôrdos e desacôrdos entre Portugal e Brasil.

Por ordem cronológica, foi o P. Fernão de Oliveira, professor da casa nobre de João de Barros, o primeiro a publicar, em 1536, a *Grammatica da lingoagem portugueza*. Que fôsse o primeiro se deduz de suas próprias palavras: "*escrevi sem ter outro exemplo antes*". Nos pontos em que havia novidade de ensino forrava-se com citações de Varrão, Cícero, Quintiliano. Na parte da pronúncia é observador, notando já várias diferenças dentro do país, como a troca de *b* por *v* e vice-versa. Já aparece neste primeiro gramático e critério do uso, mas do uso da côrte, dos letrados. Por isto aborrece os plebeismos, os usos do povo rústico. Esta gramática é de grande valor histórico para o estudo da evolução dos sons. A maneira pela qual ensina a pronúncia de cada som representado por letra é engraçadíssima:

"*Capitolo treze* — Pronunciasse a letra b antro os beyços apertados, lançando para fora o bafo com impeto: e quasi com baba. — Pronunciasse dobrando a lingua sobre os dentes queyxaes: fazendo hun certo lombo no meyo della diante do papo: casi chegando com esse lombo da lingua o çeu da boca e empedindo o espirito: o qual per força faça apartar a lingua e faces e quebre nos beyços com impeto. A pronunciação da letra *d* deita a lingua dos dentes d'acima com hun pouco de espirito. A pronunciação do *f fecha* os dentes de cima sobre o beyço de bayxo e não he tão inhumana entre nos como a Quintiliano pinta aos latinos: mas todavia assopra como ele diz. A pronunciação do *g* é como a do *c* com menos força do espirito. A pronunciação do *l* lambe as gengibas de cima com as costas da lingua achegando as bordas della os dentes queyxaes. A pronunciação do *m* muge entre os beyços apertados apanhando para dentro. A pronunciação do *n* tine, diz Quintiliano tocando com a ponta da lingua as gingibas de cima. A força ou virtude do *p* é a mesma a do *b* se não que traz mays espirito. Pronunciasse o *r* singelo com a língua pegada nos dentes queyxaes de cima e sae o bafo tremendo na ponta da lingua. Do rr dobrado a pronunciação é a mesma que a do r singelo se não que este dobrado arranha mays as gengibas de cima: e o singelo não treme tanto: mas tã mal vez he semelhante ao *l*. O *s* singelo diz Quintiliano é letra mimosa e quando a pronunciamos, alevantamos a ponta da lingua para o çeu da boca e o espirito assovia pelas ilhargas da lingua. O *ss* dobrado pronunciasse como o outro pregando mais a lingua no çeu

da boca. O *t* tem a mesma virtude do *d* com mais espírito todavia tira o *t* pera fora. Ao *x* nós lhe chamaos *çis* mas eu lhe chamaria antes *xi* porque assim o pronunciamos na escritura: pronunciasse com as queyxadas apertadas no meyo da boca, os dentes juntos, a lingua ancha dentro da boca e o espirito ferve na humidade da lingua. A pronunciação do *z* zine antros dentes cerrados com a lingua chegada a eles: e os beyços apartados hun do outro: e é nossa propria esta letra".

Quatro anos depois publica João de Barros a sua *Grammatica dc lingua portugueza* em que trata da ortografia. Há um capítulo especial dedicado à "declinação dos nomes", como em latim. Termina por um abreviado catecismo da doutrina cristã. O que é notável, começando aqui o que depois será praticado em larga escala, é o plágio: Fernão de Oliveira era professor da casa de João de Barros; Fernão de Oliveira cita o próprio João de Barros em sua gramática: vem o fidalgo, reproduz a doutrina do antecessor, ampliando-a, certamente, mas nem sequer faz alusão ao trabalho dêle. Ao contrário, diz que é o primeiro a publicar uma gramática! Assim farão depois os que se forem servindo do trabalho de seus antecessores, mas calando-lhes os nomes...

Em 1576, Duarte Nunes de Leão publica o primeiro estudo completo, relativamente à época, da *Orthographia* do português. Era trabalho da mocidade como diz o autor no prólogo da "Origem da Língua Portuguesa" que aparecerá em 1606. "E porque não causam menos fealdade os erros que se commeteem, escrevendo corruptamente que os que se commettem fallando, mas muito maior, (porque a scriptura fica sempre viva & manifesta, & as palavras passão como causa momentanea, & que não permanece) compus em minha verde idade hum livro de *Orthographia* da lingua Portuguesa, em que reduzi a arte & preceptos o que nunqua teve arte nem concerto, o qual de todos os homens doctos foi bem recebido, & por que se muito melhorou a scriptura que entre nós andava mui depravada". A sua grande obra, porém, é justamente essa *Origem da Lingua Portuguesa*, que não é pròpriamente uma gramática normativa, mas já histórica. Incidentemente discute pronúncias, etimologias, grafias, concordâncias, etc. Pode-se dizer que para o tempo devia ter causado assombro pela erudição acumulada, pela segurança dos princípios básicos, pelo grande material exibido. Depois desta obra, somente a de Evaristo Leoni e mais tarde, já no século XIX, a "Lingua Portuguesa" de Adolpho Coelho, que veio trazer rumos verdadeiramente científicos à filogia portuguêsa. Filia o português no latim, embora literário; ensina que os germânicos tiveram grande atuação na "corrupção" desta língua latina. Mas nem de longe sonha com o celtismo. Admite os empréstimos necessários, mormente os técnicos ou científicos. Ampara-se com a autoridade de Quintiliano e de Horácio. Repete o que já

Camões havia dito "E por a muita semelhança que a nossa lingoa tem com ella (a latina) e que he a maior que nenhũa lingua tem com outra, & tal que em muitas palavras & periodos podemos fallar, que sejão juntamente latinos & portugueses, etc. Não larga, porém, o critério do bom uso, do uso da côrte, prevenindo os leitores contra as influências plebéias. Na lista de tais plebeísmos evitando, é curioso notar, muitos correm ainda hoje e bem aceitos nos dicionários modernos: *assente, atabafar, barafustar, chapado, corriqueira, cuspido, definhar, destrinçar, elegante, enfunar-se, escafeder, esmerar, estulto, escarmentar, fallar de outiva, falcatrua, focinho, focinhudo, lufada, matula, matreiro, místico, parafusar, rechaçar, testaçudo, vindimar*. Foi o primeiro a dar certas regras de pontuação: *comma* é para êle os dois pontos; *colon* o ponto final. Discorre sôbre a interrogação, admiração, parênteses, hifen, asterisco, etc.

Em 1619, Amaro de Roboredo publica o *Methodo Grammatical para todas as linguas* em que se preludia o que depois seria quase dogma na Europa, a gramática geral e filosófica. Sendo a gramática a lógica da linguagem e havendo uma só lógica, claro haveria de ser que também uma só gramática deveria existir. As regras seriam as mesmas aplicadas a tôdas as línguas. Roboredo, entretanto, quer apenas que as regras gerais da língua portuguêsa sejam portas para o conhecimento das regras de outros idiomas. Esta idéia reafirma-se e amplia-se no segundo trabalho que publicou em 1623, *Porta de Linguas*. Era um discípulo dos padres de Salamanca, autores também de uma *Janua Linguarum*. Em 1721, Jerônimo Contador de Argote estampa as suas "*Regras da Lingua portuguesa, espelho da lingua latina*". Já o título diz como ainda se apegavam todos ao latim: nada seria correto em português se não espelhasse regras da gramática latina. Já admite que o português, o espanhol, o francês e o italiano são filhos do latim. Preconiza que primeiro se ensine a língua materna e depois a latina. Outras gramáticas apareceram, como a do P. Bento Pereira, a de Reis Lobato (1721), tôdas a repetir-se indefinidamente. Com a reforma estabelecida pelo Marquês de Pombal, entram os estudos da gramática em outra fase, orientadas pelos ensinos de Verney: com o seu famoso livro "Verdadeiro Método de Estudar" (1746), verdadeira bomba atômica daqueles tempos, que arrasou a metodologia atrasadíssima das escolas, já se aconselha a observação dos fatos do idioma pátrio, "sem tantas regras, mas com simplezes explicações". Como sempre houve, muitos achavam que o português não só era inferior ao latim, mas ao próprio castelhano, que foi sempre o ponto de referência, o rival como ainda hoje é. Surgiram então os defensores do idioma pátrio, a começar por João de Barros (*Diálogo em louvor da nossa linguagem*), Severim de Faria (*Discursos sôbre a língua portuguêsa*), A. F. de Vera (*Breves louvores da língua portuguêsa*) *sem já*

esquecermos os versos de Ferreira com o mesmo intuito de exaltação nacional.

Se já havia uma *gramática*, mais ou menos imitada do latim, faltava ainda uma corporação que se propusesse a defesa da língua, o incremento de seus estudos. Esta veio com a fundação da *Academia Real das Sciências*, 34 de Dezembro de 1779, criada pelo Duque de Lafões. Dois objetivos foram logo trazidos à consideração dos acadêmicos: a constituição do *Dicionário* e da *Gramática*, que seriam oficiais. Assim já procedia a Academia Francesa, a Academia de la Lengua Española. Infelizmente nem um nem outro intento foram conseguidos: estamos à espera dêsse dicionário e dessa gramática oficiais. Talvez fôsse providencial tudo isso... Não deixou, porém, de haver novo espírito, novo entusiasmo pelas coisas da linguagem. Voltam-se à idéia da *gramática filosófica*, tomando por base a de Port Royal. A mais famosa foi a do P. Jerônimo Soares Barbosa. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, 1782. A influência desta obra ainda não desapareceu, mormente dos meios eclesiásticos, apesar de todos os esclarecimentos da ciência da linguagem. A página mais importante de tal escrito foi, sem dúvida, aquela em que o autor tentou reduzir a regras o uso do infinito pessoal. Até hoje são estas regras adotadas nas escolas. No Brasil, já em 1895, Said Ali combatia a inanidade de tais princípios, mostrando a artificialidade dessas regras, feitas a priori, sem fundamento nos fatos vivos da linguagem. Nada adiantou porque os compêndios ginasiais continuam a ignorar as explicações de Said Ali e a repetir êsses sovados êrros do P. Jerônimo Soares Barbosa... Quem poderá vencer a rotina escolar? Nas águas de Barbosa aparecem outras *gramaticas filosóficas*: de Fr. Bernardo de Jesus Maria, 1783; de João Chrysostomo do Couto e Mello; 1818; de João Nunes de Andrade 1841, etc. Tal idéia de ser a gramática parte da filosofia, e, portanto, por esta dever regular-se, está de tal modo ainda implantada nos meios eclesiásticos que, já nos nossos dias, o P. Rafael Joia Martins, de Campinas, publicava "O Verbo à luz da Filosofia"!

Grande e desastrosa conseqüência de tais idéias filosóficas é o ensino intensivamente absurdo da tal *análise lógica*, análise sintática das orações, que tem sido a ruína do aprendizado idiomático, quer aqui, quer em Portugal. Capacitaram-se os professôres de português de que, sem saber analisar lògicamente, com todo aquêle aparato sádico de divisões, subdivisões, gêneros, espécies, subespécies de sujeito, predicado, complementos, ninguém poderá dizer-se conhecedor do idioma. O sadismo destas charadas raiou no paroxismo da loucura com a invenção dos diagramas, da esqueletização da frase! Daqui o horror incutido nos alunos e daqui também o desamor aos estudos sérios e profícuos da língua portuguêsa.

A celtomania.

Nesta época, fazendo eco ao que andava em França, Espanha, Alemanha e outros países, surge em Portugal o *celtismo*: a língua já não seria dialetação do latim, mas do celta. Defendem-no Antônio Ribeiro dos Santos, João Pedro Ribeiro e o Cardeal Saraiva que escreveu: "Memória em que se pretende mostrar que a língua portugueza não he filha da latina". E' curioso notar que ainda agora há pessoas que assim pensam, como o Rev. Frei Antônio de Montealverne, franciscano português residente em Roma com quem tivemos oportunidade de conversar em 1952. Herculano, no "Panorama", refutando o "Opúsculo" de dois sócios do Conservatório, ambos celtómanos, combateu tal aberração científica. Na "História de Portugal" volta Herculano a referir-se à celtomania. Francisco Evaristo Leoni escreve o "Gênio da Lingua Portugueza" (1858), obra extraordinária para o tempo, de grande erudição histórica, apesar de desconhecer os trabalhos mais modernos de Diez e de outros grandes filólogos do momento. Combate a celtomania, provando que o português proveio do latim rústico, outro acêrto numa época em que os mais ilustrados de Portugal pensavam sempre no latim literário. Ainda hoje há muito que respigar nesta obra de Leoni, sobretudo, na sua vasta e rica documentação. Foi, sem dúvida alguma, o trabalho que deu o golpe de misericórdia nos celtómanos, enterrando para sempre tanta infantilidade. Apesar dêstes progressos todos, continuaram muitos autores de gramáticas a velha rotina de tomar o latim literário por norma do português. Uma das gramáticas mais famosas do tempo, foi sem dúvida a de Bento José Pereira (Nova Grammatica Portugueza) que até bem pouco tempo ainda era adotada nas escolas de Portugal. Logo no prólogo diz o autor: "O systema que em nossa Grammatica seguimos na exposição das doutrinas é quasi o mesmo da Grammatica Latina do Sr. Alves de Sousa, para a qual estes elementos poderão servir de introdução". Além dêste êrro, cometeu outro, — seguir as doutrinas filosóficas de Soares Barbosa: "Na classificação e definição das partes elementares do discurso aproveitamos, além do extrahido da Grammatica do Sr. Alves de Souza, em geral as doutrinas de Soares Barbosa, principalmente no que respeita a adjetivos e verbos". A. A. Cortesão atualizou esta "Nova Gramática Portuguêsa", com notas e explicações mais modernas, o que prova a grande aceitação dada ao trabalho de Bento José Pereira.

A luta pelo purismo da língua

Depois da celtomania, entra numa fase de recrudescência a luta pela pureza da língua, que nunca deixou de existir nos períodos mais antigos do idioma. O grande espantalho era o *galicismo*, pondo-se muito

menor virulência no ataque aos *hispanismos* de que grande parte nem sequer desconfiava. Gil Vicente, em várias das suas obras, já faz menção da influência picarda e João de Barros achou, no seu "Diálogo em louvor da nossa linguagem", que devia ridicularizar o francês para ver se, assim, conseguia diminuir um pouco a moda de tal língua: "faz nos beiços esguares que podem amedrontar mininos". Desde a fundação de Portugal e até anteriormente, quer por intermédio de Santiago de Compostela, quer através da Catalunha, da Navarra, como conseqüência de casamentos, de alianças, de auxílio militar, de educação e vida cortês, a língua da França havia penetrado profundamente tôda a Península. Em português, até a ortografia (nh, lh), até a caligrafia (reforma carolingia), tudo se ressentia das contaminações literárias com a Provença, Borgonha e até o norte da França. O período galego-português, tôda a nossa literatura trovadoresca; os cronistas e historiadores, trabalhavam sob influências transpirenaicas. O período clássico, por sua volta às fontes latinas, intensificou a luta contra o galicismo, entendendo que era possível construir língua pura, indene de qualquer importação vocabular ou sintática. Desde aí, com intermitências de entusiasmos e de esmorecimentos, nunca faltaram, na literatura de Portugal e do Brasil, vozes e livros que clamassem contra o galicismo. Filinto Elyseo, Cardeal Saraiva, Silva Tulio, Castilho e tantos outros foram os maiores inimigos dos francesismos, da "gallo-mania". Como meio de combate a tais influências, dedicaram-se alguns a inventariar o vocabulário dos clássicos, a procurar opor o arcaísmo ao galicismo, como se os mesmos clássicos não estivessem contaminados dos empréstimos franceses. Os neologismos eram também mal vistos e muitos confundiam palavras novas com os galicismos. Daqui, obras curiosas como esta: "Oratório requerimento de palavras aggravadas, desconfiadas e pertendentes, presentado no Tribunal das Letras novamente erigido na Biblioteca do Sr. Conde de Ericeira com o título de Conferências eruditas", escrita por um "anonymo" que depois se veio a identificar com o famoso Bluteau...

"As palavras *aggravadas*, explica Leite de Vasconcelos (Opusculos — IV-881), são os arcaísmos; as *desconfiadas* são as usuais, em conflito com as novas; as *pertendentes* são os neologismos tirados das línguas estranhas". No Brasil não tem faltado obras de combate a êste suposto mal, cada qual mais imperfeita, quer pela documentação, quer pela crítica, pela ausência de informação lingüística. Basta citar 'Gallicismos e não Gallicismos" de Affonso Costa, a mais bem orientada de tôdas, aparando as demasias dos puristas. A tese do purismo é anticientífica e poi posta de lado pelos lingüistas de maior vulto: assim como não é possível a utopia das raças puras, assim também não o é a das línguas puras. A prova da inutilidade dêstes combates está na confrontação que se faça das listas dos mais ferrenhos puristas: uma das mais antigas é

a de Duarte Nunes de Leão, na "Origem da Língua Portuguesa", e, relendo-a, vemos aceita a maioria dos vocábulos por êle condenados naquele tempo: de 360 palavras por êle dadas como oriundas do francês, sòmente cinco não estão em vigor na língua atual.

Esta luta, porém, trouxe benefícios de outra ordem: organizaram-se vocabulários, lista de palavras, incrementando, assim, a atividade lexicográfica dos nossos estudiosos que, a começar por êsse antiquíssimo glossário de verbos latinos competentemente traduzidos em português, manuscrito proveniente do mosteiro de Alcobaça, atualmente, na Biblioteca Nacional de Lisboa, codice n.º 286, que acaba de ser publicado pelo Prof. Dr. Henry Hare Carter: "A Fourteenth Century Latin-Old Portuguese Verb Dictionary", "separata de "Romance Philology, vol. 6, n.º 2 & 3, November - 52, February - 53. São 2930 verbos do latim medieval com as respectivas traduções em português do século XIV. Êste é, certamente, o mais antigo documento da nossa lexicologia. Já nos tempos mais modernos tivemos Jerônimo Cardoso com o seu "Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem", seguido por "Dictionarium ex Lusitanico-Lusitanicum", terminado por outro menos desenvolvido "Breve Dictionarium vocum ecclesiasticarum", Coimbra, 1570. Depois de outros como os de Agostinho Barbosa (1611), Bento Pereira (1647) aparece o de Bluteau que ainda hoje é muito estimado, acrescido mais tarde de um suplemento, perfazendo dez volumes (1712). Notável foi o "Elucidário" de Viterbo (1798 - 1799) que já na época em que apareceu era um dicionário de arcaismos, quase um compêndio de antiguidades portuguêsas. Dêste fêz um resumo com o nome de "Dicionário Portátil" (1825). Fr. João de Sousa publica o seu trabalho "Vestígios da língua arábica em Portugal" (1789) de que fêz largo estudo, em nossos dias, o arabista Joaquim, Figanier. Sob a direção de Alexandre Herculano publicam-se os "Portugaliae Monumenta Historica", preciosa coleção dos mais antigos escritos medievais portuguêses. Em 1789 vem à luz o "Dicionário da Língua Portugueza" de Morais, brasileiro, sem dúvida alguma o melhor de quantos até hoje possui a língua. Dêste se faz, atualmente, nova edição muito aumentada, ainda em publicação em Lisboa. Seguem-se o de Fonseca (1830), o de Constâncio (1836), o de Faria (1849). Em 1888 tivemos o "Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguêsa", obra feita de colaboração com vários autores sob a direção de Caldas Aulete. Apesar das críticas desabonadoras feitas por Leite de Vasconcelos e outros, veio até nós esta obra como sendo a melhor, pela abundância da documentação embora fôsse deficiente pelo número de palavras. Está reformado e ampliado em nova edição graças aos cuidados de Vasco Botelho de Amaral e Jorge Daupiás. Em 1899, Cândido de Figueiredo publica o seu "Novo Dicionário da Língua Portuguêsa", o mais copioso de todos, embora deficientíssimo quanto à documentação dos verbetes. As últimas edições

cuidaram já desta parte. O Brasil, que com Morais havia dado o melhor dicionário da época, tem publicado outros: o "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguêsa", bem feito e muito documentado, escrito por um grupo de pessoas. Laudelino Freire e Campos deram-nos, em seis volumes, o "Grande Dicionário da Lingua Portuguêsa". Mas coube ao Prof. Antenor Veras Nascentes, catedrático do "Pedro II" a tarefa de publicar o primeiro "Dicionário Etimológico" da Língua Portuguêsa, Rio de Janeiro, 1932, premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1933. Superou de muito, quer na cópia das palavras, quer no aparato filológico, o pequeno "Dicionário Manual Etymologico da Lingua Portugueza" de F. Adolfo Coelho, Lisboa, 1890. Devemos ainda citar os trabalhos de A. A. Cortesão, "Subsidios para um Dicionário Completo da Lingua Portuguesa", Coimbra — 1900; os de Monsenhor Sebastião Dalgado, "Glossário Luso-Asiático" — Coimbra — 1819 - 1921; "Influência do Vocabulário Português em Linguas Asiáticas" — Coimbra — 1913. Deixamos para o fim o dicionário "Thesouro da Lingua Portugueza" publicado com o nome de Fr. Domingos Vieira: traz uma introdução de Adolfo Coelho, talvez, a cousa de maior valia na obra. Apesar dos gabos e muitos e das freqüentes citações feitas, não tem valor científico.

Em 1870, o mesmo Francisco Adolfo Coelho com a sua obra "A Língua Portuguêsa" que vinha aparecendo, em fascículos desde 1868, introduz, em Portugal, a verdadeira ciência da linguagem, criando, por assim dizer, a filologia portuguêsa, de moldes científicos. Informado de todos os métodos mais modernos da Alemanha e da França, ilustrado nas obras de Diez, Bopp, teve grande luta para destruir os fantasmas que ainda imperavam nas cátedras de Lisboa e Coimbra. Com outras obras, tais como "Theoria da conjugação" (1871), "Questões da Língua Portuguêsa" (1874), "Formes divergentes de mots portugais" (1874), "Curso de litteratura nacional" (1881) que compreende "A Lingua Portugueza" e "Noções de Litteratura Antiga e Medieval", estudos de dialetologia (Os Ciganos de Portugal), de folclore, origem e explicação de contos populares, colocou os estudos portuguêses dentro dos moldes europeus. A luta sustentada foi árdua e crua, despertando opositores não só em Portugal, mas até no Brasil. Manuel de Mello, residente do Rio de Janeiro, escreve contra Adolfo Coelho o livro "Da Glottica em Portugal", (1872): queria demonstrar que o famoso professor não era o introdutor da glotologia, nem eram novidade os problemas que trazia à consideração dos portuguêses. A obra está inçada de citações, que mostram a erudição do autor se bem que a sua finalidade não tenha sido alcançada. Segundo afirma Leite de Vasconcelos, Manuel de Melo faleceu em Milão, em 1884.

Companheiro de Adolfo Coelho foi Teófilo Braga: verdadeiro Titã da pena, de tudo tratou, de tudo escreveu: de filologia, de história literária, de crítica, de folclore, mas, infelizmente, quase em tudo errou pro-

fundamente. Da sua numerosa obra, muito pouco poderá ser citado com segurança: as suas hipóteses sem fundamento, o predomínio da imaginação sôbre a razão fazem dêle um autor que não merece fé alguma. Em filologia, tudo o que escreveu, foi errado! A edição, que fêz do "Cancioneiro Portuguez da Vaticana", Lisboa - 1868 — necessita de completa e absoluta revisão de tudo, desde a leitura dos textos até o glossário. Conta Carolina Michaelis de Vasconcelos que Monaci, desgostoso com êste trabalho de T. Braga, cortou as relações com os escritores portuguêses... De pior quilate é ainda "Epopéas da Raça Mosárabe" — Pôrto - 1871 cujos êrros históricos, etnográficos e filológicos fazem enlouquecer os leitores de hoje, tão disparatados são êles. Não foi mais feliz na "Grammatica portugueza elementar, fundada sobre o methodo historico-comparativo" — 1876. Muito mais seguro, bem orientado e bem documentado é Aniceto Gonçalves Vianna que se dedica à fonética, à ortografia e à lexicologia do português: "Exposição da pronúncia normal portugueza", "Apostilas aos Dicionários Portugueses" — Lisboa — 1906. — "Ortografia Nacional" — Lisboa - 1904. "Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguêsa" — "Palestras Filológicas" — Lisboa - 1910. Maior do que todos os seus predecessores e contemporâneos, ainda hoje não ultrapassada, foi a senhora dona Carolina Michaelis de Vasconcelos, que, apesar de alemã e de nunca ter conseguido falar correntemente a língua portuguêsa, nela se tornou a mais alta expressão filológica. Tudo o que publicou foi monumental e citaremos apenas as duas obras mestras: "Poesias de Francisco de Sá de Miranda" — Halle — Max Niemeyer - 1885; "Cancioneiro da Ajuda", edição crítica e commentada — Halle — Max Niemeyer - 1904. Apareceram, ultimamente, as suas "Lições de Filologia Portuguesa" professadas em Coimbra — publicadas em Lisboa — 1946. José Joaquim Nunes dá-nos seu "Compêndio de Grammática Histórica" — Lisboa - 1919, precedido da "Chrestomathia Archaica" — Lisboa — 1906. Publicou em 1928 — Coimbra — "Cantigas d'Amigo" (3 vols. e mais tarde as "Cantigas d'amor". Dedicou-se à publicação de textos medievais, como a "Crônica dos Frades Menores", "Florilégio da Literatura Arcaica" e alguns estudos filológicos sob o título de "Digressões Lexicológicas". Segundo anotou Rodrigues Lapa e por nossa experiência o temos comprovado, os textos de Nunes devem ser estudados com cautela pela infidelidade das reproduções, tendo-os alterado muitíssimo. Antes dêste autor, já o P. António Garcia Ribeiro de Vasconceloz, lente de Coimbra, havia estampado a "Grammática Histórica da Língua Portuguesa". Aillaud — Lisboa - 1900, a primeira de tôdas e ainda hoje muito útil, relevados naturalmente aquêles pontos em que a lingüística apresenta progressos de métodos e de soluções. Outro grande trabalhador e de doutrina muito segura, verdadeiro filólogo, foi Augusto Epiphanio da Silva Dias: "Esmeraldo de Situ Orbis" de Duarte Pacheco Ferreira

— Lisboa - 1905; "Obras de Christóvão Falcão — Edição crítica — Porto - 1893; "Os Lusiadas" — edição comentada — Porto 1916 — são as suas produções de maior tomo e valia. Escreveu "Grammatica Portugueza Elementar" — 1876, obra deficiente. O Prof. brasileiro, Dr. Oskar Nobiling, catedrático de alemão do Ginásio do Estado de S. Paulo, publica, em Erlangen, 1907, "As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade", trovador do século XIII, edição crítica, com notas e introdução. Na filologia portuguêsa ocupa esta obra um dos primeiros lugares pela importância dos textos e mais ainda pelo valor das notas e dos comentários, tendo assim precedido ao trabalho de Dona Carolina Michaelis de Vasconcelos. Quanto mais passam os anos mais cresce a importância desta obra de Nobiling: o saber do autor o levou a corrigir várias interpretações de Michaëlis, de Lang e de Leite de Vasconcelos. Grande trabalhador e de doutrina seguríssima quanto moderna foi êste ilustre médico José Leite de Vasconcelos. Pode-se dizer que êle foi o ponto alto da filologia portuguêsa, ocupando-se especialmente da dialectologia. Publica em 1900 — Lisboa — Imprensa Nacional — "Estudos de Philologia Mirandesa", dois volumes, a sua primeira obra de fôlego. Antes escrevera "Linguagem popular portugueza" (1882), vários estudos esparsos de dialectologia (mirandês - 1882; alentejano - 1883; brazileiro - 1883; hispano - extremenho - 1884; beirões - 1884; contribuições para o estudo da lingoagem infantil - 1884) "Flores Mirandezas" — Porto ? 1884. "Esquisse d'une Dialectologie Portugaise" - 1901. "Canção de Santa Fides d'Agen" (texto provençal) - 1902 — "O Livro de Esopo" - 1906. "Textos Arcaicos" - 1907 — "Religiões da Lusitânia" (sem data) — "Ensaios Etnográficos" — 1891 - 1910 — "Lições de Philologia Portuguesa" — Lisboa - 1911 — "Antroponímia Portuguesa" — Lisboa - 1928 — "Opusculos" — Coimbra 1928. Fundou e dirigiu a "Revista Lusitana", a melhor que até hoje teve Portugal. Com estudos menores, quase todos de mera preceptiva, mas seguros pela documentação foi Júlio Moreira. Deixou-nos dois volumes "Estudos da Lingua Portuguesa" — Lisboa - 1922.

Os melhores e os mais completos estudos de gramática portuguêsa têm aparecido no Brasil e não em Portugal e isto se explica pela maior dificuldade que temos nós em aprender a língua. Citaremos apenas as mais importantes. Em 1860, José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha publicou "Iris Clássico" cuja crítica desfavorável necessitou da defesa aparecida sob o nome de "Orthographia Portugueza", Rio - 1860. Francisco Sotero dos Reis, edita em 1868 a 2.ª edição do seu livro que teve grande aceitação: "Postillas de Grammatica Geral" — Maranhão. Em 1879 aparece o elementarismo "Compendio de Grammatica da Lingua Nacional' por Antônio Alvaro Pereira Coruja, que vigoraria nas escolas primárias do Império e da República por muitos anos. José Maria Velho da Silva dava à estampa, no Rio, em 1881, as suas "Lições de Rhetórica".

Em 1882, Júlio Ribeiro dá a conhecer a sua "Grammatica Portugueza" que foi famosa. O ano de 1887 foi fecundo em publicações gramaticais: "Noções de Grammatica Portugueza" por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, talvez, a primeira gramática histórica publicada no Brasil e em Portugal, pois, a de Ribeiro de Vasconcelos só apareceria em 1900. João Ribeiro estampa os seus "Estudos Philologicos" neste mesmo ano, tendo antes, em 1886 publicado a sua "Grammatica da Lingua Portugueza". Guilherme Bellegarde imprime (1887) os "Vocábulos e Locuções" da Lingua Portugueza. Maximino Maciel publica (1887) a "Grammatica Analytica" da Lingua Portugueza que aparece, em 1916, muito aumentada, melhorada e modernizada com o título de "Grammatica Descriptiva". Esta foi a primeira gramática publicada aqui dentro das normas lingüísticas do tempo, abrindo novos rumos aos estudos da linguagem. O P. José de Napoles Noronha Massa edita, no Rio, 1888, a "Grammatica Analytica da Lingua Portugueza". Em 1890 aparece, em grande tomo, "Serões Grammaticaes" de Ernesto Carneiro Ribeiro, de que ainda há pouco se fêz nova edição e passa por ser uma das obras capitais da língua portuguêsa, quer aqui, quer em Portugal. Seria necessário atualizá-la naquilo em que o tempo a superou. Do mesmo autor surgiu ainda "Elementos de Grammatica Portugueza", cuja 7.ª edição revista pelo Dr. Ernesto Carneiro Filho é de 1932. João Ribeiro edita, 1900, "Diccionario Grammatical", saindo no mesmo ano com o mesmo título o "Diccionario Grammatical" de Felisberto de Carvalho. Pacheco da Silva Júnior é o autor de "Noções de Semântica", 1903, obra que aqui vulgariza os princípios e o método de Darmesteter em "La Vie des Mots". Foi o primeiro estudo metòdicamente feito de semântica publicado no domínio da língua portuguêsa. O mesmo autor publica "Introdução à Grammatica Histórica da Lingua Portugueza" e "Phonologia da Lingua Portugueza" (1903). Eduardo Carlos Pereira oferece aos estudiosos a sua famosa "Grammatica Expositiva da Lingua Portugueza", certamente, o livro que maior número teve de edições e de leitores no Brasil, mercê do método e da posição ocupada pelo autor, catedrático do Ginásio Oficial de S. Paulo. Pode-se dizer que, por 50 anos, tôdas as gerações de estudantes brasileiros se guiaram por esta gramática famosa. Heráclito Graça enfeixa em volume os seus "Factos da Linguagem" corrigendas aos êrros de Cândido de Figueiredo, Rio, 1904. Afonso Costa publica "Questões Grammaticaes" (1908) e mais tarde "Lingua Portugueza" (1922) e ainda "Gallicismos e não Gallicismos", 1928. João Ribeiro, com as suas "Frazes Feitas", Rio - 1908, dá-nos um dos livros mais interessantes de tôda a literatura de provérbios da nossa língua, ainda hoje não superada por obra alguma de valor. Álvaro Guerra inicia a série de estudos clássicos anotados: "Mosaico Clássico", "Leituras Proveitosas", "Fragmentário Classico", S. Paulo - 1910, cujas notas são preciosas.

Um dos mais esclarecidos filólogos do Brasil, Prof. Otoniel Mota, inicia a publicação de seus livros muito bem orientados lingüìsticamente, hoje, citados por todos os tratadistas: "Lições de Português" — C. Paulo - 1915; "O Meu Idioma" — S. Paulo - 1916. "Questões Philologicas" e ùltimamente "Horas Filológicas". O mesmo professor Eduardo Carlos Pereira publica, em 1915, a sua "Grammatica Histórica da Lingua Portugueza", a mais completa até então editada pois já tratava da sintaxe histórica, o que sòmente muito depois tentaria fazer Epifânio da Silva Dias, e que não fêz de maneira satisfatória. Em 1918 o Prof. Carlos Goes começa também a série de seus livros: "Grammatica Elementar da Lingua Portugueza" — Belo Horizonte — "Syntaxe de Concordância" (1923) — "Syntaxe de Regência" (1931 — "Syntaxe de Construção (1932). "Diccionario de Gallicismos" (1929). "Dicionario de Affixos e Desinências" (1930). Em 1902 o Prof. Carneiro Ribeiro, da Bahia, estampa "Ligeiras Observações" sôbre as emendas do Dr. Ruy Barbosa feitas à redação do Projecto do Codigo Civil" — que deu início à mais famosa polêmica até hoje travada nos domínios da língua portuguêsa e de que são grandes monumentos de saber lingüístico a "Réplica" do senador Ruy Barbosa às defesas da redação do Projeto da Câmara dos Deputados" — Dezembro de 1902 — Rio de Janeiro, e a "Tréplica" do Prof. Carneiro. Em livro saiu a primeira obra em 1917, editada pela livraria "Catilina" — Bahia — e a última, pela mesma livraria, em 1923. Modernamente (1952) saiu nova edição da "Tréplica" enquanto duas outras já se esgotaram da "Réplica" de Rui. Editada pelo "Instituto Nacional do Livro" acaba de aparecer a 3.ª edição de "A Réplica", em dois tomos, sob a direção do P. Magne. — 1954. Tôda a gramática da língua portuguêsa está discutida e comprovada nestas duas grandes obras de saber lingüístico. Manual de Said Ali, grande conhecedor do nosso idioma, enfeixa em livro, com o nome de "Dificuldades da Língua Portugueza", os escritos que vinha publicando desde 1895. A terceira edição em 1930 — Livraria Alves. Em 1921 publicou "Lexeologia do Português Histórico" e em 1927 ganhou o prêmio da Academia Brasileira de Letras com o trabalho "Meios de Expressão e Alterações Semânticas". Mário Barreto, certamente, o mais completo conhecedor da nossa língua, começa em 1903, com "Estudos da Língua Portuguêsa" a série de seus ótimos livros: "Novos Estudos da L. P." (1911) — "Factos da L. P.". (1916) — "Novissimos Estudos da L. P.". (1914) — "De Gramática e de Linguagem" (1922) — "Através do Dicionário e da Gramática" (1927) — "Últimos Estudos da L. L." (1944), obra póstuma.

Na lexeologia temos a notar: "Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro" de Macedo Soares, que viveu de 1874 a 1890, publicados pela Imprensa Nacional — Rio - 1943. "O Tupi na Geographia Nacional" de Teodoro Sampaio, começada a publicar na Revista do Instituto Histórico

e Geographico de S. Paulo", vol. VI - pgs. 488. "Vocabulario Etymologico, Orthographico e Prosodico das Palavras portuguezas derivadas do grego" pelo Barão Benjamim Ramiz Galvão — Rio - 1909. "Vocabulario das Palavras Guaranis usadas pelo traductor da "Conquista Espiritual" do P. A. Ruiz de Montoya" por Baptista Caetano de Almeida Nogueira — Rio - 1879.

Muitas obras ficaram sem citação porque não era nosso intento fazer o catálogo geral e completo de tais publicações. Referimo-nos apenas às mais importantes e de autores já falecidos. Entre os vivos há grandes autoridades e excelentes trabalhos que de propósito não foram mencionados. Para informações completas e preciosas acêrca do que se tem feito no domínio do tupi-guarani, recomendamos encarecidamente aos leitores a volumosa publicação do Prof. Dr. Plinio Ayrosa, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo: "Bibliografia do Tupi-Guarani", publicação da mesma Faculdade a sair em nova e enriquecida edição no ano de 1954.

CAPÍTULO XV

FORMAÇÃO DA PROSA CLÁSSICA

A famosa plêiade medieval de que eram figuras principais Dom Duarte, Dom Pedro e Fernão Lopes, fundadores que foram da prosa literária, arcaica, tinha tido por objetivo criar uma língua própria, acomodando, no máximo do possível, o romance português ao latim. Não miravam ao intento de simplesmente trasladar de um idioma tão perfeito para outro ainda incipiente. O latinismo devia ser evitado para que o vernáculo lhe tomasse o lugar. O chefe da escola, Dom Duarte, dava o preceito:

"Por que muytos que som leterados nom sabem trelladar bem de latym em lynguagem, pensey escrever estes avysamentos pera ellos necessarios. Prymeiro, conhecer bem a ssentença do que ha de tornar, etc. O ssegundo, que nom ponha pallavras latinadas, nem doutra lynguagem, mas todo seja [em] nosso lynguagem scripto, mais achegadamente ao geeral boo custume de nosso fallar que se pode fazer. O terceiro, que sempre se ponham pallavras que sejam dereyta lynguagem, respondentes ao latym, nom mudando hũas por outras, assy que ond el disser per latym "scorregar", nom ponha "afastar", e assy em outras semelhantes, entendendo que tanto monta hũa como a outra; per que grande deferença faz, pera se bem entender, seerem estas palavras propriamente scriptas", etc. (Leal Cons. cap. LRIX).

Apesar de assim ter escrito, Dom Duarte imitou a Frei Tomás, sendo o primeiro a transgredir tais "avysamentos". O Infante Dom Pedro foi o que melhor observou, como no capítulo precedente ficou demonstrado, preferindo circunlóquios à necessidade de simplesmente trasladar o têrmo latino para o português. Assim mesmo não manteve até o fim o empenho, cedendo à invencível atração do latim e à pobreza do vernáculo. O século XV ainda não estará findo e já veremos que o latim passa a ser, não só o modêlo da prosa nacional, mas também o fornecedor absoluto dos elementos necessários à expressão vernácula. Aquela intenção vernaculizante de Dom Duarte será substituida completamente por outra que lhe será oposta: quanto mais próximo fôr do latim, tanto melhor será o vocábulo português. Valentim de Morávia no proêmio da tradução de "Vita Christi", feita por Frei André, dirigido a Dom João II e à Dona Leonor, pede desculpas de se encontrarem ainda na obra "an-

tigos vocábulos que aos modernos destes nossos tempos, os quaes de gentis e doces termos se prezam, e os enveterados como grosso engeitam, gosto e suavidades nom oferecem". Vê-se que, neste proêmio, são pedidas desculpas, não pelos latinismos conservados, pelos neologismos introduzidos, tirados todos diretamente do latim, mas pelos antigos, pelos arcaísmos isto é, pelos têrmos vernáculos que o tradutor conservou da primeira fase. Êstes arcaismos eram aquêle têrmos preferidos por Dom Duarte, Dom Pedro, já agora considerados "enveterados" e como "grossos", rústicos, deviam ser "engeitados". O Prof. Piel (Introd. ao "Livro dos Ofícios" — XXV), citando mais algumas frases dêsse "proêmio": "... nem a queiron de si como cousa fastidiosa e inspirada vomitar, a penuria dos nossos vocablos a esso dando causa muy grande, donde o dicto padre he mais digno de venia que de reprehensom", nota com muita razão" a grande quantidade de latinismos (sem contar os sintáticos) acumulados neste curto trecho: *moderno, enveterado, suavidade, fastidioso, insipido, vomitar, penúria, digno, vênia,* cuja maioria não entra ainda na prosa de D. Pedro". Estamos na fase pré-clássica, de transição. O gôsto da tntiguidade latino-greca, a maior cultura provindo dos claustros, o maior contacto com Castela e, por meio desta, com a Itália, tinham já preparado o ambiente para o desabrochar do Renascimento literário da Lusitânia.

A língua posta a serviço do pensamento, essa que corria nos grandes monumentos deixados pelos Príncipes da Casa de Dom João I, era já agora considerada rude, grosseira, pobre de palavras e desprovida de sintaxe capaz de servir às expansões estéticas do momento pré-renascentista. Era necessário *enriquecê-la* e depois *burilá-la,* aproximando-a do latim literário de Cícero, o modêlo supremo. Para *enriquecê-la,* lançaram mãos dos empréstimos, dos decalques, dos neologismos de tôda espécie. Passaram do latim ao português numeroso vocabulário sem a menor acomodação fonética; criaram outras com elementos clássicos. Neste afã renovador cometeram muitos êrros: o primeiro foi o de desprezar a ação popular que, desde os primeiros tempos da romanização, vinha amoldando os vocábulos latinos ao romance nacional. O segundo, que completa o anterior, foi o de se terem dirigido ao latim literário, língua artificial, língua morta, quando a fonte viva tinha sido sempre o latim vulgar. Levaram-nos a isto as idéias sociais da época: o povo, o vulgo, a plebe não merecia a menor consideração. O seu falar era tido como corrupto, indigno das classes elevadas, — o clero e a nobreza. O enriquecimento, o polimento do idioma era uma tendência contrária justamente ao vulgar, ao *rimance,* dos vilões. Fazia-se mister limpá-lo, escoimá-lo dos defeitos da fala do povo, consertando-lhe os aleijões fonéticos, prosódicos e semânticos, numa palavra: enriquecê-lo, mas sobretudo *enobrecê-lo*. Com todos êstes princípios errados, desprezando

o que fonèticamente estava certo, introduzindo formas não evoluidas ao lado de outras já perfeitamente transformadas, sobrecarregaram o idioma e alotropismos desnecessários, muitas vêzes, como novo conteúdo semântico. Alguns exemplos: *aspeito, aspecto; auto, aito, acto; afremosentar, aformosear; arço, ardo; alvedrio, arbítrio; animalia, animais; atamento, vínculo; alpendorada, pórtico; assenhorezar, assenhoriar; benquerença, benevolência; bolsar, vomitar; cárrego, cargo; cachopo, jovem; conveençam, convenção; dino, digno; demandar, pedir, perguntar, discutir; devisar, dividir; desvairado, variado, diverso; enfraquentamento, enfraquecimento, debilidade; enfinger, fingir; empacho, impedimento; estremança, distinção; esplandecente, preclaro; empeeçar, impedir; fremoso, formoso; fremosura formosura; femença, veemencia; firmidom, validade; feito, fecto; fruito, fructo; garnimento, adorno; guarnir, adornar; guarir, sanar; gaançar, obter; guisa, maneira; leixar, deixar; luita, lucta; malino maligno; mancha, mácula; marteiro, martírio; nembrar, lembrar; oscureza, obscuridade; patranha, fábula; prometimento, promessa; peendença, penitência; prove, pobre; punhar, luctar; peito, pecto; piadae; piedade; pido, peça; quinhoeiro, partícipe; revora, confirmação; reverar, confirmar; repruvica, república; sanha, ira; sobegidom, abundância; seenço, silêncio; segre, século; saar, sanar; sandeu, louco; trauto, tracto; tribulaçom, calamidade; usso, urso; vesso, verso; avogado, advogado.*

No afã de aproximar, quanto mais possível, o português do latim literário, não hesitaram em meter na língua todos os vocábulos latinos que puderam, dando assim ao português literário um cunho inteiramente artificial e desusado, ao ponto de não ser mais reconhecido como língua materna pelo povo que o não compreendia. Palavras como *Hipótades, ledo* (*laetus*), *decente* por *excelente, idólatra, Mavorte, ara* (*altar*), *Chersoneso, áureo, fadigas* por *trabalhos, gesto* (*face, rosto*), *feros, armigeros, alabastro, próvido, lenho* (*navio*), *tágides, repugnante* (que lutam), *rábido, salso, piscoso, scopulos* (*escolhos*), *procela, grandiloco, manha, sublime, linfa, congelar, hiperbóreo, licor, claro* (*ilustre*), *inusitado, hórridos, horrissonos, hispidos, múrice,* e tantas outras de que estão atufados "Os Lusiadas", se ainda hoje oferecem dificuldades aos leitores, como seriam entendidas em seu tempo? Nem era só o vocabulário, mas tôda a sintaxe, o estilo com suas figuras, com seus recursos muito bem regulados pelos tratados de retórica já então conhecidíssimos, tudo fazia do português literário de quinhentos, uma língua muito diversa daquela, por exemplo, em que Gil Vicente havia composto todo o seu teatro popularíssimo. Por isto Camões poia afirmar, sem mentir:

> *...lingoa, na qual quando imagina,*
> *com pouca corrupção crê que he a Latina.*
>
> (Lus. I — 33).

Os esforços de "polimento" obedeciam, ainda que muitos não o soubessem, ao velho princípio latino da luta contra a rusticidade do povo, contra os plebeísmos que afeiavam, no sentir dos doutrinadores de Roma, a língua que deveria ser falada na capital do mundo. Assim como lá, se voltaram então para o grego e o tomaram como modêlo e herário donde surripiaram tudo o que lhes foi possível surripiar, os portuguêses se voltam ao latim clássico, com os mesmos planos. Estavam, com isto, criados os dois tipos de língua: o popular e o literário, aquêle sempre vivo e sempre em transformações; êste tendendo a fixar-se nas obras escritas. Aquêle, servindo de alimento a êste nas suas perenes criações, mas o literário a servir de modêlo, de norma ao primeiro, quase como o objetivo a que todos deviam tender se quisessem falar elegantemente. O trabalho de depuração atingiu todos os domínios do idioma: fonética, prosódia, morfologia, semântica e sintaxe. Desaparecem as palatais fortes *tch, dg* que passam a palatais fracas: não mais *tchave, tchuva, dgente, hodge*, mas *chave* (*xave*), *chuva* (*xuva*), *gente* (*jente*), *hoge* (*hoje*). Tal pronúncia forte ficou relegada às regiões dialetais do Minho. A distinção entre *c, ç, ss*, bem como entre *s* intervocálico e *z*, não existe mais: *cabeça* e *missa; foice* e *foi-se* soam do mesmo jeito; *defesa* e *beleza* têm os mesmos sons. *C, ç* e *z* não são mais executados com a ponta da língua voltada para o alvéolo dos dentes como ainda se faz em castelhano europeu. O yeismo é sinal de dialetismo e vulgaridade: não mais *Juyão, fiyo, moyer, paya e* sim *Julião e Julhão; filho, molher, palha*. Decide-se a alternância consonantal *l/r* e formas como *frol, planta, pranta, púbrico, público, praneta, planeta, flauta, frauta,* se bem que mantenham a alternância até os últimos tempos clássicos, terminam por preferir *l* a *r*: *flor, planta, público, planeta, flauta*. Ainda nos tempos atuais são permitidas *nebrina, neblina; froco, floco; plancha, prancha; aluguer, aluguel*. As vogais geminadas foram simplificadas: *fé, pé, bom, um, fim* e não *fee, pee, bõo, hũm, fĩi*. Os hiatos permaneceram: *feo, idea, freo; mha* cedeu a *minha*. As consoantes simples tendem a geminar-se por eruditismo: *commum, anno, attenção, approvar, licção*. Hesita-se ainda entre *en, in, e, i* iniciais: *enveja, inveja; egual, igual; egreja, igreja;* entre *en, an*: *Anrique, antre, Enrique, entre; resplandor, resplendor*. Vacila-se também entre *que* e *c*: *quotidiano, cotidiano; grandíloquo, grandíloco,* entre *eza, ez*: *morbideza, morbidez; grandeza, grandez*. A nasal final *om* passa a *ão*, mas o plural ainda está incerto: *ãos, ães, ões*, que se baseiam no singular arcaico. A final *om* átona dos pretéritos: *conhocerom, viierom, disserom* passa a *am*: *conheceram, vieram, disseram;* mas a tônica dos futuros uniformiza-se em *ão*: *conhecerão, virão, dirão*. Alguns confundem os dois casos ou adotam para ambos *ão* como se vê nos "Lusíadas". Escreve-se *m* antes de *b, p; n* antes de dentais: *tempo, ambos, commum; dente, vendo, senso*.

Na morfologia há completa simplificação e regularização: a abundância de formas se simplifica. Elimina-se o artigo *el* que a linguagem jurídica ainda conserva em *el-rei; lo, la* aparecem apenas por efeito fonético de assimilação (*todallas partes, todollos rios; vemo-lo; vê-lo*). Nos demonstrativos ficam apenas *êste, êsse, aquêle, isto, isso, aquilo, o. Medês* cede a *mesmo*. A série átona dos possessivos (*ma, ta, sa*) foi eliminada pelas tônicas *minha, tua, sua*. Entre os indefinidos são eliminados *quejando, senhos, homem, algorrem, nemigalha, al, etc*. Nas formas pronominais oblíquas já não se usam *migo, tigo, sigo* senão compostas de *com*. Nos verbos há completa reforma guiada pela analogia, procurando-se a uniformização como em *arço, pido*, que passam a *ardo, peço*. Cria-se a quarta conjugação com *pôr* e seu compostos. A segunda pessoa do plural em *ades, edes, ides, odes* perde a dental intervocálica: *amaes, vendeis, partis, soes* e não *amades, vendedes, partides, sodes*. Apenas as formas nasais conservam a dental por não se encontrar entre vogais: *pondes, vindes*. Desaparecem os futuros e condicionais sincopados: *querrei, querria = quererei, quereria*. Os particípios em *udo* uniformizam-se com os em *ido*: *temido, vendido, conhecido* e não *temudo, vendudo, conhoçudo*. Os particípios presentes perdem a fôrça verbal, passando a outras categorias gramaticais, cedendo sua função ao gerúndio: *pedinte esmolas* passou a *pedindo esmolas; pedinte* é apenas adjetivo substantivado: *um pedinte* (*um pobre*). A lista enorme de preposições, conjunções e advérbios sofreu profundas eliminações: *por* absorve as funções de *per;* já não se faz distinção entre instrumento e fim como outrora: o mundo foi criado *per Deos* passou a "*criado por Deos*. A prepos. *a* toma as funções de *em*: não mais "passou em Africa, foi *em* Paraíso" e sim, "passou a Africa, foi ao Paraíso". *Ataa* já é *até; antre, ontre* passam a *entre; so* distingue-se em *sob, sobre* mas deixa vestígios em *sonoite, soborralho, sopé, sopapo* (*sob a noite, sob o borralho, sob o pé, sob o papo*) e Camões ainda escreveu: *Sobolos rios de Babilônia = Sobre os rios de Babilônia*. Mas *des, scontra, cas, cabo* desaparecem. Entre as conjunções, *ergo, ca, empero, pero, u, mentre, porende, embargante, maguer* foram esquecidas completamente. Dentre os advérbios, que eram supernumerosos, desapareceram *avante, davante, perdante, aló, acaá, áque, ende, en, alende, aquende, hi, hu, foras, aprés, suso, juso, redro, eire, cras, ogano, estonce, cotio, alquando, adur, anvidos, aginha, asinha, tamalavez, nego, chus avondo*. As interjeições *bofé, bofá, bofelhas, par Deus, pardês,* foram esquecidas.

Fixou-se alguma vacilação de gênero: os nomes em *ma, ta*, de origem clássica, passam de femininos a masculinos *o fantasma, o clima, o planêta*. Os terminados em *agem* ficam femininos: *a linguagem, a linhagem*. Vacila-se ainda hoje em *personagem, pagem* que podem ter ambos os gêneros. Os terminados em *or, ez*, uniformes, tomam flexão normal: *a se-*

nhora, a portugueza e não mais *a senhor, a portuguez*. O plural dos nomes terminados em *l* faz-se com a síncope desta vibrante; apenas *meles, cales, consules* ainda foram mantidos. A grafia dêste plural, de *ees* passou *a eis*: *moveis, faceis;* de *iles* se evolucionou para *ies, iis is* quando (*commum*) que tomava forma *comuñes* flexionam-se agora em *uns*: (*comum*) que tomava a forma *comũes* flexionam-se agora em *uns*: *comuns*. Nos terminados em *s* não há possibilidade de plural: *pires, pires*. O plural de compensação em *es*, que nos vinha do provençal, sobretudo, nos monossílabos, foi conservado em *Deus, deuses; cos, coses; mês, meses*. Sòmente o plural dos nomes em *ão* ainda não teve solução definitiva, baseando-se sempre no singular arcaico: *mãos, cães, corações*.

A sintaxe enriqueceu-se espantosamente com numerosas regências e colocações tiradas diretamente do latim literário. Complicou-se grandemente a frase e os períodos tornaram-se complexos e confusos. A ordem direta foi substituida pela inversa porque os hipérbatons constituiam ponto alto de estilística. O verbo foi para o final da frase e muitas vêzes nem era empregado por elipse, de acôrdo com os padrões latinos. As palavras regentes distanciaram-se das regidas e na regência houve verbos com três e quatro possíveis. Bernardim Ribeiro, pré-clássico, assim escrevia: "Muito contente fui eu naquella terra; mas, — coitada de mim! — que em breve espaço tudo aquello que em longo tempo se buscou, e pera longo tempo se buscava. /...a tanta paixão vim, que mais me pesava do bem que tive, que do mal que tinha." Samuel Usque ainda é mais rigoroso na colocação final do predicado: "Sabereis, yrmãos, que eu sam aquelle antiquissimo pastor que com pescoço e mãos vellosas, pera soceder na bênção, seu pae *enganou;* e pelos amores dhũa fermosa pastora sete e sete annos, nos viçosos pastos de Mesopotamia *apascentei...*"

A maior dificuldade dos primeiros clássicos foi o período. Se no período arcaico predominava a parataxe, formando-se verdadeira ladainha de *e, e, e*, no período em que estamos, predominando a *hipotaxe*, são os *que, que*, conjunção ou relativo, que travam o pensamento e tornam a frase áspera. Os primeiros, não seguros ainda da técnica, não dispensam a copulativa ao lado da conjunção ou do pronome relativo. João de Barros é dos mais defeituosos: "E sabendo que na terra, onde acudia o resgate do ouro, folgavam os Negros com pannos de seda, de lã, linho, e outras cousas do serviço, e policia de casa, e que em seu trato tinham claro entendimento, que os outros daquella costa e, que no modo de seu negociar, e communicar com os nossos davam de si sinaes pera facilmente receberem o Baptismo, ordenou que esta fortaleza se fizesse em aquella parte, onde os nossos ordinariamente faziam o resgate do ouro, porque com esta isca de bens temporaes, que sempre alli haviam de achar, recebessem os da Fé, mediante a doctrina dos nossos, o qual effecto era o seu principal intento." (Dec. I — cap. I-153).

Neste período de Barros podemos notar os outros dois grandes defeitos da sintaxe clássica, pelo menos, no século XVI: a má divisão das orações. A acumulação exagerada de incidentes, de explicativas, de consecutivas, de integrantes, torna o período enorme, pesado, confuso e monótono. Outras vêzes, separam justamente aquelas frases que não podiam estar desunidas, formando um todo lógico. Erravam por excesso e por deficiência. Sòmente no século XVII, com a experiência da Scholástica, sabendo primeiramente pensar para depois expressar o pensamento é que a construção sintática do período atinge perfeição completa. Compare-se ao exemplo dado de João de Barros êste de Bernardes:

"As espadas largas degeneraram em cotós, e os capacetes se trocaram em perucas; já o pente em vez de se fincar na barba ensanguentada, se finca publicamente na cabeleira, alvejando com polvilhos. Cheiram os homens a mulheres; não a Marte, mas a Venus. Quem havia de imitar ao grande Albuquerque, prendendo a barba no cinto, se já não há novas de cintos, nem de barbas? Quem haveria de sahir aos leões em Africa, se é mais gostoso estar no camarote em Lisboa, gracejando com as farçantes, e atirando-lhes já com chistes, já com dobrões? Ou como se haviam de adestrar em ambas as sellas, andando pelas ruas bamboleando nas seges? Amolleceu-nos a infusão dos costumes estrangeiros, que veneramos, devendo aborrecê-los; e nós, que estamos no fim da terra, ficamo-nos no meio do mar de suas depravações." (Nova Floresta — II - 314).

A língua clássica, por imitação do latim literário, se toma a ordem indireta, procura as formas sintéticas de preferência às analíticas. Na questão dos graus, passam a ser tidos como vulgares e depois até serão proibidos pela gramática os comparativos *mais grande, mais pequeno.* Os aumentativos e diminutivos analíticos cheiram a galicismo e já não se diz *livro pequeno, livro grande* mas *livrinho, livrão.* O superlativo sintético em *issimo, limo, rimo* faz entrada triunfante: já não há *muito justo, muito fácil, muito salubre* e temos *justíssimo, facílimo, salubérrimo,* tirados diretamente do latim literário. Nunca se empregou tanto *cujo,* por ser forma sintética, do que neste período! Até interrogativamente se dizia: *Cujo é êste livro?* No estilo, amolda-se tudo aos fraseados de Cicero, e a história é escrita (João de Barros) depois de feita completa leitura de Tito Livio. Mas não basta imitar os latinos, escreve-se mesmo em latim. As velhas crônicas, sobretudo, as de Fernão Lopes, que fundaram a saborosa prosa arcaica, são agora feitas na língua de Roma: Jerônimo Osório, Damião de Goes, grandes humanistas, bem como Resende, todos escrevem e falam latim clássico.

Todo o século XVI foi de aprendizado clássico. Com a intensificação dos estudos de filosofia, mormente da Scholastica; com a vinda de grandes humanistas a Portugal e com a ida de ilustres portuguêses à Itália, França e Flandres, os três grandes empórios do humanismo da época,

colheu os frutos o século seguinte, dando-nos os mais perfeitos prosadores da língua: Rodrigues Lobo, Francisco Manuel de Mello, Frei Luís de Sousa, Antônio Vieira e Bernardes. Surge, porém, com o domínio espanhol, a grande influência, não só da língua, mas também da literatura, o gongorismo. Poucos são aqueles que conseguem evitar o contágio de Espanha. Pode-se dizer mesmo que só Frei Luís de Sousa e Rodrigues Lobo se mantém indenes do gongorismo ou do hispanismo. Francisco Manuel de Melo chega a escrever em espanhol e, em português, mantém os arrebiques e as artificialidades do estilo culto de Madri. Vieira, se não escreve em castelhano, é o mais gongórico dos nossos clássicos, abusando dos trocadilhos, do duplo senso das palavras, mas especialmente dos conceitos agudos. Notem-se tais prendas do momento na obra prima de tôda a oratória vieirense, o famoso e insuperável sermão da sexagésima:

"E se quizesse Deos, que este tão illustre, e tão numeroso auditorio sahisse hoje tão *desenganado* da pregação, como vem *enganado* com o Pregador! Ouçamos o Evangelho e ouçamo-lo todo que todo he do caso, que me levou, e trouxe de tão longe. /— Entre os semeadores do Evangelho ha huns que *sahem* a *semear,* ha outros que *semeam* sem *sahir* /— Ah Pregadores! os de cá, achar-vos-eir com mais *Paço*: os de lá, com mais *passos*. /—Porque como os Apostolos iham pregar a todas as nações do mundo, muitas dellas barbaras, e incultas, haviam de achar os homens troncos, haviam de achar homens pedras. E quando os Pregadores Evangelicos vão pregar a toda a creatura, que se armem contra elles todas as creaturas, grande desgraça!".

Bernardes, se não é gongórico, usou e abusou do vocabulário e da sintaxe castelhanas: *molinilhos, harto, pandilha, vidrilho, suízaros. Isidro, recordos, ninhez, ninheria, cerrado (fechado), dixes, muchachos, comboy, rumbo, maroma, regalo, rostro,* o chamou a si *desde* Jônia, *desde* o cárcere escreveu mais de duzentas obras, os *latidos* de sua consciência, etc. Sòmente Frei Luís de Sousa conseguiu manter-se dentro das leis do classicismo, que apregoava o purismo da língua, purismo no sentido de só admitir vocábulos de origem latina. Contrariando, porém, os ditames da estilística ciceroniana, foi o mais simples e o mais analítico dos prosadores, claro e harmonioso, de perene atualidade:

"Na ordem que temos dito iam caminhando devagar e com trabalho; senão quando, ao tempo que iam no mais alto da costa e quasi vencendo o cabeço do monte, resvala uma das azêmolas de carga; e em resvalando, tudo foi um: resvalar e ir em tombos pela costa abaixo. Ia nesta paragem o carreiro, ou vereda que seguiam, em voltas; vinham abaixo as outras azêmolas; dá sobre ellas a que vinha aos tombos:

com o impeto que trazia, derriba a primeira que encontrou; esta leva outra, e outra a que a seguia... Assim se foram encontrando, empuxando e derribando, até darem nos que vinham a cavallo que sem remedio, como não havia nenhum para se desviarem, vieram quasi todos a terra, dando voltas sobre os penedos. Foi grande a grita e o sobressalto e o perigo faz levantar a todos, chamando em altas vozes pelo nome de Jesus e de Nossa Senhora, dando-se por acabados e havendo que não parariam senão no fundo do vale feitos em pedaços. Foi tal o alarido, que o Arcebispo, inda que vinha muito atrás, o ouviu claramente, como crescia o eco entre os vales e convalidades da serra. Entendendo o que poderia ser, mandou aos de pés que o acompanhavam fossem correndo acudir. E elle apeou-se e, derribando-se em terra com as mãos e olhos levantados ao Ceu:

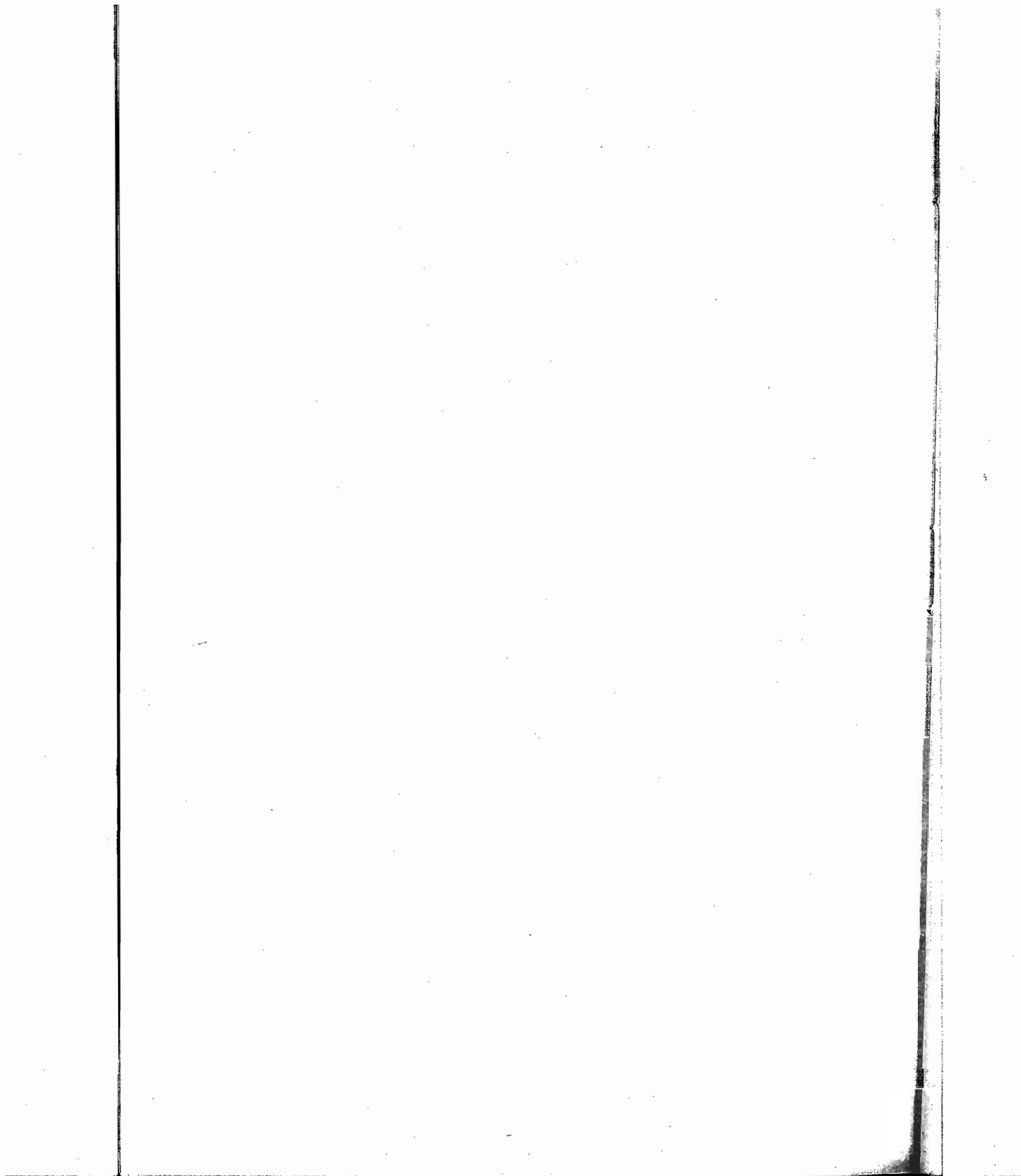
— Ah! Senhor, disse, como permitis que sejam perturbados passos tanto de vosso serviço, como vós sabeis que estes são? Que dirão os que tanto fizeram pelos estorvar, ficando descansados e quietos em suas casas? E como se atreverão esses a passar adiante e acompanhar-me, se os não guardais?

Sem dizer mais, esteve em silêncio, orando quasi meia hora; e tornando a cavalgar, disse alegremente ao que lhe tinha a mula de rédea:

— Seja Deus para sempre louvado! Ninguém perigou.

Entretanto, os caidos se tinha alevantado, e os de pé carregando de novo as azêmolas: e juntos todos acharam que em tão evidente perigo nenhum dano se recebera; e ainda que alguns deram muitas voltas sobre penedos agudos e troços de árvores, onde só o peso e a força da que era bastante para matar, nem cavalgadura nem homem ficou ferido nem mal tratado, excepto um só que estroncou um pé — cousa muito leve."

(Vida do Arcebispo).

Com êstes escritores, atinge a prosa portuguêsa o seu ponto mais alto de perfeição, podendo competir com a de melhor quilate quer castelhana, quer francesa. A prosa romântica adornará de adjetivos, tornará mais viva a expressão com figuras, metáforas: nunca terá, porém, as qualidades desta: correção, clareza, precisão, elegância sóbria. Aquêle trabalho iniciado no século XIV, continuado porfiadamente no XV, já aperfeiçoado no XVI sob os influxos do Renascimento, culminou aqui, na pena dêstes prosadores que traziam dos seus mosteiros a reflexão imposta pela filosofia, a meditação das horas de silêncio, a clareza e a simplicidade de suas almas simples. Foi o século de ouro da prosa portuguêsa como de ouro foi, para a poesia, o de quinhentos.

CAPÍTULO XVI

O PERÍODO BARROCO

A sobriedade clássica, feita de justeza e simplicidade tinha criado êsse estilo transparente, mas harmonioso que mais apelava para a razão do que à sensibilidade imaginativa, já não condizia com o fausto e fantasia dos tempos decadentes dos séculos XVII e XVIII. As últimas conseqüências dos descobrimentos, das guerras vencidas, exigiam língua faustosa e complicada, com riqueza de palavras e luxo de figuras. Vivia-se num período quase irreal, entre sonhos e imaginações, numa atmosfera de contínuas exaltações. O Novo Mundo, as riquezas do Oriente faziam de Portugal um país de delícias. As pompas da côrte e da religião, embora desbaratassem quase todos os tesouros que vinham das colônias, davam a impressão de uma era de ouro como de raro em raro costumava a História apresentar antigamente. A língua tinha de amoldar-se a estas exigências do fausto da sociedade: já não satisfazia mais aquela simplicidade chã e fresca de Frei Luís de Sousa, nem a de Bernardes tôda ingenuidade e credulidade, dizendo as causas como eram, nomeando os objetos por seus devidos nomes sem aparato de adjetivos. Espanha, antes de Portugal, tinha sentido a mesma necessidade de aparatos: os feitos dos "tercios" espanhóis em Flandres, nas Américas; a glória dos Felipes não cabia mais na expressão quase sêca dos clássicos. A língua tinha de retumbar aos quatro ângulos do mundo o estrondo glorioso da Península. As palavras não deviam mais ser tomadas em seu sentido imediato, real, correspondente às cousas nomeadas: tôdas passariam a ser figuras, a encerrar imagens, tomadas sempre em sentido translato. Quanto mais sugerisse à imaginação do leitor, ainda que tal sugerência roçasse pelos limites das charadas, tanto melhor. O sentido imediato era simplesmente vulgar; o figurado, êsse sim, era artístico. Não se dirá mais *cabelo*, e sim, *ouro, negrume;* nem *dentes*, mas *pérolas, marfim, jaspe;* nem *olhos*, mas *estrêlas, lumes*. *O branco* será *jaspe, mármore, neve*. O negro, *a côr da noite*. O mar passou a ser *espumas;* o oceano é a *terra undívaga onde as quilhas aram*. O vagalume serve de motivo às memetáforas mais complicadas possível: *carbúnculo, diamante vivo, com que a Noite touca as boninas rústicas dos campos*. Outro escritor dirá do mesmo inseto: *faísca animada de pederneira viva, sacudida com o*

farol das asas. Já não se diz *ofender*, mas: *deslustrar o resplendor civil* de alguém. Humilhar-se é *fazer crepúsculo de si mesmo*. Um dos mais arrojados hiperbolistas do momento e que marca muito bem a diferença dos tempos é o cronista Frei Lucas de Santa Catharina, sucessor de Frei Luis de Sousa. Para êle, a História é a *preclara oficina da verdade*. Orar, rezar é *comerciar com a divindade*. O túmulo, o sepulcro passa a ser *o arquivo do esquecimento*. O cemitério: *veneranda hospedaria das relíquias dos primeiros da terra*. Para contar que, tendo chorado certa imagem de um convento, deixando as lágrimas vestígios na face do Crucificado, usa êstes rodeios: "na face direita se lhe ficou divisando, e hoje se lhe divisa a nódoa, e a própria estampa de uma lágrima".

Se o vocabulário devia ser assim, a sintaxe tinha também os seus requintes de novidade: latinismos de construção, hendíades, hiperbatons atrevidos, períodos, predominantemente, longos e cheios de frases intercaladas, de parênteses, retorcidos, mas, às vêzes, curtos e simétricos, com o mesmo número de palavras numa parte e noutra, de modo que saisse equilibrado e sonoro. Basta ler esta dedicatória feita a Dom João V pelo frade cronista:

"Em tempo, em que a incomparavel grandeza de V. Magestade erigio aquella preclara Officina da Verdade, em que se vão lavrando, ou polindo as Estatuas da gloria portugueza, divida he que se lhe tributem aquelas, que também entram a fazer numero com as obrigadas; porque se estas (para exemplares da posteridade) já a virtude lhes lavrou os Templos, agora lhes manda a generosa, a Régia direcção de V. Magestade renovar os Cultos.

"São estas (já immortaes, como gloriosas Estatuas) os filhos d'aquelle eximio Patriarca S. Domingos de Gusmão (esclarecido consaguineo de V. Magestade) que de Antagonistas da observancia, e Oraculos da sciencia, passaram a brilhar Estrellas no Firmamento da immortalidade, depois que luziram tochas nas atalaias da Virtude. E se estes, que ou o Mundo escutou Sabios, ou a veneração testimunhou Justos, são os que tambem a Coroa de Portugal reconheceo vassallos, não desconhecerá V. Magestade as razões de lhes permitir o seu Pio, Catholico, e Real patrocinio; nem elles se esquecerão de agradecer o buscar-lhes ou o mais soberano, negoceando com Deos que o perpetue ditoso. O Ceo dilate a V. Magestade a vida, e prospere seu Real estado para gloria de seus Reinos, e premio de seus vassallos."

Não pode existir nada que se compare a êste fraseado horrível, falso, fabricado, confuso, retorcido, mas do grande gôsto do tempo! E devemos dizer que tal gôsto chegou ao Brasil, trazido pelos nossos que iam formar-se em Coimbra e freqüentavam a Côrte, em Lisboa, como o inefável Rocha Pitta. Chegou ao Brasil e dêle nunca mais saiu: ainda hoje, sobretudo, no norte do país, impera o gongorismo da pior espécie, o

preciosismo vocabular, os malabarismos das frases, mas sobretudo, a gafa das hipérboles, das comparações abstrusas. O romantismo, em sua fase de decadência, dita, condoreirismo, agravará ainda êste estado literário e a língua será torturada a fim de produzir todos os sons, tôdas as sonoridades, numa tentativa de substituir tôdas as artes apenas pela palavra. Castro Alves terá o grande primado literário, seguido por Alencar. Rui Barbosa será a última expressão dêste gongorismo à Vieira, de que foi sempre grande e aproveitado aluno.

A língua portuguêsa, atingida já a sua plena maturidade, é instrumento perfeito na mão dêstes malabaristas da expressão. Rocha Pitta, formado em cânones por Coimbra, representa na Bahia o primeiro discípulo da Metrópole. A cana de açúcar não produz a vulgaríssima *garapa*, mas sim *exprimido nectar*; os frutos do Brasil produzem *sazonada ambrosia;* as árvores já não têm folhas, mas *tapeçarias verdes;* as águas não são mais águas são *cristais que se precipitam;* as grutas são *ásperos domicilios de feras*. A frase é cuidada sôbre tudo quanto à sonoridade das palavras, à disposição delas no período, tudo equilibrado e redondo, com cadência quase de poesia. As hipérboles, as antíteses, tudo aí está como era de praxe. Era natural que tanto artificialismo, tanta distância da realidade, tanto palavrório sonoro, mas sem sentido, despertasse reação.

A dominação espanhola, que ainda depois da Restauração, continuava a influir literàriamente, contribuira com muitos vocábulos novos, importados pelas guerras mantidas na Itália, Flandres e outras partes:

Vocabulário — Aparecem os têrmos de arte bélica do momento, tais como *escopeta, parapeito, sentinela, bizonho, trincheira* (no período clássico dizia-se apenas *tranqueira*), *marcha, batalhão, furriel, anspeçada, lansquenete, bateria, estratagema, galera, galeão, pilôto*. Surge o têrmo *banco, banca;* já se adota o italianismo *esbelto, esvelto, esbelteza, fachada, e* na música, *terceto, quarteto, etc*. Outros têrmos entram na língua, tais como *desenho, escorso, bagatela, estância, madrigal, novela, trincar*. Da América chegam *cacique, cania, furacão, tabaco, chocolate. Arbítrio* substitui *alvedrio*. Diz-se *privilégio*.

Sintaxe — Nota-se o uso dos completivos com a elipse da conjunção *como*: "de Antagonista da observância, e Oráculos das sciencias, passaram a brilhar *Estrellas* no Firmamento da immortalidade, depois que luziram *tochas* nas atalaias da Virtude. E se êstes, que ou o Mundo escutou *Sabios*, ou a veneração testimunhou *Justos*, são os que também a Coroa de Portugal reconheceo *vassalos*... (Frei L. de S. Cathar.). As orações relativas, explicativas, complicam os períodos: "Hercules, que sogeita a maior parte do Mundo,... Semiramis, que levantando os muros ao prodigio da Assiria,... Artemisa, que lavrando o milagre da Grécia,...

Os Reis da Africa, que em supersticioso culto authorisaram aquelle grande Templo de Diana, etc. (O mesmo). O sujeito vem quase depois do predicado, mormente no estilo narrativo: "Quer a Historia estylo corrente... Propoz-se, e resolve-se na Sagrada Congregação de Regulares a reforma da Congregação de S. João Evangelista, e entendeu o Pontifice que, etc. Mas não quiz o Ceo que o servo de Deus participasse, etc. Caminhava sempre o Veneravel Padre a pé, etc. A colocação pronominal é perfeitamente moderna bem como a regência dos verbos está perfeitamente estabelecida. O emprêgo do particípio presente como gerúndio torna-se cada vez mais freqüente: "Christo *espirando* na cruz", "Cyro *lavrando* hum Palacio... Os Egypcios *erigindo* suas celebradas Pyramides... Nas formas perifrásticas, predomina o *gerúndio* e não o infinito pessoal: "Assim se *hia remontando* o Veneravel Padre sobre a terra, *aligeirando-se* com o artificio de lhe *ir deixando* o que elle lhe *hia offerecendo, depositando* nas mãos dos pobres o pezo da prata, e do ouro, para que sem embaraço se avisinhasse ao Céo, seu suspirado centro". O período, algumas vêzes longo em excesso, aparece travado de muitos *quês*: "Pediu que lhe dessem hum Crucifixo; beijando-lhe os pés, lhos banhou com grossas, e repetidas lagrimas, *que* lhe caiam dos olhos, não menos ardentes *que* as fervorosas e continuas jaculatorias, *que* lhe arrancavam do coração, não havendo nenhum (dos *que* o viam) tão seco, *que* o não attendesse compungido. Pediu *que* lhe dessem o hábito, e com admiração de todos *que* viam a sua debilidade, o vestio, e poz a capa, inclinando-se a socegar um pouco, *que* lhe tardou outro parocismo; de *que* mais alliviado, disse aos *que* lhe assistiam, (com a efficacia *que* lhe permitia a sua fraqueza) *que* o encommendassem muito a Deos, *que* era rigoroso aquelle instante, e voltando os olhos ao Crucifixo, *que* tinha defronte da cama em mal formadas, e suspendidas palavras se lhe ouviu: "Vir a mim desta maneira, meu Jesus!".

Se a língua era de tais artifícios nas obras de simples narrativa como a História, as Crônicas, bem se pode imaginar a que estado havia chegado na oratória, que foi sempre campo aberto a tôdas as criações da sensibilidade.

A ORATÓRIA

Quando o Padre Antônio Vieira, formado no Brasil, chegou a Lisboa e tomou cargo de pregador régio, os abusos da oratória sagrada raiavam em verdadeira loucura, espoucando as figuras, mas encobrindo e obscurecendo o sentido das pregações, com tal atrevimento que o grande e cáustico orador se achou na obrigação de combater os seus colegas do púlpito:

"Não fez Deos o ceo em xadrex de estrellas, como os pregadores fazem o sermão em xadrez de palavras. Se de huma parte está *Branco*,

da outra ha de estar *Negro*: se huma parte está, Dia, da outra ha de estar, Noite: se de huma parte dizem Luz, de outra hão de dizer, Sombra: se de huma parte dizem, Desceo, da outra hão de dizer, Subio. Basta, que não havemos de ver n'hum sermão duas palavras em paz? Todas hão de estar sempre em fronteira com o seu contrário"?

"Sim, Padre: porém esse estylo (o simples) de pregar, não he pregar culto. Mas fosse! Este desventurado estylo, que hoje se usa, os que o querem honrar, chamam-lhe culto; os que o condemnam, chamam-lhe escuro; mas ainda lhe fazem muita honra. O estylo culto não he escuro, he negro, e negro boçal, e muito cerrado. He possivel que somos Portuguezes, e havemos de ouvir hum pregador em Portuguez, e não havemos de entender o que diz? Assim como ha lexicon para o Grego, e Calepino para o Latim, assim he necessario haver hum vocabulario do pulpito. Eu ao menos o tomara para os nomes próprios; porque os cultos têm baptizados os Santos, e cada Autor que allegam he hum enigma. Assim o disse o Sceptro penitente: assim o disse o Evangelista Apelles: assim o disse a Aguia de Africa, o Favo de Claraval, a Purpura de Belem, a Bocca de ouro. Ha tal modo de allegar! O Sceptro penitente dizem que he David, como se todos os Sceptros não foram penitência: o Evangelista Apelles, que he S. Lucas: o Favo do Claraval, S. Bernardo: a Aguia de Africa, Santo Agostinho: a Purpura de Belem, S. Jeronymo: a Bocca de ouro, S. João Chrysostomo. E quem quitaria ao outro, cuidar que a Purpura de Belem he Herodes; que a Aguia de Africa he Scipião: e que A Bocca de ouro he Midas? Se houvesse hum advogado, que allegasse assim a Bartholo, e Baldo, havieis de fiar delle o vosso pleito? Se houvesse hum homem, que assim fallasse na conversação, não o havieis de ter por nescio? Pois o que na conversação seria necedade; como ha de ser discrição no pulpito?" (Sermão da Sexagésima).

Infelizmente, o mesmo Vieira nunca se viu isento da calamidade gongórica, abusando das antíteses, das oposições, dos trocadilhos, das hipérboles. Neste mesmo e admirável sermão da Sexagésima há coisas assim:

"Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome, não importa nada. E se quizesse Deus, que este tão ilustre, e tão numeroso auditorio sahisse hoje tão desenganado da pregação, como vem enganado com o Pregador! Ah Pregadores! os de cá, achar-vos-heis com mais Paço: os de lá, com mais passos. Porque não terão também os annos o que tem o anno? Diz Christo, que a palavra de Deos fructifica cento por hum: e já eu me contentara com que fructificasse hum por cento. Etc".

Se Vieira, o maior, pagou tributo à moda, pode-se bem imaginar da vassalagem dos demais, muito menores em talento e preparo, ao gongorismo do momento. Não era só a oratória sagrada, mas também a forense, a parlamentar que seguia o gôsto da época. Tôdas as mani-

festações do espírito estão eivadas dos exagêros de expressão, das metáforas nem sempre inteligíveis, das inversões, das repetições as mais complicadas.

Era a época da

FENIX RENASCIDA E DO POSTILHÃO DE APOLO

Sem nenhum talento que pudesse, embora de longe, arremedar Gôngora, os poetas portugueses tratam de assuntos trivialissimos, de temas infantis, tudo numa língua arrevezada e farfalhuda, recamada de adjetivação boba. A mais cabal das provas é essa coleção de cinco volumes, a "Fenix Renascida", publicada por Mathias Pereira da Silva (1716-1728). Pior ainda é a outra, cujo título basta para dizer do valor de seu conteúdo: "Eccos que o clarim da fama dá: Postilhão de Appollo montado no Pegaso, girando o Universo para divulgar ao orbe literario as peregrinas flores da Poesia Portugueza" (Lisboa — 1716 - 62). Salvam-se os escritos de Rodrigues Lobo, o precursor do neo-classicismo do século XVIII e alguma cousa de D. Francisco Manuel de Mello, assim mesmo, alambicada e afeminada. O ponto culminante desta sensaboria literária é o poeta Frei Jerônimo Baía ou Vahia. Para descrever um lustre, todo se desmantela nestas metáforas e hipérboles: "Alpe luzido, Luminar nevado, /Pompa da Régia sala, /Thesouro no valor, brinco na gala /Onde a matéria vasta, a sutil arte /Fazendo illustre excesso, /O preço abate sublimado o preço: /Confusão porém clara/ Da luzida no Ceo, na terra escura/ Sciencia, que reparte/ Fortuna a Venus, e Infortúnio a Marte;/ Porque quando separa/ Do crystallino Ceo, Ceo estrellado/ Vosso puro crystal, vossa luz pura/ Une fazendo proprio o peregrino/ Com estrellado Ceo, Ceo crystallino, etc. Na falta de assunto, dedicam versos aos cavalos.. Eis um exemplo, que se diria, feito nalgum manicômio:

"Galhardo bruto, teu bizarro alento/ Musica é nova, com que aos olhos cantas,/ Pois na harmonia de cadencias tantas/ He clave o freyo, he solfa o movimento:/ Ao campasso da rédea, no instrumento/ Do chão, que tocas, quando a vista encantas,/ Já baixas grave, e agudo já levantas./ Onde o pizar he som, e o andar concento:/ Cantam teus pés, e teu meneyo prompto,/ Nas fugas, não, nas cláusulas medido,/ Mil consonancias forma em cada ponto:/ Pois em solfas airozas suspendido/ Ergues em cada quebro um contraponto,/ Fazes em cada passo um sustenido". (Antonio da Fonseca Soares).

Contra tal literatura era natural, que houvesse, bem de pronto, violenta reação, mormente depois das críticas de Verney, das reformas de Pombal, que vieram colocar Portugal dentro da realidade européia de que andava afastado pela imaginação louca de seus homens de letras.

CAPÍTULO XVII

NEO-CLASSICISMO

Dois terremotos, produzidos na segunda metade do século XVIII, o aparecimento do "Novo Methodo de estudar para ser util á Republica e á Igreja" de Luiz Antônio Verney e o tremor de terra, em 1753, renovaram Portugal para o benefício do mundo. Se êste destruiu a velha Lisboa medieval, dando lugar a que surgisse a nova e formosa capital dos portuguêses, aquêle destruiu a retórica e a escolástica, o formalismo ôco e decrépito do gongorismo, o formalismo sem sentido e malabarístico das teses de *atqui* e *ergo*. Apesar da viva oposição erguida contra as novas idéias que vinham da França, nascidas de Descartes, de Bacon, de Leibnitz, foi completo o seu triunfo, reformando-se tudo, desde a Universidade de Coimbra até a última escola primária. Sob a direção firme e decidida do Marquês de Pombal, entrou o país em verdadeiro renascimento: desde o chão de Lisboa até a cúpula da Universidade, tudo entrou a movimentar-se, a reformar-se, a recriar-se novamente. À declamação sucede o raciocínio; ao jôgo de palavras substitui a expressão racional, pensada, meditada; às conclusões conseguidas pela dialética chega-se agora, pela experiência científica. As ridículas Academias do século XVII vão desaparecendo para que apareçam ùnicamente duas: A Academia Real da História Portugueza e Real das Sciencias. Note-se que a preocupação científica era tal que esta Academia das Sciencias não passava como ainda não passa, hoje, de verdadeira Academia Literária. Como símbolo da reforma estética surgem as Arcadias: Lusitana ou Olissiponense e mais tarde a Nova Arcádia. Era já o rumo neo-clássico que se desenhava desde o título de tais agremiações: voltava-se à Grécia, a Roma, ao estilo clássico do Renascimento, do século XVI.

Natural como sempre, tudo isto custou muita luta e tempo. Pelo interior de Portugal continuaram as velhas Academias de nomes ridículos: dos Applicados, dos Escolhidos, dos Solitários, dos Illustrados, dos Insignes, dos Laureados, dos Obsequiosos, dos Unidos e no Brasil apareciam as Academias dos Felizes, dos Selectos, dos Renascidos, dos Literários. Dentro de pouco tempo também estas desaparecerão e com elas os vestígios do formalismo retórico da oratória sermonistica, da "Fenix Renascida" e do "Postilhão de Appollo".

A Língua

Os novos rumos literários, opostos ao artificialismo gongórico, submetem a língua a uma depuração completa. Correção, vernaculidade, simplicidade clássicas foram as diretrizes do momento. A simplicidade, que devia ser natural, objetiva, contrapunha-se ao fantasioso, imaginativo e metafórico: as palavras deviam expressar a idéia, a cousa justa, em seu sentido real. Água era água e não linfa, pranto das nuvens; o mar era o mar e não o campo undívago das quilhas sempre arado; o orvalho já não devia ser a lágrima da noite. O adjetivo devia corresponder à qualidade real do ser ou à convencional da fábula, usado sempre com rigorosa parcimônia. A frase havia de ser direta, de pequena extensão. Nada mais daqueles enormes e retorcidos períodos, pomposos e ôcos. A correção e a vernaculidade tendiam a corrigir os estrangeirismos: hispanismos, italianismos, mas sobretudo os galicismos. Predominava, portanto, o purismo. A volta aos clássicos passou a ser mania e tão exagerada que Garção teve a necessidade de alertar os seus sequazes, pois, os mais afamados "Têm seus altos e baixos, têm sendeiros,/ onde dá com os focinhos um pedante". Mas era seu também êste conselho: "Usa da pura lingua portuguesa/ Que aprendido já tens no bom Ferreira,/ No Camões imortal, em Sousa e Barros". Filinto Elyseo, vivendo embora na França, clama contra as francesias da literatura portuguêsa: "Abra-se a antiga e veneranda fonte/ Dos genuinos clássicos, e soltem-se/ As correntes da antiga sã linguagem,/ Rompam-se as minas gregas e latinas;/ Sacudamos das falas, dos escritos/ Toda a frase estrangeira, e frandulagem/ dessa tinha, que comichona afeia/ O gesto airoso do idioma luso./ Quero dar que em francês hajam (sic) formosas/ Expressões cultas, frases elegantes;/ Mas indoles diferentes têm as linguas;/ Nem toda a frase a toda a lingua ajusta". Mais do que nos clássicos de quinhentos e de seiscentos, deviam abastecer-se os escritores na fonte direta de Horácio, Vergílio, Píndaro, etc. Daqui a procura também do têrmo nobre, pouco usado pelo novo, embora Garção empregue até os mais chulos da plebe, defendendo-se mais tarde contra a crítica feita a êste ponto. O arcadismo queria destruir o gongorismo para ser a continuação aperfeiçoada do classicismo que tivera seu ponto culminante na prosa de Sousa e de Bernardes. Querendo evitar o artificialismo gongórico, iam os árcades embater-se no artificialismo da Grécia e de Roma. Desejosos de diminuir os excessos de sensibilidade e de imaginação iniciam os escritores no excesso da objetividade, na secura dos temas que não podiam sentir, contrários à emotividade portuguêsa. O lema da escola "truncat inutilia" reduziu a opulência do gongorismo à sobriedade quase pobre do aticismo. Êste excessivo podar, quer na opulência da língua, quer na exuberância da imaginação, ver-se-á, no final reduzida ao suave lirismo dos árcades

brasileiros que se sentiam mais humanos, mais sentimentais, como as emocionadas "Lyras" de Dirceu, um pré-romântico.

O Vocabulário

A volta ao classicismo, às leituras de Horácio, Vergílio, naturalmente, fez reviver os têrmos do latim literário, tirados diretamente das fontes mais corretas, introduzidos também diretamente no português sem a menor acomodação fonética. Numa simples leitura: *aeronauta, arci-potente, cerúleo, auri-brilhante, dea, altiloquo, memorando, aurito, semivates, canoro, alunos, lenho, madeiro. (naves), dulcissona, acicalado, pegáseo, melífluo, madeixa, férvido, undoso, flutuar, implacabil, ardido (audaz), ebúrneo, cítara, purpúreo, discorrer (por correr), caudaloso, pego, undoso, procella, ignívomo, natura, mádido, pingües, homicida, infando, feral, idioma, etéreo, presago, miserando, execrando, nigromante, averno, marcial, estilicidio,* e uma infinidade de adjetivos terminados em *ico: balsâmico, brasílico, bélico, fatídico, jurídico, etc.*

A nota mais interessante para nós brasileiros é o aparecimento do tupi-guarani em abundância, não só nas produções dos nossos poetas do momento, mas até nos próprios portuguêses, por exemplo, nesse tão pouco estimado por nós Antônio Dinis da Cruz e Silva. Aparecem, sobretudo, os nossos topônimos, antropônimos e fitônimos. Eis uma pequena lista dêles: *jacaré, embira, arara, anta, tatú, batata, côco, inhame, araçá, cajú, mangaba, maracujá, goiaba, aipim, cauim, carapeba, purús, juritis, araponga, jacutinga, aracã, guará, sabiá, colibri, taioba, maniçoba, caroba, cará, pitomba, murici, genipapo, urucu, tapiti, puba, Moema, Xerenindó, Gupeva, Guassu, Tupá, Sergipe, Anhangá, tapuia, Caramuru, Taparica, carijó, etc.*

Morfologia.

Nada de extraordinário na morfologia: a gramaticalização da língua havia firmado êste domínio. Notamos apenas a predominância das formas sintéticas sôbre as analíticas: superlativos em *issimo*, desaparecimento até do *"mais pequeno"* substituido sempre por *menor;* de *mais bem* por *melhor*, o que até hoje ainda é permitido pela gramática. Predomina a voz passiva com o pronome *se*, mas já não se usa, como ainda no tempo de Camões, tal apassivação desde que o agente venha expresso. Naquele tempo podia-se dizer: "As flôres desfolharam-se pelo vento" — agora, não: ou se oculta o agente ou se recorre à apassivação analítica por meio de auxiliares: "Desfolharam-se as flôres" — ou — "As flôres foram desfolhadas pelo vento". Notamos a formação literária de vários adjetivos compostos: *arci-potente, aeronauta, auri-brilhante, altíloquo,*

semi-vates, dulcissona, melífluo; turícremo as formas ferundivas *miserando, admirando (um rio admirando* = que deve ser admirado), *infando* (que não pode ser relatado), *feitos memorandos* (que devem ser memorados), etc.

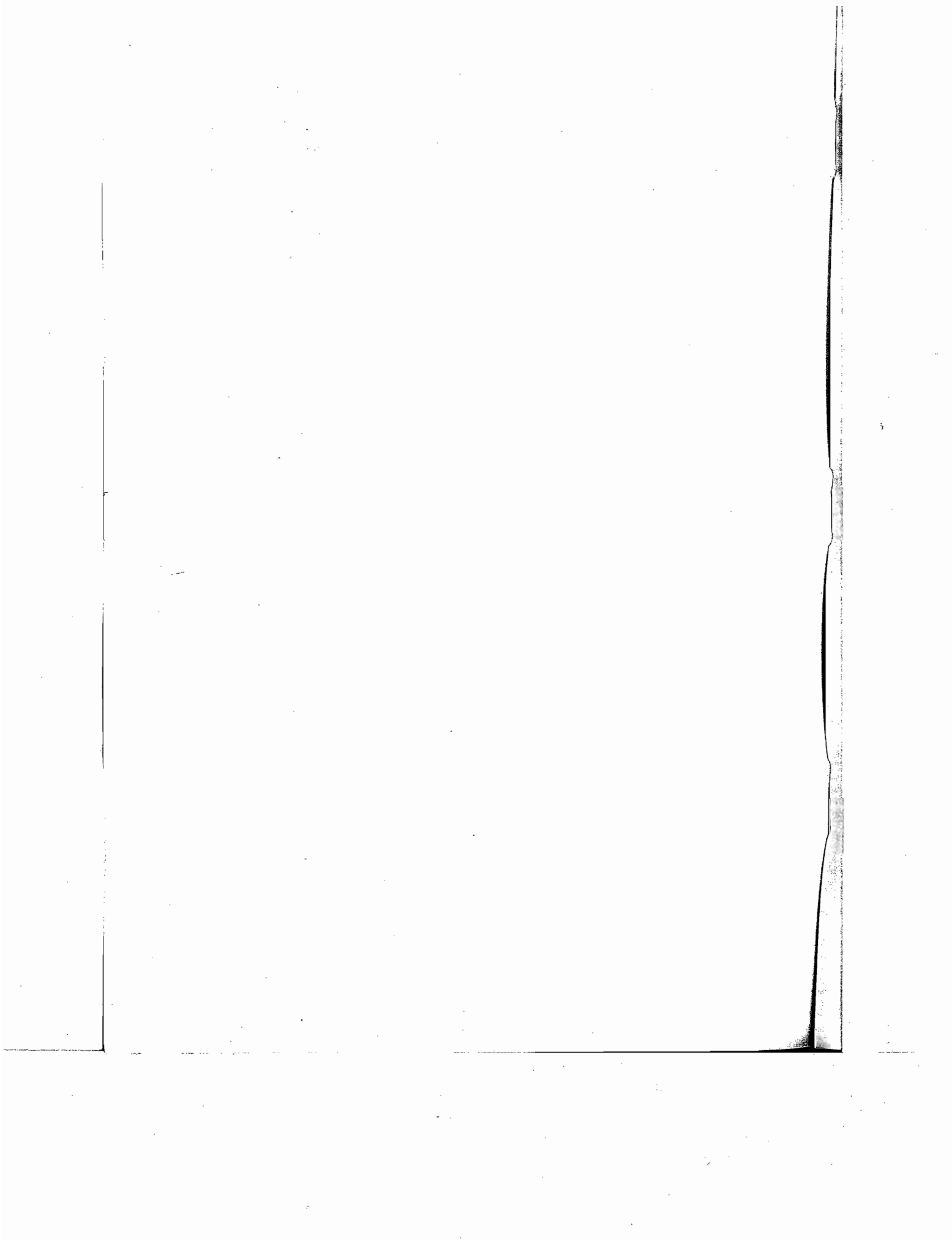
Sintaxe.

Na poesia predomina ainda o hipérbaton: "Mancebo era Fernando mui polido — A própria prole devorar nascida — E a gula infanda de os comer saciada". O verbo ainda vem no fim da frase: "Já no roxo Oriente branqueado as prenhes velas da troiana frota entre vagas azues do mar sobre as asas dos ventos se escondiam". "Só as ermas ruas, só desertas praças a recente Carthago lhe apresenta". A colocação dos adjetivos obedece a êste modêlo: *pallido rosto lindo, douradas grimpas montanhosas, tenro crystalino peito, roxas espadanas rociadas, lastimosos acentos lúgubres, etc.* Os períodos são bem construidos e com preferência empregam a subordinação, embora a repetição dos "quês" torne a leitura áspera aos ouvidos. Santa Rita Durão, numa só estrofe assim os enfileira:

"Um só senhor que todo o ser governa,
Que só com dizer *seja* o fez do nada;
Que à natureza desde a idade eterna,
Certa época frizou de ser creada:
Que abrindo liberal a mão paterna,
Toda a cousa abençoa, que é animada:
Que sua imagem nos fez; e sem segundo,
Quer que o homem reine sobre o vasto mundo. (Canto I-40)

Nota-se grande uso das frases gerundivas que ainda não tinham a substituição infinitiva como hoje se vê na língua de Portugal, não porém, na do Brasil, onde continuamos o largo emprêgo dos gerúndios nas formações perifrásticas: "As prenhes velas se *escondiam branqueando;* A misérrima Dido *vaga ullulando;* o sangue *salta derramando;* a ovelha lá *vai ballando;* os campos *estão gozando, etc.* Não existe ainda a distinção entre as formas adverbiais *onde, aonde donde*. Ainda na época romântica, nas composições, por exemplo de Garrett tal distinção não se encontra. E' uma das exigências dos nossos dias. Não se havia ainda fixado o emprôgo do artigo definido depois de *todo, tôda,* para a distinçoã de *todo (qualquer)* e *todo (completo, inteiro)*. A colocação pronominal é já a que temos, observando-se a preferência da énclise, em Portugal, e da próclise, no Brasil, naqueles casos em que a topologia pronominal é inteiramente livre. Garção escreve "e quiserdes com honra agasalhá-las"; no Brasil se diria "e as quiserdes com honra agasalhar". E' de Cruz e Silva

esta frase: "Pois parece-lhe, a Vossa Senhoria" onde nós colocariamos o pronome de outra forma: "Pois, lhe parece, a Vossa Senhoria". Seria, quando muito, uma questão de estilo e não de gramática, já que nenhuma regra existe a respeito.

A prosa é perfeitamente clássica, de construção direta, períodos curtos e bem feitos, modelados sôbre os de Sousa e Bernardes. A parataxe combina-se perfeitamente com a hipotaxe, v. g. nos escritos de D. F. Alexandre Lobo, de Fr. Caetano Brandão.

CAPÍTULO XVIII

O ROMANTISMO

O movimento romântico, que tem sido estudado, de preferência, como fenômeno literário, trouxe, na esfera do idioma, grandes transformações ao vocabulário e à sintaxe. A morfologia, fixada desde os tempos clássicos, não podia ser modificada. Pelas diretrizes da escola: rebeldia às formas e aos princípios do classicismo; procura de temas históricos, sobretudo, medievais; largo uso da sentimentabilidade e da imaginação, — o romantismo não podia deixar de influir grandemente no léxico e na sintaxe. A afetividade ou o sensibilismo da escola começou por manifestar grande preferência às palavras de sonora construção, levando êste seu gôsto até a modificar a ortografia, terminando na semântica, quase sempre alterada em seu sentido primitivo. Vão os escritores buscar com os seus assuntos históricos o vocabulário da época, portanto, já antigo, obsoleto, quando não inteiramente arcaico. Querem, não sòmente a palavra técnica, mas naquela grafia de outrora. Parece-lhes que entre *Córdova* e *Kortuba; tiuphadias* e *batalhões; almodaures* e *corredores* sejam de muito maior relêvo literário os têrmos medievais, godos ou árabes. O grande estilista, Herculano, sem par na língua portuguêsa, assim escreveu seus famosos romances e contos históricos, recheados de vocábulos exóticos:

Allah, Abdallah, Abdulaziz, Ahmed, alfaquí, alquibla, almadraque, almogaure, califa, barria, mazmuda, Saracusta (Saragoça), Tarracuna (Tarragona), uade (rio), Toletum (Toledo), Leuwighild, Atanagild, Theoderik, Wítiza, Ebbas, Chryssus (Guadalete), Franko, Frankisk, Wamba, Oppas, Kórtoba, Koran, Mekka, tiuphadias, gardingo, murzello, etc.

E não se pode negar, que, realmente, tal vocabulário dá certo sabor muito especial, de grande afetividade, tornando a leitura mais atraente. Ressurge a terminologia medieval da cavalaria com *loriga, cota, elmo, viseira, sapatas, jarreteiras, gargantilhas, guantes* e os verbos técnicos *abolar, enristar, esmechar, chagar*. Os castelos ressuscitam com as *castelãs*, sempre tristonhas e formosas, com os *pajens* sempre louros, com os *donzéis ingênuos*, com os *escudeiros* valorosos, com os *cavaleiros* sem *jaça* nem *temor*. Voltam os senhores de *pendão e caldeira*, de *baraço e cutelo*. Era natural que não faltassem também os *cruzados, romeus, bardos, jograis, menestréis, trovadores* que elanguesciam de amor *platônico*.

Com êles vinham as *violas, cedras, bandurras, alaúdes, anafis, alborges*. Todo o ritual da Igreja reaparecia, as lendas cristãs, o diabo, as sombrias catedrais, os mosteiros famosos.

A sonoridade das palavras era de alto valor estilístico: entre *foice* e *alfange, picareta* e *alvião, taramela,* e *aldraba, pedreiro* e *alvanel,* a preferência escolhia sempre os segundos, não só porque eram mais antigos, mas também mais sonoros. Por êste motivo, quando aparecem os primeiros abstratos em *ade, ismo,* a proliferação foi extraordinária: *corporeidade, simultaneidade, espontaneidade, moralidade, sociabilidade, transcedentabilidades; homonismo, monadismo, truísmo, egoísmo, altruísmo, socialismo, anarquismo*. Ao lado dêstes neologismos, outros vinham de cunho científico ou técnico: *aeronáutica, aeronave, aerostático, aeróstato, antropofagia, antropófago, antropofagismo, cosmopolitismo, cosmopolita, neófito* (em política), *filantropia, filantropo, misantropia, misantropo, misogenismo, misógino, etc.* A filosofia criava novas expressões: *egoísmo, egotismo, egotistas, mecanismo, mecanicista, sensualismo, sensualista, imanência, emanência, intelectualismo, receptividade, racional, racionalista, etc.*

Estrangeirismos

O ideal purista dos clássicos foi repudiado pelos românticos, em tudo opostos aos seus predecessores. A forma pouco importava: conteúdo era o importante. Se um vocábulo estrangeiro servia melhor à idéia, ao sentimento, do que um vernáculo, não se tinham dúvidas: adotava-se, empregava-se. Seguiam, sem o saberem, o aforismo do Talmude: "Não te fixes no cântaro, mas no que dentro se encontra". Os estrangeirismos afluíram abundantemente, de modo especial os galicismos; depois os anglicismos. Garrett, Herculano, Castilho e sobretudo Camilo Castelo Branco adotaram: *petimetre, eclodir, explosir, bordel, bimbalhar, gavroche, patchouli, badine, boudoir, detalhe, afetado, adresse, de resto, obrigações a cumprir, de modo a, de maneira a, desolado, baixa extração (baixa origem), boche, dirandela, tige, bigotismo, argot, agir, abordar, o colera, tal qual como, fazer valer, ativar, agir, calembourg, chefe de obra, matéria prima, dessendentar-se, esquissa, fazer política, filão, instalar-se, instalar, instalação, banal, amor por, ponto de vista, ter lugar, perder a cabeça* e muitos outros que não podemos enumerar. À medida que nos aproximamos de épocas mais modernas, cresce a *avalanche* dos vocábulos estrangeiros, trazidos da França, da Inglaterra, da Itália, da Espanha. São exagerados, neste particular, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Maria Amália Vaz de Carvalho, para citar apenas alguns: *sege, landeaux, debute, debutar, debuntante, reps, massacrar, Algéria, Geneve, attaché, boutonièere, boulevard, avenu, touriste, fauteil, trousseaux, marron, feito em sêda, bordado em ouro, estatua em mármore, coterie, feérico, conduta, chic, pantalonas, quinzena (terno de roupa), cheviote, luneta, etc.*

Nas obras dos românticos vão aparecendo alguns anglicismos, cujo número tende a aumentar, havendo, atualmente, segundo recentes estudos, nada menos de quatro mil palavras inglêsas correntes em português. Depois da segunda guerra, com a intensificação do estudo da língua, com a enorme e eficaz propaganda dos Estados Unidos através do cinema, dos cursos, dos livros e das bôlsas de estudo, o volume de anglicismos cresceu significativamente. Notamos apenas êstes: *truismo, break, tender, cottage, miss, mister, dandy, darling, court, briche, James, fruit salt, grape fruit, coldre, colt, wagon, spleen, tilbury, rails, sleepers, sport*, e modernamente todos os têrmos de esporte, de mecânica, de tração, como no Brasil *bonde, motorneiro* e decalques: *electrocução, electrocutar*. Camilo levou a sua ousadia a escrever: "...ostentou um bonito *tilbury*, uma parelha de *horsas*". (Doze Casamentos Felizes — 84). *Club, transway, yatch, bote, interwiu, meeting, leader, reporter, beefsteak, roostbeef*.

Brasileirismos

O *indianismo*, uma das qualidades essenciais do romantismo brasileiro, que Portugal não conheceu, trouxe ao léxico grande contribuição de têrmos novos, avaliados por alguns de quatro a dez mil. Algumas dessas palavras apareceram até nos escritos portuguêses. O grande introdutor foi José de Alencar, com os seus romances indigenistas. Em poesia, mais moderadamente, Gonçalves Dias. Êstes elementos vocabulares são tão numerosos e correntes no Brasil, que os nossos escritores podem escrever páginas e páginas completamente ininteligíveis aos leitores comuns de Portugal. Remetendo o leitor para o capítulo especial do primeiro volume desta série "Estudos de Filologia Portuguêsa" e, de modo ainda mais especial ao nosso livro "O Português Brasileiro", damos aqui algumas dezenas de tais contribuições:

Caipira, caipora, imbira, peteca, pururuca, sororoca, guassú, mirim, tapera, cacique, morubixaba, tangapema, urucu, tapioca, tipiti, taperá, puba, una, graúna, colibri, panambi, pipoca, pindaíba, arara, acauã, sabiá, tejupar, irara, sagüi, pium, jaci guaraci, taquara, camocim, tamba, corumim, maracujá, jaguar, jaguarão, jacaré, ité, porã, Iracema, Guaraciaba, Moema, Caramuru, Praguassu, jururu, uru, urutau, urutu, tatu. jararaca, mussurana, aipim, bubuía, igarapé, cunhã, peba, peva, pereba, bereba, iara, quicé, tiê, paca, poti, içu, assay, araçá, genipapo, pagé; anhangá, sacy, suindara, oca, carioca, guanabara, jaçanã, maracanã, canindé, boitatá, boi, tatorana, girau, mundeu, piroga, mandioca, mandi, saá, saracura, pitanga, goiaba, taioba, butantã, etc.

Formação de palavras

Na morfologia introduzem os românticos nova maneira de formar

palavras, reunindo dois substantivos, funcionando um dêles, em aposição ao outro, como adjetivo: *vestido-laranja, luvas-palha, chapéu-cinza, azul-pavão, gravata-marrom, homem-prece, vida-martírio, vermelho?aurora, verde-mar, vermelho-salmão, chapéu-chocolate, fita-groselha, vestido-creme, biblioteca-rosa, móveis-malva.* Por influência do tupi, introduzem-se no português do Brasil alguns sufixos indígenas: *assu, guassu, mirim, im, rana; mandão-guassu, mandão-mirim, brancarana, canarana.*

Sintaxe

A sintaxe perde aquela semelhança latina que os clássicos tentaram introduzir, sobretudo, na colocação e na regência. A frase torna-se direta, na prosa, ainda que os poetas, especialmente os primeiros que ainda se ressentiam da formação clássica, continuem a empregar a ordem inversa. A grande preocupação do escritor é a comunicação direta com o leitor. Para tanto, simplifica a construção do período, prefere as orações de pequena extensão, havendo predominância da parataxe mais de conformidade com a linguagem afetiva. O verbo deixa de ir para o final da frase; os hipérbatons tendem a desaparecer. Emprega-se abundantemente o pronome sujeito embora desnecessário. Na língua do Brasil, o uso da segunda pessoa do singular cede ao da terceira. A segunda do plural ficou ùnicamente para a poesia e para a oratória. A colocação pronominal, em Portugal, firma-se na ênclise, considerando-se a próclise como caso excepcional, determinada pela presença de advérbios negativas e relativos que atraem o pronome oblíquo, átono. No Brasil, onde o cunho arcaico havia introduzido a preferência à próclise, introduz o romantismo a maior liberdade possível, liberdade acoimada pela gramática portuguêsa de solecismo. Chega-se a iniciar a frase com o pronome oblíquo. Na regência dos verbos houve seleção: *fugir, entrar,* por exemplo, que podiam ter várias construções: *fugir o perigo, do perigo, ao perigo; entrar a casa, na casa, à casa,* — perderam a regência direta. *Assistir ao espetáculo, o espetáculo; ao doente, o doente; visar um fim, a um fim; preferir café a leite, preferir mais café do que leite; preferir morrer a falar, preferir antes morrer que falar; estar na janela, estar à janela; entrar o banho, ao banho, no banho; ter o chapéu na cabeça, à cabeça; já não chove, não chove mais; sempre vai, já vai* são alguns exemplos de sintaxes várias que sofreram seleção numa e noutra parte da língua portuguêsa. Neste ponto o Brasil já se vai diferençando grandemente de Portugal, construindo a sua sintaxe própria, olhada pelos portuguêses como solecista e pelos brasileiros como nacionalista. No capítulo da concordância há também alguns usos que se vão postergando: a concordância, no plural, do verbo com o coletivo (*O pessoal saíram*), que desde os clássicos já vinha sendo rara, tende a desaparecer, vivendo ainda na fala do povo. A concordância com o completivo (*O mundo são os ho-*

mens) predomina na língua escrita. O princípio da preferência entre as pessoas gramaticais já apresenta numerosas transgressões: faz-se a concordância do verbo com a pessoa de maior relêvo semântico na frase (...sob a condição de *anuírem* o barão do Rio Branco e eu — Rui) — Em Portugal mais do que no Brasil começa o uso de *si, consigo,* em voz meramente transitiva: *tenho dó de si, falo consigo*. Há grande influência francesa na sintaxe romântica: *de maneira a, tenho a dizer, o menino manchucou-se o dedo;* o uso de *que,* na segunda parte da frase para evitar a repetição de outra conjunção já por êle formada. (E, *quando* em fim os medos se quietavam e *que* ela se decidia a transpor o limiar" — Camilo). Outras construções como: eu *me perguntei* — assim *me dizia eu*. O uso de *fez,* no sentido de *disse, respondeu*. Com o verbo *fazer* há numerosos galicismos: *fazer* um passeio, uma queda, *fazer* o serviço militar, *fazer* fita (exibir-se), *fazer* o *footing, fazer a praça, etc*. Fulano *tinha-se feito* muitos amigos. *Dar-se o trabalho de* — (*Dar-se ao trabalho de*) — *Dar-se* o luxo de, etc. — *Poupar-se o trabalho* (*Poupar-se ao trabalho*) — *Lavar-se as mãos* (*Lavar as mãos*). O emprêgo imoderado dos possessivos: tomei o *meu chapéu,* coloquei-o na *minha* cabeça. *Erigir-se em juiz*. O emprêgo do artigo indefinido antes de *outro, tão*: *uma outra pessoa* (*outra pessoa*), *num tão mau estado (em tão mau estado)*.

Hispanismos

A Espanha exerce alguma influência no romantismo com os seus costumes de tanta tradição e colorido. Os escritores franceses da última época romântica procuram assuntos espanhóis e por meio dêles os têrmos castelhanos tomam lugar nas descrições de touradas, danças, assuntos ciganos, etc. Aparecem então *torear, toreador, torero,* e, acomodado ao português: *tourear, toureador, toureiro*. *Picador, picadero, arena, capa, espada, banderilha, pátio, bolero, farândola, fandango, castanholas, pandilha, quadrilha, zarzuela, morocho, manzanilha, requeté, boina, mourisco, alcázar, gitano, guerrilha, guerrilheiro, demarcação, cabotagem, embarcadero (embarcadouro), silo, ensilar, saladero, merinó, cigarro, estampilha, estampilhar, caramba, carambola, rastaqüera, liberal, liberalismo, liberalidade, camarilha, pronunciamento, intransigência, intransigente, platina, albino, tomate, chocolate, lama, alpaca, mate, etc*.

Outras procedências

Acolhemos ainda algumas palavras italianas como *ferrovia ferroviário, terracota, esfumar, diletante, ária, partitura, romanza, libreto, batuta, masetro, piano, adagio, presto, pianíssimo, casino, fiasco, analfabeto, analfabetismo, tarantela, macarrão, balcão, pérgola, etc*. Do alemão vieram algumas através da ciência: *zinco, cobalto, feldespato, quartzo, bismuto, potassa, níquel; valsa, mazurca, polca, etc*. De outras fontes ainda

aparecem os têrmos exóticos *avatar, biombo, iatagã, tulipa, quermesse, ice-berg.*

A língua adquire, desta maneira, grande riqueza vocabular embora seja sacrificada a sua vernaculidade. Os românticos podem transmitir a sua emoção, o seu sentimentalismo, sem olhar a necessidade gramatical que lhes restringe a liberdade de expressão. Alguns puristas tentam reagir e aparecem vários elencos de galicismos, estrangeirismos, no afã de coibir o abastardamento do idioma. Outros procuram substituir os empréstimos por neologismos que vão forjando com muita produtividade, mas pouca aceitação. Aparecem, assim *quebra-luz, lucivelo, pantalha* para substituir *abat-jour; convescote* em lugar de *pic-nic; focale* para *cache-nez; nasóculos* para *pince-nez; runimol* para *avalanche; concião* para *meeting; pedibola* para *foot-ball; autista* para *chauffeur*. Pouca sorte tiveram tais tentativas. O povo achou melhor acomodar o têrmo estrangeiro, escrevendo e dizendo *abajur, piquenique, cachenê, pincenê, futebol, chofer*. Dêste último já se fêz o verbo *choferar*.

Últimas influências.

As últimas correntes estéticas pouco influíram na evolução do idioma. Com o parnasianismo há pequena volta ao classicismo, sobretudo, aos temas e ao vocabulário grego. O desenvolvimento da ciência biológica e mecânica forja numerosos neologismos que se tornam internacionais: *termômetro, barômetro, hidrômetro, agrimensura, agrimensor, topografia, toponímia, antropometria, biometria, bioquímica, biotipologia, galvanoplastia, galvanização, galvanômetro, ferrocarril, fonógrafo, automóvel, automobilista, autódromo, velódromo, hipódromo, batracódromo, aerofagia, autoclave, plástica (matéria plástica), avião, aviação, aeroplano, monoplano, biplano, motorizar, motociclismo, motocicleta, composição (ferroviária), locomotor, locomoção, locomotiva, motonave, turbonave, volante, encouraçado, torpedo, submarino, dirigível (balão), rádio, radiotelegrafia, rãdiotelefonia, telegrama, telefone, televisão, televisionar, televisionadores, telecomandar, etc.*

O realismo procurou empregar os têrmos com rigor científico e usou de *hemoptises, hemostáticos, hemografia, esquisofrenia, esquisofrênico, tara, lombrosianismo, lombrosiano (tipo), psicose, psicopático, idiossincrasia, lues, luético, frigidismo, misoginismo, introversão, introvertido, extroversão, extrovertido, intuspecção, tabes, etc.* Os simbolistas servem-se dos sons como veículos de emoções; abusam das onomatopéias. As palavras não devem dizer, mas apenas sugerir o significado: "Referir-se a um objeto pelo seu nome é suprimir as três quartas partes da fruição do poema, que consiste na felicidade de adivinhar pouco a pouco; sugeri-lo, eis o que sonhamos". Esta lição de Mallarmé foi seguida no Brasil, v. g., por Cruz e Sousa, o maior de todos os simbolistas. (Vide "Panorama do

Movimento Simbolista Brasileiro" — Andrade Muricy — I vol., pg. 30). Os sons constituem o elemento primeiro desta linguagem simbolista, intensamente musical. Os têrmos são alterados em sua significação etimológica e daqui certo hermetismo, certa obscuridade de expressões. Concretizam os abstratos e abstratizam os concretos: "*Aleluias* no espaço — *Auras* de luxo agora chegam. *Prefácios* de glória e de quermesse. *Fanfarras* da arte. *Aguias* do estilo. *Clarins* da beleza. *Madrigais*, alerta!" (B. Lopes). Os sons se repetem e se atraem: "*Lactea, da lactescência das opalas* (Idem). As aliterações entram em jôgo com nova e rediviva energia:

"Vozes veladas, veludosas vozes,
Volúpias dos violões, vozes veladas,
Vagam nos velhos vórtices velozes
dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas". (Cruz e Sousa).

As onomatopéias estão dentro dêstes recursos estilísticos e a língua fornece todo o cabedal sonoro. Notem-se os ritmos das danças, marcados pelos sons e pelos acentos desta página de Martins Fontes:

"Picando o passo, o dançador desarticula-se, saracoteia e cabriola, regamboleia, corcoveia e perereca, e colubreja, e se distorce e desengonça, e desconjunta-se em tremuras epilépticas, em contracturas espasmódicas, tetânicas, como os dentes, quando lhes dá o tângoro-mângoro, e ficam zangaralhões, bambalhasasas, trangalhadanças. Como as corujas, como os corvos crocitando, em uivos surdos, em regougos agoureiros, de cururus, jacurutus e noitibós, lúgubres, fúnebres, soturnos se misturam os zumbos dos urucungos e os rufos dos timbatus. Trilam, tinindo campainhas retínulas... Há rataplans, tarampantans de tamborins, roucos tutuques de zabumbas dos atabaques. E em trepe-trepe, em reque-reque, em trape-zape, em estralada, estrepitosa, estrondeante, tarazbaraz, quadrupeando, estrupidando, rugitando, em rugibó, estalida o sapateio, retumba o mundo africano, trabuca o cateretê!" — (A Dança — pg. 93).

No intervalo das duas conflagrações internacionais desenvolveu-se, sobretudo, no Brasil, a corrente *nacionalista*. Os *modernistas*, *futuristas*, *verdamarelistas* (verde e amarelo, as côres da bandeira nacional), nada trouxeram de novo ao idioma: ao contrário, descuidaram dêle completamente. Com o nacionalismo aparecem os *regionalismos* e a língua vulgar, até mesmo a rústica, a gíria, o calão, fornecem o vocabulário, os modismos. Monteiro Lobato é o chefe: usa, em geral, da língua correta de Camilo Castelo Branco de quem fôra sempre ledor, mas ensarta nos seus contos numerosos regionalismos de S. Paulo, sem receio algum aos anglicismos e aos galicismos: *ground, match, players, corners, goals, hands, half-time, goal-keeper, backs, croisé* (*jaquetão*), *bouquet, toilette, etc*. Os seus personagens falam a língua que podem falar:

"'cês'tão bestas! Pois aquele é o 22 da "Marajó", corpo fechado p'ra "sardinha" e pé que nunca "malou saque". Estrompar o 22 da "Marajó"? 'cês 'tão bestas!..." Deriva palavras como bem lhe parece: *petronear*, *dedos anelados* (cheios de anéis), um sujeito "tapera" (parado, lerdo, que não presta para nada), *asnear*. Usa a gíria do povo: *rabo de tatu* (látego), a *burra* da mulher, estar *sorumbático* (melancólico), *azucrinar* (amolar, massar, torturar), estar cheio de *macacoas* (de doenças), *estrumela* (uma cousa qualquer), *macota* (excelente), *milho grosso* (quantia de dinheiro) *quinheitos bagos* (500 cruzeiros), *destabocar* (xingar, falar impropérios, malcriado, *atuchar*, (enfiar) *reguingar* (responder entredentes), *rentar* (andar rente, achegado a alguém), *sangue cacical* (de cacique), *indrómina* (qualquer cousa que não presta), menina *semostradeira* (que gosta de mostrar-se) *gereba* (pessoa de baixa moral), *orçamentívoros* (que devoram o orçamento, empregados públicos), expressão *curralina* (de curral), F. é um *baita* (colosso).

O regionalismo proliferou e do norte e do sul do país surgiram obras que tinham necessidade de trazer glossários próprios para a inteligência do livro. No sul, dada a vizinhança hispano-americana, proliferam os hispanismos. Ivan Pedro Martins (Fronteira Agreste) usa freqüentemente de estranho vocabulário gaúcho *o taura* (*o touro*), *esquilar*, *ginetear*, *esquiladar*, *colorado*, *sanga*, *sotreta*, *achicar*, *maturrar*, *maturrango*, *gacho*, *terneiro*, *lechiguana*, *prender fogo*, *tempear*, *buenacho*, *apurar* (*apressar-se*), *bijujas* (*jóias*), *pilchas*, *tropear* (andar na tropa), etc. José Américo exibe, no seu romance "*Bagaceira*" de costumes nordestinos, extenso e variado vocabulário regional *aberturar*, *amocambar* (esconder no mocambo), *aratanha* (cabelo de), *azucrim* (importunação), *bagaceira* (pátio das fazendas onde se depositam os detritos da cana), *bangalafumenga* (sujeito sem valor), *batoré* (pequeno), *brejeiro* (habitante dos brejos) *brote* (bolacha dura), *califa* (*azarento*), *camumbembe* (pessoa sem importância), *caninguento* (*rabujeito*), *canso* (cansado), *caxexa* (pequeno), *celé* (estonteado), *chumbergada* (pancada), *cruviana* (friagem), *cutuba* (excelente), *delerência* (delícia), *matacachorro* (soldado, polícia), *mucicar* (derrubar o boi), *putissi* (grande quantidade), *sambudo* (barrigudo), *troços* (coisas, cacarecos), etc.

Esta literatura regional, dialetal no vocabulário e nos modismos, vai ter grande influência no futuro da língua portuguêsa do Brasil quando os filólogos se derem ao trabalho de nela respigar tão numerosos e tão valiosos elementos da futura lexicologia brasileira, um dos grandes e profundos elementos de diferenciação entre os dois grandes domínios do idioma português.

CAPÍTULO XIX

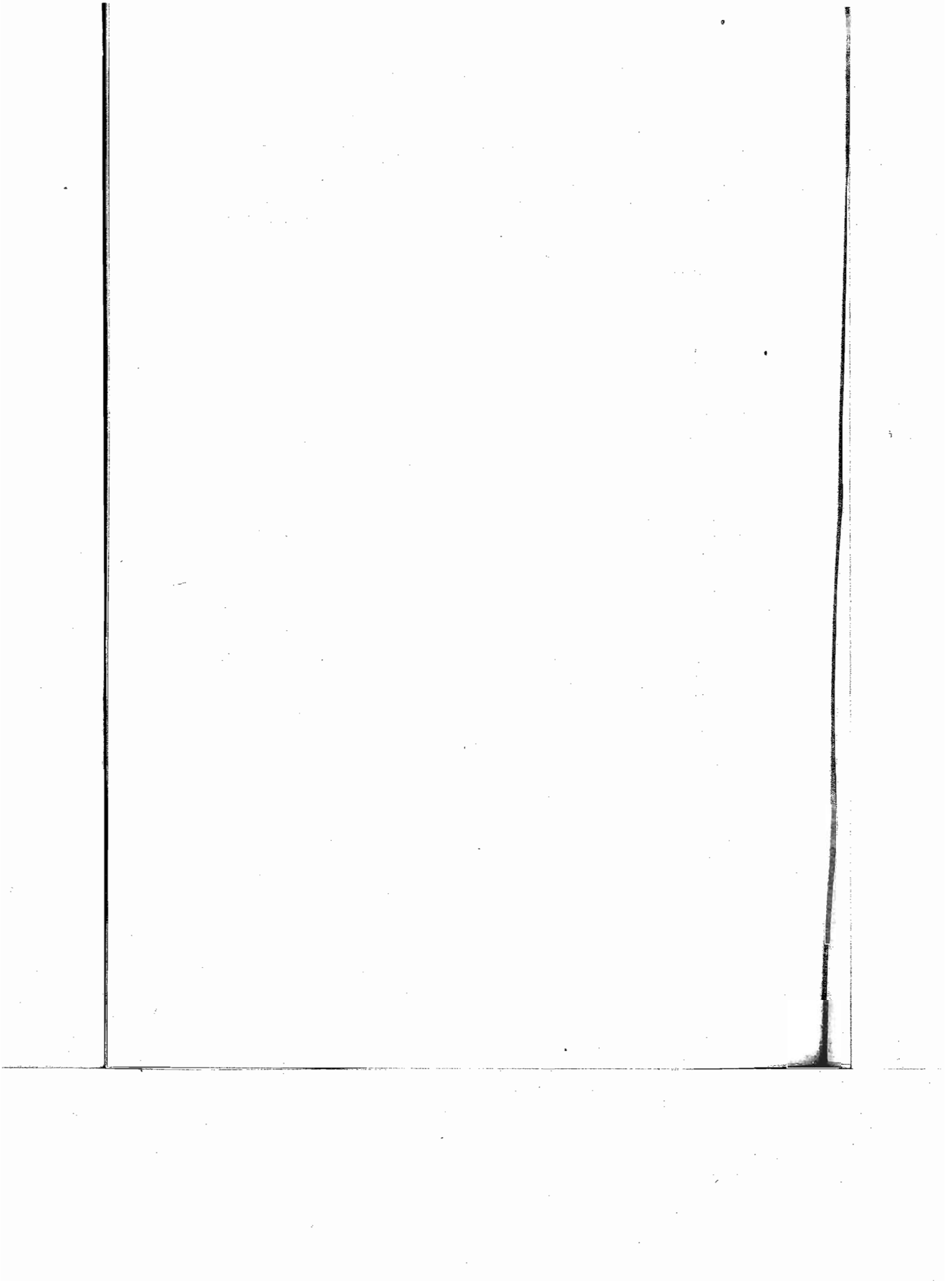
OS SISTEMAS ORTOGRÁFICOS

A ortografia da língua portuguêsa chegou até 1911 sem a menor interferência oficial, quer do Govêrno, quer das Academias, no sentido de fixá-la dentro de normas científicas. No período galego-português, se a poesia já apresentava quase perfeito sistema gráfico, baseado na fonética, tomando símbolos do provençal, como *nh, lh,* a prosa, desnorteada pelo prurido latino dos copistas, tabeliães e cronistas, não passava de emaranhada confusão de símbolos gráficos. Naquela haviam sido abandonadas tôdas as geminações consonantais, conservando-se, porém, as vocálicas indicadoras de hiatos e de sílabas tônicas: *aa, ee ii, oo, uu* (*saa, fee, fii, soo, hũu*). Usava-se ainda *h,* muitas vêzes, sem necessidade alguma (*hũu, hũa, he*) e também o *y* a que não correspondia som diferente do *i* comum. Nesta proliferavam as geminações de tôdas as espécies, os *hh* e os *yy* se distribuiam a torto e a direito, colocavam-se consoantes onde quer que fôsse, tivesse ou não valor fonético; não se sabia distinguir entre *m, n, ç, ss, s, z, j*: *rhetorica, cysne, lyrio, commo, Santhyago, comsselho, veemdo, ell, rrazon, comtheudo, pareçer, fidallgo, aver, mayor; Affomso Anrriquez, etc.* Querendo aproximar-se de supostas formas etimológicas, escreviam: *thesoura,* porque havia *thesouro; occeano* por causa de *occidente; phythysica* sob a influência de physica, etc.

Nos tempos clássicos, serviu o latim de norma ortográfica e ainda que a consoante já houvesse evoluído fonèticamente, continuavam a grafá-la: *nocte, fecto* (*noite, feito*), *schola, quomo, throno, chronos, summa, somma, Nabucho, catechumeno, catechismo, schisma, etc.* Camões escrevia: *cabaya, cabaia, azagaya, azagaia, receyo, infructo, citara, cytara, Chersoneso, occeano, yrada, Nimphas, doçe, sancto, rayo, sprito, Panchaia, Baco, Bacho, Thioneu, vay, reyno, etc.* Faltava à maioria como ainda hoje continua a faltar o conhecimento filológico das transformações fonéticas e da sua ajustada representação gráfica. Cada qual, segundo o seu convencimento, formulava o seu próprio sistema, sem base científica nem coerência de uso. Discutiu-se muito, por exemplo, se se devia escrever *Brasil* ou *Brazil, você* ou *vossê, decer* ou *descer, hoje* ou *hoge, hontem* ou *ontem, geito* ou *jeito*. Os que se presumiam de mais entendidos queriam *karta, kosmos, kara, schola, gymnastica* porque vinham do

grego... Desta pretensa grafia etimológica passou-se à *mixta*, quer dizer, à comum, regulada pela autoridade dos dicionaristas ou dos ortógrafos aos quais também faleciam conhecimentos lingüísticos. Assim chegamos até que em 1907 a Academia Brasileira de Letras propôs o seu sistema ortográfico, combatido dentro da própria corporação. Se alguns aceitaram, a maioria repudiou a inovação acadêmica. Em 1910, dada a revolução de Portugal, determinou o Govêrno da República Portuguêsa que uma comissão de filólogos elaborasse uma reforma ortográfica, com tais princípios que pudesse tornar-se sistema popular. O mentor principal foi Gonçalves Vianna, o homem que mais se havia interessado pelo problema da grafia. As bases foram fonéticas, dando-se, porém, atenção às transformações históricas. O sistema apresentado pareceu muito bom e foi oficializado. No Brasil ainda que Mário Barreto despendesse grandes esforços, seguido de outros filólogos, não foi aceita a reforma portuguêsa, continuando-se a escrever pela "mixta" ou "usual". Com a revolução brasileira de 1930, voltou à baila o problema ortográfico e a própria Assembléia Legislativa debateu os pontos principais, surgindo então as mais disparatadas opiniões, à míngua de uma direção filológica. Nesta altura dos acontecimentos, surgiu o alvitre de um acôrdo entre as duas Academias de Letras, a do Brasil e a de Portugal, acôrdo que, de fato, foi efetuado, em 15 de Junho de 1931; tal documento foi aprovado pelo decreto n.º 20.108. Em 1940 aparecia o "Vocabulário Ortográfico" coordenado pelo Prof. Rebêlo Gonçalves, em Lisboa; em 1943 publicava a Academia Brasileira de Letras o "Pequeno Vocabulário Ortográfico" e já entre ambos se notavam diferenças. Nem as repartições públicas e muito menos a imprensa do país tomaram conhecimento dêstes documentos, continuando tudo como outrora, sempre pela "mixta ou usual". Veio então o comunicado do "Diário Oficial" de 1 de Junho de 1944, obrigando as repartições públicas à observância do acôrdo feito com Portugal. A imprensa, com raríssimas exceções, continuou a velha tradição ortográfica. Para dirimir as divergências existentes entre os dois "Vocabulários Ortográficos" foi enviada a Lisboa nova delegação da Academia de Letras. Após várias reuniões, fêz-se enfim o novo acôrdo que foi aprovado, no Brasil, pelo decreto-lei número 8.268, de 5 de Dezembro de 1945. Grande celeuma levantou o novo instrumento ortográfico, quer em Portugal, quer no Brasil, neste muito maior do que naquele. Pràticamente era inexeqüível e como tal, não foi seguido pela imprensa. A própria Constituição do Brasil, publicada em 1946, não seguiu a reforma de 1945, sendo tôda ortografia pelo acôrdo de 1943. Tais foram os clamores contra o sistema elaborado em Lisboa, completo emaranhamento de etimologia, de tradição, de dialetismos fonéticos, que a Assembléia Legislativa Brasileira, pelo parecer do deputado Coelho de Sousa, derrogou o decreto-lei que oficializava o acôrdo de 1945, voltando-se a observar as

bases de reforma de 1943. Continuam, entretanto, vivos numerosos pontos inaceitáveis, contraditórios e errados em tal sistema gráfico, sendo necessário que, mais tarde, outra comissão composta, porém, de pessoas competentes, reexamine todo o sistema e proponha, enfim, princípios fáceis e simples, que possam ser praticados pelo povo. Até o momento, nem a imprensa, nem as repartições oficiais, se capacitaram de tôdas as regras, mormente, da complicada casuística das acentuações e dos sinais gráficos. Aceitaram apenas a simplificação das consoantes, continuando as discrepâncias em tudo o mais.

Um dos pontos mais difíceis e solução é justamente a concordância da escrita entre Portugal e Brasil, já que os hábitos lingüísticos diferem muito num e noutro território do português. Tal dificuldade se tornará insoluvel se a base do sistema fôr a pronúncia: os timbres vocálicos já diferem por tal maneira entre os dois países que será impossível determinar grafias perfeitamente aceitáveis. Entre as consoantes há também discrepâncias, especialmente no caso das consoantes proferidas em Portugal e mudas no Brasil. Como a grafia não impede que a língua seja a mesma, a solução mais acertada há de ser que cada povo tenha o seu sistema gráfico, assim como já tem cada um o seu sistema fonético, o seu sistema sintático, aquêle já perfeitamente diversificado, êste em contínua diversificação. Fora dêste critério, jamais terminarão as discussões, jamais se conseguirá a tão almejada, mas desnecessária unidade lingüística tão perfeita quanto a quer Portugal embora os fatos não confirmem tão grato desejo. O Brasil, literàriamente, independente, dispondo de temas e de vocabulário desconhecidos em Portugal; com o seu sistema sonoro já tão diferenciado que o entendimento, ao primeiro encontro, se faz difícil, mormente, da parte dos brasileiros; construindo suas frases de outra forma, seguindo nisto as normas aqui surgidas e dadas lá como erros, deverá ser também ortogràficamente independente. Não serão duas línguas caracterìsticamente diversas porque a morfologia continuará a mesma: serão, porém, como já assim se apresentam, duas maneiras bem distintas de falar o mesmo idioma. Sem êste alvitre, ficaremos nessa contínua substituição de acôrdos e de desacôrdos, firmados por Academias que ainda não recebem obediência da parte do povo, dos próprios escritores. Será necessário, indispensável, que o Govêrno oficialize o sistema e a Imprensa o aceite: sem a sanção oficial e a aceitação dos jornais, nunca se conseguirá introduzir reforma alguma ortográfica, seja lá qual fôr. A imprensa é o grande fator, o grande veículo e porque até agora não tem adotado os sistemas aparecidos, todos se tornaram inúteis. Para que a imprensa, porém, adote, requer-se que os princípios sejam poucos, gerais, fáceis e execução. Esperamos que tudo isto seja ainda realizado pelo Brasil.

CAPÍTULO XX

DIALETAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUÊSA

Desenvolveu-se o português, destacando-se do galego, à medida em que as conquistas do território desciam do norte para o sul. Embora fôsse escassa a população, vários tipos de línguas eram aí falados, predominando do centro para o Algarves o moçárabe. Era natural que os diversos substratos lingüísticos imprimissem no português as suas diferenciações peculiares, de que a expressão central, de Lisboa a Coimbra, ficou como um meio têrmo, representando, hoje, o tipo oficial do idioma. O norte, mais primitivo, mais próximo da Galícia e o leste, mais achegado ao leonês, apresentam as variedades conservadoras dessas contigüidades que se fazem presentes no minhoto, no transmontano, no beirão. Nas partes do sul, mais tardiamente entradas para a unidade de Portugal, os vestígios do moçárabe ainda são visíveis, dando diferenciações fonéticas, prosódicas, preferências vocabulares e modismos próprios da região. Desta maneira, existe real diferença lingüística entre os extremos do país e do centro comparado, separadamente, a cada uma destas partes. Tais diferenciações, porém, não chegam a dificultar a compreensão dos habitantes senão naquelas denominações toponímicas e fitonímicas, de produtos próprios de cada região. Não se pode estabelecer, em Portugal, a diferenciação, por exemplo, existente na Itália, na França, onde as regiões, muitas vêzes, bem vizinhas, não se compreendem, devendo recorrer ao toscano, ao francês de Paris, como língua geral. Não existe, em Portugal, um tipo de língua, digamos, oficial, como o toscano, a que os habitantes do sul devam recorrer, quando em contactos sociais, com os do norte. Cada qual notará, sobretudo, as novidades da fonética, mas entenderá muito bem o geral da conversação do seu interlocutor, seja de que região fôr do país. O nosso testemunho pode ser aqui citado: sendo brasileiro, encontramos, nos primeiros contactos, ainda em Lisboa, ainda em Coimbra, algumas dificuldades de compreensão, dada a rapidez da prolação das sílabas, da quase inexistência, por exemplo, das vogais átonas, pretônicas, e de alguns timbres vocálicos muito fechados, da menor nasalação de ditongos, de não poucos têrmos não correntes no Brasil. Tais dificuldades nunca se aumentaram, quer no Porto, quer em Guimarães, quer Braga, cidades do norte; quer em Santarém, quer em Évora,

quem em Faro, cidades do sul. Se para o brasileiro os fatos são êstes, menores deverão ser para os naturais do país, quer se desloquem de Bragança, quer de Beja.

Os tratadistas destas linguagens regionais, porque não existe ainda uma obra dialetológica de conjunto, mais moderna e mais ampla do que a velha "Esquisse d'une Dialectologie" de Leite de Vasconcelos, insistem sobretudo na semântica das palavras e na fonética. Raramente aparecem insignificantes diferenças morfológicas. Gonçalves Viana, estudando o falar de Bragança, dialeto transmontano, diz-nos que a palatal *ch* é forte como em espanhol ou como o *c* antes de *e*, *i*, em italiano; que há distinção perfeita entre *s* e *z* (*casa*, *beleza*), entre *ç* e *z* (*beleza* e *graça*); o *z* final vale *ç* sem o valor chiante que se ouve em Lisboa. As vogais simples são as mesmas da capital, sòmente o ditongo *ou* é pronunciado *eu*, aproximando-se do francês *eu*. Não há distinção entre o ditongo *iu* e *io*: no geral, *iu* só se ouve no final dos verbos (*viu, riu, saiu,*) e *io* nos nomes (*rio, tio, frio*). No transmontano soa sempre *iu*: *tiu, riu, friu, viu, etc*. O ditongo *ao* é dito sempre *ó*: *ó campo, ó mês* por *ao campo, ao mês*. *Em* vale *aim*: *baim, bem*. *Ei* passa a *ai*: *maio* = *meio*. A substituição de *v* por *b* é comum: *beç* = *vez; binho* = *vinho; bento* = *vento*. Na morfologia as diferenças são insignificantes: não há distinção entre a primeira pessoa do plural do presente e a do pretérito perfeito dos verbos em *ar*: *amãmos, amãmos* e não *amãmos, amámos* como em Lisboa; preferem a terminação *ico* a *inho* nos diminutivos: *rapazinho* e não *rapazico*. Não existe metafonia no feminino e no plural dos nomes em *ô*: *pôço, pôça, pôços, ôbo, ôbos* (*ôvo, óva, óvos*); *êste, êsta; aquêle, aquêla, etc*. Dá-se a mesma ausência de metafonia entre verbos e nomes: *o gêlo, eu gêlo; o lôgro, eu lôgro;* nos verbos há o mesmo fenômeno: *dêvo, dêves, dêve,* (*dêvo, déves, déve*); *fujo, fuges, fuge* (*fujo, fóges, fóge*). Na conjugação dos verbos em *er*, *ir* não se dá a deslocação do acento, no presente do subjuntivo: *hájamos, trágamos, fáçamos*. No pretérito perfeito: *amasteis, dissésteis, désteis, fugísteis* e não *amastes, dissestes, destes, fugistes*. Dizem ainda: *trazo* (*trago*), *fazo* (*faço*), *ouvo* (*ouço*), *fize* (*fiz*), *dize* (*diz*), *trouxe* (*trousse*), *iba* (*ia*), *ser* (*fôr*), *sesse* (*fôsse*), *anduve, andave (andei)*.

No vocabulário, além das diferenças fonéticas, há algumas semânticas, de que daremos poucos exemplos, por não ser nosso intento escrever trabalho completo de dialectologia, mas o suficiente para um conspecto histórico da dialetação do idioma.

Abóa (*avó*), *acejar* (*observar*), *arrebolar* (*arremessar*), *belicoso* (*melindroso, delicado*), *bintoito* (28), *caçar peixes* (*pescar*), *ceção* (*frescura da terra, humidade*), *chuba* (*chuva*), *demonho* (*demônio*), *feluge* (*fuligem*), *jaleco* (*colete*), *munho* (*moinho*), *peôr* (*pior*), *etc*.

No dialeto minhoto notamos: *ie* em lugar de *e*: *piera, tiempo, adieus* (pera, tempo, adeus). *Aim* por *em*: *baim, vaim, taim* por *bem, tem, vem*. *Ou* por *o*: *pouço, pescouço, ousso* (poço, pescoço, osso). *Uo* por *o*: *fuogo, luoco* (fogo, loco). O *u* aproxima-se muitíssimo do *u* francês: *cüra, müro*. O *a* átono é ouvido como se fôsse e: *encinho, enzol, quesaco* (ancinho, anzol, casaco). O *é* tono vale *i*: *hiroi, Hilena, inspinho, dipois* (herói, Helena, espinho, depois). O *o* átono é sempre *u* como em todo o país: *uvelha, cumprar, murena, aduecer* (ovelha, comprar, morena, adoecer). *Ão* é dito *am, an*: *nam* (*não*), *mancheias* (*mão cheias*), *Sam Joam* (*São João*). Na terminação verbal passa a *um*: *fôrum, vierum* (*foram, vieram*). *Ei* é igual a *âi*: *pâito, fâito, câijo* (peito, feito, queijo). *Ao* reduz-se a *ó*: *ó mês* (*ao mês*), *ó diabo* (*ao diabo*). *S, z* são substituídos por *x, j*: *quijer* (*quiser*), *dexes* (*desces*), *xeda* (*sôda*).

A perda da nasal final *biage, birge* (viagem, virgem) é comum aos minhotos bem como a vocalização do *l* gutural em *u*: *auma, cauma* (alma, calma). *Vocábulos*: *abècer*, (apetecer), *adoçar* (passar em água limpa: *adoçar* uma criança, lavá-la em nova água), *amartelar* (amolgar) *antebem* (refeição leve), *berrego* (berreiro), *brincazão* (brincalhão), *zuzaranho* (indivíduo corpulento) *carcaio* (mulher feia), *chião* (boneca, criança de peito), *chiquitinho* (estreito, apertado), *choncalho* (chocalho), *custódio* (criança não batizada), *disparateiro* (engraçado), *escrivão* (pessoa que apanha lixo pelas ruas), etc.

No Alentejo nota-se, como em quase todo o país, a simplificação dos ditongos: *ai* para a *a* (*caxa, faxa* = *caixa, faixa*); *au* = *ó; ei* = *ê; eu* = *ê; ou* = *ô; ui* = *u; ão* = *ã;* a terminação *am* dos verbos passa a *om*: *andom* = *andam; fezerom* = *fizeram*. Algumas frases colhidas nos trabalhos dialetológicos do Sr. J. A. Pombinho Jr., em vários números da Revista Lusitana, darão melhor impressão do falar alentejano.

"Tal *éi* (hei) *o frio hôis* (hoje) que *nam* (*não*) posso unir os dedos. *Tá* (está) *tam étado* (eitado, acostumado) à lambeta (comida) que já *daquii nenguéim o arrenca*. Ainda *aquii tá* um embeque (cousá de pouca valia) de açorda na tigela. *Teim* a gente cada embolismo (azar) na vida que *nam amenta* (aumenta) um dia *mas* (*mais*) do que outro. *Dêxô-o* (deixou-o) emarouvado (enfêrmo) pra *munto* (muito) tempo. A seara *tava mêmo* boa, mas *despôs* empalhacou. A *Antonha* da Horta *ós* (*aos*) domingos toda ela se empapôla (se enfeita). Vendi *onte* as empenhas (as solas) das minhas botas por cinco *menreis*."

O *dialeto algarvio*, estudado por J. J. Nunes (Rev. Lusitana — II - 33 segs), apresenta na fonética as seguintes particularidades: *ã* é sempre bastante acentuado (*rãmo, cãma, jãnela*), *e* é sempre fechado *sêja, vêja, abôlha, fêcho;* quando final passa a *i*: *monti, fonti, ponti, arvi* (árvore);

o *i* inicial passa a *e*: *ermão, emenso, estória* (*história*); o *u* inicial vale *o*: *orina, oivar, ofano; ã* átono tende a *ê*: *lember emparo, jentar, endorinha, entiga, enzol;* o *ê* tônico converte-se em *ã*: *lanço* (*lenço*), *amândoa* (*amêndoa*), *santar* (*sentar*), *antão* (*então*); *i* átono muda-se em *e*: *empossivel* (*impossível*), *enfusa* (*infusa*), *ventem* (*vintém*); *ô* tônico passa a *â*: *sâmos, estâmoí estâmbo, lâmbrigas, pantapés* (somos, estômago lombrigas, pontapés); *um* átono tendo a *om*: *fondoura, ontar* (*untar*), *ajontar, enguento, embigo;* o ditongo *ai* simplifica-se em *a*: *más* (*mais*), *vás* (*vais*), *casquer* (*quaisquer*), *caxa, baxo; ei* condensa-se em *ê*: *pêto* (*peito*), *pêxe, quêjo; oi* tende a *ô*: *dôs* (*dois*), *bôs* (*bois*); *ui* reduz-se a *u*: *cudar* (*cuidar*), *munto*. A hipértese do *i* é comum: *duiza* (*dúzia*), *paito* (*pátio*), *provesoiro* (*provisório*). *Ao* passa a *ô*: *vô ô poço* (*vou ao povo*). *Au* reduz-se a *a*: *amento, atoridade, Agusto, má* (*mau*): *má óme, ma rapaz*. Muitas vêzes se dá a inversão das vogais: *cuatela* (*cautela*). *Eu* reduz-se a *ê*: *adês, Dês, mê, tê* (*adeus, Deus, meu, teu*): *mê Dês* (*meu Deus*), *chapê baxo* (*chapéu baixo*). No consonantismo nota-se que o *b* e o *v* se revezam: *lavareda* (*labareda*), *béspera* (*véspera*), *bapor* (*vapor*); a nasal final desaparece: *onte,* aliás, *onti, home, baja* (*vagem*) *ordé, etc.*

O *n* inicial passa a *l* quando há outra nasal na palavra *alemal* (*animal*), *lomear* (*nomear*), *lula* (*nula*); algumas vêzes passa a *d*: *denhum* (*nenhum*), *ando* (*ano*).

Texto:

"O mê pai, já era tempo
de voj mi dar um marido,
por vergonha nã no peço
de boa vontade le digo.

Filha, na corte nã acho
quem voj sirva de marido,
só o conde de Lamanha...
ele tem molher e filhoj.

Com esse mem'é qu'é quero,
com esse mem'é qu'é q'riria;
mândi-o (o) mê pai chemar
pâra jentar cá um dia;
fá-le-lo, mé pai, d'amorej
senã ê le falaria.

Criadoj e mej criadoj,
os qu'xtom ô mê mandado,
chamem conde de Lamanha,
qui a palaiço é chemado.
....
Claro cum'o próprio dia,
cheg'à porta do palaiço:
Que quer vossa senhôria?
O arrojar dâj cadêras,
O rê logo le dezia:

Quero que mátx condensa,
p'râ casar com minha filha.
Isso nã faç'ê, senhor,
qu'ela à morte nã mer'cia:
mandarei-a par'à serra
qui as feras a tragariom.
....
Quem morrê, quem nã morrê,
quem morrê, quem morraria?
Morrê el-rê de Manròqui
i prencesa sua filha;
qu'riom dexmanchar casaj,
má coisa que Dês nã qu'ria

Iniciada a era dos descobrimentos marítimos, que se estenderam à África, à Ásia e à América, com a colonização das partes conquistadas e demais decorrências: govêrno, milícia, missionários, comerciantes, implantou-se a língua portuguêsa, sofrendo naturalmente as conseqüências dos substratos lingüísticos nessas regiões existentes. Mons. Sebastião Dalgado tratou das variedades dialetais da Ásia e outros escreveram suas observações pessoais. Nenhum dêstes falares conseguiu literatura própria, já pela perda das possessões que passaram a outras influências, já pelo pouco desenvolvimento que tiveram tais terras. Sòmente o Brasil, tornado nação autônoma, com população dezenas de vêzes maior que a de Portugal, com um progresso que o coloca entre os primeiros e mais progressistas países da América, conseguiu manter o seu tipo de língua própria, elaborando uma das mais ricas literaturas modernas.

Exageradamente dividem o dialeto indo-português em: *ceilonense* (Ilha de Ceilão), *macaísta* (Macau) *malaio-português* falado em Java, Malaca e Singapura, o *timorense* (Timor), o *dinuense* (*Diu*), o *damanense* (*Damão*); o *norteiro* da costa ocidental da Índia, o *goense* (*Goa*), o *mangalorense* (*Mangalor*), o *cananorense* (*Cananor*), o *maéense*, o *cochinen-*

se (*Cochim*) e o *coromandelense*. Não passam de pequenas variedades fonéticas e outras não menos insignificantes de semântica, todos com tendência a desaparecer, pois, o uso de tais expressões diminui diante do emprêgo corrente de outras línguas nacionais e de outras influências sobretudo inglêsa e holandêsa. Do dialeto de Goa diz Mons. Dalgado: "O português de Goa não tem importância glotológica dos outros dialetos ou crioulos indo-portuguêses, abandonados à sua própria evolução sem influência direta da língua mãe." A língua predominante é o *konkani*, língua materna e vernácula de Goa. (Dialeto Indo-Português de Goa — pg. 1). As notas mais interessantes, na fonética, são: a apócope da vogal final, átona: *minh filh, quant dinher, um vestid;* o *e* final passa a *i*: *fonti, tardi;* o *o* final tende a desaparecer mesmo em *tio, rio, navio*, ditos *ti, ri, navi;* a nasalação é muito forte: *Tomem* (*Tomé*), *bambum* (*bambu*), *fernesim* (*frenesi*), *Minguel, Vincente*. O ditongo *au* passa a *a*: *Agusto; ei* = *ê*: *azête, bêjo; dirêto; io*: quando postônico, perde a vogal *o* e o *i* toma o valor do *u* francês *cartolü, labü, sabü*, (cartório, lábio, sábio); *ou* fica *ô*: *ôtro, ovir, poco, ropa, tocinho; eu* = *é*: *adés, Dés* (*adeus, Deus*). Por influência do konkani, a gutural *c* inicial é aspirada, como em toscano: *charta, chasa, chamisa*. A palatal *ch* é forte, como em espanhol: *tchave, tchão, tchapéo*. O *j* reveza-se com o *z*: *Zusé, alzibera*, (*algibeira*), *Zusino* (*Josino*). *Nh* passa a a *n*: *Zusino, caldina* (*caldinha*). O *l* é sempre linguo-dental, como espanhol, e não gutural. Não conhecem o *r* forte ou duplo *rr*: *rato, bairo* (*bairro*), *caro* (*carro*). O *v* é pronunciado como o *w* inglês e *é* quase imperceptível na fala comum: *vôo, cravo* são ouvidos *oo, crao* (*owo, crawo*). *Nj* passam a *nh*: *estranhêro* (*estrangeiro*), *enheneiro* (*engenheiro*), *arranhar* (*arranjar*), *jenhum* (*jejum*). *Li* = *lhe*: *familia, quizilha. Qua* = *ca*: *corenta, coresma, catorze*. (Pertence ao português arcaico do continente, ouvido ainda em muitas regiões de Portugal). Quando há dois nomes de apelido, dois prenomes, o primeiro sofre apócope por achar-se em próclise: *Anton - Caetano, Ped - Paulo* (*Pedro Paulo*), *Zé-Filipe, Zé-Antônio, Zé-Luís*.

No vocabulário notamos: *achar* — s. m. (conserva de frutos em vinagre), *adem* (pato), *aguador* (moringa), *aldeano* (aldeão), *anchão* (compoteira), *anzolar* (pescar com anzol), *armar* (fazer bem ao estômago), *babá* (menino), *babaré* (grito de guerra), *baí* (moça) *batuque* (instrumento de percussão), *bofete* (mesa redonda), *borracha* (elástico), *cabelo maduro* (cab. branco), *caldeirina* (*chaleira*), *canudo* (cigarro), *carregar* (encher: carregar copos), *chiado* (astuto, esperto) *chumaço* (travesseiro), *chingado* (embriagado: estar chingando), *daia* (parteira), *exploração* (casamento), *figo* (*banana*), *folha* (papel), *gudão* (*armazém*), *guinde* (bacia de lavar a cara), *izara* (ceroula), *mamã-grande* (avó), *massaco* (gemada), *morcuto* (mosquito), *papá-grande* (avô) *pateca* (melancia), etc.

Texto:

— Então, Sra. D. Dulxe, só hoje lembrô vir minh chasa? dizia a velha D. Riquita Castelo. Minh filh foram hoje para bazar, de machil, para comprar um vestid. — Que charo que estão hom, os vestidos, Santo António nos valha. Seu marido porque não vem, bai, aqui? Já sei, porque hoje está grande homem? Advogado? — Não, ele foi para audiência. — Onde é audiência, D. Dulxe? — Na cadêa... perto de cadêa! — Então Periquito... alferes Periquito... meu sobrinho ha de encontrar com ele, quando vai à noute para ronda? — Sim, fez Dulce. — Quando regressaram as pequenas Antoninha e Ziquinha, do bazar, D. Riqueta correu para a porta a recebê-las. Altercou um bocadito com os boiás (carregadores) sobre o seu salário, e por fim ameaçou-os com o pau, alegando a sua qualidade de filha de um coronel do regimento de Pondá. — *Aum bamon nim, ham! aum filh coronelachem fondenchem... Roto podtolem,* se for muito esperto. (Eu não sou brâmane. Sou filha de coronel de Pondá. Há de apanhar bengaladas.) Os boiás retiraram-se resmungando, respeitando o pau da velha que dignamente representava os galões do pai. As meninas estavam ofegantes e faladoras.

— Sabe, mamã, as *fulos* do Agostinho, que recebeu ontem... ia dizendo Ziquinha.

— Não é ontem... Ontem tinha entrado um *chicharo* (caroço de tamarindo) no nariz do filh de Agostinho.

— Não, minha rica senhora, ontem Agostinho tirava *chuname* (cal) para sua butica.

— Que lindas *fulas*, mas quanto dinheiro, Jesús me Deus!

(Sebast. Dalg. indo-português de Goa — 11)

Dialeto de Damão.

Está êste dialeto influenciado pelo *gujarati* ou *guzerate* falado na possessão portuguêsa. E' de tipo mais rústico do que o acima apresentado, notando-se especialmente a aférese, síncipe e a apócope em *cabá* (*acabar*), *cordá* (*acordar*), *bobra* (*abóbora*), *oss* (*vosso*), *ussê* (*você*), *tá* (*está*), *tava* (*estava*), *curção* (*coração*), *bich* (*bicho*), *aldê* (*aldeia*), *chapé* (*chapéu*), *home* (*homem*), *vigar* (*vigário*) *ag* (*água*), *palau* (*palavra*). A palatal *ch* é sempre forte, como no norte de Portugal: tchave, tchão, etc. A palatal *j* é também forte, como o *g* antes de *e*, *i* em italiano: *oggi, giannella* (djanela, *odje*). Não há distinção de gênero *est velh* = esta velha; *pot jingel tinh fichad.* Distinguem os gêneros com as palavras *mach' fem'* ou *mulher*: *bufl fem'* (*búfala*), *doi criad mulher* = duas criadas. O número é raramente indicado pelo *s*, mas comumente por

qualquer palavra que indique o plural como *catr di* (*quatro dias*), *bastant ramad* = bastantes (muitas) ramadas, *tud criad* = todos os criados. O plural de *el* é *illot* = êles outros. Os possessivos são sempre no feminino: *minh filh* = meu filho; *su pai* = seu pai. *Vosso* e *vós* se confundem: *oss barrig é piquen* = vossa barriga é pequena. O artigo só se usa na forma *o*: *o ré* = o rei; *o vac* = a vac. Os verbos estão reduzidíssimos: o pres. indic.) usa-se o infinito: *eu morrê* = eu morro; ou a terceira do singular *eu pod* = posso e, às vêzes, com o auxiliar *tem*: *tem curren* = está correndo; *tem faland* = fala. O pret. perf. vale-se da partícula *já*: *en tant já falô, num já regô.* Mas *pediu, respondeu, num drumiu.* Forma-se o futuro perfifràsticamente com *ha*: *há chigá* = chegará; *há cumê* = há de comer. A terceira pessoa serve para as demais, variando apenas o pronome sujeito: *eu é grand.*

Vocabulário:

Ad (*adem* = *pato*), *ag* (água), *alhê* (alheio), *anot* (noite), *bacuá* (olhar), *baniau* (camisa), *bijá* (*beijar*), *bich* (*filho*), *bobré* (*baboré*), *cacad* (gargalhada), *cachor* (cachorro), *cambel* (camelo), *fazê sentiment* (queixar-se), *faor* (favor), *ful* (flor), *hom* (homem), *inchá* (encher), *minh junt* (comigo), *minhor* (melhor), *num* (não), *otrband* (outra banda), *pad* (padre), *pandig* (pândega), *port-port* (de porta em porta), etc.

Texto:

"Fulú (Filomena) — Mãe, mãe. óss un' já foi?

Lujú (Luisa) — Já foi otr-band na markit (mercado, inglês).

— Qui coiz já trôç par mim, mãe?

— Eu num lembrou, mim negrinh, mim bai. Zap-zup já voltou.

— Bastant gent tem venden' bajiã chaná curmuri. Ai qui bunit lai pipirmit

— Ai! minh filh, êss vez num troç; ôt vez quand vai, had trazê poross. Já uviu, não, filh?

— Pu vich, mãe, óss qui já trôc?

— Oss num fazê carandai. D'oss pae un' foi? Paetiu já veu?

— Já foi fazê fachin'. Par mim já falou: "Mandá cum bich pôc bumbli cum cari de cormandiá.

— Ai! êss qui mufinez! D'oss pai deu basruc por-nóss?

— Num deu par mim, mãe.

(Sebast. Dalg. Dial. indo-português de Damão).

Entre os dialetos africanos citam-se o caboverdiano, o guinéense, o de S. Tomé, Príncipe e Ano-Bom. Todos êstes de pouca envergadura, ainda mais atrasados e muito influenciados pelas línguas de substrato faladas nessas regiões e nessas ilhas. Eis o "Padre Nosso" na língua São Tomé:

"Padêre noso eu sá no ché, santificado seja vosso nome, venha nosso vosso lêno, seja feta vossa vontade achi na tela cumo no ché. Pom nosso dji cada djiia nos dá hodje, podoá nom djii tudo djivida eu nom câ lê achi cumô nom câ podoá nosso devedô, nom dessa nom quiê ni tentaçon, mas livla nom de tudo mali. Amen Jigú".

No dialeto guinéense, um trecho da parábola do filho pródigo:

Storia d'um fidjo starbagante — é, temba um pae que temba doç fidjo — quel maç piquinote um dia — birâ na se papé é falal — pa é dal'quel que é ta ben ardâ — se papé dal sima é pidi é' cabâ recebê — e' falâ se papé adeç, e' sae — e' ba borâ n' otro tera; — e' cabâ chigâ e' bidâ na fassê 'starbagancia. — té quel dia que e' cabâ tuda cussa que se papé da — l — ba — q'ando (ochâ) dja e' cabâ gastâ fepo (tudo). — e dja é (é ben) odja comâ e' "ca" ten nada — maç — e (que, prope dja e bidâ) sima dja e' ca sebê cussa que e' ta fassê — e' ba pidi, e dado un cabo pa e' ba — ta(gardâ) baqueâ porco na cassa d'un ricon de quel tera ê la que e' concê se desgraça (q'ando) dispoç que e' cudâ té, e' falâ nha memè oh! 'q'anto morador alá manga de djente na casa de nha papè tudo farto, (e mi li sin co fome ta buscâ morê) na risco de morê em "ca" podê soportâ maç etc".

H. Schuchart — Beitrage zur Kenntnis des Kreolischen romanisch).

Algumas frases:

O leão e o tigre são carnívoros: lion co' onça é sendo comedor de carna. O peixe nada: peç ta nadá. Dar alguma cousa a alguém: longá alguen cussa. Batem à porta: é na baté porta. Obedecer a seus pais: badcê par sé papés. Espero que V. me tenha sempre na sua amizade: A mim esperá que V. me ter sempre na amizade de bo. Eu tinha jantado quando o meu irmão chegou: Eu djantá — ba — dja contà nha ermon chigá. (M. Marques de Barros — Rev. Lusitana — VI).

Entre os dialetos insulares, um dos mais interessantes é o da Madeira, cujas características principais assim vêm anotadas por Eduardo Antonio Pestana (Revista Lusitana — vol. XXXVIII):

a — seguido de nasal passa a *e*: *menhã, adiente,*

a — inicial, átono, toma um som aproximado de *e* (*â*) *mâria, cumpânhia* (companhia).

am — no final dos verbos reduz-se a *o*: *busco* (buscam), *amo* (*amam*). Em algumas partes da ilha *am* passa a *um*: *olhum* (olham) *chegum* (chegam).

e — inicial toma o som de *i*: *intrego* (entrego), *ispinho* (espinho).

em — no final dos verbos iguala-se a *im*: *partim* (partem), *sabim* (sabem).

eu — reduz-se a *ê*: *Dês* (Deus), *mê* (meu), *tê* (teu).

es — sofre evolução curiosa: *es/ ei/ i*: *altares/ altarei/ altari; sabes/ sabei/ sabi; padres/ padrei/ padri.*

ei — nos verbos como *quereis, fazeis* reduz-se a *crâs, fazâs*.

o — inicial toma o timbre de *u*: *cumo* (como), *tumar* (tomar).

O — final, evolucionando-se em *u*, apresenta a pronúncia do *u* francês: *braço/ braçu/ braçü; cansado/ cansadu/ cansadü.*

O de timbre fechado e tônico, medial, transforma-se em *ua*: *bua* (boa) *Lisboa* (Lisboa), *atua* (atôa), *avua* (avoa).

ou — quando final de verbos passa também a *ua*: *acabua* (acabou), *derramua* (derramou). Em algumas partes reduz-se a *ô*: *chegô* (chegou), *amô* (amou).

U — apresenta o timbre do *u* francês: *Jasüs* (*Jesus*), *lüme* (*lume*).

Na parte do consonantismo há, como em todo Portugal, a passagem de *b* a *v* e vice-versa: *binho, bento; bem* (*vem*); *bezes* (*vezes*). Mas a característica principal está nas transformações da sibilante *s*: desaparece no grupo *es*: *sabi* (sabes), *padri* (padres). Vejam acima o vocalismo. Quando precedido de *o* (*os*), em sílaba final, também desaparece, sendo esta a evolução: *os/ es/ ei/ i*: *os santos — ui santi; os padres — ui padri;* por analogia, o artigo feminino plural *as* apresenta a mesma alteração: ai *casas* (as casas), ai *ave* (*as aves*).

Texto:

Oração ao sair de casa

Dês adiênte e mê Pai me guia.
Di me valh' e a Vrige Mâria;
e vão in minha cumpânhia
âis armai do sinhô San Jorze,
cum q'ê and' armadü.
Ê nam seja prêz' nem tumadü,
nem minha palavra retraida.
Guardad' and' ê, de noit' e dia,
assim cuma Dês andua
nu ventre da Vrige Mâria.
Pad noss' piquininhü.

Di nui lev'a bom caminhü
ond' Crist' ajualhua.
In si braci me ternua
i u sê sâingui derramua;
ũa crui nus põi difronti,
q'u q'é má nam nus incontri,
nem di noite nem de dia,
nem in pin' de meio-dia.
Pad noss' av' Mâria.

No dialeto dos *Açores* há muitos traços iguais ao da *Madeira* e Leite de Vasconcelos, no volume II pags. 289-307 da "Revista Lusitana", tratou do assunto a que fazemos alguns reparos da nossa observação pessoal.

a) *Fonologia*

â — que se nota em tôda a língua portuguêsa do Continente e mais ainda em Lisboa.

é — timbre aberto também comum a outras partes e ao espanhol.

ê — como o de Lisboa, isto é, o corrente na fala geral do país.

e — som de *e* mudo francês que em todo o idioma de Portugal é muito forte: *se, de* soam aos ouvidos dos brasileiros como se fôssem ditos em francês *seu, deu*.

ö — êste *o* com trema reproduz o mesmo som do alemão ou do francês *oeu* em *oeuvre*.

ó — timbre aberto, comum a todo o idioma.

ü — reproduz exatamente o *u* francês.

i — sem característica própria, regular na língua portuguêsa.

ai — monotonga-se em *a*: *caxa, baxa*.

ão — reduz-se a *ã*: *pã, mã, botã* (pão, mão, botão).

ei — simplifica-se em *ê* como em outros dialetos: *pêxe* (*peixe*).

io — nos nomes: *tio, frio*, etc. é dissílabo: *ti-o, fri-o*.

iu — nos verbos reduz-se a *i*: *fugiu, viu* = *fugi, vi*.

S — em final de sílaba é chiante como em Lisboa: *séx* (seis), *dex* (dez), *paxta* (pasta).

l — final requer um *e* de apoio: *abrile, sole, süle,* (bril, sol, sul).

r — quando final, requer o mesmo apoio de *e*: *cure* (*côr*), *dure* (*dor*).

b) *Morfologia* — As particularidades fonéticas das vogais produzem algumas diferenças morfológicas de pequena importância, sobretudo, no assunto da metafonia: *avú, avó; uvo, óvox; bulso, bólsox;* os nomes terminados em *l* por causa do *e* paragógico, não oferecem a síncope desta intervocálica: *azüle, azüles* e não *azül, azües; anele, aneles* e não *anel,*

anéis. Será um arcaísmo morfológico porque a língua literária ainda mantém *mel, meles, cal, cales, cônsul, cônsules*. Nenhuma nota e monta quanto ao gênero. Na conjugação verbal, por motivos sempre fonéticos, há alguma novidade: *sunhar* (sonhar) faz: *sunho, sunhax, sunha, sunhâmox, sunhêx, sunhum; rumper* (romper): *rumpo, rumpix, rumpe, rumpémox, rumpêx, rumpem*. No pretérito perfeito *eu*, se cimplifica em *ê*, temos: *murrê, bobô*, (morreu, bebeu). Por motivos sempre fonéticos, o verbo *trazer* apresenta: *trago, trazir, trax, trazèmox, trazèx, trazem; trüce, trocexte, troce trocemos, trocerum*. Quando surge o dígrafo *en* passa a *aim* (*baim — vaim = bem, vem*): em alguns casos verbais, *aim* passa a *âm* com perda da subjuntiva como em *tânho, tâenx, tanx, etc*. A passagem de *am* a *um* (*cantum, amum = cantam, amam*) é comum ao dialeto do Alentejo. E' o arcaico *om* que se evoluiu para *um*.

c) *Sintaxe* — Nenhuma nota de valor.

Texto:

"Padre nòsso quê xtá no céü, santeficâdo sâj'ó vosse nume, vânh'â nóx o vósso rêno, sêja fêt' à vóssa vuntád' assim na terra cume no ceü; o pam nósso de cada dia nox dá hoje, perduá-nox, Sinhur, ax nossax div' dax assim cumo nox perduâmox aos nossox devidurix nam nox dêxêx cair èm tantaçam, max livrá-nox, Sinhur, de tud' ó male, améne".

Vocabulário:

Adovogado, azibêra, baldo (balde), *baram* (varão), *baüle, belür, brabo, charamba* (baile), *chigar, chumar* (chamar), *ferioso* (*furioso*), *fremuso* (formoso), *gaver* (gabar), *ixmurro* (murro), *liro* (lírio), *pedaço* (pedaço), *bailho, majana* (bôbo), *estrenido* (estreito), *fiüza*, (confiança), *manjüca*, (comida).

Nota: — O Sr. Francisco M. Rogers, que estudou demoradamente o dialeto açoriano, notou um particular que escapou a quase todos os seus predecessores: o *i* tônico, medial, passa a *ei* donde as perguntas que se fazem a todos os estrangeiros às ilhas: "Qual é o animale que taim quâtro patax e *meia?* Resposta: é o gato. E por que? Porque o gato tem quatro patas e *mia*, do verbo *miar*. Por que fulano traz agasalho à volta do pescoço? Porque "*xtá com freio*", isto é, porque está com *frio*. O Prof. Paiva Boléo, de Coimbra, acha que o dialeto açoriano teve grande influência no falar de Santa Catarina, Estado sulino do Brasil. Respondeu-lhe negativamente o professor Francis M. Rogers bem como o professor Serafim da Silva Neto. (Le Portugais dans le Nouveau Monde — Orbis — 1953). Por nossa vez lhe contestamos tal influência: a única particu-

laridade do falar, por exemplo, de Florianópolis, capital do Estado, é a sibilante *s* que soa como *x* em final de sílaba. Tal fenômeno existe no Rio de Janeiro, em Lisboa. Não há outro: a simples inspecção do quadro fonológico acima transcrito é suficiente para refutar as afirmações do Prof. Boléo que passou algumas horas em Florianópolis, tempo que não achamos suficiente para a extensão de suas conclusões.

Co-dialetos.

Leite de Vasconcelos apresenta, em sua "Esquisse d'une Dialectologie Portugaise", pg. 30, o *galego, o riodonorês, o guadramilês, e o mirandês* como sendo os co-dialetos da língua portuguêsa. São falares, com exceção do primeiro, influenciados simultâneamente pelo castelhano e pelo português e por isto, Menéndez Pidal e Garcia de Diego incluem o mirandês entre os dialetos de Espanha. Quanto ao *galego*, talvez assentasse melhor a denominação de *língua galega* e não de dialeto por ter sua formação própria, sua literatura muito rica e mais ainda por ser anterior ao português. Êste, sim, antes que chegasse a língua de nacionalidade, a língua de cultura, não passou de uma dialetação do galego. O desenrolar dos fatos históricos de que proveio a decadência política da Galícia, a sua anexação a Castela e, por conseguinte, a decadência literária e lingüística, é que deu a Portugal todo o progresso político que o levou a ser enumerado, no século XVI, entre as maiores potências coloniais da Europa. Com a influência política do Reino cresceu também a influência do idioma que se desenvolveu, que se aperfeiçoou, tomando outros característicos a que não foram estranhos os substratos moçárabes do sul. Ainda hoje as diferenciações são mínimas, comportando-se o português, em face do galego, como uma frase plenamente evoluída, modernizada, ao passo que o falar primitivo da Galícia permaneceu estacionário, tornando-se um tipo arcaico. Notam-se, na fonética, os mesmos quadros evolutivos do português, sem a ditongação castelhana de *e* em *ie*, de *o* em *ue*: *terra, serra, porta, ovo* e não *tierra, sierra, puerta, huevo*. Como tipo primitivo, não desenvolveu as nasais quanto o português: *mao, mai* e não *mão, mãe; bó, yrmao, moyto*, em lugar de *bom, irmão, muito*. Possui as síncopes das intervocálicas sonoras: *moer, gado*, como em português. Apenas a palatal *j* tem o valor de chiante *x*: *xente, xemido* (*gente, gemido*). Desconhece o valor sonoro de *s* intervocálico, que é sempre áspero, talvez, por influência do castelhano. A nasal final é indicada por *n*, não usando o til que adquiriu, em galego, por influência castelhana, o valor de auxiliar da palatização. Recorre, pelos mesmos motivos, aos *ll* e não ao *lh* como símbolo da palatização do *l* + *y*: *en* (*em*), *mazan* (*maçã*), *señor* (*senhor*), *ollar* (*olhar*). Conserva a palatização *che, cho* como terminação da segunda pessoa do singular do perfeito, e do pronome pessoal

ti, a ti, te: "Quem ama deus, Lourenç' ama verdade/ e farey-*ch'* entender porque o digo... e tu dizes que entenções faes/ que poys non riman e son desiguaes,/ sey-m'eu que *ch'* as faz Johan de Guyllade" (J. Soares Coelho — Canc. Vat. 1022). A 3.ª pes. sing. do pret. perf. termina em *o* ao passo que em português termina em *e*: *houvo, fezo, houvei fêz*. A condicional *se* é *xe* em galego. Em tudo o mais as duas fases da mesma língua são perfeitamente iguais.

Texto:

Desexoso con desexo,
desexando todavia,
ando triste, pois non vexo
a xentil señora mia,
a que amo sen falia
desexando todavia.

De prazer xa non me praze
desprezer ei noite e dia,
pois ventura asi me faze
apartado todavia
de aquesta señora mia,
desexando todavia.

Pensar outro pensamento
penso que non ousaria,
meu ben e consolamento
é loar sa louzania
desta linda en cortesia,
desexando todavia.

Cuido con gran cuidado
cuidando sen alegria,
onde pois vivo apartado
de quen me fazer soía
moito ben sen vilania,
desexando todavia.

(Alfonso Alvares de Villasandino).

Mirandês

O falar de Miranda do Douro, em Trás-os-Montes, abrangendo também Vimioso, tanto pode ser dialetação do português como do espa-

nhol, participando ainda do leonês e do galego. Em 1900 publicou Leite de Vasconcelos "Estudos de Philologia Mirandesa" — Lisboa — Imprensa Nacional — dois volumes. Antes, em 1884 já havia dado ao público "Flores Mirandesas" — Pôrto — Livraria Portuense de Clavel & Cia., em que, procurando escrever neste dialeto, avoca a si a prioridade de tais esforços: "La jênte cumprênde de çierto cumo yê dificel lhebar al cabo éste trabalho, purque, num abêndo até oije ningunas obras screbidas subre la lhêngua mirandeza, senó las mies, iou num pudiô seguir a náide". Em 1907, na sua tese de doutoramento, "Esquisse d'une Dialectologie Portugaise", deu ainda um breve resumo, na pag. 201. Garcia de Diego (Manual de Dialectologia Española, 190), tratou também do assunto. Entre um e outro há algumas divergências: Leite ensina que o *e* e o *o* breves do latim deram *ie, uo* em mirandês: *tierra, sierra, cierto, uorto, muorto, buono,* ao passo que Garcia de Diego escreve: "El mirandés tiene de común con el gallego-portugués la conservación de *o* (breve): *bono, forza* (solo diptonga en énfasis, *buono, fuorza,* y convertida en *u* en el sur, *buno, furza*). Diz Leite que o *o* passa ainda a *öu*: *öucasiôn,* fenômeno não mencionado por Diego. *E* átono passa a *ei*: *eiterno, eiriçado, etc.* Os ditongos *ei, ou* são conservados como em português: *queiso, beiso, ouro, fouce. Ct* produz *it*: *noite* e no sul *nuite, peito, feito.* Garcia de Diego dá como leonismo a ditongação de *e* em *ie*: *tierra, cielo, fiesta.* O *b* substitui o *v*: bino (*vinho*), *bengo* (*venho*), (vimes) *brimes,* que se encontra no beirão e é comum ao espanhol. As terminações latinas *ane, ene, one* tornam-se *ã, em, ou*: *pã, biem, meloum.* O *i* inicial palatiza-se em *lhe* como em catalão: *lhuna, lhengua.* Quando intervocálico, mantém-se como em espanhol: *salir, cielo, solo.* O grupo *cl* palatiza-se em *ch*: *cheno, chano.* *N* intervocálico, permanece: *cheno, chano* (cheio, chão). *Nn* palatiza-se em *nh* como em castelhano: *anho* (*anno*), o que se encontra ainda quando *n* é simples: *pequeinha.* A palatal *g, j* passa a *x* como em galego: *xelo* (*gêlo*), *xinolho* (*joelho*). Conserva-se o *f* inicial como em português: *formiga, fiesta, Febo, fala.*

Na morfologia nota Leite de Vasconcelos: o artigo é *,l, ls, la, las*: *l riu, l uorto, la lhuna, la fala, las brimes.* O pronome pessoal *eu* é dito *iöu; tu, nós, bós él, eilha.* Usa-se a forma simples *migo, tigo.* Nos pretéritos imperfeito e perfeito há singularidades: *ie, ies, ie iemos, iedes; ien; antrei, antreste, antröu, antremos, antrestes, antrarum.* O pormenor sintático citado por Leite: *chubir nel cabalho* é vulgar no português do Brasil: *montar no cavalo, montar no automóvel, subir no cavalo, subir no trem, subir na árvore* e pensamos que seja do português arcaico. Está longe, portanto, de ser uma particularidade do mirandês.

Com pequenas variantes apresentam-se ainda o *riodonorês,* fala de Riodonor, concelho de Bragança, o *guadramilês,* pequena aldeia do mesmo concelho e o *sendinês.* (Esquisse... pgs. 198, 199, 200, 201).

O PORTUGUÊS DO BRASIL

Nenhuma das dialetações do português atingiu o desenvolvimento e a importância do que é falado na vasta área do Brasil, abrangendo uma população de 63 milhões (último recenseamento de 1957); pela importância da área geográfica, pela soma respeitabilíssima dos habitantes e mais ainda pela qualidade e vulto da literatura, o português-brasileiro compete valentemente com o de Portugal, apresentando, sobretudo, na América, maior interêsse comercial e literário do que o tipo europeu. A sua diferenciação, sobretudo, na fonética, na semântica e no número de vocábulos, é tal que muitos nacionalistas já decretaram que seja *língua brasileira* e não mais *língua portuguêsa*. Todavia, a parte morfológica permanece a mesma e a sinaxe, se já apresenta numerosos tipos de regência, concordância e colocação, desconhecidos em Portugal, mantém ainda outros que reproduzem os da língua arcaica, justamente aquela que aqui entrou com a colonização. Numerosa é a bibliografia em que se defende a separação lingüística, a existência de *idioma nacional*. Citamos apenas "*Língua Nacional*", "*A Pronúncia Brasileira*", "*Gramática Brasileira* de Jucá Filho, professor do colégio "Pedro Segundo"; "*A Língua Brasileira*" de Edgard Sanches; "*Estudos da Língua Nacional*" de Artur Neiva; "*O Português do Brasil*" de Renato Mendonça; *A Língua Nacional*" de João Ribeiro. Neste pequeno esbôço daremos apenas alguns traços do português-brasileiro e remetemos o leitor para o nosso trabalho, em vias de aparecer, "A Fragmentação do Português no Brasil", devendo ser consultado ainda o nosso livro já em segunda edição: "*Estudos de Filologia Portuguêsa*".

Fonética.

No vocalismo são insignificantes as modificações: não existe o *â* português, equivalente ao *u* inglês de *murder*. A palavra *sâmatra* assim pronunciada pelos portuguêses foi transcrita *Sumatra* pelos inglêses. Não se faz distinção entre *pára* (verbo) e *pâra* (preposição) como em Portugal: ambos têm o mesmo valor de *a* aberto. O *ã* nasal é mais nasal do que o português, especialmente, o português do norte. Quando medial, mantém a nasalação muito pronunciadamente: *cã-ma, sã-nto, cô-mo, vẽ-mos, nũma* e não *cá-ma, sá-nto, có-mo, vé-mos, nú-ma*. Da mesma forma o ditongo *ão* é fortemente nasal: *ir-mão* (*irmâum*) e não como em Portugal: *irmão*, quase *irmáo*. Em muitos casos, comuns também aos portuguêses, dá-se a dissimilação do *a* em *e*: *ventagem* (*vantagem*), *amenhão* (*amanhã*), *artilheria* (*atilharia*). Não possuímos o *e* mudo de Portugal, que soa, aos nossos ouvidos, como se fôsse o francês *eu* de *Dieu, adieu*. Por esta razão, todos dizemos e escrevemos *si*, e não *se*, conjunção

condicional; muitos dizem *di, cidadi, liberdadi, qui* (que). O e nasal é verdadeiramente ditongo: *bem, vem,* valem *beim, veim.* Sòmente nos lugares onde ainda é numerosa a colônia portuguêsa, o *o* átono passa a *u;* na maioria do país permanece *o* como em espanhol: *colégio, livro, colega, bonito* e naquelas partes: *culegiu, livru, culega, bunitu.* Os ditongos tendem todos à perda da subjuntiva: *caxa, pexe, rôpa, rôbar (caixa, peixe, roupa, roubar).* O povo rústico conserva ainda as formas arcaicas: *fruito, enxuito, escuitar.*

No consonantismo as diferenças ainda são menores: não se troca o *b* pelo *v* ou vice-versa. No Brasil *vinho* é *vinho* e não *binho; vento* é *vento* e não *bento.* As línguo-dentais *d, t,* são proferidas com menos vigor. Em algumas partes, mormente no interior de S. Paulo, a palatal *g, j,* se aproxima do italiano *g*: *hoje, gente, já* soam *hodje, djente, djá.* Entre os rústicos ainda se conserva a palatal forte, *ch (tch)* igual ao italiano *c* ou ao espanhol *ch* e que se ouve no norte de Portugal, em Trás-os-Montes, *chave, chapéu, chão* são ditos *tchave, tchapêo, tchão.* A palatal *lh* apresenta duas variantes de muito interêsse: no norte do Brasil, mormente na Bahia, não é pronunciada antes de *e*: *mulher, bilhete, colher* são pronunciados *mulér, bilête, culér.* No sul, de S. Paulo a Minas e Paraná, existe o yeismo: *muyer, biyete, cuyér, moyado, paya, fiyo.* Em muitos casos, por efeito de ultracorreção, palavras como *meio, saia,* aparecem ditas *melho, salha.* O *l* gutural, por influência do substrato tupi-guarani, que o não tinha, fica comprometido entre *l* línguo-dental e *r* vibrante fraca: *altar, plural, alma* soam quase como *artar, prurar, arma.* Dizemos quase, porque não é perfeita a substituição de vibrantes, mas um compromisso entre ambas. Sòmente o inglês possui êste *erro* paulista: *murder, bird, bord.* Todos os demais sons consonantais são os mesmos de Portugal. Comparando-se a pronúncia de um brasileiro e ainda que culto, com a de um português e a de um espanhol, vemos que a pronúncia do Brasil se aproxima e muitíssimo do espanhol e não do português atual. Embora pareça paradoxo, mas, no cinema, uma fita falada em português de Portugal é quase ininteligível para nós brasileiros, ao passo que, em espanhol, entendemos completamente. Já houve quem exigisse, pela imprensa que os filmes portuguêses trouxessem letreiros em... brasileiro para que as platéias do país os entendessem bem. A terminação *eia* apresenta dois timbres: *platéia, idéia* e *arêia, serêia.* Em Portugal, é sempre de timbre fechado: *platêia, idêia.*

Na morfologia nada existe de diferente. Usamos alguns sufixos tupi-guaranis na formação dos graus: *guassú, assú* (grande), *mirim, im* (pequeno): *Mogi-Guassú, Mogi-Mirim;* hìbridamente: *mandão-assú, mandão-mirim.* Existe ainda o sufixo *rana* (cujo *r* se deve pronunciar brandamente, como em *arena*: *brancarana,* isto é, quase branca, sem o ser completamente; *cajarana* que é da mesma espécie de *cajá,* mas não é *cajá.*

Na sintaxe preferimos a ordem completamente direta e por isto a frase brasileira difere muito da portuguêsa: *Saiu um semeador a semear* (é de Portugal); *Um semeador saiu para semear* (é do Brasil). *Nesta oficina se fazem consertos* (Brasil). *Fazem-se consertos nesta oficina* (Portugal). *Querendo um pai premiar seus filhos* (Portugal). *Um pai querendo premiar os filhos* (Brasil). A colocação pronominal átona é bastante diferente: entre nós prefere-se a antecipação do pronome, entre os portuguêses, a posposição: *Viemos para o ver. Viemos para vê-lo*. Por isto, o povo começa a frase com o pronome oblíquo, o que não se dá em Portugal de hoje: *Me dá um pão, me passe o arroz, me empresta a caneta* e não: *Dá-me um pão, passa-me* o arroz, *empresta-me* a caneta. Na fala caseira, os advérbios, as negativas, os relativos não atraem o pronome oblíquo para antes do verbo, o que é de rigor na fala portuguêsa: *Disse-me que não viu-me. Onde achava-me*: *Disse-me que não me viu — ou — Disse-me que me não viu. — Onde me achava.* Quando se fala com maior polidez, a colocação pronominal é a mesma de Portugal. De acôrdo com o tipo clássico e também com o arcaico, preferimos a construção gerundial: *estar estudando, anda dizendo, vinha chegando,* — à com o infinito e preposição *a* muitíssimo empregada em Portugal: *estar a estudar, anda a dizer, vinha a chegar*. Em lugar de *já* empregamos, em determinadas frases, *mais*: *Já não chove, já não sofre* são construções portuguêsa. *Não chove mais, não sofre mais,* brasileiras. No diálogo, na maioria do Brasil, não se usa a segunda pessoa do singular, com exceção do Rio Grande do Sul por influências espanholas. O tratamento por *tu* é ofensivo no Brasil. O emprêgo impessoal do verbo *custar* (*Custa-me muito*) vai sendo substituído pelo pessoal: *Custei muito a chegar aqui.* Dá-se outra sintaxe ao verbo *perder*: não se diz. v. g. Fulano *perdeu* de *sicrano,* o clube X *perdeu* do clube Y, mas: *F. perdeu para sicrano,* o o clube X *perdeu para o clube* Y. As duas regências do verbo assistir: *assistir a* (estar presente, tomar parte em) e *assistir o* (prestar socorros) estão reduzidos a esta última apenas: F. *assistiu o jôgo,* o médico *assistiu o doente*. Ao verbo *preferir* se dá uma construção comparativa: *Prefiro mais café do que leite* e não *prefiro café a leite*. Todos fazem acompanhar *preferir* de *mais* ou de *antes*: *prefiro antes morrer do que fazer isso*. Muitos outros ponto de sintaxe já são bem diferentes, mas deixamos tal estudo para o nosso livro, há pouco, mencionado. De um modo geral podemos dizer que a sintaxe brasileira é mais conservadora do que a portuguêsa, estando vivos ainda numerosos casos que só a fase arcaica da língua conheceu.

A maior diferença está no vocabulário. A contribuição tupi-guarani é simplesmente numerosa. Podemos construir períodos, páginas, com tantos elementos indígenas que serão de difícil compreensão em Portu-

gal. Rodolfo Teófilo, poeta cearense, que primava pela língua, escreveu êstes versos:

"Antes da barra quebrar,
sai da cova o caitetú.
Todo o cabra de serviço
se levanta com o nambú.
O que fica na tipóia
nasceu de jaracatú".

Para muitos tais versos não são de fácil compreensão por causa dos vocábulos brasileiros *caitetu* (porco do mato, queixada, javali), *cabra* (mestiço), *nambu* (pássaro madrugador), *tipóia* (rede, a cama do norte do Brasil), *jaracatu* (serpente, cobra, que vive em buracos). A expressão "quebrar a barra" quer dizer: nascer do sol; cabra de serviço, equivale a empregado, camarada, trabalhador de fazenda, de tropa, etc. Sem tocarmos nos topônimos e antropônimos, nos fitônimos, que são inumeráveis e até hoje ainda não estudados nem classificados, na língua viva do país são sem conta os modismos, os dizeres, os ditados, os vocábulos de origem indígena: *ficar jururu* (ficar triste), *andar na pindaíba* (sem dinheiro), *ir de bubuia* (ir de acôrdo com as correntes, flutuar), ter uns *caraminguás* (dinheiro), *estar nas embiras* (nas últimas), *ser pacova* (sem energia), daqui o decalque moderno *ser banana*, ter *cangüira* e já agora *ter cagüira* (ter azar), *capoeira* (mata que foi roçada), *tapera* (casa abandonada), *ser cuera* (ser valente, forte), levar uma de *inhapa*, isto é, a mais; comer *mingau*, ser *mingau*, ser sem *energia;* jogar *peteca*, *ser peteca* de alguém (ser objeto de zombarias) comedor de *içá* (certa formiga no tempo da desova, que os indígenas comiam torrada), ficar *tiririca* (ficar zangado) e muitíssimas outras vivem constantemente em nossa conversação. (Consulte-se "Jornal de Filologia" n.º 2, o nosso estudo referente a êste assunto).

O elemento africano, trazido pela escravidão aqui instaurada pelos portuguêses, deixou apenas algumas contribuições ao léxico e nenhuma existente na fonética. Os últimos estudos de Simonsen (História Econômica do Brasil — II vols. S. Paulo — 1944) e de Maurício Goulart (Escravidão Africana no Brasil — S. Paulo — 1949), reduziram às suas verdadeiras proporções o número de africanos trazidos ao Brasil. A interrupção do contacto entre a África e o nosso país, a impossibilidade de renovar a contribuição lingüística deram como resultado que a segunda geração já não conhecia a língua dos pais e a terceira já estava assimilada lingüìsticamente. Além disto, o elemento negro, muito antes que o Brasil fôsse colonizado, já era numeroso em Portugal, prestando-se a críticas no teatro de Gil Vicente e de seus continuadores. Se êste elemento pudesse servir

de fator diferenciador, já teria começado esta sua influência no português europeu, o que não se verificou. Por êstes fatos, todos os livros anteriores, tais como: "O Elemento Negro" de João Ribeiro (Rio — sem data). "O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguêsa" de Jacques Raimundo (Rio — 1933). "A Influência Africana no Brasil" de Nina Rodrigues (1932), foram exagerados, apresentando muitas fantasias a que não correspondem os fatos lingüísticos. O africano entrou aqui como superstrato e para que um superstrato possa influir na evolução de um idioma, como se deu com o germânico na França, é necessário quantidade e persistência. Os africanos foram, relativamente, poucos, divididos em diversos falares nativos, e não tiveram a persistência por lhes faltar o contacto ininterrupto com as fontes dos idiomas negros. Se a assimilação racial não conseguiu extinguí-los completamente, diminuiu-lhes intensamente o número, sendo muito mais numerosos os mulatos do que os negros puros. Outra qualidade que se requer de um superstrato é que apresente afinidades, se não superioridade lingüística, comparado ao idioma sôbre o qual deverá influir. Por êste motivo o árabe, apesar dos seus sete séculos de dominação, nada deixou na estrutura íntima do espanhol, contribuindo apenas para o vocabulário. Os falares africanos eram de outro tipo lingüístico e notàvelmente inferiores ao português: como poderiam ter influído? E' necessário estudar o fenômeno à luz da lingüística e não da fantasia. Por isto dizemos que a contribuição foi apenas lexical e, assim mesmo, insignificante.

Tratando-se do português-brasileiro, ou como diz William J. Entwistle, em "The Spanish Language" — New York — 1938, *Brazilian Portuguese*, urge esclarecer vários ensinos errados dêste autor inglês. Não é verdade que *sertão* seja palavra brasileira, pois, é corrente no português de Zurara (Conquista de Guiné). Não é verdade que o ditongo *ão* do Brasil corresponda à terminação *ano* de Portugal: *tucão, tucano*. Esta palavra é tupi e só existe na forma *tucano*. Desconhece-se a invenção de Entwistle *tucão!!!* Diz-se *jacaré, jaguar, jaguaratirica, jaguarão* e nunca *yacaré, yaguar, yaguaron*. E' má informação tirada de livros espanhóis. No Paraguai, na Argentina é que ao nosso *j* (palatal) corresponde o *y*. Outro despropósito dêste autor inglês é dizer que *capitão, fazião, vivião* passaram ao Brasil sob as formas: *capitá, faziá, viviá*. Isto faz rir até às criancinhas... Dizemos *capitão, viviam, faziam* ou quando muito *vivium, fazium*, formas dialetais conhecidas também em Portugal. Outra enormidade dêste falecido professor: que *papá, mamá* dos portuguêses se transformaram em *papãi, mamãi* dos brasileiros. Diz-se aqui: *papai* (sem nasal alguma) Outra tolice do mesmo autor: que dizemos *matera, negoço, palaço, falô, mê, fê, perzidente* em lugar de *madeira, negócio, palácio, flor, mel, fel, presidente*. Êle ouviu cantar o galo mas não atinou com o terreiro: o povo rústico diz apenas *madêra, frô, mé, fé, prisidente*. Afirma ainda o mesmo professor que *manteiga* quer dizer *azeite* entre nós!!! Não, senhor: *mantei-*

ga é pronunciada *mantêga*, mas significa *manteiga* mesmo. Quase todo o capítulo "Brazilian Portuguese" está errado, necessitando de completa revisão. Assim erra mais uma vez o dito senhor quando atribui o uso dos diminutivos à influência das amas, quando, no norte de Portugal tais diminutivos ainda são muito numerosos do que no Brasil. E no sul de Espanha? Nem é bom falar! Aduz ainda o vocábulo *merunhanha* desconhecido entre nós e pelo que consta, *merunhar*, choviscar, é do dialeto minhoto segundo escreveu Leite de Vasconcelos e também Cândido de Figueiredo. No Brasil diz-se sempre *choviscar*.

Subdialetos do Brasil

Alguns autores, tais como Rodolfo Garcia, Renato Mendonça e Antenor Nascentes, descobrem vários subdialetos do Brasil. O primeiro chegou a dividir o país em cinco áreas dialetais: *Norte* (Amazonas, Pará, Maranhão); *norte-oriental* (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas); *central-marítima* (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro); *meridional* (S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul); *alti-plana-central* (Minas Gerais, Goiás, Mato-Grosso). Para o segundo, as zonas são muito mais numerosas e nada menos que nove: I — *Amazônica* (Acre, Amazonas, Pará); II — *Cearense* (Ceará, parte oriental do Piauí); III — *Nordestina* (Rio G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas); IV — *Baiana* (Bahia, até o S. Francisco, Sergipe); V — *Fluminense* (Estado do Rio, Distrito Federal, Espírito Santo); IV — *Caipira* (?!) (São Paulo, zona fronteira de Minas Gerais); VII — *Mineira* (zona do capiau em Minas Gerais e Bahia além de S. Francisco); VIII — *Gaúcha* (R. G. do Sul e sul de Santa Catarina); IX — *Sertaneja* (Goiás, Mato Grosso). Com tantas áreas esqueceu-se o autor do Maranhão e do Paraná que não aparecem situados em zona alguma... Tudo isto é simplesmente risível, puro produto de fantasia, pois, o autor jamais saiu da Avenida Central do Rio de Janeiro, a não ser para as Embaixadas da Europa, desconhecendo tudo o que se passa no resto do Brasil. Antenor Nascentes (O Linguajar Carioca — Rio 1953) divide o país em duas grandes áreas, a do norte e a do sul, cada qual subdividida em subfalares. Eis as suas palavras: "Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do norte e do sul. O que caracteriza êstes dois grupos é a cadência e a existência de protônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios pertencentes a cada um dêstes grupos. Êles estão separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos sententrional e meridional do país. Os subfalares do norte são dois: o amazonense, que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará, e parte de Goiás que vai da foz do Aquiqui à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí,

Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Paraíba. Os subfalares do sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (norte, nordeste e noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Paranaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrependidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Santa Catarina, Rio G. do Sul, Minas (sul e Triângulo), Goiás (Sul e Mato Grosso". (pg. 26-6).

Apesar da afirmação do autor, de ter percorrido todo o Brasil, não podemos aceitar totalmente esta sua divisão subdialetal do Brasil. Entre São Paulo e Santa Catarina as diferenças são muito grandes, desde o *s* sibilante, de Lisboa e Rio, completamente desconhecido em S. Paulo e Paraná e Minas Gerais, até o vocabulário grandemente influenciado pelo alemão. Não é a única e a mais característica diferenciação entre norte e sul a abertura das pretônicas: há o *r* gutural do norte, o *lh* reduzido a *lê*, a ausência de yeismo que predomina no sul. Colocar a Bahia no grupo sulista é anti-geográfico. O Rio Grande do Sul difere muitíssimo de Santa Catarina, do Paraná e de S. Paulo, desde a pronúncia até o vocabulário com a sua predominncia espanholaâ fronteiriça) Em S. Paulo, as influêcias italianas (Veja-se "Jornal de Filologia" I vol. n.º 1) exigem colocação à parte. E' aceitável a divisão geral em dois grupos: o do norte e o do sul, mas é necessário positivar com maior documentação os característicos fonéticos, prosódicos, lexicais, etc., que contrapõem o primeiro ao segundo. Nada existe ainda bem feito, segundo as regras da dialectologia, neste sentido, faltando, por exemplo, vocabulários regionais, mas tìpicamente regionais. Êsses que por aí andam, não correspondem à ciência lexicológica: englobam palavras que são comuns a todo o país. E' indispensável a recolha de tais falares por pessoas que estejam preparadas para tal mister, por foneticistas que bem conhecem o padrão predominante do geral da terra a fim de poder notar as diferenciações. Nada disto já foi feito e não sabemos quando será feito.

Exemplos da fala rústica.

Pará - Amazonas — "Sô pé frio... Pêxe num pega na minha linha. Num dô uma frechada qui acerte. Pirarucu só veve caçoando comigu; funga na prua da muntaria qui até parece desafiu du tinhosu, cum perdão de Deus. Tartaruga intão nem si fala. Num botu vista numa cunhamucu desde o putirúm do major Agapitu. Issu é mau ulhadu di hôme, cumpadre. Soutrodia fuizinho arriscar uns cobres duma partida di cacau em Obidus,

num pipu disque du Divinu Espritu Santu, i, num lhe contu nada, cumadre, perdi, tudu; era unde eu butava... us outrus parcêrus só paravam contra mim, cuchichandu, rindu. U banquêru, danadu cumu uma unça, dizia istu: vá se defumá primêro, cunhadu, si num vucê perdi até a vergonha. E' mesmu, cumpadre. E arrangi uma benzição tombem. Vá cu'a Chica Engoli Cobra qui ela espanta essa panemice. Vaçuncê está mas é co' um corpu abertu.

(Raimundo de Morais — "O Meu Dicionário de Cousas da Amazonia).

Ceará

"Eu vivu da minha roça,
me infarfandu comu um burru,
pra sustentá oitu fiu,
minha mãe, minha muié!

Eu drumu in riba dum côru,
numa casa di sapé!
Vancê tem seu ôtromove!
Eu, pra vim nu apuvuadu,
andu dez légua di pé!

Numa sumana arretrazada,
u ventu tantu ventô,
que a paya, que cobre a choça,
foi pulos matu... avuô!

Minha muyê tá morrendu
só pru farta de mezinha
e pru farta d'um doutô!

(Sertão em Flor — Catulo da Paixão Cearense).

Maranhão

Lá em casa tem um pau
que tu nam pode atrepá:
nu pé tem uma unça trigue,
nu meiu um maracajá,
num galho uma tataíra,
noutru um arapuá,
folha, ramu e fulores
são besouro mangangá...
si vucê é muito home
eu queru vê atrepá!

(Violeiros — Leonardo Mota).

Piauí

"Mamãe, Parnaiba é uma cidadi munarca, di grandi. Di Menhazinha si alvoroça tanta genti na bêra du riu, qui parece furmiga arredó di lagartixa morta i quasi tudu é trabaiadô caçandu ganhu. U mercadu é outru dispotismu: si arreune mais povu du que na desobriga, quandu Padre diz missa na capela dus Morrus, da dona Chiquinha. Tudu si vendi; di tudu si faz dinheru: fiquei besta di espiá genti comprandu maxixe, quiabu, limão azedu, folha di juão gomi e inté taiada de girimum. U passadiu daqui é bom. Todu dia eu comu pão da cidadi cum mantêga do Reinu. Mamãe, as coisa aqui são muitu diferente e adversa daí. As casa são apregada umas nas outras quí nem casa de marimbondu de paredi i é quasi tudu di telha i forrada di táuba por riba qui nem gaiola de xexeu, i qui chama sobradu. Gente rica aqui é em desmasia. Inda onte numa loja eu vi uma ruma di dinheiru de cobre nu chão qui parecia juá quandu si ajunta modi dá pra bodi em chiqueru. Mamãe, a igreja faz inté sobradu, di grandi i alta. Cabe dentru dela todus us morador de Barra das Lage, du Bom Principiu, da Fazenda Nova, i ainda si adiquére lugar pra mais di cem viventi. U povu daqui tem um sestru muitu engraçadu: num diz "ó di casa", não! quando chegam nas casa aleia batem palma, cumu quem estuma cachorru modi acuá tatú em buracu".

(Sertão Alegre — apud Xavier Marques — Cultura da Língua Nacional — pg. 139).

Bahia

Diálogo:

Calu — Tomara Generosa já se casá pra vê si ela abranda mais u geno.
Sebastião — E' pá purucutú... abranda logo.
Eusébio — O negoço dus caximbos já tava fedendo no nariz.
Zé Mocó — Tome lá, prove du binga. Saboreie desta farofa. Deixe as minina im rizinga, aquilo num vai a lume. Se houve choro num pinga...
Sebastião — Gente, istù é coje im toda casa de famia grande; tem sempre carqué coisa.

Outro diálogo:

— Entonce diz qui u guvernu perde?
— Perde nada!... U guvernu tá beim armado: tem *fichú, miniê* e *candomblé*.
— Tudo mata, home; tudo è a mema disgraça...

(X. Marques, op. cit. 141).

Goiás

Moda do Boiadeiro

Ajustei um boiaderu
nu Istadu di Goiais,
pra tirá boi lá pra fora
Istadu di Minas Gerais.
Nu dia da mia saida,
u pesar era demais,
eu subia naquele artu
dexanu lágrima pra trais.
Acumpanhanu esta boiada
num sei si vortu mais.

Ajustei um boiaderu
pra ganhá pocus vinteim;
inda mesmu que eli num quisessi
eu mesmu fazia impeim.
Dispidi di pai i mãi
num dispidi di mais ningueim,
só falei prumas pessoa
dá lembrança pra meu beim,
i comecei mia viagi
nas hora di Deus ameim.
Na hora da mia saida,
num chorei di vergonha,
cum dó nu coração
dispidi di pai i mãi;
quanu elis falaru pra mim:
— meu fiu, Deus te acumpãi...
eu fiquei istrapassadu,
pra mim era um sõe,
fui arcançá a boiada
danu suspirus medõe.

Quanu foi naquelis artu,
u mundu todu avistei;
tirei u chapeu da cabeça,
oiei pra trais i falei:
Adeus, campina di flô,
lugá qui eu já morei,
acumpanhanu esta boiada,
num sei si eu vortarei!
Meu coração mi dueu,
esta hora eu suspirei.

Puis u chapéu na cabeça,
dei as costa i fui andanu,
quanu eu oiei pra frenti,
u berranti tava tocanu:
— Vorta pra lá, boi carreru,
seu sinhô tá ti chamanu,
quem ti chama é um mineru,
quem ti toca é um goianu;
até ondi a boiada fô,
eu tambeim vô acumpanhanu.

Meu coração duía,
quanu u berranti tocava;
cheganu nus fazenderu,
u gadu todus berrava.
— Aquilu pra mim era uma tristeza
qui nada mi consolava.
I lembrava da minha genti,
qui tão longi delis istava,
acumpanhanu esta boiada
num sabia si vortava.

U berranti tocava tristi
nu mei dus chapadão,
subia serra i discia serra,
i travessava ispigão;
passava mata,
pulava coigu i reberão,
cada veis duía mais
u meu tristi coração;
lembrava da mia genti
qui deixei nesti sertão.

Dia di mais tristeza
foi na serra du bananar,
quanu eu subi na serra,
avistei u mundu em gerar.
Fiquei assim pensandu:
sorti cumu a minha
num teim igual!...
Mi veju nu meiu dus istranhu
tão longi du meu pessuar.
Camarada di boiaderu
certo tu é qui passa mar.

Camarada di boiaderu
passa fomi i passa sedi;
acumpanhei essa boiada
fui até em Cana Verdi;
eu sufri muitu trabaiu,
mas u qui eu disse assustentei:
até ondi a boiada foi,
eu tambeim acumpanhei!
Foi até em sur di Minas,
mas fui feliz qu' inda eu vortei.

(Folclore goiano — J. A. Teixeira).

Minas Gerais.

Diálogo:

— E' bão você inzaminá o testamento do véio e acautelá o que havê de cobre nas gaveta, antes que a justicia chegue...

— Cruz, Tião! O corpo indas nem esfriô direito... Isso inté brada o céu!

— Ora, agora não tem mais rumação! Quem morreu, morreu. Enterrado os mórto, feijão pra dentro! Você se precata c'a véia da cidade qu' é capaiz de lhe passá a perna... Dispois vem a justicia e lambe o resto.

— Tão bão, tem tempo... Mande visá a vizinhança para mode guardá o corpo.

— Tá tudo ranjado...

....

— Bamo que el venha e a gente leva guasca...

— Menas essa... Macaco é Cipriano! De mim eles não tira o retrato, agaranto.

— Enfim, nois percisa tá de pé atrais e ôio vivo... Dispois, quarqué hora temo o inventario... E' perciso picurá outro sitio pros encontro...

— Há de se ranjá. Quem tá na chuva é pra se moiá...

Si argum trea cumigu, têja certo que ranco a porvêra, berro fogo e chamo no casco. Faça a mesma...

— O causo tá no mano arapoá!

(Bom Viver — João Lúcio).

S. Paulo

Era tempo de fruita. As jabuticava do mato tavum pintano i derreteno de doce que nem açurre. Nesse tempo as viêra tão cheio de mé,

que é ũa gostosura sem conta! Você sabe, os pai de mé, abeinha do mato, tem de tudas calidade: manda-saia, mandaguari, favuna, jetaí, lôco pra inleá nos cabelo da gente; *mé de cachorro*, que dá no chão, na fror da terra, e cachorro de caipira, que num é bobo como os da cidade, cavoca e tira pra lambê; *caga-fogo* bespinha escamungada que larga ũa urinanha que quêma que nem fogo; *mandarú*, *aranxim*, de mé muito gostoso com gosto de foia de limão; *mora-longe*, que fais o canudinho de cera quage no pé do pau e vai ponhá os favo no oco do urtimo gaio; *mé de anta*, é um mé danado! Você chupa êle co só-quente, êle sobe na cabeça que nem pinga e dexa a gente chucro. Tem tameim otro mé que num me alembro o nome, que os "pai" tira mé de estrume e de carniça... tem fedô insuportave.....

(Aventuras de Joaquim Bentinho — Cornélio Pires).

Rio Grande do Sul

Tomás provocou o Mexaca!

— Então, tchê, tu casa ô num casa?

Mexaca não respondeu logo, mas depois falou:

— Vô casá, logo que possa, já pedi ao Curto pra me fazê um rancho no Campo Seco.

Tomás riu:

— E a guria sabe disso?

Mexaca riu também:

— Acho que sabe.

João Pitim comia e estava terminando o prato. Carioca perguntou:

— Tu qué massa?

— Vô querê, bota otro pedaço de carne.

Seu Duca pensava na Chinoca mas não achava jeito de resolver o problema da casa. Ao lado ouviam uma discussão. Eram o velho Osorio e a velha Finoca. Não se entendiam. O caso é que a velha queria que o velho carneasse uma vaca para ela mandar vender charque na cidade.

— O coronel agora vem aí e a gente num vai podê vendê sempre, vamo aproveitá?

— Mas inda matei anteonte.

— Num fais mal.

O velho calava.

— Ahn! Tenho outra coisa, acho bom i tu mesmo na cidade. Fui lá dentro e tirei umas colher, uns garfo e umas faca de prata. Tu pode vendê melhor que o Toquinho.

— Tú tá loca, mulher, tu qué nos degraçá?

— Tú é burro, eles tem muitos, nem vão notá.

....

Na cozinha, João Pitim dizia ao Mexaca:
— Acho que tu vai agarrá os baguá do finado Caboclo.
Seu Duca concordou:
— E', o velho já me falô nisso, quarqué dia desses tu vai andá com matungo velhaco.
— Qual, bagual do finado fica manso na primera sova.
Tomás perguntou:
— E tu num me dá ũa bolada?
— Dô, ué, é só — tu querê.

(Fronteira Agreste — Ivan Pedro de Martins).

ÍNDICE ALFABÉTICO

A

B

C

E

F

H

I

M

N

O

Q

ÍNDICE GERAL

APRECIAÇÕES IMPORTANTES

Prof. WALTHER VON WARTBURG:

"Je vous remercie bien vivement de votre lettre ainsi que de votre livre. Celui-ci je ne l'ai pas encore pu lire en son entier, mais ce que j'en ai vu, m'a laissé *une excellente impression* . *Il est construit d'une façon très claire et avec beaucoup de vigueur. Les romanistes vous en seront très reconnaissants.*"

Bále-8-Juillet-55.

Prof. RAFAEL LAPESA:

"Al ilustre Profesor Francisco da Silveira felicitandole por su *excelente* "Formação Histórica da Língua Portuguesa".

Madrid-Julio — 1955.

Prof. JOSEPH M. PIEL:

"...não lhe escrevi logo depois de receber o *precioso presente* que foi o seu livro sôbre a Formação Histórica da Língua Portuguêsa. Não lhe queria escrever antes de o ter estudado e anotado até o fim. Tenho pena de não dispor de um trabalho digno do seu *belo livro*, que é uma *utilíssima introdução* (e mais do que isto) aos problemas da filologia portuguêsa. Já o recomendei aos alunos do nosso curso de Português, que funciona no quadro do "Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros", que existe em Colónia há cerca de vinte anos."

Colónia, 4-7-1955.

Prof. JOSÉ L. PENSADO:

"El libro "A Formação Histórica da Língua Portuguêsa" merece sinceramente *mi mas profunda admidación*. Su lectura necesita una mente atenta y despejada para apreciarle en todos sus detalles, siempre justos y bien equilibrados. *Creio que su país puede estar orgulloso de tal obra y la lengua portugueza sentirse honrada con este volume, primeira historia de la lengua, construida con datos rigurosamente controlados y con excelente bibliografia.* No dude de que mi será muy util en mis lecciones y la citaré a mis alumnos con todos los elogios."

Universidad Central de Madrid, 31 Octubre de 1956.